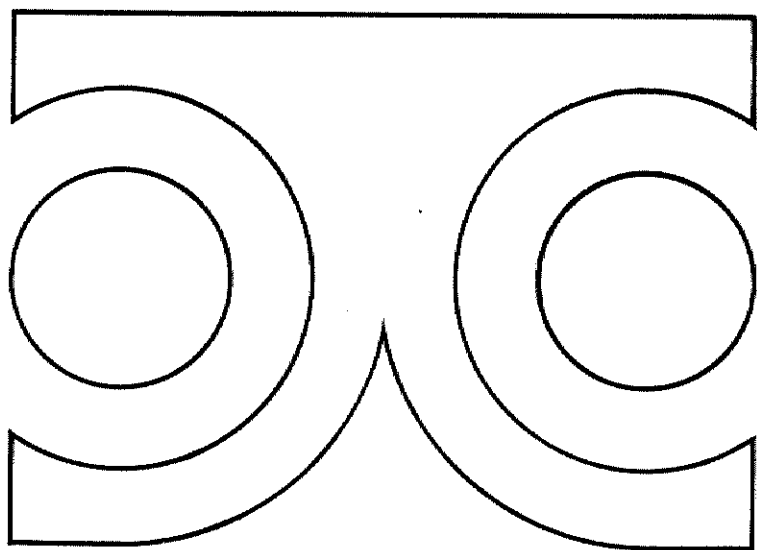


BOLETIM DE FILOLOGIA

CENTRO DE LINGÜÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA - TOMO XXVII - 1982



Instituto Nacional de Investigação Científica

BOLETIM DE FILOLOGIA

Direcção e Redacção:

CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
(Instituto Nacional de Investigação Científica). Av. 5 de Outubro, 85, 5.º e 6.º,
1000 LISBOA (Portugal)

Director: Luís Filipe Lindley Cintra

Comissão Redactorial: Ernesto d'Andrade, João Malaca Casteleiro, Ivo Castro,
Manuela Barros Ferreira, Maria Elsa Gonçalves, Maria Helena Mira Mateus e
Maria Elisa Macedo de Oliveira

Capa de Vasco Grácio

Dep. Legal 3635/83

Sumário:

EVELINA VERDELHO, <i>Linguagem regional e linguagem popular no romance regionalista português</i>	1-154
ELENA M. WOLF, <i>O demonstrativo no texto</i>	155-176
MAREK GAWELKO, <i>Analyse typologique des adjectifs dénominaux portugais exprimant la possession</i>	177-190
ANA MARIA BRITO e INES SILVA DUARTE, <i>Condições sobre posposição do sujeito em português</i>	191-254
HELENA VEIGA DE OLIVEIRA, <i>Axiologie ou sémantique denotative?</i>	255-298
MARIA ELISABETE DE ALMEIDA MARQUES RANCHHOD, <i>Las conjunciones causales en el «Setenario» de Alfonso X el sabio — Estudio descriptivo</i>	299-322
MARIA HELENA MIRA MATEUS, <i>Glossário da «Vida e Feitos de Júlio César» (Tradução portuguesa quatrocentistas de «Li Fet des Romains»)</i> . Letras E a J	323-409
MÁRIO VILELA, <i>A «Ilustração» na teoria da linguagem do Cardeal Saraiva (Homenagem a E. Coseriu, Tübingen, RFA: 1981)</i>	411-426
IVO CASTRO e LUIZ FAGUNDES DUARTE, <i>Duas notas sobre «A Tragédia da Rua das Flores»</i>	427-438

Recensões Críticas

MARK ARONOFF, <i>Word Formation in Generative Grammar</i> (C. Arthur Brakel)	439-445
HELES CONTRERAS, <i>A Theory of Word Order with Special Reference to Spanish</i> (C. Arthur Brakel)	445-452
JOAN B. HOOPER, <i>An Introduction to Natural Generative Phonology</i> (C. Arthur Brakel)	452-459
M. A. K. HALLIDAY, <i>The social interpretation of language and meaning</i> (Leonor Scliar Cabral)	459-465

BOLETIM DE FILOLOGIA

TOMO XXVII (1982)

Fascículos 1 - 4



Instituto Nacional de Investigação Científica

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

LISBOA

1982

INDICE DO TOMO XXVII

BRITO (ANA MARIA) e DUARTE (INES SILVA), <i>Condições sobre posposição do sujeito em português</i>	191-254
CASTRO (IVO) e DUARTE (LUIZ FAGUNDES), <i>Duas notas sobre «A Tragédia da Rua das Flores»</i>	427-438
GAWELKO (MAREK), <i>Analyse typologique des adjectifs dénominaux portugais exprimant la possession</i>	177-190
MATEUS (MARIA HELENA MIRA), <i>Glossário da «Vida e Feitos de Júlio César» (Tradução portuguesa quatrocentista de «Li Fet des Romains»). Letras E a J</i>	323-409
OLIVEIRA (HELENA VEIGA DE), <i>Axiologie ou sémantique deno- tative?</i>	255-298
RANCHHOD (MARIA ELISABETE DE ALMEIDA MARQUES), <i>Las conjunciones causales en el «Setenario» de Alfonso X el sabio — Estudio descriptivo</i>	299-322
VERDELHO (EVELINA), <i>Linguagem regional e linguagem popular no romance regionalista português</i>	1-154
VILELA (MÁRIO), <i>A «Ilustração» na teoria da linguagem do Cardeal Saraiva (Homenagem a E. Coseriu, Tübingen, RFA: 1981)</i>	411-426
WOLF (ELENA M.), <i>O demonstrativo no texto</i>	155-176

Recensões Críticas

ARONOFF (MARK), <i>Word Formation in Generative Grammar</i> (C. Ar- thur Brakel)	439-445
CONTRERAS (HELES), <i>A Theory Word Order with Special Refe- rence to Spanish</i> (C. Arthur Brakel)	445-452
HALLIDAY (M. A. K.), <i>The social interpretation of language and mea- ning</i> (Leonor Scliar Cabral)	459-465
HOOPEE (JOAN B.), <i>An Introduction to Natural Generative Phono- logy</i> (C. Arthur Brakel)	452-459

LINGUAGEM REGIONAL E LINGUAGEM POPULAR NO ROMANCE REGIONALISTA PORTUGUÊS

(Continuação)

EVELINA VERDELHO
(COIMBRA)

CAPÍTULO IV

LINGUAGEM REGIONAL NOS ROMANCES REGIONALISTAS

Neste capítulo dá-se informação sobre a presença de factos da linguagem regional nos romances em análise ⁽¹⁾. Ver-se-á que obras os representam, a que planos de linguagem pertencem os factos registados (plano fónico, morfológico, sintáctico e lexical) e procurar-se-á dar conta da extensão do registo.

O levantamento que se segue, não podendo ser exaustivo, dado o número de obras analisadas, pretende ser suficientemente representativo.

(1) O Professor Manuel de Paiva Boléo, em *Unidade e variedade da língua portuguesa*, ao chamar a atenção para a necessidade de não se confundir linguagem regional e linguagem popular, fez a seguinte distinção: «A linguagem popular é a que fala o povo iletrado, em especial das aldeias; linguagem regional é a que usa o conjunto das pessoas de uma determinada região linguisticamente homogênea. É aquilo a que Leite de Vasconcelos chamou «dialectos» e a que eu prefiro dar a designação de «falares» (p. ex. o falar minhoto, beirão, algarvio, etc.)». Cf. *ob. cit.*, p. 275. — Este artigo foi primeiramente publicado na *Revista da Faculdade de Letras* de Lisboa, t. XX, 2.ª série, n.º 1, 1954, de que se fez separata (Lisboa, 1955, 28 pp.). Posteriormente foi incluído com aditamentos e correcções na colectânea do autor *Estudos de linguística portuguesa e românica*, volume I (Dialectologia e história da língua), tomo I, Coimbra, 1974, pp. 251-287. A citação fez-se por esta colectânea. — Sobre o conceito de variedades linguísticas regionais, ver também: José G. Herculano de CARVALHO, *Teoria da linguagem*, tomo I, reedição, Coimbra, 1970, pp. 297-298. O autor escreve, p. 298: «Assim sucede que, linguisticamente, no Minho, em Trás-os-Montes, nas Beiras, no Algarve se encontram modos de falar característicos, distintos de região para região, e que ainda dentro de cada uma destas se distinguem zonas menos caracterizadas por peculiaridades linguísticas que opõem uns a outros os seus habitantes: assim um algarvio de Barlavento, dentro da mesma província ou área dialectal, tem o seu modo de falar próprio, diverso do de um algarvio de Sotavento». E conclui: «A estas variedades imediatamente condicionadas pelo factor geográfico — que no fundo se reduz também a um factor

A. Factos linguísticos regionais do plano fónico

Em *Gentio branco*, *Sotavento* e *Ressurreição dos mortos* encontram-se representados factos desta ordem, nos primeiros em grande número, no último só raramente, como se vai ver.

1. Representação de particularidades relativas ao vocalismo

1.1. Ditongação da vogal tónica nasal final -ã

ã tónico final do português padrão está substituído pelo ditongo ão ⁽²⁾ na forma *àmenhã* («amanhã») do romance que homenageia a aldeia minhota de Monsul: «Cum o ela bai *àmenhã* p'r'ó Porto» (*Gentio branco*, p. 94).

O carácter regional da ditongação referida é inegável ⁽³⁾. José Leite de Vasconcelos, na sua *Esquise*, em final de palavra, noticia-a apenas na linguagem de Entre Douro e Minho ⁽⁴⁾; nos *Opúsculos* refere-a pre-

social e histórico (grau de intimidade dos laços de convívio entre os indivíduos) — daremos pois o nome genérico de *variedades geográficas* ou *regionais* ou *locais*. — É de notar que as designações de «linguagem regional» e de «linguagem popular» não devem ser entendidas em relação antagónica. Com efeito, um facto linguístico regional pode simultaneamente ser classificado de popular, se se dá o caso de se verificar apenas na expressão de falantes letrados de determinada zona. Neste estudo, porém, o objectivo de distinguir na literatura em análise o que é típico da região, do que o não é, leva a considerar à parte, sob as designações de «linguagem regional» e «linguagem popular», respectivamente, os factos linguísticos com marca local, e os que, sendo característicos dos falantes não instruídos, não possuem aquela marca.

⁽²⁾ Desnecessário seria observar que expressões como «está substituído», «está em vez de», «sofreu alteração», e outras do mesmo género que acompanham a apresentação sistematizada dos factos linguísticos regionais e populares relevados dos romances, não pretendem explicar esses factos, mas apenas mencioná-los de maneira simples, tomando como ponto de referência os factos correspondentes do português padrão.

⁽³⁾ Para deixar avalizada a caracterização regional dos factos linguísticos apontados, mencionam-se, sempre que possível, trabalhos que, pelo estudo comparativo da linguagem de várias regiões, ou pelo estudo monográfico de alguma zona, a tenham documentado. Ao longo deste e dos próximos capítulos esses trabalhos serão por vezes citados, no texto e nas notas, de um modo simplificado. Referências bibliográficas completas serão dadas no final.

⁽⁴⁾ *Esquise d'une dialectologie portugaise*, 2.^a edição, com aditamentos e correcções do Autor, preparada por Maria Adelaide Valle Cintra. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1970. Cf. p. 79. — As citações da obra serão feitas por esta edição.

cisamente na linguagem de Póvoa de Lanhoso, concelho a que pertence a aldeia celebrada por *Gentio branco* ⁽⁵⁾. Manuel de Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva, em *O «Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental»*, incluem a ditongação da vogal tónica nasal final (-ã>-ão) entre os traços gerais do falar minhoto ⁽⁶⁾. Luís F. Lindley Cintra, em *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses*, considera que a ditongação de -ã, tal como -om em vez de -ão, são traços caracterizadores de uma zona de falares setentrionais, acrescentando embora que «esta não é exclusiva ou tipicamente *minhota*» ⁽⁷⁾.

1.2. Ausência de metafonía

o aberto, em vez de o fechado, está registado em uma forma do romance duriense *Ressurreição dos mortos — decóro* («decoro», substantivo masculino). Ao recusar o copo de vinho que lhe oferecem, diz uma personagem local: «Ando enfreumado do estômago. Senão não lhe guardava «decóro» (p. 73).

Nesta forma vem deste modo assinalada a ausência de metafonía que estudos dialectológicos apontam como característica dos falares do Norte do país. Manuel de Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva, em *O «Mapa dos dialectos (...)»*, consideram a «abertura das vogais e e o em casos em que aparecem fechadas no português normal» um traço geral do falar trasmontano, pois embora apareça no Minho, é aí mais rara, pelo menos a primeira, em certas palavras ⁽⁸⁾.

⁽⁵⁾ Leite de VASCONCELOS, *Opúsculos*, II, 1928, p. 450.

⁽⁶⁾ Cf. *ob. cit.*, p. 325. — O estudo citado foi primeiramente publicado nas *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, tomo III (= *Boletim de Filologia* (Lisboa) tomo XX, 1961, fascs. 1-2, pp. 85-112), de que se fez separata. Posteriormente foi incluído com aditamentos na colectânea do autor *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomo I, pp. 309-352. A paginação indicada segue esta publicação.

⁽⁷⁾ Cf. *ob. cit.*, p. 93 e nota 28. Este estudo foi publicado no *Boletim de Filologia* (Lisboa), tomo XXII, fasc. 1-2, 1964-1971, pp. 81-116. No trecho citado o autor comenta, fazendo-lhes reservas, as informações dadas por M. de Paiva Boléo e M. Helena S. Silva em «*O Mapa dos dialectos (...)*». Muito recentemente Clarinda de Azevedo Maia estudou os resultados da terminação latina -ANA no território português, no trabalho *Geografia dialectal e história do português*. Sep. de *Biblos*, LVII (1981). Nessa obra, confirmando estudos anteriores, a A. considera que a solução -ão «é hoje um dos traços característicos das variedades idiomáticas» da região minhota. Cf. *ob. cit.*, pp. 86-88.

⁽⁸⁾ Cf. *ob. cit.*, p. 330 e p. 331.

1.3. Monotongações de ditongos orais e nasais

Na expressão de personagens locais de *Sotavento* (situado, como se disse, em São Brás de Alportel) as formas correspondentes às que no português padrão têm *ai*, *ei*, *eu*, *ói*, *oi*, *ou* aparecem geralmente escritas com os ditongos reduzidos, nos quatro primeiros casos a *á*, *é*, *ó*, e quanto aos dois últimos, a *ô*, seja qual for a estrutura da palavra e a posição desta na frase. Tais grafias significam, como é óbvio, que na fala de tais personagens, se realizam monotongações dos ditongos referidos.

Assim:

ai está substituído por *á* em formas monossilábicas, como formas de verbos — *cás* («cais», p. 123) e *vás* («vais», p. 196), de advérbio — *más* («mais», p. 80) e de pronome — *tás* («tais», p. 291): «As *tás* aves de arribação vêm daqueles lados».

A mesma substituição observa-se, em sílaba átona e sílaba tónica, em formas polissilábicas de nomes: *apáxonada* («apaixonada», p. 350), *caxéros* («caixeiros», p. 322), *pedás* («pedais», p. 195): «Esporear um macho ô dar aos *pedás*, tanto monta pa'mim!».

Leite de Vasconcelos, na *Esquise*, dá conta de que a redução de *ai* a *á* se pode verificar, em casos de próclise e no final de palavras, nos falares meridionais, dando justamente como exemplos formas reduzidas idênticas às de *Sotavento*⁽⁹⁾. Clarinda de Azevedo Maia, em *Os falares do Algarve*, confirma a repugnância da linguagem meridional pelos ditongos notada pelo Mestre filólogo e noticia a redução de *ai* a *á* em contextos onde também o romance de Hugo Rocha a apresenta⁽¹⁰⁾. Estanco Louro, na monografia que dedica ao concelho onde se situa *Sotavento*, depois de escrever que em Alportel *ai* se reduz às vezes a *á* — e regista a propósito *ancáxar* («encaixar»), onde tal como em formas do romance, a monotongação se efectua em sílaba interior átona que precede consoante palatal —, explicita que no plural de palavras cujo singular termina em *-al* tal fenómeno fonético se observa sempre⁽¹¹⁾.

ei está substituído por *é* nas formas verbais monossilábicas *dê* («dei», p. 324) e *sê* («sei», p. 75): «— Ai, que é ben *sê* do que tu precisavas».

⁽⁹⁾ Cf. *ob. cit.*, p. 92.

⁽¹⁰⁾ Cf. *ob. cit.*, p. 33.

⁽¹¹⁾ Cf. Estanco LOURO, *O livro de Alportel. Monografia de uma freguesia rural: concelho de Alportel*. Lisboa, 1929, p. 190.

O mesmo se verifica em formas polissilábicas de diversa categoria gramatical, quer em sílaba tônica, quer em sílaba átona, e em diversas posições.

Em sílaba inicial vê-se a redução de *ei* a *ê* em *créo* («creio», p. 123); *détado* («deitado», p. 76), *dêxaste* («deixaste», p. 81), *fêto* («feito», p. 81), *lête* («leite», p. 314), *sêscentos* («seiscentos», p. 81): «Mas, é também só assinante, com *sêscentos*!».

Em sílaba medial vêmo-la em *amêxoêras* («ameixoeiras», p. 76), *aprovête* («proveite», p. 123), *escorrêto* («escorreito», p. 88), *molêro* («moleiro», p. 146), *perfêto* («perfeito», p. 127), *primêro* («primeiro», p. 81), *serralhêro* («serralheiro», p. 140), *terça-fêra* («terça-feira», p. 88): «E a gente só o vemos na *terça-fêra*?!».

Em sílaba final observa-se esta simplificação em formas verbais como *chamê* («chamei», p. 313), *falê* («falei», p. 127) e *mandê* («mandei», p. 314): «Fui *ê* que *mandê* aqui a Anica trazer-te esta carta».

O Professor Manuel de Paiva Boléo, em *Alcuni problemi del paesaggio dialettale portoghese, specialmente della parlata meridionale*, considerou a monotongação de *ei* em *ê* um dos traços mais típicos do falar meridional⁽¹²⁾. Posição semelhante fora manifestada por Maria Clementina Duarte, em *Alguns aspectos geográficos da dialectologia portuguesa*⁽¹³⁾. Luís F. Lindley Cintra, em *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses*, inclui a passagem de *ei* a *ê* entre os traços fonéticos diferenciadores dos dialectos centro-meridionais⁽¹⁴⁾. Clarinda de Azevedo Maia, em *Os falares do Algarve*, observa que em sílaba tônica este ditongo se reduz regularmente a *ê*, o mesmo podendo acontecer em sílaba átona, embora possa também originar-se outro

(12) Cf. *ob. cit.*, p. 420. Este estudo primeiramente veio a público como separata do «Quaderno N. 111 — Atti del Convegno Internazionale sul tema: *Gli atlanti linguistici: Problemi e risultati*» svolto a Roma dal 20 al 24 ottobre 1967. Problemi attuali di scienza e di cultura. Roma, Accademia Nazionale dei Lincei 1969. 18 pp. Foi depois incluído na colecção do autor *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, t. I, pp. 399-437. A indicação de página é feita por esta edição. Paiva Boléo, em *O «Mapa (...)»*, p. 335, inclui também a monotongação de *ei* em *ê* entre os traços característicos do falar meridional.

(13) Maria Clementina DUARTE, *Alguns aspectos geográficos da dialectologia portuguesa. Isófonas e isoglossas*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1950. Cf. pp. 64-124, mapas II, III, IV e V.

(14) *Ob. cit.*, p. 102. Cf. também: Idem, *Os ditongos decrescentes* ou *e ei: esquema de um estudo sincrónico e diacrónico*. In *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro, 1970, pp. 115-134.

som⁽¹⁵⁾. Estanco Louro, no *Livro de Alportel*, informa que a monotonação de *ei* em *ê* ocorre na linguagem alportelense em monossílabos, como *lê* («lei»), *sê* («sei»), pelo menos em casos de próclise, e polissílabos como *feguêra* («figueira»), *rebêra* («ribeira») (16).

eu está substituído por *ê* em alguns monossílabos, como o substantivo próprio *Dês* («Deus», p. 76), o pronome pessoal *ê* («eu», p. 75), e os pronomes possessivos *mê* («meu», p. 127), *sê* («seu», p. 177), *sês* («seus», p. 199), *tê* («teu», p. 78): «Mas, ôve: o *tê* afilhado ...»

Este ditongo simplifica-se do mesmo modo em polissílabos. Em interior de palavra, reduz-se a *ê* no substantivo *frêma* («freuma», p. 78) e em posição final, nas formas verbais *morreê* («morreu», p. 126), *nascê* («nasceu», p. 267), *perdê* («perdeu», p. 153): «Pôs 'teve alguns anos ên Lisboa e *perdê* o sotaque».

Leite de Vasconcelos, na *Esquisse*, escreveu que em certos contextos *eu* se reduz a *ê* por todo o Sul, e dispersamente também em outras regiões (17). Quando esteve na região de Sotavento, no lugar de Cabanas da Conceição, ouviu a mesma redução em formas iguais às que se encontram no romance de Hugo Rocha (18). Clarinda Maia, uma vez mais no seu estudo sobre os falares do Algarve, confirma a representatividade local das formas de *Sotavento* (19).

ói está substituído por *ó* em sílaba tónica final de uma forma nominal do plural — *espanhós* («espanhóis», p. 377): «Morrê co'uns tiros que lhe deram os *espanhós*, q'ando ela ia a passar (...)».

Estanco Louro informa que na localidade estudada a redução de *ói* a *ó* se verifica sempre no plural das palavras que no singular terminam em *ol* (20).

oi está substituído por *ó* nos monossílabos *dós* («dois», p. 80), *fó* («foi», p. 79), *pós* («pois», p. 120), *sós* («sois», p. 76): «Bên se vê que *sós* da mesma família». O mesmo sucede na sílaba tónica final de *depós* («depois», p. 126).

(15) *Ob. cit.*, p. 36.

(16) *Ob. cit.*, p. 190.

(17) *Ob. cit.*, p. 90.

(18) José Leite de VASCONCELOS, *Dialectos algarvios*. In *Revista Lusitana*, IV, pp. 324-338.

(19) *Cf. ob. cit.*, p. 37.

(20) *Cf. ob. cit.*, p. 191.

No *Livro de Alportel* sobre a redução de *ói* a *ô* diz-se que ocorre sempre antes de *s* final, o que é confirmado pelos exemplos de formas recolhidas por Clarinda de Azevedo Maia⁽²¹⁾.

ou passa a *o* fechado na forma proclítica *ô* («ou», p. 81) e na primeira pessoa do singular do verbo «ser», *sô* («sou», p. 81): «Mas, é também *sô* assinante».

Esta alteração também aparece em alguns polissílabos.

No início de palavras, em sílaba átona, está em *Lólê* («Loulê», p. 123); em sílaba tónica, vê-se em *ôça* («ouça», p. 83), *ôtros* («outros», p. 157), *ôve* («ouve», p. 78), *pôco* («pouco», p. 126), *trôxe* («trouxe», p. 303): «Fô o cartêro que a *trôxe*».

No final de palavra encontra-se em várias formas da terceira pessoa do singular do pretérito perfeito simples de verbos da primeira conjugação, como *cantô* («cantou», p. 303), *faltô* («faltou», p. 123), *ficô* («ficou», p. 123): «A gente das amendoêras *ficô* toda lá por Faro e *Lólê*».

Leite de Vasconcelos, na *Esquise*, noticia a monotongação que estas formas apresentam nos falares de uma parte de Trás-os-Montes e da Beira, Alentejo e Algarve, notando que no Sul se pode observar em qualquer posição⁽²²⁾. Em *O «Mapa dos dialectos (...)»* é indicada como um traço característico do falar meridional⁽²³⁾. Clarinda de Aze-Maia, em *Os falares do Algarve*, informa que a *ou* «corresponde invariavelmente» *ô* em toda a província algarvia⁽²⁴⁾.

Em *Sotavento* Hugo Rocha deixou registada também a redução de um ditongo vogal nasal: isto é, a redução do ditongo [ãĩ], que é ouvido no português padrão em monossílabos e na sílaba tónica final de palavras cuja terminação se representa normalmente por «em» e «ens», e «ém», «éns», à vogal [ē]. É o que significam, nesse romance, as formas *ninguên* («ninguém», p. 86), *tambên* («também», p. 81) e ainda *bên* («bem», p. 75), *én* («em», p. 79), *nên* («nem», p. 88), *quên* («quem», p. 102), *sên* («sem», p. 126), *têns* («tens», p. 88): «Tu *nên* *têns* fígados, homem?».

Clarinda Maia no seu estudo sobre os falares do Algarve informa que nessa província ao referido ditongo do português normal corres-

(21) Cf. *Livro de Alportel*, p. 191; *Os falares do Algarve*, p. 37.

(22) Cf. *ob. cit.*, pp. 91-92.

(23) Cf. *ob. cit.*, p. 335. Veja-se tb. *Alcuni problemi*, p. 420.

(24) Cf. *ob. cit.*, p. 37.

ponde, quando em sílaba tónica final, [ẽ] ou, com menor frequência, [ẽa] ou [ã] ⁽²⁵⁾).

2. Representação de particularidades relativas ao consonantismo

No romance minhoto *Gentio branco*, ao lado de particularidades vocálicas características da linguagem da região onde a acção é localizada, encontram-se também representados os seguintes factos de consonantismo da expressão regional: a africada palatal ʃ, a troca de *l* por *r*, e de *b* por *v*. Consideremos cada caso.

2.1. Africada palatal ʃ

Em numerosas palavras de *Gentio branco*, em vez do grafema *ch* que no sistema gráfico português representa a consoante surda palatal ʃ, encontramos *tch* que, como é óbvio, assinala a realização da africada palatal ʧ.

Assim sucede, por exemplo, nos vocábulos *atcho* («acho», p. 236), *bitcho* («bicho», p. 195), *borratcho* («borracho», p. 239), *catchaço* («catchaço», p. 237), *despatcha-te* («despacha-te», p. 202), *diatcho* («diacho», p. 26), *martchar* («marchar», p. 275), *moutcho* («moucho», p. 224), *ratcho* («racho», p. 44), *tchagas* («chagas», p. 278), *tchamar* («chamar», p. 93), *tcheira-te* («cheira-te», p. 42), *tchibata* («chibata», p. 34): «Olha qu'agora bai de *tchibata*!».

Entretanto, ao lado dessas formas, e incluídas como elas na expressão de personagens rústicas locais, aparecem *abaixo* (p. 223) *bruxaria* (p. 221), *mixer* (p. 44), *puxes* (p. 189). Ao conservar o grafema *x*, o autor querará significar que tais palavras não são pronunciadas com a africada. Assim, Quita, em cuja fala se vê, por exemplo, *diacho*, diz a certa altura: «— Fui ali *abaixo*, mas bou-me já» (p. 223).

O autor de *Gentio branco* testemunha pois, não só realização da africada ʧ, mas ainda a distinção entre a palatal surda ʃ e a africada correspondente ʧ que, segundo autores como Leite de Vasconcelos, Paiva

(25) Cf. *ob. cit.*, p. 33.

Boléo, Lindley Cintra e Adelina Angélica Pinto, se observam em falares do Norte do país⁽²⁶⁾.

2.2. Troca de *l* por *r*

Em *Gentio branco* encontramos vocábulos que em vez de *-ul+consoante* contêm *-ur+consoante*. Exemplos: *arresurbi-me* («resolvi-me», p. 205) e *curpa* («culpa», p. 243): «Esse num tem *curpa*».

Também encontramos numerosas palavras que, em vez de sílabas escritas normalmente com *-al+consoante*, apresentam *-a+ur+consoante*. Exemplos: *aurdeia* («aldeia», p. 23), *aurguém* («alguém», p. 224), *daurgum* («de algum», p. 228), *caurdo* («caldo», p. 35), *caurquer* («qualquer», p. 221), *faurta* («falta», p. 222), *fidaurga* («fidalga», p. 36), *maurbada* («malvada», p. 185), *saurbação* («salvação», p. 221): «Dai-me nesta bida a graça / E na oitra a *saurbação*».

Leite de Vasconcelos, na *Esquise*, observa que no Minho, e sobretudo no Baixo Minho, *l* muda para *r*, desenvolvendo-se um *u* quando não existe esse som ou *o* antes do *l*⁽²⁷⁾. Nos *Opúsculos* noticia essa particularidade justamente no concelho de Póvoa de Lanhoso, o concelho celebrado por *Gentio*⁽²⁸⁾.

2.3. Troca de *b* por *v*

Na expressão das personagens rústicas de *Gentio branco* aparece sempre *b* a substituir *v*, seja qual for o lugar dos sons e das letras que os representam. Das numerosas palavras com tal particularidade, alguns

(26) Cf. Leite de VASCONCELOS, *Esquise*, p. 99; M. de Paiva BOLEÓ, *Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas*, especialmente pp. 209-215 e mapas 1-4.— Este estudo primeiramente foi publicado no *Boletim de Filologia* (Lisboa), tomo XII, 1951, de que se fez separata; foi depois incluído na colectânea do autor *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomo I, pp. 185-250; Luís F. Lindley CINTRA, *Nova proposta de classificação dos dialectos gaégo-portugueses*, p. 102 e *passim*; Idem, *Alguns estudos de fonética com base no Atlas Linguístico da Península Ibérica*. In *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio de Janeiro, 1958, pp. 186-195. A distribuição geográfica da africada é foi estudada recentemente por Adelina Angélica Pinto em *A africada é em português. Estudo sincrónico e diacrónico*. Sep. do *Boletim de Filologia* (Lisboa), tomo XXVI, 1980-1981.

(27) Cf. *ob. cit.*, p. 96.

(28) Cf. *ob. cit.*, II, pp. 450-451.

exemplos: *belha* («velha», p. 232), *bendeu* («vendeu», p. 227), *benho-le* («vendo-lhe», p. 243), *berdade* («verdade», p. 243), *bida* («vida», p. 43), *bistes* («viste», p. 229), *bocé* («você», p. 232), *bomecê* («vomecê», p. 44), *bou* («vou», p. 220), *bregonha* («vergonha», p. 210), *buntade* («vontade», p. 244), *coba* («cova», p. 221), *debe* («deve», p. 275), («erva», p. 222), *gostaba* («gostava», p. 194), *habera* («houvera», p. 194), *imbacuar* («evacuar», p. 265), *lebar* («levar», p. 275), *oubido* («ouvido», p. 226), *pobo* («povo», p. 233), *probar* («provar», p. 194), *talbez* («talvez», p. 45): «Bem, s' Rita, quem a trouxe é qui a *debe lebar*!» (p. 275).

O fenómeno fonético que tais formas indiciam, a chamada troca de *b* por *v*, ou seja, segundo as palavras de Lindley Cintra, «o desaparecimento da oposição fonológica entre os fonemas /v/ e /b/ e a sua fusão num fonema único /b/» é, tal como afirma este autor, um traço caracterizador da fala dos portugueses do Norte⁽²⁹⁾. Isto mesmo é evidenciado por Adelina Angélica Pinto no recente estudo que dedicou a esta matéria, *A neutralização da oposição fonológica v/b em português. Estudo sincrónico e diacrónico*⁽³⁰⁾.

(29) Cf. *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses*, pp. 101-102. O autor traçara antes a isófona de *b* por *v* em *Une frontière lexicale et phonétique dans le domaine linguistique portugais*. In *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, vol. III (= *Boletim de Filologia* (Lisboa), t. XX, fascs. 1 e 2, 1961, pp. 31-39).

(30) Cf. *ob. cit.* Sep. de *Biblos*, LVI (1980), Coimbra, pp. 599-651. — Sobre a troca de *b* por *v* ver ainda: Leite de VASCONCELOS, *Esquisse*, p. 95, onde o autor sublinhou o seu carácter dialectal; Manuel de Paiva BOLÉO, *Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas*, pp. 219-225 e mapa 5. — Este artigo, primeiramente publicado no *Boletim de Filologia* (Lisboa), tomo XII, 1951, de que se fez separata, foi incluído na publicação do autor, *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomo I, pp. 185-250. (Segue-se esta paginação). Este estudo da dialectologia portuguesa e Maria Helena Santos Silva, em *O «Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental»*, não tomaram em conta a troca de *b* por *v* para a delimitação do falar minhoto, por terem considerado que «este facto é comum ao trasmontano e a outros falares» (cf. *ob. cit.*, p. 326). Sobre a troca de *b* por *v* ver ainda Maria Clementina DUARTE, *Alguns aspectos geográficos da dialectologia portuguesa. Isófonas e isoglossas*, pp. 125-212 e mapas VI-IX.

B. Factos linguísticos regionais do plano morfológico

1. Representação de particularidades relativas à flexão dos verbos

Tal como acontece em relação à representação de particularidades regionais do plano fónico, Hugo Rocha distingue-se entre os demais escritores pelo registo, no romance *Gentio branco*, de particularidades linguísticas do plano morfológico consideradas regionais, e em especial de algumas que dizem respeito à flexão verbal.

1.1. Assim, para a terceira pessoa do singular do pretérito perfeito simples do verbo «ser», apresenta *foi* («fui», p. 243): «Quem o matou *foi* eu, mais ninguém».

Esta forma *foi* é abonada, como característica da fala do Baixo Minho, em um estudo sobre essa variedade idiomática, da autoria de Martins Sequeira ⁽³¹⁾.

1.2. Para a terceira pessoa do singular do pretérito perfeito simples do verbo «trazer» Hugo Rocha apresenta *troufe* («trouxe», p. 94): «Digo-le que foi a mana da D. Natércia que ma *troufe* de Braga».

Tal forma é localizada por Leite de Vasconcelos apenas na fala de Entre Douro e Minho ⁽³²⁾. Esta abonação é confirmada por Martins Sequeira que, tendo anotado também outras formas já registadas pelo autor da *Esquisse*, como *trouxe* e *troixe*, observa que *troufe* e as formas desta flexão «são as mais lídimas» ⁽³³⁾.

1.3. O mesmo romancista regista também para o mesmo tempo e pessoa do verbo «vir» a forma *bêu* («veio», p. 159): «Num sei p'ra que *bêu* à pergrinação».

Leite de Vasconcelos noticia a ocorrência de *vêu* (bêu) na região de Entre Douro e Minho e também na Beira ⁽³⁴⁾.

1.4. Hugo Rocha apresenta ainda em *Gentio branco* três outras formas características da expressão minhota para a terceira pessoa do

⁽³¹⁾ Cf. Martins SEQUEIRA, *Apontamentos acerca do falar do Baixo Minho*. Lisboa, 1957/1958, p. 95.

⁽³²⁾ Cf. *Esquisse*, p. 117.

⁽³³⁾ Cf. *ob. cit.*, p. 111.

⁽³⁴⁾ Cf. *Esquisse*, p. 117.

plural do presente do indicativo dos verbos «pôr», «ter» e «vir», ou seja, respectivamente, *ponhem* («põem»), *tenhem* («têm») e *benhem* («vêm»): «E eu tenho aqui uns frasquinhos que te *ponhem* fina de todo» (p. 220); «E diz qu'os tísecos que *tenhem* o oubido muito apurado» (p. 172); «Hoije é qu'eles num *benhem* (p. 40).

2. Representação de particularidades morfológicas relativas aos nomes

2.1. Alguns romances oferecem testemunho do emprego local de certos sufixos que, não sendo eles próprios exclusivos de variedades idiomáticas regionais, são no entanto insistente e preferentemente usados em certas zonas na formação de algumas espécies lexicais. Assim sucede no que diz respeito aos sufixos *-alho* (*-alha*), *-enbo* (*-enba*), *-oso* (*-osa*) e *-udo* (*-uda*). Vejamos:

-alho (*-alha*): isolado ou associado a *-ich(o)* aparece no romance do Algarve *Sotavento* a formar nomes com sentido depreciativo, como *moçalba* (p. 321) e *pequenichalho* (p. 139). Comentando as inclinações sentimentais do filho, diz uma mulher: «Mas, também, se vieste cá pa' te prenderes por uma *moçalba* qualquer, nã sê se fora melhor nã teres vindo...».

É interessante ver que Manuel de Paiva Boléo, no seu estudo sobre a linguagem do Algarve, entre os sufixos característicos desta área, inclui *-alho*, assinalando o mesmo valor revelado em *Sotavento* (25).

-enbo (*-enba*): aparece em vários passos dos romances do Sul *Planície heróica*, *Sarça* e *Sotavento*, a formar nomes que designam naturalidade, ligação com uma região, isto é: *charnequenbo*, 'o homem da charneca', e *serrenbo*, 'o homem da «Serra» algarvia'. É da primeira obra o seguinte trecho: «— Acredite vossemecê, lavrador, que a charneca me dá soidades se me pranto a consid'rar na desgraça a que rudo chegou. A charneca era nossa, era dos *charnequenbos*, que ele ninguém na queria para nada» (p. 111).

Emprego idêntico está documentado na literatura popular local. Uma quadra recolhida em Odeleite, Castro Marim, diz: «Sou do Algarve,

(25) Cf. *Alcuni problemi*, p. 424.

algarvia, / Sou do barro, sou *barrenba*. / Sou do campo, campaniça, / Sou da serra, sou *serrenba*»⁽³⁶⁾.

—*oso* (—*osa*): encontra-se em *Planície heróica*, formando os adjectivos *bicoso* 'exigente, difícil de satisfazer, sob o ponto de vista de alimentação' (p. 243), *camposo* 'ampla', 'espaçosa' (p. 157) e *revinhoso* 'de temperamento difícil' (p. 243).

Segundo algumas fontes informativas, o emprego deste sufixo, na constituição de adjectivos como os que o romance de Manuel Ribeiro inclui, é de facto muito comum na região em que a obra se situa. Por exemplo, em *Linguagem popular do Baixo Alentejo*. Manuel Joaquim Delgado registou entre outros os seguintes adjectivos que, como os documentados pelo romancista, significam predominantemente qualidades psíquicas e também, em casos mais raros, qualidades físicas: «galioso» 'bonito'; «mijaloso» 'que urina muito', «verdoso» 'esverdeado' (37).

—*udo* (—*uda*): ocorre a formar os adjectivos *amorudo*, *amoruda* que se encontram nos romances de Manuel Ribeiro, o primeiro inclusivamente no subtítulo de *Sarça ardente*. O próprio escritor nos elucida acerca do carácter local dos vocábulos, quando, ao referir-se a uma personagem jovem, escreve em *Planície heróica*, p. 18: «Era uma destas criaturinhas doces que brotam do bucolismo rústico das aldeias, como nos matos a florescência tímida da urze e do tojo; almas que são nectárias de sentimentos ternos e em que o viver sem marulhos inquietos se espraia em sorrisos vagos e suspiros lentos, e vapora à roda fluidos subtis de amorosidade e de simpatia. Uma *amoruda*, como se dizia ali, num termo doce e típico que definia admiravelmente esta espécie de almas».

2.2. Nos romances do Alentejo e do Algarve está ainda documentado o modo como, nestas províncias, se formam os diminutivos de palavras terminadas em ditongo nasal, e particularmente no ditongo —ão, correspondentes aos da língua padrão em —*zinho* ou —*zito*. Assim em *A planície heróica* aparecem as formas *bordanito* (p. 63), *cervanito* (p. 107), *colchanito* (p. 23), *Conceiçanita* (p. 288), *Joanito* (p. 291),

(36) Cf. Manuel Joaquim DELGADO, *A linguagem popular do Baixo Alentejo*. Beja, 1951, p. 57.

(37) Cf. *ob. cit.*, p. 143, p. 167 e p. 216.

oraçanita (p. 105) e *vintenito* (p. 295), que são equivalentes a formas da norma como «bordãozinho» ou «carvãozinho». Em *Sarça ardente* também ocorrem alguns destes termos. Diz uma das personagens deste romance: «— A Felícia lá anda na aceifa a angariar o seu *vintenito* para comer, pois então» (p. 116). Em *Sotavento*, além de *Conceiçanita* (p. 290), está *tostanito* (p. 358), que corresponde à forma do português padrão «tostãozinho».

Este tipo de formação de diminutivos tem sido notado pelos estudiosos dos falares meridionais. Manuel de Paiva Boléo apresenta-o como característico do falar algarvio⁽³⁸⁾. Sílvia Skorge informa que ele se verifica constantemente no Alentejo e Algarve, mesmo em topónimos⁽³⁹⁾. Clarinda de Azevedo Maia sublinha a vitalidade das formas diminutivas terminadas em *-nito* nas linguagens locais algarvias⁽⁴⁰⁾. Estanco Louro dá notícia do facto precisamente na linguagem de Alportel, cenário do romance de Hugo Rocha que se estuda neste trabalho⁽⁴¹⁾.

C. Representação de factos linguísticos regionais do plano sintáctico

No que concerne a características indubitavelmente regionais, as abonações dos romances são muito escassas. Apenas as obras de Manuel Ribeiro contêm material que permitem apontamento significativo.

1. Emprego do gerúndio em construções perifrásticas

Nos romances deste escritor do Alentejo, em construções perifrásticas, o gerúndio ocupa regularmente o lugar do infinito que, regido da preposição *a*, se vê na língua padrão em tais contextos. Exemplos: «O que eu *estou fazendo* mais ninguém faz!» (*Planície*, p. 85); «— Pois é verdade, compadre José Mingorra, lá *andamos charruando* a folha» (*Planície*, p. 289); «Moro aqui com meu marido paredes meias; mas nou-

(38) Cf. *Alcuni problemi*, pp. 422-424. Ver também sobre esta matéria: Idem e M. Helena Santos SILVA, *O «Mapa (...)»*, p. 337 e p. 339.

(39) Sílvia SKORGE, *Os sufixos diminutivos em Português*. Lisboa, 1959, pp. 19-21.

(40) Cf. *ob. cit.*, p. 45.

(41) Cf. *ob. cit.*, p. 203.

tros tempos fui criada da tia Olívia e muitos benefícios lhe *fiquei devendo*» (Sarça, p. 115).

Esta predilecção pelo gerúndio, evidenciada também no emprego constante de orações gerundivas temporais e condicionais do género «E em vindo Castro começa-se a estrafunar» (Planície, 289), «— Em eles querendo (...) ninguém lhes tem mão» (Planície, p. 292) —, é considerada um traço bastante característico do falar meridional por Paiva Boléo, Maria Helena Santos Silva, e também por Clarinda Maia⁽⁴²⁾.

2. A construção *ir à de*

Alguns estudos das linguagens meridionais têm apontado como característica da sintaxe local o uso de *ir à de* em vez de *ir a casa de* ⁽⁴³⁾. Esta construção ocorre em *A planície heróica*: «— Com sua licença, sr. prior, que eu vou-me à do mestre Bento sapateiro levar uns sapatos» (p. 141).

D. Formas de tratamento ⁽⁴⁴⁾

1. Algumas formas interlocutórias

Em algumas regiões, para além de formas de tratamento comuns a todo o país, existem modos particulares de tratamento. Os romances fazem-se eco do facto.

Assim acontece com *Gentio branco*. Nos trechos em que se reproduz a fala de algum monsulense que cumprimenta outro, encontramos s' a anteceder o nome de pessoa, seja esta mulher ou homem: «— Boas tar-

(42) Cf. O «*Mapa (...)*», p. 339; *Os fálares do Algarve*, pp. 61-62. Neste estudo a autora indica bibliografia que se refere a esta matéria.

(43) Cf. Manuel Joaquim DELGADO, *ob. cit.*, p. 150; Clarinda de Azevedo MAIA, *Os fálares do Algarve*, pp. 64-65. Ver tb. J. Leite de VASCONCELOS, *Esquisse*, pp. 121-122.

(44) Cf. Leite de VASCONCELOS, *Esquisse*, pp. 107-108; Idem, *Uso do tratamento de «senhora» e «senhor»*. In *Revista Lusitana*, XVI, p. 345; Cláudio BASTO, *Formas de tratamento em português*. In *Revista Lusitana*, XXIX, pp. 183-202; Luís F. Lindley CINTRA, *Sobre «formas de tratamento» na língua portuguesa*, Lisboa, 1972; Delmira MAÇAS, *Fórmulas interlocutórias do diálogo no Português moderno coloquial*. Sep. de Biblos, vol. XLV. Coimbra, 1976.

des, *s'Quinzinho* (...). Eu qu'ria era falar à *s'D. Natercinha*» (p. 214); «— Natércia: olha que vai aí a filha da *s'Rita!*» (p. 215).

Como se pode constatar, esta forma de tratamento é ainda hoje corrente em Monsul. Provavelmente sê-lo-á também em outras zonas do Minho. Não o é, porém, em Trás-os-Montes, Beira, ou Sul do país.

O carácter regional das formas de tratamento está particularmente visível em *A planície heróica*, onde os homens são apresentados a tratar-se por *compadres*, sem que haja qualquer laço familiar ou o ritual do baptizado a justificá-lo, tal como no Alentejo se tem feito até aos nossos dias: «Pois é verdade, *compadre José Mingorra*, lá andamos charruando a folha, em vindo Castro começa-se a estrafuna, pois então! É a vida!» (p. 289).

No mesmo romance e em *Sarça ardente*, de acordo com a realidade alentejana, os homens são também tratados com utilização do nome que indica a sua função no trabalho da terra, e a sua condição de proprietário, rendeiro ou servo. Ilustra esta situação o emprego, por exemplo, da palavra *lavrador*, em frases como: «Salve-o Deus, *lavrador Joanito!*» (*Sarça*, p. 58).

2. Diminutivos hipocorísticos

Um aspecto particular dos modos de tratamento diz respeito aos diminutivos hipocorísticos de nomes próprios, empregados pelas pessoas, quer quando se dirigem umas às outras, quer quando falam dos que não estão presentes. Nos romances em questão encontram-se diminutivos de nomes próprios que são típicos das regiões onde se situam as obras que os apresentam.

Como já se viu, *Conceiçanita* e *Joanito*, nomes diminutivos de «Conceição» e «João», frequentes no Alentejo e no Algarve, aparecem em *Planície*, *Sarça* e *Sotavento*. Neste último romance estão também *Bia* e *Blé*, diminutivos de «Maria» e «Manuel», que se empregam correntemente no Algarve. Além disso, em *Planície* e *Sotavento* encontramos *Anica* que, escusado seria escrevê-lo, está muito vulgarizado no Sul do país.

E. Regionalismos lexicais

1. Substantivos, adjectivos, verbos

Acerca dos vocábulos que encontramos nos romances regionalistas em análise, que podem ser abrangidos pela classificação de «regionalismo», convém observar, antes de mais, que a sua marca local ou regional tem graduação diversificada. Assim, alguns desses vocábulos, nem na forma, nem no sentido são idênticos a vocábulos da linguagem comum, e designam ou realidades específicas e características de uma região, ou realidades não locais. Outros, são formalmente coincidentes com vocábulos da linguagem comum, e usam-se em certa região numa acepção especial, sobretudo para designar realidades próprias dessa região. Outros ainda são iguais, sob o ponto de vista formal e semântico, a vocábulos da linguagem comum, e só por se usarem preferente e frequentemente em alguma zona, em particular para designar factos ou objectos regionais, se revestem de um certo localismo.

Como se vai ver, o acolhimento dos vocábulos regionais é feito de modo diverso pelos vários romancistas, não só no que diz respeito à espécie, mas também em relação ao número dos que são registados.

Nos romances do Minho, os factos lexicais regionais são escassos, e de maneira muito evidente em *Maria dos Tojos*. Nesta obra os termos *inverneiras* e *varandas* são casos raros de ruptura da escrita comum. O próprio escritor dá o significado destes dois termos quando, depois de ter apresentado o primeiro na expressão de uma personagem local, diz: «As *inverneiras*» eram a parte mais abrigada do vale, onde as mulheres se acolhiam quando o inverno começava, fugindo das casas do alto da montanha, expressivamente denominada de «*varandas*», pelo panorama largo que dali se enxergava» (*Tojos*, pp. 24-25).

Em *Gentio branco*, tal como em *Sotavento*, Hugo Rocha utiliza minimamente termos locais. Entre eles estão os seguintes:

compasso (p. 35) — visita pascal

gábedo (p. 180) — vasilha de certo tamanho para líquidos

pulho (p. 24) — espécie de represa no campo para conter a água de rega

toura (p. 21) — vitela.

Nas obras localizadas em Trás-os-Montes, o vocabulário caracteristicamente local foi copiosamente registado.

Em *Por entre fraguedos* o léxico mirandense abrange diversos domínios ⁽⁴⁵⁾.

Neste romance encontram-se entre outros os seguintes nomes regionais de ou para animais:

bicho-lobo (p. 140) — barata
cadela-beira (p. 278) — espécie de bicho de traça
canhona (p. 112) — cabra ou ovelha velha
goubela (p. 243) — galinha de pescoço pelado
larego (p. 50) — leitão
mico (p. 321) — nome carinhoso com que se chama o gato
parreco (p. 116) — pato
parrica (p. 142) — pata

Manuel António Ribeiro registou as designações que as partes do corpo do suíno, quando morto, recebem em Mirandela. Alguns exemplos:

couracha (p. 51) — pele
enguião (p. 53) — tira de toucinho do centro do lombo
folho, redanho, suentre (p. 51) — nomes para diferentes espécies de carne gorda
lombelos (p. 53) — lombinhos
peituga (p. 53) — peito
suã (p. 53) — ossos da espinha
ubre (p. 51) — estômago

Designam espécies ou produtos da vegetação local, entre outros, os seguintes vocábulos:

botelha (p. 112) — abóbora amarela
cano (p. 40) — ramo, tronco de árvore
carvalha (p. 62) — crisântemo
chicharos (p. 112) — feijões-frades
ervanço (p. 112) — grão-de-bico
fiolho (p. 173) — funcho

⁽⁴⁵⁾ Manuel António Ribeiro, ao usar os vocábulos regionais pela primeira vez, indica em nota o respectivo significado. Neste trabalho tomam-se em conta as explicações do autor de *Por entre fraguedos*, excepto nos casos em que elas não são exactas, o que por vezes acontece, segundo verifiquei através de inquéritos que realizei no concelho de Mirandela, cenário do romance.

galela (p. 309) — uva esquecida durante a vindima
guiços (p. 26) — paus, pedaços de lenha

Manuel António Ribeiro anotou vocábulos relacionados com trabalhos agrícolas. É o caso dos que dizem respeito às *cegadas* ou *ceifas*. Alguns exemplos:

corniçoula (p. 258) — grão negro de cereal
cuanbo ou palbiço (p. 257) — palha moída
medouchas (p. 257) — pequenos montes de cereal ceifado
meroços (p. 257) — idem
rabeira (p. 258) — moinha do grão depois de joeirado
seitoura (p. 256) — foice
vencelho (p. 257) — palha de cereal, em regra centeio, com que se ata cada molho de cereal ceifado.

O escritor retém nomes relacionados com o fabrico do pão, isto é, do *trigo* (p. 47), que é feito com farinha de trigo passada pela peneira várias vezes, e do *charrão* (p. 145), feito com a farinha mais grosseira. Assim, refere *ranhadouro* (p. 29), que designa o pau com que se removem as brasas e cinza que aquecem o forno do pão, e *raspadoura* (p. 229), que nomeia uma espécie de espátula de madeira que, tal como o próprio nome indica, serve para raspar a massa do pão que adere às paredes do recipiente onde se amassa a farinha.

Além disso, Manuel António Ribeiro reteve os nomes locais de vários objectos que integram o universo rural e doméstico dos aldeões mirandenses. Exemplos:

albaneira (p. 280) — cano de água
alquitarra (p. 280) — alambique
badil (p. 28) — pequena pá de ferro
carreto (p. 256) — cabana com rodas onde dorme o pastor
chaspá (p. 34) — tacho de ferro ou de esmalte
cravelho (p. 27) — fecho de madeira nas portas
lançador (p. 322) — espécie de concha com que se põe a comida nos pratos
lareiros (p. 53) — varas do fumeiro
masseirão (p. 48) — vasilha grande de madeira onde por vezes comem os porcos
pêto (p. 93) — mealheiro

raposa (p. 27) — fecho de madeira na porta, que produz o efeito de uma mola

remeia (p. 32) — bilha de folha de flandres que comporta seis litros de líquido

xarega (p. 243) — enxerga

A nomenclatura local de candeia de azeite também é referida, quando uma personagem, depois de ter pegado num desses objectos, diz: «— Tem o *espelho*, a *varela*, a *tijela* e *tampa*, o *bico* e *bicheiro*, o *pé*, o *gancho*, o *espevitador*, a *tanaz* e *corrente* e até a respectiva *torcida*» (p. 25).

Alguns exemplos de adjectivos que qualificam pessoas, recolhidos em *Por entre fragedos*:

acandilada (p. 110) — exausta, prostrada ⁽⁴⁶⁾

escalafrada (p. 244) — magricela

bêdeira (p. 93) — bisbilhoteira

biganau (p. 44) — marau; maroto

curjidoso (p. 107) — diligente

firfantona (p. 167) — respondona; atrevida

fistora (p. 44) — pessoa sabida

lafardo (p. 44) — malvado, patife

marraxa (p. 43) — atarracada

nacho (p. 300) — diz-se da pessoa que tem o nariz achatado

piléu (p. 44) — maroto

pròsmeira (p. 107) — manhosa

remisga (p. 15) — palerma

zanarga (p. 167) — amalucada

Exemplos de verbos:

abondar (p. 45) — chegar algum objecto a alguém

anassar (p. 36) — amassar o pão

degranhar (p. 37) — tirar o grão, debulhar ou abrir pinhas

embarrar (p. 142) — bater em alguém

empechinar (p. 176) — ficar envergonhado

esmicbar (p. 16) — bater violentamente em alguém; partir alguma coisa em pedaços pequenos

(46) Nos exemplos, os substantivos e adjectivos apresentam o mesmo género e número gramaticais que têm no romance.

lançar (galinhas) (p. 242) — pôr as galinhas a chocar ovos
uliar (p. 298) — uivar.

Sousa Costa registou grande número de vocábulos em volta de dois temas importantes dos seus romances: o vinho do Porto e o barco «rabelo».

Com as obras deste escritor tem-se a possibilidade de acompanhar a par e passo as operações necessárias para que da terra brote o «precioso néctar», e ao mesmo tempo fica-se a conhecer os vocábulos durien-ses que são aplicados a cada uma delas. Sigamos o autor.

Os primeiros gestos feitos em prol da vinha são quase bélicos pois é preciso conquistar arduamente o ninho onde será deposta a cepa: entra então em acção «a *parelha*» de trabalhadores que broca um bloco de xisto para o tiro de dinamite. O mais fraca figura sustenta a broca do sacrifício, o mais forçoso ataca «o *pistolão*», de marreta em punho, a fortes marretadas — enquanto o grosso da «*ranchada*», «*rei*, *rainha* e *vassalos*», num dos socalcos da meia encosta, já arroteado a ferro e fogo, a abrir os valados que hão-de receber a videira, outros, mais acima, a construírem, pedra a pedra, os muros dos socalcos, as bancadas do anfiteatro, a graça do presépio onde há-de vir à luz o Menino-Mosto» (*Filhas*, p. 70).

O que são e o que fazem exactamente o *rei*, a *rainha* e os *vassalos*? O romancista explica-o claramente:

«O *rei*, o mais possante, na extrema direita, atira a alavanca com o apurmo de um hércules na arena do circo — como se pretendesse reconstituir a época orgulhosa do coliseu formidável. O *rainha*, de mais modesto aspecto, na extrema esquerda, espalha com a enxada a terra e os pedregulhos das bordas do valado. E entre os dois, os *vassalos*, enterrados até à cintura, abrem o leito em que a videira e o xisto hão-de celebrar as suas bodas, ser vida nova, beleza e regozijo frutuosa» (*Resurreição*, p. 43).

É surpreendente o trabalho desenvolvido pelos homens a que se referem os vocábulos sublinhados, pois são capazes de transformar em jardim o que antes era campos de desolação, ou seja, *mortórios*; assim são chamados, muito expressivamente, os terrenos onde a vinha morreu por causa da invasão da filoxera. Terríveis foram os danos causados por esse mal que é descrito nestes termos: «Nas folhas salvas surgem «*galhas*» — lóbulos ocos onde o micróbio trabalha. As uvas nascem anémicas, não atingem a maturação. E no ano imediato, irremediavelmente,

as varas entisicadas, corpos tocados pela ética, emagrecem, mirram-se, pendem, até tombar ressequidos» (*Ressurreição*, p. 365). Assim se constituíam esses autênticos cemitérios de plantas, de que nos nossos dias ainda há no Alto Douro vestígio suficiente para angustiar os olhos de quem tenha ocasião de os contemplar.

Quando o calor queima alguns bacelos, faz-se a *retancho* (*Filbas*, p. 241) — isto é, o plantio de novas cepas.

Depois de plantada, a videira precisa de desvelos. Por isso, «a *ranchada*», «manuseando *ranholas*», enxadões de dois bicos, revolve a terra seca, cava os bardos simétricos, liberta as cepas da grama e do escalracho» (*Filbas*, p. 128).

O enxerto é operação delicada que exige trabalhadores hábeis, bons conhecedores da tarefa a realizar. A esse trabalho refere-se o seguinte trecho: «enxertadores, de cócoras, acolitados pelos *aconchegadores*», fazem a enxertia dos bacelos americanos, plantados no ano do primeiro arroteamento, com *prumas* de castas patricias» (*Filbas*, p. 29).

O texto seguinte indica o significado de *prumas* e outros termos curiosos. Diz um vinhateiro:

«— Se não tenho *sangrado* estes *cavalos*» na semana passada, p'ros enxertar agora, a força da seiva *afogava* as *prumas*...

E entalando a *pruma*» de sangue heráldico no cerne do «cavalo» do cavalo burguês, casa-os para sempre, cingindo-os no aperto da ráfia — o *aconchegador*», tal qual aio diligente aos cuidados dos seus meninos, a chegar ao enxerto a terra fofa, previamente revolvida pelos cavadores (*Filbas*, p. 129).

E assim são entronizadas nas terras do Douro espécies excelentes de videira: *americana*, *donzelinho de castelo*, *gouveio*, *malvasia rei*, *mourisca*, *tinta roriz*; *dedo de dama*, *ferral*, *moscatel de Jesus*, *promissão*.

Outra faina realizada na vinha é o *embardamento*, ou seja, o acto de pôr fiadas de arame, bem retesado com o *esticador*, para segurar as videiras (*Filbas*, p. 146).

A *enxofra* evita a *farinha* — o oídio (*Filbas*, p. 147). Esta operação é feita pelas mulheres mais velhas: «As mais novas cuidam do *estadroamento*» das cepas viçosas — catam as *netas*», rebentos supérfluos nos caules de tenra idade» (*Filbas*, p. 147).

No fim de muitas canseiras, chega enfim, a ocasião de colher o fruto. É a vindima. Dela se encarrega a *roga* — grupo constituído por mulheres que cortam as uvas e as lançam nas *cestas varezas*, e por homens, dos quais, uns despejam «as cestas varezas nos *cestos vindimos*» — altos

cestos cónicos em que se acomodam arrobas de cachos. E outros homens ainda, em mangas de camisa, enodoadas de mosto, tomam os cestos às costas, sobre a *trouxa*, suspensa dos *frontais* pelo correame da *cabezeira*, transportando as uvas ao lagar, seguindo em fila» (*Filbas*, p. 159).

No lagar faz-se a *corta*, a pisa das uvas. O escritor descreve-a assim:

«Os pisadores alinham no tanque meado de uvas (...). Cabeças ao léu, calças arregaçadas, em mangas de camisa, em fila cerrada, cingidos pelos ombros, avançam e recuam, pisam e repisam, em resfôlegos rítmicos, como se ensaiassem o passo difícil de ganso da marcha tudescas» (*Filbas*, p. 177).

Quando «as pernas dos pisadores já se levantam e mergulham na massa vínica sem esforço» (*Filbas*, p. 178) — está a *corta* no fim; desprendendo-se uns dos outros, enquanto bradam «Viva a liberdade!», preparam-se para o *recalque da manta*, isto é, para «manter submersos os destroços de cascas e engaços em fermentação» (*Filbas*, p. 179); *manta* é precisamente o conjunto de cascas e engaços pisados que vêm à superfície.

Após o recalque, transfere-se o mosto para cubas — é a *trasfega*. Previamente verificou-se se as cubas teriam alguma aduela *falbeira*, que deixasse sair gotas de líquido, e se estariam bem *avinhadas*, quer dizer, se teriam sido usadas anteriormente no envasilhamento de bom vinho que tivesse preparado o casco para receber o da nova colheita. Se enfermarem do primeiro mal, o remédio é simples: faz-se o *emborro*, ou seja, tapa-se a falha que houver com uma mistura de terra inglesa, sangue de boi e vinho (*Filbas*, p. 188).

Não basta, porém, guardar o vinho em cuba bem acondicionada para que cada um de nós tenha o prazer de saborear um bom cálice de «Porto». É necessário ainda fazer a *lota*, tratamento com aguardente, e a *colagem*, filtragem com claras de ovos ou gelatina (*Filbas*, p. 194). Então está, enfim, pronto para a consumpção.

Confrontando o vocabulário vinícola da Pesqueira apresentado por Sousa Costa e o recolhido na vizinha região da Régua por Maria Elsa Tomás Gomes de Pinho, registado em *Terminologia da cultura e preparação do vinho do Porto*, verifica-se que coincidem em grande parte, sendo as indicações do romancista muitas vezes mais completas que as do referido estudo⁽⁴⁷⁾.

(47) Maria Elsa Tomás Gomes de PINHO, *Terminologia da cultura e preparação do vinho do Porto*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1961.

A saída do vinho da terra produtora e a sua entrada no mundo do consumo ficava a cargo do barco «*rabelo*», a típica embarcação que em tempos passados foi o meio de transporte mais utilizado na ligação do Alto Douro com a cidade do Porto.

Nos dois romances, mas de modo mais completo em *Ressurreição dos mortos*, o escritor indica as partes que compõem o «*rabelo*» e os nomes que lhes correspondem.

São da obra referida os seguintes termos e a respectiva explicação:

- apêgada* (p. 50) — ponte de governo do barco
cabo de aladura (p. 49) — cabo de guindaste que serve para puxar o barco
cabresto (p. 47) — corda ligada à «*espadela*» e que governa esta
chumaceira (p. 50) — pedaço de madeira, no qual se prende o para-fuso onde gira a «*espadela*»
coqueiro (p. 50) — espécie de cacifo onde se arrumam mantimentos, enxergas, velas, etc.
escamões (p. 50) — pranchas de madeira, colocadas a prumo, onde assenta a ponte de governo
espadela (p. 50) — leme do barco
sagro (p. 50) — fundo do barco
taburno-de-avante ou *chilreira-de-avante* (p. 50) — o sobrado do barco, à frente.

Em São João da Pesqueira não pude averiguar «*in loco*» a exactidão destes nomes, pois os «*rabelos*» já não descem o rio Douro no transporte dos produtos das terras durienses, e a população agrícola não guarda memória dessa terminologia. Esta é confirmada, no entanto, por Armando de Mattos no trabalho *O barco rabelo*, publicado cerca de vinte anos depois de *Ressurreição* e dez antes de *Filhas do pecado* ⁽⁴⁸⁾. Alves Redol usou-a em parte no romance *Porto Manso*, que foca também a vida dura dos homens que conduzem o «*rabelo*».

Os barqueiros do *rabelo* eram conhecidos pelo nome de *marinheiros* (p. 48). Entre eles destacava-se o *arraís*, que movia a «*espadela*», e o

⁽⁴⁸⁾ Armando de MATTOS, *O barco rabelo*, Porto, 1940. Outras informações sobre o «*rabelo*», são fornecidas pelos estudos: Octávio Lixa FILGUEIRAS, *Considerações sobre a estrutura do «Rabelo»*. In *Douro Litoral*, 8.ª série, III-IV, 1957, pp. 345-351; Luís CHAVES, *O barco rabelo do Rio Douro (Nótula de etnografia)*. In *Memoriam ao Dr. Pedro Vitorino*, Porto, 1945, pp. 161-164.

feitor (p. 47), que orientava os companheiros quando estes puxavam o barco de terra, gritando: «— *Peija à terra!*» — se o barco segue demasiado contra o grosso da corrente». — *«Peija ao pego!»* — se se aproxima em excesso dos alcantis marginais» (cf. *Ressurreição*, p. 47).

O barco era conduzido *à leva* ou *à sirga*; neste último caso «equilibrando-se nas estreitas verrugas abertas na rocha — *«o caminho dos marinheiros»* — puxam à corda, gritam em coro, enrouquecidos:

«— *Upa! Eh barquinho! À tona! À tona!*» (p. 47).

Quando chegava a hora de descansar, os «marinheiros» reforçavam as suas energias no porto onde recolhiam o «rabelo», «comendo a costumada *«pá de peixe»* e bebendo o tradicional *«atestador de vinho»* (p. 51).

Não era fácil o trabalho dos homens do «rabelo». O leito do rio oferecia riscos constantes nos locais de que Sousa Costa anota os nomes peculiares: as *brulhas* — redemoinhos espumantes (p. 46); os *cachões* — sítios onde a água está muito agitada, geralmente por causa de um desnível do leito (p. 45); os *pontos* — sítios onde a corrente do rio é mais veloz (p. 315).

Anotam-se em seguida outros dos vocábulos tipicamente locais registados por Sousa Costa em ambos os romances, mas em maior número em *Ressurreição dos mortos*, segundo parece. É a esta obra que se refere a paginação indicada.

Substantivos:

ama de água (p. 126) — aguadeira; lavadeira

casculo (p. 136) — murro

catroio (p. 113) — rédea dos cavalos e burros

farna (p. 95) — florescência de oliveiras e videiras

gogo (p. 135) — pedra pequena

lastrão (p. 69) — camadas de solo inerte e estéril

limpezas (p. 65) — roupas de casa; bragal; enxoval

lodeiro (p. 65) — terreno lamacento de cultivo

não-filho (p. 65) — enteado

panada (de erva) (p. 93) — uma abada (de erva)

pulba (p. 254) — costume carnavalesco que consiste em comentar determinados acontecimentos do alto de um monte, soprando as palavras através de uma buzina ou funil

sapa (p. 324) — desabamento de terrenos

Adjectivos:

- asseçoadá* (p. 65) — diz-se da terra que anda bem cultivada e bem estrumada
avelada (p. 341) — caracteriza a terra que foi descuidada e abandonada
calatrão (p. 318) — aplica-se a pessoa com mau aspecto
curgidoso (p. 10) — diligente
daimoso (p. 135) — muito generoso
encachanado (p. 149) — orgulhoso
enfariado (p. 66) — aborrecido, zangado
escalafrino (p. 87) — maroto
latinário (p. 12) — patife
fedentinhoso (p. 149) — orgulhoso, soberbo
franzelinha (p. 244) — fraca, débil
incrêu (p. 135) — diz-se de pessoa incomodativa
ingarilho (p. 135) — pessoa muito magra
louquinha (p. 65) — diz-se de plantas muito viçosas
pringenbo (p. 187) — aplica-se a pessoa sem valor
rilhoso (p. 324) — orgulhoso

Verbos:

- arrigar* (p. 302) — arrancar
chisnar (p. 13) — esturrar, queimar a comida
coar (p. 126) — lavar roupa na barrela
escampar (p. 16) — desanuviar (o tempo)
escoiçar (p. 340) — esvaziar uma vasilha
estonar (p. 71) — bater em alguém; quando se emprega em relação aos animais, significa 'partir os cornos'
fintar-se (p. 136) — acreditar em alguém.

Nos romances do Alentejo observa-se o emprego de numerosos vocábulos característicos da linguagem meridional. Manuel Ribeiro utiliza-os em ambas as obras, no entanto, em *A planície heróica* aparecem em maior quantidade, o que não deixa de ser natural, pois este romance é bem mais extenso do que *Sarça ardente*. Pertencem àquela obra as páginas seguidamente mencionadas.

Nomes típicos que indicam profissões ou categorias da hierarquia agrícola alentejana:

abegão (p. 231) — este vocábulo, que no Alentejo e em outras províncias possui vários significados ⁽⁴⁹⁾, parece ser usado na acepção de 'carpinteiro de carros': «E assim que o sr. João Manuel apareceu com o seu fato do mato e o chapéu à espanhola, saíram para a horta, tendo visitado primeiro uma corte de porcos e mirado o trabalho de um *abegão* que, numa arramada sombria, falguejava azinho para um carro de parelha»

ajuda (p. 152) — companheiro e auxiliar do maioral

maioral (p. 152) — pastor principal de um rebanho

manageiro (p. 116) — homem que recruta trabalhadores e os dirige nas fainas agrícolas

paneiro (p. 23) — vendedor ambulante de panos

porqueiriço (p. 258) — guardador de porcos

rabadão (p. 112) — chefe dos pastores de ovelhas ⁽⁵⁰⁾

seareiro (p. 40) — aquele que traz de arrendamento uma pequena propriedade

Muitos outros termos designam aspectos da natureza, objectos, utensílios e costumes próprios do mundo alentejano. Estão nessa categoria os seguintes:

adiafa (p. 79) — refeição abundante servida aos trabalhadores depois de concluírem um trabalho

agostadoiro (p. 106) — segundo Manuel Joaquim Delgado é «pastagem de restolhice com as espigas e sementes, restos que ficaram da seara ceifada e que são aproveitados pelos gados que as comem; campo com pastagem e bamburral, espigas e sementes, que ficaram no terreno após o carrego» ⁽⁵¹⁾

⁽⁴⁹⁾ Silva Picão diz que «abegão» é o imediato ajudante do lavrador e é o responsável pelas tarefas realizadas pelos «ganhões», trabalhadores rurais, de quem é chefe, competindo-lhe distribuir os salários e refeições, valer-lhes em caso de necessidade, dirigi-los e incitá-los no trabalho, e, além disso, velar pela conservação de alfaias. Cf. José da Silva PICÃO, *Através dos campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)*. 2.^a ed., Lisboa, 1974, pp. 68-69. Outros significados são mencionados por M. Carvalho MONIZ, *O abegão*. Lisboa, 1965. Sep. de *Ethnos*, vol. IV; A. de Almeida CALADO, *Abegão. Estudo linguístico*. Elvas, 1963.

⁽⁵⁰⁾ Segundo José Leite de Vasconcelos, tb. «môral d'ôvêlhas». É o único dos maiores que tem nome especial. Cf. Idem, *Dialectos alentejanos*, in *Revista Lusitana*, II, p. 36.

⁽⁵¹⁾ Cf. Idem, *Linguagem popular do Baixo Alentejo*, pp. 16-17.

- alferce* (p. 135) — alfaia agrícola; espécie de enxada ⁽⁵²⁾
andorrial (p. 122) — terreno coberto de plantas selvagens
arneiro (p. 95) — espécie de crivo com fundo de zinco ou lata para
limpar o trigo das maiores impurezas
barranhão (p. 290) — garrafa bojuda
barros (p. 45) — terrenos argilosos, excelentes para a cultura cerea-
lífera ⁽⁵³⁾
çações (p. 5) — espécie de calças de pele, usadas para resguardar as
pernas dos trabalhadores rurais e pastores ⁽⁵⁴⁾
carreteira (p. 11) — caminho provisório feito no verão pelos carros
que vão carregados para a eira ⁽⁵⁵⁾
cavelheirice (p. 69) — estábulo
cevadeira (p. 74) — saco em que se dá a cevada ou outro alimento
às cavalgadas
ciranda (p. 95) — espécie de crivo, cujo fundo é de arames que for-
mam circunferências concêntricas
enchapota (p. 60) — ramo que resulta do desbaste de azinheiras
e chaparros
garrocho (p. 61) — pau curto e torto para apertar as cordas com
que se ata uma carga levada sobre o dorso dum animal
golpelba (p. 74) — espécie de alcofa de palha
malhada (p. 154) — cabana de pastor
panal (p. 144) — toalha branca que se estende sobre o tabuleiro
onde se coloca o pão que vai cozer ao forno
peguia (p. 31) — lugar profundo dos ribeiros

Além de vocábulos deste tipo, em *A planície heróica* figuram substantivos abstractos, adjectivos e verbos que se empregam no Alentejo em vez de termos correspondentes da linguagem comum. Apresentam-se seguidamente alguns desses termos:

⁽⁵²⁾ Cf. Fernando GALHANO, *Picaretas, alviões, alferces. Trabalhos de a. e.*, XV, 1-2.

⁽⁵³⁾ Ver quadra citada *supra*, B. 2.2.1. (-*enbo*).

⁽⁵⁴⁾ «Çações» é forma abonada por Pombinho Júnior, ao lado de «cêções» e «acêções», para a linguagem de Évora e Beja. Cf. *Vocabulário alentejano*. In *Revista Lusitana*, XXXIII, p. 99.

⁽⁵⁵⁾ M. Joaquim Delgado regista «carteira (ê)» na linguagem do Baixo Alentejo. Cf. *Linguagem popular do Baixo Alentejo*, p. 82.

Substantivos:

calma (p. 16) — calor

carcachadas (p. 66) — gargalhadas

cbacutinas (p. 222) — algazarra, barulho

chafranafra (p. 271) — com sentido semelhante ao anterior

enleadas (p. 253) — intrigas

estrafuna (p. 39) — azáfama

falca (p. 122) — esmola

função (p. 293) — festa; comezaina

matrafice (p. 124) — bruxaria

milhadura (p. 151) — gorjeta

orelhadas (p. 25) — bofetadas

quartel (p. 66) — lugar onde as pessoas se hospedam

teslinice (p. 123) — patetice

Adjectivos:

Além de *amoruda* ‘meiga’, *bicoso* ‘que é esquisito no comer’, *camposa* ‘larga’, já atrás mencionados, aparecem, por exemplo, os seguintes que se aplicam a pessoas:

encharnicado (p. 248) — irritadiço, violento

escalhavarda (p. 66) — amalucada

estafanário (p. 274) — estróina, gastador

estio (p. 22) — debilitado, magro

invencionado (p. 177) — entusiasmado, muito interessado (em alguma coisa)

teslina (p. 246) — tonta, pateta

Verbos:

acarrar (à cama) (p. 63) — ficar de cama

amalhojar-se (p. 107) — aninhar-se, acoitar-se

arneírar (p. 84) — juntar cereal ceifado para formar molhos

cabedar (p. 254) — receber algo; ser presenteado com alguma coisa

carcachar (p. 123) — soltar gargalhadas

engar-se (p. 122) — ganhar hábito de fazer alguma coisa

estronchar (p. 135) — limpar a árvore, cortando-lhe os ramos e per-nadas que não prestam e impedem o seu desenvolvimento

falquejar (p. 231) — com o significado do verbo anterior.

Em *Sotavento* Hugo Rocha usa os seguintes termos característicos da linguagem algarvia:

açoteia (p. 125) — assim se designa uma espécie de terraço ou mirante construído por cima da casa ⁽⁵⁶⁾

ganbão (p. 145) — trabalhador rural

griséu (p. 366) — é o nome dado a uma espécie de ervilha numa pequena faixa do Baixo Alentejo, e no Algarve, excepto em pequena área ocidental desta província, como nos informam, entre outros autores, Lúcia Magno ⁽⁵⁷⁾, Manuel Paiva Boléo, Clarinda de Azevedo Maia e Lindley Cintra ⁽⁵⁸⁾.

Nos romances da Beira, o que se observa acerca do emprego ou registo de factos linguísticos regionais do plano lexical varia bastante de autor para autor.

Os romances de Vergílio Godinho e de Nuno de Montemor são escassos em vocábulos que possamos considerar específicos da região onde são situados. Na obra do primeiro, alguns dos termos que poderão parecer estar nessas condições são, afinal, da linguagem popular e sobretudo da linguagem familiar. Em *Maria Mim*, do segundo autor, apresentam-se como típicos da zona raiana termos que se referem a costumes locais: a *capeia* e os *azagueios*. *Azagueios* designa «chamamentos que, todas as noites, os rapazes fazem às noivas, a avisá-las de que vão falar com elas a casa dos pais» (p. 230), segundo a explicação do próprio romancista; *capeia* (p. 133), é o nome dado a uma corrida de touros

⁽⁵⁶⁾ Em Alportel a «açoteia» é utilizada na secagem de frutos. Em outros locais do Algarve, situados à beira-mar, nela secam o peixe. Sobre a origem e particularidades desta construção, que alguns autores atribuem a influência do norte de África, ver Amorim GIRÃO, *Lições de geografia humana*. In *Bíblis*, vol. X, p. 74; Wilhelm GIESE, *O problema da açoteia algarvia*. Coimbra, 1935. Idem, *Conservação e perda da cultura material e tradicional no Sul de Portugal*. Sep. da *Revista de Etnografia*, vol III, tomo I, Julho de 1964.

⁽⁵⁷⁾ Cf. Lúcia M. dos Santos MAGNO, *Áreas lexicais em Portugal e na Itália*. Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XI, 1961. Coimbra, 1961, pp. 5-14, mapas 1 e 2.

⁽⁵⁸⁾ Manuel de Paiva BOLÉO, *Alcuni problemi*, p. 427; Clarinda de Azevedo MAIA, *Os fálares do Algarve*, pp. 80-81, 108 e mapas n.º 19 (sobre os nomes para 'ervilha') e n.º 21 (nomes para 'chícharo'); Luís F. Lindley CINTRA, «*Griséu*», um *moçarabismo algarvio*. Sep. de *Bíblis*, LVII (1981). Neste último estudo o autor esclarece a etimologia do vocábulo, que classifica de «dialectalismo algarvio centro-oriental» (p. 68).

que se realiza anualmente na região. Com este vocábulo relacionam-se outros que o romance igualmente acolhe. Alguns exemplos:

forcão (p. 131) — «espécie de grelha gigante, em forma de triângulo isósceles, com cinco metros de comprido e seis de frente», que se opõe à fúria dos touros durante a «capeia», tal como também explica Nuno de Montemor

galhos dianteiros (p. 133) — nome que designa os rapazes que pegam nas bases do «forcão»

rabeador (p. 133) — nome que designa o rapaz que comanda o maneio do «forcão» na capeia.

Quanto aos romances de Aquilino, pude averiguar, através de inquéritos linguísticos que realizei no cenário de *Terras do Demo*, que grande parte do léxico diverso da linguagem comum que esta obra contém, coincide com o léxico dos beirões que serviram de modelo ao escritor. Ainda nos nossos dias as populações rurais de Soutosa, Ariz e Vila Nova de Paiva utilizam muitos dos vocábulos especiais que se encontram nesse romance, e conhecem, embora não os empreguem, os significados de outros, sinal de que há anos, provavelmente ainda quando *Terras do Demo* foi escrito, também esses outros vocábulos ali terão sido realizados.

O facto, de possível confirmação para quem quer que se disponha a entrar em contacto directo com os contrerâneos de Aquilino, é significativo, não só em relação à obra aquiliniana, mas também à própria região. Esta revelou-se-me de uma riqueza linguística notável, merecendo que os dialectólogos se interessem por ela, e a breve prazo, antes que as gerações agora idosas desapareçam e com elas um tesouro cultural de valor insuspeitado, ou, mais rigorosamente, apenas conhecido de Aquilino e de mais um ou outro natural. Está neste caso Mestre Zé, de quem antes já falei. Mestre Zé, misto de pedreiro e de agricultor, é, além disso, «escritor», pois tem-se dedicado, nas horas livres, a escrever o que considera o seu romance da Soutosa. Em folhas de trinta e cinco linhas, de que vi um volumoso maço, tem registado os acontecimentos da terra. Segundo depreendi por conversas que com ele mantive, convenceu-se Mestre Zé de que o «doutor Aquilino» alterou nas suas obras pormenores dos acontecimentos locais que nelas apresenta e decidiu reconstituir o que crê ser a verdade completa e perfeita.

Os escritos de Mestre Zé, para além do interesse que possuem sob outras perspectivas, são um documento valioso para o estudo e caracterização da linguagem das obras de Aquilino, na medida em que o seu

redactor parece ter-se servido espontaneamente da linguagem do cenário das *Terras*. Desse modo, constituem um ponto de referência e de confronto para este romance, nomeadamente quando se pretende averiguar qual o material lexical usado por Aquilino que corresponde à linguagem da Beira.

A leitura de algumas das folhas de Mestre Zé permitiu-me constatar que contém inúmeros vocábulos comuns às *Terras do Demo*. Apenas alguns exemplos destes vocábulos:

belçurinha (s. f.) — mercadoria

belga (s. f.) — terreno de cultivo

linhar (s. m.) — terreno de cultivo

malbio (s. m.) — operação de malhar ou separar o grão de alguns cereais

quintã (s. f.) — pátio de casa

rolheiro (s. m.) — espigueiro.

Ao escrever-se aqui que o vocabulário das *Terras de Demo* coincide em grande parte com o léxico beirão do cenário do romance e com o léxico das folhas escritas por Mestre Zé, não se pretende afirmar que todos esses termos usados por Aquilino sejam exclusivos da Beira, nem sequer que tenham sido sempre colhidos directamente na fala dos seus conterrâneos. É certo que muitos deles como tal são indicados em várias obras lexicográficas, designadamente nos dicionários de Cândido de Figueiredo e de Morais Silva. A verdade é que através de deslocações por outras províncias pude também observar a presença dessas palavras na expressão de população de zonas linguisticamente conservadoras. Por outro lado, muitos dos termos que não pertencem à linguagem comum e que estão presentes nas obras aquilínianas, podem ser detectadas em obras de autores portugueses de séculos passados. Sabe-se que Aquilino era leitor assíduo e entusiasta de clássicos portugueses. É provável que das páginas desses autores o romancista tenha absorvido alguns dos vocábulos coincidentes ou parecidos com os que em certas ocasiões a fala dos seus conterrâneos também realiza.

Infelizmente neste trabalho, que é mais de visão de conjunto, do que centrado sobre algum escritor, não há possibilidade de tratar com suficiência esta questão, que por si justifica e dá matéria para estudos alongados ⁽⁵⁹⁾.

⁽⁵⁹⁾ De entre as obras que se detiveram na análise da linguagem da literatura aquilíniana, é de distinguir: Leopoldo Carlos C. de ARAÚJO, *Elementos para o*

Deve notar-se que vocábulos ouvidos a pessoas de Moimenta da Beira e de Vila Nova de Paiva, e que na falta de estudos dialectológicos que comparem o léxico de várias regiões poderão ser considerados dialectalismos beirões, aparecem não só em *Terras de Demo*, mas também em *A batalha sem fim*, o romance localizado na Praia de Pedrógão.

Nesta obra distinguem-se, quanto a factos linguísticos do plano lexical, nomes diversos relacionados com as actividades piscatórias a que se entregam os homens no lugar: nomes de partes do barco e de espécies de barco, de redes e instrumentos vários usados na pesca, de operações várias que constituem o trabalho dos pescadores, de aspectos e zonas do mar, etc. ... Enfim, fragmentos da terminologia minuciosa que designa e revela factos e objectos, inimaginados para as pessoas estranhas ao meio local, banais para quem nele vive e trabalha.

Alguns exemplos de vocábulos locais registados em *Batalha sem fim* ⁽⁶⁰⁾:

adriça (p. 41) — cabo para içar as velas

estudo da literatura regionalista de Aquilino Ribeiro. Dissertação de licenciatura (inédita), Lisboa, 1948. Trata-se de um trabalho com muito interesse e de consulta muito proveitosa para quem pretenda debruçar-se com vagar sobre o tema. Constitui, além disso, um bom exemplo dos estudos parcelares que devem anteceder os trabalhos de maior envolvimento.

⁽⁶⁰⁾ Para confirmar a autenticidade e o carácter local do vocabulário de *A batalha sem fim*, relativo à vida dos pescadores, confrontei-o com o que é registado por alguns autores em estudos da linguagem do mar, sobretudo com o que é indicado por Olívio da Costa CARVALHO e Ana Maria Simões da Silva LOPES, respectivamente, em: *Elementos para um glossário da linguagem da pesca*. Monografia dos linguajares das praias da Leirosa e da Costa de Lavos. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1942; *O vocábulo marítimo português e o problema dos mediterraneísmos*. Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVI e XVII, Coimbra, 1975. A quase totalidade dos termos do romance é abonada por uma e/ou outra destas obras, havendo apenas, em alguns casos, naturais divergências de carácter fónico entre os vocábulos de *A batalha* e o destes estudos, que em notas seguintes serão mencionadas. No texto por vezes aproveito as explicações dos termos apresentadas por Costa Carvalho e Ana Maria S. da Silva Lopes, o que assinalo através de vírgulas altas e das iniciais do nome do autor seguido. Note-se ainda que dado o uso dos vocábulos em outros pontos do litoral português, o localismo destes deve ser entendido não em termos restritos, numa ligação estreita com um ponto geográfico, mas antes mais latamente, em relação à linguagem da costa ocidental portuguesa. Aliás, segundo Ana Maria S. da Silva Lopes, a linguagem marítima, sob o ponto de vista lexical, não difere muito entre as praias da Vieira (a norte da qual está Pedrógão) e Espinho. Cf. *ob. cit.*, p. 198.

- bicas* (p. 339) — pontas ou extremidades da proa e da ré ⁽⁶¹⁾
- boça* (p. 297) — «corda com um gancho numa das extremidades e uma alça na outra, usada para puxar o barco na manobra de encalhar» (C. C.)
- calador* (p. 12) — «homem encarregado, em terra, de aparelhar o barco e, no mar, de ajudar o arrais no lançamento da corda e da rede» (C. C.)
- calimba* (p. 55) — «flutuador de pele de cabra cheio de ar que se prende por uma corda na extremidade da *cuada do sacco à perna de aranha* para evitar que esta desça demasiadamente para o fundo» (C. C.) ⁽⁶²⁾
- chicote* (p. 13) — cabo pequeno que liga partes da rede ⁽⁶³⁾
- coiro* (p. 13) — «flutuador de pele de cabra, cheio de ar, que se prende nas cordas, para evitar que elas desçam para o fundo» (C. C.)
- contrabanco* (p. 339) — «região do mar situada depois da *cabeça* onde o mar abre» (C. C.) ⁽⁶⁴⁾
- cuada* (p. 55) — «peça do sacco que contém a malha mais miúda» (C. C.)
- enchelevar* (p. 54) — sacco de rede utilizado para retirar e transportar o peixe das redes
- espinel* (p. 48) — aparelho de pesca da costa geralmente com vários anzóis
- majoeira* (p. 48) — pequena rede de pesca que se fixa por meio de estacas; usa-se na baixa-mar
- mão-de-barca* (p. 12) — «cabo de rede de cerco que descreve o círculo do mar» (A. M. S. L.)
- meia-lua* (p. 10) — espécie de barco de pesca costeira, caracterizado por ter o fundo chato e a popa e a proa em bico; é utilizado

⁽⁶¹⁾ Ana Maria S. S. Lopes regista *bico*, «terminação da proa de alguns barcos em alguns pontos da costa ocidental do País». Cf. *ob. cit.*, p. 298.

⁽⁶²⁾ Costa Carvalho esclarece que «perna de aranha» é «uma argola de corda». Cf. *Glossário da linguagem da pesca*, p. 99. «Cuada de sacco» vem explicado no nosso texto. Outra variante do vocábulo, registada por Costa Carvalho, *ob. cit.*, p. 98. e Ana M. S. Silva Lopes, *ob. cit.*, p. 304, é «calima».

⁽⁶³⁾ Cf. Ana Maria S. Silva LOPES, *ob. cit.*, p. 308. A autora regista com o mesmo sentido, para a linguagem da Póvoa de Varzim, «checotes».

⁽⁶⁴⁾ Costa Carvalho explica que, na linguagem dos pescadores, o mar tem três «bancos» ou «arrebentações»: «borda», «cabeça» e «contrabanco». Cf. *Glossário da linguagem da pesca*, p. 157.

em Pedrógão e em outros locais da costa ocidental portuguesa ⁽⁶⁵⁾

muleta (p. 9) — «vara comprida com um gancho numa das extremidades» (C.C.); serve para empurrar o barco para o mar

roçoeiro (p. 338) — corda das redes que fica em terra, presa à âncora, quando o barco as vai lançar e que o arrais solta a pouco e pouco ⁽⁶⁶⁾

tope (p. 13) — ponta do remo ⁽⁶⁷⁾

vareiro (p. 9) — pescador que no barco ocupa lugar na proa.

O sistema da pesca retratado em muitas das páginas de *A batalha sem fim* e a que o vocabulário notado diz respeito é, como observou Aquilino Ribeiro, de «arte xávega» (cf. p. 14) ⁽⁶⁸⁾.

2. Vocábulos e locuções com valor pronominal, adverbial, prepositivo e interjectivo

No que diz respeito a vocábulos e locuções regionais com valor pronominal, adverbial, prepositivo e interjectivo, é extremamente inseguro fazer alongadas afirmações acerca da sua presença nos romances regionalistas. Os inquéritos linguísticos feitos *in loco* não foram muito esclarecedores nesta matéria, e a bibliografia dialectológica é conhecidamente escassa no que concerne à recolha e localização precisa de factos de tal natureza.

Pode dizer-se, todavia, que a atitude dos escritores em relação a este material lexical não diverge da que é assumida perante substantivos, adjectivos e verbos. O registo é particularmente evidente nos romances de Trás-os-Montes e do Alentejo, como se verá pelos exemplos que a seguir se apresentam.

⁽⁶⁵⁾ Outros nomes para a mesma embarcação: «barco de campanha», «barco do mar», «sabeiro». Cf. Ana Maria S. Silva LOPES, *ob. cit.*, p. 112 e segs.

⁽⁶⁶⁾ Costa Carvalho e Ana Maria S. Silva Lopes registaram a forma «roçoeiro». Cf. *obs. cit.*, respectivamente p. 114 e p. 333.

⁽⁶⁷⁾ Ana Maria S. Silva Lopes registou «topo» para a linguagem de Buarcos e Costa Nova. Cf. *ob. cit.*, p. 341.

⁽⁶⁸⁾ Sobre «a arte de xávega» cf. Costa CARVALHO, *ob. cit.*, p. 87 e segs., Ana Maria Silva LOPES, *ob. cit.*, p. 160.

2.1. Em *Por entre fraguedos* a forma *tantinhas* é usada como na língua padrão «algumas», «umas poucas»: «Peguei em *tantinhas* castanhas que levava no bolso da saia e atirei-as lá para dentro» (p. 113) — diz uma mirandense ao contar como presenteou animais do Jardim Zoológico.

Esta forma e variantes do mesmo vocábulo são abonadas pela *Revista Lusitana* só para variedades idiomáticas de Trás-os-Montes ⁽⁶⁹⁾.

2.2. Quanto a locuções com valor adverbial, são de *Ressurreição dos mortos*: *à leva* (p. 314) e *à sirga* (p. 47). Usam-se para falar do modo como o barco «rabelo» avança; a primeira diz-se quando navega aproveitando a força da corrente das águas, e a segunda, quando é arrastado pelos homens que, nas margens, o puxam com cordas ⁽⁷⁰⁾.

2.3. Em *A planície heróica* é de distinguir *de mangualde* (p. 138) 'de cima para baixo': «Aqui a semana passada peguei no sono, pendeu-me a cabeça e caiu-me o chapéu *de mangualde* em riba do fogo» — assim fala uma personagem rústica.

A última locução, com sentido idêntico, foi recolhida no concelho de Odemira ⁽⁷¹⁾. O Professor Herculano de Carvalho dá notícia de que o modismo «cair (dar uma queda) de mangual» com o significado de 'dar uma queda violenta e desastrosa' ocorre em todo o Algarve, Baixo Alentejo e algumas partes do distrito de Portalegre. Segundo informa este autor, no distrito de Évora parece ser desconhecida, mas o uso da frase e da forma «mangual» como nome de instrumento deve ter um dia abrangido todo o Alentejo ⁽⁷²⁾.

(69) Cf. Leite de VASCONCELOS, *Dialectos trasmontanos*, in *Revista Lusitana*, II, p. 119; Id., ib., III, p. 64. Cf. tb. A. Gomes PEREIRA, *Vocabulário de vários concelhos do distrito de Vila Real*, in *Revista Lusitana*, XV, p. 338; Braga BARREIROS, *Vocabulário barrosão*, *ibidem*, XXXV, p. 288.

(70) Ver *supra*, E. 1. pp. sobre as obras de Sousa Costa.

(71) António Machado GUERREIRO, *Colos (Alentejo). Elementos monográficos*. Dissertação de licenciatura (inédita). Lisboa, 1968.

(72) José G. Herculano de CARVALHO, *Coisas e palavras. Alguns problemas etnográficos e linguísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica*. Coimbra, 1953. Cf. p. 284. Ver também pp. 165-166. De acordo com o autor, pode admitir-se que a forma «mangualde» resulta de uma adaptação de «mangual» ao topónimo Mangualde. Das dezanove localidades onde registou essa variante, treze pertencem a uma região onde essa vila é perfeitamente conhecida. O aparecimento em localidades alentejanas poderá ser explicado pelo facto de alguns «ratinhos» que aí iam fazer as ceifas serem naturais de Mangualde ou de regiões vizinhas.

2.4. Ainda do romance *Planície heróica* é a locução prepositiva *em par de* (p. 107) 'a par de': «e seguiu d'*em-par* do carro, à berma do caminho».

Esta locução está documentada e confirmada por textos populares do Baixo Alentejo ⁽⁷³⁾.

2.5 Com valor interjectivo encontramos em *Maria dos Tojos*, *Por entre fragedos* e nas obras de Sousa Costa, a forma *bó*. Barros Ferreira e Manuel António Ribeiro, (este considera *ból* «exclamação muito tras-montana que equivale a um *ah!*» (*Fraguedos*, p. 15)), apresentam-na isoladamente. Sousa Costa regista-a acompanhada desse termo exclamativo *ah!*, por exemplo nos seguintes trechos:

«E se a mãe «procurar» por ti... digo-lhe que te doía um dente, que foste à botica.

— *Ah bó!* Se me doesse um dente, não ia ao Sr. Vitorino. Ia ao mestre barbeiro, ao Bumba, que é quem os sabe tratar...» (*Ressurreição*, p. 39).

«— Ó «escalafrino»! — comenta o Diogo, ao vê-lo perto. — Andavas aos figos lampos! 'Inda verdes!

— *Ah bó!* «Canalha»! A «canalha» — arenga entendida, a Soledade — onde vir fruta, não lhe guarda «decóro» (*Ressurreição*, p. 87).

Tal forma está documentada na *Revista Lusitana* apenas para o Norte do país ⁽⁷⁴⁾.

2.6. Outra locução de valor interjectivo, muito corrente em São João da Pesqueira, embora não restrita às variedades linguísticas durienses, é *quer não*. Em acordo com o emprego ainda hoje observável no concelho, lê-se no romance *Ressurreição dos mortos* o seguinte trecho: «— Nem me lembrei de que há luar ... E, *quer não*, sempre afugentava as «faticceiras» ...» (p. 15). Nesta fala com que uma personagem responde a quem lhe manda apagar um lampeão, a frase exprime uma certa bonomia. Em outros trechos pode manifestar sentimentos contrá-

⁽⁷³⁾ Cf. Manuel Joaquim DELGADO, *A linguagem popular do Baixo Alentejo*, p. 118: «Diz-me lá, ó jardineiro, / Se tu téns no teu jardim / Uma rosa igual a esta / Qu'eu levo *em par de* mim?».

⁽⁷⁴⁾ Cf. Joaquim de Castro LOPO, *Linguagem popular de Valpaços*, in *Revista Lusitana*, III, p. 326; A. Gomes PEREIRA, *Tradições populares e linguagem de Vila Real*, in *Revista Lusitana*, XI, p. 296; Fernando Braga BARREIROS, *Vocabulário barroso*, in *Revista Lusitana*, XX, p. 144.

rios, como no seguinte: «O «fedentinhoso»! *Quer não* ... — que lhe bor-ravam a pedra de armas! Já cuida que el-rei é pouco p'ra lhe guardar os porcos!» (p. 149).

2.7. São indubitavelmente locais outras expressões interjectivas que ocorrem em *Ressurreição*, em trechos onde são invectivados os barqueiros do Douro. As pessoas que os viam arrastar os «rabelos» «à sirga», à custa de tremendos esforços, como se em vez de simples homens fossem possantes bestas de carga, dirigiam-se-lhes nos termos que a obra retrata, p. 314: «— *Eh boi da areia! Eh pata-rachada!*»

Estas formas exclamativas estão também registadas no romance de Alves Redol, *Porto manso*, em que o tema central é a vida dos barqueiros durienses (⁷⁵).

2.8. Em *Ressurreição dos mortos* e em *As filhas do pecado* ocorrem curiosas expressões apelativas nortenhas, constituídas por «ora» (que sofre apócope da vogal final) e por formas do verbo «olhar»: *or'olha*, *or'olhe*. De um primitivo emprego através do qual se mostrava a alguém algo, é indício o seguinte passo: «— *Or'olhe*, ó patrão. Lá vem o fidalgo ... — diz ao Leandro um dos trabalhadores da quinta cimeira, de olhos em D. António, a atravessar o rio na barca do Madeira» (*Ressurreição*, p. 317). Geralmente, obliterada a consciência da presença de dois lexemas distintos, com estes modismos pretende-se solicitar a atenção de alguém para algo que se vai contar ou aconselhar. De acordo com isto, em *Gentio branco* uma curandeira de Monsul diz a certa consulente: «*Or'olha*: senta-te aqui e diz comigo esta reza» (*Gentio*, p. 220). Uma criada de terras do Douro recomenda a um almocreve: «— Ó senhor homem do cavalo, *or'olhe!* Prenda lá o «catroio» e venha comer um «gacho» e beber uma pinga» (*Ressurreição*, p. 113) (⁷⁶).

(⁷⁵) Cf. ALVES REDOL, *Porto Manso*, 3.ª ed., pp. 301, 303.

(⁷⁶) Em contextos semelhantes, para chamar a atenção de mais de uma pessoa, usam ainda hoje em São João da Pesqueira a forma «or' olhende» segundo me informaram no local.

F. Modismos e ditados regionais

1. Modismos

1.1. Dou de seguida alguns exemplos de modismos da região do Alto Douro que se encontram nos romances de Sousa Costa:

fazer loja — emprega-se em relação ao nevoeiro, para dizer que ele se conserva nos sítios de maior altitude, sem descer aos mais baixos: «— Vai ver, patrão. A névoa não nos incomoda. Não desce aos fundos. «Faz loja». Não chega cá abaixo» (*Filhas*, p. 128).

não guardar decóro 'não guardar respeito': «A «canalha» — arenga, entendida, a Soledade — onde vir fruta, *não lhe guarda «decóro»*. E ao Zé nem a verde lhe escapa» (*Ressurreição*, p. 87);

ir na espinha — diz-se do rio Douro, quando leva muito pouca água: «O rio, em baixo, (...) vai famélico e magro, *vai na espinha*» (*Ressurreição*, p. 110);

ir na mãe — aplica-se também ao rio Douro, com sentido semelhante: «Mas, senhora morgada, lá p'ró S. Pedro, quando o rio «*for na mãe*», cá tem às ordens a barca» (*Ressurreição*, p. 49);

não valer água — na região onde se cultiva o bom vinho do Porto, esta frase significa que a pessoa a quem se refere não tem capacidade ou valor para fazer determinada acção: «O Peludo é um pimpão no trabalho. Ninguém mais «curgidoso» não há no mundo. Agora lá p'ra isso ... *não vale água*» (*Ressurreição*, p. 10);

ter uma aquidade de alguém — emprega-se para dizer que se recebeu um favor, um obséquo de alguém: «Além de que, nunca *tivemos uma «aquidade»* daquela gente. Nunca disseram (...) o Duarte é nosso amigo, deixa mandar-lhe de lembrança isto ou aquilo» (*Ressurreição*, p. 126).

2.1. Exemplos de frases do Alentejo que figuram nos romances de Manuel Ribeiro:

dar cabaço 'recusar a corte' — «Se a moça do sacristão não ia já para a companha do padre prior, não era lá porque o pai a estorvasse (...), mas sim porque o soberbo do padre já não gostava dela e *lhe dera o seu cabaço*» (*Planície*, p. 252). Este modismo aparece na quadra recolhida por M. J. Delgado em *Linguagem popular do Baixo Alentejo*, p. 66, que reproduz: «Ferreira tem belas moças, / Eu hei-de ir lá pedir uma; / S'elas *me derem cabaço* / não é fineza nenhuma». As frases seguintes estão igualmente registadas no estudo que se acabou de citar:

dar creto 'acreditar' — «— Sim, tu vives desgostoso, *dou creto*» (Sarça, p. 66);

dar uma cavandela: «Foi o raio da sorte que desandou ou da minha má cabeça. *Dei uma cavandela* que me desgraçou» (Planície, p. 64);

dar pensão 'dar trabalho', 'causar incómodo': «Eu ainda p'r'aí vou rodando p'ra ver se não acarro de todo à cama, não por via de mim, mas p'ra não *dar maior pensão* à minha Anica» (Planície, p. 63);

ter fezes 'ter preocupações': «E não se apoquente, *não tenha fezes*, que tudo lhe há-de sair a seu contento» (Planície, p. 246).

2. Ditados

Alguns romances reproduzem ditados que de algum modo se relacionam com o lugar da acção.

Uns mencionam topónimos da região. Assim em *Terras do Demo* uma personagem diz: «A gente não tem mãos a medir, que a *galinha do Celorico pranta ovos pelo bico*» (ob. cit., p. 264).

Em *Ressurreição dos mortos* lê-se: «— *Quem na Cachucha mal desce, no Olho de Cabra padece*» (pp. 315-316). O ditado refere-se a «pontos» do leito do rio Douro, que constituíam grandes perigos para os barcos «rabelos». A experiência tinha ensinado que quando os barqueiros não conseguiam passar o primeiro em boas condições, corriam grave risco no segundo.

No referido romance de Sousa Costa lê-se: «*Quando venteja, ergue-se a vela*» (p. 150). Este ditado, como outros, deixa ver como os meios locais, além de cenário, são escola da vida.

CAPÍTULO V

LINGUAGEM POPULAR NOS ROMANCES
REGIONALISTASA. Factos da linguagem popular do plano fónico ⁽¹⁾

1. Representação de particularidades relativas ao vocalismo

1.1. Vogais orais tónicas

â substitui ô em *estâmagô* («*estômago*»): «Por fim receitou-lhe «poses» para o «*estâmagô*», e agora vereis! Ia lançando as tripas, coitadinho!...» (*Calcanbar*, p. 139).

Esta forma e variantes, como *estâmegô* e *estâmagô*, estão incluídas na linguagem popular de algumas regiões, documentada pela *Revista Lusitana* ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Sobre o conceito de linguagem popular, ver *supra*, cap. IV, nota 1.

Para confirmar a caracterização popular dos factos linguísticos apontados, apoio-me em bibliografia linguística que dá conta da sua existência e realização em várias regiões do país, e não só numa zona determinada, «linguisticamente homogénea».

Sempre que neste capítulo, e em outros lugares, fizer referência à linguagem, ou expressão, ou fala do «povo», uso o último termo para designar as camadas letradas da população portuguesa.

⁽²⁾ Cf. Felício dos SANTOS, *Linguagem popular de Trancoso*. In *Revista Lusitana*, V, p. 172; A. Tomás PIRES, *Vocabulário alentejano*. In *Revista Lusitana*, X, p. 88.

i substitui *u* na forma *arrima-lhe* («arruma-lhe»): «— *Arrima-lhe*, Teresinha! Já ganhaste para um almude» — diz para consigo uma mulher, no deleite de uma bebida bem apreciada, em *Terras*, p. 258.

Formas do verbo *arrimar* são abonadas pela *Revista Lusitana* no Minho ⁽³⁾, em Trás-os-Montes ⁽⁴⁾, Beira ⁽⁵⁾ e Alentejo ⁽⁶⁾.

1.2. Vogais orais átonas

a substitui *e* em formas de *Gentio branco*: *janarosa* («generosa», p. 186), *Jasus* («Jesus», p. 30). Em *A planície heróica* encontram-se várias ocorrências do verbo *samear* («semeiar»): «O que havia mais era mato bravo, e *sameava-se* só à roda do povo e das herdades» (p. 108).

A forma *Jasus* tem sido ouvida na fala da gente iletrada do Minho ⁽⁷⁾ e Lisboa ⁽⁸⁾. *Samear* foi notada em Trás-os-Montes e Estremadura, segundo a *Revista Lusitana*, respectivamente, vols. XIII ⁽⁹⁾ e XXVIII ⁽¹⁰⁾. Na região do romance de Manuel Ribeiro foi recolhida uma versão da canção popular «Alecrim do monte», que inclui a forma «sameado» ⁽¹¹⁾.

Estas formas são um dos casos em que se verifica a tendência bem conhecida da linguagem popular para realizar o chamado *a* mudo em vez de outras vogais átonas, sobretudo *e* de sílaba inicial, a qual poderá já ascender ao latim vulgar ⁽¹²⁾.

(3) F. Alves PEREIRA, *Glossário dialectológico do concelho dos Arcos de Val-devez*. In *Revista Lusitana*, XXXI, p. 293.

(4) A. Gomes PEREIRA, *Tradições populares e linguagem de Vila Real*. In *Revista Lusitana*, XI, p. 292.

(5) A. Gomes PEREIRA, *Tradições populares e dialecto de Penedono*. In *Revista Lusitana*, XII, p. 312.

(6) J. Leite de VASCONCELOS, *Dialectos alentejanos*. In *Revista Lusitana*, IV, p. 56.

(7) Maria Alves LIMA, *Matosinhos. Contribuição para o estudo da linguagem, etnografia e folclore do concelho*. Coimbra, 1963, p. 354.

(8) Maria Helena F. da Graça MIRA, *Algumas contribuições para o estudo da (...) linguagem popular de Lisboa*. Dissertação de licenciatura (inédita). Lisboa, 1954, p. 34.

(9) Tavares TEIXEIRA, *Vocabulário trasmontano* (colhido no concelho de Moncorvo). In *Revista Lusitana*, XIII, p. 123.

(10) José Diogo RIBEIRO, *Linguagem popular de Turquel*. In *Revista Lusitana*, XXVIII, p. 239.

(11) Manuel Joaquim DELGADO, *A linguagem (...) do Baixo Alentejo*, p. 199.

(12) Cf. José Joaquim NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, 7.ª edição, Lisboa, 1969, pp. 61-62.

è está em vez de o em *prêcura* («procura»): «— São os lavradores da Madruginha que vossemecê *prêcura*, meu patrão?» (*Sarça*, p. 63).

Prêcurar e *prêcura*, na locução «à *prêcura* de», foram ouvidas, por exemplo, na linguagem do Minho e do Algarve, segundo respectivamente Leite de Vasconcelos ⁽¹³⁾ e Estanco Louro ⁽¹⁴⁾. Manuel Joaquim Delgado confirma a autenticidade da forma de *Sarça*, com a citação de uma cantiga ouvida no Baixo Alentejo, que diz: «*Prêcura* a Bartelemeu / Se queres saber quem te deu» ⁽¹⁵⁾.

e está em vez de i em *bezinhas* («vizinhas», *Gentio*, p. 243), *dezer* («dizer», *Gentio*, p. 220; *Sotavento*, p. 204), *Felomena* («Filomena», *Terras*, p. 22): «— Tu que tens, ó *Felomena*?»

A passagem de i átono a e é um facto bem conhecido da linguagem popular de todo o país ⁽¹⁶⁾.

e substitui o e u em formas várias registadas em *Gentio branco*: *belota* («bolota», p. 44), *questuma* («costuma», p. 194), *questureira* («costureira», p. 156), *nateral* («natural», p. 159): «Bai de trombas só por eu le perguntar uma coisa tão *nateral*?».

Em *Ressurreição* aparece *zenir* («zunir», p. 19).

Leite de Vasconcelos assinalou a passagem de o e u a e na linguagem popular de todo o país, sobretudo quando a vogal átona ocorre em contextos que se exerce uma acção dissimilatória ⁽¹⁷⁾.

i substitui e em várias formas de *Gentio*, como *fitchada* («fechada», p. 220), *milhor* («melhor», p. 40), *mixerem* («mexerem», p. 44), *ninbum* («nenhum», p. 205), *sinhor* («senhor», p. 239), *sinhora* («senhora», p. 235): «Eu que fiz, minha Nossa *Sinhora*!». Em *Terras* ocorre *pirua* («perua», p. 252): «Quere-la ver de pescoço alçado?... Nem uma *pirua*...».

Leite de Vasconcelos notou que formas como *fichar*, *tilhado*, *sinhor*, onde o i se explica pela influência dos sons consonânticos palatais sobre vogais próximas, átonas ou tónicas, são da expressão popular de todo o país ⁽¹⁸⁾.

⁽¹³⁾ Cf. *Opúsculos*, II, p. 505.

⁽¹⁴⁾ Cf. *O livro de Alportel*, p. 256.

⁽¹⁵⁾ Cf. *ob. cit.*, p. 191.

⁽¹⁶⁾ Cf. *Esquisse*, p. 88.

⁽¹⁷⁾ Cf. *Esquisse*, pp. 88, 89, 102.

⁽¹⁸⁾ Cf. *Esquisse*, p. 103.

u substitui *e* em formas de *Gentio: buber* («beber», p. 21), *rumédio* («remédio», p. 222): «Este *rumédio* é feito cum erbas santas».

É sabido que em todo o país o povo emprega formas como estas. A *Revista Lusitana* refere *buber* no Minho⁽¹⁹⁾, Trás-os-Montes⁽²⁰⁾, Alentejo⁽²¹⁾. No Algarve assinalou-a Estanco Louro⁽²²⁾.

1.3. Vogais nasais tónicas e átonas

ã substitui *ẽ* em sílaba tónica nas palavras que constam do seguinte convite feito por um velho charnequenho ao pároco que lhe bate à porta: «— *Antre e assante-se...*» (*Planície*, p. 134).

O carácter não local deste traço depreende-se de O «*Mapa dos dialectos e fálares (...)*», que o aponta para os subfalares trasmontano ocidental, beirão ocidental e algarvio, e até na região de Aveiro⁽²³⁾, completando informações de Leite de Vasconcelos. Este autor, na *Esquisse*, assinala a mudança de *ẽ* para *ã* na linguagem do Alto Douro⁽²⁴⁾. Uma vez mais a autenticidade das formas registadas por Manuel Ribeiro é confirmada por Manuel Joaquim Delgado que ouviu precisamente *antrar* e *assantar* na região onde foi localizado o romance *Planície heróica*⁽²⁵⁾.

ĩ substitui *ã* em sílaba átona, em *arrincai-lhe* («arrancai-lhe»): «Ó corvos picai-lhe os olhos / E *arrincai-lhe* o coração!» (*Terras*, p. 22).

ĩ substitui *ẽ*, também em sílaba átona, em várias formas de *Gentio: incanto* («enquanto», p. 172), *ingano* («engano», p. 237), *ingasgou-se* («engasgou-se», p. 223), *intender* («entender», p. 243), *intrar* («entrar», p. 247): «Deixa-nos *intrar*, p'lo amor de Deus».

Em *Terras do Demo*, em vez de «empece» encontra-se *impece*: «Quem te *impece* o caminho?» (p. 256).

(19) Cf. Alves PEREIRA, *Glossário dialectológico do concelho dos Arcos de Valdevez*. In *Revista Lusitana*, XXXI, p. 294.

(20) Cf. Tavares TEIXEIRA, *Vocabulário trasmontano*. In *Revista Lusitana*, XIII, p. 113.

(21) Cf. A. Tomás PIRES, *Vocabulário alentejano*. In *Revista Lusitana*, VIII, p. 300.

(22) Cf. *ob. cit.*, p. 229.

(23) Cf. *ob. cit.*, pp. 330, 331, 333, 338.

(24) Cf. *ob. cit.*, p. 81 e p. 87.

(25) Cf. *Linguagem popular do Baixo Alentejo*, p. 42 e p. 49.

Esta substituição de *ẽ* por *ĩ*, em contexto idêntico ao das formas distinguidas, tem sido observada em várias regiões do país: Norte, Centro e Estremadura⁽²⁶⁾, Alentejo⁽²⁷⁾ e Algarve⁽²⁸⁾.

ũ substitui *õ* em sílaba tónica e átona, em formas de *Gentio branco*, como as seguintes, em que está em sílaba inicial: *cumbém* («convém», p. 189), *cumbersado* («conversado», p. 201), *cumpanhia* («companhia», p. 220), *cunselho* («conselho», p. 205), *cunsome* («consome», p. 188), *cuntigo* («contigo», p. 220), *puntapé* («pontapé», p. 237). Em sílaba interior está em *acunteceu* («aconteceu», p. 222): «Num faurta moço que te mereça, mesmo co'o qu'acunteceu...».

A tendência para realizar *ũ* em vez do *õ* que se encontra em formas da língua padrão, foi assinalada, em contextos semelhantes ao das formas notadas, na expressão popular do Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta e Estremadura⁽²⁹⁾, e também no Algarve⁽³⁰⁾. Mesmo na linguagem popular de Lisboa foi observada⁽³¹⁾.

Outras particularidades relativas à realização de sons nasais serão adiante referidas, quando se derem exemplos que ilustrem a representação de fenómenos fonéticos gerais.

1.4. Ditongos

oi, em sílaba tónica, está em vez de *ou* em *oitra* («outra»). Esta forma aparece na fala de uma monsilense, quando assim reza: «Dai-me nesta bida a graça / e na *oitra* a saurbação» (*Gentio*, p. 221).

Oitra parece poder incluir-se entre as formas que apresentam a alternância de *oi* por *ou* na expressão popular de todo o país⁽³²⁾.

Em sílaba átona, *oi* está em vez de *au* em *soidades* («saudades»): «Vieram-lhe *soidades* das berças e da mulher» (*Terras*, p. 180); «O gosto dele é calcurriar dum lado para o outro lá pela Madruguinha, a modos de quem anda a matar *soidades*...» (*Sarça*, p. 130).

(26) Cf. *Esquisse*, pp. 86-87.

(27) Cf. Machado GUERREIRO, *Colos*, p. 331.

(28) Cf. Estanco LOURO, *ob. cit.*, p. 189.

(29) Cf. *Esquisse*, p. 88.

(30) Cf. Estanco LOURO, *ob. cit.*, p. 188.

(31) Cf. Maria Helena F. da Graça MIRA, *Algumas contribuições para o estudo da (...) linguagem popular de Lisboa*, p. 45.

(32) Cf. *Esquisse*, p. 91. Veja-se bibliografia citada *supra*, cap. IV, notas 12-14.

Esta forma *soidades* poderá ser interpretada como um termo arcaico conservado na linguagem popular. O mesmo se poderá ainda pensar de *coidados* («cuidados») que aparece em *Gentio*, p. 188.

Alguns romances apresentam formas que, em vez dos ditongos observáveis nas formas correspondentes do português padrão, possuem vogais simples. Assim:

ũ, em sílaba tónica, está em lugar de *ui* em *munto* («muito»): «Hei-de me ralar *munto* co'isso», diz uma rapariga de Monsul (*Gentio*, p. 155).

u, em sílaba átona, substitui *au* em *utópsia* («autópsia»): «— Até para lhe fazer uma *utópsia* a vossemecê, homem, e deixá-lo são e escorreito» — responde, em *Terras*, p. 135, um barbeiro a alguém que inquirir das suas capacidades para efectuar determinada operação curativa.

Outro caso de redução de ditongo diz respeito ao ditongo nasal átono [ãi] que soa no final de palavra no português padrão e é representado na escrita por *-em*. Em várias formas de *Gentio*, em vez destas letras, vemos apenas *-e*, o que significa que em lugar do ditongo se pronuncia uma vogal átona oral. Assim acontece em *home* («homem», p. 234) e em outras formas como *Birge* («virgem», p. 43), *curaige* («coragem», p. 214). Em *A batalha* aparece também *familage* («familiagem», p. 234): «Com a *familage* que trazeis ao rabo, a tirar o ventre de misérias, onde não atirava o despesão!».

Home é uma das duas únicas formas que em *Maria dos Tojos* apresentam alteração fonética em relação às formas do português padrão. Dir-se-ia que ao autor desta obra, como a todos os demais que inscreveram a forma nos seus romances, repugnou pôr na expressão de indivíduos incultos a forma da língua padrão que de facto o povo não realiza, como nos confirmam numerosas recolhas linguísticas. Leite de Vasconcelos ouviu *home* nos falares interamnenses⁽³³⁾, Maria Helena Mira em Lisboa⁽³⁴⁾ e Estanco Louro no Algarve⁽³⁵⁾.

⁽³³⁾ Cf. *Opúsculos*, vol. II, p. 493.

⁽³⁴⁾ Cf. *ob. cit.*, p. 47.

⁽³⁵⁾ Cf. *Livro de Alportel*, p. 244.

2. Representação de particularidades relativas ao consonantismo

c substitui *qu* em formas de algumas obras. Em *Gentio branco* vemos *cais* («quais», p. 201), *cal* («qual», p. 157), *caurquer* («qualquer», p. 256) *cando* («quando», p. 149), *canto* («quanto», p. 161), *incanto* («enquanto», p. 172): «Ó rapariga: bai a casa por uma satchola, *incanto* eu espero aqui». Em *Sotavento* estão *q'ase* («quase», p. 83), *enq'anto* («enquanto», p. 77), *q'ando* («quando», p. 126), e *q'antas* («quantas», p. 313): «Já o chamê nê nê sê *q'antas* vezes».

Esta simplificação de *qu* em *c*, que é fenómeno antigo na língua ⁽³⁶⁾, foi registada em estudos que deram notícia de características da expressão popular de várias zonas. Formas como *cal*, *cais*, *cando*, *case* têm sido ouvidas no Minho ⁽³⁷⁾, e Algarve ⁽³⁸⁾. Estanco Louro testemunha a realização de *cal* e *canto* na linguagem de Alportel ⁽³⁹⁾.

g também está em vez de *gu*, em formas dos verbos *gardar* («guardar») e *mingar* («minguar»); «Deus Noss'Sinhor a tenha lá bem *gardada*», diz uma personagem minhota, referindo-se a pessoa já falecida (*Gentio*, p. 195); «As manhãs já *mingaram* bem *mingadas*» — comenta-se em *Terras*, p. 249.

cuar e *guar* substituem respectivamente *cre* e *gra* em formas de *Gentio branco*, com *acuardito* («acredito», p. 172) e *aguardecida* («agradecida», p. 205): «Munto *aguardecida!*».

⁽³⁶⁾ Cf. José Joaquim NUNES, *Compêndio de gramática histórica*, pp. 98-99: «Na antiga língua e até aos quinhentistas era tão corrente a perda do *u* neste grupo [qu] que ainda em dicções eruditas o omitiam, assim Camões nos *Lusíadas*, faz rimar *inico* com *rico* (VIII, 74; IX, 43; X, 25, 41, 109) e *bico* (IX, 59); depois, sob influência literária, a semivogal foi reaparecendo a pouco e pouco em muitos daqueles vocábulos, como *quando*, *quanto*, *quase*, *qual*, etc., sem contudo fazer desaparecer por completo o uso antigo, porquanto o povo e até pessoas cultas na linguagem desafectada dizem *covesma*, *catorze*, *cola*, etc.».

⁽³⁷⁾ Cf. Martins SEQUEIRA, *Apontamentos acerca do falar do Baixo Minho*, pp. 19, 40, 41.

⁽³⁸⁾ Cf. J. Leite de VASCONCELOS, *Dialectos algarvios*. In *Revista Lusitana*, IV, p. 327.

⁽³⁹⁾ Cf. *Livro de Alportel*, p. 191.

3. Representação de particularidades relativas a fenómenos fonéticos gerais ⁽⁴⁰⁾

Aférese

Há a notar o desaparecimento de *a* em *'inda* («ainda») que aparece em alguns romances: «*Inda* num *'stás* sastifeita?» (*Gentio*, p. 36); «*Andas* aos figos lampos? *'Inda* verdes» (*Ressurreição*, p. 87); «*Inda* há pouco nasceu e já vem fero, o sujeito!» (*Calcanhar*, p. 110) ⁽⁴¹⁾.

Em *Terras* ocorre *sénica*, em vez de «arsénico»: «Melhor fora comprar *sénica* e dar-lha a beber» (p. 187).

Aglutinação

Receberam *a* inicial vocábulos de *Planície*: *abatidas* («batidas», p. 112), *aceifa* («ceifa», p. 62): «Mas p'r'aquí estou eu a badalar, e a minha Felizarda lá sozinha má-los moços na *aceifa*!». Nas obras de Sousa Costa e Vergílio Godinho ocorrem *alembança* («lembança»): «Não tenho na *alembança*», lê-se em *Ressurreição*, p. 336; e em *Calcanhar*, p. 47: «Entre vomecê um migalho, que tenho de *alembança* haver ainda uma pouquita do último alambique». Em *Terras do Demo* ocorre *alagoa* («lagoa»): «E, vendo a cama numa *alagoa* de sangue, as mãos do barbeiro (...)» (p. 136).

Assimilação

Há várias formas que apresentam casos de assimilação consonântica, que se realiza na linguagem popular. Vejamos algumas:

1. *tamém* («também», *Gentio*, p. 36), com assimilação de *b* a *m*: «Eu *tamém* como pãozinho».

2. *sustância* («substância») que ocorre em *Ressurreição*, p. 64, *Terras*, p. 53, e em *Planície*, p. 22. Nesta última obra ufana-se um alentejano: «Ora, diga-me, sr.compadre prior, se o nosso comer não tem mais *sustância* que o caldo verde que vossemecês lá comem!».

⁽⁴⁰⁾ Sobre fenómenos fonéticos gerais na linguagem popular, cf. Leite de Vasconcelos, *Esquise*, pp. 101-103.

⁽⁴¹⁾ Lembro que os comentários que acompanham as particularidades da linguagem popular visam sobretudo apresentá-las de maneira simples em relação à língua padrão. Não cabe nos objectivos deste trabalho procurar a origem dos factos apontados.

3. *malina* («maligna»), igualmente presente em um romance do Douro, e outro do Alentejo. Lê-se no primeiro: «Os vinhateiros queimam o que têm e o que não têm na guerra contra a *malina*» (*Filhas*, p. 42).

Estudos vários acerca da linguagem popular têm posto em relevo a assimilação que justamente *c* e *g* sofrem, resultando formas como *tamém* e *sustância*, que alguns dos autores registam ⁽⁴²⁾. A última é abonada por uma quadra recolhida no concelho de Beja, que diz: «Ês o encanto do sol / E da lua és a *sustância*» ⁽⁴³⁾.

Atracção

Como na linguagem do povo de todo o país observam-se casos de atracção das semi-vogais *i*, *u* para a sílaba tónica, nas seguintes formas:

1. *Antóino* («António»): «O meu *Antóino* adoeceu este ano passado» (*Planície*, p. 12);

2. *auga* («água»): «Nunca se deitava sem meter os pés na *auga*» (*Gentio*, p. 37).

Em *Terras do Demo*, p. 285, encontra-se um derivado da forma *auga*: «— *Auguinha* fresca!»

Desnasalização

Além dos casos que se observam em formas como *home*, *Birge* antes assinaladas, representam desnasalizações formas como *âtão* («então») que está em *Gentio*, por ex., p. 231, e *atão*, em *Sotavento*, p. 88: «*Atão*, já se viu um desalmado assim?».

Epêntese

1. A epêntese de *i* está representada nas seguintes formas: *adúbio* («adubo»), *desgrácia* («desgraça»), e *patarrábias* («beterraba»): «Não era preciso *adúbio* nem estrume» (*Planície*, p. 110); «A senhora morgada anda mesmo «uma *desgrácia*» — informa o feitor. Não come nem tanto como um bago de lentisco» (*Ressurreição*, p. 222); «Vianda no coucho, vianda no papo, e venha lavagem, e agora lezírias, e logo «*patarrábias*» (*Calcanhar*, p. 160).

⁽⁴²⁾ Cf. *Esquisse*, p. 101; Maria Helena MIRA, *ob. cit.*, pp. 71-72.

⁽⁴³⁾ Cf. M. J. DELGADO, *ob. cit.*, p. 207.

2. A epêntese de *r* e de *s* está representada respectivamente em *bonecros* («bonecos») e *astreve-te* («atreve-te»): «Vendia-se ali de tudo, berimbaus, *bonecros* que alçam as pernas» (*Terras*, p. 286).

Haplologia

Em lugar de *cirurgião*, em *Por entre fraguedos*, p. 16, está *surgião*: «Anda no Porto a aprender a *surgião*». O mesmo fenómeno fonético está representado em *admistrador* e *mistrador*, que ocorrem em *Gentio*. Uma figura masculina, Zé da Ramada, que é regedor, diz a uma mulher: «Quem bai, agora, comigo à Póboa ó *admistrador* é bocê» (p. 244). Aquela é apresentada a elogiar os figos que vendia, afirmando: «Inté o ser *mistrador* é meu freguês» (p. 40).

É de notar que, como tive ocasião de inquirir, as duas formas poderiam ter sido pronunciadas por pessoas da aldeia de Monsul. Com efeito, não havendo norma a orientar a fala das pessoas que não sabem ou quase não sabem ler e escrever, estas podem proferir o mesmo vocábulo de modos diversos.

Metátese

1. Metátese de *r* e *e*. Em *Gentio* vemos, por exemplo, *bregonha* («vergonha», p. 210), *perciso* («preciso», p. 156), *treato* («teatro», p. 199): «— Ó rapariga: num t'alembas do *treato*?!». A mesma troca entre *r* e *e* vemos em *Ressurreição*, na forma *enxofer* («enxofre», p. 318): «O fidalgo é que não bota «*enxofer*» às vides...»

2. Metátese de *r* e *o* em *Gentio branco* e também em *Filhas do pecado*. No primeiro estão as seguintes formas: *dromir* («dormir», p. 43), *pro* («por», p. 205), *probe* («pobre», p. 222), *proqué* («porquê», p. 21), *proque* («porque», p. 167): «A Silbaninha, por'í, à minha espera. Ora, *proque* foi is...». No romance de Sousa Costa lê-se a seguinte quadra: «Vinho fino do Alto Doiro, / De forte me faz falar... / Põe-me alegre, põe-me vivo, / E só me «*estrova*» o andar...» (p. 179).

3. Metátase de *s*, que sofre mudança de lugar em *sastifeita* («satisfeita»), presente no romance minhoto de Hugo Rocha: «Inda num 'stás *sastifeita*?» (p. 36).

4. Se nos ativermos apenas às formas escritas, sem nos preocuparmos com a sua explicação e a sua história, poderemos também referir nesta alínea *giolho* («joelho»), que aparece em *Ressurreição*, p. 13, e *provaule*, que está em *Planície heróica*, p. 63, onde se lê: «Aquilo os moços, *provaule*, andam na brincadeira». Com mais rigor, a primeira

forma poderá ser considerada uma forma antiga da língua, que foi preservada no cenário de acção de *Ressurreição*, isto é, São João da Pesqueira, onde eu própria a ouvi. Também ocorre em outras regiões linguisticamente conservadoras. Quanto à segunda, o particularismo da forma, comum a outras, como «alteravle», «visivle», «possivle», ouvidas no Baixo Alentejo, tem que ver com uma alteração prévia da qualidade da vogal da última sílaba ⁽⁴⁴⁾.

Nasalização

Ocorrem nasalizações de vogais átonas no início absoluto de formas a que no português padrão correspondem vocábulos iniciados por *a* e *e* (esta última representando o som *i*). Exemplos de formas uma vez mais observáveis no romance *Gentio branco*: *inté* («até», p. 221), *imbacuar* («evacuar», p. 265), *infeito* («feito», p. 221): «Àtão, repetes as bezes que foi perciso, *inté* fazer *infeito*».

Prótese

Muitas são as formas contidas nos romances regionalistas que têm um *a* protético.

Em *Gentio branco* aparecem *alembre-se* («lembre-se», p. 27) *arrecebi* («recebi», p. 201), *arresurbi-me* («resolvi-me», p. 205), *assossega* («sossega», p. 43): «'Stá a gente a dromir e num *assossega*».

Em *Ressurreição dos mortos* vemos *arrebentar* («rebentar», p. 123) e *arrecuar* («recuar», p. 135): «O pior é que o vulto, em vez de *arrecuar*», crescera p'rá frente».

Em *Terras do Demo* verifica-se o acrescentamento de *a* no início de formas verbais e de substantivos, como *alevantar-se* («levantar-se», p. 31), *alimpar* («limpar», p. 108), *assucedeu* («sucedeu», p. 249), *arruído* («ruído», p. 288): «Tanta cara, tanto *arruído* causam-me medo».

Em *Calcanhar do mundo*, além de *arruído* (p. 272) deparam-se-nos *alembro* («lembro», p. 139) e *arreceia-te* («receia-te», p. 268): «Na procissão, *arreceia-te* de homem de farda, hem!?».

Em *A batalha sem fim* há *alembra* («lembra», p. 280) e *assôpro* («sopro», p. 8): «Mas durou um *assôpro* tal pasmo».

Em *Planície heróica* são usados os vocábulos *abbanhar* («banhar», p. 150), *ajuntar-se* («juntar-se», p. 186), *arrecolha* («recolha», p. 136),

⁽⁴⁴⁾ M. J. DELGADO, *ob. cit.*, p. 27.

assujeitar-se («sujeitar-se», 105), *atrepa* («trepa», p. 113): «Mas o homem lá lhe veio o ânimo, *atrepa* à primeira azinheira».

Síncope

Na generalidade dos romances são usadas várias formas onde se observa queda de vogal átona em sílaba pré-tónica e pós-tónica.

Em sílaba pré-tónica:

a caiu antes de *r* em *Catrina* («Catarina»): «Quem me entrou a derriçar foi a *Catrina* Amoja» (*Planície*, p. 127);

e caiu antes de *r* em *Fedrico* («Frederico», *Terras*, p. 301) e *Treza* («Teresa», *Planície*, p. 135): «A minha *Treza* foi buscar uma quarta d'água ao poço»;

e caiu depois de *r* em *pergrinação* («peregrinação»): «Num sei p'ra que bêu à *pergrinação*» (*Gentio*, p. 159).

Em sílaba pós-tónica:

o caiu antes de *r* em *arbre* (árvore): «'Stão a bolir na *arbre*» (*Gentio*, p. 43).

Manuel Joaquim Delgado assinala na linguagem do Baixo Alentejo os antropónimos que se encontram em *A planície heróica* ⁽⁴⁵⁾.

Outros fenómenos e exemplos ficaram também documentados quando aludi a alteração de vogais e ditongos. Assim, por exemplo, relevaram-se assimilações e dissimilações vocálicas, ao referirem-se as passagens de *e* a *a* em *janarosa*, *Jasus*, *samrear* ⁽⁴⁶⁾; de *i* a *e* em *dezer*, *Felomena* ⁽⁴⁷⁾; de *o* a *e* em *belota*, *questuma*, *questureira*, *zenir* ⁽⁴⁸⁾.

4. Representação de particularidades relativas à fonética sintáctica

4.1. Os artigos definidos apresentam em alguns romances as formas *lo*, *la*, quando vêm depois do advérbio de quantidade «mais», sobre cujo *s* final o *l*- exerce acção assimilatória. Daí derivam as locuções

⁽⁴⁵⁾ Idem, *ibidem*, pp. 83, 107.

⁽⁴⁶⁾ Ver *supra*, A. 1.1.2.

⁽⁴⁷⁾ Ver *supra*, *ibidem*.

⁽⁴⁸⁾ Ver *supra*, *ibidem*.

mai-lo, *mai-la*: «Apresentaram-se as moças *mai-lo* galeguito» (*Terras*, p. 29); «Ora isto é o que já cuntaba a minha santa abó, que Deus tenha, *mai-la* minha santa mãe» (*Gentio*, pp. 197-198); «Dou a jorna *maila* coira da minha senhora» (*Batalha sem fim*, p. 70). Em *A planície* ocorre a variante *má-lo*, com redução do ditongo *ai* do advérbio a *a* aberto: «Andava *má-lo* meu gaiato a fazer carvão» (p. 16).

Martins Sequeira nota na linguagem do Baixo Minho *mai-la*, cujo emprego exemplifica através da frase: «A Maricas foi ontem *mai-la* mãe ò S. Trocato» ⁽⁴⁹⁾. Manuel Joaquim Delgado recolheu da linguagem popular do Baixo Alentejo *mai-lo*, *mai-la* e também *má-lo*, *má-la*. Destas duas locuções dá exemplo no trecho: «— Ó Manel, atã nã vás *má-lo* tê ermão? — Vô, mas é, *má-la* mana Maria» ⁽⁵⁰⁾.

Por vezes, na linguagem popular perde-se a noção de cada uma das partes da locução. Isto é, toma-se apenas pelo advérbio, e acrescenta-se-lhe por isso pleonasticamente o artigo. Desta particularidade dá testemunho *Sarça ardente*: «Deus Nosso Senhor o abençoe, lavrador Joanito, e o leve depressa ao altar *mai-la* a menina Felícia!...» (p. 25).

4.2. Em algumas obras, em casos de próclise, ocorre *num* em vez de «não»: «Ó mulher: *num* era preciso levantar's-te tão cedo» (*Gentio*, p. 156); «Cantai... que ides beber «*num*» tarda nada...» (*Ressurreição*, p. 34).

4.3. À forma da preposição do português padrão «em» corresponde, no romance minhoto de Hugo Rocha, a forma *im*: «Fala-me *im* termos!» (p. 22).

4.4. Também em casos de próclise, em *Terras* ocorre, como forma invariável, antes de substantivos femininos e de substantivos masculinos, a forma *má*, por «má» e «mau». Fazendo um responso, diz uma mulher: «Ó meu beato António, que tanto gadinho guardastes de *má bicho*, de *má bicha*, de *má lobo*, de *má raposa*, de *má homem* e de *má mulher*» (p. 325).

Este uso parece ocorrer na expressão do povo desde longa data, segundo José Joaquim Nunes ⁽⁵¹⁾.

⁽⁴⁹⁾ Cf. *ob. cit.*, p. 163.

⁽⁵⁰⁾ Cf. *ob. cit.*, p. 160.

⁽⁵¹⁾ Cf. *Compêndio de gramática histórica*, pp. 81-82.

4.5. No romance minhoto de Hugo Rocha observa-se a queda da vogal final átona em palavra cuja última sílaba é iniciada por sibilante, quando se segue outra palavra começada também por sibilante: «Deus Noss'Sinhor quer assim» (*Gentio*, p. 244).

4.6. Em vez de «mil» ocorrem as formas *mal* e *mel*, quando se lhes segue o vocábulo «reis» a designar certa quantidade em dinheiro: «— Trinta *mal* réis me dão por esta linda fogaça de São-Marcos» (*Calcanhar*, p. 298); «— Mas, por ser p'ra ti, qu'és amiga da minha Rufina, dás-me só trinta *mel* reis» (*Gentio*, p. 222).

B. Factos da linguagem popular do plano morfológico ⁽⁵²⁾

1. Representação de particularidades relativas à flexão dos verbos

1.1. Para a primeira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo «abrir», em *Gentio* ocorre *aibro* («abro», p. 202): «Olha que ficas de fora cumo os cães, qu'eu num *t'aibro* a porta».

1.2. Em *Terras do Demo* ocorre *pido*, para a primeira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo «pedir». A forma aparece na seguinte quadra: «Adeus, Siora da Lapa / Adeus, té o ano que vem; / Façais vós o que vos *pido* / E cá vos trarei meu bem!» (p. 312).

1.3. Hugo Rocha regista em *Gentio branco* várias particularidades da flexão verbal bem conhecidas da linguagem popular. Uma outra que noto diz respeito à junção de -s na segunda pessoa do singular do pretérito perfeito simples de todas as conjugações. No romance referido encontramos formas como *andastes* («andaste», p. 234), *destes* («deste», p. 21), *fizestes* («fizeste», p. 234), *fostes* («foste», p. 231), *oubistes* («ouviste», p. 21), *regastes* («regaste», p. 21). Em certo trecho, por

(52) Não se repete a referência a aspectos da linguagem popular observados em formas de verbos e que, sendo do âmbito da fonética, já antes foram mencionados, como é o caso da terminação -*aba* por -*ava*. As formas com esta terminação foram notadas quando apontei exemplos com troca de *b* por *v*.

exemplo, uma mulher pergunta à filha: «— E já *regastes* o milho?».

Como nota José Leite de Vasconcelos, o acrescento de *-s* em tais formas, feito por analogia com outras pessoas verbais, é de todo o país ⁽⁵³⁾.

1.4. Na mesma obra, para o verbo «haver», segunda pessoa do singular do presente do indicativo, é registada a forma *hades* («hás-de», p. 22) ⁽⁵⁴⁾.

1.5. Em *Ressurreição dos mortos* encontramos também na letra de uma canção uma forma corrente da expressão popular para a terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo «variare». Diz a canção: «(...) À vista desses teus olhos, / Quem tem juízo «*vareia*» (p. 51).

Já Leite de Vasconcelos notou que o povo na pronúncia confunde por vezes os verbos em *-ear* com os verbos em *-iar*, dando justamente como exemplo da confusão referida, entre outras formas, «*vareia*» ⁽⁵⁵⁾.

1.6. Ainda em *Gentio branco* o verbo «haver» apresenta para a terceira pessoa do singular do mais-que-perfeito simples a forma *habera* («houvera», p. 44) que, aliás, é empregada onde o português padrão preferiria o imperfeito do indicativo. Veja-se:

«O ruído inquietante e insólito tornara, nesse mesmo instante. Ouviram-no as duas, perfeitamente.

— Já sei o qui é, mãe...

— Àtão o qui é?

— Pois qu'*habera* de ser?! Foi uma belota que caiu».

1.7. Estão também em *Gentio branco* formas em *-emos* para a primeira pessoa do plural do presente do indicativo de verbos da primeira conjugação, como *pagemos* («pagamos», p. 360), e também para o verbo «ser», *semos* («somos», p. 200): «Àtão ele num sabe qu'estou aqui e que *semos* amigas ambas e duas?!».

Como observa Leite de Vasconcelos, «numa grande parte do país, tanto no Norte, como no Sul, diz-se *-emos*, ex. *amemos*, — talvez por

⁽⁵³⁾ Cf. *Esquisse*, p. 111.

⁽⁵⁴⁾ Cf. *Esquisse*, p. 116. Leite de Vasconcelos observa que se diz vulgarmente a forma acolhida em *Gentio branco*.

⁽⁵⁵⁾ Cf. *ob. cit.*, p. 117.

influência de *temos* (e também *havemos*), cujo emprego é muito frequente na conjugação perifrástica»⁽⁵⁶⁾.

1.8. Em *Terras do Demo* encontra-se *olhaide* para a segunda pessoa do plural do imperativo do verbo «olhar». É assim que clama um mendigo: «— Ó meus ricos senhores, dai a esmola ao aleijadinho! *Olhaide* para a minha triste sorte!» (p. 282).

1.9. É ainda do romance beirão referido a forma *sende*, para a segunda pessoa do plural do imperativo do verbo «ser», que é transmitida por meio de uma oração. Diz esta o seguinte: «Sangue de Deus vivo, / *Sende* comigo!» (p. 57).

1.10. Em *Por entre fraguedos* o autor registou uma forma popular para a terceira pessoa do plural do presente do indicativo do verbo «haver», isto é, *ande* («hão-de», p. 258). Com efeito, nos versos de uma canção transcrita, lê-se: «Procurai ó sete estrelos / que bem no *ande* saber (...)».

1.11. Em *Gentio branco* Hugo Rocha registou *escuitem* para a terceira pessoa do plural do presente do conjuntivo que uma monsulense profere, ao solicitar a atenção de ouvintes para a história que vai contar: «— *Atão, escuitem*» (p. 194).

2. Representação de particularidades relativas aos nomes

2.1. Formação e emprego de plurais

Em alguns romances há formas que apresentam certas particularidades características da linguagem popular, a este respeito.

Assim, em *Por entre fraguedos* aparece *cidadões* (p. 140), em vez de «cidadãos». Trata-se de um caso de confusão entre terminações de nomes, cujo singular acaba em *-ão*⁽⁵⁷⁾.

No romance de Vergílio Godinho ocorrem *leises* (p. 37) e *posés* (p. 139), que têm um processo de formação idêntico a outras formas

(56) Cf. *ob. cit.*, pp. 111-112.

(57) Cf. *Esquisse*, p. 104.

assinaladas por Leite de Vasconcelos, como *pésés*, as quais são de todo o país⁽⁵⁸⁾.

Em algumas obras certas palavras são utilizadas na forma do plural em contextos onde a língua padrão usa a forma do singular. Está neste caso *focinhos*, aplicada a pessoas e a animais. Em *Gentio branco* uma mulher ameaça a filha com esta frase: «Olha que te dou nesses *focinhos*» (p. 159). Em *Maria dos Tojos* é um almocreve que clama para a montada: «— Eh, pára aí, Condenada, prego-te já com o chicote nos *focinhos*» (p. 241).

Na escrita de Aquilino tal particularidade é muito expressiva: através dela revela-se como o indivíduo pensa e sente em relação à coisa significada. É o que demonstram os trechos seguintes: «Seus olhos liam melhor na cordilheira longínqua a chuva e a neve do que um padre a palavra de Deus nos *latins* do missal» (*Terras*, p. 20); «Aquilo é dos ares das outras bandas, que são bravos, e pintam o rosto como lagarto. É o que te digo: são como os nossos, não há por esses *mundos* de Cristo» (*Terras*, p. 35).

Os termos sublinhados indiciam, na sua forma de plural, que o que designam é complexo e até confuso para quem se exprime. O mesmo se poderá dizer quanto a nomes de países e de continentes que também aparecem no plural, como *Áfricas*, *Brasil*, *Europas*. Reenviam para terras muito extensas, estranhas e distantes: «Todos os dias fogem braços p'rás *Áfricas* e *Brasis*» (*Filbas*, p. 212); «E há também telhado marselhês, como se usa nas *Europas*, por jeitos» (*Calcanhar*, p. 275).

Em algumas obras encontra-se um destes vocábulos utilizado como nome comum, com o sentido geográfico obliterado, a significar 'proezas'. Em *Fraguedos* uma personagem observa a pessoas que saíram de casa pela noite: «Boas *áfricas* não foram fazer, aposto» (p. 45).

(58) Cf. *ob. cit.*, p. 104. Segundo J. J. Nunes o tipo de formação de plurais observável em tais formas, que denomina «reduplicação do plural», «provém de falsa analogia com os plurais regulares *nozes*, *vozes*, etc., e de se considerar como fazendo parte do singular o -z- que entra nos diminutivos de tais nomes». Cf. *Compêndio de gramática histórica*, p. 230. — Sobre este assunto ver J. das Neves HENRIQUES, *Aspectos do número gramatical e lexical nos substantivos concretos em Português*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1963, principalmente pp. 77-78.

2.2. Particularidades relativas ao género

Em *Ressurreição*, *fim* aparece como vocábulo do género feminino na expressão «*a fim do mundo*»: «Aquilo foi bailar e cantar que parecia «*a fim do mundo*» (p. 302).

Esta é uma particularidade documentada para a linguagem popular do Minho⁽⁵⁸⁾, Trás-os-Montes⁽⁵⁹⁾, Algarve⁽⁶¹⁾ e Açores⁽⁶²⁾.

Além de *fim*, outros vocábulos ocorrem como género gramatical diverso do que possuem na língua padrão, e simultaneamente, em vez de acabar em *-a*, e *-o*, aparecem terminados em *-o* ou *-a*. Nestas circunstâncias encontramos, por exemplo, em *Terras do Demo*, *coruta* (p. 58), *pacta* (p. 174) e *risa* (p. 68): «(...) Andassem os seus bem embora descalços e rotos, comessem de seco ou de molhado, fossem ou não fossem *risa* e chacota do mundo».

Em *Planície* ocorre *escândolas*, variante popular de «escândalo». Neste caso a variação morfológica está claramente acompanhada de diferença de significado, pois *esândolas* no romance quer dizer 'razões de queixa, ofensa': «Alguém o ofendeu na nossa casa? Tem *escândolas* ali d'alguém?» (p. 189).

Formas em *-o*, em vez de em *-a*, como são as do português padrão, ocorrem em *Planície*: *conto* (p. 108), *pago* (p. 166). Diz um velho cou-teleiro: «Quantas courelas abri? Eu sei lá já quantas foram, lavrador? Perdi-lhe o *conto*». Um sacristão conversa nestes termos com um pároco: «Então encaminhar uma pessoa no seu governo é trabalhar p'ro seu mal? Ainda em cima! É o *pago*!»

No romance serrano de Aquilino Ribeiro aparecem substantivos epicenos do português padrão transformados em substantivos comuns, com o género especificado; é o que sucede com *corujo* e *sapa*, o primeiro aplicado metaforicamente a um homem, o segundo, usado numa comparação, quando os ciganos amaldiçoam alguém nestes termos: «— Deus permita que hoje mesmo se te veja a casa esborralhada! Deus permita, e que fiques por baixo como uma *sapa*» (p. 20).

⁽⁵⁸⁾ Álvaro de AZEREDO, *Apontamentos sobre a linguagem popular de Baião*. In *Revista Lusitana*, XI, p. 195.

⁽⁵⁹⁾ Joaquim de Castro LOPO, *Linguagem popular de Valpaços*. In *Revista Lusitana*, II, p. 257.

⁽⁶¹⁾ José Joaquim NUNES, *Dialectos algarvios*. In *Revista Lusitana*, VII, p. 124.

⁽⁶²⁾ José Leite de VASCONCELOS, *Dialectos açorianos*. In *Revista Lusitana*, II, p. 304.

Ambos os termos são um exemplo magnífico da criatividade da linguagem popular, que por vezes ignora a norma em favor da expressividade, e de uma certa lógica que leva à alteração do género normal das palavras de acordo com o género das pessoas a que são aplicadas. Por exemplo, na citação apresentada amaldiçoa-se uma mulher; logo, é *sapa* e não «sapo», que se profere. Aliás, o emprego dessa forma dever-se-á também a que o povo associa a ideia de grandeza em largura ao feminino.

2.3. Emprego de prefixos e de sufixos

Na linguagem popular a prefixação e a sufixação, para além de serem processos de enriquecimento e renovação de vocabulário, são uma das vias por excelência da expressão de conteúdos conotativos, tão frequentemente manifestados ⁽⁶³⁾. Nos romances está documentado este aspecto da fala do povo. Darei de seguida alguns exemplos ilustrativos ⁽⁶⁴⁾.

Prefixo

Des-: é usado como prefixo de negação em *destempo*, que integra a locução *ao destempo*, registada em *Terras do Demo*, p. 320.

O mesmo prefixo reforça o prefixo *in-* em *desinfeliz*, que ocorre em *Ressurreição*: «Conviria aplicar compressas de água quente «nas cadeiras» da *desinfeliz*» (p. 168). É sabido que na linguagem dos iletrados,

(63) Sobre esta matéria é de distinguir a seguinte bibliografia: Carolina Michaëlis de VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa, ed. de Dinalivro, pp. 51-99; Rodrigues LAPA, *Estilística da língua portuguesa*. Lisboa, 1977, pp. 100-108; Maria Helena de Novais PAIVA, *Contribuição para uma estilística da ironia*. Lisboa, 1961, pp. 343-352, 367-405; Delmira MAÇAS, *Ironia e depreciação na língua portuguesa*. Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia* (vol. XIV, tomos I e II, 1966), Coimbra, 1967, pp. 5-16; Sílvia SKORGE, *Os sufixos diminutivos em Português*. Lisboa, 1959, principalmente pp. 157-160.

(64) Na exemplificação, que deliberadamente limitei, apoiei-me sobretudo nas indicações de Delmira Maças e de Maria Helena Novais Paiva, quanto ao carácter popular dos sufixos e vocábulos que formam (cf. bibliografia indicada na nota anterior). Aliás, quando se considera a sufixação, é muito difícil distinguir o que é característico da linguagem popular e o que é de outras variedades linguísticas, em especial do calão e da linguagem familiar.

além deste vocábulo, são usados outros que resultam de processo idêntico de formação, como *desinquieta* e *desingrata* ⁽⁶⁵⁾.

Sufixos

—*ação* (—*aça*): com valor enfatizante forma *diaço*: «Querem vomecês saber duma parte que me assucedeu noutro *diaço*?» (Terras, p. 318). Outras palavras com sabor popular são *peitaça* (Terras, p. 106) e *vinhaça* (Gentio, p. 164).

—*ada*: forma os nomes de acção *estadulhada* (Batalha, p. 15) 'acto de bater com o estadulho', *foiçada* (Terras, p. 57) 'golpe de foice': «Os relâmpagos varriam o céu de lés a lés com uma *foiçada* de lume». Aparece também a formar colectivos como *mulherada* (Terras, p. 276); é intensificativo em *pançadas* (Batalha, p. 309).

—*agem* e a variante —*age*, que melhor traduz, na sua grafia, a pronúncia popular, são usados com valor disfémico na formação de *familagem* e *familage*. Em Terras um serrano responde deste modo a um filho que se lhe dirige a pedir auxílio em tempos de carência: «Cuidavas tu que ia manter-te a *familagem* ... a noiva, a feiteiceira da velha, o lambodas do Bispo?» (p. 80). Em *Batalha sem fim*: «Com a *familage* que trazeis ao rabo, a irar o ventre de misérias, onde não atirava o despesão!» (p. 234).

—*ama*: forma *dinheirama*, que ocorre em Terras (p. 21) e *Calcanhar* (p. 32). Neste último lê-se: «Pagam ao senhor governo fatia grada, à senhora câmara um destempêro, à senhora junta (...) tudo farta *dinheirama*».

—*ana*: forma disfemicamente *cornambana*, usado em *Batalha sem fim*, com o sentido de 'marido enganado pela mulher': «(...) proferiu o Joaquim Bica bamboleando a cabeça de *cornambana*, tão enfeitada que, as vezes que se fazia notadiço, a todos se representava de veado» (p. 315).

—*anca*: isolado, com valor aumentativo disfémico forma *burranca*, que designa homem estúpido e está registado em Terras: «*Burranca* do inferno, não sabes que quanto mais encorpado melhor é!» (p. 197). No mesmo romance, reforçado de —*ão*, forma *burrancão* (p. 74) e *molancão* (p. 39), adjetivo que é aplicado a pessoa muito indolente.

(65) Cf. Júlio MOREIRA, *Estudos da língua portuguesa*, 2.º vol., pp. 167-169; Mário BARRETTO, *Novíssimos estudos da língua portuguesa*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1924, p. 57 e seguintes.

—*ança*: forma *lambança* (Terras, p. 88), *papança* (Batalha, p. 325): «Não se dá jornal: a *papança*, graças ao tio Manuel das Uchinhas, está garantida».

—*uço*: com sentido depreciativo forma *bacalbuço*: «Ainda tem *bacalbuço*?» (Terras, p. 195).

—*ulho*: forma palavras que aparecem por exemplo em Terras: *bagulho* (p. 209), e *mortulho* (p. 88). Em uma e outra são intensificadores disfêmicos: «Mas o tempo corria escorreito em anhos a falecer pelos currais e a peste a grassar. Ano farto de *mortulho* aquele em que casou Florinda e morreu a *Ramalha* do tio Brás!».

Outros aspectos relativos ao emprego de sufixos

Ao tratar dos principais processos populares de sufixação, Carolina Michaëlis refere «o prolongamento regular de vocábulos pelo acrescento de sufixos sonoros». Entre os exemplos, indica *costumeira*, «por costume»⁽⁶⁶⁾. Este nome encontra-se em alguns romances regionalistas, por exemplo em *Calcanhar*, p. 258 e *Batalha sem fim*, p. 21: «Evo-cando, cismando, os olhos do arrais perdiam-se pelo oceano na *costumeira* inveterada do lavrador que se não cansa de ver a sua vinha». Além deste, há outros vocábulos explicáveis pelo mesmo processo de formação: *inverneira* (Planície, p. 133), *pescocceira* (Batalha, p. 117), *regaleira* (Terras, p. 88): «Ano farto de mortulho aquele em que casou Florinda e morreu a *Ramalha* do tio Brás! Então sim, trazia a barba nédia da *regaleira*!».

Aspecto característico da linguagem popular é também a preterição de terminações usuais na língua padrão em favor de outras que são susceptíveis de trazer novas significações, particularmente irónicas, satíricas, ou simplesmente de impor à atenção pela sua estranheza fónica e novidade os vocábulos assim formados. Pertencem a essa categoria de palavras algumas das que ocorrem nos romances e que se tornam notadas por terminações anómalas em relação a outras do português normal. É caso de *bebedanas* (Planície, p. 219), *caturreira* (Batalha, p. 316), *coitanaxo* (Terras, p. 125), *fraqueira* (Batalha, p. 252), *lambodas* (Terras, p. 80), *magreira* (Batalha, p. 2) que são mais expressivas do que «bêbedo», «caturrice», «coitadinho», «fraqueza», «lambão», «magreza».

(66) Cf. *Lições de filologia portuguesa*, p. 80.

3. Representação de particularidades relativas a pronomes, numerais, advérbios, locuções adverbiais, locuções prepositivas e conjuncionais

3.1. Pronome pessoal

Em *Gentio* ocorre *le*, em vez de «lhe», como forma de complemento indirecto: «Bomecê quer-*le* alguma coisa?» (*Gentio*, p. 25).

A forma é da expressão popular de todo o país, como se vê pela *Revista Lusitana*: do Minho (⁶⁷), Trás-os-Montes (⁶⁸), Estremadura (⁶⁹), Alentejo (⁷⁰).

3.2. Pronome relativo

Cais é usado como forma de singular, em *Gentio*: «Deixe lá, s'Rita, qu'a sua filha, hoije, tem cá o cumbersado!» (...). — *Cais* cumbersado nem *cais* demónio!» (p. 201).

Cal e *cais* são formas de todo o país, como se pode verificar pela *Revista Lusitana* (⁷¹).

3.3. Numerais

Na *Planície heróica* ocorre a expressão *ambos os dois* e em *Gentio*, *ambas e duas*: «Vínhamos *ambos os dois* por uma rua acima (*Planície*, (pp. 60-61); «Àtão ele num sabe qu'estou aqui e que semos amigas *ambas e duas*» (*Gentio*, p. 200).

Além destas formas, Leite de Vasconcelos aponta outras com valor idêntico, que são usadas em várias zonas (⁷²). Joaquim Delgado confirma

(⁶⁷) F. Alves PEREIRA, *Glossário (...) dos Arcos de Valdevez*. In *Revista Lusitana*, vol. XXXI, p. 297.

(⁶⁸) A. Gomes PEREIRA, *Algumas expressões de Alândega da Fé*. In *Revista Lusitana*, XIV, p. 300.

(⁶⁹) José Diogo RIBEIRO, *Linguagem popular de Turquel*. In *Revista Lusitana*, XXVIII, p. 233.

(⁷⁰) A. Tomás PIRES, *Vocabulário alentejano*. In *Revista Lusitana*, vol. X, p. 93.

(⁷¹) Cf. vols. XIV, p. 289; XXVII, p. 190; XXVIII, p. 226; XXXI, p. 294.

(⁷²) Cf. *Esquisse*, p. 106.

o registo de *Planície heróica*, com a quadra em que se diz: «Coraça qu'ê d'ambos os dois / Tem d'andar apertadinho» (73).

«A linguagem popular emprega geralmente os numerais cardinais da língua culta, mas prefere muitas vezes dizer *dois centos*, *três centos*, *cinco centos*, etc. (...) a usar os numerais *duzentos*, *trezentos*, *quinhentos* (...)» — escreveu Júlio Moreira (74). Em concordância com tal afirmação está o seguinte trecho de *Gentio branco*, em que uma monsulense, ao calcular há quantos anos decorreu determinado facto, diz: «Quem disser que foi mais d'um cento e mais meio num s'inganará munto» (p. 195).

3.4. *Adverbios e locuções adverbiais de lugar*

Em vez de «onde» encontra-se *adonde*: «A comida p'r'ás touras, p'r'á "Mulatinha", e p'r'ós bicos já 'stá *adonde* deve 'star» (*Gentio*, p. 157); «E até acontecia perder-se um homem enterrado em mato, que era uma dos diabos, se não adregava com um chaparro ou zambujeiro, p'ra lá de cima se tirar o ponto *adonde* se estava» (*Planície*, p. 111). A personagem que profere esta frase, na circunstância aflitiva que evoca, bem poderia lembrar-se dos versos populares citados por Manuel Joaquim Delgado, que dizem: «Valha-me Nossa Senhora / Qu'ê nã sê *adonde* estou» (75).

Com o mesmo valor de «em cima», em *Terras do Demo* ocorrem *arriba* (p. 287), *derriba* (p. 113) e *em riba* (p. 119): «Ná, aqui com tanta gente a entrar e a sair, não o assolapava ela. O dinheiro está lá *em riba*» (p. 320).

Em *Por entre fragedos* estão registadas quase de seguida cinco locuções adverbiais num trecho do seguinte diálogo: «[Os automóveis] Nunca param de correr ó p'ra diante, ó p'ra trás... / — Eu já vi um que andava *órredôr* ... (...) / — Ele até os há que andam ó p'ra cima e ó p'ra baixo!» (p. 111).

3.5. *Locuções adverbiais de modo*

à boca grande 'abertamente': «*À boca grande* se dizia que o meigengro do filho, bertoldo e salamurdo como era, sem escola, não teria usado de manhas tão arteiras no roubar» (*Terras*, p. 62);

(73) *Linguagem popular do Baixo Alentejo*, p. 32.

(74) *Estudos da língua portuguesa*, pp. 6-8.

(75) Cf. *ob. cit.*, p. 18.

à certa confita 'por certo': «Na encruzilhada dos caminhos, à sombra do souto que *à certa confita* já dava castanhas muito antes da Patuleia» (Terras, p. 97); «Com surpresa soubera que o amigo tornara ao Urso. *À certa confita*, não tendo que fazer esparecia» (Batalha, p. 19);

ao direito 'directamente': «Por aqui vão mais *ao direito*! — proferiu a benta, encaminhando-as pela traseira da casa» (Terras, p. 141);

de cambulhada 'em confusão': «A lua lá ia *de cambulhada* com os cirros, veleira» (Terras, p. 103);

de cangalbas 'de cima para baixo': «O excomungado deu-me tamanho encontrão que me ia atirando *de cangalbas* com o cestinho do comer» (Planície, p. 219);

de escanча-perna — diz-se da maneira de montar um animal, com uma perna para cada lado, ou de posição idêntica tomada por alguém sobre algum objecto que lhe sirva de assento⁽⁷⁶⁾: «*De escanча-perna* sobre o baú, na roda de caras aparvoadas, o Luis Alonso reloucava» (Terras, p. 186). No outro romance, Aquilino Ribeiro usa a expressão variante de *encanча-perna*: «Do poiso, o homem descobria a sineira da capela, *de encanча-perna* sobre o encume, que não era mais que uma nódoa verde-limosa ao rés da terra branca» (Batalha, p. 159);

de gorra 'em conluio': «Foi, certa noite, hospedar-se ali, dando, logo, nas vistas cúpidas dos ladravazes e esfaqueadores que, *de gorra* com a estalajadeira, faziam da baiúca seu quartel-general» (Gentio, p. 197); «Foi servente desses calceteiros que nas ruas bordam bonitezas. [...]. *De gorra* com aqueles, embarcou para o Rio» (Terras, p. 69); «O Algodres ultimamente via-o muito *de gorra* com o Penalva que todo se babava ao pé da gente que não trazia as mãos como ele encardidas de fossar na terra» (Batalha, p. 98);

de malhoada, ídem: «Pois esgarrou para ali tudo o que tinha no peito *de malhoada* com a mãe» (Terras, p. 108);

de rebentina 'intempestivamente': «Quando aquilo lhe constou, ciente já dos progressos que fazia a escavação, o Eudócio, arrependendo-se todo, foi-se *de rebentina* ter com o Algodres» (Batalha, p. 246);

sem mais aquelas 'sem cerimónia': «O trinta-mafarricos pôs-se a fazer demonstrações de fandango salteado, findo o que, *sem mais aquelas*, enxugou para ali dois decilitros» (Calcanhar, p. 26);

(76) Tem o mesmo significado «a catcha-pernas» recolhido na raia trasmontana. Cf. Maria José de Moura SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*, Coimbra, 1967, p. 241.

sem mais nem p'ra quê 'inesperadamente': «Ao botar a «vianda ao reco» vem de lá «uma pita» e salta dentro do cortelho. Com medo de que o «reco» a comesse, deitou-lhe a unha. E... tau, *sem mais nem p'ra quê*, caí p'ró lado, co'a dor «nas cadeiras» (*Ressurreição*, p. 163);

sem tir-te nem guar-te 'sem aviso': «Quando Deus quer, em vez dela saltava-lhe pela frente a caçadeira do pai, desfechando-lhe no peito, *sem tir-te nem guar-te*, a carga de zagalotes» (*Batalha*, p. 194).

3.6. Advérbios e locuções adverbiais de negação

O advérbio *nanja* aparece frequentemente com o significado de 'não': «— Vosselência vê? Enganar-me! *Nanja* eu» (*Ressurreição*, p. 283); «Dizia-lhe o instinto que o homem é escravo da terra, *nanja* o senhor» (*Terras*, p. 111). No romance de Vergílio Godinho, além dessa significação (veja-se, por ex., p. 205), apresenta também a de 'não haja' em diversos passos, como este: «— Sim, senhora! — lastimava-se alfim o roubado, a mirar a meda maqueada. — Obra limpa, *nanja* a dúvida» (*Calcanhar*, p. 170).

No livro a que acabo de aludir, o advérbio «nada» vem flexionado através da terminação *-inhas*, a qual intensifica o sentido da forma simples primitiva: «— *Nadinhas*! Antes meter-se a pobreza num esquife e seguir para São-Marcos. Ao menos a terra não cobra aluguel» (p. 140);

nunca por nunca — «por nunca» reforça a ideia expressa pelo advérbio: «E, todavia, para lá se foram pelo sim e pelo não e por escúpulo, para *nunca*, *por nunca*, terem a pungi-los o remorso dum descuido» (*Terras*, p. 119); «O velho tinha o sono perro, pois *nunca por nunca* lhes fora interromper os colóquios» (*Batalha*, p. 195);

nunca se nunca — com sentido igual à anterior: «*Nunca se nunca* pilhei aquele homem em mentira» (*Terras*, p. 293).

3.7. Advérbios e locuções adverbiais de quantidade

aldemenos 'ao menos': «Que quereis ... não tenho lenha cortada! / — Nem *aldemenos* duas achas?» (*Terras*, p. 208);

avonde 'suficientemente': «O Freitas, para munir-se de copos *avonde*, contou as cabeças» (*Calcanhar*, p. 21);

cabonde — com o significado do anterior: «Para o ano lavro *cabonde*» (*Terras*, p. 80); «Durante a militança, conhecera *cabonde* as casamatas dos presídios» (*Calcanhar*, p. 67).

Esta forma *cabonde* deve resultar de uma oração relativa «que abonde» 'que baste', como aquela que se pode ler neste trecho de *As filhas do pecado*: «E deixo-lhe comida *que abonde* p'rá ceia» (*ob. cit.*, p. 151). Por crase ter-se-ia formado «cabonde». Veja-se esta passagem de *A batalha sem fim* onde o termo desempenha função justamente igual à da oração: «Vê tu ao que se chega nesta safada de vida; nem pão *cabonde*, nem dois côvados certos de terra santa para receber os ossos!» (p. 66);

elba por elba — variante da forma mais conhecida «ela por ela». Ambas as expressões são usadas quando se fazem negócios que envolvem troca de valores equivalentes. Encontramos a primeira em *Terras do Demo* na boca de um lavrador que emprestara dinheiro a uma mulher e que, para se dar por pago, lhe propõe: «Eu fico-te com o cerrado da nogueira *elba por elba*» (*ob. cit.*, p. 41);

p'ra cima que não p'ra baixo — usa-se por exemplo ao avaliar-se uma quantia em dinheiro, admitindo-se que seja mais do que se calcula, e não menos: «A azenha rende vinte moedas, *p'ra cima que não p'ra baixo*» (*Ressurreição*, p. 65);

para mais que não para menos — com sentido idêntico ao anterior: «Só ao cabo de uma hora bem puxada, *para mais que não para menos*, é que a peregrinação deu sinal de si» (*Gentio*, p. 161); «Há muito tempo tinham dado graças a Deus e, pela altura da maçaroca, era o redor de meio serão, *para mais que não para menos*» (*Terras*, p. 91).

3.8. Advérbios e locuções adverbiais de tempo

entrementes 'entretanto': «*Entrementes* venha uma [dança] mesmo sem toque...» (*Fraguedos*, p. 17); «Os outros almocreves, *entrementes*, tinham saltado das tarimbas» (*Terras*, p. 26);

ao destempo 'fora de tempo': «— Bem haja, tio Aniceto, mas veio *ao destempo*. Encarreirei para ali, dali não desapego» (*Terras*, p. 320);

ó depois 'depois' «É só comer e buber, só comer e buber! *Ó depois*, queixe-se!» (*Gentio*, p. 200);

tempos àquela parte 'desde há algum tempo': «O [pacote] *alemão tempos àquela parte*, batia a tudo que andava no mar» (*Terras*, p. 181).

3.9. Locuções prepositivas

Expressando determinação de causa:

por môr de e *p'ra môr de*: «Traziam pistolas nos coldres *por môr dos* quadrilheiros» (*Terras*, p. 22); «Nos últimos cinco dias, enxerga-lhe

na cara, e nas falas, e nos modos qualquer coisa de «notório» que a desassossega. É talvez *por 'mor* da tunda que as tropas do governo deram nas do Sá da Bandeira, em Valpaços» (*Ressurreição*, p. 9); «Mas qu'é que tu fizestes à Ceuzinha *p'ra môr* d'ela te dar isso?» (*Gentio*, p. 155); «Nenhum murinho deixava de mostrar este espesso colmo hirsuto, *p'ra môr* das chuvas» (*Planície*, p. 121);

por via de: «Houvera uma manhã grande peguilho na venda do Gaudêncio *por via* duns dinheiros que certo almocreve achou a menos à hora de largar» (*Terras*, p. 25); «Não vê vossemecê que não vou agora aos trabalhos *por via* desta criancinha» (*Sarça*, p. 115).

Indicando determinação de modo:

à laia de: «E p'los modos, em Coimbra, tanto ele como o Júlio, o do João Bernardo, obraram *à laia de* pimpões» (*Ressurreição*, p. 71); «Grãos de milho *à laia de* contas enfiadas numa guita» (*Terras*, p. 62).

Exprimindo determinação de lugar:

em riba 'em cima de': «Prantou-me *em riba da* cama» (*Ressurreição*, p. 163);

ò pé de 'perto de': «O tio Aniceto, *d'o pé da* igreja (...)» (*Terras*, p. 320);

por riba de 'por cima de': «Sobre as telhas ia grande estreloiçada, chuva, vento, como se andassem *por riba dela* rebanhos de cabras» (*Terras*, p. 44).

Exprimindo determinação de quantidade:

obra de 'aproximadamente': «Mas quis logo o fadário que todos os das, *obra de* meia manhã, as trovoadas salteassem o povo» (*Terras*, p. 57);

para riba de e *p'ra riba de* 'para cima de': «E celeirava em anos de farto *para riba de* três moios de grão» (*Calcanhar*, p. 205); «Hoje [o mar] deita aos quatro lanços ... *para riba de* meio conto!» (*Batalha*, p. 44); «Vossemecê, Sr. José Mingorra, é sacristão na freguesia há muito tempo? — perguntou o pároco, disfarçando. — Há *p'ra riba de* cinquenta anos» (*Planície*, p. 21).

3.10. Locuções conjuncionais

a modos que — com valor comparativo: «— A menina Joanhina *a modos que* vai esquecendo a idade de casar...» (*Fraguedos*, p. 13).

a pontos que — com valor consecutivo: «De lá partiam, nas noites velhas de Inverno, os assaltos às capoeiras, *a pontos que* em casa do Sr. Pe. António (...) não houve bico que escapasse» (*Terras*, p. 18);

dês que — com valor temporal: «E anda aí a impar p'los cantos da casa, momento *dês que* ele nos abalou da porta p'ra fora» (*Planície*, pp. 185-186);

Do emprego desta locução no Baixo Alentejo, dá-nos notícia Manuel Joaquim Delgado através da seguinte quadra recolhida em Quintos, Beja: «Dês a Torre de Baleizão / O caminho é todo chão. / *Dês que* te vi *atégora* / Te trago no coração»⁽⁷⁷⁾;

despois que — igualmente temporal: «Hoije é qu'eles num benhem... *Despois qu'*a mãe tosou o Quico...» (*Gentio*, p. 40);

nanja que — negativa: um jornaleiro do Douro não aprova que seu amo mande pôr enxofre nas videiras e comenta: «E *nanja que* o filho do meu pai beba o vinho destas vides!...» (*Ressurreição*, p. 318).

3.11. Interjeições e locuções interjectivas

Na expressão das personagens rústicas ocorrem abundantemente formas interjectivas da linguagem popular.

Entre as mais frequentes estão as que fazem referência, de algum modo, ao universo religioso⁽⁷⁸⁾. Algumas interjeições invocam Deus, Jesus e Nossa Senhora: «Muita fominha passei, *Pai da vida*, muitos trabalhos» (*Terras*, p. 112); «Você tresanda a vinhasca. *Santo Nome de Jesus*, que fedorentina!» (*Calcanhar*, p. 52); «*Ai Virgem!*» — dizem a toda a hora as figuras durienses dos romances de Sousa Costa: «Vais morrer a uma cadeia! *Jesus Senhora!*» (*Terras*, p. 143). Nestas, ainda que inconsistentemente, perante um facto doloroso ou insólito apela-se para os poderes divinos.

Através de nomes do 'príncipe das trevas' exprime-se admiração, contrariedade, aborrecimento e surpresa por algo que desagrade: «*Ora o*

(77) Cf. *ob. cit.*, p. 105.

(78) Nas interjeições, como em vários outros planos da linguagem, reflecte-se a religiosidade popular. Sobre esta matéria: Heinz SCHULTE-HERBRÜGGEN, *El lenguaje y la visión del mundo*. Santiago, Universidade de Chile, 1963, pp. 96-98; Maria José Vieira Nunes da Silva TORRES, *A influência religiosa na linguagem popular*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1959. A autora utilizou como fonte de informação, entre outras obras, as *Terras do Demo*.

diabo! Sempre a implicar!» (*Gentio*, p. 22); «*Arre-diabo*, Rosa, *arre-diabo!* — dizia o Brás. — Saiu-te cara a passagem do homem...!» (*Terras*, p. 17); «— *Que diabo!*» Não é assim que se condena e trata uma rapariga que é flor e honra da nossa terra» (*Maria Mim*, p. 110); «— *Que «dianbo!» (...)* A Aninhas não é nenhuma criança.» (*Ressurreição*, p. 349); «Assim não me serve o negócio. *Que diacho!*» (*Calcanhar*, p. 180).

Em vez de a um só diabo, clama-se em certos casos a vários: «Onde é que vais, co'essa freima toda? Olha que isto não é sachar, *com seiscentos demónios!*» (*Gentio*, p. 133); «*Com dez diabos*, parece que estás com dó do homem!» (*Terras*, p. 334). Por razões eufemísticas evita-se a referência directa à divindade infernal, elidindo-se o seu nome: «— Parece pólvora, *com trezentos!* — refilou o Joaquim do Cabeço, retrazando um courato» (*Calcanhar*, p. 23), um sambrasense, irritado por não lhe terem entregado o jornal na hora oportuna, barafusta: «— Mas, é também sô assinante, *com séscentos!*» (*Sotavento*, p. 81) ⁽⁷⁹⁾.

Dirigida originariamente contra o diabo, a fórmula *t'arrenego*, é usada para mostrar contrariedade, estranheza e oposição a pessoas, factos e ideias: «— Também levas saudades da Brites? — interrogou Joaninha. — *T'arrenego!* — retorquiu a boa Rosa. — Se soubesse o que ela ontem me arrenegou!» (*Fraguedos*, p. 93); «— Bem haja quem não quer nada co'a política. *T'arrenego!*» (*Ressurreição*, p. 3); «Até já houve línguas excomungadas que começaram para aí a murmurar que foi grande *mistela* que ela lhe deu a beber. *T'arrenego!*» (*Terras*, p. 321).

Sentido semelhante à interjeição que acabo de referir tem outra que alude ao acto de persignar. Usam-na como se tivesse o poder de mandar para longe o mal ou a causa dos males. Assim, uma curandeira de Monsul ensina a uma rapariga determinado processo de abortar, cuja eficiência garante nestes termos: «A filha da Ernestina tãém fez assim e, olha, nunca ninguém le biu filho nem filha...». Replica a consulente: «Mas, se bocê me põe cum'á da Ernestina, antes quero ir já p'r'á coba. !Atão, tolinha, salbo seija! *Cruzes!*» (*Gentio*, p. 221). Serranos da Beira exclamam, a propósito de um assaltante de capoeiras: «— *Cruzes!* (...)

O jagodes, ao ardil que tem, com outro corpo dava em ladrão de estrada» (*Terras*, p. 62). Em *Calcanhar do mundo* esta exclamação reforça

(79) Sobre o emprego do nome do diabo na linguagem popular: João de Almeida LUCAS, *Estudo sobre as interjeições*. In *Revista de Portugal*, VI, VII, IX, XI, XIII; Ivone Maria Ferreira GABRIEL, *Nomes do diabo em português*. Dissertação de licenciatura (inédita), Coimbra, 1950, pp. 196-243.

t'arrenego: «Barbeiros inda vá (...). Acertam às vezes com os males e não nos exploram. Agora, doutores?... *T'arrenego, cruze!*» (p. 140).

A cruz onde Cristo foi crucificado é solicitada como testemunho de acontecimentos graves: «Mas quis logo o fadário que todos os dias, obra de meia manhã, as trovoadas salteassem o povo. E com que furor, *árvore da bela cruz!*» (*Terras*, p. 57). Esta locução interjectiva resultará da deformação de uma outra — «árvore da vera cruz!»; por etimologia popular, «vera» foi substituído por «bela»⁽⁸⁰⁾.

São muito numerosos os trechos onde se empregam expressões interjectivas com o vocábulo «raio», a exprimir admiração ou aborrecimento. Em *Calcanhar do mundo* diz um homem, desgostoso por se ter esquecido de algo: «*Raios*, que nem me veio à memória tal coisa!» (p. 181); em *Maria Mim* um quadrazenho, atónito por ver na sua terra certa pessoa, exclama: «Ah! *raio!* Bem me quis parecer que já o vira em qualquer parte!» (p. 264); do romance de Nuno de Montemor são ainda «*Raio de sorte!*» (p. 104), «*Raio de vida!*» (p. 26) e «*Com mil raios!*» (p. 51).

Em certas frases invocam-se os malefícios do raio contra alguém. Quase sempre o sentido dessas imprecações está obliterado na mente de quem as profere. São exclamações esteriotipadas que funcionam como válvula de escape a emoções violentas: «E os [guardas-fiscais] de cá ainda são piores do que aqueles cães do outro lado. *Paí os partam!*» (*Tojos*, p. 53).

Como que a neutralizar a invocação, e eufemizando a expressão, dirigem-se os seus efeitos contra Lúcifer: «— *Rais partam o diabo!* Lá se vai tudo por água abaixo!» (*Ressurreição*, p. 25).

Por processo semelhante, emprega-se um verbo de sentido atenuado ou inofensivo, ou junta-se um advérbio negativo: «— *Raios te pelem*, cachorro!... Pois tu não comerás da mesma panela que eu?» (*Terras*, p. 83); «Ouvi tocar uma música, mas não vi ninguém... Não sei lá onde ela estava. *Diabos a nunca levem*, que não toca tão bem como

(80) Numa passagem da novela *Pároco da aldeia*, Alexandre Herculano apresenta um diálogo entre o bondoso sacerdote e o filho do moleiro. A certa altura aquele avisa o moço de que tem de casar com a rapariga que seduzira. Manuel da Ventosa responde que era isso mesmo que desejava, acrescentando, ao mesmo tempo que aponta para o cruzeiro: «Juro por aquela *árvore da bela cruz* que ali está». A estas palavras o pároco replica: «Vera cruz, salvage, vera cruz!»; emenda desse modo o que lhe pareceu uma incorrecção; daí o epíteto de «salvage» com que mimoseia o seu interlocutor.

a música da Torre» (*Fraguedos*, p. 115); «*Raios te não partam*, desausinado! Se isto são termos de cristão, entrar em casa quando os outros saem!...» (*Calcanhar*, pp. 50-51).

Curiosas interjeições são as que possuem um nome próprio em vocativo: «— *Tó Russa, Maria Castanha!* Já me não finto nessas» (*Ressurreição*, p. 136); «Acreditem vocês, a gente nem dorme a sono solto com o caroço empregado na água. E ainda bramam que a vinte por cento é caro! *Irra, irrório, senhor Ligório!*» (*Batalha*, p. 30)⁽⁸¹⁾; «Cantigas, ó *Rosa!* Se quereis gaita, pagai ao gaiteiro» (*Batalha*, p. 32); os malhadores de Seitosa açulam-se na eira com o brado «*Eb! Cristina!*» (*Terras*, p. 53)⁽⁸²⁾.

Várias outras são as que sublinho nos trechos que a seguir se transcrevem: «*Bolêtas!* não posso beber convosco!» (*Calcanhar*, p. 22); «— *Canudo!* — proferiu ela, quando se encararam. — Cuidei que o não pilhava» (*Terras*, p. 259); «*Caraças*, que bocê num deixa a gente!» (*Gentio*, p. 229); «*Ab, catrino!* Um pulo para cima da égua e a galope, à doida, Pessegueiro fora» (*Calcanhar*, p. 135); «— *C'o catrino!* está o Sol a nascer! Dia abençoado!» (*Terras*, p. 151); «O grão lá ia largando, era ver as zagalotadas que acompanhavam o erguer dos pirtigos na palha delida. *Conho*, tinha que saltar, para ir ao crivo das cirandeiras, às arcas, à azenha» (*Terras*, p. 53); «Nem pareço da aurdeia... *Poça!*» (*Gentio*, p. 23).

C. Factos da linguagem popular do plano sintáctico

1. Em algumas obras usa-se *a gente* tal como o português padrão usa «nós», isto é, como sujeito do verbo, numa referência imediata ao indivíduo que fala e a quem este associa a si. Nesse contexto, em *Sotavento* a expressão vem acompanhada de verbo flexionado na primeira pessoa do plural: «Sim, atão ele 'tá ên Faro, aqui tão pertinho e *a gente* só o vemos na terça-fêra?» (p. 88).

(81) Em outras obras, Aquilino usa «*Irra, irrório, Senhor Gregório!*».

(82) O emprego do nome «Cristina», em exclamação, deriva do modismo «dar vivas à Cristina», que por sua vez teve origem «no facto de ter sido a rainha Cristina da Suécia o primeiro soberano a reconhecer a independência portuguesa recuperada em 1640, e de o povo ter saído delirante para a rua, aclamando-a». Cf. Maria Helena Novais PAIVA, *Contribuição para uma estilística da ironia*, pp. 528-529.

2. Em *Terras do Demo*, a gente está como equivalente de «nós», funcionando como plural de modéstia. Assim responde uma rapariga a uma lisonja: «Então, a gente não nasceu sarnenta, nem aleijada» (p. 296).

3. *A gente* é a expressão preferida em várias obras para acompanhar o verbo quando o sujeito é indeterminado. Por exemplo, em *Maria Mim*, num trecho onde uma contrabandista defende a maneira de viver dos contrabandistas, lê-se: «A Espanha oferece aqui, a dois passos, o comer e o vestir para que chega a nossa bolsa e a gente governa-se» (pp. 77-78). Em *Calcanhar*, um indivíduo, ao expor as contingências a que está sujeita a venda e compra dos porcos, diz: «Outras vezes (...) vai-se a gente descuidando, e, quando quer mercar, só pilha marrãzita» (p. 160).

4. *A gente* aparece também a substituir a forma átona *nos*, a desempenhar funções de complemento directo. Assim, em *Planície* uma charnequenha confessa que gostaria de viver na companhia do jovem a quem ama. E conclui: «Mas tenho medo do meu pai. Era capaz de matar a gente» (p. 245).

5. *Ele* ocorre a reforçar o sujeito de algumas proposições, antecipando-se-lhe, quer este seja do singular e do masculino, quer seja do plural, ou até do feminino: «— Ai, meninos! *Ele* o mundo sempre é grande!» (*Calcanhar*, p. 31); «*Ele*, a bem dizer, a minha terra é uma aldeia tão sumida que nem merece ser nomeada» (*Maria Mim*, p. 18); «*Ele* os papéis também nunca mais virão...» (*Terras*, p. 297).

6. Em certos trechos, *ele* é usado como sujeito de verbos que na língua padrão são impessoais: «— *Ele* até os há que andam ó p'ra cima e ó p'ra baixo!» (*Fraguedos*, p. 111); «*Ele* há cósas do demo» (*Sotavento*, p. 379); «Que é *ele*, Mariquitas, que foi?...» (*Calcanhar*, p. 107) ⁽⁸⁵⁾.

7. A forma *me* ocorre em certas obras na expressão de personagens rústicas a indiciar o envolvimento afectivo e o interesse de quem fala nas acções designadas pelo verbo que essa forma acompanha: «— Rapaz, anda-me de cabeça erguida e não te deixes vencer pelo desânimo» (*Tojos*,

⁽⁸⁵⁾ Sobre esta matéria, ver: Hans-Jürgen REIN, *Syntax und Stilistik des Subjektspronomens in der portugiesischen Prosa*. Marburg. 1961, pp. 165-190.

p. 181); «— Olha lá se *me* labas esses pés!» (*Gentio*, p. 37); «É manhã alta. Vá pula-*me* das mantas» (*Terras*, p. 149); «— Tu, entrega-*me* o criança ao Celestino e marcha pra São-Marcos» (*Calcanhar*, p. 173); «Olha-*me* lá para cima, mosca-morta, para a duna» (*Batalha*, p. 236). Nestas citações, a forma, desempenhando funções de dativo ético, surge em frases imperativas, mas vêmo-la também em outros contextos. Por exemplo: «Anda-*me* p'ra lá a cumbersar co'ele e a rega por fazer» (*Gentio*, p. 279); «Quando não sabia ainda o que era, cuidei que ele fosse bicoso ou que *me* não gostasse do comer» (*Planície*, p. 243).

8. A forma *lhe* ocorre em algumas obras junto dos verbos «comer», «beber» e sinónimos destes: «Era «forçosa» que nem um homem. Comia-*lhe* de rijo» (*Ressurreição*, p. 174); «Depois passou-*lhe* o vinho e, a cada golada, mais *lhe* dizia o Rola: — Afinfa-*lhe*, que o merces; afinfa-*lhe*... / Comeu-*lhe* bem, bebeu-*lhe* melhor» (*Terras*, pp. 107-108).

9. Para os indivíduos do povo, nem sempre é evidente a pessoa a que *lhe* faz alusão, quando, como no português corrente, indica sobre quem recai a acção expressa pelo verbo. Por isso, reforçam-no pleonasticamente, como neste passo: «— Eu cuido que ou é cônica ou então presente que *lhe* trazem a *vossemecê*» (*Planície*, p. 126).

10. Os pronomes *seu*, *sua* aparecem seguidos pleonasticamente de *dele* e *dela*: «Não queria que o rapaz se privasse do *seu* gosto *dele* por 'mor de mim» (*Ressurreição*, p. 63); «Depois que *lhe* foi dar Nosso Pai — que foi a *sua* salvação *dela*! — a moça *lhe* tomou tal medo que até *lhe* parecia já que ele era mesmo Nosso Senhor» (*Planície*, p. 291).

Tal construção, motivada certamente para evitar a ambiguidade da frase, é hoje rara, mas teria sido frequente em tempos passados, segundo Júlio Moreira⁽⁸⁴⁾.

11. As formas de pronomes possessivos *meu*, *minha*, *teu*, *tua*, *seu*, *sua* ocorrem nominalizados, a designar o marido ou a esposa de quem fala ou de a quem se refere a situação do discurso: «E ... tau, sem mais nem p'ra quê, cá p'ró lado, co'a dor «nas cadeiras». O *meu* acudiu (...)» (*Ressurreição*, p. 163); «São vinte moedas! P'ra mercares um grilhão de ouro à *tua*. E diz-*lhe* que não a esquecerei a ela nem aos «crianças» (*Ressurreição*, p. 330).

(84) *Estudos da língua portuguesa*, 1.º vol., pp. 31-32.

12. *Aquela* é usado como substantivo na acepção de 'favor': «Está com medo de que seja a dor que da outra vez a teve tolhida na cama desde o S. Lourenço ao S. Pedro. E p'lo sim p'lo não, queria que Frei José lhe fizesse *a aquela* de a ir ver lá a casa» (*Ressurreição*, p. 62).

13. *Aquilo* ocorre substantivado a significar 'propriedade', 'terreno': «Não sabe se deve entrar na quinta cimeira, p'ra fazer que «pergunta» a chave, muito a recato no seu bolso, se cortar «*aquilo*» do fidalgo para se informar directamente» (*Ressurreição*, p. 40).

14. Em vez de «a outra», «os outros» encontramos *a mais, os mais*: «Se vomecês querem entrar, à vontadinha; pelas traseiras, topam o Zé e *a mais gente...*» (*Batalha*, p. 37); «Àtão num posso gostar de ti? Num serei cumo *os mais?*» (*Gentio*, p. 205).

Informa Júlio Moreira que em Sá de Miranda há indícios de que na linguagem popular do seu tempo já se observava esta particularidade⁽⁸⁵⁾.

D. Formas de tratamento

As obras documentam alguns dos modos populares de tratamento⁽⁸⁶⁾.

Falando com pessoas fidalgas, diz um barqueiro: «— Se «*Vossorias*» querem (...) o Zé Nevoeiro, o do Cardoso, chega lá arriba» (*Ressurreição*, p. 86); dirigindo-se respeitosamente a um sacerdote, um almocreve explica: «O senhor doutor não estava, e tive que esperar. Leu a carta de *vosseria* e mandou-me passar lá de tarde» (*Tojos*, p. 241).

No trecho que acabo de citar, aparece a forma «senhor». Normalmente, porém, as personagens rústicas empregam fórmulas abreviadas daquela: «E já se ensaiava saltar as guardas da teia, com vivas aos *sôres* juizes» (*Calcanhar*, p. 16).

Quando alguém nomeia ou fala com pessoa do povo mais idosa, ou de quem é pouco íntimo, serve-se das formas *tia* (se o interlocutor é mulher) e *tio* (se o interlocutor é homem), ou da abreviada destas, *ti'*: «— Já vem a menina Joaquina mais a *tia Joaquina Agulbeira...*» (*Fra-guedos*, p. 13); «— Ó *tio Freitas*, bote mais uma picheira» (*Calcanhar*, p. 24); «— *Tio Perricho*: mais feio que o medo é pôr boca suja em

(⁸⁵) *Ibidem*, pp. 42-43.

(⁸⁶) Sobre esta matéria ver bibliografia citada *supra*, cap. IV, nota 44.

fama limpa de mulher honrada!» (*Maria Mim*, p. 112); «Não repararam há bocado que chamaram o *ti Lázaro*?» (*Batalha*, p. 10); «— Onde é que vem com este sol, *ti João Lobeira*?» (*Planície*, p. 107); «Mas noutros tempos fui criada da *tia Olíva*» (*Sarça*, p. 115); «— Viste por aí o mê irmão, o *ti Remigio*, Vicência?» (*Sotavento*, p. 76).

Nos romances regionalistas, além de *bocê*, *ocê* e *vossemecê*, vemos as formas, para um interlocutor, *bomecê*, *vomecê* e *voncê*, que são empregadas, como «vossemecê», quando as personagens se dirigem a pessoa que merece respeito, quer pela sua posição social, quer pelos bens de fortuna, ou ainda pela idade avançada e pelo grau de parentesco. Assim, um lavrador convida outro a entrar em sua casa com estas palavras: «Entre *vomecê* um migalho, que tenho de lembrança haver ainda uma pouquita do último alambique» (*Calcanhar*, p. 47); um jornaleiro diz ao mestre-escola: «*Voncê* não mata [porco], mas é como se matasse!» (*Ressurreição*, p. 220); «Esteja *voncê* descansado que [as vacas] não lhe hão-de dar grande perca» (*Terras*, p. 246) — assegura um pastor a um ricoço.

O valor respeitoso de *bomecê* está documentado claramente em *Gentio branco*, nos diálogos entre o regedor de Monsul e Rita Porca. Esta utiliza sempre aquela forma. O representante da autoridade, antes do julgamento do crime de que a mulher é acusada, trata-a por *bocê*; quando ela é declarada inocente, depois de ter conquistado a consideração do tribunal, concede-lhe o tratamento de *bomecê*.

As formas correspondentes, para mais de um interlocutor, são *bocêses* e *vomecês*. Um oficial de diligências avisa os que assistem ao julgamento da Rita Porca: «— Se *bocêses* num 'stão calados, o senhor doutor juiz manda imbacuar a sala» (*Gentio*, p. 265); uma alcoviteira pergunta a duas amigas: «Querem *vomecês* saber duma parte que me assucedeu noutro diaço?» (*Terras*, p. 318).

Leite de Vasconcelos e Cláudio Basto atestam a distribuição por todo o país das formas assinaladas ⁽⁸⁷⁾.

E. Modismos populares

andar de candeias às avessas 'andar zangado com alguém': «Logo dei a saber a meu pai o aborrecimento em que ficara, e em termos tais que *andamos de candeias às avessas*» (*Sarça*, p. 65);

(87) Ver bibliografia citada *supra*, cap. IV, nota 44.

arder Tróia 'levantar-se grande discussão': «*Aqui ardeu Tróia*. Em voz alta, a Clarinha acoimou sua tia Rosa de ladra e que ensinava malas-artes aos filhos para roubarem o alheio» (*Terras*, p. 62);

cantar a moliana, 'gritar', 'chorar': — Ó cães, se voltais a armar arruaça no pinhal, rodais daqui para fora *a cantar a moliana!*» (*Batalha*, p. 216);

dar porrada de criar bicho (em alguém) 'bater muito em alguém': «Deus Noss'Sinhor a tenha lá bem gardada, qu'era munto minha amiga, mas, p'ra me *dar porradinha de criar bicho*, num pedia licença à minha mãe...» (*Gentio*, p. 195);

deitar os bofes pela boca fora — diz-se do animal que, por estar muito cansado, respira com dificuldade: «Um nadinha de descanso à besta, que parece que *deita os bofes p'la boca fora!* — requiere o almocreve» (*Filhas*, p. 32);

estalar a castanha na boca (a alguém) 'ter surpresas desagradáveis': «O Carriço indica a casa, ri dos patuleias e lembra que já ali não estariam, se desconfiassem que vai *estalar-lhes a castanha na boca*» (*Ressurreição*, p. 19);

fazer chegar o vinagre às ventas (a alguém) 'irritar alguém': «Que ele era um pedaço de homem, peludo como um onagro e possante que nem um toiro, salvo seja, muito bem capaz de varrer uma feira de gente, quando lhe *faziam chegar o vinagre às ventas*» (*Planície*, p. 57);

ficar a escutar a cavalaria — ficar estendido no chão, morto ou gravemente ferido: «E para a gente atravessar [a rua] de um lado para outro, é preciso ter olhos desde os pés à cabeça, se não quere ficar debaixo de um diabo daqueles [automóveis] *a escutar a cavalaria*» (*Fraguedos*, p. 111);

ficar a roer um chavelho — usa-se para dizer que alguém não tirou proveito nenhum de determinada situação: «Eram favas contadas que o noitibó de Aris *ficava a roer um chavelho*» (*Terras*, p. 311);

ir-se tudo quanto Marta fiou — perder bens que o trabalho ou a sorte proporcionam: «Não tinham sido pequenas as dificuldades ocasionadas pela morte do Vermoil, como se alguém lhe tivesse culpa. Com a renúncia do Eudócio, a Administração Florestal voltara a entremeter-se. Felizmente que a licença estava passada em nome de ambos, senão *ia-se tudo quanto Marta fiou*» (*Batalha*, p. 345);

levar coiro e cabelo — diz-se de quem faz pagar os seus serviços por preços muito elevados: «A quem pedir dinheiro para pagar a letra? Queria que batesse à aldraba do Eudócio, que *levava coiro e cabelo*, para de fiador passar a credor» (*Batalha*, p. 67);

levar as lampas (a alguém) — ser superior: «No comer e no beber, embora o dr. Bernardo *levasse as lampas* a qualquer vizinho, a própria Rita dava cartas» (*Gentio*, p. 178);

não meter prego nem estopa 'não intervir em algum acontecimento': «— Enfim, o sr. compadre prior é que lá sabe as linhas com que se cose. P'raí *não meto já nem prego nem estopa...*» (*Planície*, p. 131);

não poder c'uma gata p'lo rabo 'ser débil e inofensivo': «Àtão bocê é que deu cabo do s'Justininho da Lage? Mas, cumo foi, mulher? Conte lá. Ora bocê que parece que *num pode c'uma gata p'lo rabo...*» (*Gentio*, p. 243);

pôr a barriga à boca — diz-se do homem que, seduzindo uma rapariga, a faz mãe: «Se houvesse um traste que fizesse pouco da minha filha e lhe *pusse a barriga à boca*, sem lhe querer ou lhe não poder pagar a dívida» (*Planície*, p. 213);

sair o gado mosqueiro (a alguém) — usa-se para significar que a alguém se depararam factos desagradáveis, ao contrário do que esperava: «O Toca ainda olhou em sua volta, na esperança de a sua desdita extrair uma réstea de piedade do fundo de algum coração, mas o *gado saiu-lhe mosqueiro*. Todos os rostos o condenavam sem remissão» (*Calcanhar*, p. 209);

ser chão que já deu uvas — aplica-se para dizer que algo deixou de dar bons rendimentos (*Planície*, p. 19);

não ter de leite (algum vício) — ao saber que o filho rouba galinhas e ovos aos vizinhos, diz uma personagem de Aquilino: «Grande lambão! (...) Olhem que o não tem de leite» (*Terras*, p. 63);

não ter tremenbos 'não ter capacidade para fazer alguma coisa': «A uma voz, os dois almocreves afiançavam que a bolsa lhe fora roubada no baile e que, ao deitar, borracho tombado, não tivera tremenbos para verificar o que trazia» (*Terras*, p. 32).

F. Estilo popular

Na linguagem popular, para além dos aspectos fonéticos, morfológicos, sintácticos e lexicais, outros há que são sua parte integrante e nem por isso menos característicos, ou pouco importantes, como meio de expressão. São modos de dizer intimamente relacionados com o modo de ser de quem vive uma vida dura e rude na aldeia inóspita do interior, entregue aos trabalhos do campo, em contacto com a terra e com os animais seus auxiliares, ou no litoral, tirando do mar o sustento do dia a dia, em qualquer caso tão pouco confiante no homem instruído da cidade, que só em Deus verdadeiramente deposita a sua esperança.

É a esses modos de dizer que atenderei seguidamente, apontando alguns dos que se evidenciam nos romances regionalistas.

1. Linguagem rude

«Le langage des gens du bas peuple est souvent hérissé de termes grossiers et obscènes qui leur semblent indispensables pour relever l'agrément du discours et en augmenter la force»⁽⁸⁸⁾.

Se não há termos que possam ser considerados obscenos, nos romances ocorrem vocábulos e expressões de que os cidadãos bem falantes prescindem na comunicação, para não chocar a sensibilidade linguística

(88) Henri BAUCHE, *Le langage populaire*. Paris, 1929, pp. 25-26.

e social dos interlocutores. Será o caso dos vocábulos «rabo», «borrar» e «cornos».

Aquilino Ribeiro escreve em *Terras do Demo*: «E o Rola entrevia a meia manhã cheia de torpor, doce torpor aldeão em dia de finado, bem embora chiem os carros e ladrem os cães, em que duas filas de povo cantariam ao *rabo* do velho» (p. 111); «Havia de matá-la! Que o mandassem para as Pedras Negras, embora, morra um homem e fique fama. Alimpava, aldemenos, a face *borrada*» (p. 187). Em *Ressurreição* lê-se: «— Toma lá! — brada ela, num arranco de ira, batendo as palmas. — Olha o «peru encachanado»! Pfu! — rufia, a dar aos braços e à cabeça o boleado e a rigidez de um peru a florir em leque. — o «fedentinhoso»! Quer não ... que lhe *borravam* a pedra de armas!» (p. 149).

Nos romances tais termos contribuem para colocar o leitor perante um ambiente social rude e simultaneamente pitoresco, especialmente quando são preferidos a outros, como, quanto aos primeiros, respectivamente «ponta», «cabo» e «sujar». Em *Terras do Demo* diz-se que um lavrador se apoiava no *rabo do sacbo* (p. 98), que outro olhava pelo *rabo do olho* (p. 145) e uma personagem exprime assim a sua vontade de agredir um familiar: «— Florinda, dá-me cá um diabo com que lhe atirar aos *cornos*» (p. 138).

Uma das palavras da fala popular, através da qual esta se revela liberta de peias no que diz respeito à expressão de sentimentos, por vezes violentos, é «raio». A gente do povo usa-a, por exemplo, quando se dirige ou se refere a alguém ou algo com desagrado. Nesse contexto ocorre em algumas obras ⁽⁸⁹⁾.

Assim, em *Gentio branco*, quando uma mulher reage a uma resposta impaciente da filha, exclama: «— Olha qu'eu dou-te nesses fungões, *raio!*» (p. 22). Exemplos semelhantes de outras obras: «Ah que se não fosse o *raio do contrabando*, ainda hoje era meu amigo» (*Maria Mim*, n. 265); «Não se arranca pio ao *raio do Zé da Riça*» (*Ressurreição*, p. 231); «Pois é verdade, sr. prior, desabafava o velho, já tive alguma coisinha de meu e agora vejo-me sem nada. Foi o *raio da sorte* que desandou ou da minha má cabeça» (*Planície*, p. 64); «Não atinava ninguém, por mais que cada um escogitasse e moesse o sentido, porque é que o *raio do homem* se desafeçoara da coitada da mocinha» (*Planície*, p. 253).

(89) Recorde-se que já antes referi interjeições e locuções interjectivas que continham a palavra «raio». Cf. *supra*, B. 3.11.

2. «Com licença de vossemecê ...»

É sabido que os falantes iletrados, quando conversam com pessoas que consideram social e culturalmente superiores, se necessitam de usar termos que se lhes afiguram grosseiros e susceptíveis de desagradar ou causar melindre, recorrem a modismos que poderíamos chamar de despenalização. Pedem licença para falar como têm de falar, ou então pedem desculpa. Desta forma de comportamento social e linguístico dão-nos também testemunho os romances.

Um velho charnequenho, ao contar ao pároco como matara um lobo, diz em *Plantie*: «Esse era um canzarrão, que me arreganhou a dentuça quando lhe cheguei ao pé, os quartos de trás em terra, com uma bala que lhe meti, *com licença de vossemecê, logo por cima do rabo*» (p. 112). Em *Calcanhar*, um camponês beirão, ao conversar com pessoas de Lisboa, fala assim: «E desculparão se disser coisa de ofender, pois nós, como o outro, somos aqui *uns brutinhos com sua licença*» (p. 307).

No consenso popular, entre os nomes pouco delicados, estão os de alguns animais. Sousa Costa testemunha como procedem os aldeões na situação referida, quando um lavrador conta, diante de um fidalgo, um caso de almas penadas: «É como a da alma do Padre Francisco, p'raí desacreditada por toda a gente. Diz-se que anda feita, *com licença de Vosselência — pede vénia ao fidalgo — em burrico*» (*Ressurreição*, p. 136). Um figurante do outro romance duriense do autor referido, ainda que não mencione o nome do animal, tem idêntica atitude, ao fazer alusão ao seu burro através do adjectivo *bruto*: «Não vê este *bruto*, *com sua licença*, senhora Dona Gracinha, na teima de meter o focinho p'rá frente, quando o direito é metê-lo p'rá esquerda?» (*Filhas*, p. 274).

É esse mesmo comportamento que Aquilino Ribeiro parece reconstruir, quando em *Terras* o narrador observa: «Seitosa ia-se acomodando à vida de inverno. Alpendres atestados de lenha, *os pretos — com vosso perdão —* a caminhar para o chiadoiro» (p. 175) ⁽⁹⁰⁾.

⁽⁹⁰⁾ Aspectos linguísticos análogos aos que acabo de referir estão também registados em obras de escritores franceses que procuram reproduzir a fala de populações rurais. Cf. Paul VERNONIS, *Le style rustique dans les romans champêtres après Georges Sand*, p. 196.

3. Eufemismos

Para neutralizar o que consideram grosseria de linguagem, os falantes iletrados servem-se por vezes de certos eufemismos ⁽⁹¹⁾.

De acordo com este aspecto da linguagem popular, em algumas obras ocorrem expressões eufemísticas a substituir «puta». Por exemplo, em *Calcanhar* do mundo aparece *pata* (p. 26), em *Ressurreição, nome das festas* (p. 286) e em *Planície, curtas e compridas* (p. 249): Daquela boca p'ra fora só rezanadas saem, o amaldiçoado, que na porca da sua língua são todas *curtas e compridas*, nem que não houvesse mulheres honradas senão das suas portas p'ra dentro!...».

Por processo igual, deparam-se-nos, em *Calcanhar, filho da mãe* (p. 302) e *filho da púcara* (p. 196) e em *Terras, filho de sete curtas* (p. 160).

Além dos eufemismos originados pela intenção de não melindrar com a crueza dos vocábulos, na linguagem popular observam-se outros que são provocados pelo desejo de amenizar sensações desagradáveis experimentadas, por exemplo, ao falar-se do diabo e da morte. Algumas obras documentam este facto.

O «anjo das trevas», afora os nomes *dialho* e *dianho*, que aparecem nas interjeições ⁽⁹²⁾, recebe os de *Barzabú* (*Terras*, p. 130), *Canhoto* (*Terras*, p. 179), *Careco* (*Batalha*, p. 326), *Negro* (*Terras*, p. 98), *Porco-sujo* (*Terras*, p. 95) e *Tinhoso* (*Terras*, p. 38): «— Toma tento, Francisco, não saias tu na hora do *Porco-sujo* ...» — recomenda ao marido uma mulher, ao vê-lo sair, noite cerrada, para averiguar se alguém lhe desvia a água de rega.

Eufemísticas são também as perífrases *alma de cântaro* (*Calcanhar*, p. 37) e *alma de chicharro* (*Batalha*, p. 246), usadas em vez de «alma do diabo».

Entre os eufemismos de que o povo se serve para se referir à morte, como se tratasse de uma personagem, está o nome *Negra*, que vem registado em um romance: «E a *negra* não avisa. Numa volta... zás! amostra-se a sujeita e toca a atar as botas» (*Calcanhar*, p. 87).

⁽⁹¹⁾ Sobre esta matéria é muito interessante a obra de João da Silva CORREIA, *O eufemismo e o disfemismo na língua e na literatura portuguesa*. Sep. do Arquivo da Universidade de Lisboa, vol. XII, 1927.

⁽⁹²⁾ Muitas outras designações populares foram indicadas por Ivone Maria GABRIEL, em *Nomes do diabo em Português*.

Para significar 'morrer' encontram-se várias expressões. Em relação às pessoas, vemos *atar as botas* (*Calcanhar*, p. 29), *bater a bota* (*Terras*, p. 75), *dobrar as unhas* (*Planície*, p. 215), *passar* (*Eatalha*, p. 39), *render os espíritos* (*Terras*, p. 137). Aplicadas aos animais vemos *acabar* (*Ressurreição*, p. 212, *Calcanhar*, p. 162) e *desatar* (*Terras*, p. 93) ⁽⁹³⁾.

4. A religião cristã como referência discursiva

A todo o momento as pessoas da aldeia podem mencionar o nome de Deus, da Virgem e dos Santos, seja qual for o assunto de que falem e o sentimento com que se expressem. O cristianismo, nas suas entidades, nos seus conceitos, é uma referência constante da linguagem popular, é um tópico discursivo dos homens do campo ⁽⁹⁴⁾. Este facto está bem patente nas expressões interjectivas populares, como as que se encontram nos romances regionalistas, e que antes já distingui.

A este respeito, muitos vocábulos e expressões presentes nas obras são esclarecedores. Passo a referi-los.

A consciência da fraqueza e submissão humana perante o divino é traduzida deste modo: «*Eu creio que Deus Nosso Senhor tem poder p'ra tudo*» (*Planície*, p. 13).

As crianças são *anjinho do Céu* (*Calcanhar*, p. 137) e *anjinho do Senhor* (*Terras*, p. 68). A mulher é *criatura de Nossa Senhora* (*Planície*, p. 244) e o pão é *pão de Nosso Senhor* (*Planície*, p. 219): «Tão certa eu tenha a minha salvação, que lhe ferro um tiro, que não me come mais *pão de Nosso Senhor*».

Em vários romances as personagens cumprimentam-se invocando o nome de Deus e de Jesus. Em *Calcanhar* lê-se: «Quem ia, salvava assim: — «*Deus vos dê boa noite*. E quem estava correspondia: *Venha com Deus*» (pp. 44-45). Ainda na mesma obra alguém saúda desta maneira: «*Santas tardes, mocinhas*» (p. 50). Sousa Costa explica em *Ressurreição* que uma personagem troca um «*Nosso Senhor lhe dê os meses*», pelos bons dias do Zé dos Potes (p. 313).

⁽⁹³⁾ Cf. Ângela Adelina Teixeira de SOUSA, *Expressões portuguesas relativas à ideia de 'morrer'*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1960, sobretudo pp. 15-16. — Os romances regionalistas contêm material que não está recolhido nesse estudo.

⁽⁹⁴⁾ Em nota anterior (n. 78) já foi referida bibliografia sobre esta matéria.

No romance de Vergílio Godinho um pai elogia assim a filha: «Boa e prendada não se enxerga outra como ela em todo o termo, *benza-a Deus*» (p. 84).

Em alguns textos a aceitação de vicissitudes e tormentos é traduzida pela resignação à vontade de Deus: «É a vida, não há remédio (...). Até que *Deus Nosso Senhor seja servido...*» (Planície, p. 289); «*Deus Noss' Senhor quer assim, faça-se-le a buntade*» (Gentio, p. 244); «O mar está bravo, *cumpra-se a vontade de Deus*» (Batalha, p. 61).

Por outro lado, a alegria perante o que é agradável e reconfortante, exprime-se tecendo graças ao Pai Supremo: «Eu mal sei traçar o nome e, *louvores a Deus*, governo a casa tão bem como qualquer doutor» (Batalha, p. 29).

«O Mira viu as gaivotas revoarem por cima do Posto, descreverem largos circuitos ao alto dos telhados, e disse consigo: ao mar, amanhã, nem com *Sant' António* à proa!» (Batalha, p. 42). Neste, como em outros passos, a referência aos santos exprime necessidade de protecção.

Em outros casos os nomes dos santos e das festas em que são glorificados indiciam datas significativas, são referências cronológicas para o aldeão, como as do calendário romano para o homem da cidade: «Ou paga até ao São Miguel, ou quinta em praça» (Batalha, p. 102); «Fartaram-se de trabalhar. Também, quando chegou o *S. Miguel*, tinham as arcas cheias, boa sebe de batatas no monte, e bácoro a engordar» (Terras, p. 85); «Fazia sessenta e dois para o *S. Miguel das Areias*» (Batalha, p. 38); «Olha que a rapariga botou fora os vinte e três p'lo *S. Sebastião*» (Ressurreição, p. 85); «Boas sortes, a botar um feno que vinha abaixo de balofo, eram as suas. Mas, desde que se metera em andanças com a Zefa do Alonso, *S. Torcato* em diante, que não abria ali talhadoiro» (Terras, p. 97).

O nome *diabo*, ou eufemismo equivalente, associado ao de Deus, pode significar uma certa perplexidade na mente do falante popular. Isolado, é muitas vezes um sinal de acontecimentos funestos, ao contrário do que acontece com o nome de Jesus: «Mas quando Deus ou o Diabo quer e a cabeça não regula, pouco vale teimar» (Terras, p. 40); «— Os meus moços, p'los modos, esqueceram-se de mim e p'rá'qui estou até que se lembrem de me vir buscar. Tomara que o *diabo me leve!* Quando a gente se vê sem coisíssima nenhuma, ninguém faz caso já, e é uma *esmola Deus Nosso Senhor levar-nos*» (Planície, p. 62). «— E o que é que eu cá faço, se me levou o diabo quando granjeei» (Planície, p. 62). Diz-se em *Maria dos Tojos*: «O diabo arma-as» (p. 101), «o diabo tece-as» (p. 105). «Queria então que, depois de uma noite de mil diabos,

o deixasse acordar?» (*Maria Mim*, p. 38). «Mas o *diabo* é este raio da história da moça» (*Planície*, p. 218). «O *dianbo* era se [a Zefa] alcançava» (*Terras*, p. 101); «O oídium fora o *dianbo* que dera nas vinhas» (*Ressurreição*, p. 341).

Em numerosos passos dos romances usa-se o nome do diabo para designar pessoas desagradáveis: «— Este *Barzabum* inté parece que m'anda a tentar!» (*Gentio*, p. 170); «Toma tento em que o gado não se aproxime da raia por causa dos guardas (...). Olha que *esses diabos* são gente sem religião» (*Maria dos Tojos*, p. 53). «Estes *diabos* são capazes de me acordar o patrão e lá se me estraga o negócio» (*Maria Mim*, p. 32).

Acontece nomear-se o diabo quando se alude a factos de difícil realização, que podem requerer a intervenção de manhas e ardis para se efectivarem: «Fiz-lhe ver que não convinha, e *foi também o diabo* para dissuadir a tua mulher» (*Maria dos Tojos*, p. 171). Quando [o peixe] sente chuviscos, esconde-se nas lapas. E de lá, nem o *diabo* o arranca» (*Calcanhar*, p. 271).

Por vezes o mesmo nome *diabo*, ou ainda algum eufemismo sinónimo, é usado em frases onde o pouco amorável da linguagem encobre bem-querer e ternura: «*Dialho* do homem sempre saiu tonante!...» (*Calcanhar*, p. 25) — diz uma mulher quando o marido lhe dirige em certa ocasião palavras bem humoradas; «— Olha o *demonho* da *Rabota* a arder» (*Terras*, p. 94); «Onde *diacho* está o senhor prior metido?» (*Planície*, p. 15); «*Dialho* dizes tu, homem?» (*Calcanhar*, p. 201).

A alusão religiosa é sistemática quando se faz referência a falecidos, como nos seguintes trechos: «Já a minha abó cuntaba — e olhem qu' eu sou munto belha ... *Deus Noss'Sinhor a tenha* lá bem gardada» (*Gentio*, p. 195); «Foi um doido, *Deus o tenha à sua mão direita*» (*Terras*, p. 17); «O homem sempre lá botou o estrume, desde o tempo do *pai que Deus tem*» (*Calcanhar*, p. 37); «Por sinal, à hora da morte pediu à mulher (*Deus lhe perdoe*) para trazer-lhe à cama uma talhada de paio» (*Calcanhar*, p. 307); «Eu conheci muito seu pai, *Deus lhe fale n'alma*» (*Batalha*, p. 118); «O compadre prior José Dias, *que Deus haja*, tinha olho» (*Planície*, p. 56).

A própria ideia da morte que há-de vir se exprime através de referência a Deus: «Nem eu me metia a desencaminhar uma alma cristã que não fosse para bom fim. Dessa não hei-de eu *dar contas ao Justo Juiz*» (*Terras*, p. 263).

Na linguagem popular, o desejo de ver punido, de ver de algum modo atormentado e em sofrimento alguém de quem não se gosta, que

fez mal, que prejudicou, é também manifestado através de expressões que reenviam ao mundo da religião, como se vê nos romances.

Algumas dessas expressões assemelham-se bastante a locuções interjectivas⁽⁹⁵⁾. São sobretudo exteriorizações momentâneas de animosidade perante algum acto que desagradou. Documentam situações desta espécie os trechos dos romances que seguidamente se indicam.

Em *Gentio branco* uma mãe ralha à filha dizendo: «*Diabos te lebem, rapari ...*» (p. 168). Em *Por entre fraguedos*, olhando uma rapariga que se queixa de que lhe dói o «unheiro» alguém exclama: «*Dói-te o diabo que te leve!*» (pp. 43-44). Em *Terras* uma figura aldeã observa a outra: «*Dizem que tem libras enterradas. Resposta: «Tenho o diabo que te carregue!»*» (p. 56).

Além destas frases desabridas e iradas, nos romances há registo de imprecações mais fortes, como a que um lavrador faz quando dá conta de que alguém lhe roubou o feno. Diz: «*Deus permita que o gatuno arrebente com ele na barriga!*» (*Calcanhar*, p. 170).

A expressão máxima da vontade de ver alguém flagelado por acontecimentos drásticos, ou por punições severas, é a praga, que utiliza a violência verbal como uma arma, que dispara as palavras com o ímpeto devastador da enxurrada. Aquilino Ribeiro dá um exemplo, em *Terras do Demo*, de um apelo às forças mágicas das trevas para que desencadeiem danos, tantos quantos as palavras de maldição e raiva conseguem nomear. Nesse romance uma velha serrana pragueja contra os garotos que a apupam, dizendo: «*Maldito sejas, tnhoso, e que tantos piolhos te cubram como de estrelas tem o céu com a lua nova! Que a sarna, a herpes e a câncero te roam dos pés à cabeça como os cães quando têm fome! Que te dê uma foeira e te derretas pelo anus como um odre de azeite pelo pernil! Que tenhas tanta fome que comas tua mãe viva e desenterres os ossos do teu pai para os esburgar! Que tenhas uma dor de pedra que te saia o mijo plos olhos! Que se te tape a tripa e deites pela boca como o cântaro quando está cheio! Que morras com os dentes a tocar castanhetas e os Diabos do Inferno dancem ao compasso!*» (pp. 228-229).

É possível que uma das discussões que o escritor tanto gostava de ouvir o tenha inspirado nesta passagem⁽⁹⁶⁾. Aos elementos fornecidos

(95) Ver *supra*, B. 3.11.

(96) Ver *supra*, cap. III, 1.

pela realidade, ter-se-ão acrescentado outros, absorvidos de obras literárias, que poderá ter desenvolvido⁽⁹⁷⁾.

Para dar mais força a afirmações, também surgem referências de teor religioso na linguagem popular. Fazem-se então juras, como se vê nos romances.

Em *Ressurreição* diz um lavrador: «— Vi a pernada, sr. Leandro! Na minha salvação, como a vi» (p. 302); em *Terras* alguém nega determinado dito: «Foi uma falsidade que me ergueram, assim eu veja a face de Deus!» (p. 292); Em *Calcanhar* um homem manifesta-se acerca dos dotes físicos de uma conterrânea: «— Bom pername, assim Deus me salve!» (p. 38). Em *Planície* um charnequenho garante as suas boas intenções: «— Não ateimo que o sr. compadre prior, p'lo que vejo, ainda é mais teimoso do que eu. Mas, assim Deus me salve, que a minha tenção não era essa!» (p. 24).

5. Os animais como referência discursiva

«Um dos lugares de mais acentuado relevo na imaginação popular é ocupado pelos animais. A todo o momento se estabelecem semelhanças entre os homens e os animais, muitas vezes condimentadas por uma nota irónica ou pejorativa» — escreveu Manuel de Paiva Boléo⁽⁹⁸⁾. Este aspecto do modo de ser e de falar do homem rústico, que bem se compreende em função do seu permanente contacto com os animais, da importância que estes têm na sua economia e da colaboração que deles recebe nos próprios trabalhos agrícolas, manifesta-se em planos vários

(97) Este ponto, como muitos outros do texto aquilíniano, só será esclarecido quando for feito o levantamento das suas leituras e das suas influências literárias. Na literatura portuguesa estão documentadas maldições semelhantes, como as que são proferidas por velhas na obra vicentina *Quem tem farelas?* e no *Auto do Nascimento* de Baltasar Dias.

(98) Cf. *A metáfora na língua portuguesa corrente*. Sep. de Biblos, vol. XI, Coimbra, 1935, p. 27. — Sobre o mesmo assunto: Delmira MAÇÃS, *Os animais na linguagem portuguesa*. Lisboa, 1951, pp. 163-175; Idem, *Os animais na fraseologia portuguesa e brasileira*. Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XV, tomo I e II, pp. 165-186. Coimbra, 1969; Maria Helena de Novais PAIVA, *Contribuição para uma estilística da ironia*, pp. 470-481. — Esclareço que procurei citar apenas exemplos de metáforas com zoónimos características da linguagem popular; não tomei em conta casos de metáforas também alusivas a animais, presentes de igual modo nos romances, que são da linguagem comum e da linguagem familiar.

da expressão popular, em particular em frases feitas e construções que comparam o humano ao irracional, explícita ou implicitamente.

Estes modos elocucionais onde os animais são uma referência discursiva, de que o homem da aldeia se serve, em lugar de lexemas de referência mais ou menos abstracta, preferidos pelo homem da cidade, encontram-se constantemente nos romances. Darei de seguida exemplos do emprego de metáforas.

Uma pessoa que é muito magra e de presença incomodativa é um *aranhão* (*Filhas*, p. 127).

O indivíduo de temperamento calmo é um *borrego*: «Ele é um *borrego de mansidão*, que se fosse comigo tínheis pago com língua de palmo» (*Batalha*, p. 320).

A rapariga leviana é *cabra*: «mas tu não vês, grande *cabra*, que o homem é padre e que os padres são homens que não podem casar?» (*Planície*, p. 209) — pergunta o sacristão Mingorra à filha, que está apaixonada por um sacerdote.

Cachorro, *cadelo* e *cão* são os nomes que recebem as pessoas que por qualquer má acção se tornam detestadas: «*Cadelos!* Almas de breu! — ri-postava o Elias dos fundos da casa. — Não vos dói tratar assim um triste viúvo, um velho que já não pode trabalhar?...» (*Calcanhar*, p. 190). De *cão* apelida Maria Mim um contrabandista por estar a mentir (*Maria Mim*, p. 109). *Cão de estalagem* é o indivíduo «vira-casacas»: «[F.] é um cão de estalagem. Tão depressa está comigo, como co'o fidalgo» (*Ressurreição*, p. 10); «Quanto ao mais, não faça caso; isto é uma cambada de *cachorros* que só sabem ladrar» (*Batalha*, p. 318).

O homem enganado pela mulher é *carneiro*, *cuco* e *marrano* (*Calcanhar*, pp. 37, 101; *Terras*, p. 237). *Cuquinho* é também o filho da mulher adúltera e do amante: «O padre Noquinhas que pusera um *cuquinho* na cama dum embarcadoço» (*Terras*, p. 102).

Cavalo é o homem estúpido (*Terras*, p. 211).

Mulher feia e velha é chamada *coruja* (*Gentio*, p. 234). Também recebe esse nome uma que vive à custa de outrem: «Em voz alta, Jaime declarou que sua mãe era uma grandecíssima *coruja* que tinha dinheiro enterrado e preferia beber o sangue dos filhos» (*Terras*, p. 47).

As mulheres de moral duvidosa são denominadas *cróia* 'porca' e *reca*: «— São todas umas *cróias!* — tornava o Rola. — Olha a Zefa que anda para a pregar, se já não a pregou ao marido. Bem vi no baile. Lambia-se toda diante do tio Brás» (*Terras*, p. 89); «— Hei-de matar aquela desaforadíssima *reca!* Hei-de matá-la!» (*Terras*, p. 185) — clama o Alonso ao saber que Zefa, sua esposa, traiu a sua confiança.

Frangas do Tinboso são as bruxas, talvez porque, segundo a fantasia popular, estas se transformam nessas aves, de preferência de cor preta (*Terras*, p. 38).

Homem astuto e malicioso é *meiro* (*Gentio*, p. 243; *Calcanbar*, p. 204).

A rapariga ingénua que acabará por cair em armadilhas amorosas é *milbeirinha*, *pombinha* e *rolinha* (*Terras*, p. 269, p. 331; *Calcanbar*, p. 263).

Quando alguém consuma acto pernicioso, diz-se que é *mula* ou *mulo*: «Por suas benfeitorias sem olhar a que rês, mais de um abusou dela: o Fradão da vila, *mulo* do inferno, que foi à fina força meter-se com ela na cama» (*Terras*, p. 19). Estes nomes também designam pessoas teimosas e de astúcia refinada (*Terras*, p. 294).

Noitibó é o indivíduo de aspecto lúgubre (*Terras*, p. 295).

Pavoa é a mulher que gosta de adornos: «O que aquela delambida cobiçava era a boa sorte de seu filho, e ser uma *pavoa*, porque não tinha afeição ao trabalho» (*Terras*, p. 294).

Para falar de crianças que ficam órfãs e desprotegidas, emprega-se o nome *perdigotos*: «Tinha a ideia entranhada, de nada serviu a mulher pintar-lhe o espantalho da morte com a casinha esfrangalhada no inventário pelos cães da justiça e os *perdigotos* dos filhos ao deus-dará» (*Terras*, p. 40).

Raposinha é o nome terno que o marido dá a sua esposa (*Calcanbar*, p. 198).

Zorra 'raposa', em sentido restrito, designa a mulher alcoviteira, talvez porque a sua expressão, quando trama intrigas pelas esquinas, lembra o focinho daquele animal: «— E os falatórios? Que é que baco-reja essa corja de *zorras*?» (*Planície*, p. 186). Por extensão o termo é aplicado a qualquer má mulher, inclusivamente, a adjectivar «baco-reira» 'alcoviteira': «Estou farto de ralações, estou cheio de fezes até aos olhos, feito em fel e vinagre, que ele até as *zorras* relaxadas das bacoreiras deram já em dizer que se a moça se me mata» (*Planície*, p. 211).

Além dos vocábulos sublinhados, são utilizadas as designações genéricas *gado* (*Calcanbar*, p. 52) e *rês* (*Terras*, p. 19; *Calcanbar*, p. 180), ambas pejorativas, atribuídas a pessoas que merecem pouca consideração. É do romance de Vergílio Godinho o trecho: «— Vimo-la [a rapariga] por dentro das vidraças, à passagem: Nem salvou ... *Mau gado*, mulheres. Fazem o mal e a caramunha».

Curiosas metáforas são as que descrevem ou caracterizam partes do corpo e comportamento humanos através de referências a atributos, a partes do corpo e a atitudes dos animais. Assim:

O lamento da rapariga seduzida é *balido de borrega* (*Calcanbar*, p. 122).

Alguém que movido pela raiva, se agita e salta, dá *pulo de cabrito* (*Calcanbar*, pp. 177-178).

Uma boca grande é *bocarra de caimão* (*Batalha*, p. 37).

Cabelos encanecidos são *felpa branca de carneiro velho* (*Batalha*, p. 269).

Rosto magro é *focinho de coelha pelada* (*Calcanbar*, p. 270); se é desagradável, tem perfil de *fataça* (*Batalha*, p. 313).

Quando se caminha pode ter-se *passo miudinho de corvacha* (*Terras*, p. 249), ou *passinho miúdo de gaia* (*Terras*, p. 126).

A pessoa bondosa, que não se irrita facilmente, tem *figados de cordeiro* (*Batalha*, p. 181).

Olhos pequeninos e penetrantes são de *furão* (*Terras*, p. 135); se vêem na obscuridade são de *gato-bravo* (*Terras*, p. 95).

Dentes aguçados e vorazes recebem a denominação de *dentuça de lobo* (*Terras*, p. 272).

Com as patas daquele animal comparam-se as mãos do homem: quando prendem como garras, diz-se que são *fateixa de lobo* (*Terras*, p. 103).

Uma personagem de *Batalha sem fim* tem perfil de *peixe-galo* (p. 320).

Pernas avermelhadas e ásperas são de *perdiz* (*Batalha*, p. 37).

Um estômago insaciável é *moela de pita*: «Pois tem moela de «pita», aí onde o vês ... — declara o barqueiro. Levanta um naco de pão que nem um cavador» (*Ressurreição*, p. 87).

6. Antroponímia expressiva

Na linguagem popular são usadas locuções estereotipadas onde se encontram antroponímicos que não remetem para pessoas reais, e que são meros recursos elocucionais para referir factos ou significar sentimentos de maneira irónica, ou cómica, através de sugestões por vezes

motivadas pela configuração fónica dos nomes, ou pelo sentido dos elementos que as constituem ⁽⁹⁹⁾.

Nos romances, e em particular nas obras de Aquilino, figuram locuções desta espécie. Sigo as *Terras do Demo* para dar alguns exemplos.

Um almocreve exclama para o dono da estalagem onde lhe roubaram um saco de libras: «— Se não foi gente da sua casa [que me roubou], foi um zango, foi o *Vargas*, foi o Diabo, quero lá saber!» (p. 27).

O Rola, fingindo divertir-se com algo que o pateta do cunhado lhe conta, sacode-se em gargalhadas manhosas e comenta: «Raio de homem, uma parte assim!... É de a gente morrer a rir *como a Maria Rita!*» (p. 89). Poderá admitir-se que o nome deverá a sua aplicação à semelhança fonética com o verbo «rir».

São-gulão é expressão burlesca que designa um santo absolutamente fictício, à conta de quem se engolem os bons petiscos: «Quando lhe descobriu as manhas, [...] todas as chouriças da carne estavam passadas a *são-gulão*» (p. 60).

O dito Rola vive mortificado porque a sogra guarda, bem escondidinho, um pequeno tesouro de quarenta libras. Após infrutíferas tentativas para o encontrar, desabafa com zanga: «Que o tem amochilado diz ela, mas onde, nem pio. Não lhe dar na bolha para fazer confissão plenária ao *João da Rua!*» (p. 147).

Na própria expressão do narrador encontramos nomes deste género. Ao explicar por que a referida senhora não censura o genro, sempre injusto e maldoso, diz que ela o não faz pois «era o mesmo que falar ao *Rei Cru*» (p. 86).

⁽⁹⁹⁾ Sobre o emprego de antropónimos em locuções estereotipadas na linguagem popular: Maria do Céu Novais FARIA, *Passagem de nomes de pessoas a nomes comuns em português*. Sep. de *Biblos*, vol. XVIII, 1943; Maria do Céu Novais PAIVA, *Contribuição para uma estilística da ironia*, Lisboa, 1961, pp. 527-531; Delmira MAÇAS, *Ironia e depreciação*. Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XIV.

CAPÍTULO VI

**ASPECTOS DO MODO DE EMPREGO
DAS LINGUAGENS REGIONAL E POPULAR**

À constatação da presença de elementos linguísticos regionais e populares nos romances convém que se siga o estudo da distribuição desses elementos pela expressão das personagens e do narrador. Importa também verificar se os autores registaram os elementos linguísticos regionais e populares com parcimónia ou com excesso, aproximando-se ou afastando-se da representação de situações de fala reais.

A. Distribuição das particularidades linguísticas regionais e populares**1. Expressão das personagens****1.1. Distinção entre personagens de diferente condição**

Na maior parte dos romances, a diferença de instrução e categoria social dos figurantes é quase sempre acompanhada de diversidade de linguagem. Geralmente as personagens rústicas — trabalhadores de jeira, almocreves, criados, contrabandistas, pescadores — não falam como os fidalgos, os burgueses endinheirados, os médicos e os sacerdotes.

O facto evidencia-se sobretudo quando as personagens cultas e incultas dialogam, e de modo especialmente claro se os autores assinalaram particularidades fonéticas regionais e populares.

Assim acontece nos romances de Hugo Rocha. Veja-se o seguinte trecho de *Gentio branco*, onde conversam duas figuras femininas. A pri-

meira a falar é D. Natércia, a esposa do farmacêutico, e a segunda é Quita, jovem camponesa:

«Tenho pena de ti, que, afinal, 'inda és muito nova e já foste vencida pelas tentações. Foi uma cabeçada, Quita, foi uma cabeçada! Horas más! Deus Nosso Senhor nos livre delas! Mas, se esse homem não casa contigo, o melhor que tens a fazer é afastares-te dele — e o mais depressa possível. P'ra desgraça, já basta isto. Vamos a ver, vamos a ver... — e a D. Natércia, batendo-lhe nas costas, levou-a até às escadas. — Amanhã, por esta hora, podes vir cá saber! Vai sossegada. Daqui ninguém saberá nada.

Pinçou os lábios finos com o polegar e o indicador da mão esquerda e fez-lhe um aceno afectuoso.

— Ai, é *berdade*, s' D. Natércinha, antes que m' esqueça: a minha mãe *inda num prêguntou* à mana de *sinhora* ou à *sinhora cumo* foi aquilo da *blúzia*?» (pp. 215-216).

Na mesma obra encontram-se algumas quadras de um hino cantado à Senhora do Sameiro, na missa dominical de Monsul, pela assistência feminina. A solista, menina instruída, inicia-o assim:

«À Virgem do Sameiro,
Dos campos linda flor,
Vamos render-lhe preto,
Sagrar votos de amor!» (p. 125)

O coro, constituído por moças do povo, prossegue:

«Num é só na cidade
Qui a Birge filhos tem:
Do campo os *labradores*
Seus filhos são *tâmém*.

Ao alto do Sameiro
Pedi-Le, cum ferbor,
P'r'ás lidas da *laboura*,
As bênçãos do *Sinhor!*» (p. 126)

Num diálogo, muito breve, as poucas palavras proferidas por Quita e Justino da Lage denunciam a sua diversa condição social e cultural. Este homem, proprietário ricoço, que em jovem frequentara a Faculdade de Direito, pronuncia normalmente o vocábulo «diacho» e a rapariga repete-o com africada palatal:

«— Quantos anos tens tu?
— Ando nos binte.
— Ó diacho ...
— Ó *diatcho*, proquê?
— Por nada ... Por nada ...» (p. 27)

Factos de significado idêntico observam-se em *Sotavento*.

Assim falam Ti'Camila, lavradeira alportelense, e Manuel Trigo, seu filho, que fez estudos secundários e viveu largos anos na América:

«— Realmente, [a cadela] parece uma pessoa. E dizer eu que a deixei com pouco mais de um ano de idade... Está velha a minha «Fly», lá isso está ... Contudo, parece que não envelheceu. Corre como dantes.

— *Pôs, q'ando tu te foste daqui, né sê como não morrê, nê queria comer. Era só correr lá pa'cima — e apontava na direcção do serro próximo coroado pelos moinhos desenroutados — e latir que metia dó! Depôs, lá se fô acostumado, pôco a pôco. Mas, olha que há cósas ... Q'ando se falava ên ti, dêtava um sentido que 'inda parecia com más atenção que aqui o tê padrinho. Como se fosse gente, sên tirar nê'n pôr!» (p. 126).*

A distinção de linguagem entre personagens cultas e incultas que se verifica nos romances de Hugo Rocha foi consciente e deliberadamente estabelecida pelo escritor. A respeito da expressão das personagens de *Gentio branco* escreveu no posfácio do romance: «Para o autor, não estaria bem, por exemplo, que pessoas mais ou menos letradas, como o farmacêutico Joaquim Olmedo, o Padre Anselmo, o dr. Bernardo Lemos, o dr. Jaime Valente, o próprio Justininho da Lage, usassem de locuções e prosódia iguais às da Rita de Santa Luzia, da Quita, do António de Verim, do Zé da Ramada, da do Rodrigues tendeiro e doutros» (p. 284).

Note-se que as personagens citadas em segundo lugar são camponeses e iletrados.

A propósito de *Sotavento*, afirmou na «Advertência» do romance: «A exemplo do que fez com «Gentio Branco», o autor pôs alguma das personagens de «Sotavento» a falarem como se fala no Algarve e, de modo geral, em todo o Sul do País. Certo, só empregou esse sistema, que foi louvado, no concernente a «Gentio Branco», por alguns críticos e leitores, quando as personagens respeitavam à gente rural e à burguesia inculta ou com especiais raízes no meio provincial, como, por exemplo, no caso de ti'Camila e de ti'Remígio, quanto à primeira, da Piresinha, de D. Teodora e do Macário, em relação à segunda. Personagens que, embora da região e do meio em que decorre a intriga deste romance, se distinguem das mais, já pela cultura mental, já pela posição social, como Blé Trigo e Bía Sanches, Maria Ângela e Maria da Conceição, Gíriaco Balreira (...) e o Sr. Satúrio Baena, falam em «Sotavento», como todo o português deve falar» (p. 385).

Também Sousa Costa deixou bem nítido o contraste entre as falas de personagens de diferente cultura e estrato social, especialmente em

Ressurreição dos mortos, onde contracenam indivíduos cuja diversidade de condição é mais acentuada do que em *As filhas do pecado*.

No romance primeiramente mencionado, num diálogo entre um jornaleiro e o lavrador abastado que é seu patrão, «enxofre» é por este pronunciado como na linguagem normal, e com metátese de *r* e *e* («enxofer») por aquele (cf. p. 318).

De *Ressurreição dos mortos* é ainda o seguinte texto em que se revela a sensibilidade de uma personagem culta, a fidalguinha Maria do Rosário, perante o linguajar rude de Tomásia, sua criada:

«Tomásia, a choramingar, a limpar as lágrimas à ponta do avental, assoma à porta da sala.

— O que é? — pergunta D. Carlota alvoroçada.

— É o «reco» de Linhares que está acabar ...

— O «reco»! — observa Maria do Rosário, irónica. — Já te disse, mulher, não é «reco». É porco.

— Tanto monta, menina. Era assim que dizia o meu avô e o meu pai, que Deus tenha em bom lugar ...» (p. 76).

Facto de certo modo oposto ao que se acaba de documentar ocorre em *Por entre fraguedos*. Ao fazer um discurso, o regente da banda local procura ilustrar a sua exposição empregando vocabulário seleccionado — palavras «caras», — cuja forma normal altera. É o que se vê pelo seguinte trecho:

«Eu cá, quando digo as cousas, é para se ouvirem de olhos bem abertos ... não sei dizer palavras eférmicas⁽¹⁾!... Os melhoramentos que hoje festejamos, faziam-nos muita falta ... era preciso que viessem. A nossa aldeia não podia continuar subgermida⁽²⁾ na indiferença!...» (pp. 139-140).

Neste romance, como nos demais, casos semelhantes de vocábulos eruditos pronunciados de modo irregular são muito raros. Os romancistas devem ter sentido que, por um lado, constituem um motivo muito fácil de pitoresco, mas por outro ridicularizam excessivamente as personagens.

Nas obras onde não foram registadas particularidades fonéticas e morfológicas de natureza popular e regional, ou onde só o foram muito raramente, a distinção de linguagem é sobretudo feita pela construção da frase e pelo léxico. Na generalidade dos romances, os fidalgos, os burgueses, os proprietários abastados empregam alguns vocábulos popu-

(¹) «Eférmicas» é obviamente alteração de «efémeras».

(²) «Subgermida» é alteração de «submergida».

lares e regionais, mas em muito menor número do que as pessoas do povo. Esse emprego obedece muitas vezes à necessidade de designar objectos ou outras realidades locais para que a língua portuguesa comum não tem expressão adequada. Assim sucede sobretudo em *A planície heróica e Sarça ardente*.

Em *Por entre fraguedos* uma jovem de Mirandela muito instruída por vezes emprega léxico local com grande abundância. O facto deve explicar-se pela intenção de Manuel Ribeiro deixar registada de modo cabal a linguagem mirandense, o que o leva a aproveitar todos os ensejos em que possa ser apresentada, mesmo os que de alguma maneira atentam contra a verosimilhança das situações.

O emprego de léxico e de modismos locais pelas personagens instruídas pode ter que ver com o próprio enredo e o relacionamento entre as personagens. Por exemplo, quando as personagens instruídas pretendem fazer-se entender pelas rústicas, ou quando têm interesse em manifestar a sua simpatia por estas últimas, exprimem-se recorrendo a vocábulos que são do meio local. Assim sucederá também no romance transmontano, quando um estudante de medicina pede a uma criada que serve há muitos anos em casa de seus pais:

«— Espera, Rosa; não me tragas o vinho na garrafa; prefiro aquela *pichôrra* preta; sabe melhor; é mais aldeão» (p. 81).

Significado idêntico terão, em *Sarça ardente*, palavras dirigidas por João Raposo, fidalgo e estudante de Direito, a uns camponeses, amigos de infância, como as do trecho seguinte:

«Meu pai é quem manda. Não fui ouvido nem achado em *cossissima nenhuma*. No estudo, lá em Coimbra, é que tive notícia da malfadada demanda, estando já em andamento no tribunal. Logo dei a saber a meu pai o aborrecimento em que ficara, e em termos tais que *andamos de candeias às avessas*. De então para cá o nosso *trato* arrefeceu. Poucas falas trocamos. Não me dá gosto a casa, e se isto não muda deixo a Pedralva, vou *acoitar-me* em São Brissos, na Namorada ... *Por este só que nos alumiava que tudo o que digo é certo*. Não me criminem que o não mereço!...» (p. 65).

Em certos romances, por exemplo, nos de Manuel Ribeiro, dir-se-ia que, ao usarem alguns termos que possuem sinónimos no português comum, as personagens cultas se apresentam influenciadas pela linguagem das incultas com quem contactam. É o que sucede com P.^o Dionísio, o sacerdote minhoto que se fixa em «Carregosa» para ser o pároco da freguesia. No decorrer da narrativa, a sua expressão, como a sua alma, parece deixar-se impressionar pela marca da terra charnequenha. É inte-

ressante que a personagem se manifeste sensível à fala local, quando responde a um lavrador com estas palavras: «— *Sim, o povo é bom, bom íntimo, bom interior, como se diz por cá*» (p. 104).

Só em casos excepcionais se verificarão, na expressão das personagens cultas, alterações fonéticas e morfológicas que os leitores possam considerar sinal de labreguice ou atentado contra a correcção e pureza da língua.

Nos romances de Sousa Costa, dentro da sociedade burguesa e da sociedade aristocrática há diversos níveis, o que o autor caracteriza através das linguagens dos diversos indivíduos a elas pertencentes: na expressão das de categoria menos elevada aparecem com muito mais frequência particularidades lexicais populares e regionais.

1.2. Falta de distinção entre personagens instruídas e personagens iletradas

Em oposição à verosimilhança, em algumas obras a linguagem das personagens cultas e incultas é semelhante, senão sempre, pelo menos frequentemente. Tal acontece, ou porque a expressão das primeiras está abundantemente salpicada de expressões populares e regionais, ou porque na das segundas figuram em grande quantidade palavras e frases próprias da conversação de gente instruída.

1.2.1. Personagens instruídas falam como personagens iletradas

Nos romances de Aquilino Ribeiro verifica-se identidade de expressão entre personagens de diversa categoria social. Por exemplo, em *Terras do Demo*, Mioma, regente agrícola, exprime-se em certos momentos como os campónios junto de quem nasceu e cresceu. Facto idêntico observamos quando falam sacerdotes. Assim, um cura a quem furtaram a manta de cobrir a égua, amaldiçoa o presumível gatuno com palavras semelhantes às que profere uma camponesa que pragueja⁽³⁾:

«— Roubaram-me o xairel da égua, uma rica peça de surrobeco, debruada de baetão, que mandei fazer ao Janeto da Lapa. E foi aqui! Sou sacerdote de Cristo, que morreu a perdoar aos Judeus que o crucificaram e, como tal, não quero a desgraça dos meus paroquianos. Só vos quero bem, e convosco ao ladrão que me roubou e está no meio de vós.

(3) Ver *supra*, cap. V, F. 4.

Mas, alto lá, é com uma condição, que há-de restituir o que não é seu. E daqui lhe dirijo uma prece: ladrão, ladrãozinho, restitui-me o xairel! Se mo não restituís, então *que as mãos te fiquem sequinhas como a caruma; que te nasçam tantos cornos na cabeça como de pêlos tem o surrobeco; que tantos trabalhos te persigam como de voltas me tens feito dar! Se ainda tens amor à alma, entrega-me o xairel, que eu já te encomendei a todos os Diabos do Inferno, e cais lá direito como um malho!*» (pp. 216-217).

Do romance citado é também o seguinte trecho, muito significativo sob o mesmo ponto de vista:

- «O Sr. Padre Francisco abriu outra vez os olhos.
— Ana — disse ele — tira-me os *butes*, *que me desgraçam os pés*.
O Javardo, muito serviçal, correu a puxar pelas botas, que eram de elástico. Mas logo o Sr. Padre Francisco deu um coice no ar, assanhado:
— Arre bruto!
— Então?
— Ora, *botaste-me a pata ao joanete*, foi como quem me *arrinca* os cabelos. Arre!...
O Javardo puxou mais maneirinho.
— Cuidado com os calos, Joaquim ... cuidado! Isto não é a *teta* de tua mãe! — recomendava ele» (p. 226).

Através de tais elocuições, em que o clérigo surge apeado da sua condição de homem que fez estudos, e em que contrasta o rusticismo e vulgaridade da sua fala com o estatuto social que lhe cabe, resultam efeitos de sátira e de desvalorização da personagem muito evidentes.

Em *A batalha sem fim* algumas palavras que um juiz profere poderiam ter sido ditas por um camponês. Assim censura ele amistosamente alguns conhecidos: «— Mas porque não vieram direitos a minha casa?! É pobre, sim, é pobre, mas sempre há uma cadeira e um caldinho de couves para os amigos» (p. 261).

A falta de distinção entre a expressão de personagens incultas, cultas, aldeãs e cidadinas, pela presença de particularidades populares e regionais nas aloquções das últimas, é uma característica, não só de *Terras do Demo* e de *A batalha sem fim*, mas de muitos outros romances de Aquilino Ribeiro, que no presente trabalho não são analisados. O escritor compõe as intervenções dos figurantes de obras situadas em meios e épocas diversíssimos como as dos serranos beirões. Ele próprio o reconhece ao escrever no prefácio de *Andam faunos pelos bosques*, cuja comparsaria e cenário pertence à Beira: «Compulo com a linguagem que, *juvante Deo*, amanhã me há-de servir para pintar o que por aí abunda: quebra-esquinas, banqueiros que vendem a alma e venderiam a pátria,

se fosse veniaga ao seu alcance, mulheres que arremedam a francesa na moda e na moral, sábios balofos, políticos sem vergonha e sem ideias, e uma que outra pessoa de bem» ⁽⁴⁾.

Personagens como Sansão, de *As três mulheres de Sansão* ⁽⁵⁾, o rei D. Sebastião de *Aventura maravilhosa*, a lisboeta Mónica, do romance do mesmo nome, exprimem-se de modo semelhante.

Este aspecto da obra aquilíniana tem merecido reparos frequentes. A crítica tem sido sobretudo sensível a romances que são localizados em ambientes urbanos, como *Mónica* ⁽⁶⁾.

Ora, se não se perder de vista o contexto literário em que se manifesta este aspecto, não se confinará a sua apreciação ao julgamento de consistir, ou não, num caso de inadequação de linguagem, e à dedução de que por esta via o autor procurou sempre efeitos satíricos e jocosos ⁽⁷⁾. Se tal procura, em relação a casos como o do padre praguejante de *Terras do Demo* é perfeitamente admissível, em outros casos já assim não sucede. Seja qual for o perfil moral e psicológico das personagens, a linguagem é fundamentalmente a mesma, como observou o escritor. É que a expressão das personagens de Aquilino, embora obedeça a estratégias momentâneas, também as ultrapassa, sujeita a uma força muito poderosa: o estilo de escrita do autor. Aquilino Ribeiro encontrou em fontes diversas — e entre elas a linguagem da sua província e a linguagem dos clássicos — material com o qual conseguiu uma voz própria, extremamente personalizada. Essa voz declarou-se em toda a sua bibliografia, irrompeu indisfarçável fosse qual fosse o tema, o género literário ou a condição geográfica e social das figuras que assumiam o discurso nas suas páginas.

⁽⁴⁾ *Adão faunos pelos bosques*. Lisboa, 1962, pp. 11-12.

⁽⁵⁾ Assim fala Sansão, quando uma mulher lhe pede perdão para alguém que ia castigar: «— Seria dar escândalo, minha rica. Já por via da absolvição do Hotoniel, o samaritano que partiu o corno ao boi do vizinho, o povo se fartou de bramar. Uma bagatela, o corno dum boi velho, vê lá tu! Nada, não me venhas pedir por ladrões dos quatro costados como esse Heber, que tem a casa forrada com a pele da viúva e do órfão, ou como esse Atanai, tão sevandija que nem a terra o há-de comer depois de morto» (cf. *ob. cit.*, 1972, p. 100).

⁽⁶⁾ Cf. Manuel de Paiva Boléo, *Unidade e variedade da língua portuguesa*. Em *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomo I, p. 273.

⁽⁷⁾ Cf. Manuel de Paiva Boléo, *ob. cit.*, p. 273. Tal como o P.^o João Mendes, o Autor pronunciou-se sobre a «inadequação do estilo às personagens» nas falas do herói de *Don Quijote* que o nosso escritor traduziu para português.

1.2.2. Personagens iletradas exprimem-se como as instruídas

Em *Maria dos Tojos*, Barros Ferreira, ao descrever a cena de despedida entre uma pastora e o noivo que emigra para França, diz que à moça faltavam «palavras que traduzissem a imensidade do seu afecto, do seu desespero embebido de ternura, que, se fosse mulher culta, exprimiria assim» — após o que apresenta um longo e cuidado monólogo⁽⁸⁾. Em muitos outros momentos, porém, o autor não é sensível a restrições de linguagem que importaria a condição social e cultural da jovem e de demais comparsas rústicos. Com efeito, frequentemente, Maria, «pobre rapariga sem instrução», fala com se tal não fosse. Em certa altura diz a um familiar: «Foi você que o meteu no contrabando, o induziu a prosseguir, fez com que ele tivesse que nos abandonar. Esses motivos o deviam impelir a protegê-lo» (p. 187). Quando pranteia o irmão, morto pelos carabineiros, clama: «Eras o meu companheiro desde pequenino, metade da minha vida. Como rebento que uma cabra corta em botão, acabaste sem conhecer o sol. Foste uma esperança de amparo, que um assassino nos tirou» (p. 67).

Um contrabandista, entre outras habilidades oratórias, usa e distingue, com uma finura invejável, termos de sentido afim. Ao saber que um guarda, que decidiu matar, assassinara o irmão de Maria, diz: «Agora já não serei um assassino, mas um vingador!» (p. 72).

Falta semelhante de distinção entre a expressão de personagens observa-se mesmo em romances onde, diversamente do que sucede em *Maria dos Tojos*, estão registadas numerosas particularidades linguísticas populares e/ou regionais de natureza fonética, morfológica ou lexical. Assim sucede em *Por entre fragedos*. Uma rapariga do povo confessa as suas mágoas à fidalguinha da terra nestes termos:

«— Nada desejo ocultar-lhe, Joaninha; nem mesmo aquilo que os meus lábios não podem ou não sabem balbuciar, mas que se lê no meu rosto. É que há cousas de que não sei falar... Espere... diga-me, minha boa amiga: como posso eu amanhã evocar livremente a minha qualidade de mãe? Terei de viver para sempre ignorada aos olhos do mundo? Mãe de um filho que, decerto, me não deixarão criar?» (p. 21).

Em *Calcanhar do mundo* um camponês munido apenas das breves luzes que a escola primária lhe concedeu, e que sempre viveu entre gente ignorante e miserável, quando a esposa lhe propõe que dediquem

(8) Cf. *ob. cit.*, p. 107.

o filho à vida sacerdotal para igualar S. João de Brito, a fim de se alcançar uma cura milagrosa, responde:

«— Esqueces-te, Mariquitas, de que o Beato João de Brito morreu novo, trucidado pelo gentio?... Não, meu amor! Deixa viver teu filho a vida saudável dos campos, gozar sem limites do banquete da vida. Nunca me perdoaria se recebesse a vista em troca do martírio do meu sangue» (p. 322).

Aos argumentos da esposa — apresentados com tanta elegância verbal que surpreenderiam se o autor não esclarecesse que ela tivera educação esmerada — aquela personagem cede e diz: «Faremos o voto. Depositaremos nas mãos augustas de Maria os nossos destinos» (p. 323).

É possível que os autores das três obras mencionadas se deixassem dominar pela tentação de alindar as alocuções das personagens rústicas que se citaram. Provavelmente estavam convencidos de que, se os figurantes que as proferem, falassem rudemente, não poderiam dar ideia de uma certa excelência moral com que os pretendiam aureolar, nem manifestariam perfeitamente as subtilezas dos seus sentimentos e ideias.

Note-se, porém, que vocábulos eruditos e semi-eruditos aparecem também na linguagem de figuras labruscas e grosseiras dos romances referidos. Em *Calcanhar do mundo*, um ébrio brada à mulher, quando ela o censura: «— Ó senhora Joaquina, ? então que vem a ser essa coisa?... ? Parece que quere *salientar-se*» (cf. p. 51).

Em *Sotavento*, na expressão de Macário, empregado de mercearia da vila de Alportel, estão assinaladas as características da pronúncia local. A par dessas características, surge, no entanto, léxico próprio de pessoas de um elevado nível cultural, o que torna a sua linguagem um tanto insólita e pouco natural. Comprova-o o seguinte trecho, em que o vemos dizer:

«— Oh, de modo algum! Vossa Excelência têm sobejo motivo pa' se sentir orgulhosa do torrão natal! Dô a quên quer que seja o derêto de exaltar os sês valores *topográficos, folclóricos, etnográficos, et cetera!* — Fixando, especialmente, a boca da de Monchique, acrescentou: — Mas Vossa Excelência, pa' ser de Monchique, têm uma formosíssima e perfetíssima dentadura» (p. 275).

Em *Terras do Demo* e *A batalha sem fim* verifica-se o aparecimento esporádico de vocábulos cultos inseridos em proposições de tom popular. No primeiro, uma alcoviteira pergunta a uma rapariga, certo dia em que a vê cansada: «— Queres chegar a casa e que te *ministrem a extrema-unção?*» (p. 300).

Em *A batalha sem fim* um pescador diz de outro: «Arrastou a gente ao precipício e ainda tem o arrojo de aqui prantar os pés...!» (p. 315). Na mesma obra, um bruxo explica o que dizem as cartas com estas palavras: «(...) O tesoiro lá está, maravilhoso mais do que se imagina, di-lo o terno de copas; pudesse esta importante pessoa deitar-lhe a unha — valete de espadas — fazia-o; mas acode uma *força sobrehumana representada pela dama de paus* (...)» (p. 327). Além disso, no romance de Pedrógão, ao deporem no tribunal, os homens do mar falam com o estilo de causídicos experimentados⁽⁹⁾.

Parece-me que em muitos casos a presença de vocábulos cultos na elocução de personagens rústicas dos romances de Aquilino Ribeiro deve atribuir-se às suas características fónicas. Com eles, como com termos populares que coloca na expressão de certas figuras cultas, o autor procura uma prosa cheia de sonoridade.

2. Expressão dos narradores

Nos romances estudados verifica-se que particularidades linguísticas populares e regionais aparecem não só na expressão de personagens locais, mas também na dos narradores, quando estes descrevem, contam ou comentam.

Poderá dizer-se que na generalidade das obras, tanto nas que menos registaram factos autenticamente populares — *Maria dos Tojos*, *Maria Mim*, *Calcanhar do mundo* — como nas que o fizeram em grande quantidade, como *Terras do Demo* e *A planície heróica*, grande parte das particularidades lexicais, morfológicas e estilísticas está incluída em textos que pertencem ao próprio narrador.

Manuel António Ribeiro, enquanto narrador, emprega numerosos vocábulos regionais pela simples intenção de divulgar, tanto quanto lhe for possível, a linguagem mirandense. Por isso, usa-os em lugar de termos comuns e refere realidades sem qualquer interesse romanesco. É o que sucede no seguinte texto:

«O pão, depois de segado e limpo de milhã e outras ervas estranhas, vai sendo enfeixado com fortes *vencelbos*, formando *medouchas* ou pequenos *meroigos*, para depois se operar a grande mēda, cujos molhos artisticamente enfeixados vão tomando a forma de funil, fechando geralmente com um *corucho*.

(9) Ver *ob. cit.*, pp. 274-291.

Desde a sementeira até que o vento soão o aperta pelos terreiros e o obriga a ondulação que formam *leiras* semelhantes às ondas do mar, desde aqui até que dá entrada no moinho, passa este precioso alimento por múltiplas operações: depois de abandonar o restolho dá entrada na eira, que pode ser calcada ou *pedrinha*. Aí se procede às malhadas para, em seguida, ser limpo de *cuanho* e *palhão*, e dar entrada na tulha e, como última operação, ser levado em grandes vasilhas, depois estendido sobre mantas e posto ao sol, escrupulosamente liberto da *corniçola* e da *rabeira*» (10).

O desejo de dar a conhecer a linguagem das regiões onde localizam as obras terá levado também o autor de *Sarça ardente*, Aquilino Ribeiro e Sousa Costa a empregar abundantemente léxico regional no discurso do narrador. Fazem-no, no entanto, de modo diferente, em relação ao autor de *Por entre fragedos*, e quando comparados entre si. O autor de *Ressureição dos mortos* registou-o com cautela e de preferência em textos que o leitor julgará incluídos em discursos indirectos relativos à fala de personagens locais. Os autores de *A planície herbóica* e *Terras do Demo* procedem sem inibições, e até mesmo com uma certa exibição, ao emprego de termos populares e regionais na expressão dos narradores, o que faz com que ela se assemelhe muitas vezes à das personagens. Quando transcrevem em discurso indirecto livre a conversação dos figurantes, torna-se difícil saber onde termina a linguagem destes e começa a dos narradores.

Deve notar-se que a impregnação da linguagem dos narradores pelas linguagens locais configura a sua identificação ideológica e afectiva com as personagens rústicas. É como se os narradores fossem apenas comparsas aldeões entre os demais, que se destacam para apresentar os outros. Isto é especialmente sentido em *Terras do Demo*.

A este respeito tem interesse, por exemplo, o trecho em que no romance beirão Aquilino Ribeiro, na condição de narrador, descreve o nascer do sol. As imagens e comparações que lhe ocorrem são as que viriam à mente de um qualquer homem da aldeia:

«Emborcado sobre o mundo, o céu reluzia como uma redoma. Desvendavam-se hortas, quintais. Pelos oiteiros, *os vagalhões de sombras corriam que nem reses bravas*. Ainda a estrela da manhã pestanejava, mas trémula e apagadiça como pálpebra de menino com sono. Para banda das Antas, havia um estendadoiro de vermelho, a tal «cabra esfolada» de que rezavam os antigos, a prenunciar o bom tempo. As matas, à traseira das

(10) *Por entre fragedos*, pp. 257-258. O significado de alguns vocábulos regionais do texto foi explicado anteriormente. Ver *supra*, cap. IV, E. 1.

lâjeas, lembravam uma parede negra, a suster a noite para a banda de lá. Mas com endireitas do vale, os olhos já iam mais longe pelo espaço que o galope dum bom garrano» (p. 150).

É ainda interessante notar que o escritor, que em tantos passos não poupa a Igreja e os seus sacerdotes, discorre como se fosse um crente e humilde camponês, em tudo irmão dos crentes e humildes camponeses que retrata:

«Nas noites luarentas, acendiam-se os charcos e eram espelhos, estendais de espelhos de lume vivo, onde a Lua e as estrelas se miravam, e até Anjos e Nossa Senhora, se chegassem a uma janelinha do céu, veriam o rosto fagueiro.

Nessas noites, o pensamento, não topando quebra, ia direitinho ao trono do Senhor. Ele, ou alguém por ele, lá devia estar segurando no ar a pesada bola da Terra, tocando a noite, trazendo o Sol, de volta, pelas portas do Oriente. Ele, que dava o pão e as cerejas, o vinho que fortalece e chega lume ao coração, a água fresca da fontainha ao viandante, a vida a uns e a morte a outros, bem repartindo tais dons, sem o quê não caberia a gente no Mundo! Bendito fosse ele pelos séculos dos séculos, que em tudo era poderoso (...)» (pp. 176-177).

B. Frequência das particularidades linguísticas regionais e populares na expressão das personagens

A maior parte dos autores, ao compor as elocuções das personagens rústicas, não reproduz a medida com que tais particularidades se afiguram ocorrer na linguagem real. Salvo nas obras que quase nada referem dos falares locais, muitas vezes os aldeões empregam esses elementos com excessiva abundância.

Sousa Costa é dos autores que, tendo registado numerosos traços regionais e populares, os doseou regularmente, decerto porque desejou revelar com rigor a linguagem pesqueira e não se deixou vencer pela tentação de acentuar o pitoresco ou localismo da fala das suas personagens. Porém, o facto de apresentar muitos vocábulos e modismos típicos entre aspas, destaca-os, e dá a impressão de muitas das elocuções estarem quantitativamente sobrecarregadas. Uma das poucas que peca por excesso é a seguinte, onde são utilizadas sucessivamente três fórmulas sentenciosas para comentar determinado acontecimento: «— Não que Deus não peleja, mas dá castigo que aleja. Além de que ... dantes faziam-nos os avós e pagávamo-las nós. Agora, nós as fazemos, nós as «paguemos» (Ressurreição, p. 360).

Manuel António Ribeiro, em *Por entre fraguedos*, apresenta as particularidades numa frequência muito maior do que a que se observava na linguagem mirandense. O intuito de dar a conhecer esta de modo exaustivo é, certamente, responsável por muitos trechos como os que a seguir se citam:

«— *T'arrenego!* — retorquiu a boa Rosa. — Se soubese o que ela ontem me *arrenegou!* Aquela *bedeira*, não me largou em todo o dia! Parecia um *olhapim*, a olhar para o que estava a fazer. Mas como nada percebia, punha-se então aos *estrelaios*, diante de mim, e a fazer *escarnicóque*. Às vezes até me dizia: «*Eu arda se lhe não botar malagueta nas castanhas!*» Ai, menina! Eu até *crêlo* com esta rapariga!» (pp. 93-94).

«— Esperem aí, seus *confiados!* Vão lá *enforretar* o diabo que os leve! E tu, ó *Chanato*, vai *enforretar a garça* da tua irmã! Ainda hoje hei-de *esbotenar* a cabeça a um, que há-de andar a rebolar pelo chão; e depois que vá à botica que lhe *botem* uma *tomba!*... Eu, cá por mim, ainda lhe *botava* pez a arder. E tu, Miguel, andas com a *véstia* voltada às avessas?! Olha que linha figura! pareces um *pelintrão*» (p. 201).

Aquilino Ribeiro em *Terras do Demo* harmonizou geralmente tão bem os ingredientes que compõem as falas das suas personagens, que o leitor que não conheça bem a linguagem do povo, sentir-se-á inclinado a acreditar que essas falas reproduzem fielmente diálogos colhidos ao vivo em paragens beirãs. Ora, quando andei por Soutosa e «Barrelas», ao mesmo tempo que notei que lá tem corrido o grande caudal de léxico, frases, provérbios de *Terras do Demo*, averigüei também que actualmente na fala local — como decerto há sessenta anos, quando o romancista escreveu a obra — esses elementos não apresentam o débito que têm na fala do Rola, Javardo e demais figuras do romance. Muitos dos vocábulos que estes proferem constantemente, em especial os adjectivos, são, na realidade, reserva para momentos raros, em que se procura falar de modo particularmente expressivo. Algum desse léxico, Aquilino Ribeiro ouvia-o só nas zaragatas e discussões que tanto gostava de observar⁽¹¹⁾. Quando escrevia, porém, utilizava-o sem moderação.

O segundo romance aquiliniano, *A batalha sem fim*, parece ter sido menos elaborado do que as *Terras*. O grande número de particularidades linguísticas regionais e populares registado está ali mais per-

(11) Ver *supra*, cap. III, 1.

ceptível, até porque abundam as elocuições longas na boca das personagens locais. Sirva de exemplo o seguinte passo:

«— Queres falar da hipoteca dos afogados da Vieira?... É verdade, justiça, mais justiça, daqueles dez contos não safo com que comprar um chapéu. Maldita seja a hora em que depositei dinheiro na companhia excomungada! Também perdição assim, rêdes, cabos, barcos, seis homens no chafurdo, nunca se viu. Acreditem vocês, a gente nem dorme a sono solto com o *caroço* empregado na água. E ainda bramam que a vinte por cento é caro! *Irra, irrório senhor Ligório!* Vão lá por essas portas, *ai tio, ai tio*, a ver se alguém desata os cordões à bolsa para negócio desta laia» (p. 30).

Com Hugo Rocha os excessos observados dizem respeito às particularidades fonéticas. Como atrás ficou dito ⁽¹²⁾, na expressão dos monsulenses rústicos de *Gentio branco*, *v*, *ch*, *l* (em determinado contexto), são geralmente substituídos por *b*, *tch* e *r*. Por outro lado, em *Sotavento*, as figuras rurais e burguesas incultas alportelenses não deixam de reduzir os ditongos *ai*, *ei*, *eu*, *oi* a *á*, *ê*, *ô*, seja qual for a posição que estes ocupem na palavra e na frase ⁽¹³⁾. Ora, é exacto que em Monsul e em Alportel ocorrem tais alterações, mas não com a frequência abonada pelos romances. Quando estive na acolhedora aldeia minhota, verifiquei que alguns vocábulos onde existem *v*, *l* depois de *a*, e *ch*, são aí proferidos segundo a pronúncia do português normal por velhos e novos, por analfabetos e pessoas que sabem ler; outros só são diferentes na conversação dos mais velhos e iletrados. Algo semelhante acontece em Alportel em relação à realização dos ditongos. No lugar, por vezes conservam-se em algumas palavras, sobretudo quando não estão em próclise, e ao monotongarem-se, os ditongos apresentam outros resultados além dos que Hugo Rocha anotou: *eu*, por exemplo, reduz-se não só a *ê*, como se vê em *Sotavento*, mas também a *a* em «ramatismo» (reumatismo), a *ô* em «Ôgeno» (Eugénio) e a *u* em «prumonia» (pneumonia) ⁽¹⁴⁾.

Na «Advertência» do volume algarvio, a propósito da linguagem das suas personagens, o escritor escreveu: «*Mais ou menos*, foi assim que o autor ouviu falar as pessoas que, de longe ou de perto, de certo modo e até certo ponto, lhe serviram de modelo para algumas persona-

⁽¹²⁾ Ver *supra*, cap. IV, A. 2.

⁽¹³⁾ Ver *supra*, cap. IV, A. 1.

⁽¹⁴⁾ Estanco LOURO, *O livro de Alportel*, pp. 190-191.

gens deste romance» ⁽¹⁵⁾. Parece-me que esta declaração autoriza a pensar que Hugo Rocha, tendo constatado que os fenómenos mencionados são característicos e muito frequentes nos lugares onde viveu algum tempo, adoptou o critério de os registar sistematicamente na expressão das figuras locais incultas dos romances ⁽¹⁶⁾.

⁽¹⁵⁾ *Sotavento*, «Advertência», p. 386. O *itálico* é da minha responsabilidade.

⁽¹⁶⁾ Creio que são «lapsus calami» as formas «chamada» e «alguém» que aparecem uma vez no texto.

CAPÍTULO VII

**EFEITOS ESTILÍSTICOS DE COR REGIONALISTA
E POPULARIZANTES**

Os romances regionalistas em análise provocam no leitor desprevenido a impressão de registarem as linguagens locais mais fielmente do que de facto o fazem.

Na base de tal impressão, está o facto de as obras conterem em combinação sugestiva elementos linguísticos de diversa ordem, resultantes de uma certa elaboração, mais ou menos ampla, conforme os autores.

Estes elementos compõem a trama textual, esbatendo os seus próprios contornos e as suas marcas, e originando uma ambiência geral de coloração regionalista e popularizante.

A este respeito são de distinguir pelos efeitos produzidos alguns aspectos e particularidades das variedades linguísticas de que os autores se socorrem em grau variável, como particularidades da linguagem comum, da linguagem coloquial falada, da linguagem familiar, do calão e da linguagem arcaica.

Referir-me-ei de seguida a algumas destas particularidades, após o que considerarei ainda outros factores intervenientes neste processo de estilização das linguagens locais, ou seja: textos de literatura regional e popular, alcunhas, antropónimos, topónimos.

Fica apenas apontado algo do que se me figura mais notório. Uma análise mais demarcada para dilucidação deste processo, deverá também tomar em conta o contributo estilístico dado pela inclusão de provérbios, de frases rimadas, onomatopeias, e ainda o da criatividade lexical dos autores.

A. Linguagem comum ⁽¹⁾

A linguagem comum é utilizada por alguns autores de tal forma, que certos factos, que a integram nos planos fónico e morfológico, surgem transformados em recursos estilísticos de efeito regionalista e principalmente popularizante, como se vai ver.

1. Preferência por formas escritas com *oi*

Como se sabe, actualmente a norma admite duas realizações alternantes para muitos dos vocábulos da linguagem comum, uma com ditongo *oi*, outra com ditongo *ou*. Assim, os falantes dizem *loira* ou *loura*, *toiro* ou *touro*.

Na fala dos iletrados, excepto na zona sul do país, estas e muitas palavras são frequentemente realizadas com *oi*, e algumas outras, quando as pessoas do povo falam entre si, são pronunciadas só com *oi*. Por isso, à forma com *oi* associa-se a ideia de popular ⁽²⁾.

No texto de alguns autores aparecem geralmente grafados com *oi* muitos dos vocábulos que poderiam apresentar *ou*, provocando no contexto em que são usados conotações linguísticas populares ⁽³⁾. Ocorrem com tal insistência, que não pode deixar de se pensar que são fruto de um trabalho estilístico, o qual levou à rejeição das formas com *ou*.

⁽¹⁾ Uso esta expressão, tomando em conta o que Herculano de Carvalho escreveu, *Teoria da linguagem*, I, pp. 333-334, depois de definir em que consiste o «idioma comum»: «Também com idioma comum se não deve confundir o que geralmente se designa por *linguagem comum*, expressão usada relativamente a qualquer idioma e mais particularmente ao idioma-padrão, para designar *uma parte do saber linguístico*, constituído por este, num sentido próximo, mas também não idêntico ao de núcleo comum. Em relação a este, a diferença reside em que o núcleo comum compreende apenas o que é efectiva e actualmente conhecido (como saber activo ou passivo) de cada um dos membros de certa comunidade, ao passo que a linguagem comum abrange o que é não só actual mas *virtualmente* conhecido de todos; em que o primeiro se refere a tudo o que pode ser objecto do saber linguístico (entidades fónicas e significativas em toda a sua variedade), enquanto o segundo diz respeito exclusiva ou quase exclusivamente ao léxico (...)».

⁽²⁾ Sobre o assunto: Luís F. Lindley CINTRA, *Os ditongos decrecentes* ou *e ei: esquema de um estudo sincrónico e diacrónico*. In *Anais do Primeiro simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro, 1970, pp. 115-134.

⁽³⁾ Cf. Catherine KERBRAT-ORECCHIONI, *La connotation*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1977, 256 pp. — Ver em especial pp. 94 e ss., onde a autora trata das conotações de níveis de língua.

Aquilino Ribeiro faculta numerosos exemplos de grafias com *oi*, mesmo na expressão do narrador. Em *Terras do Demo* vêem-se, por exemplo, as formas *coradoiro* (p. 100), *lavadoiro* (p. 86), *lavoira* (p. 78), *loireiro* (p. 36), *loisa*, (p. 85), *moirejar* e *oiteiro* (p. 39). Em *A batalha sem fim* encontram-se, entre outras formas, *bebedeiro* (p. 138), *besoio* (p. 130), *coiro* (p. 131), *ceroilas* (p. 271) *escorregadoiro* (p. 285), *estoio* (p. 134), *fervedeiro* (p. 76), *logradoiro* (p. 179), *oiro* (p. 124), *sorvedeiro* (p. 300) *tesoio* (p. 124).

Manuel Ribeiro usa, em *Planície heróica*, *calcadoiro* (p. 117) e *repoiso* (p. 37).

Todas estas formas com *oi* estão registadas em dicionários práticos da língua, sem indicação de serem populismo ou regionalismo, a par de formas que contêm *ou*.

É de notar que quando ocorrem palavras não dicionarizadas (que poderão ser em uns casos formas recolhidas na região, em outros criadas literariamente pelos autores) as grafias apresentam *oi*. Assim sucede com *zumbidoiro* (*Batalha*, p. 168) e *migradoiras* (*Planície*, p. 116).

2. Emprego afectivo do sufixo -inho

Muitos estudiosos têm acentuado não só a produtividade, mas também a importância do sufixo *-inho* na manifestação dos mais variados conteúdos denotativos e, sobretudo conotativos. Em diversas situações de comunicação e de expressão, seja qual for o estatuto sócio-cultural do falante, cabe-lhe papel de relevo, ao reflectir conteúdos emotivos, particularmente o carinho e a afeição, e também conteúdos valorativos, quer encarecedores, quer depreciativos. São conhecidos empregos deste sufixo por parte de inúmeros autores, desde as mais antigas datas de nossa identidade literária, pelos quais se vê que *-inho* é um elemento muito expressivo na significação de diferentes modalidades da ironia e sátira⁽⁴⁾.

Nas obras de alguns romances em estudo, o sufixo *-inho* aparece como um dos mais eficazes recursos estilísticos de efeitos popularizantes,

(4) Sobre esta matéria: Sílvia SKORGE, *Os sufixos diminutivos em Português*, especialmente pp. 43-123; Maria Manuela Moreno de OLIVEIRA, *Processos de intensificação no Português contemporâneo*, principalmente pp. 77-83; Maria Helena N. PAIVA, *Contribuição para uma estilística da ironia*, sobretudo pp. 345-352 e pp. 382-387; Delmira MAÇAS, *Ironia e depreciação na língua portuguesa*, pp. 8-9.

servindo com grande êxito para dar a impressão de que o discurso onde ocorre pertence a personalidade aldeã. Este resultado é conseguido na medida em que através das formas que integra, se desenha o modo de ser do rústico, os seus valores e os seus problemas, e em especial a sua emotividade e empenho para com realidades que os homens da cidade desconhecem e menosprezam.

Em *Gentio branco* uma camponesa clama: «És um ladrão! Quer 's-me tirar as minhas *terrinhas*, que são o meu sangue» (p. 233). No vocábulo sublinhado, o sufixo manifesta a grande importância que têm para a personagem os campos que lavora, e reforça a ideia de posse expressa pelo pronome que antecede o substantivo. O trecho traz-me à memória o que escreveu Vergílio Godinho em *Calcanhar do mundo*, ao caracterizar a personalidade aldeã: «Com virtudes raras e costumes sãos, cultivam estes povos certos vícios e defeitos deslustrados, mormente o de quererem à terra com amor quase patológico. Este aspecto excede os próprios familiares. / Tal pai trocava filhos por olivais de boa funda, a mulher por horta criadora e de boamente a sogra por qualquer triste ladeirota» (p. 31).

Em *Terras do Demo*, a mesma palavra relevada designa com ternura a região envolvente, quando o narrador refere «as *terrinhas* altas da Beira» (p. 72). São sentimentos semelhantes para com o sítio onde se vive que se reflectem em *Ressurreição*, quando uma camponesa assegura a uma jovem fidalga: «Vosselência verá que depressa arriba. Estes nossos ares são muito *doceirinhos*» (p. 228). A comoção perante as árvores, cujo crescimento se acompanha amorosamente desde o dia em que se plantaram, está em *Batalha sem fim* na expressão do narrador: «Nas sementeiras (...) os *pinheirinhos* de palmo confundiam-se com o chão, sucumbidos» (p. 136).

Com o mesmo sufixo encontramos palavras que deixam ver como o camponês valoriza e respeita os produtos da terra, embora por vezes os refira numa atitude de modéstia. Em *Planície* diz um camponês: «Trago-lhe aqui dois *saquinhos* de trigo, que a peste da seara não me deu o que prometia» (p. 128). Em *Terras*: «Mas fosse ele ano de espiga grada, o *pãozinho* de Nosso Senhor merecia bem que se não olhasse a gastos» (p. 55).

Na aldeia, os animais, ainda que façam parte dos recursos económicos dos camponeses, recebem grande afeição de quem os cria, muitas vezes mais desveladamente do que a si próprio. É isso que se retrata em *Terras*, no trecho em que a Senhora da Lapa, participando nos sentimentos dos romeiros, lhes pergunta: «— Então como passaram lá por

essas falperras?...! A obrigaçãozinha?...! O gadinho?!» (p. 289). Na mesma obra lê-se ainda: «Quem está debaixo de telhas, deixa-se estar, que para lapas e apriscos enxotou ela os rebanhos e os *animaizinhos* do monte» (pp. 71-72).

Nos romances, como nos meios pobres da província, com palavras que integram *-inho* faz-se referência a situações de indigência e apela-se à compaixão por elas. Assim, em *Terras*, os mendigos rogam: «— Oh! tende dó, deixai uma esmola ao *desgraçadinho*! (p. 283); «— Por *almi-nha* de quem lá tendes, ó meus ricos senhores» (*ibidem*); «Ó *santinhos* de Nosso Senhor, tende piedade! Dai cinco *rèisinhos*!» (*ibidem*).

Na expressão de comisseração, por si, e pelos outros, também ocorrem formas com o sufixo. Em *Gentio* lê-se: «— E, àmenhão, s'eu ficar a ferros, cumo fico, bai-me lá lebar uma *roupinha* e um bocado de broa» (p. 244). Em *Maria dos Tojos*: «Foi levar ontem aquele contrabando de café, a Espanha, para ver se ganhava uma *camisinha*» (p. 52). E em *Terras*: «O António era um paz de alma, carregado de crianças, *negrinho* de trabalhos e de penas, que a mulher dera em bebedona» (p. 105).

O encarecimento de prazeres, de bens, valiosos de facto, ou insignificantes, mas que quase sempre representam trabalho esforçado e poupança, é também significado pelo uso do sufixo *-inho*. Assim, em *Batalha*, está escrito: «De livre, ao Algodres, restava apenas a *casinha*» (p. 140). Na mesma obra diz-se que alguns trabalhadores «tão acirrados andavam que nem se permitiam roubar à faina magnífica o tempo de fumar o *cigarrinho*» (p. 130). E em *Terras* uma celestina, quando saboreia o prémio das suas diligências e se dá conta de que o seu prazer poderia ser maior, observa: «Ah tola, esqueceu-te o *pozinho* de açúcar» (p. 258).

A tradução de respeito submisso perante os santos, que leva as pessoas da aldeia a falarem em «santinhos», patenteia-se também em *Planície heróica*, quando se reproduz em discurso indirecto livre a fala de um sacristão: «Os *fatinhos* das imagens, tivesse paciência, é que estavam em frangalhos por môr da traça que dera neles» (p. 17).

B. Linguagem coloquial falada ⁽⁵⁾

1. Fenómenos de supressão de sons e contracção de palavras

Todos os romances apresentam certos factos da linguagem coloquial falada, observáveis na conversação informal de muitos indivíduos, seja qual for a sua origem geográfica e o seu estatuto sócio-cultural, como fenómenos de supressão de sons átonos em posição fraca, e de contracção de palavras (estes quando se encontram em sucessão contínua vocábulos terminados em vogal e vocábulos iniciados também por elementos vocálicos). As sugestões estilísticas popularizantes são desencadeadas pelas próprias grafias, aliás insistentes, anómalas em relação à escrita correcta, que no contexto em que figuram, apoiadas por outros elementos, evocam a expressão maximamente descuidada e transgressora da norma que é a fala popular. Vejamos alguns desses factos e como os romances os representam:

1.1. Síncope de vogal átona antes de *r*, como em algumas formas do verbo «querer»: «Por 'i, *qu'rias* mais sardinhas» (*Gentio*, p. 36);

1.2. Síncope da primeira vogal da preposição *para* e de *pelo*, de onde resulta a pronúncia representada pelas grafias *p'ra*, *p'lo*: «Isso fica *p'ra* a Laurinha juntar *p'ra* o enxoval» (*Gentio*, p. 47);

1.3. Apócope de vogais átonas em vocábulos vários, como «de», «que», e em formas não acentuadas de pronomes pessoais, quando antecedem vocábulos iniciados por vogal. Daí grafias presentes em algumas obras como *d'*, *qu'*, *s'*, *t'*, *quant'*. Este fenómeno de fonética sintáctica está copiosamente registado em *Gentio branco*: «Olha *qu'eu* dou-te nesses fungões, raio» (p. 22); «Num *s'aflija* qu'eu rego já» (p. 22). Em *Ressurreição* lê-se: «*Quant'à* chuva, essa deixa-nos na «desfeita da lua» (p. 175);

1.4. Redução a um só som das vogais que constituem a forma *ao*: «Ó leblantar's-te, esfregas a barriga, com força, inté te doer, cum terra d'ó pé da porta (...). Ó terceiro dia (...)» (*Gentio*, p. 221);

1.5. Contracção da proposição «com» com o artigo definido, dando origem a formas várias que na escrita podem ser representadas por gra-

(⁵) Ao falar-se em linguagem coloquial falada, segue-se a doutrina expendida sobre o tema por Herculano de Carvalho, *Teoria da Linguagem*, I, pp. 304-312. Sobre a matéria também: Manuel de Paiva BOLEÃO, *Unidade e variedade da língua portuguesa*. In *Estudos de linguística portuguesa e românica*, I, tomo I, pp. 268-272.

fias como *c'o* ou *co'o*, *co'a*. Nos romances encontram-se destas grafias: «Cuidado *c'o* cão» (*Ressurreição*, p. 19). «Mas *c'os* diabos, era só o carro dele...» (*Terras*, p. 159). «Vás ter *co'o* Ciriaco e *co'os* outros» (*Sotavento*, p. 130); «Lá 'stás tu *co'a* cisma» (*Gentio*, p. 159); «Era p'ra ter a casa da igreja e ajuntar-se *co'a* nossa Conceição, que ele aqui em casa se não podia aconchegar bem *co'a* a moça» (*Planície*, p. 187);

1.6. Contracção da preposição «com» com o artigo indefinido dando origem a formas que graficamente se representam *c'um*, *c'uma*: «Olha que bou aí *c'uma* tchibata» (*Gentio*, p. 22);

1.7. Contracção da preposição «com» com o pronome demonstrativo «aqueles», resultando a pronúncia que se representa graficamente por *co'aqueles*: «Meteram-me p'ra lá *co'aqueles* politrões» (*Ressurreição*, p. 13).

1.8. Contracção do advérbio de comparação «como» com o artigo definido: «Nem amor *com'ó* primeiro» (*Terras*, p. 160).

1.9. Contracção de formas sincopadas da preposição «para» com o artigo definido, dando origem a formas que são representadas por grafias como *p'r'ó*, *p'r'á*: «Se faltar dinheiro, cá estou eu *p'r'ó* pôr» (*Maria dos Tojos*, p. 78); «Tem sempre modo jovial *p'r'ó* pobre e *p'r'ó* rico» (*Ressurreição*, pp. 41-42);

1.10. Contracção de formas sincopadas da preposição «para» com pronomes e advérbios: «Vós quatro chegáveis p'rás tropas do Antas, quanto mais *p'ráquilo*» (*Ressurreição*, p. 10); «Estoira *p'raí* tudo com fome» (*Planície*, p. 110);

2. Uso polivalente de que

Na linguagem coloquial falada não há uma reflexão demorada acerca dos meios linguísticos utilizados na comunicação ⁽⁶⁾. Por exemplo, não se escolhem ponderadamente as formas gramaticais que introduzem as orações, nem o modo como se concatenam as frases que compõem o período. Daí resulta, entre muitos outros aspectos, o uso repetitivo de *que*, feito instrumento polivalente, pois aparece a desempenhar funções sintácticas várias.

(6) Cf. Herculano de CARVALHO, *ob. cit.*, p. 305.

Os romances apresentam exemplos deste uso, que lembram a linguagem popular, onde também se verifica a cada passo.

Que é a partícula gramatical preferida na frase, quando se introduzem orações causais e finais. Por exemplo em *Calcanhar do mundo*, em vez de *para que*, surge *que* na frase interrogativa de um serrano: «*Que* estais para aí a soltar loas?» (p. 37).

Esta preferência pelo *que* observa-se mesmo em contextos onde a ausência de outras formas leva a repetições do seu emprego, reprovadas na linguagem cuidada, por inestéticas. É o que se vê especialmente no romance *Planície heróica*: «Mas o menino virtuoso não o chegámos a ver, *que* ele abalara p'ra Ervidel, *que* o chamara um lavrador» (p. 128); «Nem vossemecê sabe, sr. prior, com *que* peça de fazenda andou metido, *que* ele lá por ser sacristão é o pior judeu *que* Deus Nosso Senhor deitou a este mundo. Um cachorro, *que* não há peste maior no povo, ele revinhoso, peguinheiro, encharnicado, basófiás, e mais mau *que* um fariseu, *que* dê *que* vossemecê se veio embora, da boca da filha o ouvi, é um inferno naquela casa, faz tudo em fel e vinagre, mói a pobre da mulher com pancada, pôs a filha a pão e água, *que* a há-de matar, o excomungado, se não houver uma alma cristã *que* tenha dó da pobrezinha e a tire daquele castigo» (pp. 248-249).

Em trechos do mesmo romance, *que* está usado como uma espécie de bordão, de forma elocucional em que se apoia o falante ao prosseguir o discurso, o qual desta maneira ganha uma certa ênfase expressiva, tal como sucede na linguagem popular. Assim fala uma bisbilhoteira: «Sr. prior, queira perdoar, mas aquilo é um cão danado *que* se filou na pobre da filha! *Que* eu se lhe falo nisto não é do meu gosto *que* o faço, mas por ter dó daquela desgraçada *que* me pediu, lavada em lágrimas, *que* dissesse ao sr. prior se lhe fazia a esmola de a recolher na sua casa, p'ra não morrer estraçalhada um dia às unhas do pai. *Que* ele é tão mau, o estupor, *que* todo o povo murmura aí à uma contra o soberbo do velho» (p. 249).

Que surge também como conjugação integrante, em locuções como *diz que*, *foi que* tão frequentes na linguagem falada descuidada, especialmente na dos iletrados: «— E *diz qu'*os tísecos *que* têm o oubido muito apurado» (*Gentio*, p. 172); «— Sabe, senhora D. Teodorinha? *Diz que* morrê a namorada do Bié Trigoso ...» (*Sotavento*, p. 362); «O Joaquim *foi que* o contou em casa» (*Tojos*, p. 236).

3. Colocação especial das palavras na frase

Tal como acontece na linguagem coloquial falada, nos romances há trechos em que a ordem das palavras se afasta da que a gramática indica como normal e correcta. No discurso das personagens surgem, por exemplo, inversões várias em relação à colocação habitual, com antecipação dos vocábulos que designam o que é importante para quem fala, o que mais empenha a sua emoção⁽⁷⁾. Assim em *Planície heróica*, quando um sacristão alentejano, estupefacto, estranha que o sacerdote entregue à igreja o cereal que lhe oferecem para seu sustento, diz: «Pois se o trigo lho deram a vossemecê!...» (p. 130). Se neste exemplo o desvio da norma é mínimo, embora a ordem seja indirecta, o mesmo não sucede em outras passagens onde a irregularidade atinge o solecismo. Exemplo: «O João Gaspar, façam vossemecês ideia, ficou quedo do susto que nem se podia mexer, e se o lobo se lhe joga logo (...). Mas o *homem lá lhe veio* o ânimo, atrepa à primeira azinheira que adegrou e foi a sua salvação» (*Planície*, p. 113).

A anormalidade na colocação das palavras na frase abrange por vezes os pronomes. Na linguagem descuidada falada a forma átona de complemento indirecto pode ocorrer antes da forma de sujeito. É isso mesmo que está em *Gentio branco*: «Ó mulher: bocê num 'stá a oubir o que *l'eu* digo?» (p. 148).

Aquilino Ribeiro, explorando os valores estilísticos da colocação anormal das palavras na frase que caracteriza a linguagem coloquial oral, integra na expressão das personagens certas frases que resultam bem expressivas. Escreve, por exemplo: «Glòrinhas encheu-se de ânimo e foi ao umbral. E recalcando o receio, em voz que mal tremia, disse: — É o senhor? *Melhor foi* que viesse» (*Terras*, p. 331).

4. Repetição de palavras

Um outro aspecto da linguagem coloquial falada, que é também consequência da falta de atenção para com os meios linguísticos utilizados, é a repetição de palavras. Com efeito, nos actos de fala descuidada o sujeito falante não se preocupa com variar os vocábulos que

(7) Cf. Joaquim Mattoso CÂMARA, in *Dicionário de linguística e gramática*, Petrópolis, Vozes, 1957, artigos *Solecismo*, *Silepse*, *Anacoluto*.

emprega e por isso o seu discurso, em vez de termos sinónimos, apresenta os mesmos termos que se repetem.

Este aspecto da linguagem coloquial falada está também representado em alguns romances. Em *Gentio* lê-se: «Deixe lá s'Ritinha. Ele diz que le *tira*, mas num le *tira* nada» (p. 149): «Olhe qu'o *moço* num é mau *moço*» (p. 209). E em *Ressurreição*, p. 163: «E... tau, sem mais nem p'ra quê, caí p'ró lado, co'a dor «nas cadeiras». O *meu* acudiu, prantou-me em riba da cama. A «canalha» entrou a barregar, que nem que fosse o grito das almas. Depois, o *meu* inda me fez «um remédio casendo».

5. Expressões conectivas

Sobretudo em situações de narração, os falantes servem-se de expressões que, ao mesmo tempo que ligam as partes do discurso que se sucedem, indiciam uma certa progressão nos acontecimentos. Entre elas «e vai», «vai daí»; «vai então».

Estas mesmas expressões ocorrem na generalidade das obras: «*Bai tão* a Rita matou o filho c'uma matchada, p'r'ó roubar» (*Gentio*, p. 195); «Tu e o teu pai, qu'estavam sempre aqui co'as portas abertas, com'ás igrejas, p'ra lhe valer nos apertos. *E vai ele*, como vos paga?» (*Ressurreição*, p. 149): «— Ah! os governos nunca se importaram da minha terra, e *vai então* tratamos da vida, como calha e pode ser» (*Maria Mim*, p. 77); «Veio o remédio, foi medicina abençoada. Até parece um cão a comer-lhe a carne podre da cabeça! *E, vai*, ali esteve o médico, e ali se pôs a falar com o parceiro que até era um encanto ouvi-lo» (*Terras* p. 172); «— No mercado, tenta-se um homem pela pinta de um tal bacorelho, tronco estirado, tromba curta, orelheira somenos, tudo, sinais de boa casta. *Vai daí*, mal se apanha na furda, pega a berrar» (*Calcanhar*, p. 160).

6. O gesto como meio de comunicação e expressão

Na comunicação oral o gesto desempenha um papel importante, como é sabido⁽⁸⁾. Alguns autores foram sensíveis a este facto e fizeram referência a atitudes gestuais assumidas por certas personagens ao falarem.

(8) Cf. Cláudio BASTO, *A linguagem dos gestos em Portugal*. In *Revista Lusitana*, XXXVI, pp. 5-72.

Assim, Hugo Rocha ao apresentar uma mulher a consolar outra, a quem um conterrâneo ameaçara extorquir algumas propriedades, escreveu: «— Deixe lá, s'Ritinha. Ele diz que le tira, mas num le tira nada. Aquilo é só daqui... — e apontava, com a mão, a garganta engelhada, cor de terra» (*Gentio*, p. 149). Quando põe em cena uma curandeira a assegurar a sua discrição, no mesmo romance lê-se: «Podes falar sem medo, qu'a Maria Ranha é mais fitchada qu'isto...» — e bateu com o pé descalço no pavimento sórdido» (p. 220). Em *Batalha sem fim* encontramos o seguinte texto, onde se exprime um homem do Pedrógão: «Coitanaxo, o Penalva só a dá a quem tenha disto... — e rolava indicador e polegar, um sobre o outro, em sinal de pecúnia» (p. 52). Em *Terras do Demo*: «Ouvi a parlenda com estes que a terra há-de comer. — E levava os fura-bolos, como dois aticadores, às orelhas» (p. 321).

C. Linguagem familiar ⁽⁹⁾

A maior parte dos autores faz aparecer, na expressão das personagens locais, vocábulos e locuções da linguagem familiar com grande abundância. Além disso, os romancistas integram também factos desta variedade de linguagem na expressão dos narradores. Assim fizeram Hugo Rocha, Aquilino Ribeiro e sobretudo Vergílio Godinho. O autor do *Calcanhar do mundo* explorou de sobremaneira as particularidades que integram a linguagem familiar, fazendo dela a matéria-prima por excelência do discurso das personagens rústicas do seu romance e também frequentemente do narrador.

Diga-se que as particularidades linguísticas da linguagem familiar, em vários contextos onde aparecem bastas vezes, nomeadamente no romance de Vergílio Godinho, em especial pelas conotações e por uma certa extravagância fónica do léxico empregado, produzem efeitos de pitoresco e até humorismo, mais próprios de caricatura do que de retrato

⁽⁹⁾ Acerca desta variedade idiomática escreveu Herculano de Carvalho, *Teoria da Linguagem*, I, p. 343: «(...) o conceito da linguagem familiar aplica-se à forma estilística ou sector do estilo coloquial, por assim dizer, mais afastado do estilo reflectido: conjunto de palavras, locuções, construções framaticais usados sem estranheza entre indivíduos unidos por laços de grande intimidade — familiares, de amizade, sem todavia incluírem o que se classifica de «vulgar» ou «grosseiro». Sobre o mesmo assunto: Manuel de Paiva BOLEÃO, *Unidade e variedade da língua portuguesa*, in *Estudos de linguística portuguesa e românica*, I, tomo I, pp. 272-273.

próximo da realidade humana e linguística das populações das nossas províncias.

Referirei alguns exemplos de vocabulário, de sufixos e de fraseologia da linguagem familiar usados nos romances:

1. Léxico: substantivos

- albada* (Terras, p. 60) — patifaria; acto complicado: «No dia em que a mãe deitou à feira de Lamas a comprar uns tamancos, à volta caçou-o na *albada*»;
- andaina* (Gentio, p. 127) — fato: «(...) O da Lage, que se metera, por ser domingo numa *andaina* azul escura»;
- bazófiás* (Calcanhar, p. 303) — prosápias: «Sempre que se punha o problema, retiniam-lhe no ouvido as *bazófiás* e troças do outro»;
- calhamaço* (Calcanhar, p. 60) — livro: «Quanto a João Pedro, todo o *calhamaço* lhe escancarava os segredos»;
- cavaqueira* (Calcanhar, p. 70) — conversa amena;
- chalaça* (Calcanhar, p. 296) — pilhérias; ditos graciosos: «Depois, deliciaram meio mundo com as «Cartolinhas» em arranjo catita de mestre Alvarinho, velhote com carradas de *chalaça*»;
- chinfrim* (Calcanhar, p. 17) — barulho: «O senhor juiz não quer *chinfrim*»;
- fanico* (Gentio, p. 261) — desmaio: «A do Rodrigues tendeiro, (...) acabava de cair, com um *fanico*»;
- fedelhos* (Calcanhar, p. 60) — crianças;
- galhoja* (Batalha, p. 31) — zombaria: «Levados na *galhoja*, saíram os almocreves de roldão para a rua em assuada ao pescador»;
- patuscadas* (Gentio, p. 63) — refeição divertida, com pândega: «(...) Gastando todo o tempo útil em *patuscadas* por quintas de amigalhotes»;
- pirraça* (Calcanhar, p. 41) — partida: «Nada mais grato àquelas almas (...) que *pirraça* bem pregada aos fiscais»;
- ronha* (Terras, p. 148) — manha: «Com fina *ronha* tentou Florinda levar a velha a Quintela»;
- surriada* (Terras, p. 217) — troça: «A igreja ia caindo com a *surriada*; não se respeitou o lugar, nem santos nem santas»;
- tabeje* (Gentio, p. 238) — bofetada: «(...) e levado pela curiosidade, embora com seu receiozinho dalgum *tabeje*»;

tineta (Planície, p. 191) — mania: «Lá a *tineta* da moça já eu sei»;
tramóia (Batalha, p. 25) — embuste;

trapaças (Planície, p. 164) — mentiras, desonestidades: «Mas essa da Catarina Amoja, uma desavergonhada calaceira, que viera há anos da cidade com um mestre das máquinas do Pendão, e que se amesendara no povo para matrafices, *trapaças* e poucas vergonhas».

2. Emprego de sufixos

Tal como a linguagem popular, a linguagem familiar tem nos sufixos uma fonte de criação de materiais lexicais e simultaneamente um meio de expressão de conotações emotivas e valorativas, em particular depreciativas.

Darei de seguida exemplos de emprego de sufixos na formação de palavras, tal como as obras regionalistas os apresentam ⁽¹⁰⁾:

—*ção*: forma *valentaço* (Calcanhar, p. 132): «Vamos meu *valentaço*. Abre a boca. Quero ver o dói-dói que está lá dentro»;

—*aina*: *comezaina* (Calcanhar, p. 74); *pobretainas* (Terras, p. 110): «Todos os *pobretainas* cantam essa ária»;

—*ana*: *parvatana* (Planície, 202); *pobretana* (Terras, p. 72): «Casaram uma por uma, a Guiomar do André, toda alfenim, com o Manuel Borralho, sonso e pilhanqueiro, a Maria Morgada, rica e sisuda, com o Zé da Claudina, figurilha mas *pobretana*»;

—*arra*: *beicarra* (Calcanhar, p. 194), *bocarra* (Batalha, p. 37): «O Mira apartava já o monte quando surgiu o chavelhudo do Joaquim Bica, que se improvisara em gato pingado, às escâncaras a *bocarra* de caimão»;

—*ata*: *musicata* (Batalha, p. 175); *negociata* (Batalha, p. 113), *passeeatas* (Gentio, p. 68): «O Justino, entretanto aparecia em casa às horas da comida, gastando todo o tempo útil em *patuscadas* (...), *passeeatas* a cavalo ou de charrete (...)

(10) No levantamento dos factos apontados, apoio-me uma vez mais nas indicações de Maria Helena de Novais Paiva, em *Contribuição para uma estilística da ironia e Delmira Maças*, sobretudo em *Ironia e depreciação*. Cf. *supra*, cap. V, n. 64.

- eco*, —*eca*: *lavradoreco* (Batalha, p. 176); *livrecos* (Batalha, p. 266), *padreca* (Terras, p. 289), *poceca* (Calcanhar, p. 64): «A *poceca* de dez palmos mal dava no estio para aguar o carrapato»;
- elho*, —*elha*: *cachopelha* (Calcanhar, p. 266), *fraquelha* (Calcanhar, p. 48), *hortelha* (Calcanhar, p. 64), *longelho* (Calcanhar, p. 6), *mocelbo* (Calcanhar, p. 218): «encontrou paquete mais jeitoso no Tó Moura, *mocelbo* já espigadote»;
- eta*: *pingoleta* (Terras, p. 310): «Também ela agora bebia uma *pingoleta*»;
- ete*: *velhaquete* (Calcanhar, p. 175): «Tudo riu novamente, incluindo o *velhaquete* do Casímiro»;
- oila*: *mamoilas* (Terras, p. 140): «Era uma mulherança muito nutrida, rosada e ruiva, com duas *mamoilas* que nem duas abóboras-meninas»;
- olo*, —*ola*: *beizola* (Terras, p. 134), *casinhola* (Gentio, p. 38), *criançaola* (Planície, p. 254), *festarola* (Calcanhar, p. 33), *terrajolas* (Calcanhar, p. 65): «Ajudava a mãe na faina caseira e no amanho das *terrajolas*»;
- oque*: *cavalicoque* (Gentio, p. 278);
- ório*: *cafezório* (Batalha, p. 109); *casório* (Terras, p. 237), *jalatório* (Planície, p. 185), *quintalório* (Planície, p. 31);
- orro*, —*orra*: *cabeçorro* (Terras, p. 54), *patorras* (Gentio, p. 184), *velhorro* (Terras, p. 111): «Hora abençoada em que esticasse o pernil o *velhorro* duma figa»;
- ucho*: *baratucho* (Terras, p. 42): «Meu cunhado Afonso comprava-o, mas *baratucho*»;
- udo*, —*uda*: *gordalhuda* (Batalha, p. 320): «Era pai, entre mais filhos, duma moçoila *gordalhuda*, sereia da praia».

3. Fraseologia

Alguns exemplos:

- andar ao alto* (Calcanhar, p. 48) — diz-se de alguém que passa o dia ociosamente;
- andar nas palminhas* (de alguém) (Terras, p. 320) — ser muito bem tratado (por alguém);
- não atar nem desatar* (Terras, p. 186; Batalha, p. 16) — estar indeciso;

- não caber na pele* (Ressurreição, p. 133) — estar muito orgulhoso ou satisfeito;
- cair (algo) em cesto roto* (Calcanhar, p. 19) — significa que algo aconteceu em vão;
- chamar um figo* (a alguma coisa) (Gentio, p. 63) — apreciar muito alguma coisa;
- dar na bolha* (Terras, p. 147);
- dar na gana* (Gentio, p. 28);
- não dar ponto sem nó* (Batalha, p. 124) — não fazer nada imprudentemente;
- dar na telha* (Terras, p. 147);
- não dar trela* (Planície, p. 221) — não dar conversa;
- deitar (algo) para trás das costas* (Planície, p. 252) — não dar importância a pequenos aborrecimentos;
- não dizer uma nem duas* (Gentio, p. 36) — estar calado;
- não estar com meias medidas* (Filhas, p. 28) — ser ousado; ser decidido;
- estar em pulgas* (Calcanhar, p. 299) — estar ansioso;
- estar um calor de rachar* (Planície, p. 134);
- fazer cruzeiros na boca* (Ressurreição, p. 188);
- fazer das tripas coração* (Tojos, p. 179) — fazer-se forte;
- fazer o ninho atrás da orelha* (a alguém) (Sotavento, p. 292) — enganar (alguém);
- ficar num sino* (Gentio, p. 67) — ficar muito contente;
- ir à pata* (Batalha, p. 25) — ir a pé;
- não ir com duas cantigas* (Batalha, p. 240) — não se deixar vencer facilmente;
- meter a sua colherada* (Calcanhar, p. 140) — dar a sua opinião; interferir;
- meter nos eixos* (alguém) (Sotavento, p. 198) — fazer com que alguém proceda bem;
- meter os pés pelas mãos* (Gentio, p. 258) — fazer confusão;
- moer o bicho do ouvido* (a alguém) (Gentio, p. 148) — aborrecer com palavras sem interesse;
- morrer de morte macaca* (Batalha, p. 95);
- pôr (algo) em pratos limpos* (Filhas, p. 258; Batalha, p. 90);
- não pregar olho* (M.^a Mim, p. 11; Calcanhar, p. 227; Terras, p. 45);
- prometer mundos e fundos* (Ressurreição, p. 333);
- não regular bem da bola* (Planície, p. 154);
- tirar (alguém) da cepa torta* (Batalha, p. 132);

vir à baila (*Calcanhar*, p. 255);
vir com pés de lã (*Terras*, p. 94).

D. Calão ⁽¹¹⁾

O *Dicionário de calão* de Albino Lapa veio a público prefaciado por Aquilino Ribeiro, o que desde logo nos alerta para o interesse que esta linguagem suscitaria no romancista. Dirigindo-se então ao lexicógrafo, o autor de «Malhadinhas» confessava-se leigo em tal matéria, mas acrescentava de imediato estas palavras: «Em todo o caso eu lhe digo francamente, nada me extasia mais que uma dessas frases irreverentes condenadas pela gramática, se não pela moral, em nome dos bons costumes. Uma dessas frases que estalam e repicam como os chicotes antigos para caleças puxadas a seis cavalos, que golpeavam o ar e, curveteando em espiral de dois centros, despediam um estalido mais sonoro que uma nota de Caruso!» ⁽¹²⁾. As melhores provas de como o calão interessava Aquilino Ribeiro estão nos seus romances, mesmo nos que como *Terras do Demo* e *A Batalha sem fim* não têm como cenário as «alfurjas de Alfama», nem «os tascos de camareiras ao Poço das Almas» ⁽¹³⁾.

Como o autor de *Volfrâmio*, mas em menor escala, Vergílio Godinho socorreu-se também de termos dessa variedade de linguagem, e ainda, mais escassamente, Hugo Rocha, em *Gentio branco*.

Sabe-se que o calão recebe da linguagem popular alguns materiais de expressão e por sua vez a linguagem popular acolhe do calão vocábulos e modismos. Para além deste intercâmbio constante entre as duas linguagens, outros factores explicarão a presença de elementos desta linguagem nos romances regionalistas. Entre eles serão de distinguir certos efeitos estilísticos, pois provocam a sugestão de rusticidade, de marginalidade linguística, e ainda efeitos comicizantes.

⁽¹¹⁾ Sobre o calão: Manuel de Paiva BOLÉO, *Unidade e variedade da língua portuguesa*, em *Estudos de linguística portuguesa e românica*, I, tomo I, pp. 278-279; José Herculano de CARVALHO, *Teoria da linguagem*, I, pp. 339-340; Idem, art. *Calão*, in *Verbo*, *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, vol. 40, col. 456; M. Rodrigues LAPA, *Estilística da língua portuguesa*, 9.ª ed., Coimbra, 1977, pp. 68-72 — Veja-se tb. obra referida na nota seguinte.

⁽¹²⁾ Albino LAPA, *Dicionário de calão*, 2.ª edição, Lisboa, 1974, p. 7.

⁽¹³⁾ Segundo Aquilino, estes são o *habitat* do calão. Cf. A. Lapa, *Dicionário de calão*, p. 9.

Alguns exemplos de termos do calão presentes em romances e que nessa linguagem designam partes do corpo humano:

bandulho (*Gentio*, p. 61) — barriga, estômago: «— p'ra que aferrolhas o dinheiro que o teu pai te dá, todas as semanas? É p'r'ó meteres no *bandulho* dos mecos com quem andas?»

bestunto (*Batalha*, p. 18) — cabeça: «E veio-lhe ao *bestunto* que devia tratar por lá da história dos antigos portugueses»;

búzera (*Terras*, p. 206) — estômago: «— É!... ou uma pratada de bacalhau a pesar na *búzera*...»;

cascadura (*Batalha*, p. 313) — cabeça: «Safaça-lhe o pau das unhas e rachara-lhe a *cascadura*»;

gâmbias (*Batalha*, p. 275) — pernas;

gasnete (*Batalha*, p. 237) — garganta: «E atirou-se ao *gasnete* do Rebocho»;

gorgomilos (*Batalha*, p. 134) — garganta: «Essa apreensão serravalhes por vezes os *gorgomilos* como unhas de ferro dos saltadores»;

grimpa (*Calcanhar*, p. 23) — cabeça: «Teve de ir desencantar um punhado de lascas de bacalhau, desse de lastro, capaz de pôr securas na *grimpa* de um finado»;

mandamentos (cinco) (*Terras*, p. 62) — dedos: «O João bispo com o laço em punho, buscava jeito de lhe deitar ao pescoço os cinco *mandamentos*»;

morca (*Terras*, p. 195) — estômago: «E ele trazia-a nas palminhas das mãos, limpa e escarolada, *morca* farta e do melhor»;

testo (*Calcanhar*, p. 238) — cabeça;

tibias (*Calcanhar*, p. 158) — pernas: «Vais tu, porque o bicho é de força e o teu tio Augusto já está fraco das *tibias*»;

toutiço (*Batalha*, p. 269) — crâneo: «Encaixilhava-lhe a face e o *toutiço* uma felpa branca de carneiro velho».

E. Linguagem arcaica

Entre outros meios lexicais usados pelos autores que provocam efeitos estilísticos de feição popular distingo também termos que, embora ainda registados em dicionários do nosso tempo, não parecem já fazer

parte do inventário lexical português comum actual. Serão expressões e vocábulos antigos ⁽¹⁴⁾.

É sabido que na linguagem popular subsistem expressões e vocábulos antigos que já não ocorrem em outras variedades de linguagem, e nomeadamente na linguagem comum.

Pelo que diz respeito aos vocábulos que de momento quero comentar, também não farão parte da linguagem popular contemporânea dos romances. Os seus efeitos popularizantes implicam uma utilização eficaz, num contexto tal que leve o leitor a associar o aspecto estranho, não normal, dessas formas à linguagem popular que é reconhecidamente uma linguagem conservadora.

Aquilino Ribeiro neste domínio, como em outros, é um manuseador muito hábil e sabedor dos materiais linguísticos.

Dou de seguida alguns exemplos de vocabulário e expressões da linguagem antiga que usou e que provocam efeitos estilísticos popularizantes:

1. Substantivos

agros (Terras, p. 17) — campos: «E vendia o cerrado, onde ao abrigo do vento galego, papa-feijões, nunca perigaram os *agros*»;

aleivosia (Terras, p. 30) — calúnia, desonestidade: «Já Rosa se exaltou com a *aleivosia*, deitando palpites sobre o roubo e chorando como uma madalena»;

arte (Terras, p. 60) — técnica, habilidade: «Para a rapina dava-lhe Demo *arte*»;

azo (Terras, p. 62) — ocasião, oportunidade: «E ia vendê-las à gente da feira, se era *azo*, quando não, assava-a na terra»;

cola (Terra, p. 25) — cauda, extremo de uma fila de pessoas: «As raparigas (...) foram dar volta aos serões. Na *cola* seguia o descante»;

entremez (Terras, p. 23) — festa, brincadeira: «As moças mais correntonas fragavam com eles, e o *entremez* via apontar as Três Marias no céu»;

mofina (Batalha, p. 268) — infelicidade, desgraça: «Os outros, aquele Passafome com fâcies tão hirsuta e encarquilhada que dir-se-ia a caricatura da *mofina*»;

(14) Cf. M. Rodrigues LAPA, *Estilística da língua portuguesa*, 9.ª edição, Lisboa, 1977, pp. 55-59.

- nojo* (*Batalha*, p. 24) — pesar: «Tornou a dizer o Mira para o arrais, imóvel no castelo da popa, invadido também do *nojo* da morte»;
- passo* (*Terras*, p. 320) — contecimento: «Quer vomecê que eu lhe conte um *passo* que deu brado, tia Teresa?»;
- provedoria* (*Terras*, p. 67) — interferência, acção a favor de: «Graça à sua *provedoria*, Rosa e Florinda acabaram por sair de mãos enxutas»;
- sazão* (*Batalha*, p. 17) — época: «O passaredo que esvoaçava basto pelas ramas, pois era a *sazão* dos ninhos»;
- valimento* (*Terras*, p. 63): «Suspendera-se-lhe a crecença mas medrara-lhe a maldade, por *valimento* do Demo»;
- vezo* (*Terras*, p. 86) — vício: «O João Bispo ia para a vida marota, que também ele tinha o *vezo* dos serões»;
- viso* (*Terras*, p. 29) — aparência, cara: «Por trás dele, de com *viso* de incrédulos, os dois almocreves cochichavam».

2. Formas verbais extraídas de *Terras do Demo*

- aprouve* (p. 24) — agradou: «Tudo tem um fim e tal *aprouve* à malukeira da sua desonra»;
- demandava* (p. 24) — procurava: «quem caísse uma vez na sua estalagem não *demandava* outra»;
- faleceu-lhe* (p. 133) — faltou-lhe: «Florinda fez-lhe uma sopa de unto bem migada, mas *faleceu-lhe* o ânimo para a acabar»;
- pousavam* (p. 66) — ficar durante algum tempo num lugar: «Outras [mulheres] (...) *pousavam* ali»;
- sisar* (p. 210) — cismar: «Ela andou por aqui a *sisar*?»;
- tanger* (p. 210) — tocar em, bater: «Para pouco mais servia que *tanger* as badanas pelo monte»;
- vedava* (p. 20) — proibia: «Mas a caminhante enfadado, gente das tendas, pobres de Cristo, não *vedava* ela a quentura do palheiro»;
- volver* (p. 58) — voltar: «As rolas *volviam* a arrulhar na coruta dos pinheiros».

3. Além de substantivos e de verbos, nos romances aparecem também certas expressões de feição arcaica como as que se sublinham nas citações seguintes: «Na volta, [da igreja] toparam trincheiras armadas à entrada do lugar: um fita carmesim lés a lés do caminho, a cujas pon-

tas pegavam Glòrinhas, toda formosa em cabelo e corpo bem feito, e a Zefa do Alonso, ainda que casada, *por ser moça louçã e amiga de folgar*» (*Terras*, p. 76);

«Mas fora o brinquinho do Sr. Inácio Mioma — *homem de prol e agrónomo*» (*Terras*, p. 70);

«— Temos de esperar. Se em cinco minutos não houver melhoras, repete-se a reza e assim quantas vezes se *houver mister*» (*Calcanhar*, p. 143);

«Entre o rio fundo e a muralha alta, quase a fechar a ponte musgosa de D. Dinis, vê-se à *guisa de oratório*, (...) uma capelinha branca» (*Maria Mim*, p. 146);

«Todos queriam ser os primeiros a salvar-se, mas como a escada, improvisada com dois troncos de pinho e pedaços de ramos verdes *em guisa de banzos* fosse estreita (...) não conseguiam firmar pé» (*Batalha*, p. 220).

F. Textos de literatura regional e popular: canções sacras e profanas, orações, romances

Ao enunciarem-se os elementos que estruturam nos romances uma ambiência de características regionalistas e populares, não podem ser esquecidas as canções, de alusão religiosa ou profana, as rezas, e até trechos do romanceiro popular que contém. Por exemplo, na obra minhota de Hugo Rocha encontram-se quadras à Senhora do Sameiro (pp. 125-126), canções populares de temática amorosa (pp. 139-182), trovas de desgarrada (pp. 186-189) e uma reza popular que invoca a protecção da Virgem Maria (pp. 220-221). Em *Ressurreição dos mortos* figuram várias composições de conteúdo religioso, quadras de um auto de Natal (pp. 194-197), oração ao Anjo Custódio (p. 283), rezas para tirar o quebranto (p. 281) e esconjurar o espíritos malignos (p. 311). Em *Terras do Demo* vemos uma oração para afugentar a trovoada (p. 58), um breve esconjuro para afastar o mau olhado (p. 146), trovas à Senhora da Lapa (pp. 278, 305, 308, 312), e várias «tonilhos» ou estrofes. Além disso, há um trecho do romance popular *Filomena* (p. 22). Em *Calcanhar do mundo* sobressaem as quadras de uma desgarrada (pp. 114-118). Em *A batalha sem fim*, o autor inclui composições de paródia à volta do tema do vinho (p. 32 e pp. 321-322). Quanto aos romances do sul, a contrastar com os de Manuel Ribeiro, *Sotavento* contém várias quadras do cancioneiro popular alentejano (pp. 327-328) e algarvio (pp. 252-253, 275).

Manuel António Ribeiro, em *Por entre fragedos*, fez acompanhar a letra de algumas das canções registadas pela música com que as ouvira entoar. A perspectiva do autor trasmontano é, perante as próprias canções, prevalentemente documental, numa aparente secundarização do bom efeito literário da sua atitude, que não tem par entre os escritores. É que mesmo quando as canções reproduzem aspectos fónicos das linguagens regionais, como sucede nos casos de Aquilino Ribeiro e mais amplamente no de Hugo Rocha, elas são sobretudo utilizadas como recurso estilístico, a evocar o meio social e cultural local. Os versos, as frases rimadas colocam a região perante o leitor de forma mais imediata do que longos períodos de frases descritivas. Esses textos não se limitam a dizer como é que o povo canta e reza, são já — de facto, ou como tal mostrados —, o que o próprio povo canta e reza. Quem lê, ao deparar-se-lhe o texto ilustrado pelos versos das trovas regionais e populares, tem a sensação de tocar de muito perto a realidade local.

Este emprego estilístico das canções e rezas é indiciado pela transcrição parcial de várias delas, observada em algumas obras. De resto, pode pensar-se que em um ou outro caso são fruto de criação, ou pelo menos de estilização dos escritores ⁽¹⁵⁾.

(15) A versão de *Filomena*, no trecho que está registado em *Terras do Demo*, é bastante diferente da que ouvi no cenário da acção a uma mulher de setenta anos. Atendendo, porém, a que deste romance são conhecidas numerosas versões, não é forçoso concluir que Aquilino tenha alterado, pelo menos extensamente, o texto local. Reproduzo uma e outra lição, que não coincidem totalmente com nenhuma das variantes coligidas por Leite de Vasconcelos no seu *Romanceiro português*, I, pp. 447-459.

Variante de *Terras do Demo*

«Anda cá, ó soldadinho,
Vens em bô ocasião.
Meu marido não 'stá cá
Foi para Monte Marão.

Oxalá que cá não torne,
Botesmo-lhe a maldição:
— Ó corvos picai-lhe os olhos
E arrincai-lhe o coração!

Palavras que não eram ditas.
Homem à porta a bater:
— Tu que tens, ó Felomena
Que estás tu a empalecer?!»

Variante ouvida em Vila Nova de Paiva (Trecho)

«Anda cá ó soldadinho
Vens em bô ocasião,
Meu marido não está
Está p'ró Senhor d'Aflicção.

Estavam nesta conversa
O marido a chegar;
— Espera aí ó Filomena
Que tens que combersar?

Que tens tu ó Filomena
Que estás mudada de cor?
Ou estás tomada do binho
Ou tu tens outro amor.»

G. Alcunhas

A par de outros apelativos, os autores regionalistas atribuíram alcunhas a algumas das suas personagens. Alguns fizeram-no com parcimónia, como sucedeu com Hugo Rocha, Manuel Ribeiro e Sousa Costa. Nos seus romances sobressaem alcunhas como: em *Gentio branco*, *Rita Porca*; em *Ressurreição dos mortos*, *Peludo*, *Toninhas*, *Carriço* e *Pinguinhas*; em *Filhas do pecado*, *Zé da Fome*, *Zé Vadio*, *Cândida Coruja*. Aquilino Ribeiro, neste como em tantos outros domínios, não se impôs restrições. Assim, em *Terras do Demo* encontramos, entre várias outras, as seguintes alcunhas: *Zabana*, *Bispo*, *Birra*, *Espadagão*, *Javardo*, *Maneto*, *Safadinho*, *Naváinho*, *Neve-Ladros*, *Pata-Larga*. Em *Batalha sem fim* deu a personagens marítimas as de: *Lavagante*, *Savelheiro* e também *Passa-fome*. Nuno de Montemor, em *Maria Mim*, além de informar no final do romance acerca das alcunhas quadrazinhas, atribuiu a personagens algumas delas, como: *Baldo*, *Cheravilha*, *Chibinho*, *Erre*, *Lareia*, *Pericho*.

Por esta via lograram os autores alcançar efeitos estilísticos popularizantes e regionalistas muito notórios, e não apenas efeitos de pitoresco. Ao mesmo tempo que identificam as personagens, em muitos casos mais do que os antropónimos, assinalam de modo evidente a condição rústica daqueles a quem se aplicam. Expressivas muitas delas pela própria configuração fónica, são também quase sempre, pela sua semântica, sinais directos de que os indivíduos que as recebem pertencem a um mundo à parte da cidade, a um espaço social e linguístico que ignora o formalismo no comportamento, nos modos de falar e particularmente nos modos linguísticos do interrelacionamento⁽¹⁶⁾.

H. Antropónimos

Nos romances regionalistas, a par de antropónimos idênticos aos que são vulgares em qualquer meio, avultam, na denominação das figuras rústicas aldeãs, alguns outros que têm sido mais frequentemente ouvidos nos meios rústicos.

(16) Sobre alcunhas em Português, ver bibliografia referida por Maria José de Moura Santos, em *Os estudos de linguística românica em Portugal de 1945 a 1960*. Coimbra, 1966, pp. 89 e 102.

Estão nesse caso antropónimos que encontramos em *Terras do Demo*, por exemplo. Neste romance, são dados a figuras beirãs femininas os seguintes nomes: *Águeda, Anastásia, Custódia, Florinda, Glòrinhas, Rosalina, Teresa Fortunata*. Para figuras masculinas vemos: *Aniceto, Clementino, Engrácio, Francisco Gaudêncio, Luís Alonso, Manuel Cardiga, Narciso*. Em *Batalha sem fim* há mulheres que se chamam *Domingas, Josefa, Zefa*, e homens *Barnabé, Lázaro, Brás, Remigio, Tristão*.

Parece evidente que tais nomes não foram aplicados ao acaso. Impensados não são também outros designativos presentes nas obras de Aquilino, como *Guiomar do André, Zé da Claudina, Zé da Narcisa e Zefa do Alonso*, formados pela associação do prenome masculino a prenome feminino. É sabido que em muitas aldeias do nosso país tem havido o costume de identificar as pessoas pelo prenome próprio, a que se junta o prenome de pai e mãe, ou do cônjuge⁽¹⁷⁾.

Ao escolherem os nomes que se referiram, Aquilino Ribeiro e demais autores que tiveram a este respeito prática idêntica, conseguiram que funcionassem, entre outros elementos, como uma nota assinaladora da rusticidade que queriam retratar, capaz de conferir verosimilhança e cor local aos perfis humanos a que se aplicam.

I. Topónimos

As obras em estudo apresentam grande número de topónimos que referenciam o local de acção. A este respeito, apenas Barros Ferreira diverge do que é visivelmente uma característica marcante da literatura regionalista. São anotados os nomes de localidades mais importantes, como cidades e vilas, e ao lado destas, em alguns casos muito abundantemente, os nomes de lugarejos, de montes, de rios e ribeiras, de sítios perdidos entre serras, de terrenos de cultivo.

Assim, *Resurreição dos Mortos e Filhas do pecado*, quanto a nomes de povoações referem: *Campelos, Ervedosa, Lobrigos, Provezende, Sabrosa, São João da Pesqueira, Trevões, Vidigal, Vilarouco*; quanto a lugares junto do Douro — cabeços, matas, «pontos»: *Abelheira, Abrulha, Altar, Andorinhas, Cachucha, Cango, Carinho, Cidrô, Curvaceira, Ermo, Estuarda, Extremadouro, Gadanha, Garrida, Pelão, Vale de Açor, Vale*

(17) Cf. Manuel de Paiva BOLEO, *Os matronímicos nos apelidos populares portugueses*. Lisboa, 1953.

de *Carvalho*; quanto a quintas: *Alegria, Arciprestes, Azenha, Boa-Vista, Cachão, Carrêlo, Carvalhas, Castelinho, Chancelheiros, Chousa, Eira-Velha, Fraga, Freixo, Foz, Gouvães, Junco, Lodeiro, Milreu, Noval, Roriz, Roncão, Seixo, Sobreira, Vale de Mendiz, Valeira, Ventozelo*; a ribeiros: *Fontelas, Freixomil, Gregoria, Vergadas*.

Em *Terras do Demo*, encontramos os seguintes nomes de aldeias e outros sítios: *Aldeia de Nacomba, Albais, Alvite, Ariz, Barrelas, Cabeço da Ponte, Caria, Concelha, Corga, Forca, Forles, Frágoas, Granjal, Lamosa, Lousadela, Mondim, Peravelha, Quintela, S. Martinho, Segões, Sendim, Seitosa, Teixeira, Vide, Vila-Cova-a-Coelheira*. O escritor lembra também o nome das serras que enquadram o palco de acção: *Caramulo, Estrela, Lapa, Montemuro, Nave*.

No caso dos topónimos, o contributo para a constituição de uma coloração regionalista e popularizante decorre do registo frequente. Os nomes que surgem a todo o passo, evocam directamente a região, reconstituem-na minuciosamente perante o leitor.

CONCLUSÕES

No momento de concluir este estudo, recordarei que foi desenvolvido com o objectivo de trazer informações acerca da presença das realidades regionais e especialmente das linguagens locais em romances que, como declaram ou demonstram os autores, visam exaltar alguma região de Portugal.

Em breve síntese do que antes ficou dito, poderei afirmar que os romances distinguidos e estudados fixam e descrevem modos de ser e viver de populações de várias províncias portuguesas, apresentando-as no trabalho, na diversão e na observância de costumes antigos. Também dão notícia e, por assim dizer, a fotografia de muitas terras do Norte ao Sul do país. Assim, *Maria dos Tojos*, de Barros Ferreira, e *Maria Mim*, de Nuno de Montemor, evocam a vida dos contrabandistas castro-laborenses e quadrazinhos nas zonas fronteiriças minhota e beirã. *Ressurreição do mortos* e *As filhas do pecado*, de Sousa Costa, reconstituem a região duriense na sua fisionomia física e social, tal como era na segunda metade do século passado, no tempo em que a praga da filoxera a transformou em terra de catástrofe. *Por entre fraguedos*, de Manuel António Ribeiro, constitui um documento valioso dos costumes trasmontanos e em particular das gentes e dos sítios mirandelenses. *Gentio branco*, de Hugo Rocha, e *Terras do Demo*, de Aquilino Ribeiro, desvendam perante o leitor os meios rurais, respectivamente, do Baixo Minho e da Beira serrana. Com relance e convencimento diverso fazem-no também *Calcanhar do mundo*, de Vergílio Godinho, relativamente a uma zona interior da Beira Baixa, e *A planície heróica e Sarça ardente*, de Manuel Ribeiro, em relação ao Baixo Alentejo. *Sotavento*, outra obra estudada de Hugo Rocha, dá de tal forma indicações minuciosas sobre a zona algarvia de que recebe o título, que poderá servir de roteiro

a quem vá de fora para visitá-la e conhecê-la bem. *A batalha sem fim* distingue-se no conjunto de romances analisados, e também entre as demais criações aquilínianas, por trazer a público o retrato de uma comunidade de pescadores e do quadro natural onde estes laboram, a Praia de Pedrógão, próxima de Leiria.

No que diz respeito à apresentação das linguagens das localidades que os romances revelam e homenageiam, manifesta-se uma grande diversidade de atitudes, tanto quanto à extensão, como quanto à espécie de particularidades registadas. Para resumir o que a este propósito se verifica retomo as expressões «linguagem regional», a designar os factos linguísticos exclusivos ou típicos de alguma zona, e «linguagem popular», a referir os factos linguísticos observados na fala das pessoas iletradas de qualquer região do país.

Nos romances *Maria dos Tojos*, *Maria Mim*, *Calcanhar do mundo* foi escassamente acolhido material linguístico regional, limitando-se a poucos vocábulos o que se encontra no conjunto destas três obras. Nas restantes houve um registo mais abundante de particularidades regionais, que foi feito, no entanto, segundo as preferências selectivas dos escritores. Assim, em *Gentio branco* e *Sotavento*, através do discurso das personagens rústicas, foram insistentemente representados os aspectos mais salientes da pronúncia local, mas incluiu-se um número reduzido de vocábulos dialectais. Tratamento inverso de elementos linguísticos regionais foi efectuado nos romances de Aquilino, de Manuel Ribeiro e Sousa Costa, onde avultam factos lexicais sobre factos fónicos, tanto no discurso das personagens rústicas, como no do narrador.

As diferentes opções assumidas para com as particularidades regionais têm que ver com a importância e as funções diversas que os escritores atribuíram às próprias linguagens locais. Como se viu, Hugo Rocha, ao explicar as grafias anómalas de *Gentio branco*, afirmou que pretendeu que a fala das suas personagens rústicas estivesse o mais possível conforme com a realidade e por isso caracterizou-a de acordo com o que ouviu na região celebrada, no que concerne ao aspecto fónico e morfológico também. Quanto ao léxico local utilizou-o minimamente, porque mais importante do que reproduzir o real se lhe afigurou não prejudicar a leitura e compreensão dos leitores que, não sendo naturais da zona focada, desconheciam os termos dela exclusivos. Para Aquilino Ribeiro, o emprego dos materiais linguísticos facultados pela Beira, tinha um alcance que ultrapassava a possibilidade de apresentar a fala das personagens rurais em conformidade com a das pessoas reais que as tinham inspirado, e também a produção de cor local e o cumprimento de ditames

da escola regionalista. Com tais meios, segundo deixou afirmado em vários textos, Aquilino visava conseguir uma linguagem enriquecida de novas virtualidades expressivas e de novas sonoridades. Tendo em mira tal objectivo, a reprodução de «corruptelas» fónicas parecia-lhe inútil e eram os recursos lexicais, os modismos, os processos estilísticos da fala da sua província natal, que se lhe revelavam interessantes. É certo que por essa via as suas obras em muitos trechos se arriscaram a uma compreensão difícil, ou mesmo impossível. Aquilino teve sem dúvida consciência do facto, mas não quis, ou não conseguiu eximir-se a tal consequência.

Nesta questão das diferentes utilizações de factos linguísticos regionais, não terá sido irrelevante o facto de os autores terem tido diversos relacionamentos com as linguagens locais. Nos casos de Aquilino Ribeiro e Manuel — autores para quem os falares da Beira serrana e do Baixo Alentejo constituíram expressão materna —, seria mais fácil moderar a tendência para a caracterização das figuras aldeãs, e até para uma certa exploração de efeitos pitorescos, através do registo de traços fónicos, e por outro lado haveria maior possibilidade de aproveitamento literário do léxico.

Quanto a factos linguísticos populares, a sua utilização nos romances estudados é também diversificada. Em alguns, como *Maria Mim e Calcanhar do mundo*, predominam claramente sobre factos da linguagem regional. Nestas obras, os traços fónicos populares, tal como os traços fónicos regionais, são raros, ao passo que em *Gentio branco* e *Sotavento* são abundantes. Nas obras de Aquilino Ribeiro e Manuel Ribeiro o léxico, os modismos e as particularidades sintácticas da linguagem popular ocorrem não só no discurso das personagens rústicas, como também no discurso do narrador.

A par de uma nítida moderação no registo de alguns dos factos integrantes das linguagens locais, como de factos fónicos regionais, visível nas obras de Aquilino, e de factos lexicais regionais, nos romances de Hugo Rocha, declara-se em algumas obras tendência inversa, que consiste na utilização excessiva de particularidades populares e regionais. Tomando em conta o que a este respeito se verifica, e também o registo seleccionado de particularidades, segundo as perspectivas de cada autor, conclui-se que os romances estudados revelam aspectos das linguagens locais, mas não as reproduzem integralmente, nem por vezes com grande fidelidade.

Quer no discurso dos narradores, quer mesmo no das personagens, a linguagem das obras surge frequentemente como uma linguagem com-

posta pelos escritores. Esta constatação impõe-se quando se comparam, por um lado, obras localizadas na mesma província e de autoria diversa, como *Terras do Demo* e *Calcanhar do mundo*, e por outro, obras do mesmo autor, localizadas em zonas diversas, como *Terras do Demo* e *A batalha sem fim*. As primeiras obras, sendo ambas romances da Beira, têm uma caracterização linguística muito diversa; quanto às segundas, apesar de serem, uma da Beira serrana, e outra do litoral, estão plasmadas fundamentalmente na mesma matéria linguística.

Aquilino Ribeiro foi, de resto, o primeiro a reconhecer que não procedeu a uma representação integral das linguagens locais, por exemplo ao afirmar no prefácio de *Andam faunos pelos bosques* (p. 11): «Em verdade, se ser regionalista é ter descrito outra coisa que não Lisboa, não reclamo melhor diploma. Porém, se ser regionalista é dar o meio e a comparsaria na sua modalidade léxica, descer o escritor, despersonalizando-se, à reprodução e não interpretação, só me convém o título, para duas ou três centenas de páginas de meia dúzia de livros que escrevi».

Ora, interpretação, e também estilização, são termos que podem ser usados a propósito do comportamento linguístico dos autores nos romances estudados. Para fixarem a imagem da personalidade e da expressão de populações das províncias, registaram particularidades dialectais, mas além disso socorreram-se, como se viu, de outros meios, explorados por exemplo na linguagem comum, na linguagem familiar, no calão e na linguagem arcaica.

Apesar de limitações, de interferências dos autores e até de desvirtuamentos, é inegável que as regiões e as suas linguagens se revelam nos romances estudados, embora se manifestem com força diferente de escritor para escritor e até de obra para obra de um mesmo escritor. Portanto, estes romances não só pelos desideratos dos seus autores, mas também pelas suas características ligadas à revelação de uma localidade ou região, podem ser considerados regionalistas.

É de sublinhar que estas obras, pelo que fixaram das populações e dos lugares, se revestem de um interesse e de um valor documental já hoje muito evidentes, quando estão decorridas sobre a sua publicação algumas décadas que trouxeram às províncias a perda de muitas das suas características peculiares. À medida que o tempo for passando e a despersonalização regional se acentuar, a dimensão documental destes romances, cada vez mais notória, será de certo um dos motivos instigadores da sua leitura.

BIBLIOGRAFIA

1. Romances regionalistas estudados:

Observação: Indicam-se as edições utilizadas. Nos casos em que os romances tiveram várias edições, analisou-se o texto das últimas publicadas até à data em que se iniciou a revisão e reformulação da dissertação que está na base deste trabalho.

COSTA, Sousa, *As filhas do pecado*. 2.^a ed., 4.^o milhar, Porto, Editorial Alice Félix & C.^a Ld.^a, 1955, 354 pp.

COSTA, Sousa, *Ressurreição dos mortos*. 3.^a ed., 6.^o milhar, Porto, Editorial Alice Félix & C.^a Ld.^a, 1955, 367 pp.

FERREIRA, Barros, *Maria dos Tojos*. Porto, Editora Educação Nacional, 1938.

GODINHO, Vergílio, *Calcanhar do mundo*. 4.^a ed., Lisboa, Portugalia Editora, s. d., 323 pp.

MONTEMOR, Nuno de, *Maria Mim*. 3.^a ed., Lisboa, União Gráfica, s. d.

RIBEIRO, Aquilino, *A batalha sem fim*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1972, 352 pp.

RIBEIRO, Aquilino, *Terras do Demo*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1963, 356 pp.

RIBEIRO, Manuel António, *Por entre fraguados. Romance de costumes trasmontanos*, 1.^a ed., Vila Nova de Famalicão, Tipografia «Minerva», 1941, 328 pp.

RIBEIRO, Manuel, *A planície heróica*. Nova edição, Lisboa, Guimarães & C.^a, s. d., 295 pp.

RIBEIRO, Manuel, *Sarça ardente. Crónica sentimental dum amorudo*. Lisboa, Guimarães & C.^a, s. d.

ROCHA, Hugo, *Gentio branco*. Porto, Civilização, 1943, 294 pp.

ROCHA, Hugo, *Sotavento*, Porto, Editorial Domingos Barreira, s. d. [1949], 286 pp.

2. Obras literárias consultadas para elaboração do «Capítulo I»

— O *Regionalismo* na literatura portuguesa:

ALMEIDA, Fialho de, *A esquina*. 7.^a ed., Lisboa, Livraria Clássica, 1960.

ALMEIDA, Fialho de, *O país das uvas*. 5.^a ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1920.

BERNARDES, Diogo, *O Lima. I — Éclogas. II — Cartas*. Lisboa, Empresa do «Diário de Notícias», 1923, 2 vols.

- BERNARDES, Diogo, *Obras completas*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945-1946, 3 vols.
- BRANCO, Camilo Castelo, Ver: CASTELO BRANCO, Camilo ...
- CAMACHO, Brito, *Gente rústica*. Lisboa (1921 ?).
- CAMACHO, Brito, *Gente vária*. Lisboa, s.d.
- CAMACHO, Brito, *Quadros alentejanos*. Lisboa, 1925.
- CASTELO BRANCO, Camilo, *A brasileira de Prazins. Cenas do Minho*. Edição conforme a 1.ª, revista pelo autor. Porto, Lello & Irmão, s.d.
- CASTELO BRANCO, Camilo, *Os brilhantes do brasileiro*. 8.ª ed., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Ld.ª, 1965.
- CASTELO BRANCO, Camilo, *Cenas da Foz*. 8.ª ed., Lisboa, 1958.
- CASTELO BRANCO, Camilo, *O demónio do ouro*. 6.ª ed., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Ld.ª, 1970, 2 vols.
- CASTELO BRANCO, Camilo, *Mistérios de Fafe*. 8.ª ed., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Ld.ª, 1969.
- CASTELO BRANCO, Camilo, *Novelas do Minho*. 7.ª ed., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Ld.ª, 1965, 3 vols. Com «Nota preliminar» de J. do Prado Coelho.
- CASTELO BRANCO, Camilo, *O Senhor do Paço de Ninães*. 8.ª ed., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Ld.ª, 1966.
- COELHO, Trindade, *Os meus amores*. 14.ª ed., Lisboa, Portugália Editora, 1962.
- COELHO, Trindade, *O senhor sete*. Lisboa, Portugália Editora, 1961.
- CORREIA, João de Araújo, *Contos bárbaros*. Régua, Imprensa do Douro, 1939.
- CORREIA, João de Araújo, *Contos durienses*. Régua, Imprensa do Douro, 1941.
- CORTÊS, Alfredo, *Saías*. Peça em 3 actos. Lisboa, 1938.
- CORTÊS, Alfredo, *Tá-Mar*. Peça em 3 actos. Lisboa, Imprensa Lucas & C.ª, 1936.
- COSTA, D. António da, *No Minho*. 3.ª ed., Porto, Ed. Educação Nacional, 1936.
- COSTA, Sousa, *Dramas da Serra*. Novelas. Lisboa, s.d.
- CUNHA, Rodrigues, *Luz na montanha*. Lisboa, União Gráfica, 1960.
- CUNHA, Rodrigues, *A moleirinha das Fragas*. Lisboa, União Gráfica, 1956.
- DINIS, Júlio, *A Morgadinha dos Canaviais*. Porto, 1952.
- DINIS, Júlio, *As pupilas do Senhor Reitor. Crónica de aldeia*. 2.ª ed. revista pelo autor. Porto, 1868.
- FERREIRA, António, *Limianas*. Porto, 1934.
- FERREIRA, António, *Poemas lusitanos*. 2.ª ed., vol. I, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1957. Com prefácio e notas do Prof. Marques Braga.
- FONSECA, Tomás da, *Filha de Labão*. Lisboa, 1951.
- GAIO, António da Silva, *Mário*. Nova ed., Porto, Figueirinhas, s.d.
- GAMA, Arnaldo, *O Sargento-Mor de Vilar. Episódios da invasão dos franceses em 1809*. 2.ª ed., revista, Porto, 1885.
- GAMA, Arnaldo, *Verdades e ficções*. Porto, 1859, 2 vols.
- GARRETT, Almeida, *Romanceiro*, vol. II, Lisboa, 1863.
- GARRETT, Almeida, *Viagens na minha terra*. Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1966.
- GOMES, Teixeira, *Gente singular*. 2.ª ed., Lisboa, 1931.
- GUIMARÃES, Delfim, *O rosquedo*. (*Cenas de vida da provincia — Ponte de Lima, Minho*). 2.ª ed., Lisboa, Guimarães, 1912.
- HERCULANO, Alexandre, *Lendas e narrativas*. 27.ª ed., Lisboa, Bertrand, s.d., 2 tomos.
- LAPLAIRE, Hugues, *Ames berrichones*. Paris, Bloud & Cie., 1910.

- LOBO, Rodrigues, *Eclogas*. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1964.
- LOBO, Rodrigues, *Poesias*. 3.^a ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1968. Com Prefácio de Afonso Lopes Vieira.
- MACHADO, Montalvão, *O Arcipreste de Barroso*. 2.^a ed., Porto, J. R. Gonçalves, 1959.
- MACHADO, Montalvão, *A louca de Valpaços*. Porto, Livraria Lello & Irmão, 1940.
- MACHADO, Montalvão, *A Morgadinha de Freixeda*.
- MAIA, Samuel, *Mudança de ares*. 2.^a ed., 4.^o milhar, Lisboa, s. d.
- MAIA, Samuel, *Sexo forte*, 1917.
- MATTOS, Alexandre de, *Trás-os-Montes, Terra Nostra*. Lisboa, 1941.
- MIRANDA, Francisco Sá de, *Obras completas*. 3.^a ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1960, 2 vols.
- MISTRAL, Frédéric, *Calendal*. Paris, 1930.
- MISTRAL, Frédéric, *Mireille*. Paris, 1913.
- MOURINHO, António Maria, *Nossa alma i nossa tierra*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1961.
- NAMORA, Fernando, *O trigo e o joio*. 5.^a ed., Lisboa, Publicações Europa-América, 1965.
- OLIVEIRA, Alberto de, *Palavras loucas*. Coimbra, França Amado, 1894.
- OLIVEIRA, Alberto de, *Pombos correios*. Coimbra, 1913.
- OLIVEIRA, Alberto de, *Vida, poesia e morte*. Lisboa, 1926.
- ORTIGÃO, Ramalho, *As farpas*. Tomo I, Lisboa, Liv. Clássica Ed., 1971.
- PAGANINO, Rodrigo, *Os contos do Tio Joaquim*. 3.^a ed., Lisboa, 1900.
- PASCOAIS, Teixeira de, *Arte de ser português*. Porto-Rio de Janeiro, 2.^a ed., 1920.
- QUEIRÓS, Teixeira de, *António Fogueira. Comédia do campo. (Cenas do Minho)*. David Corazzi, 1882.
- QUEIRÓS, Teixeira de, *A cantadeira. Comédia do campo*. Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Ld.^a, 1913.
- RAPOSO, Hipólito, *Areias de Portugal*. Porto, 1935.
- RAPOSO, Hipólito, *O berço*. Lisboa, s. d. [1928].
- RAPOSO, Hipólito, *Boa gente*. Coimbra, 1911.
- REDOL, Alves, *Avieiros* (nova versão). Lisboa, Publicações Europa-América, 1968.
- REDOL, Alves, *Fanga*. 6.^a ed., Lisboa, Portugalíia Editora, 1963.
- REDOL, Alves, *Gaibéus*. 6.^a ed., refundida. Lisboa, Publicações Europa-América, 1965.
- REDOL, Alves, *Porto Manso*. 3.^a ed., Lisboa, Publicações Europa-América, 1979.
- RIBEIRO, Aquilino, *Abóboras no telhado*. Lisboa, Bertrand, 1963.
- RIBEIRO, Aquilino, *Aldeia. Terra, gente e bichos*. Lisboa, Bertrand, s. d.
- RIBEIRO, Aquilino, *Andam faunos pelos bosques*. Lisboa, Bertrand, 1962.
- RIBEIRO, Aquilino, *As três mulheres de Sansão*. Lisboa, Bertrand, 1972.
- RIBEIRO, Aquilino, *Arcas encoiradas*. Lisboa, Bertrand, 1962.
- RIBEIRO, Aquilino, *Aventura maravilhosa de D. Sebastião Rei de Portugal depois da batalha com o Miramolim*. Lisboa, Bertrand, 1936.
- RIBEIRO, Aquilino, *Geografia sentimental. História, paisagem, folclore*. Lisboa, Bertrand, 1931.
- RIBEIRO, Aquilino, *O homem da Nave*. Lisboa, Bertrand, 1961.
- RIBEIRO, Aquilino, *Jardim das tormentas*. Lisboa, Bertrand, 1961.

- RIBEIRO, Aquilino, *O Malbadinhas. Mina de diamantes*. Lisboa, Bertrand, 1974.
- RIBEIRO, Aquilino, *Mónica*. Lisboa, Bertrand, 1961.
- RIBEIRO, Aquilino, *O servo de Deus e a casa roubada*. Lisboa, Bertrand, 1967.
- RIBEIRO, Aquilino, *A via sinuosa*. Lisboa, Bertrand, 1960.
- RIBEIRO, Bernardim, *Éclogas*. Lisboa, 1923. Anotadas por Marques Braga.
- RIBEIRO, Bernardim, *Obras completas*. 2.^a ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1959.
- RIBEIRO, Tomás, *D. Jaime*. Porto, Lello & Irmão, s.d. [Coleção Lusitânia].
- SARDINHA, António, *A epopeia da planície. Poemas da terra e do sangue*. Lisboa, Editorial Restauração, 1960.
- SANTOS, Luís António, *Barlavento. (Histórias do Algarve)*. Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, s.d.
- SÊVES, António de, *Leomil*. Lisboa, 1921.
- SILVA, Antunes da, *Alentejo é sangue*. Lisboa, Portugalia Editora, 1966.
- SILVA, Antunes da, *Terra do nosso pão*. Lisboa, Portugalia Editora, 1964.
- TORGA, Miguel, *Contos da montanha*. 5.^a ed., aum. e revista. Coimbra, 1976.
- TORGA, Miguel, *Mar*. Poema dramático em três actos. 2.^a ed. refundida, Coimbra, 1958.
- TORGA, Miguel, *Novos contos da montanha*. 6.^a ed., Coimbra, 1975.
- TORGA, Miguel, *Terra firme*. Drama em três actos, 3.^a ed. refundida, Coimbra, 1960.
- TORGA, Miguel, *Vindima*. 4.^a ed. revista, Coimbra, 1971.
- VICENTE, Gil, *Obras completas*. Coordenação do texto, introdução, notas e glossário do Doutor Alvaro Júlio da Costa Pimpão. Edição ilustrada. Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1956; Nova edição, revista, Porto, Livraria Civilização Editora, 1962.
- VIEIRA, Afonso Lopes, Prefácio das *Poesias* de Rodrigues Lobo, ed. da Liv. Sá da Costa.

3. Documentação linguística:

- ALVARENGA, Aida Sá Viana d', *Algumas designações da cabeça humana na linguagem popular e no calão*. In *Boletim de Filologia*, tomo XIII, 1952, pp. 257-272.
- AMARAL, Vasco Botelho de, *Aspectos linguísticos, psicológicos e sociais do calão*. In *Revista de Portugal*, Série A, Língua Portuguesa, VII, 1945, pp. 83-86.
- AMARAL, Vasco Botelho de, *Palavras de tratamento*. In *Ocidente*, XXVII, 1945, pp. 95-98.
- AZEREDO, Alvaro de, *Apontamentos sobre a linguagem popular de Baião*. In *Revista Lusitana*, vol. XI, 1908, pp. 181-209.
- AZEVEDO, Celestino Monteiro Soares de, *Ervedosa. Linguagem popular de Ervedosa do Douro*. In *Revista Lusitana*, vol. XXVII, 1928-1929, pp. 86-197.
- BALDINGER, Kurt, *Contribution à une histoire des provincialismes dans la langue française*. In *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXI, n.º 81-82, 1957, pp. 62-85.
- BALDINGER, Kurt, *L'importance du vocabulaire dialectal dans un thesaurus de la langue française*. Sep. de *Lexicologie et lexicographie françaises et romanes*.

- Orientations et exigences actuelles*. Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique. Paris. 1961, pp. 149-176.
- BALLY, Charles. *Traité de stylistique française*, 3.^o ed., Genève et Paris, Librairie Georges et Librairie Klincksieck, 2 vols., 1951.
- BARBOSA, Jorge Morais, *Lingua, dialecto, falar local*. Sep. de *Estudos políticos e sociais*, vol. III, n.^o 3, 1965, pp. 727-739.
- BARREIROS, Fernando Braga, *Vocabulário barrosão*. In *Revista Lusitana*, XX, 1917, pp. 137-161, XXXV, 1937, pp. 239-297.
- BARRETO, Mário, *Novíssimos estudos da língua portuguesa* 2.^a ed., Rio de Janeiro, 1924.
- BASTO, Cláudio, *Falas e tradições do distrito de Viana do Castelo*. In *Revista Lusitana*, vol. XIII, 1910, pp. 72-94; vol. XIV, 1911, pp. 71-102; vol. XVIII, 1914, pp. 55-85.
- BASTO, Cláudio, *Formas de tratamento em português*. In *Revista Lusitana*, vol. XXIX, 1931, pp. 183-202.
- BASTO, Cláudio, *A linguagem dos gestos em Portugal*. In *Revista Lusitana*, vol. XXXVI, 1938, pp. 5-72.
- BAUCHE, Henri, *Le langage populaire*, Paris, Payot, 1929.
- BESSA, Alberto, *A gíria portuguesa. Esboço de um dicionário de calão*. Lisboa, 1940.
- Bibliografia dialectal galego-portuguesa*. Centro de Linguística das Universidade de Lisboa. Lisboa, 1976.
- Biblos*. Revista da Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.
- BOLEÓ, Manuel de Paiva, *Alcuni problemi del paesaggio dialettale portoghese, specialmente della parlata meridionale*. Estratto dal Quaderno N.^o 111. Atti del Convegno Internazionale sul tema: *Gli atlanti linguistici: problemi e risultati* (Roma 20-24 Ottobre 1967). Problemi attuali di scienza e di cultura. Roma, Accademia Nazionale dei Lincei, 1969. — Foi posteriormente incluído na colectânea do autor *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I (Dialectologia e História da Língua), Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1974, tomo I, pp. 399-437.
- BOLEÓ, Manuel de Paiva, *Um caso de falta de concordância do género em francês*. No Suplemento *Letras e Artes* do jornal *Novidades* de 8 de Agosto de 1954.
- BOLEÓ, Manuel de Paiva, *Causas da mudança de género*. No Suplemento *Letras e Artes* do jornal *Novidades* de 5 de Setembro de 1954.
- BOLEÓ, Manuel de Paiva, *Defesa e ilustração da língua*. Sep. de *Biblos*, vol. XIX. Coimbra, Edição da Casa do Castelo, 1944.
- BOLEÓ, Manuel de Paiva, *Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas*. Sep. do *Boletim de Filologia*, tomo XII, 1951, pp. 1-44. Com oito mapas. — Foi posteriormente incluído na colectânea do autor, *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomo I, pp. 185-250.
- BOLEÓ, Manuel de Paiva, *O estudo dos dialectos e fálares portugueses* (Um inquérito linguístico). Coimbra, Coimbra Editora, 1942. — Incluído posteriormente na colectânea do autor já referida, vol. I, tomo I, pp. 1-43.
- BOLEÓ, Manuel de Paiva, *O estudo dos fálares locais*. In *Mensário das Casas do Povo*, ano III, n.^o 28, Outubro de 1948, pp. 3-4. — Incluído na colectânea citada, I, t. I, pp. 123-132.

- BOLEÃO, Manuel de Paiva, *Formas de superlativação em português*. In *Novidades*, 11 de Julho de 1954.
- BOLEÃO, Manuel de Paiva, *O género feminino aumentativo*. No Suplemento *Letras e Artes* do jornal *Novidades* de 22 de Agosto de 1954.
- BOLEÃO, Manuel de Paiva, *Inconsistência do género gramatical*. No Suplemento *Letras e Artes* do jornal *Novidades* de 29 de Agosto de 1954.
- BOLEÃO, Manuel de Paiva, *O interesse científico da linguagem popular*. Sep. da *Revista de Portugal*. Série A — Língua Portuguesa, I, n.º 3, Dezembro de 1942. Lisboa, Editorial Império, 1943. — Incluído na colectânea já referida, vol. I, tomo I, pp. 45-93.
- BOLEÃO, Manuel de Paiva, *O «Mapa dos dialectos e falkares de Portugal Continental»* (com a colaboração de Maria Helena Santos SILVA). Sep. das *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, vol. III (= *Boletim de Filologia*, tomo XX, 1961, fascs. 1-2) 1962, pp. 85-112. — Incluído na colectânea do autor já referida, vol. I, tomo I, pp. 309-352.
- BOLEÃO, Manuel de Paiva, *Os matronímicos nos apelidos populares portugueses*. Sep. da *Revista de Portugal*, vol. XVIII, n.º 113. Lisboa, 1953, 11 pp.
- BOLEÃO, Manuel de Paiva, *A metáfora na língua portuguesa corrente*. Sep. de *Biblos*, XI, Coimbra, 1935, 41 pp.
- BOLEÃO, Manuel de Paiva, *Unidade e variedade da língua portuguesa*. Sep. da *Revista da Faculdade de Letras* de Lisboa, tomo XX, 2.ª série, n.º 1, 1954. Lisboa, 1955, 28 pp. — Incluído posteriormente na colectânea do autor já referida, vol. I, tomo I, pp. 251-287.
- Boletim de Filologia*. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- BRAGA, Franklim, *Quadrazais. Etnografia e linguagem*. Dissertação de licenciatura (inédicta). Lisboa, 1971.
- BRANCO, Alice Ferreira, *Covilã. Contribuição para o estudo da linguagem, etnografia e folclore do concelho*. Dissertação de licenciatura (inédicta). Coimbra, 1966.
- BRUNEAU, Charles, *Patois et dialectes*. In *Revue de Linguistique Romane*, tomo XIX, n.º 75-76, 1955, pp. 165-175.
- CALADO, Adelino de Almeida, *Abegão. Estudo linguístico*. Elvas. (À Sombra do Aqueduto — Estudos Elvenses), 1963.
- CÂMARA, Joaquim Mattoso Jr., *Dicionário de linguística e gramática*. 7.ª ed., Petrópolis, Editora Vozes, 1977.
- CARVALHO, José Gonçalo C. Herculano de, *Calão*. Artigo in *Verbo, Enciclopédia luso-brasileira*, vol. 40, col. 456.
- CARVALHO, José Gonçalo C. Herculano de, *Coisas e palavras. Alguns problemas etnográficos e linguísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica*. Sep. de *Biblos*, vol. XXIX. Coimbra, 1953, 413 pp. e 13 mapas.
- CARVALHO, José Gonçalo C. Herculano, *Coisas e palavras*. In *Estudos Linguísticos*, vol. I, Lisboa, 1964, pp. 79-92. (Resumo em francês do trabalho anterior, publicado primeiramente em *Orbis (Bulletin International de Documentation Linguistique)*, vol. 5, 1956, pp. 516-525, e mais tarde incluído no referido volume).

- CARVALHO, José Gonçalo C. Herculano de. *Inovação e criação na linguagem. A metáfora*. Sep. da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XX. Coimbra, 1962.
- CARVALHO, José Gonçalo C. Herculano de. *Teoria da linguagem. Natureza do fenómeno linguistico e análise das linguas*. Tomo I, reedição, Coimbra, Atlântida Editora, 1970; tomo II, Coimbra, Atlântida Editora, 1973.
- CARVALHO, Maria Armanda da Cunha Albino. *Sto (concelho do distrito de Viseu). Estudo da linguagem, etnografia e folclore das suas freguesias*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1970.
- CARVALHO, Olívio da Costa. *Elementos para um glossário da linguagem da pesca. Monografia dos linguajares das praias da Leirosa e da Costa de Lavos*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1942.
- CASTILHO, Artur. *Vocabulário regional*. In *Revista da Casa Regional da Beira Douro*, ano I, 1952, pp. 21-22, 101-103, 124; ano II, 1953, pp. 45-46, 153-155, 172-174, 20-212, 244-246, 278-280, 345-346, 366-367; ano III, 1954, pp. 13-14, 42-43, 88-89, 118-120, 138-141, 173-175, 201-204, 235-237, 274-276, 311-314, 333-336, 384-387; ano IV, 1955, pp. 3-10, 44-46, 76-79, 112-115, 144-147, 178-181, 203-206, 235-238, 262-264, 307-310, 373-375; ano V, 1956, pp. 40-41, 150, 181-182, 235-236, 265-266, 356, 357.
- CHAVES, Luís. *O barco rabelo do Rio Douro* (Nótula de etnografia). In *Memorial ao Dr. Pedro Vitorino*. Porto, 1945, pp. 161-164.
- CINTRA, Luís F. Lindley. *Alguns estudos de fonética com base no Atlas Linguistico da Península Ibérica*. In *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio de Janeiro, 1958, pp. 186-195.
- CINTRA, Luís F. Lindley. *reas lexicais no território português*. Sep. do *Boletim de Filologia*, tomo XX, 1961. Lisboa, 1962.
- CINTRA, Luís F. Lindley. *Os ditongos decrescentes ou e ei: esquema de um estudo sincrnico e diacrnico*. In *Anais do Primeiro Smpsio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1970, pp. 115-134.
- CINTRA, Luís F. Lindley. *«Grisu», um moarabismo algarvio*. Sep. de *Biblos*, LVII (1981), Coimbra.
- CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses*. In *Boletim de Filologia*, tomo XXII, fascs. 1 e 2. 1964-71, pp. 81-116.
- CINTRA, Luís F. Lindley. *Sobre «formas de tratamento» na língua portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, 1972.
- CINTRA, Luís F. Lindley. *Une frontire lexicale et phonétique dans le domaine linguistique portugais*. In *Actas do IX Congresso Internacional de Linguistica Românica*, vol. III (= *Boletim de Filologia*, tomo XX, fascs. 1 e 2, 1961, pp. 31-39).
- COELHO, Jacinto do Prado. *O discurso semi-directo no romanceiro popular*. In *Revista de Portugal*, XIV, 1949, pp. 18-20.
- COELHO, Jacinto do Prado. *O infinito absoluto no romanceiro popular*. In *Boletim de Filologia*, XI, 1950, pp. 133-140.
- COELHO, Jacinto do Prado. *A margem das «Lições» de D. Carolina Michalis*. *O valor expressivo dos sufixos*. In *Revista de Portugal*, XIII, 1948, pp. 194-196.
- COELHO, Jacinto do Prado. *Trs notas sobre a sintaxe do Romanceiro popular*. In *Revista de Portugal*, XV, 1950, pp. 157-160.

- CORREIA, João da Silva, *Considerações gerais sobre a denominação, as espécies, os domínios e os processos da interjeição*. In *Revista Lusitana*, vol. XXXII, 1934, pp. 234-249.
- CORREIA, João da Silva, *O eufemismo e o disfemismo na língua e na literatura portuguesa*. Sep. do *Arquivo da Universidade de Lisboa*, vol. XII, 1927.
- CORREIA, João da Silva, *Linguagem médica popular. Usada no Alto-Douro*. Régua (Imprensa do Douro), 1936.
- COSTA, Alexandre de Carvalho, *Expressões populares do Alto Alentejo*. In *Revista Lusitana*, vol. XXXVI, 1932, pp. 263-299.
- COSTA, Alexandre de Carvalho, *Nótulas etnográficas e linguísticas do Alto Alentejo apresentadas em expressões populares*. In *Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa*, V, 1954, pp. 346-349, 400, 420-422; VI, 1955, pp. 43-44, 258, 261, 319, 323-311, 381-387, 67, 470, 475; VII, 1956, pp. 27-34, 89-92, 180-182, 184, 207-214, 280-286, 376-378, 435-439, 466-468, 515-520; VIII, 1957, pp. 36-40, 13, 68-70, 73, 97-103, 193-197, 254-260, 305-311, 366-372, 409-419; IX, 1958, pp. 14-16.
- COSTA, Alves da, *Vocabulário ouvido em Vila Real de Trás-os-Montes*. In *Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa*, I, 1953, pp. 42 e 48.
- COSTA, Sousa, *Fisionomia, expressão e pitoresco de certos vocábulos, locuções e adágios populares*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.
- DELGADO, Manuel Joaquim, *Alguns curiosos vocábulos e outras expressões da linguagem popular alentejana e algarvia*. Sep. da *Revista de Portugal*, Série A, XX, 1965, Lisboa, 1965, pp. 480-492.
- DELGADO, Manuel Joaquim, *Alguns curiosos vocábulos e outras expressões da linguagem popular do Baixo Alentejo*. In *Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa*, III, 1952, pp. 278-282.
- DELGADO, Manuel Joaquim, *A linguagem popular do Baixo Alentejo*, Beja, 1951.
- DAUZAT, Albert, *Les patois*. Paris, 1927.
- Dialectes (Les) Belgo-Romans*. Bruxelles.
- DIAS, Jaime Lopes, *A linguagem popular da Beira Baixa. (Apontamentos)*. Sep. de *Estudos de Castelo Branco* — Revista de História e Cultura. Lisboa, Editorial Império, Ld.ª, 1962.
- DUARTE, Maria Clementina dos Prazeres, *Alguns aspectos geográficos da dialectologia portuguesa. Isófonas e isoglossas*. Estudo baseado no Inquérito linguístico por correspondência (1942), organizado por M. de Paiva Boléo. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1950.
- FARIA, Maria do Céu Novais, *Passagem de nomes de pessoas a nomes comuns em português*. Sep. de *Bíblas*, vol. XVIII, 1943.
- FORTES, Agostinho, *Nótulas acerca dum falar da margem esquerda do Guadiana*. Lisboa, 1933.
- FRADINHO, Manuel Gomes, *Maneiras de dizer alentejanas*. In *Revista Lusitana*, vol. XXX, 1932, pp. 299-304; vol. XXXI, 1933, pp. 99-137.
- GABRIEL, Ivone Maria Ferreira, *Nomes do diabo em português*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1950.
- GOMES, Aleixo, *Calão e gíria*. In *Revista de Portugal*, XXII, 1957, pp. 57-60.
- GUERREIRO, António Machado, *Colos (Alentejo)*. Elementos monográficos. Dissertação de licenciatura (inédita). Lisboa, 1968.

- HAMPEJS, Zdeněk, *Ao redor de alguns problemas dos diminutivos*. In *Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa*, VII, 1956, pp. 403-406, 433.
- HENRIQUES, Joaquim das Neves, *Aspectos do número gramatical e lexical nos substantivos concretos em Português*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1963.
- I. L. B. (*Inquérito linguístico Boléo*). Respostas ao Inquérito linguístico organizado em 1942 por MANUEL DE PAIVA BOLÉO, inicialmente por correspondência e depois completado com inquéritos no terreno, feitos pelo Organizador e por alunos seus.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C., *La connotation*, Lyon, P. U. L., 1977.
- KRÖLL, Heinz, *Contribuições para o estudo da linguagem falada em Português*. Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVIII. Coimbra, 1980.
- KRÖLL, Heinz, *Designações portuguesas para embriaguês*. Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. V, VI, VII. Coimbra, 1955.
- KRÖLL, Heinz, *A propósito de locuções para «nunca»*. Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. III. Coimbra, 1950.
- LACERDA, Armando de, PARKER, John, *Variantes fonéticas de fálares regionais do distrito de Beja*. In *Revista do Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. III, 1956, pp. 38-146; vol. IV, 1958, pp. 107-174; vol. V, 1960, pp. 5-72.
- LAPA, Albino, *Dicionário de calão*. 2.^a ed., Lisboa, Editorial Presença, 1974.
- LAPA, Manuel Rodrigues, *Estilística da língua portuguesa*. 9.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1977.
- LEBRE, José da Fonseca, *Locuções e modos de dizer usados na província da Beira Alta*. Sep. do *Boletim da Classe de Letras*, vols. XIV e XV. Lisboa, A. M. Teixeira e C.^a, 1924.
- LIMA, Maria Alves, *Matosinhos. Contribuição para o estudo da linguagem, etnografia e folclore do concelho*. Sep. de *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XI, 1961, e XII, 1962-1963. Coimbra, 1963.
- LOPES, Alfredo Augusto, *Termos de calão e gíria popular*. In *Pólicia Portuguesa*, n.º 47, 1945, p. 28; n.º 48, 1945, p. 28; n.º 49, 1945, p. 28; n.º 50, 1945, p. 27; n.º 52, 1945, p. 39; n.º 53, 1946, p. 27; n.º 58, 1946, p. 32; n.º 59, 1947, p. 27; n.º 60, 1947, p. 26; n.º 61, 1947, p. 26; n.º 64, 1947, p. 36.
- LOPES, Ana Maria Simões da Silva, *O vocabulário marítimo português e o problema dos mediterraneismos*. Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XVI e XVII. Coimbra, 1975.
- LOPES, João Antunes, *O género na linguagem popular e regional*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1970.
- LOPO, Joaquim de Castro, *Linguagem popular de Valpaços*. In *Revista Lusitana*, vol. II, 1890-1892, pp. 255-260; vol. III, 1895, pp. 325-329.
- LOURO, Manuel Francisco de Estanco, *O livro de Alportel. Monografia de uma freguesia rural: concelho de Alportel*. Sep. do *Boletim do Ministério da Agricultura*, ano XI, n.ºs 1-6, Julho-Dezembro de 1928, 10-12, Abril-Junho de 1929. Lisboa, 1929.
- LUCAS, João de Almeida, *Estudo sobre as interjeições*. In *Revista de Portugal*, Série A, Língua Portuguesa, VI, 1945, pp. 192-197, 261-267, 325-328; VII, 1945, pp. 30-34; IX, 1946, pp. 36-40, 83-88, 146-152, 196-203, 245-253; XI, 1947, 86-96; XIII, 1948, pp. 52-58, 87-94.

- MACARA, Maria Corália Carrajola, *O falar dos lavradores e pescadores do concelho de Olhão. Contribuição para o estudo linguístico, etnográfico e folclórico*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1964.
- MAÇAS, Delmira, *Os animais na fraseologia portuguesa e brasileira*. Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XV, tomos I e II, pp. 165-186. Coimbra, 1969, 22 pp.
- MAÇAS, Delmira, *Os animais na linguagem portuguesa*. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1951.
- MAÇAS, Delmira, *Fórmulas interlocutórias do diálogo no Português moderno coloquial*. Sep. de *Bíblis*, vol. XLV. Coimbra, 1976, pp. 153-266.
- MAÇAS, Delmira, *Ironia e depreciação na língua portuguesa*. Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XIV, tomos I e II, Coimbra, 1967.
- MAGNO, Lúcia Morcela dos Santos, *Áreas lexicais em Portugal e na Itália*. Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XI, 1961. Coimbra, 1961.
- MAIA, Clarinda de Azevedo, *Os fálares do Algarve*. (Inovação e conservação). Com 32 mapas. Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II. Coimbra, 1961.
- MAIA, Clarinda de Azevedo, *Os fálares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilha*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1972.
- MAIA, Clarinda de Azevedo, *Geografia dialectal e história do português*. Sep. de *Bíblis*, LVII (1981). Coimbra.
- Mensário das Casas do Povo*. Lisboa.
- MIGUEL, A. Dias, *Notas sobre a colocação das palavras*. In *Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa*, IX, 1958, pp. 138-139, 277-278.
- MIRA, Maria Helena Farmhouse da Graça, *Algumas contribuições para o estudo da fonética, morfologia, sintaxe e léxico da linguagem popular de Lisboa*. Dissertação de licenciatura (inédita). Lisboa, 1954.
- MONIZ, Manuel Carvalho, *O abegão*. Lisboa, 1965. Sep. de *Ethnos*, vol. IV.
- MOREIRA, Júlio, *Estudos da língua portuguesa*. 1.º vol., Lisboa, 1907; 2.º vol., Lisboa, 1913.
- MORENO, Augusto, *Vocabulário trasmontano (Mogadouro e Lagoaça)*. In *Revista Lusitana*, vol. V, 1897-1899, pp. 22-51, 88-114.
- MUNOZ CORTÉS, Manuel, *El español vulgar. Descripción de sus fenómenos y métodos de corrección*. Madrid, 1958.
- Novidades*. Lisboa.
- NOBRE, Eduardo, *Novo calão português*. Lisboa, Casa do Livro Editora, 1979.
- NUNES, José Joaquim, *Compêndio de gramática histórica portuguesa (Fonética e morfologia)*. 7.ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1969.
- NUNES, José Joaquim, *Dialectos algarvios*. In *Revista Lusitana*, vol. VII, 1902, pp. 33-55, 104-125 e 244-264.
- Ocidente*. Revista Portuguesa de Cultura, Lisboa.
- OLIVEIRA, Maria Manuela Moreno de, *Processos de intensificação no português contemporâneo. A entoação. Processos morfológicos e sintácticos*. Lisboa, 1962.
- PAIVA, Maria Helena de Novais, *Contribuição para uma estilística da ironia*. Publicações do Centro de Estudos Filológicos, vol. 12. Lisboa, 1961.
- PEREIRA, A. Gomes, *Algumas expressões de Aljândega da Fé*. In *Revista Lusitana*, vol. XIV, 1911, pp. 299-301.

- PEREIRA, A. Gomes, *Costumes e linguagem popular de Murça*. In *Revista Lusitana*, vol. XIV, 1911, pp. 82-87.
- PEREIRA A. Gomes, *Tradições populares e dialecto de Penedono*. In *Revista Lusitana*, vol. XII, 1909, pp. 298-316.
- PEREIRA, A. Gomes, *Tradições populares e linguagem de Vila Real*. In *Revista Lusitana*, vol. XI, 1908, pp. 268-310. Tb. nos vols. IX, X, XII e XIII.
- PEREIRA, A. Gomes, *Vocabulário de vários concelhos do distrito de Vila Real*. In *Revista Lusitana*, vol. XV, 1912, pp. 333-350.
- PEREIRA, Félix Alves, *Glossário dialectológico do concelho dos Arcos de Valdevez*. In *Revista Lusitana*, vol. XIX, 1916, pp. 163-216; XXXI, 1933, pp. 292-300.
- PIEL, J. M., *Considerações sobre a metafonía portuguesa*. In *Biblos*, vol. XVIII, 1942, pp. 365-371.
- PIEL, J. M., *Observações acerca do vocalismo mirandês*. In *Biblos*, vol. VI, 1930, pp. 187-190.
- PINHO, Maria Elsa Tomé Gomes de, *Terminologia da cultura e preparação do vinho do Porto (Esboço de um estudo linguístico-etnográfico limitado à região da Régua e aos armazéns de vinho do Porto, de Vila Nova de Gaia)*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1961.
- PINTO, Adelina Angélica, *A africada ç em português: estudo sincrónico e diacrónico*. Sep. do *Boletim de Filologia* (Lisboa), tomo XXVI, 1980-1981.
- PINTO, Adelina Angélica, *A neutralização da oposição fonológica v/b em português*. Sep. de *Biblos*, LVI (1980), Coimbra.
- PIRES, A. Tomás, *Tradições populares alentejanas*. In *Revista Lusitana*, vol. I, 1887-1889, pp. 60-62. 132-133; vol. II, 1890-1892, pp. 253-254.
- PIRES, A. Tomás, *Vocabulário alentejano*. In *Revista Lusitana*, vol. VIII, 1903-1905, pp. 92-98, 298-300. Tb. *ibidem*, vols. IX, X, XI, XXIX.
- POMBINHO, Júnior, J. A., *Vocabulário alentejano*. In *Revista Lusitana*, vol. XXX, pp. 58-74; vol. XXVI, pp. 68-83; vol. XXXIII, pp. 94-176; vol. XXXIV, pp. 266-290; vol. XXXV, pp. 155-160; vol. XXXVI, pp. 197-217.
- REIN, Hans-Jürgen, *Syntax und Stilistik des Subjektspronomens in der portugiesischen Prosa*. Marburg, 1961.
- Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*.
- Revista de Guimarães*. Guimarães.
- Revista Lusitana*. Lisboa e Porto.
- Revista de Portugal*. Série A — Língua Portuguesa. Lisboa.
- RIBEIRO, José Diogo, *Linguagem popular de Turquel*. In *Revista Lusitana*, vol. XXVIII, 1930, pp. 87-244.
- RIBEIRO, Orlando, *A propósito de áreas lexicais no território português*. Sep. do *Boletim de Filologia*, tomo XXI. Lisboa, 1965, pp. 177-205.
- SANTOS, Felício dos, *Linguagem popular de Trancoso*. In *Revista Lusitana*, vol. V, 1897-1899, pp. 161-174.
- SANTOS, Maria José de Moura, *Os estudos de linguística românica em Portugal de 1945 a 1960*. Sep. do vol. II do Suplemento bibliográfico da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1966.
- SANTOS, Maria José de Moura, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*. Coimbra, 1967. Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XII (t. I), XIII e XIV. Coimbra, 1967.

- SARAIVA, Maria Fernanda Mendes Ferreira, *Designações para 'trabalhadores rurais' em Portugal continental*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1970.
- SCHULTE-HERBRUGGEN, Heinz, *El lenguaje y la visión del mundo*. Santiago, Universidade de Chile, 1963.
- SEQUEIRA, Francisco Júlio Martins, *Apontamentos acerca do falar do Baixo Minho*. *Estudos de linguística*. Lisboa, 1957/1958.
- SILVA, J. A. Capela, *A linguagem rústica no concelho de Elvas*. Lisboa, Edição da *Revista de Portugal*, 1947.
- SKORGE, Sílvia, *Os sufixos diminutivos em Português*. Sep. do *Boletim de Filologia*, tomos XVI e XVII. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1959.
- SOUSA, Ângela Adelina Teixeira de, *Expressões portuguesas relativas à ideia de 'morrer'*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1960.
- TEIXEIRA, Abade Tavares, *Vocabulário trasmontano*. In *Revista Lusitana*, vol. XIII, 1910, pp. 110-126.
- TERRACINI, Benvenuto, *Analisi del concetto di lingua letteraria*. Sep. de *Cultura Neo-latina*, fasc. 1, tomo XVI (1956). Modena, 1956.
- TORRES, Maria José Vieira Neves da Silva, *A influência religiosa na linguagem popular*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1959.
- WAGNER, Max L., *O elemento cigano no calão e na linguagem popular portuguesa*. In *Boletim de Filologia*, vol. X, 1949, pp. 296-319.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de, *Lições de filologia portuguesa segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13 seguidas das Lições práticas de português arcaico*. Lisboa, Dinalivro, s. d.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Dialectos açorianos*. In *Revista Lusitana*, vol. II, 1890-1892, pp. 289-307.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Dialectos alentejanos*. In *Revista Lusitana*, vol. II, 1890-1892, pp. 15-45; vol. IV, 1896, pp. 13-77; 215-246.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Dialectos algarvios*. In *Revista Lusitana*, vol. IV, 1896, pp. 324-338.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Dialectos interamnenses*. In *Revista Lusitana*, vol. VIII 1903-1905, pp. 51-62.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Dialectos trasmontanos*. In *Revista Lusitana*, vol. II, 1890-1892, pp. 97-120; III, 1895, pp. 57-74.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.^a ed., com aditamentos e correcções do Autor, preparada, com base no exemplar conservado no Museu Etnológico «Dr. Leite de Vasconcelos», por Maria Adelaide Valle Cintra. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1970.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Observações sobre as cantigas populares*. In *Revista Lusitana*, vol. I, 1887-1889, pp. 143-157.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Opúsculos*, vol II, *Dialectologia* (Parte I). Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Romanceiro português*. Coligido por ... Notícia preliminar de R. Menéndez Pidal. Coimbra, Acta Univ. Conimb., 2 vols., 1958 e 1960.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Uso do tratamento de «senhora» e «senhor»*. In *Revista Lusitana*, vol. XVI, 1913, p. 345.

4. Documentação literária:

- ABREU, Maria Lucília Pais de, *A linguagem popular em obras dramáticas contemporâneas*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1961.
- ABREU, Mariberta Carvalho de Almeida, *Poetas do Minho. António Feijó — António Ferreira*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1944.
- ALBÈRES, R. M., *Histoire du roman moderne*. Paris, Albin Michel, 1965.
- ALMEIDA, Eduardo d', *A expressão camiliana*. In *Revista de Guimarães*, vol. XXXV, 1925, pp. 154-163.
- ALMEIDA, Nelly Alves de, *Estudos sobre quatro regionalistas*. Goiânia, Imprensa da Universidade Federal de Goiás, 1968.
- ALVES, Francisco Manuel, *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança. Arqueologia e etnografia*. Tomo XI. Reedição do Museu do Abade de Baçal. Bragança, 1981, pp. 450-451. (Informações sobre Manuel António Ribeiro).
- ANTUNES, Manuel, *Aquilino Ribeiro. Estilo e visão do mundo*. In *Brotéria*, LXXVII, n.º 1, Julho 1963, pp. 76-79.
- ARAÚJO, Leopoldo Carlos C. de, *Elementos para o estudo da linguagem regionalista de Aquilino Ribeiro*. Dissertação de licenciatura (inédita). Lisboa, 1948.
- ASCENSÃO, Leão Ramos, *O Integralismo Lusitano*. Porto, 1943.
- BAL, Willy, *Dialecte et poésie*. In *Les Dialectes Belgo-Romans*, Bruxelles, t. XV, n.º 1, Janeiro-Março de 1958 pp. 5-34.
- BAL, Willy, *Littérature dialectale de la Wallonie. Choix de textes*. Édition partielle, 2º tirage. Louvain, Centre de Dialectologie Wallone: Département Littéraire, 1974.
- BENTO, Horácio, *Superlativação intensiva na obra de Aquilino Ribeiro «S. Bana-baião, anacoreta e mártir»*. In *Diário de Lisboa*, Suplemento literário de 3-12-1938.
- BENTO, Maria Matilde Cerejeira Nunes, *O conto rústico em Portugal no século XIX*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1960.
- BOLEO, Manuel de Paiva, *O realismo de Eça de Queirós e a sua expressão artística*. Coimbra, 1941.
- Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*. Nova Série, Lisboa.
- Boletim da Casa Regional da Beira-Douro*. Porto.
- Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa*. Lisboa.
- BRAGA, Alberto, *Usos e costumes, tradições e bruxarias nas obras de Camilo Castelo Branco*. In *Revista de Guimarães*, vol. XXXV, ano de 1925.
- BRAGA, Maria da Graça de Magalhães Bastos, *Rusticismo na literatura portuguesa. Teixeira de Queirós — Comédia do campo*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1945.
- Brotéria*. Lisboa.
- BUTLER, Anthony S. G., *Les parlers dialectaux et populaires dans l'oeuvre de Guy de Maupassant. Publications Romanes et Françaises*, LXXII. Genève Librairie E. Droz, 1962.
- CAL, Ernesto Guerra da, *Linguagem e estilo de Eça de Queirós*. Lisboa, Aster, s. d. [1968].
- CARVALHO, Gilberto de, *Aquilino Ribeiro. (Pequenas coisas num grande homem)*. Viseu, Tip. Motta & Irmão, 1968.

- CARVALHO, José Gonçalo C. Herculano de, *Influência italiana em Bernardim Ribeiro*. In *Miscelânea de estudos em honra do Prof. Hernâni Cidade*, Lisboa, 1957.
- CASTELLO, José Aderaldo, *José Lins do Rego: modernismo e regionalismo*. São Paulo, Edart, 1961.
- CASTRO, Aníbal Pinto de, *Terras e gentes de Portugal na obra de Hipólito Raposo*, Lisboa, 1972.
- CASTRO, Armando de, *Traços gerais da evolução económico-social portuguesa (1890-1910)*. In *História ilustrada das grandes literaturas. Literatura portuguesa*, dirig. por 3scar Lopes, II. Lisboa, 1973, pp. 291-298.
- CHARLES-BRUN, J., *Les littératures provinciales*. Paris, Bloud & C^e, 1907.
- CHARLES-BRUN, J., *Le régionalisme*. 3.^a ed., Paris, Bloud & C^e, 1911.
- CLEMENTE, Elvo, *Estudo de um conto de Miguel Torga — «Nero»*. In *Veritas*. Porto-Alegre, Brasil, vol. II, 1957, n.^o 4, pp. 261-279.
- COELHO, Jacinto do Prado — Ver *Dicionário de Literatura* (...).
- COELHO, Nelly Novaes, *Escritores Portugueses*. São Paulo, Quíron, 1973.
- CORREIA, João de Araújo, *Perfil trasmontano de Trindade Coelho*. Lisboa, Portugalíia Editora, 1961.
- COUTINHO, Afrânio, *O regionalismo na prosa de ficção*. In *A literatura no Brasil*. 2.^a ed., vol. III, Rio de Janeiro, 1969, pp. 219-289.
- CRESSOT, Marcel, *La phrase et le vocabulaire de J. K. Huysman. Contribution à l'Histoire de la Langue Française pendant le dernier quart du XIX^e siècle*. Paris, Librairie E. Droz, 1938.
- DAGNEAUD, Robert, *Les éléments populaires dans le lexique de «La Comédie Humaine» de Balzac*. Quimper, Imprimerie Ed. Menez et C^e, 1954.
- DIALETTALITA (La) negli scrittori italiano del dopoguerra: l'area centro-settentrionale. *Atti del III Convegno Nazionale su lingua e lettera dialettale*. Lanciano, 27-29 Set., 1974.
- Diário de Lisboa*. Lisboa.
- Diário de Notícias*. Lisboa.
- DIAS, Augusto da Costa, *A crise da consciência pequeno-burguesa*. 2.^a ed. rev., Lisboa, 1964.
- DIAS, Augusto da Costa, *Panorama geral das ideologias (1850-1910)*. In *História ilustrada das grandes literaturas. Literatura portuguesa*, dirig. por 3scar Lopes, II, Lisboa, 1973, pp. 299-310.
- Dicionário de Literatura. Literaturas portuguesa, galega e brasileira*. Dirigido por Jacinto do Prado COELHO, 1.^a ed., Porto, 2 vols., 1960; 2.^a ed., Porto, 2 vols., 1971.
- D3RIA, Ant3nio Alvaro, *A vida rural no romance português*. Lisboa, 1950.
- FARIA, Ant3nio, *Contribuição para o estudo do vocabulário de Aquilino Ribeiro*. In *Revista de Portugal*, vol. XXXIII, Dezembro de 1968, pp. 507-559.
- FERREIRA, David Mourão, *Motim literário*. Lisboa, 1962.
- FIGUEIREDO, Antero de, *Jornadas de Portugal*. Paris, Lisboa, Rio de Janeiro, 1918.
- FIGUEIREDO, Fidelino de, *Cultura portuguesa contemporânea*. In *Estudos de Literatura*, 3.^a série, 1921, pp. 233-237.
- FIGUEIREDO, Fidelino de, *A luta pela expressão. Proleg3menos para uma filosofia da literatura*. Coleo Ensaio. Lisboa (Ática), 1960.

- GERALDES, Fernando da Costa, *As classes sociais do século XIX na novela camiliana*. Dissertação de licenciatura (inédita). Lisboa, 1966.
- GOMES, Elviro da Rocha, *Glossário sucinto para melhor compreensão de Aquilino Ribeiro*. Porto, Edições Marânus, s. d.
- GONÇALVES, Maria Sílvia Rodrigues da Fonte, *A Beira na literatura portuguesa dos séculos XIX e XX*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1961.
- GUIMARÃES, Luís de Oliveira, *Aquilino Ribeiro através do seu ex-libris*. Lisboa, Portugália Editora, s. d.
- LEÃO, António da Costa, *Camilo e o povo fora dos dicionários*. Lisboa, Empresa Diário de Notícias, 1922.
- LECLAIRE, Lucien, *Le roman régionaliste dans les Îles Britanniques (1800-1950)*. Clermond-Ferrand, 1954.
- LIMA, Jaime de Magalhães, *A língua portuguesa e os seus mistérios*. Paris-Lisboa, Aillaud e Bertrand, 1923.
- LOPES, Oscar, *Cinco personalidades literárias*. Porto, Divulgação, 1961.
- LOPES, Óscar, *Ler e depois. Crítica e interpretação literária / 1*. Porto, Editorial Inova, 1969.
- LOPES, Óscar, *Modo de Ler. Crítica e interpretação literária / 2*. Porto, 1969.
- LOPES, Óscar, e SARAIVA, António José, *História da literatura portuguesa*. 5.ª ed., corrigida e aumentada. Porto-Lisboa, Porto Editora — Empresa Fluminense, s. d.
- MALPIQUE, Cruz, *Aquilino Ribeiro. O homem e o escritor*. Porto, 1964.
- MALPIQUE, Cruz, *Alberto de Oliveira, mentor do neograrretismo e da geração literária de 1890. O irracionalismo das «Palavras loucas»*. Porto, 1963.
- MAURÍCIO, Domingos, *Literatura regionalista*. In *Brotéria*, Junho 1935, pp. 398-409.
- MELO, Gladstone Chaves de, *Regionalismo*. Artigo in *Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 16, cols. 86-88, 1974.
- MENDES, Manuel, *Aquilino Ribeiro. A obra e o homem*. 2.ª ed., Lisboa, Arcádia, 1977.
- MENDES, Manuel, *O mundo pícaro de Aquilino Ribeiro*. In *Vértice*, XXV, n.º 267, Dezembro, 1965, pp. 885-896.
- MENDES, Manuel, *O ser humano e literário de Aquilino*. In *Boletim da Casa Regional da Beira-Douro*, XII, n.º 10, Outubro de 1963, pp. 273-275.
- MENESES, Mário de, *Camilo em Ribeira de Pena*. Coimbra, 1965.
- MICHAELIS, Carolina. Ver VASCONCELOS, Carolina Michaelis de ...
- MICHEL, Louis, *Le langage méridional dans l'oeuvre d'Alphonse Daudet*. Paris, Ed. D'Artrey, 1961.
- MIGUEL, António Dias, *Páginas esquecidas. Notas de estilo*. In *Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa*, ano VI, Janeiro, 1955, n.º 1, pp. 16-19.
- MONIS, Egas, *Júlio Denis e a sua obra*. 3.ª ed., Lisboa, 1924.
- MONTEIRO, Adolfo Casais, *Sobre o romance contemporâneo*. Lisboa, Editorial Inquérito, Ld.ª, 1940.
- MOREIRA, Júlio, *Fragmento de um estudo sobre a linguagem de Camilo*. In *Estudos da língua portuguesa*, 2.º vol., 1913, p. 205 e seg.
- Nação Portuguesa. Revista de cultura nacionalista*. Lisboa.
- NAMORA, Fernando, *Aquilino Ribeiro*. (Lisboa ?), 1963.

- NAMORA, Fernando, *Esboço histórico do neo-realismo*. Sep. das «Memórias», Classe de Letras, tomo VII, Lisboa, 1961.
- NAMORADO, Egídio, *Situação do neo-realismo*. In «Vértice», XXII, n.º 221, Fev., 1962, pp. 89-92.
- NUNES, José Joaquim, *Cantigas paralelísticas em Gil Vicente*. In *Revista Lusitana*, vol. XII, 1909, pp. 241-267.
- OLIVEIRA, Cecília Teixeira de, *Carta a um jovem poeta*. Sep. da Revista *Letras*, n.º 16, 1968.
- OLIVEIRA, José Osório de, *Panorama da literatura portuguesa*. Lisboa (Ática), 1947.
- OLIVEIRA, José Osório de, *Visão incompleta de meio século da literatura portuguesa*. Lisboa (Portugália Editora), 1950.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Temas clássicos na poesia portuguesa*. Lisboa, Verbo, 1972.
- PIMENTEL, Alberto, *A primeira mulher de Camilo*. Lisboa, 1916.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa, *Estética e geografia. Nótula a propósito de um artigo sobre Gil Vicente, beirão*. In *Biblos*, vol. XIX, 1943, pp. 483-491.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa, *História da literatura portuguesa*. Século XVI. Coimbra, s. d.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa, *Introdução às Obras completas de Gil Vicente*. Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1956. 2.ª ed., 1962.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa, *Introdução à Tragicomédia pastoril da Serra da Estrela*. Nova edição, revista, Coimbra (Atlântida), 1963.
- PINTO, Clementino de Brito, *O Algarve na poesia de Emiliano da Costa*. Sep. da «Folha de Domingo», Faro, 1957.
- PIRES, Maria Clarisse Ferreira, *Trindade Coelho em confronto com os principais rusticistas do século XIX*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1954.
- PROENÇA, Raul, *Acerca do Integralismo Lusitano*. In *Páginas de política*, pp. 29-110.
- PROENÇA, Raul, *Páginas de política (1)*. Lisboa, Seara Nova, 1972.
- RAMOS, Feliciano, *Braga no romance contemporâneo*. Braga, Edições Bracara Augusta, 1950.
- RAMOS, Feliciano, *Ensaio de crítica literária*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.
- RAMOS, Feliciano, *História e crítica. Estudos de literatura*. Braga, Livraria Cruz, 1962.
- RAPOSO, Hipólito, *Dois nacionalismos. L'Action Française e o Integralismo Lusitano*. Lisboa, Liv. Ferrari, 1929.
- REGO, Diogo, *A paixão aloduriense de Camilo Castelo Branco*. In *Boletim da Casa Regional da Beira-Douro*, XVI, n.ºs 1-2, Janeiro-Fevereiro de 1967, pp. 396-400.
- Revista de Guimarães*. Guimarães.
- Revista Lusitana*. Lisboa e Porto.
- Revista de Portugal*. Série A — Língua Portuguesa, Lisboa.
- RODRIGUES, Urbano Tavares, *O Algarve na obra de Teixeira Gomes*. Lisboa, Portugália Editora, 1962.

- SANSONE, Mario, *Relazioni fra la letteratura italiana e le letterature dialettali. In Letterature comparate*, pp. 261-327. (Dott. Carlo Marzorati Editore), Milano, 1948.
- SARAIVA, António José, *História ilustrada das grandes literaturas. Literatura Portuguesa*. 1.º volume, Lisboa, Estúdios Cor, 1966.
- SARAIVA, António José, cf. também LOPES, Óscar e ...
- SIMÕES, João Gaspar, *História do movimento da Presença*. Coimbra, 1958.
- SIMÕES, João Gaspar, *Trindade Coelho e o Regionalismo*. In *Primeiro de Janeiro*. 8/XI/72.
- SIMÕES, Veiga, *A nova geração. Estudos sobre as tendências actuais da literatura portuguesa*. Coimbra, F. França Amado, 1911.
- TEYSSIER, Paul, *La langue de Gil Vicente*. Paris, Librairie C. Klincksieck, 1959.
- TRIGUEIROS, Luís Forjaz, *Do realismo português ao regionalismo brasileiro*. Comunicação apresentada à Classe de Letras, em sessão de 27 de Fevereiro de 1964. In *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*. Nova Série, XXXVI, Janeiro-Fevereiro, 1964, pp. 94-110.
- URBANO, Ana Maria Pires Dias, *Arnaldo Gama*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1960.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de, *Notas vicentinas (Preliminares de uma edição crítica das obras de Gil Vicente)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912-22.
- VASCONCELOS, J. Leite de, *Gil Vicente e a linguagem popular*. Lisboa, 1902.
- VASCONCELOS, Taborda de, *Aquilino Ribeiro*. Lisboa, Editorial Presença, 1965.
- VERNOIS, Paul, *Le roman rustique de George Sand à Ramuz. Ses tendances et son évolution (1860-1925)*. Paris, A. G. Nizet, 1962.
- VERNOIS, Paul, *Le style rustique dans les romans champêtres après George Sand. Problèmes de nature et d'emploi*. Paris, Presses Universitaires de France, 1963.
- Veritas. Porto Alegre.
- Vértice. Coimbra.

5. Sobre Regionalismo, conceitos de região, e províncias portuguesas:

Análise económica. Lisboa.

Annales de Géographie, Bulletin de la Société de Géographie. Paris.

AURORA, Conde d', *O Douro Litoral. Antologia da Terra Portuguesa*. Lisboa, Bertrand, s. d.

AURORA, Conde d', *Malhadas de centeio no Entre Douro e Minho*. Sep. da *Revista de Etnografia*, n.º 3, Porto, Junta Distrital do Porto, 1967.

BARATA, José Fernando Nunes, *O desenvolvimento regional e as realidades portuguesas*. Sep. da *Revista de Direito Administrativo*, tomo IX, n.º 2. Coimbra, 1962.

BERNARDO, Hernâni de Barros, *A região geo-económica*. Vol. I, Lisboa, 1940. *Boletim da Casa do Alentejo*. Lisboa.

Boletim do Ministério da Agricultura. Lisboa.

- BOYER, Jean-Claude, *La notion de «région» aux Pays-Bas*. In *Annales de Géographie, Bulletin de la Société de Géographie*. Paris, LXXVII^e année, n.º 421, Mai-Juin 1968, pp. 323-335.
- BRAGA, Teófilo, *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa, Livraria Ferreira, 1885.
- CABRITA, Carlos Pedro, *As bases históricas do regionalismo algarvio*. Coimbra, Atlântida, 1928.
- CALDAS, Eugénio de Castro, LOUREIRO, Manuel de Santos (com a colaboração de Fernando Eustácio, José Manuel Barrocas e Maria João C. de Oliveira), *Regiões homogêneas no continente português*. Instituto Nacional de Investigação Industrial. Fundação Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária. Lisboa, 1966.
- CESAR, Amândio, *Trás-os-Montes e Alto-Douro. Antologia da Terra Portuguesa*. Lisboa, Bertrand, s. d.
- CHABOT, Georges, *Les conceptions françaises de la région géographique*. In *Finisterra*, Lisboa, vol. II, n.º 3, 1967, pp. 5-16.
- CHARLES-BRUN, J., *Le régionalisme*. 3.^a ed., Paris, Bloud & C^{ie}, 1911.
- COSTA, Américo, *Dicionário corográfico de Portugal continental e insular*. Porto, Livraria Civilização, 1929-1949, 12 vols.
- COSTA, Sousa, *O Córgo. Vida e obras dum rio*. Conferência. Vila Real, 1961.
- COSTA, Sousa, *Mapa falado de Portugal*. S. 1., 1936. Conselho Nacional de Turismo.
- COSTA, Sousa, *Milagres de Portugal. D'entre Minho e Algarve*. Lisboa, s. d.
- CUNHA, José Correia da, *Regionalização do território metropolitano*. Sep. da *Revista de Planeamento e Integração Económica*. Lisboa (1967 ?).
- DELGADO, M. Joaquim, *A etnografia e o folclore do Baixo-Alentejo*. Sep. da revista *Ocidente*. Lisboa, 1958.
- DEUSDADO, Ferreira, *Regionalismo e patriotismo*. Lisboa, Liv. Bertrand, 1934.
- DIAS, Jaime Lopes, *Etnografia da Beira*. 2.^o ed., vol. II, Lisboa, Livraria Fern., Ld.^a, 1964.
- DIAS, A. Jorge, *Bosquejo histórico da etnografia portuguesa*. Sep. do Suplemento bibliográfico da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1952.
- EVANGELISTA, Júlio, *Louvor e defesa da vida local*. Lisboa, L. Henry Gris, Ld.^a, 1957.
- FÉLIX, José Maria, *Vila de Rei e o seu concelho. Apointamentos para a sua história*. Vila Nova de Famalicão, 1969.
- FERREIRA, David Mourão, *O Algarve. Antologia da Terra Portuguesa*. Lisboa (Bertrand), s. d.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, *Considerações sobre a estrutura do «rabelo»*. In *Douro Litoral*. Boletim da Comissão de Etnografia e História. Oitava série, III-IV. Ed. da Junta de Província. Porto, 1957, pp. 345-351.
- GALHANO, Fernando, *Da alfaia agrícola portuguesa. Picaretas, alviões e alferces*. In *Trabalhos de antropologia e etnologia*, XV, 1-2, Porto, 1954.
- GAMA, C. Manuel Fonseca da, *Terras do Alto Paiva. Memória histórico-geográfica do concelho de Vila Nova do Paiva*. Lamego, Tip. Voz de Lamego, 1940.
- GENDRE, Jean Louis, *Dimension régionale et développement économique*. Clermond-Ferrand, Faculté de Droit et des Sciences Économiques, 1966.

- GIRÃO, Aristides de Amorim, *Atlas de Portugal*. 2.ª ed., Coimbra, s.d. [1959].
- GIRÃO, Aristides de Amorim, *Esboço duma carta regional de Portugal*. 2.ª ed., Coimbra, 1933.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, *Geografia de Portugal*. Porto, 1949-1951.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, *Lições de geografia humana*. In *Biblos*, X, 1934, pp. 48-97.
- GONÇALVES, Fausto, *Alentejo e alentejanos*. Lisboa, 1957.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa. Rio de Janeiro. 40 vols.
- GIESE, Wilhelm, *Conservação e perda da cultura material e tradicional no Sul de Portugal*. Sep. da *Revista de Etnografia*, vol. III, tomo I, Julho de 1964, pp. 23-40. Com desenhos de chaminés do Alentejo e Algarve.
- GIESE, Wilhelm, *O problema da açoteia algarvia*. Coimbra, 1935.
- HAUSER, H., *Le problème du Régionalisme*. 1924.
- JUILLARD, Étienne, *Functions and forming of regions*. Acta Geographica Universitatis Comenianae, Bratislava, 1968.
- JUILLARD, Étienne, *La région: essai de définition*. In *Annales de Géographie, Bulletin de la Société de Géographie*, Paris, LXXI^e Année, N^o 387, Septembre-Octobre, 1962, pp. 483-499.
- LARCHER, Tito de Sousa, *Estudos de regionalismo*. Leiria, 2 vols., 1930-1931.
- LIMA, Jaime de Magalhães, *O amor das nossas coisas e alguns que bem o serviram*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.
- LIMA, Jaime de Magalhães, *Dificuldades étnicas e históricas da insinuação do nacionalismo na arte portuguesa contemporânea*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.
- LOPES, Miranda, *Da minha terra. Subsídio para a etnografia de Trás-os-Montes*. In *Revista Lusitana*, vol. XXXI, pp. 138-163.
- LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia do reino do Algarve*. Lisboa, 1841.
- LOURO, Manuel Francisco Estanco, *O Livro de Alportel. Monografia de uma freguesia rural: concelho de Alportel*. Sep. do *Boletim do Ministério da Agricultura*, ano XI, n.º 1-6, Julho-Dezembro de 1928, 10-12, Abril-Junho de 1929. Lisboa, 1929.
- MACHADO, Herlander, *Regionalismo e Nacionalismo*. Lisboa, Gráfica Manuel A. Pacheco, Ld.ª, 1961.
- MACHADO, Montalvão, *Trás-os-Montes. Perfil sociológico de uma província*. Lisboa, Edições da Casa de Trás-os-Montes, 1961.
- MATTOS, Armando de, *O barco rabelo*. Porto, 1940.
- MIRANDA, Vasco, *A Beira. Antologia da Terra Portuguesa*. Lisboa, Bertrand, s.d.
- MONTEIRO, Manuel, *O Douro*. Porto, Emílio Biel & C.ª Editores, 1911.
- Nação Portuguesa. Revista de cultura nacionalista*. Lisboa.
- Ocidente*. Lisboa.
- OLIVEIRA, Maria Raquel Álvares de, *Os singulares encantos das terras algarvias*. Lisboa, 1965.
- PALAZZOLI, Claude, *Les régions italiennes: contribution à l'étude de la décentralisation politique*. Paris, Librairie Générale de Droit et Jurisprudence, 1966.
- PICÃO, José da Silva, *Através dos campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)*. 2.ª ed., Lisboa 1947.

- PINTO, Luís Maria Teixeira, *O significado do desenvolvimento regional*. Lisboa, Gabinete de Investigações Económicas, 1966. Sep. de *Análise Económica*, n.º 14, 1966.
- Revista de Direito Administrativo*. Coimbra.
- Revista de Etnografia*. Porto.
- Revista de Planeamento e Integração Económica*. Lisboa.
- RIBEIRO, Manuel, *O Alentejo*. Edição para a Exposição Portuguesa em Sevilha. Lisboa, 1929.
- RIBEIRO, Orlando, *Geografia e civilização. Temas portugueses*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura: Centro de Estudos Geográficos anexo à Faculdade de Letras de Lisboa, 1961.
- RIBEIRO, Orlando, *A geografia e a divisão regional do país*. Sep. de *Problemas de Administração local*. Lisboa, Centro de Estudos Político-Sociais, 1957.
- RIBEIRO, Orlando, *Introduções geográficas à história de Portugal*. Lisboa, 1977.
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal*. In *Geografia de España y Portugal* [dirigida por] Manuel de Teran, tomo V, Barcelona, 1955, pp. 234-257.
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Esboço de relações geográficas. 1.ª ed., Coimbra, 1945. 3.ª ed., Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1967.
- RIBEIRO, Orlando, *Região e rede urbana: formas tradicionais e estruturas novas*. In *Finisterra*, vol. III, n.º 5, 1968, pp. 5-18.
- ROCHA, Hugo, *Elogio de Braga e do seu termo*. Braga, Edição Bracara Augusta, 1951.
- RODRIGUES, Urbano Tavares, *Estremadura. Antologia da Terra Portuguesa*. Lisboa, Bertrand, s. d.
- RODRIGUES, Urbano Tavares, *O Alentejo. Antologia da Terra Portuguesa*. Lisboa, Bertrand, s. d.
- SANTOS, César dos, *Terra morena. Algarve do sonho e da realidade*. Lisboa, 1965.
- SARDINHA, António, *Purgatório das ideias. Ensaios de crítica*. Lisboa, Livraria Ferin, 1929.
- SARDINHA, António, *Ao ritmo da ampulbeta*. Lisboa, Lumen, 1925.
- SARDINHA, António, *A sombra dos pórticos*. Lisboa, Ed. Restauração, 1961.
- SÉRGIO, António, *Ensaio*. Ed. crítica orientada por Castelo Branco Chaves ... [et alii], e organizada por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira. 2.ª ed., Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1976. 6 vols.
- VELOSO, Francisco, *Alguns aspectos do pensamento regionalista português*. Sep. da *Revista de Guimarães*, vol. LXVI. Guimarães, 1956.

O DEMONSTRATIVO NO TEXTO

ELENA M. WOLF

(MOSCOVO)

1. O problema do uso de palavras determinantes é um dos mais importantes no estudo do texto coerente. Funcionando no contexto como elementos de ligação, os determinantes têm, ao mesmo tempo, as suas próprias funções, apresentando todas elas características específicas. Entre os determinantes nominais, um dos mais importantes é o demonstrativo que tem papel essencial no processo de associar elementos do discurso.

Pronomes e adjectivos demonstrativos é o meio principal que usa a língua para estabelecer relações anafóricas e fornecer indicação défictica no texto coerente. Segundo a sua semântica o demonstrativo pode considerar-se, antes de mais nada, um índice identificador, mas, ao mesmo tempo, pode servir para diferenciar, tendo três formas opostas — este/ esse/ aquele. Estas duas funções, a de identificação e a de diferenciação, formam a «face» individual dos demonstrativos. A combinatoria destas funções determinam todos os usos concretos dos demonstrativos, tanto pronominais como atributivos. A função diferenciadora como tal, realiza-se em condições de contraposição défictica directa (*dá-me este caderno — dá-me aquele caderno*) ou anafórica (*este/aquele* que se usam no mesmo contexto para distinguir dois antecedentes análogos).

A função diferenciadora aparece todavia em muitos casos onde não há oposição directa, mas contraposição de objecto ou acontecimento que está na pressuposição. Estas pressuposições discriminadoras, como se verá mais adiante, podem ser orientadas para elementos diversos designados no texto — actantes, predicados, circunstantes e ainda para fragmentos do texto na qualidade de elementos da cadeia comu-

nicativa. A oposição discriminadora tanto pressupõe objectos e acontecimentos designados no texto, como também conjuntos de objectos ou acontecimentos análogos eliminados do texto pela operação de contraste eliminador (Boguslawski, 1977).

Nos contextos em que não se revela contraposição, nem explícita nem implícita, a função discriminadora do demonstrativo fica neutralizada e o demonstrativo funciona só como identificador, criando uma identificação «forte», quer dizer, reforçando as relações semânticas existentes entre os elementos do contexto (na anáfora) ou adquirindo função pragmática de apreciação enfática ou até de apreciação metafórica (na deixis).

Os pronomes pessoais que correspondem aos demonstrativos na posição substantival, e o artigo definido que lhes corresponde também na posição atributiva, servem de elemento neutro neste sistema. Ao que parece, muitas características importantes do demonstrativo podem ser esclarecidas ao comparar o seu emprego com o das formas neutras, isto é, com o pronome pessoal para o caso do demonstrativo pronome, e com o artigo para o demonstrativo atributo.

O facto de que o demonstrativo possa identificar, explica-se pela sua capacidade de designar um objecto individualizado, determinado (Palek, 1968, Vendler, 1967). É esta capacidade de individualizar que aproxima o demonstrativo do artigo e do pronome pessoal. Para o artigo, porém, tal como para o pronome pessoal, a individualização é a característica semântica principal, que lhes permite, em condições correspondentes, servir como meio de identificação, porque o único, o singular, o determinado, pode ser, por consequência, o mencionado, o mesmo (Coseriu, 1962). Na deixis propriamente dita, o demonstrativo designa o referente identificado pela situação pragmática, contraposto a outro referente, explícito ou implícito. Na construção anafórica o demonstrativo tem características sintácticas e semânticas especiais: designa um dos referentes análogos já mencionados, (isto é, expressados com as mesmas designações) ou pressupostos no contexto, ou expressa identificação «forte» dos elementos do contexto ligados semanticamente, o que se manifesta especialmente nas construções com o demonstrativo atributivo que acompanha o substantivo. Isto é, o demonstrativo serve para reforçar a correferência contextual.

As particularidades semânticas das estruturas anafóricas baseiam-se no facto do referente poder ser denominado praticamente por uma quantidade infinita de modos diferentes. Assim, um objecto pode ser designado por uma série de sinónimos, por nomes genéricos ou apre-

ciativos, ou ainda por descrições de diversa espécie. É de acrescentar que enquanto «a esfera» (the scope) de denominações de pessoas ou coisas pode ser esboçada como mais ou menos definida, «a esfera» de denominações dos acontecimentos é, em geral, extremamente vaga. Pode conter não só predicados designando o acontecimento, mas também nomes de actantes desse predicado, nomes de actantes não designados no texto mas deduzidos do conteúdo em geral, qualificações do acontecimento e dos actantes, relações de todos estes elementos, etc. Como disse um investigador deste problema «o fenómeno de correferência na linguagem humana é tão amplo, tão complexo e nebuloso que são necessários muitos tomos pesados somente para escrever uma introdução aos seus mistérios» (Postal, 1970, p. 439).

2. Os atributos demonstrativos têm um papel especial na concórdia semântica dos elementos do contexto e na identificação dos seus fragmentos, servindo para suprir a relação semântica insuficiente e funcionando como «gerador» da mesma (Guíndin, 1971). Por exemplo:

E eu não quero morrer a pensar que os meus pais virão a pedir esmola. Livra-me desse pesadelo (NH 157).

Sem demonstrativo, a correferência dos dois fragmentos «morrer a pensar que os pais virão a pedir esmola» e «o pesadelo» não é evidente. O demonstrativo, portanto, introduz no contexto uma identificação suplementar «forte» fazendo ver que a denominação dum objecto, ou duma acção, ou duma qualificação é correferente a outra denominação ou a um fragmento inteiro do contexto. Neste exemplo,

Proibiu-me receber o irmão, que tem sido um santo para a gente. Vivemos às sopas dele. Que seria de nós sem a ajuda desse homem bom (RA 123).

o facto de as designações «o irmão» e «o homem bom» se referirem à mesma pessoa é indicado pelo demonstrativo «esse». Vejamos ainda o exemplo seguinte:

Ao rasgar do envelope, os quatro corações da Espilga pulsaram violentamente: aquele papel encerrava o destino de todos quatro (LC 245).

O demonstrativo «aquele» indica a correlação das denominações «o envelope» e «o papel». Aqui seria difícil dizer que estas denomi-

nações têm o mesmo referente. Não obstante, não há dúvida que entre eles existe uma ligação semântica.

Na concordância semântica entre o antecedente e a repetição podem participar quaisquer semas de elementos textuais, ligados directa ou indirectamente, que só podem, às vezes, serem descobertos recorrendo à descrição semântica do fragmento, tendo-se também em vista a situação pragmática em que se desenvolve a exposição (Sag, Hankamer, 1977; Fossetøl 1978).

O demonstrativo sinaliza no texto um predicado implícito, o que identifica dois fragmentos da enunciação ou de duas ou mais enunciações, ainda que o predicado como tal esteja ausente na estrutura de superfície. Nestes casos parece que a predicação implícita está presente na mente do falante como uma pressuposição.

Pode-se supor que no intervalo entre a frase A, que contém o antecedente, e a frase B, em que está a expressão anafórica, se realiza um trabalho mental que introduz a informação da frase A no contexto da enunciação inteira, o que torna possível identificar as partes A e B pela intervenção do demonstrativo ou de outro meio formal de identificação (Ducrot, 1970).

Como é sabido, a estrutura anafórica compõe-se de dois elementos — o antecedente e a repetição. A anáfora introduzida por um demonstrativo — pronome, via de regra — designa um elemento do contexto ou um fragmento, uma oração inteira ou uma série delas, mas em todos os casos a informação suprida pela repetição anafórica aparece reduzida em relação ao antecedente, servindo a repetição somente para remeter ao fragmento correferente:

Lembrou-se dos fantasmas que espantavam o Sagui quando este corria mundo (PE 97).

Eu pago-lhe, senhor doutor. O homenzinho dissera aquilo com uma incrível desfaçatez (NH 58).

No último caso o demonstrativo remete para uma oração inteira. Mas se o demonstrativo é atributivo e acompanha o substantivo, a estrutura anafórica, em muitos casos, serve para dar informação suplementar (cf. «o crescimento do sentido» em Palek, 1968, p. 37):

Aposto que o tipo dava alguma coisa para me poder matar, mas até esse prazer eu lhe destruía (SA 22-23);

O jornal publicara uma curta notícia do desastre...

Diz que também vosmicê vai ser candidato nas eleições? Me contaram essa novidade, fiquei sem acreditar (AG 221).

É casado... Separado da mulher... Como já sabiam aquelas intimidades do engenheiro? (AG 220).

Nos exemplos citados a frase nominal não só remete para o referente ou para o fragmento do texto antecedente, mas liga também os dois elementos da estrutura anafórica através de relações semânticas bastante complexas.

Observe-se este exemplo com anáfora semanticamente simples que só contém repetição:

Porque o casamento era falso, você sabe... Contratando outra vez cozinheira você liquida por completo esse casamento (AG 440).

É de notar também que o demonstrativo estabelece a ligação semântica entre fragmentos do contexto que podem estar a distância considerável um do outro:

E, numa decisão repentina, apertou-lhe os pulsos ... Os dois camponeses que perseguiam Antônio Parra haviam especado a uma centena de metros. Assistiam, de longe, a esse duelo de gestos (NN 240).

Nos exemplos citados o antecedente e a repetição não podem ser considerados semanticamente idênticos, apesar de designarem o mesmo referente. Há casos, e não poucos, em que a frase pronominal não tem antecedente explícito e o demonstrativo se refere a um antecedente subentendido que só pode ser definido pelo contexto. Tudo isto explica as dificuldades até agora não ultrapassadas em definir traços formais de conexão do texto, ainda que neste aspecto tenhamos resultados muito interessantes (Jelitte, 1976; Danes, Viehweger, 1977; van Dijk, 1972, 1977; Gulich, Raible, 1977; Dressler, 1972; Weinrich, 1976).

3. Ao descrever as relações entre os elementos da anáfora, fala-se habitualmente da situação comum dos seus elementos. Pode-se considerar uma situação como um segmento da realidade reflectida na língua, e são possíveis várias interpretações dos limites deste segmento (sobre o conceito da situação denotativa e da sua correlação com o contexto veja-se Gak, 1973; Fossetøl, 1978). A situação pode ser definida, no sentido mais amplo, como um segmento da realidade com

limites «esfumados», tendo praticamente uma quantidade ilimitada de elementos e de correlações entre eles.

Em sentido mais restrito a situação define-se pelo predicado com todos os elementos dependentes, isto é, com actantes, a que corresponde, por consequência, a proposição em sentido lógico. É evidente que o primeiro conceito de situação é mais geral e abrange o segundo. Globalmente diremos que a situação é o referente de denominações linguísticas de diversa extensão: é o referente de uma enunciação ou de uma parte dela ou de uma série de enunciações (fragmento do texto). Um texto coerente descreve uma série não discreta de situações, subdividindo-as em fragmentos semelhantes aos quadros dum filme que formam um conjunto dinâmico. O grau de conexão entre os elementos do texto é geralmente variado. É importante notar que a escolha dos elementos e das suas relações no texto depende não só de factores semânticos e pragmáticos (van Dijk, 1977; Fossestol, 1978), mas também da estrutura sintáctica da língua em questão.

No texto, os elementos duma situação, à medida que se vai desenvolvendo a exposição, aparecem denominados de modos diversos, e novos elementos são introduzidos em várias combinações; assim, uma situação vai passando a outra. A possibilidade de dar forma a denominações ligadas e de compreender esta ligação, é, em muitos casos, determinada pelo facto de aquelas se referirem a uma situação identificada intuitivamente ou a uma série de situações cuja unidade é apreendida como unidade de fragmentos do texto com correlações semânticas. Veja-se um exemplo do espanhol:

En seguida se montaron dos fenomenales estraperlos. En este caldo de corrupción el negocio ha sido y es fabuloso. Alguna parte de este dinero ha servido para renovación del utillaje (ZM 183).

O demonstrativo «este» que acompanha a palavra «caldo» indica que as denominações «el estraperlo» e «el caldo de corrupción» se consideram como correlativos. O demonstrativo «este» que acompanha a palavra «dinero» também designa a existência de relação entre elementos do contexto, não havendo porém antecedente explícito; a correlação na estrutura anafórica é deduzida indirectamente do sentido geral do texto.

É por isso que o êxito na «caça do antecedente» (Lakoff, 1970) depende da concordância semântica existente entre os elementos do

contexto e do «universo» comum dos falantes, isto é, depende de factores semânticos e pragmáticos em combinação.

Uma oração com o demonstrativo contém, além da pressuposição de existência, pressuposições específicas: «existe um elemento referente no contexto» (pressuposição anafórica) ou «existe o referente que está presente no momento de falar» (pressuposição deíctica). De modo que, além das pressuposições comuns que tem a oração de que o demonstrativo faz parte, existe mais uma, orientada para o demonstrativo identificador ou discriminador que tem como base o contexto precedente ou a situação pragmática no momento de falar. Os tipos de pressuposição nas frases com demonstrativos estão também ligados estreitamente à semântica do substantivo (Keenan, 1971). Assim, a expressão «esta vez» pressupõe que existiu uma outra vez; a frase «nesta visita à cidade natal» pressupõe que o actante já visitou a cidade antes. É de notar que o demonstrativo pressupõe a identificação com o contexto precedente tendo-se em vista que, conforme se disse mais acima, existe um predicado implícito identificando os dois elementos da estrutura anafórica. Pode-se observar este processo nos casos em que a referência do antecedente e da repetição não é evidente. O demonstrativo sinaliza neste caso que se realiza a operação de identificação de dois elementos, como no exemplo de Quine (Quine, 1953, p. 8):

Dá-me sal ... Dá-lhe este sódio clorato.

O demonstrativo indica que as duas denominações estão identificadas (com o sentido irónico suplementar do segundo caso) ainda que no contexto a frase identificadora (o sódio clorato é sal) não esteja presente.

O demonstrativo servindo de identificador, não pode generalizar e por isso não se usa nas orações genéricas. Nas orações genéricas independentes podemos usar o artigo («o homem é mortal») ou um quantificador («cada homem é mortal»), mas não usamos o demonstrativo. A oração «este homem é mortal» somente tem sentido no texto coerente (ou na deixis). As orações com demonstrativos não podem, portanto, existir fora do contexto ou da situação.

Convém prestar atenção ao problema da quantificação que também tem importância para o uso do demonstrativo. O demonstrativo não pode designar um objecto dum conjunto de objectos homogéneos:

Vemos ali um bando de pássaros. Este pássaro tem a asa ferida.

«Este pássaro» pode ser compreendido só como indicação déictica, sem ligação com o contexto precedente (Padutcheva, 1970, 1974). Para destacar um objecto de um conjunto é preciso designar esse conjunto na repetição:

Um desses pássaros tem a asa ferida.

O demonstrativo por si mesmo não pode pois quantificar, mas pode designar um elemento definido ou um conjunto que forma parte do sistema binário de discriminação, explícita ou implícita: desse bando de pássaros de que se falou acima e não de qualquer outro.

Estas características do demonstrativo não permitem o seu emprego em posição inicial de frase, se exceptuarmos o emprego estilístico mencionado por R. Cuervo e que ocorre nos contos populares espanhóis:

«este era un rey...»

Este começo parece destinar-se a colocar o leitor não no início mas no decorrer da acção (Bello, Cuervo, 1949, § 441).

As frases com demonstrativos não formam, como se pode concluir do que foi dito mais acima, cadeias referenciais de muitos elementos, ao contrário das frases com artigo ou pronomes pessoais que podem servir para indicar o mesmo referente muitas vezes. Visto que o demonstrativo se une com o seu antecedente por meio de relações semânticas muito complexas, que pressupõem contraposição ou discriminação de elementos análogos, explícitos ou implícitos, baseados em estruturas anafóricas simples que não contêm relações contextuais suplementares, o demonstrativo é relativamente raro. Por exemplo, no conto de Leão Tolstói «O elefante», em que há 5 cadeias anafóricas com 5 denominações iniciais: o elefante, o índio, a mulher do índio, os filhos, o mais velho dos filhos, a repetição anafórica pronominal encontra-se 11 vezes, e só uma delas inclui o demonstrativo («deste menino») (Sevbo, 1969, p. 59).

Esta mesma regularidade nota-se em português e em outras línguas românicas: o pronome pessoal e o possessivo são muito mais frequentes do que o demonstrativo. Por exemplo, no conto de J. Machado de Assis «Pai contra mãe» que contém 8 denominações iniciais de personagens, a repetição pronominal aparece 105 vezes, e a designação de pessoas, acompanhada de demonstrativo só 5 vezes.

Por outro lado, o mesmo referente pode ser designado várias vezes por meio de frase com demonstrativo atributivo, se a frase acrescenta

alguma informação à designação do referente ou se tem emprego expressivo. As funções principais do demonstrativo foram estudadas por S. Fernandez que analisou um texto espanhol (o conto «Un Testigo de Vista» de Palácio Valdés) em que o mesmo actante — na ocorrência um cão — é repetidas vezes mencionado.

S. Fernandez faz ver que o demonstrativo se usa cada vez que a denominação «el perro», ou outra que designa o referente, aparece no texto depois de um largo intervalo, ou quando é acompanhada de qualificação expressiva: «aquel pobre perro», «aquel pobre animal», «aquel desdichado», «aquel bicho feo y asqueroso», «la desgracia de aquel animal». Usa-se também quando se fala da vida dura do cão: «entonces hice con aquel perro», «aquel perro no tiene amo». Em outros casos o substantivo é acompanhado pelo artigo ou pelo possessivo: «y cuando el animal se paraba a mirarle», «veo a mi perro que camina tranquilo y confiado» (Fernández, 1951, pp. 242-243). Pode-se ver que o demonstrativo, através de um texto completo, revela claramente a tendência para adquirir sentido modal, designando a atitude de qualificação por parte do sujeito em relação ao referente (sobre a estrutura qualificativa e os seus elementos veja-se Wolf 1978).

4. Para explicar o uso da frase demonstrativa no contexto, concretizemos os tipos semânticos de ligação que podem aparecer em estruturas anafóricas.

A semântica específica destas estruturas explica, em parte, a diferença entre frases com demonstrativo e com artigo, e põe em evidência algumas restrições que aparecem nas construções anafóricas de várias espécies.

O uso típico do demonstrativo é o de classificador. O demonstrativo dá forma à relação contextual baseada na correlação do antecedente, verificando-se que a repetição classificadora tem sentido mais geral do que o antecedente (muitas vezes com significado apreciativo suplementar). É o que se verifica em espanhol,

He pasado por una enfermera. Tuve que hacer ese papel, te das cuenta?
(NF 292).

e também em português:

A vida dos nossos dias exige muito... Ninguém pode ficar parado... é obrigado a participar desta corrida diabólica (NH 172).

O uso classificador compreende em muitos casos a ideia de consequência lógica duma acção ou situação:

Vamos ficar por aqui durante o dia... Todos, afinal, desejavam esta solução (NN 99);

Em textos com o discurso directo o uso classificador do demonstrativo liga o discurso directo ao contexto (anáfora comunicativa):

É direito... O velho Parra meditou longamente nessas palavras (NN 209).

Nestes casos o demonstrativo é indispensável para formar o texto coerente. É por isso que as frases com demonstrativo contêm geralmente palavras classificadoras designando acontecimentos ou situações, isto é, contêm classificadores predicativos (acontecimento, assunto, circunstâncias, atmosfera, estado, fenómeno, facto, reacção, ritual, etc.):

Era depois disso que começavam as funções do novo turno A equipa anterior apresentara os doentes. Às vezes este ritual trazia ao de cima rivalidades mal disfarçadas (NH 76);

João Eduardo pressentiu que surgira uma súbita esperança, que o outto, para lhe ser agradável, cogitava numa solução engenhosa — e não soube se deveria sentir-se satisfeito com esse facto (NH 148);

Baleia... ficou observando maravilhada as estrelinhas vermelhas que se apagavam antes de tocar o chão. Aprovou com um movimento de cauda aquele fenómeno (RV 49).

A função classificadora do demonstrativo revela-se nos casos mais diversos. Vejamos o exemplo seguinte do espanhol em que o demonstrativo classifica, na deixis:

Se vuelve hacia la mesilla de noche, hacia el libro y el tubo de Nasopit y el frasco de Sedanil y añade: — Puedes decirme que significa esta farmácia? (DC 33).

É de notar que o demonstrativo, que se une facilmente com classificadores de toda a espécie, não forma combinação (a não ser com sentido expressivo qualificador) com nomes que designam função simples, isto é, que não classificam. É natural a frase «esta ciência» e não o é: «esta linguística» (Padutcheva, 1970).

5. O aspecto pragmático, que subentende também qualificação (apreciação), tem papel extraordinariamente importante no uso do demonstrativo. As orações com demonstrativo têm, além da estrutura sintáctica e semântica (que também se realiza por meio de artigos e pronomes pessoais), outra estrutura suplementar que pressupõe um predicado implícito e que pode ser de dois tipos: estrutura de identificação suplementar para os elementos que não se identificam por si mesmos, e estrutura de apreciação em que se revela o sujeito de qualificação e que está relacionado de maneira especial com o objecto de apreciação que é o substantivo anafórico. Assim, ao combinar-se o demonstrativo anafórico com nomes, tanto próprios como comuns, identifica-se a pessoa, no caso mais típico, por meio de uma qualificação (apreciação):

Vi por primera vez a los boteros... que impulsaban su embarcación con ayuda de una pica, todo el esfuerzo lo hacían aquellos veteranos con el pecho (MV 96);

Ora um dia, foi quase de repente, a Mimi deu em crescer. O que aquela pequena cresceu depressa (RL 208);

Pode-se ver que a segunda denominação acompanhada do demonstrativo é uma qualificação («los boteros que eran veteranos», «a Mimi, que era pequena»). Ao que parece, nestes casos também existe um predicado identificador implícito que realiza a correlação do referente e da qualificação. Estas repetições são semelhantes a construções de qualificação, propriamente expressivas, como por exemplo:

Essas moças de hoje... Até livro imoral elas compram... (AG 225);

Ora essa, não faltava mais nada! Este Artur sempre tem cada uma! Veja lá se quer que a gente morra de fome? Este magrizela, que nunca tem apetite (RL 53);

Figura desconcertante, esse Filipe Cabeça de Peixe (FM 79).

Os predicados semânticos podem também combinar o significado classificador com o apreciativo. Observe-se o exemplo seguinte em que o substantivo «ingratidão» classifica e qualifica ao mesmo tempo:

Por que não esperaram pelo menos eu morrer?... Por que essa ingratidão no fim da minha vida? (AG 24).

O factor modal é também muito importante para compreender o uso do demonstrativo em alguns tipos de contextos, por exemplo, no diálogo. Como observou S. Fernández para o espanhol, e que também é válido para o português, o demonstrativo no diálogo pode ter valor polémico, expressando desacordo:

O doutor não pede favores: manda. — Olhe que pode arrepender-se dessas palavras (NH 146);

Você tinha bebido uns copos... — Quem disse uma coisa dessas? (NH 212).

É de notar, que este uso é típico para o demonstrativo «esse» (Fernández, 1951, pp. 251-252).

O uso qualificativo do demonstrativo implica que o substantivo a que está ligado tenha valor de predicado qualificador e que a frase nominal faça o papel de «epíteto pronominal» (Postal, 1972).

O aspecto pragmático do significado do demonstrativo pode constituir a base do seu emprego como meio formal de metaforização. A palavra que designa um objecto pode ser compreendida no sentido metafórico se denota um referente para o qual o sentido concreto desta denominação não é verdadeiro. O demonstrativo é nestes casos indicador de metaforização (Arutjunova, 1976, p. 349).

O significado da frase nominal, concreto ou metafórico, depende nestes casos, do referente. Veja-se o exemplo:

É tudo claro como água: este cão roubou-me. Acabo ainda hoje com este malandro (NN 193).

«Este cão» é um indivíduo.

Observemos ainda estes dois exemplos: no primeiro o demonstrativo aparece na deixis, acompanhando a expressão «o cão» que se usa no sentido concreto designando o animal; no segundo a mesma expressão tem emprego metafórico, referindo-se a uma pessoa e subentendendo predicação prévia:

Picanço estudava o modo de alcançar uma das patas traseiras do cavalo... — Eu acabo com esse cão. O velho Parra jogou-lhe com alma uma pedra (NN 216);

Ele roubou-me, vá para o diabo... Roubou-me tudo, este cão (NN 190).

6. Podemos esclarecer a individualidade funcional do demonstrativo ao compará-lo com o artigo, que serve, conforme se disse mais acima, de elemento neutro no sistema de determinantes.

O demonstrativo atributivo e o artigo cruzam-se permanentemente no seu emprego, coincidindo às vezes e ficando outras em oposição directa. O demonstrativo obrigatório não pode ser substituído pelo artigo, e no entanto, o demonstrativo é facultativo se a frase nominal admite o artigo no mesmo contexto. É bem sabido que o artigo românico remonta ao demonstrativo e a semelhança funcional dos dois é natural. O papel do demonstrativo na organização de relações contextuais depende em grande medida da estrutura de uma língua; sabemos que o demonstrativo francês «ce», em frases como «ce livre», corresponde nas línguas ibero-românicas à frase «o livro» e não à frase com demonstrativo.

Mas, como se sabe, o uso do artigo é mais amplo do que o do demonstrativo. A frase nominal com artigo definido pode designar o objecto individualizado de vários modos, tanto o objecto único («a lua», «o presidente», etc.) como o objecto individualizado pela situação ou pelo conhecimento dos falantes: «A lua está cheia hoje» e «O cão quer sair» (Anneau, 1967, p. 84). O demonstrativo, pelo contrário, só aparece se a identificação se realiza na situação (deixis) ou no contexto (anáfora). Não pode designar objectos identificados pelo conhecimento prévio dos falantes ou pelo seu «universum».

A oração «Este cão quer sair» ou tem sentido deíctico, ou pressupõe a relação com o contexto precedente. A oração «Esta lua está cheia hoje» não parece natural. Há casos, e muitos, em que o artigo e o demonstrativo atributivo podem ser usados no mesmo contexto, sem nenhuma diferença visível no significado:

A dona Elvira barafustava, chegou a pô-la um dia fora da «pensão»: que aquela garota era uma ladra (RL 207).

Aqui podemos usar o artigo: «que a garota era uma ladra».

Só há um jeito, é entrar num acordo... Mas Tonico intervinha. Aquela ideia de acordo era-lhe grata (AG 267);

Esse Báltico traícoeiro que a Leninegrado me levou e de lá me trouxe... forçando-me a promessa de lhe passar a léguas se calhasse tornar a essas bandas (NA 201).

Na frase «esse Báltico traiçoeiro» o demonstrativo é facultativo; ao calá-lo a frase perde o sentido modal suplementar (cf. «O Báltico traiçoeiro»), mas a oração preserva o seu sentido geral. Mas em «a essas bandas» o demonstrativo é indispensável, não pode ser substituído pelo artigo. Um exemplo mais:

O senhor doutor não é uma pessoa para estas terras. — Não diga isso (NH 40).

Não se pode dizer: * não é uma pessoa para as terras.

Conforme já se disse mais acima, o demonstrativo, funcionando como meio deíctico ou anafórico, não pode, em nenhum caso, formar frases genéricas. O demonstrativo concretiza sempre a base da situação ou do contexto. Por isso, a diferença entre o uso do demonstrativo e do artigo torna-se evidente nas frases capazes de adquirir, ao desaparecer o demonstrativo, o sentido genérico.

É sabido que na repetição anafórica a frase nominal acrescenta implicitamente ao seu significado características do referente que já apareceram no contexto precedente. Na frase genérica, em que as relações contextuais não se realizam, perde-se toda a informação suplementar e a frase fica «nua», privada do sentido acrescentado pelo contexto («o contexto zero», em Katz, 1977).

No exemplo seguinte,

o que importa é o ensejo de mergulhar... na intimidade dos outros... Este apoio humano espalhafatoso é um saque que goza de impunidade (NH 12).

ao eliminar o demonstrativo, a oração perde o sentido concreto e torna-se genérica, destruindo a coerência contextual:

O apoio humano espalhafatoso é um saque que goza de impunidade.

Como é sabido, o juízo genérico não admite relação explícita de correferência com outros elementos do contexto, e portanto, o demonstrativo destrói estes juízos e transforma-os em juízos sobre fenómenos individualizados. É o que se observa nos exemplos seguintes:

Um homem é um homem: não pode ser indiferente às pedradas; E você está a desvalorizar o poder dessas agressões (NH 188).

Se tivermos «o poder das agressões» interpreta-se como agressões em geral e não como agressões cujo referente é «às pedradas».

Interpretação idêntica verifica-se em,

Cada um fora obrigado a tecer o seu mundo e a refugiar-se dentro dele, embora não tivessem premeditado esse isolamento (NH 21),

quando comparado com:

«... embora não tivessem premeditado o isolamento».

7. É de sublinhar que o uso obrigatório do demonstrativo pode depender também da semântica do substantivo em combinação com a sua posição sintáctica.

Sendo a qualificação geral uma das funções do demonstrativo, verifica-se que o demonstrativo não só designa um objecto identificado, mas também pode expressar, em condições correspondentes, a identificação do objecto com uma classe de objectos com a mesma qualificação, aproximando-se pelo sentido dos determinativos qualificadores «tal» ou «tanto»:

Nem pense que sou contra mudar certas coisas, fazer outras. Mas por que essa pressa, esse desespero como se o mundo fosse acabar? (AG 241).

Nada se altera se tivermos «tanta pressa», «tal desespero».

Sendo palavra pronominal, o demonstrativo, remetendo à situação anáforica, pode substituir determinados qualificativos de tipo concreto, acompanhando substantivos para os quais tal qualificador é indispensável. Trata-se de substantivos classificadores com valências semânticas qualificativas, quando aparecem em condições sintácticas que exigem absolutamente que estas valências estejam supridas:

Mas não pode andar, senhor doutor. Como posso levá-lo para casa neste estado? (NH 72).

É impossível «no estado» porque o artigo, nem qualifica por si mesmo, nem remete à qualificação contextual, por quanto a palavra «estado» (sendo classificador predicativo) tem valências semânticas «fortes» e precisa de concretização.

Contava com o restaurante para terminar de educá-la. O próprio Tónico era dessa opinião (AG 389).

Aqui é impossível: «era da opinião», mas podemos dizer: «era da opinião contrária».

Em espanhol:

Le echó los brazos al cuello. Permaneció un rato contemplándole en esta actitud (ZM 138).

Não é possível: «en la actitud».

Este demonstrativo obrigatório é especialmente característico em frases nominais de modo e em frases temporais, que recebem a sua concretização do contexto:

Como podia alguém supor que você, a estas horas, viesse ao hospital? (NH 95).

Bom bicho!... Neste momento entrou a menina de pote à cabeça (LC 126).

«No momento» é inaceitável.

Toda essa agitação cessou numa doce manhã de luz... Naquela manhã, a empregada esperou com a xícara de café... (AG 416).

Em estruturas adverbiais com demonstrativos, que não têm preposição, o demonstrativo revela-se o único meio de dar forma à frase adverbial:

Pois, seu Mundinho, esse ano o cacau é de dar gosto (AG 220).

Podemos, pois, ver, que o demonstrativo é obrigatório como meio de qualificação deíctica ou anafórica quando a qualificação é indispensável por causas semânticas e sintáticas (Wolf, 1978).

8. O uso do demonstrativo é também típico na repetição comunicativa, isto é, na repetição que remete para o contexto precedente como fragmento do discurso. Assim, a frase «A porta se abriu e apareceu um jovem desconhecido. Este jovem nos saudou e disse...» A repetição «este jovem» pode remeter para a situação («o jovem que entrou») ou para o acto de comunicação («O jovem de que se falou antes») (Wierzbicka, 1970).

A repetição comunicativa, que em muitos casos se combina com a qualificativa, pode referir-se a qualquer tipo de denominação, indicando que é aquele (ou aquilo) de que se falou antes. Vejamos uma série de exemplos em que o demonstrativo aparece acompanhado de pronomes quantificadores (é de notar que nestes casos o artigo não se usa):

E que... Bem sei, bem sei todos esses «ques» (NH 204).

Ni hay temor de Dios ni se respeta a nadie. Ese «nadie» es el cura, concretamente (MD 71).

Alguien, cuando estoy sola, se levanta y viene a mi encuentro, me ocupa: ese alguien, soy yo, soy yo misma (MV 133).

9. É importante assinalar mais alguns casos do uso do demonstrativo obrigatório, sendo impossível a substituição pelo artigo. Nestes casos os factores semânticos e sintácticos entram em interacção, mas parece que o uso concreto depende sempre de características gerais do demonstrativo que constitui o meio mais forte de identificação contextual:

Paixão... Amor... Lutara contra aquelas palavras durante dias e dias, a pensar na hora da sesta (AG 254).

O uso obrigatório do demonstrativo está, por vezes, relacionado com construções paralelas, em que o demonstrativo corresponde, por oposição ou não, a um outro demonstrativo (este/aquele) ou a um determinante temporal ou local:

Então, não há quem acuda a uma desgraça? João Eduardo estremeceu. Afinal, entre esse grito e os anteriores, tinham-se passado breves segundos (NH 15).

Um automóvel! Depressa! Depressa! E a essa voz verdadeiramente ansiosa e transtornada seguiu-se logo outra, lançada do cruzamento das ruas (NH 14).

Também aqui o demonstrativo não pode ser substituído pelo artigo, acontecendo o mesmo com:

Pois aceito seu convite. Vou passar um desses domingos com o senhor (AG 220).

É evidente que a oração: «vou passar um dos domingos com o senhor» tem aspecto temporal diferente: «um dos domingos em geral» e não «um dos próximos domingos».

10. Podemos, pois, concluir que o demonstrativo é indispensável e não alterna com o artigo definido nos casos seguintes:

- 1) A correferência dos elementos do contexto não é suficiente para estabelecer a correlação semântica dos membros da estrutura anafórica. O demonstrativo reforça esta correlação como meio formal de identificação;

- 2) A oração ou uma parte dela (frase nominal) tem interpretação genérica, e é o demonstrativo que, concretizando a interpretação, dá forma à correlação dos elementos do contexto;
- 3) O demonstrativo serve de substituto atributivo em frases nominais que contêm substantivos classificadores com «fortes» valências qualificativas. O demonstrativo serve de determinativo e preenche a valência atributiva remetendo à qualificação contextual discriminadora;
- 4) O demonstrativo entra em oposição ou correlação contextual com outros determinantes;
- 5) O demonstrativo remete para o contexto, dando forma à repetição anafórica de palavras que não se combinam com o artigo (cf. esses «ques»);
- 6) O demonstrativo realiza uma função secundária modal de qualificação apreciativa. Nestes casos, ao calá-lo, a frase perde o sentido modal;
- 7) O demonstrativo sinaliza o uso metafórico duma denominação concreta;
- 8) O demonstrativo deíctico é indispensável nos casos em que o artigo não é suficiente para a deixis (não analisamos aqui este emprego que depende da situação pragmática).

É de sublinhar que a análise do emprego obrigatório do demonstrativo não parece completa. É possível observar outros casos, condicionados pela interacção semântica e sintáctica da frase demonstrativa com o contexto.

Os casos citados parecem os mais importantes e os mais gerais, tendo-se em vista que o funcionamento do demonstrativo depende de duas características semânticas essenciais — a identificadora e a discriminadora que admitem, note-se, identificação ou discriminação na pressuposição. Outros usos parecem variantes destes. É também importante observar que os mesmos factores, ou semelhantes, condicionam o uso do demonstrativo nas línguas que não têm artigo. O funcionamento mais geral do demonstrativo nestas línguas (cf. por exemplo, o russo) é semelhante ao seu funcionamento nas línguas articuladas.

TEXTOS

português:

- AG — AMADO J., *Gabriela, Cravo e Canela*, Martins, São Paulo, 1958.
FM — FERREIRA, M., *Morabeza. Sucessos Literários*, Lisboa, s.d.
LC — LOBATO, M., *Contos*, São José, São Paulo, s.d.
NA — NAMORA, F., *Os adoradores do sol*, Europa-América, Lisboa, 1971.
NH — NAMORA, F., *O homem disjarçado*, Europa-América, Lisboa, 1957.
NN — NAMORA, F., *A noite e a madrugada*, Europa-América, Lisboa, 1970.
PE — PEREIRA GOMES, S., *Esteiros*, Europa-América, Lisboa, 1972.
RA — REDOL, A., *O anúncio*, Centro Bibliográfico, Lisboa, s.d.
RL — RODRIGUES MIGUÉIS, I., *Léah e outras histórias*, Estúdios Cor, Lisboa, 1968.
RV — RAMOS, G., *Vidas secas*, Martins, São Paulo, 1963.
SA — STTAU MONTEIRO, L. de, *Angústia para o jantar*, Ática, 1967.

espanhol:

- DC — DELIBES, M., *Cinco horas con Mario*, Planeta, Barcelona, 1967.
MD — MEDIO, D., *Diario de una maestra*, Planeta, Barcelona, 1961.
MV — MALLEA, E., *El vínculo*, Colores, Estella, 1970.
NF — NIETO, R., *La fiebre*, Cid, Madrid, 1959.
ZM — ZUNZUNEGUI, J. A. de, *El mundo sigue*, Seix Barral, Barcelona, 1960.

BIBLIOGRAFIA

- ANNEAR, S., «Relative Clauses and Conjunctions», in *Working Papers in Linguistics*, N. 1., The Ohio State University, Columbus, Ohio, 1967, pp. 81-97.
- ARUTIUNOVA, N. D., *Predloženie i Ego Smisl* (A Oração e o seu Sentido), Nauka, Moscovo, 1976.
- BELLO, A.; CUERVO, R. L., *Gramática de la Lengua Castellana*, Ed. Alcalá-Zamora y Torres N., Sopena, Buenos-Aires, 1949.
- BIERWISCH, M.; HEIDOLPH, K. E., eds., *Progress in Linguistics*, Mouton, The Hague — Paris, 1970.
- BOGUSLAWSKI, A., *Problems of the Thematic-Rhematic Structure of Sentences*, Wyd-wo Uni., warszawskiego, Warszawa, 1977.
- COSERIU, E., «Determinación y Entorno. Dos Problemas de una Lingüística —del Hablar» in *Teoría del Lenguaje y Lingüística General. Cinco Estudios*, Gredos, Madrid, 1962.
- DANES, F.; VIEHWEGGER, D., hrsg., *Probleme der Textgrammatik*, t. 2, Akademische Verlag., Berlin, 1977.
- DIJK, T. A., van., *Some Aspects of Text Grammar. A Study in Theoretical Linguistics*, Mouton, The Hague — Paris, 1972.
- DIJK, T. A., van., *Text and Context: Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse*, Longman, London-New-York, 1977.
- DRESSLER, W., *Einführung in die Textlinguistik*, Niemeyer, Tübingen, 1972.
- DUCROT, O., «Les Indéfinis et l'Énonciation» in *Language*, v. 17, 1970, pp. 91-111.
- FASOLD, R. M., SHUY, R. W. eds., *Studies in Language Variation: Semantics, Syntax, Phonology, Pragmatics, Social Situations, Ethnographic Approaches*, Georgetown University Press, Washington, 1977.
- FERNÁNDEZ RAMÍREZ, S., *Gramática Española. Los Sonidos, el Nombre y el Pronombre*, Madrid, 1951.
- FILLMORE, Ch., LANGENDOEN, D. T. eds., *Studies in Linguistic Semantics*, Holt, Rinehart and Winston, New York, 1971.
- FOSESTØL, B., *Tekst og Textstruktur*, Inst. for Språk og Literatur, Oslo, 1978.
- GAK, V. G., «Viskazivanie i Situatsia» (A Enunciação e a Situação), in *Problemi Strukturnoi Lingvistiki*, pp. 350-372.
- GUINDIN, S. I., «Ontologiticheskoie Iedninstvo Teksta i Vidi Vnutritekstovoi Sviazi» (A Unidade Ontológica do Texto e Tipos de Relação Intratextual), in *Machinnii perevod i prikladnaia lingvistica*, pp. 114-135.

- GULICH, E., RAIBLE, W., *Linguistische Textmodelle. Grundlagen und Möglichkeiten*, Fink, München, 1977.
- HERCULANO DE CARVALHO, J. G., «Systems of Deictics in Portuguese», in Schmidt-Radefeldt J. ed., pp. 245-266.
- JELITTE, J., hrsg., *Sowjetrussische Textlinguistik*, P. Lang. H. Lang., Frankfurt/M. — Bern, 1976, t. II.
- KATZ, J. J., *Propositional Structure and Illocutionary Force. A Study of the Contribution of Sentence Meaning to Speech Actes*, Cromwell, New-York, 1977.
- KEENAN, E. L., «Two kinds os Pressuposition in Natural Language», in Fillmore, Langendoen eds., pp. 45-54.
- LAKOFF, G., «An Example of a Descriptively Inadequate Interpretive Theory», in *Linguistic Inquiry*, v. I, n.º 4, 1970, pp. 539-542.
- Machinii perevod i prikladnaia lingvistika* (Tradução mecânica e linguística aplicada), t. 14, Institut Inostrannh Iazikov, Moscovo, 1971.
- PADUTCHEVA, E. V., «Anaphoric Relations and their Representation in the Deep Structure of a Text», in Bierwisch M., Heidolph K. E. eds.
- PADUTCHEVA, E. V., *O Semantike Sintaksissa. Materiali k Transformatsionnoi Grammatike Russkogo Iazika*. (Sobre a Semântica da Sintaxe. Contribuição para a Gramática Transformacional da Língua Russa), Nauka, Moscovo, 1974.
- PALEK, B., *Cross-Reference. A Study from Hyper-Syntax*, Academia, Praha, 1968.
- POSTAL, P. M., «On Coreferential Complement Subject Deletion», in *Linguistic Inquiry*, v. I, n.º 4, 1970, pp. 439-500.
- POSTAL, P., «Pronominal Epithets and Similar Items», in *Foundations of Language*, v. 9, N.º 2, 1972, pp. 246-248.
- Problemi Strukturnoi Linguistiki*, 1972 (Problemas da Linguística Estrutural, 1972), Nauka, Moscovo, 1973.
- QUINE, W. van O., *From a Logic Point of View*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1953.
- QUINE, W. van O., «Logic as a Source of Syntactical Insight», in *Structure of Language and its Mathematical Aspects*, University Press, Providence, 1961, pp. 1-5.
- SAG, I., HANKAMER, J., «Syntactically Versus Pragmatically Controlled Anaphora», in Fasold R. M., Shuy, R. W. eds., pp. 120-135.
- SCHMIDT-RADEFELDT, I. ed., *Readings in Portuguese Linguistics*, North-Holland Publ. Co., Amsterdam, 1976. (North-Holland Linguistic Series, 22).
- SEVBO, I. P., *Struktura Sviaznogo Teksta i Avtomatizatsia Referirovania* (A Estrutura do Texto Coerente e a Automatização do Processo de Resumir), Nauka, Moscovo, 1969.
- VENDLER, Z., «Singular Terms», in Vendler, Z., *Linguistics in Philosophy*, Cornell University Press, Ithaca-New-York, 1967, pp. 33-70.
- WEINRICH, H., *Sprache in Texten*, Klett, Stuttgart, 1976.
- WIERZBICKA, «Descriptions or Quotations?», in *Sign, Language, Culture*, Mouton, The Hague, 1970, pp. 627-644.

- WOLF, E. M., *Grammatika i Semantika Mestoimennii* (Gramática e Semântica do Pronome), Nauka, Moscovo, 1974. Trad. em italiano (Introdução e Cap. I): Grammatica e Semantica dei Pronomi, in *Studi di Grammatica Italiana*, v. V. Academia della Crusca, Firenze, 1976, pp. 285-353.
- WOLF, E. M., *Grammatika i Semantika Prilagatel'nogo* (Gramática e Semântica do Adjectivo), Nauka, Moscovo, 1978.

ANALYSE TYPOLOGIQUE DES ADJECTIFS DÉNOMINAUX PORTUGAIS EXPRIMANT LA POSSESSION

MAREK GAWELKO

§ 1. Dans la description ce-dessous, nous essayons de réaliser les postulats suivants.

A partir de F. de Saussure et L. Hjelmslev, on est d'accord pour admettre, au moins dans la tradition européenne, que la langue est une forme et non une substance. Pourtant, dans le domaine de la formation des mots, on donne la priorité à la recherche de la sémantique absolue plutôt que différentielle des affixes. La sémantique des affixes, pertinente sur le plan linguistique, c'est avant tout ce qui distingue un suffixe d'un autre. En vue d'établir la sémantique différentielle, il faut partir d'un groupe de suffixes synonymiques, et non d'un seul suffixe. Ainsi l'analyse faite par G. Inghult des adjectifs allemands en *-mäßig* qui aboutit à envisager huit catégories sémantiques ne rend pas compte des différences entre ce type d'adjectifs et les adjectifs synonymiques, mais de l'aspect syntaxique de leur emploi dans les textes ⁽¹⁾.

Les caractères particuliers d'un sous-système d'une langue ne devient manifeste que lorsqu'on le compare avec les sous-systèmes correspondants d'autres langues. Ainsi, pour mettre notre analyse dans une perspective plus large, nous avons comparé les adjectifs portugais avec les adjectifs équivalents 1.^o d'autres langues romanes, notamment espagnols, italiens, français et roumains, 2.^o du polonais

⁽¹⁾ Inghult G., *Die semantische Struktur desubstantivischer Bildungen auf -mäßig*, Stockholm, 1975.

et 3.^o de certaines langues germaniques, notamment de l'allemand et de l'anglais.

§ 2. Dans le domaine des adjectifs dénominaux, on peut envisager trois grandes classes de dérivés: 1.^o adjectifs de relation dont le rôle consiste à transposer un substantif dans la classe d'adjectifs (ex. *riqueza industrial* 'que provém da indústria'), 2.^o adjectifs de qualification exprimant la possession, la présence (ex. *homem indutroso* «que tem indústria»), 3.^o adjectifs de qualification exprimant la ressemblance (ex. *tom doutoral* «que tem gravidade pedantesca»). Ci-dessous, nous présentons une analyse de certaines catégories appartenant à la deuxième classe de dérivés.

§ 3.^o La classification linguistique est souvent basée sur l'antynomie invariant/variables. Une analyse de type logique conduit à la formation de classes, d'invariants; une analyse de type psychologique a pour conséquence la formation de variables. Ce qui est commun aux unités appartenant à une classe (invariant) détermine sa portée, ce qui différencie les unités (variation des unités dans le cadre d'une classe) constitue son contenu. Ce qui est l'invariant pour un groupe d'unités peut être variable dans le cadre d'une classe d'ordre supérieur⁽²⁾. Une telle classification conduit à une structuration des faits de langue. Le côté logique d'une telle classification se caractérise par des critères plus objectifs, mais moins adéquats; son côté psychologique, au contraire, par des critères plus subjectifs, mais en même temps plus adéquats.

§ 4. Une telle conception de la classification linguistique peut être appliquée à la classification de dérivés, telle la classification d'un groupe déterminé d'adjectifs dénominaux.

Nous définissons la catégorie dérivative comme un ensemble de deux types de dérivés au moins présentant la communauté de traits distinctifs (différentiels) généraux (dont le rôle est d'identifier une catégorie donnée comme telle) et la différenciation de traits distinctifs particuliers. Les types (ou modèles) dérivatifs, qui sont formés par des dérivés munis d'un même suffixe, constituent des membres oppositionnels, dont l'identification se fait au plan paradigmatique sur la base de l'identité d'un trait particulier. Dans le domaine

(2) Cf. Heinz, A., *Dzieje językoznawstwa w zarysie*, Varsovie, 1978, p. 464.

de la formation des mots, l'opposition est donc un contraste qui se manifeste sur le plan de la sémantique, que présentent au moins deux unités morphologiques. Ces unités se caractérisent par l'identité de traits généraux (caractère lexico-grammatical des bases et sémantique des dérivés), mais se distinguent par au moins un trait particulier.

§ 5. Une telle conception de la catégorie dérivative favorise les recherches typologiques. En effet, l'élément commun à toutes les unités formant une catégorie (lequel est l'invariant ou, comme on le définirait plutôt de nos jours, la structure profonde) a un caractère essentiellement sémantique, qui peut être identique dans les langues comparées et constituer ainsi la base de la comparaison. Cependant, dans le cadre de la formation des mots, l'utilité du caractère par excellence sémantique de la structure profonde est contestable du fait que le choix des suffixes est dicté non seulement par des critères sémantiques, mais aussi grammaticaux: ils s'ajoutent tantôt à des noms, tantôt à des verbes, parfois à des pronoms ou des prépositions. Comme la répartition des mots en parties du discours varie peu d'une langue indo-européenne à l'autre, la considération de ce facteur grammatical n'affecte en rien l'aptitude qu'a la catégorie dérivative proposée ci-dessus à l'analyse typologique.

§ 6. Comme illustration de la méthode présentée ci-dessus, nous avons choisi certaines catégories d'adjectifs dénominaux exprimant la possession 1.^o d'une matière et 2.^o d'une notion abstraite. Sans entrer dans le détail, il convient de constater qu'il est utile, pour des raisons pratiques, de recourir, dans la description de la formation des mots, à des termes de caractère essentiellement logique et facile à manier tels que «les adjectifs dérivés de noms de matière» (qui forment plusieurs catégories dérivatives). La formation des mots est en effet une discipline à cheval sur la grammaire et la lexicologie (*).

Adjectifs dérivés de noms de matière

§ 7. Dans le cadre de ces adjectifs, on peut établir deux catégories dérivatives. L'une intéresse le vocabulaire de la chimie et présente une opposition binaire: les adjectifs en *-ico* suggèrent des

(*) Cf. surtout Dokulil, M., «Zum wechselseitigen Verhältnis zwischen Wortbildung und Syntax», *Travaux linguistiques de Prague*, 1, 1964, pp. 215-224.

composés à valence plus grande que ceux suggérés par les adjectifs en *-oso*, par ex. *sulfato férrico/ferroso*. La situation que présentent les autres langues romanes est identique. Ainsi fr. *acide phosphoreux* est trivalent, *acide phosphorique* est pentavalent; it. *acido solforoso* est tétravalent, *acido solforico* assavalent.

Le caractère spécifique de l'opposition en question, impossible dans le cas des autres types de radicaux, plaide en faveur de la pertinence des noms de matière comme radicaux d'adjectifs suffixés dans le cadre du style technique. En ce qui concerne le langage courant, la pertinence linguistique de ce type de radicaux est contestable.

§ 8. L'autre catégorie intéresse les adjectifs d'un emploi plus ou moins courant et comporte quatre membres oppositionnels:

1.^o Les adjectifs en *-oso*, les plus nombreux, expriment le mieux une idée d'abondance, de plénitude comme dans *terreno arenoso* «que contém muita areia», *terreno sedimentoso* «que tem muitos sedimentos», *fruto polposo* «que tem muita polpa», etc.

2.^o Les adjectifs en *-ento* diffèrent très peu des précédents. En règle générale, l'idée d'abondance qu'ils revêtent semble moins marquée comme dans *catarrento* «que tem catarro», *suarento* «que tem suor, coberto de suor», mais on trouve aussi des exemples comme *pêssego sumarento* «que tem muito sumo», *terreno areento* «que tem muita areia». Malheureusement, les analyses sémantiques du *Dicionário prático ilustrado* (Porto, 1976), le seul qui soit à notre portée, sont parfois trop peu détaillées pour l'établissement de traits distinctifs tellement subtiles.

3.^o Les adjectifs en *-udo* unissent une idée d'abondance à une nuance péjorative⁽⁴⁾. Il s'agit de marquer une matière qui couvre le corps d'êtres vivants, par ex. *peludo* «que tem muito pelo», *veludo* «que tem velo», *cabeludo* «que tem muito cabelo». Les adjectifs tels que *membrudo*, *carnudo*, *ossudo* suggèrent plutôt un objet autre que la matière.

4.^o Contrairement à tous les autres types, les adjectifs en *-ado* se caractérisent par un emploi peu courant. Ils sont peu nombreux

(4) Cf. Jucá (Filho), C., «O sufixo —UD—», *Revista de Portugal*, Ser. A, N.º 281, vol. XXXV, 1970, pp. 302-316.

et dépourvus de toute idée d'abondance, par ex. *vaselina mentolada* «que contém mentol», *loíça vidrada* «coberta de substância vitrificável», *mel rosado*, *água melada*.

Abstraction faite des adjectifs en *-udo*, qui intéressent d'ailleurs une catégorie notionnelle très restreinte, les autres se conforment à la régularité suivante: plus un dérivé est fréquent dans la langue courante, plus il a tendance à exprimer l'abondance.

§ 9. La situation qu'on trouve dans les autres langues romanes ne diffère pas essentiellement de celle décrite ci-dessus. L'élément *-ento*, qui n'apparaît presque pas en dehors du portugais, n'a pas de caractère typologique bien marqué. L'élément *-udo* est plus rare dans les autres langues romanes, sauf en roumain où son équivalent *-ut* n'existe pratiquement pas (cf. *barbudo* — roum. *bărbos*, *peludo* — roum. *păros*), mais comme formateur d'adjectifs à partir de noms de matière, il est rare même en portugais. L'opposition fondamentale entre 1.^o emploi courant, idée d'abondance (sf. *-oso*) et 2.^o emploi peu courant, présence pure et simple (sf. *-ado*) est la même dans toutes les langues romanes.

§ 10. Les deux types d'oppositions se retrouvent en polonais. Dans le langage technique, le suffixe *-owy* forme des adjectifs à valence plus grande, le suffixe *-awy* des adjectifs à valence plus basse, par ex. *kwas siarkowy* «acide sulfurique» et *kwas siarkawy* «acide sulfureux». Dans le langage courant, on peut parler d'une opposition à trois membres: 1.^o présence pure et simple d'une matière, sf. *-any*, *-asty*, par ex. *pola buraczane* «champs de betteraves», *tereny trawiaste* «terrains herbeux»; 2.^o abondance d'une matière, sf. *-isty*, par ex. *zupa wodnista* «soupe où il y a trop d'eau»; 3.^o abondance ou présence d'une matière qui couvre le corps d'êtres vivants, sf. *-aty*, par ex. *pierś włochata* «poitrine poilue».

À la différence du portugais, le polonais possède un véritable suffixe intensif *-isty*, qui est cependant plutôt rarement employé. Les éléments *-any* et *-asty*, plus fréquents, sont parfois eux aussi pourvus d'une certaine nuance d'abondance. Tous les adjectifs polonais en question se caractérisent par un emploi courant.

§ 11. L'allemand ne présente pas d'opposition dans le domaine du langage technique, où la valence des composés est exprimée par les termes comme *Eisen (II) — sulfat*, *Eisen (III) — sulfat*. L'oppo-

sition fondamentale s'affirme entre 1.^o emploi courant, idée d'abondance (sf. —ig, ex. *saftige Früchte* «fruits juteux») et 2.^o emploi peu courant, présence pure et simple (sf. —haltig, ex. *jodhaltig* «iodé»). Le premier membre comporte aussi les équivalents des adjectifs du type *peludo* tels que *haarig*, *zottig* (cf. une situation analogue en roumain).

§ 12. En anglais, on retrouve l'opposition portugaise propre au vocabulaire de la chimie, par ex. *the sulphurous acid* a une valence plus basse que *the sulphuric acid*, *antimonic* a la valence de 5, *antimonious* a celle de 3. L'opposition qui intéresse le langage plus ou moins courant est analogue à celle trouvée en allemand: 1.^o emploi courant, sf. —y, par ex. *sandy* «containing sand, full of sand, covered or sprinkled with sand»; 2.^o emploi peu courant, sf. —ous, par ex. *urinous* «containing urine», *bituminous*, *gypseous*, *gelatinous*, *platinous*. Il est normal que seuls les adjectifs formant le premier membre expriment une idée d'abondance, voir encore *julcy* «abounding with juice, succulent».

§ 13. Le tableau suivant rend compte de la valeur typologique des langues comparées.

oppositions langues				
	1	2	3	4
portugais	+	+	—	—
espagnol	+	+	—	—
français	+	+	—	—
italien	+	+	—	—
roumain	+	—	—	—
allemand	—	—	+	—
anglais	+	—	+	—
polonais	+	—	—	+

1 — opposition entre valence plus grande/moins grande

2 — opposition tripartite entre: 1.^o présence d'une matière, emploi peu courant; 2.^o abondance, emploi courant; 3.^o présence ou abondance d'une matière qui couvre le corps d'êtres vivants

3 — opposition bipartite entre: 1.^o emploi peu courant, présence pure et simple et 2.^o emploi courant, abondance

- 4 — opposition tripartite entre: 1.^o présence, emploi courant; 2.^o abondance, emploi courant; 3.^o présence ou abondance d'une matière qui couvre le corps d'êtres vivants

Les oppositions en polonais sont analogues à celles établies pour les langues romanes, à ceci près que les adjectifs marquant aussi bien la présence pure et simple d'une matière que son abondance jouissent d'un emploi courant en polonais. Seules les langues germaniques n'ont pas de morphème qui suggère la matière couvrant le corps d'êtres vivants; cette sémantique est toujours propre au langage courant. Seul l'allemand n'a pas d'opposition intéressant le langage technique entre valence plus grande et moins grande.

Adjectifs tirés de noms exprimant une qualité ou un état

§ 14. Nous observons une grande prédominance du suffixe *-oso*. Dans la majorité des cas, le radical exprime un état plutôt qu'une qualité, par ex. *facto prodigioso*, *homem raivoso* «possuído de raiva», *condições vantajosas* «que produz vantagem», *trabalho penoso*, etc. Pourtant, le cas le plus caractéristique sémantiquement est celui où le radical exprime une qualité psychique ou physique et l'adjectif sa possession comme dans *pessoa orgulhosa* «que tem orgulho», *rapaz vigoroso* «que tem vigor», *filho respeitoso*, *vanglorioso*. Les autres langues romanes présentent un état de fait analogue.

Les radicaux des adjectifs en *-ado* expriment un état comme dans *um desgraçado palmo de terra*, *criado desastrado*, *culpado*, *desventurado*, *falbado*, *infelizmente*, *nauseado*, *penado*. En ce qui concerne les autres langues romanes, le français se distingue par quelques dérivés motivés par des noms marquant une qualité: *rusé*, *culotté*, *zélé* et peut-être aussi *attentionné*. Le roumain n'est presque pas représenté.

Les adjectifs en *-udo* se combinent eux aussi avec des radicaux qui dénotent presque exclusivement un état. Leur trait principal est qu'ils appartiennent au langage populaire. Ils sont tirés souvent d'une expression où leur radical revêt une valeur figurée et péjorative, par ex. *carrancudo* «que tem mau humor» provient de *carranca* dans le sens que ce mot a dans *fazer carranca* «mostrar mau modo», *focinbudo* «macambúzio, trombudo, casmurro» provient de *focinho* comme dans *torcer o focinho* «mostrar descontentamento», *trombudo* provient de *tromba* comme dans *fazer tromba* «mostrar má cara»,

telhudo provient de *telha* au sens populaire de «manie»; cf. aussi *amorudo*, *catigudo*, *forçudo*. A part quelques formations isolées, telles que esp. *forzudo*, ce type n'apparaît pas en dehors du portugais.

Le suffixe *-ico*, d'ordinaire relationnel, apparaît dans quelques adjectifs, peu nombreux et à fréquence considérable, qui expriment la possession d'une qualité, parfois le fait de se trouver dans un état, comme dans *homem enérgico*, *colérico*, *melancólico*, *pessoa simpática*, *transporte frenético*, *carácter fleumático*, etc.

Le suffixe *-ável* (esp. fr. *-able*, it. *-evole*, roum. *-abil*), combiné normalement avec des verbes, apparaît aussi dans quelques adjectifs susceptibles d'être motivés par un nom abstrait. Voici les plus fréquents de ces adjectifs dans les langues romanes:

portugais	espagnol	français	italien	roumain
(caritativo, caridoso)	(caritativo)	charitable	caritatevole	caritabil
(compassivo) culpável	(compassivo) culpable	(compatissant) (coupable)	compassionevole colpevole	(compătîmîtor) (vinovat)
favorável	favorable	favorable	favorevole	favorabil
gostável	gustable	(savoureux)	gustevole	(gustos)
(honroso)	honorable	honorable	onorevole	onorabil
(pacífico)	(pacífico)	paisible	(pacífico)	(paşnic)
(penoso)	(penoso)	pénible	(penoso)	penibil
(proveitoso)	(provechoso)	profitable	profittevole	profitabil
razoável	razonable	raisonnable	ragionevole	rezonabil
(saudável)	saludable	(salutaire)	salutevole	(salutar)
(verdadeiro)	(verdadero)	véritabîe	(vero)	(adevărat)

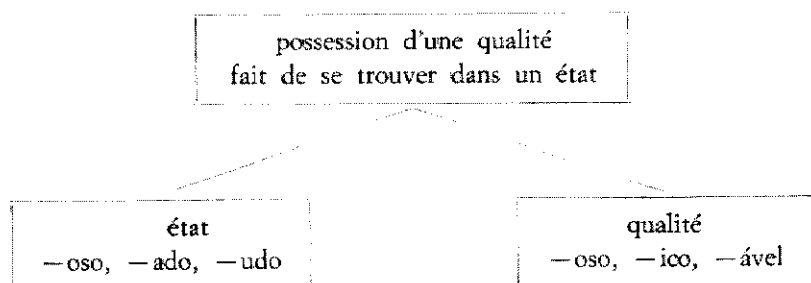
Il résulte de ce schéma, qui a l'inconvénient d'être fondé sur des dictionnaires qui n'ont pas été basés sur des textes parallèles, que l'italien et le français sont les plus riches; la richesse du portugais est comparable à celle de l'espagnol et du roumain.

Le suffixe *-ento* n'apparaît que dans des formations peu nombreuses en portugais, par ex. *festiento*, *odiento*, *rabugento*, *trapacento*, sporadiques en espagnol. Comme leur caractère spécifique est de plus peu marqué, nous n'en tenons pas compte dans l'analyse typologique qui suit.

§ 15. La non-considération, dans la présente description, des adjectifs en *-al*, tels que *mortal* (ex. *o homem é mortal*), *sentimental*

(ex. *menina sentimental*), *triumfal* (ex. *carro triumfal*), pose un problème de nature plus générale. Dans la description intégrale, il convient de faire entrer ce type dans la catégorie des adjectifs tirés de noms concrets qui ne dénotent pas la matière. En effet, la majorité des adjectifs en *-al* pourvus de la sémantique en question sont dérivés à partir de noms concrets. Leur non-considération permet d'envisager les substantifs abstraits en fonction de radicaux d'adjectifs comme une classe relativement simple au point de vue sémantique: ils dénotent soit une qualité soit un état.

Cette classe de radicaux est relativement simple sans être pour autant homogène. La répartition de ceux-ci en deux classes suivant qu'ils expriment une qualité ou un état se heurte à un obstacle sérieux, notamment à la distribution des suffixes, comme en témoigne le schéma suivant:



Il faut ajouter que le suffixe *-oso* est non seulement formateur d'adjectifs à partir de substantifs exprimant aussi bien une qualité qu'un état, mais il règne en maître dans ces deux classes de dérivés de sorte que la fréquence des adjectifs en *-oso* est de beaucoup supérieure à celle des adjectifs en *-ado*, *-udo*, *-ico*, *-ável* pris ensemble.

§ 16. L'analyse typologique conduit à envisager deux membres oppositionnels qui apparaissent dans toutes les langues romanes: 1.^o adjectifs marquant la possession d'une qualité ou le fait de se trouver dans un état, sf. *-eux/-os/-oso* et, plus rarement, *-able/-abil/-ável/-evole*, par ex. *vigoureux, charitable*; 2.^o adjectifs marquant essentiellement la possession d'une qualité psychique, par-

fois physique, emploi un peu moins courant, sf. —*ic*/—*ico*/—*ique*, par ex. *mélancolique*. Un troisième membre n'intéresse pas le roumain et comporte les adjectifs exprimant essentiellement le fait de se trouver dans un état, emploi un peu moins courant que celui des adjectifs en —*oso*, sf. —*ado*/—*ato*/—*é*, par ex. esp. *desgraciado*. Un quatrième membre n'apparaît qu'en portugais; il comporte les adjectifs appartenant au style populaire et désignant la possession d'une qualité, pour la plupart péjorative, sf. —*udo*, par ex. *carrancudo*.

Cet inventaire de traits distinctifs confirme l'opinion souvent avancée⁽⁵⁾ selon laquelle le portugais serait une langue à forte tendance populaire.

§ 17. L'allemand présente une opposition à trois membres: 1.^o adjectifs exprimant la possession d'une qualité ou le fait de se trouver dans un état, emploi courant, sf. —*ig*, par ex. *rubig*, *schuldig*; 2.^o adjectifs exprimant en principe la possession d'une qualité, emploi un peu moins courant, sf. —*isch*, par ex. *melancholisch*; 3.^o adjectifs exprimant la possession d'une qualité ou le fait de se trouver dans un état, emploi un peu moins courant, valeur intensive, sf. —*voll*, par ex. *ruhevoll*, *liebevoll*.

Les membres 1.^o et 2.^o sont analogues en portugais et en allemand alors que les autres membres sont différents. L'absence de l'équivalent de l'élément allemand —*voll* en portugais n'est pas pour nous étonner, celui-ci ne fait que doubler le suffixe —*ig* tout en gardant une idée d'abondance plus nette, corroborée par la sémantique qu'il a dans son emploi comme mot autonome. Etant donné son volume très réduit et son sens peu précis, le suffixe —*ig* perd du terrain au profit de —*voll* ⁽⁶⁾.

§ 18. L'anglais présente une opposition à quatre membres: 1.^o radicaux marquant une qualité ou un état, emploi courant, sf. —*ful*, par ex. *careful*, *forceful*, (*dis*)*graceful*; 2.^o radicaux marquant une qualité physique, plus rarement psychique, emploi courant, sf. —*y*, par ex. *dirty*, *healthy*, *hungry*, *moisty*, *hasty*, *noisy*, *mighty*, *weighty*; *angry*,

⁽⁵⁾ Par ex. Sten, H., *Les particularités de la langue portugaise*, Copenhague, 1944; Criado de Val, M., *Fisnomia del Español y de las Lenguas Modernas*, Madrid, 1972, *passim*.

⁽⁶⁾ Cf. Gawelko, M., «Considérations sur la distinction entre mot et affixe en allemand», *Kwartalnik Neofilologiczny* XVIII, 1971, p. 410.

crazy, funny, lucky, worthy; 3.^o radicaux marquant une qualité en principe psychique, emploi moins courant, sf. —*ic(al)*, par ex. *energetic(al), ironic(al), hypocritical, melancholic*; 4.^o radicaux marquant pour la plupart une qualité, emploi livresque, sf. —*ous*, par ex. *conscientious, ignominious, monotonous, nauseous*.

On peut constater que les membres portugais 1.^o, 2.^o et 3.^o correspondent respectivement aux membres anglais 2.^o, 3.^o et 1.^o, mais il s'agit d'une correspondance très approximative. Ainsi le membre prtg. 2.^o (ex. *melancólico*) correspond au membre angl. 3.^o (ex. *melancholic*), mais celui-ci ne se limite pas à une dizaine d'exemples d'origine savante. Les correspondances entre les autres membres sont encore plus vagues. Le membre prtg. 3.^o (ex. *desastrado*) correspond au membre angl. 1.^o (ex. *careful, disgraceful*), mais celui-ci est représenté par un nombre d'unités beaucoup plus considérable et ne se limite pas à exprimer la possession d'une qualité. Le membre prtg. 1.^o (ex. *orgulhoso, penoso*) correspond au membre angl. 2.^o (ex. *dirty*), mais celui-ci ne comporte pas d'adjectifs marquant un état.

La comparaison peut être aussi présentée d'une autre façon. Les membres prtg. 1.^o et 2.^o correspondent assez fidèlement aux membres angl. 1.^o et 3.^o et le membre prtg. 3.^o (le radical exprime un état) s'oppose au membre angl. 2.^o (le radical exprime une qualité).

Compte tenu des quatrièmes membres, on peut conclure à un caractère plus populaire, plus descriptif du portugais et à un caractère plus livresque de l'anglais; celui-ci donne la priorité à l'expression d'une qualité à celle d'un état.

§ 19. Le polonais présente une opposition tripartite: 1.^o radicaux exprimant une qualité ou un état, emploi courant, sf. —*ny*, par ex. *obłudny* 'hypocrite', *nędzny* 'misérable'; 2.^o radicaux exprimant en principe une qualité psychique, emploi moins courant, sf. —*iczny*/—*yczny*, par ex. *chimeryczny, energiczny, sympatyczny, melancholyczny*; 3.^o radicaux exprimant une qualité, souvent psychique, valeur légèrement intensive, emploi courant, sf. —*wy/ywy/liwy*, par ex. *cnotliwy* 'vertueux', *szczęśliwy* 'heureux', *trwożliwy* 'peureux', *urodziwy* 'beau, charmant'.

En règle générale, les membres oppositionnels polonais équivalent à ceux établis pour l'allemand. Seul le membre 3.^o diffère du membre allemand correspondant par le caractère courant et par la valeur intensive moins nette des unités.

§ 20. Les remarques qui précèdent peuvent être schématisées de la façon suivante:

langues	membres oppo- sitionnels	1	2	3	4	5
portugais		+	+	+	+	—
espagnol		+	+	+	—	—
français		+	+	+	—	—
italien		+	+	+	—	—
roumain		+	+	—	—	—
allemand		+	+	—	—	+
anglais		+	+	—	—	—
polonais		+	+	—	—	+

Les chiffres 1 à 4 renvoient aux membres oppositionnels dégagés à l'intérieur des langues romanes (voir § 16). 5 — adjectifs pourvus d'une valeur intensive.

§ 21. Pour conclure, nous sommes en mesure de constater que toutes les langues analysées disposent d'un élément qui apparaît dans de nombreux adjectifs d'usage courant, tirés de substantifs marquant aussi bien une qualité qu'un état: roman — *oso/—eux*, all. — *ig*, angl. — *ful*, pol. — *ny*. Les autres éléments, à part all. — *voll*, ne sont représentés que par un nombre restreint d'unités, en général d'un usage quelque peu moins courant.

Dans chacune des langues analysées, on trouve une dizaine d'adjectifs d'origine grecque terminés en — *ico/—ique* (angl. — *ic(al)*, all. — *isch*, pol. — *iczny*) qui ont pénétré dans les langues modernes par l'intermédiaire du latin. Leur rôle est de marquer la possession d'une qualité psychique. Leur emploi est un peu moins courant, un peu livresque, les sujets parlants ont peut-être toujours conscience de leur origine étrangère.

Le portugais, de même que les autres langues romanes, se distingue par une importance considérable accordée à l'expression de l'état où se trouve un objet; celle-ci est attachée à un morphème particulier.

Seul le portugais a élaboré un morphème particulier dont le rôle est de produire des adjectifs d'usage populaire.

Seuls l'allemand et le polonais disposent d'un élément pourvu d'une valeur légèrement intensive: all. —*voll*, pol. —*iwy*. Cependant, il ne faut pas exagérer le rôle de ces éléments. D'une part, leur valeur intensive n'est pas très nette, plus particulièrement dans le cas du polonais; d'autre part, une certaine nuance intensive est aussi décelable dans les adjectifs en —*oso*/—*eux*, —*ig*, —*ful*, —*ny*, les plus nombreux dans toutes les langues analysées.

Conclusion générale

§ 22. Les conclusions auxquelles on arrive dans le cadre d'une typologie partielle ne doivent pas nécessairement être analogues à celles qui découlent d'une analyse typologique générale. Néanmoins, la caractéristique du portugais à laquelle conduit notre étude ne s'éloigne pas de celle qu'en donnent les chercheurs tels que H. Sten, M. Criado de Val et autres. On qualifie d'ordinaire le portugais de conservatif et d'affectif. L'élaboration d'un morphème produisant des adjectifs populaires et péjoratifs et le maintien du suffixe latin —*ento* sont des arguments qui plaident en faveur de cette caractéristique. Nous pouvons ajouter que celle-ci ne change pas lorsqu'on élargit l'enquête sur des langues non romanes.

«Considéré dans le cadre des langues indo-européennes, le portugais se révèle une langue essentiellement romane, en particulier grâce à la ressemblance formelle des suffixes, à leur fréquence et à leur valeur typologiques analogues.»

Toutefois, le matériel cité permet de conclure à une similitude poussée entre les langues romanes, y compris le portugais, et les langues germaniques et slaves. Bien que physiquement différents, les suffixes analysés forment des oppositions fondamentales analogues, et les différences ne concernent généralement que des détails.

CONDIÇÕES SOBRE POSPOSIÇÃO DO SUJEITO EM PORTUGUÊS (*)

ANA MARIA BRITO
(PORTO)

INÊS SILVA DUARTE
(LISBOA)

SUMÁRIO

Nota prévia

Introdução

I — Tratamentos do fenómeno da posposição do SUJEITO em frases declarativas do Português: apresentação crítica

1.1 PERLMUTTER 76;

1.2 RAPOSO 79;

2. Conclusões.

II — Sobre as noções de SUJEITO e de TÓPICO:

1. A noção de SUJEITO:

1.1 Na tradição gramatical;

(*) Agradecemos aos Profs. Simon Dik, Óscar Lopes, Maria Helena Mateus, Catherine Fuchs e ao José António Meireles as críticas e sugestões feitas a versões preliminares deste trabalho.

(**) Aquando da elaboração deste trabalho, assistente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e membro do Centro de Linguística da Universidade do Porto.

- 1.2 Na Gramática Generativa Transformacional e na Gramática Universal;
- 1.3 Definição e propriedades de SUJEITO;
- 2. A noção de TÓPICO:
 - 2.1 Na perspectiva não comunicativa: Chomsky, Fillmore e Lakoff;
 - 2.2 Na perspectiva comunicativa:
 - 2.2.1 Halliday;
 - 2.2.2 Perspectiva Funcional da Frase;
 - 2.3 Definição e propriedades de TÓPICO.

III — Uma hipótese explicativa sobre o fenómeno da posposição do SUJEITO em frases declarativas do Português:

- 1. Formulação da hipótese;
- 2. Análise de algumas construções do Português: frases com Verbos intransitivos particularmente, Verbos existenciais e Verbos de 'entrada em cena';
- 3. Conclusão: reformulação da hipótese apresentada em 1.

Lista de Símbolos e Abreviaturas

Bibliografia

Nota Prévia

O presente artigo, que é uma versão abreviada de um trabalho concluído em Outubro de 1980, constitui uma reflexão sobre aspectos de natureza semântica e textual ligados à ocorrência de Sujeitos pós-verbais em frases declarativas do Português.

A três anos de distância, optámos por manter tanto quanto possível a versão original. Do mesmo modo, só acrescentámos na Bibliografia os textos referidos nesta Nota Prévia.

Não podemos, no entanto, deixar de sublinhar os seguintes aspectos:

1. Como é sabido, PERLMUTTER 78 formula a *Hipótese Inacusativa*, no quadro da Gramática Relacional, que permite um tratamento motivado sintacticamente da posposição do Sujeito em frases existenciais e, em geral, em frases com verbos inacusativos e em frases passivas. Curiosamente, esta Hipótese «inverte» a análise consubstanciada na Regra de «Subject Downgrading»: os SNs em questão não são Sujeitos iniciais «degradados», mas sim Objectos Directos iniciais «promovidos» a Sujeitos finais.

A Hipótese Inacusativa é apresentada e aplicada ao Português em RAPOSO 81; veja-se também MATEUS et alii 83, caps. 8.2., 10.1.1. e 10.1.2.;

2. Um tratamento *sintáctico* do fenómeno da ocorrência de Sujeitos pós-verbais em frases declarativas tem de ter crucialmente em conta que o Português é uma língua de Sujeito Nulo, o que permite que possam ocorrer «livremente» Sujeitos finais basicamente engendrados em posição pós-verbal ou movidos para posição pós-verbal.

Em MATEUS et alii 83, caps. 10.1.1., 10.1.2., 10.1.4. e 12.1.1.2., propomos um tratamento sintáctico, no quadro da Teoria Standard Alargada e Revista, de algumas construções em foco neste artigo; note-se,

no entanto, que um tal tratamento não dispensa a existência de um mecanismo interpretativo (através de Regras de Interpretação da Forma Lógica sensíveis ao discurso anterior?) do grau de determinação e de definição contextual dos SNs com a função de Sujeito e do seu estatuto textual, mecanismo esse que legitime ou elimine como representações mal-formadas estruturas de frases declarativas, em função da posição pré- ou pós-verbal do Sujeito;

3. A análise de PERLMUTTER 76 e a crítica aqui feita a essa análise (cf. em particular 1.1.4. e 1.1.5.). Repousam essencialmente na hipótese da ordenação das Regras transformacionais. Como se sabe, tal hipótese assume um lugar relativamente secundário no quadro da Teoria Standard Alargada.

No entanto, o nível a que devem aplicar-se os mecanismos CONCORD SU-V é efectivamente crucial na derivação sintáctica das frases finitas;

4. Por último, a inexistência de uma terminologia linguística fixada em algumas das áreas em que se situa este trabalho obrigou-nos a propor a tradução de certos termos. Ao fazê-lo, optámos por uma tradução tanto quanto possível literal; em certos casos tal implicou a criação de neologismos.

Setembro de 1983

Introdução

A motivação original deste trabalho foi a problemática Regra de «SUBJECT DOWNGRADING» proposta por PERLMUTTER 76 — e retomada, com o nome de DEGRADAÇÃO DO SUJEITO, por RAPOSO 79 —, no quadro de um modelo da GGT fortemente transformacionalista, para dar conta do fenómeno da posposição do Sujeito nas frases existenciais em Português. Situam-se no quadro desse mesmo modelo os argumentos sintácticos aduzidos contra a referida regra na parte I deste artigo, nomeadamente os que se referem a problemas de ordenação das regras transformacionais que, no referido modelo, se considerava estarem envolvidas na derivação das frases em análise.

Fomos particularmente sensíveis à extensão do fenómeno, que ultrapassa largamente o domínio empírico designado por PERLMUTTER 76 de «frases existenciais», verificando-se, opcional ou obrigatoriamente, em construções sintácticas muito variadas.

A diversidade sintáctica das frases declarativas exibindo mais ou menos «livremente» Sujeitos pós-verbais sugeriu-nos uma abordagem do fenómeno que tivesse em conta aspectos que se foram revelando constantes nos dados analisados: problemas de *determinação* dos SNs com a função de Sujeito e seu estatuto relativamente à *organização temática do discurso*.

Ao enveredarmos por uma tal abordagem demo-nos conta de que a inexistência de uma noção precisa de Tópico nas propostas de tratamento sintáctico do fenómeno apresentadas criticamente em I levava a que se considerasse que os Sujeitos pospostos (que em regra não têm a função textual de Tópico) «perdiam» propriedades de Sujeito. Ou seja, incorporavam-se implicitamente as propriedades características da função de Tópico nas propriedades que caracterizam a função de Sujeito.

Assim, sentimos a necessidade de precisar as noções de Sujeito e de Tópico, que consideramos centrais para o entendimento do fenómeno

da posposição do Sujeito em frases declarativas, já que, se a ordem de palavras, em línguas como o Português, exprime fundamentalmente a função sintáctica que os constituintes têm na frase, ela exprime igualmente a função textual que eles têm no discurso.

Consagramos portanto a parte II deste artigo a uma breve síntese do modo como ambas as noções foram entendidas em diferentes momentos e correntes da reflexão gramatical e linguística, e à apresentação das noções de Sujeito e de Tópico que utilizamos.

Na parte III, procurámos definir condições gerais de natureza semântico-textual sobre a posição pré- e pós-verbal do Sujeito nas frases declarativas. Como a leitura deste trabalho tornará evidente, não foi nosso objectivo propor um tratamento sintáctico do fenómeno.

I

1.1 PERLMUTTER 76 restringe o fenómeno analisado àquilo que designa por «classe das frases existenciais» ⁽¹⁾, i.e., frases cujos Verbos principais exprimem «uma afirmação ou negação de existência incluindo o começar a existir e o deixar de existir» (p. 95). Esta noção de existência «pode ser [entendida como] existência com respeito ao quadro de referência de alguém, como no caso dos Verbos que significam 'aparecer' ou 'desaparecer'» (p. 95).

É porque parte de uma noção tão lata de existência que Perlmutter classifica como Verbos existenciais não só Verbos como 'existir', 'acontecer', mas também Verbos como 'aparecer', 'surgir', 'sumir', 'rebenatar' (no sentido de 'aparecer'), que seria mais correcto considerar Verbos de 'entrada em cena' («appearance on the scene» ou «appearance on the stage») ⁽²⁾. Ora, tal distinção parece impor-se, já que, enquanto os Verbos existenciais são Verbos ESTATIVOS, os Verbos de 'entrada em cena' são Verbos NÃO ESTATIVOS.

A hipótese apresentada por Perlmutter para dar conta do fenómeno da posposição de SU nas 'frases existenciais' consiste na formulação de uma regra transformacional — SUBJECT DOWNGRADING — que, ao colocar SUs subjacentes à direita do Verbo, os faz perder a sua função de SU: os SNs à direita de V nas 'frases existenciais' «são SUs subjacentes que sofrem uma regra que os faz deixar de ser SUs» (p. 95).

Para fundamentar esta hipótese — particularmente, a perda da função de SU dos SNs acima referidos —, Perlmutter apresenta os argumentos que passaremos a expor e a discutir.

⁽¹⁾ «The class of Portuguese sentence under discussion seems to be the class of existential sentences» (p. 95).

⁽²⁾ Cf., por exemplo, SGALL 73 e DAHL 74.

1.1.1 ORDEM DE PALAVRAS NAS FRASES SIMPLES (pp. 96-7)

Perlmutter afirma que, nas frases simples declarativas, no Português, os SUs precedem o Verbo, se não houver «nenhum ênfase especial sobre qualquer constituinte» (p. 96).

De facto, a ordem de palavras nas frases simples declarativas, em Português, é SU-V-X. No entanto, há frases que não são existenciais e nas quais a ocorrência de SUs pospostos é perfeitamente possível e natural. É o caso de frases com Verbos de 'entrada em cena' — muitos dos quais Perlmutter não inclui na lista de Verbos que apresenta: por exemplo, 'chegar', 'vir'. Assim, (1b) é perfeitamente gramatical e mais natural, em certos contextos (situacionais e discursivos) do que (1a):

- (1) a. Os delegados alemães chegaram.
- b. Chegaram os delegados alemães.

Por seu turno, em frases com Verbos de 'entrada em cena' e SUs não definidos (cf. n. 41), como (2), a posposição do SU é obrigatória:

- (2) a. * Gente afecta ao antigo patrão veio.
 - b. «Veio gente afecta ao antigo patrão».
- (in C. Coutinho, *A ESTRATÉGIA DO CINISMO*, p. 21)

Poderia argumentar-se que um exemplo como (1b) é precisamente um caso de frase declarativa simples com «ênfase especial» num constituinte. Só que o termo «ênfase especial» parece-nos demasiado vago e impreciso para que, a partir dele, se possa formular uma condição plausível sobre ordem de palavras. Isto porque tal termo não precisa nem a função informativa nem a função textual do constituinte enfatizado — i.e., o seu estatuto ou função pragmática. Ora a função pragmática *específica* de um dado constituinte determina consequências *específicas* em termos de ordem de palavras e/ou de factos prosódicos («ênfase» num constituinte pode não acarretar consequências quanto à ordem de palavras, por exemplo). Não é, portanto, com um termo como «ênfase» que se podem predizer ou descrever essas consequências.

1.1.2 PERDA DE «SIGNIFICADO TEMÁTICO»

(pp. 97-102)

Para Perlmutter, os SUs que seguem V perdem o «significado temático» que têm quando precedem V. As frases com SUs na posição pós-verbal são, quanto a ele, «descrições neutras de um certo estado de coisas («state of affairs») (p. 97), e exemplifica com:

- (3) Sempre surgem controvérsias como essas em Nova Iorque.
((18), p. 97)

Curiosamente, (3) é uma frase com «ênfase especial» sobre *Sempre* ... Em nenhum caso se trata de uma descrição neutra de um estado de coisas.

Pelo contrário, em (4) o SU é «tema ou tópico da frase» (p. 97):

- (4) Controvérsias como essas sempre surgem em Nova Iorque.
((19), p. 97)

De facto, os SUs que precedem V numa frase não marcada são geralmente tópicos da frase. Mas, para nós, isto significa que esses SNs concentram em si o conjunto de propriedades que definem a função sintáctica de SU e o conjunto de propriedades que definem a função textual de TÓP; o que acontece com os SUs pós-verbais é que estes apenas possuem propriedades de SU, não tendo propriedades de TOPI-CALIDADE.

1.1.3 ESCOPO DO QUANTIFICADOR

(p. 102)

Para PERLMUTTER 76, uma outra diferença entre SUs pré- e pós-verbais reside no escopo do quantificador que prende a variável nominal SU. Assim, enquanto (5) admitiria as leituras (i) e (ii), (6) apenas admitiria a leitura (i):

- (5) Muitas controvérsias surgem todos os dias.
((36), p. 102)
(6) Surgem muitas controvérsias todos os dias.
((35), p. 102)

- (i) O número de controvérsias que surgem todos os dias é elevado.
- (ii) Existem muitas controvérsias que surgem todos os dias.

Perlmutter explica a diferença de comportamento entre (5) e (6) pelo facto de, em (5), *Muitas controvérsias* ser SU e, portanto, tema da frase e de, em (6), *muitas controvérsias* ter sido «downgraded», perdendo, entre outras, a propriedade de ser tema da frase.

Esta argumentação sugere-nos dois comentários. Em primeiro lugar, como já foi dito em 1.1.2, a propriedade de Topicalidade não é inerente à função sintáctica de SU. Em segundo lugar, (5), como frase declarativa, só é aceitável se *Muitas controvérsias* for um termo contextualmente dependente, i.e., definido pelo discurso anterior ou posterior ou pela situação de comunicação. Neste caso, apesar de o quantificador que prende o N *controvérsias* ser indefinido, *controvérsias* é contextualmente definido. Portanto, *Muitas controvérsias* em (5) é contextualmente dependente, tem a função de TÓP e encontra-se em 'posição referencial' (Cf. QUINE 53), o que explica que o quantificador que prende *controvérsias* tenha por escopo a totalidade da frase. Em (6), *muitas controvérsias*, não é contextualmente dependente (logo, não é TÓP da frase) e não surge em posição referencial. Assim, o quantificador *muitas* tem por escopo o SN que domina a variável nominal *controvérsias*, sendo *todos em todos os dias* o quantificador cujo escopo é a totalidade da frase.

Ou seja, a diferença entre (5) e (6) relativamente às leituras que admitem, deve-se, quanto a nós, à Topicalidade de *Muitas controvérsias* em (5) e não à Regra de SU DOWNGRADING de *muitas controvérsias* em (6).

1.1.4 INTERACÇÃO COM ELEVAÇÃO DE SUJEITO

(pp. 102-6)

Perlmutter considera neste parágrafo frases com o V de complemento *parecer* e com SUs pré- e pós-verbais na F complemento. O facto de em estruturas em que só é possível um SU «downgraded» na F complemento esse SU não poder ser elevado é um argumento a favor da perda da função SU por parte dos SUs «downgraded». Veja-se a diferença entre (7) e (8):

- (7) a. As crianças correm rapidamente
- b. As crianças parecem correr rapidamente.

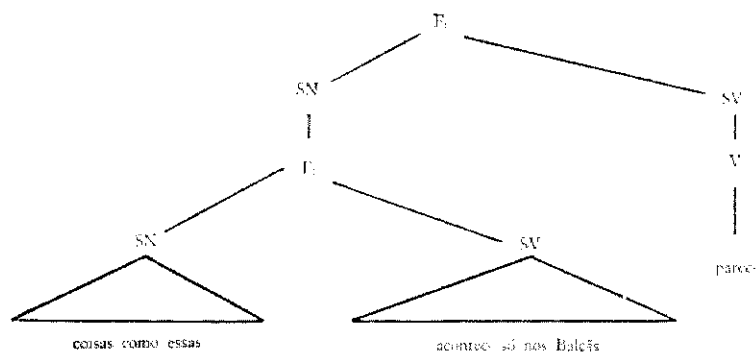
((37), p. 103)

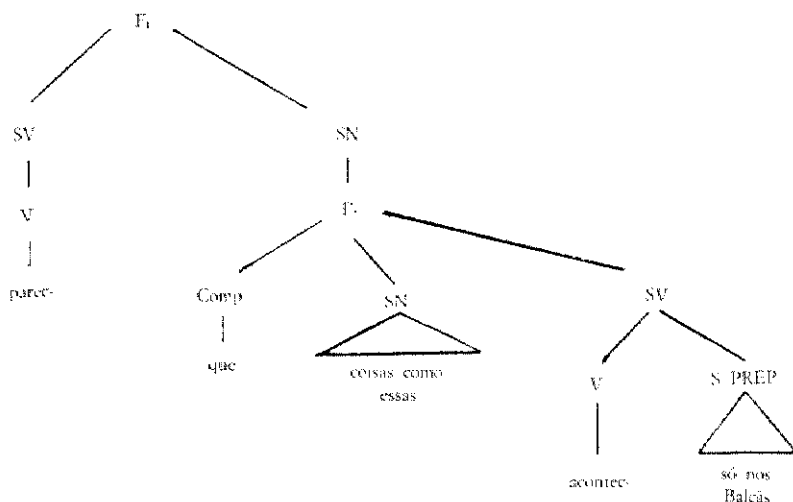
- (8) a. Existem muitos candidatos nesta eleição.
 ((52 b), p. 105)
- b. * Muitos candidatos parecem existir nesta eleição.
 ((53), p. 105)

A agramaticalidade de (8b) leva Perlmutter a considerar SU DOWNGRADING como uma regra cíclica, ordenada anteriormente a ELEV DO SU. Ora a ordenação por ele proposta dessas duas regras e a ordenação destas relativamente a CONCORDÂNCIA $SN_{SU}-V$ (que passaremos a designar por CONCORD) — que nunca é referida pelo autor — não permite o engendramento de certas frases gramaticais do Português (veja-se, por ex., (9a), (9b), (9d)) e permite o engendramento de frases agramaticais, como por ex. (10).

Assim, consideremos as seguintes frases:

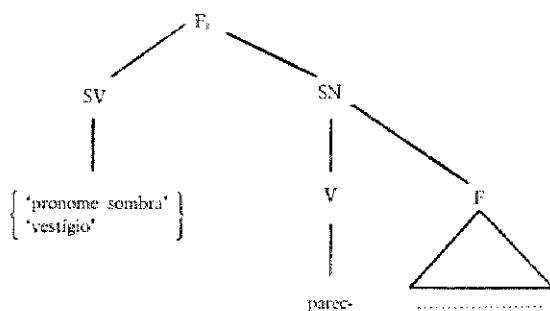
- (9) a. Parece que coisas como essas acontecem só nos Balcãs.
 b. Parece que acontecem coisas como essas só nos Balcãs.
 c. Coisas como essas parecem acontecer só nos Balcãs.
 ((42), p. 103)
 d. Parecem acontecer coisas como essas só nos Balcãs.
- (10) * Coisas como essas parecem acontecerem só nos Balcãs.
- (i) A estrutura básica de cada uma delas pode ser, informalmente, representada por (11):





Em I, há condições para aplicar CONCORD entre *coisas como essas* e *acontec-*, mas não para a aplicar a *parec-*, dado que EXTRAPOSIÇÃO moveu previamente o SN frásico SU de *parec-* para a direita de SV .

Este problema deixaria de existir se se adoptasse a proposta dos 'pronomes sombra' ⁽³⁾ ou uma versão da teoria transformacional que incorpore a 'teoria dos vestígios' ⁽⁴⁾. Em qualquer dos dois casos, no lugar inicial do SN frásico movido ficaria um 'pronome sombra' ou um 'vestígio' que despoletaria CONCORD:

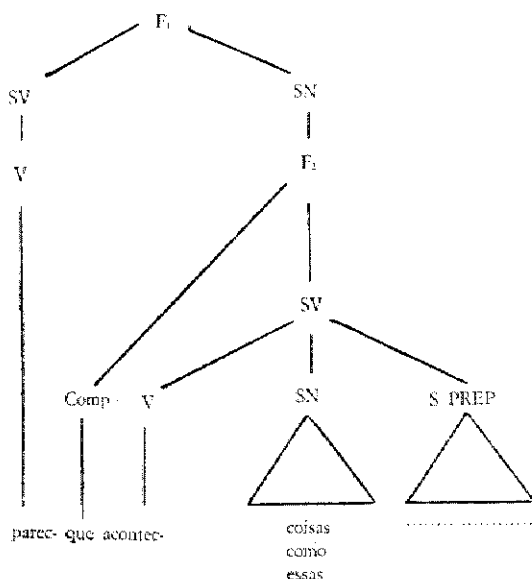


Em PERLMUTTER 76 nenhuma destas duas hipóteses é sugerida explícita ou implicitamente;

(3) «Shadow pronouns». Cf. PERLMUTTER 72.

(4) «Trace Theory». Cf. por ex., CHOMSKY 73.

- (viii) Admitindo (vi), não seria possível derivar (9b) pelas mesmas razões apontadas em (vii) e ainda porque a aplicação de SU DOWNGRADING no ciclo de F_2 bloquearia a aplicação de CONCORD em F_2 :



Em III, que representa o último ciclo da derivação transformacional de (9b), não há condições para aplicação de CONCORD nem em F_2 (bloqueada por SU DOWNGRADING) nem em F_1 (bloqueada por EXTRAPOSIÇÃO).

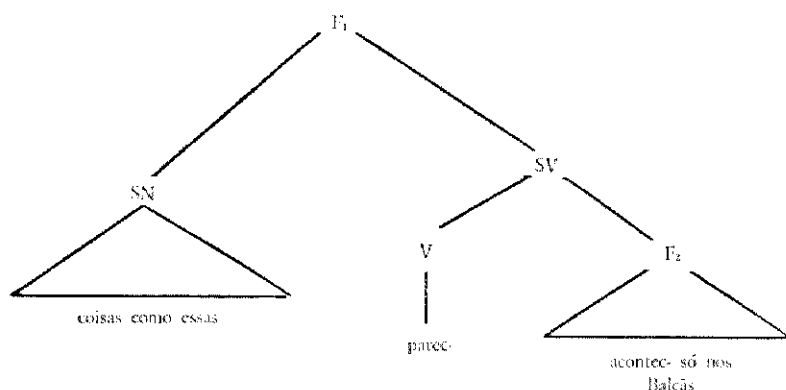
Para haver condições de aplicação de CONCORD em F_2 seria necessário admitir a ciclicidade de CONCORD e ordená-la anteriormente a SU DOWNGRADING. Esta hipótese contraria os argumentos apresentados para o Português em favor da *fini-* ou *pós-ciclicidade* de CONCORD e permitiria o engendramento de frases agramaticais como (10).

Aceitando (11) como estrutura básica de (10), no ciclo de F_2 haveria condições para a aplicação de CONCORD e, no ciclo de F_1 , após aplicação de INS DO COMP e ELEV DO SU, haveria novamente condições para a aplicação de CONCORD — ou seja, este exemplo chegaria para provar a impossibilidade de manter a ciclicidade de CONCORD;

- (ix) A Ordenação de ELEV do SU e de SU DOWNGRADING proposta por Perlmutter — e crucial para a sua tese de que os SUs pós-verbais que analisa perderam a 'sujeitividade' — permite o engendramento de (9c) mas não o de (9d).

Assim, na derivação de (9c), e aceitando a ordenação proposta em (vi), não se aplicaria nenhuma transformação no ciclo de F_2 ; no ciclo de F_1 aplicar-se-iam INS DO COMP, ELEV DO SU e CONCORD — entre o SU elevado e o Verbo mais alto.

Mas vejamos agora o que se passaria com a derivação de (9d). Aceitando (vi), no ciclo de F_2 aplicar-se-ia SU DOWNGRADING. A aplicação desta regra bloquearia a aplicação de ELEV DO SU, no ciclo de F_1 , e, consequentemente, CONCORD entre *coisas como essas* e o Verbo mais alto. Ora, o Verbo mais alto tem as marcas de pessoa e número do SN «downgraded», o que significa que, numa etapa da derivação anterior à aplicação de SU DOWNGRADING, esse SN foi SU da frase mais alta:



Nesta etapa da derivação (ciclo de F_1), houve aplicação de ELEV DO SU. Para explicar o acordo do SN elevado com o Verbo mais alto, é necessário que se aplique imediatamente CONCORD e só depois se pode aplicar SU DOWNGRADING, que moveria *coisas como essas* para a posição imediatamente à direita de *acontec-*.

A derivação de frases como (9d) mostra, portanto, que SU DOWNGRADING é uma regra não-cíclica — provavelmente pós-cíclica — e ordenada, posteriormente a CONCORD. Mas

mostra também que SU DOWNGRADING teria de ser formulada como uma transformação que não se aplicaria só no domínio de uma frase simples mas também no domínio de uma frase complexa, sendo sensível apenas a certos predicados — a classe dos Verbos que Perlmutter designa por verbos existenciais: relativamente a (9d), SU DOWNGRADING deslocaria o SN elevado para direita do predicado 'existencial' *acontec-*.

- (x) (i) a (ix) mostram que, numa perspectiva transformacional como a adoptada em PERLMUTTER 76, a admitir que os SUs das frases 'existenciais' são movidos para posição pós-verbal por SU DOWNGRADING, esta regra só poderia ser não cíclica e ordenada posteriormente a CONCORD; assim a ordenação apresentada em (vi) tem de ser reformulada:

$$\left(\begin{array}{l} \text{INS DO COMP} \\ \text{EXTRAPOSIÇÃO} \\ \text{ELEV DO SU} \end{array} \right\} \text{Rs cíclicas}$$

$$\left(\begin{array}{l} \text{CONCORD} \\ \text{SU DOWNGRADING} \end{array} \right\} \text{Rs não cíclicas}$$

- (xi) Por outro lado, a derivação de frases como (9d) mostra a complexidade da 'regra transformacional' SU DOWNGRADING: ela aplicar-se-ia apenas a SNs que sejam SUs básicos de frases cujos Verbos principais pertençam à classe dos 'existenciais' (mesmo quando esses SNs tivessem sido movidos dessa posição e elevados numa etapa intermédia da derivação), podendo movê-los para posição pós-verbal dentro do limite de uma frase simples ou para além de fronteira de frase.

O facto de a regra ter de 'olhar' para o I. S. que representa a estrutura básica da frase em casos como os de (9d) não permite que ela seja considerada *formalmente* como uma transformação, sendo mais correcto atribuir-lhe a natureza de regra global.

- (xii) O argumento central construído por Perlmutter em § 1.4 consiste em explicar o diferente comportamento de (8a) e (8b) pelo facto de em (8b) a aplicação de SU DOWNGRA-

DING bloquear ELEV DO SU. Por isso, ordena SU DOWNGRADING anteriormente a ELEV DO SU. Dado que ELEV DO SU é uma regra limitada a SNs com a função sintáctica de SU, o facto de SU DOWNGRADING bloquear ELEV DO SU é um argumento a favor da perda de 'sujeitividade' dos SUs «downgraded».

Ora a derivação de frases como (9d) mostram que tal ordenação não pode ser mantida: a aceitar-se a existência de uma regra como SU DOWNGRADING ela seria posterior a ELEV DO SU e — como o mostra a derivação de frases como (9b) — ordenada posteriormente a CONCORD, logo, necessariamente não-cíclica.

Independentemente de uma reflexão sobre a natureza e as condições estritamente sintácticas das regras envolvidas nos diferentes movimentos de SNs acima referidos, pensamos que esses movimentos estão sujeitos a condições pragmáticas.

Assim, a gramaticalidade de (7b) e a agramaticalidade de (8b) — na interpretação de frase declarativa — parecem dever-se ao facto de, em Português, ELEV DO SU estar limitada a SUs dotados da propriedade de topicalidade: *As crianças* em (7b) é simultaneamente SU e TÓP, podendo, assim, ser elevado, ao passo que *Muitos candidatos* em (8b) é apenas SU, não podendo, por isso, ser elevado.

1.1.5 INTERACÇÃO COM «HEAD START»

(pp. 106-110)

Para PERLMUTTER 76, «HEAD START» (cf. também QUI-COLI 72, que designa esta regra por «NP DETACHMENT»), regra limitada a SUs, é bloqueada pela aplicação prévia de SU DOWNGRADING. Assim, HEAD START aplicar-se-ia a (12a), originando (12b), mas não a (13a):

- (12) a. Parece que as crianças estão cansadas.
(58 a), p. 106
- b. As crianças parece que estão cansadas.
(58 b), p. 106
- (13) a. Parece que existem muitos candidatos nesta eleição.
(64), p. 107
- b. * Muitos candidatos parece que existem nesta eleição.
(65), p. 107
(agramatical para Perlmutter)

Este argumento sugere-nos dois tipos de comentários.

O primeiro diz respeito à natureza e à ordenação de HEAD START relativamente a SU DOWNGRADING e CONCORD. Se SU DOWNGRADING é cíclica e bloqueia HEAD START, então, como Perlmutter afirma, HEAD START só pode ser cíclica ou pós-cíclica — em qualquer dos casos, ordenada posteriormente a SU DOWNGRADING. Mas HEAD START interage com CONCORD: essa regra cria um contexto em que seria obrigatório aplicar CONCORD; uma vez que essa concordância não se efectua (em Fs como (12b), o V da frase mais alta não sofre acordo com o SN movido para a sua esquerda), HEAD START tem de se aplicar depois de CONCORD se ter aplicado quer na F mais baixa quer na F mais alta, sendo, portanto, necessariamente não-cíclica.

O segundo comentário diz respeito ao facto de Perlmutter restringir o domínio de HEAD START a SUs em posição pré-verbal — i.e. a SUs que não «deixam de ser SUs» (p. 95) por aplicação de SU DOWNGRADING. Quanto a nós, HEAD START está sujeito a uma condição de ordem pragmática: concretamente, esta regra só pode elevar SNs que funcionem textualmente como TÓPs de toda a construção.

1.1.6 COMPLEMENTOS INFINITIVOS DE V_S DE DIZER OU PENSAR (pp. 110-12)

Esta classe de Vs parece não admitir complementos infinitivos com SUs expressos ⁽⁵⁾. Assim, (14) e (15) são agramaticais:

(14) * Ele disse os brasileiros ganharem sempre.

((82), p. 111)

(15) * Ele disse ganharem os brasileiros sempre.

((83), p. 111)

No entanto, frases como (16) são consideradas gramaticais por Perlmutter:

(16) a. Ele disse existirem muitos candidatos nesta eleição.

((84), p. 111)

⁽⁵⁾ Cf. a restrição derivacional global proposta por RAPOSO 75, 7 (22), p. 213.

- b. Ele disse surgirem controvérsias como essas.
(86), p. 111)

Perlmutter explica o comportamento de (16) relativamente a (15) pelo facto de, em (16), os SUs terem sofrido SU DOWNGRADING, o que os faz perder as propriedades de SU.

Quanto a nós, os complementos infinitivos de Vs de DIZER e PENSAR estão sujeitos a uma restrição particular sobre ordem de palavras: os complementos infinitivos de DIZER e PENSAR não admitem SUs em posição pré-verbal, admitindo apenas SUs em posição pós-verbal (cf. n. 4). Assim, (17)-(20) são frases gramaticais e as suas correspondentes com SUs pré-verbais seriam agramaticais:

- (17) O jornal afirmou já ter morrido *uma das vítimas do incêndio*.
(18) O Governo negou terem chegado a Lisboa *os peritos* do M.I.T.
(19) O Tribunal afirmou terem sido castigados *os culpados*.
(20) A polícia pensa terem *os estudantes* estado a manifestar-se.
(RAPOSO, 75, 7 (3)h, p. 193).

Como pode ver-se, em (17)-(20) os Vs das Fs complementos não pertencem à classe dos Vs existenciais que, segundo Perlmutter, obrigam a SU DOWNGRADING. Tal facto contraria a hipótese defendida por Perlmutter de que nos complementos infinitivos da classe de DIZER E PENSAR só podem ocorrer SUs «downgraded» e confirma a restrição derivacional sobre infinitivos com SU, proposta por RAPOSO 75, p. 213.

Por outro lado, a agramaticalidade de (15) parece dever-se a restrições sobre o tempo impostas aos complementos infinitivos das classes de Vs referida. De notar que o tempo dos complementos infinitivos das frases (17)-(20) é sempre anterior ao tempo da frase mais alta. Assim, aparentemente, os complementos infinitivos desses Vs parecem obedecer a uma restrição segundo a qual o tempo desses complementos tem de ser anterior ao da F mais alta. Ora, tal não se verifica em (15); por um lado, a forma *ganbare* é ambígua do ponto de vista da anterioridade ou não relativamente a *disse*; por outro lado, o advérbio *sempre* dá à frase um aspecto 'habitual', permitindo que o estado de coisas expresso pelo complemento infinitivo seja localizado temporalmente como simultâneo, co-existente e posterior ao estado de coisas expresso pela F mais alta.

1.1.7 QUANTIFICADORES 'FLUTUANTES' («FLOATING QUANTIFIERS») (pp. 112-14)

Para PERLMUTTER 76, a flutuação de quantificadores está restringida a:

(i) SNs SUs; assim (21b-c) são gramaticais:

- (21) a. Todos os escoceses chegaram ontem.
 ((89), p. 112)
 b. Os escoceses chegaram ontem todos.
 ((90), p. 112)
 c. Os escoceses chegaram todos ontem.

(ii) Pronomes clíticos; veja-se (22):

- (22) Vi-os ontem todos.
 ((94), p. 113).

A agramaticalidade de (23b) é explicada por Perlmutter pelo facto de o SN que deixou flutuar o quantificador ter sofrido SU DOWN-GRADING, tendo, por isso, deixado de ser SU:

- (23) a. Aconteceram todas estas coisas ontem.
 ((97), p. 113)
 b. *Aconteceram estas coisas ontem todas.
 ((98), p. 113)

Quanto a nós, a gramaticalidade de (21b) e (21c) e a agramaticalidade de (23b) devem-se a outros factores. Quer o SU em (21) quer o clítico em (22) são termos dependentes contextualmente (ver parte II deste trabalho); a nível de informação, a função das Fs em que surgem não é a de dar a conhecer a existência dos individuais que esses SNs denotam mas sim a de predicarem uma propriedade a seu respeito (caso de (21)) e a de precisarem a extensão do conjunto de individuais designados. Neste sentido, o quantificador que afecta tais SNs traz *informação nova* e pode por isso, ser deslocado para a posição normalmente ocupada pelos elementos que transmitem nova informação: posição final de frase. Nestes casos, quer o quantificador flutue ou não,

ele recebe um acento de intensidade. Assim, os SNs que admitem flutuação de quantificadores não se limitam a (i) e (ii), mas abrangem tópicos marcados, como é o caso de *esses livros* em (24):

(24) Esses livros, o João leu *todos*.

1.2 Em RAPOSO 79 é apresentada uma regra transformacional para explicar a relação entre os seguintes pares de frases:

(25) a. Um diabo apareceu no meu quarto.

(9 (1) a., p. 171)

b. Apareceu um diabo no meu quarto.

(9 (1) b., p. 171)

(26) a. Coisas interessantes acontecem na Patagônia.

(9 (2) a., p. 171)

b. Acontecem coisas interessantes na Patagônia.

(9 (2) b., p. 171)

Tal regra é designada, na esteira de PERLMUTTER 76, como DEGRADAÇÃO DO SUJEITO: «A esta transformação concreta que se aplica na derivação de 9(1)b, alguns linguistas têm chamado DEGRADAÇÃO DO SUJEITO, exprimindo assim, metaforicamente, em relação ao Sujeito, a perda de uma das propriedades pelo menos: a posição básica.» (p. 182).

Da leitura desta passagem, pensamos poder inferir que, ao contrário de Perlmutter, Raposo não considera que um SN que sofre DEGRADAÇÃO DO SUJEITO deixa de ser SU: perderá, sim, uma das suas propriedades. Mas, no capítulo seguinte, concretamente na p. 192, lê-se: «(...) poderemos dizer de DEGRADAÇÃO DO SUJEITO que é uma regra cuja finalidade consiste em *converter um sujeito lógico-gramatical num objecto gramatical*». Esta afirmação decorre de o autor considerar que:

- (i) ao nível da estrutura profunda são definidas as relações *lógico-gramaticais* (as relações gramaticais em CHOMSKY 65); assim, haveria SUs lógico-gramaticais, ODs lógico-gramaticais;
- (ii) ao nível da estrutura de superfície são definidas as relações *gramaticais*: SUs gramaticais, ODs gramaticais;
- (iii) dá-se uma mesma definição configuracional para as relações lógico-gramaticais e para as relações gramaticais: SU lógico-

- gramatical é o SN imediatamente dominado por F (na EP);
- SU gramatical é o SN imediatamente dominado por F (na ES);
- (iv) o output de DEGRADAÇÃO DO SUJEITO é o I.S. com o SN 'degradado' na posição que satisfaz a definição de Objecto Directo gramatical: o SN imediatamente dominado por SV na estrutura de superfície.

A hipótese de que *um diabo* em (9(1)b) é um Objecto Directo gramatical levanta alguns problemas:

- (i) Natureza de DEGRADAÇÃO DO SUJEITO e sua ordenação relativamente a CONCORD: admitindo, com PERLMUTTER 76, a ciclicidade de DEGRADAÇÃO DO SUJEITO, após a sua aplicação deixaria de haver condições para a aplicação de CONCORD. Ora, entre outros, RAPOSO 75 apresenta argumentos para a pós-ciclicidade desta regra no Português.

Nestas condições, a única hipótese que permitiria dar conta do fenómeno do acordo verbal neste tipo de frases seria encontrar argumentos em favor da pós-ciclicidade de DEGRADAÇÃO DO SUJEITO e da sua ordenação posterior a CONCORD.

- (ii) Um argumento que põe em causa a função de Objecto Directo gramatical de SNs como *um diabo* em (9(1) b) é fornecido pelas formas casuais que assumem os pronomes pessoais. Assim, vejamos as seguintes frases:

- (27) a. Esse livro é um espanto. Li-o ontem todo.
- b. Esse livro é um espanto. * Li ele ontem todo.
- c. Esse livro é um espanto. * Li ontem todo.
- (28) a. Era uma vez dois ursinhos que viviam na floresta. * Os tinham muitos amigos.
- b. Era uma vez dois ursinhos que viviam na floresta. Eles tinham muitos amigos.
- c. Era uma vez dois ursinhos que viviam na floresta. Tinham muitos amigos.

As frases de (27) mostram que um OD pronominal é obrigatoriamente um clítico (compare-se (27a) com (27b) e não pode ser foneti-

camente nulo (veja-se (27c)). Por seu lado, as frases de (28) mostram que um SU pronominal pode ser foneticamente nulo — no Português, que é uma língua de Sujeito Nulo — (veja-se (28c)) e, quando tem realização lexical assume a forma nominativa do pronome pessoal, não podendo ocorrer como clítico na forma acusativa (compare-se (28b) com (28a)).

Em (29), *um diabo* seria, para RAPOSO 79, um SU degradado, i.e., um objecto directo gramatical:

(29) Quando eu estava a dormir, apareceu um diabo no meu quarto.

Consideremos agora (30a), em que, na posição de *um diabo* ocorre um SU pronominal degradado:

(30) a. Quando eu estava a dormir, apareceu *ele* no meu quarto.

De acordo com a hipótese de RAPOSO 79, *ele* é um objecto directo gramatical, devendo, portanto, seguir o padrão de comportamento observado em (27). Ora (30a), ao contrário de (27b), é gramatical; (30b), ao contrário de (27a), é agramatical; e (30c), ao contrário de (27c), é gramatical:

(30) b. * Quando eu estava a dormir, apareceu-o no meu quarto.

c. Quando eu estava a dormir, apareceu no meu quarto.

Ou seja, o Sujeito pronominal «degradado» de (30a) segue o padrão de comportamento dos Sujeitos pronominais observado em (28).

2. Da leitura de PERLMUTTER 76 é, portanto, possível concluir que:

(i) Perlmutter apenas analisa um caso de posposição de SU em Português — o das 'frases existenciais'.

(ii) O caso de posposição de SU em 'frases existenciais' é descrito por Perlmutter através da proposta de uma regra transformacional: SU DOWNGRADING. Esta proposta suscita várias questões:

(a) será SU DOWNGRADING a regra envolvida noutros casos de posposição de SU em Português? Isto é, perderão todos

os SUs que ocorrem em posição pós-verbal a função sintáctica de SU?

- (b) na perspectiva transformacional adoptada em Perlmutter 76 há problemas quanto à derivação de certas frases (c. 1.1.4 e 1.1.5).
- (c) Incluir «thematic meaning» como uma propriedade específica dos SUs é, quanto a nós, confundir dois conceitos, ambos relevantes na descrição linguística, mas de natureza diferente: uma função sintáctica (SU) e uma função textual (designada por alguns autores como TEMA e por outros como TÓPICO).

Quanto a RAPOSO 79, exemplos como (27) a (30) mostram a inadequação da análise segundo a qual um SU 'degradado' satisfaz a definição configuracional de OD gramatical.

Em conclusão, uma descrição transformacional adequada do movimento de SNs SUs de Verbos existenciais e de 'entrada em cena' não poderia ser a apresentada em PERLMUTTER 76 ou a sugerida (talvez por motivos pedagógicos) em RAPOSO 79.

Assim, por um lado, os argumentos que apresentámos em 1.1.4 parecem provar que a regra que descreveria tal movimento não é uma transformação cíclica; por outro lado, os argumentos fornecidos, por exemplo, por frases como (27) a (30) põem em causa a posição segundo a qual os SNs «movidados» para a direita do V perdem a função de SU.

Se, ao longo deste trabalho, não propomos um tratamento transformacional alternativo, isso deve-se a várias razões. Assim, a ocorrência em posição pós-verbal de SNs SUs em Fs declarativas, no Português, não se limita nem aos casos descritos nos artigos que analisámos nem aos considerados neste texto, apresentando uma grande diversidade sintáctica — Fs com SUs frásicos extrapostos, orações participiais e gerundivas, orações intercaladas, Fs passivas com agente omitido, ... — e semântica — diferentes classes semânticas de Vs, diferentes tipos de determinação do Nome SU.

O objectivo deste artigo não é, assim, apresentar um tratamento sintáctico do fenómeno da ocorrência de SUs pós-verbais em Fs declarativas mas antes tentar definir as condições de natureza textual e semântica que comandam, na globalidade, essa ocorrência.

II

1. A NOÇÃO DE SUJEITO

1.1 Na sequência da reflexão aristotélica sobre as orações como expressões linguísticas de proposições, a noção de sujeito lógico denota a parte da oração que designa aquilo acerca de que uma asserção é, e a noção de predicado a parte da oração que assera alguma coisa acerca do sujeito.

A tradição gramatical ocidental retém estas duas noções, considerando que a divisão fundamental de cada oração é a divisão sujeito/predicado. Assim, pode ler-se em CUNHA 72:

«São termos essenciais da oração o SUJEITO e o PREDICADO.

O SUJEITO é o ser sobre o qual se faz uma declaração; o PREDICADO é tudo aquilo que se diz do SUJEITO.» (p. 87).

Basta considerarmos alguns dos exemplos citados pelo autor para nos apercebermos que alguns dos Nominais por ele classificados como sujeitos não satisfazem a definição acima citada.

(31) «*Ninguém* traz a menor notícia.»
(p. 88)

(32) «*Quem* encabeçou o movimento?»
(p. 88)

É difícil admitir que, em (31), se faz «uma declaração» sobre «o ser» *ninguém* e que, em (32), o predicado *encabeçar o movimento* seja questionado acerca d«o ser» *quem* ...

Ao par sujeito/predicado lógico, a tradição gramatical acrescentou, a partir do séc. XIX, o par sujeito/predicado psicológicos. Para von der GABELENTZ (1891), por exemplo, o sujeito psicológico é «a ideia que surge primeiro na consciência do falante (...) o que faz pensar e o que ele quer que o ouvinte pense.»; ao termo sujeito psicológico contrapõe predicado psicológico: «o que [o falante] (...) pensa acerca do mesmo» (pp. 351-57). Para PAUL (1909), o sujeito psicológico é a ideia ou grupo de ideias que estão presentes em primeiro lugar na consciência do falante, e o predicado psicológico «o membro mais importante da frase, aquilo que a frase tem por objectivo comunicar e sobre a qual, portanto, recai o acento mais forte.» (p. 283) ⁽⁶⁾.

A noção de SU aparece também associada, muitas vezes, na tradição gramatical, à de agente, numa identificação mais ou menos explícita da função («role») semântica de agente com a função de SU. Esta identificação resulta, entre outros factores, do facto de o lote de amostras linguísticas privilegiado na análise gramatical ter sido, fundamentalmente, constituído por frases básicas ⁽⁷⁾, com Verbos de acção transitivos. Ora, em frases deste tipo, o Nominal seleccionado para SU é, de facto, geralmente, o argumento nominal com a função semântica de agente. Mas esta caracterização da noção de sujeito impedir-nos-ia de considerar SUs os Nominais em *itálico* em (33), (34) e (35).

(33) Em consequência do acidente, *o automobilista* morreu.

(34) *O João* ficou em casa o dia todo.

(35) *Eles* têm uma óptima aparelhagem estereofónica.

Do ponto de vista semântico, em (33), *o automobilista* é um argumento nominal afectado pela mudança de estado expressa pelo verbo; em (34) e (35), os Nominais em *itálico* são um dos dois argumentos de uma relação, respectivamente, de localização espacial e de posse.

A análise de Frases não básicas com Verbos de acção transitivos (p. ex., Frases passivas), de Frases básicas com Verbos de acção sem

⁽⁶⁾ É curioso notar que, ao contrário de von der Gabelentz, Paul não associa o sujeito psicológico à ordem superficial das palavras; por outro lado, a sua noção de predicado psicológico recobre, pelo menos parcialmente, aquilo que a linguística contemporânea designa geralmente por 'foco'.

⁽⁷⁾ Designamos provisoriamente por 'Frases básicas' frases declarativas, afirmativas, activas, simples, não marcadas enfaticamente.

argumento nominal agente ou com Verbos estativos levou alguns gramáticos a distinguirem aquilo a que chamam «a atitude do sujeito». Assim, em CUNHA 72, pode ler-se:

«Quando o verbo exprime uma acção, a atitude do sujeito pode ser de actividade, de passividade ou de actividade e passividade ao mesmo tempo. (...) o sujeito (...) executa a acção expressa pela forma verbal (...) O sujeito é, pois, o AGENTE. (...) [se] a acção não é praticada pelo sujeito (...) O sujeito, no caso, sofre a acção; é dela o PACIENTE. (...)

Quando o verbo evoca um estado, a atitude da pessoa ou da coisa que dele participa é de neutralidade. O sujeito, no caso, não é o agente nem o paciente, mas a sede do processo verbal, o lugar onde ele se desenvolve (...).» (p. 93).

A análise de construções com Verbos existenciais ou 'impessoais' em línguas como o Inglês, o Francês, o Alemão, etc., levou à introdução de uma outra noção, a de 'sujeito aparente' ou 'gramatical'. Esta noção aplica-se a itens lexicais vazios que funcionam como meros 'suportes' gramaticais e que parecem partilhar apenas duas das propriedades sintácticas características dos sujeitos: ocupam a posição de sujeito e, em muitos casos, controlam o fenómeno do acordo verbal. Assim, a tradição gramatical designaria por 'sujeito aparente' ou 'gramatical' cada um dos elementos em *itálico* em (36) e (37):

- (36) a. *There* is a book on the table.
b. *Il* y a un livre sur la table.
c. *Es* gibt/liegt ein Buch auf dem Tisch.
- (37) a. *It* rains.
b. *Il* pleut.
c. *Es* regnet

Em síntese, na tradição gramatical, SU desdobra-se em várias noções, todas elas (à excepção da de 'sujeito aparente' ou 'gramatical') caracterizadas nocionalmente, recobrando realidades pertinentes a níveis diferentes: assim, p. ex., «aquilo acerca de que uma asserção é» — noção associável à de TOP, relevante, quanto a nós, a nível pragmático (simultaneamente discursivo e situacional); nominal com a função de agente — caracterização que faz depender a noção de SU de uma noção pertinente

ao nível da semântica predicativa. Portanto, ao falar de SU, a tradição gramatical fala de muitas 'coisas' diferentes, não conseguindo nunca fornecer uma caracterização formal, baseada sintacticamente, de uma noção que é, precisamente, uma noção sintáctica.

1.2 É justamente uma definição formal e operatória, baseada sintacticamente, de SU, enquanto uma das noções funcionais significativas» (CHOMSKY 65, trad. port., p. 205) — uma relação gramatical — que a GGT procura construir. Assim, 'sujeito-de' é uma relação gramatical representada «directamente nas estruturas de base e apenas nestas» (p. 205): a relação que mantém com o nó Frase o SN imediatamente dominado por F na estrutura profunda⁽⁸⁾. Definição configuracional, construída a partir do predicado 'domina imediatamente', explicitamente definido na Teoria das Gramáticas Sintagmáticas. Definição vazia do conteúdo nocional que caracterizava as noções de sujeito acima referidas. Que o conceito 'sujeito-de', assim definido, não pode ser associado ao de 'sujeito lógico' prova-o, por exemplo, a análise das frases passivas proposta pela GGT⁽⁹⁾. Se considerarmos as frases (38) e (39),

(38) *A miúda* rasgou o livro.

(39) *O livro* foi rasgado pela miúda.

em ambas o SN 'sujeito-de' (relação definida na estrutura profunda)⁽¹⁰⁾ e *A miúda*, embora em (39) o 'sujeito superficial' seja *O livro*. Se o conceito 'sujeito-de' fosse associável ao de 'sujeito lógico', então a análise transformacionalista das Frases passivas defenderia, pelo menos implicitamente, que «aquilo acerca de que uma asserção é» seria, tanto em (38) como em (39), *A miúda*. Tanto quanto sabemos uma tal posição, no mínimo contra-intuitiva, nunca foi defendida pelos adeptos desta análise.

As Passivas e outras construções em que, na análise transformacionalista, estão envolvidos os chamados 'sujeitos derivados', colocam a questão de encontrar as noções 'funcionais' relevantes ao nível da

(8) «(11) (i) Sujeito-de: [SN, F]»; id., p. 156.

(9) Tanto a análise apresentada em CHOMSKY 65, pp. 217-19, como a apresentada em CHOMSKY 70, pp. 41-2, por exemplo.

(10) Tanto no modelo de 65 como na Teoria Standard Alargada, a estrutura profunda é o nível em que se determinam as relações gramaticais.

estrutura de superfície. A noção paralela à de 'sujeito-de' é geralmente designada, na literatura transformacionalista por 'sujeito superficial' ou 'derivado' e definida como a função do SN *imediatamente dominado por F na estrutura de superfície*. Esta definição levanta problemas para as análises transformacionalistas clássicas de certas construções. Assim, por exemplo, assumindo o tratamento clássico da Topicalização, a Estrutura de Superfície de uma frase como (40) contém dois SNs que satisfazem a definição de 'sujeito superficial':

(40) *Esse livro, toda a gente devia lê-lo.*

Sobre a questão do alargamento das noções funcionais às estruturas de superfície, lembramos a seguinte passagem de CHOMSKY 65:

«Este alargamento às estruturas de superfície de noções funcionais como Sujeito-de não é um problema totalmente trivial. (...) Parece (...) que a ordem terá importância para determinar as relações gramaticais definidas pelas estruturas de superfície (...), embora pareça não desempenhar qualquer papel na determinação das relações gramaticais nas estruturas profundas. Por consequência, *serão necessárias definições um pouco diferentes para as noções de superfície*.

Poder-se-ia sugerir que a relação Tópico-Comentário é a relação gramatical de base da estrutura de superfície, correspondendo (pouco mais ou menos) à relação fundamental Sujeito-Predicado da estrutura profunda. Podíamos assim definir o Tópico-da Frase como o SN mais à esquerda imediatamente dominado por F na estrutura de superfície e o Comentário-da Frase como o resto da sequência. Muitas vezes, é evidente, o Tópico e o Sujeito coincidirão (...).» (n. 32, cap. 2, pp. 319-20; os sublinhados são nossos).

Por um lado, o facto de certas regras transformacionais serem sensíveis às relações gramaticais (como é o caso, por exemplo, das Regras de Elevação) mostrou a necessidade de lhes atribuir, no interior dos próprios modelos transformacionalistas, um lugar mais importante do que o lugar subalterno que ocupavam relativamente às noções categoriais.

Por outro lado, o facto de a Linguística americana de tradição transformacionalista se ter visto confrontada com línguas indo-europeias e não indo-europeias com estruturas gramaticais muito diversas das do Inglês levou a pôr em questão a pretensa validade universal de certas

categorias e regras da GGT. Assim, a análise dessas línguas, ao mostrar a não universalidade de certas categorias sintáticas, permitiu simultaneamente considerar certas relações gramaticais como os candidatos mais prováveis ao estudo de noções válidas universalmente, e forneceu argumentos para contestar a validade trans-linguística («cross-linguistic») da relação Sujeito-Predicado (representada, no modelo de 65, pela regra «(i) $F \rightarrow \text{SN}, \text{SPRED}$ » (p. 195), e, na Teoria Standard Alargada, pela regra « $F \rightarrow \overset{=}{N} \overset{=}{V}$ » (CHOMSKY 70, p. 52)) como a relação gramatical básica a nível de estrutura profunda. Entre outros, os casos de línguas que parecem ser basicamente «Verb initial» (como, por exemplo, o Fidjiano, com uma ordem básica V-OD-SU-X) ou «Verb final» (como, por exemplo, o Japonês, cuja ordem básica é SU-Obl-OD-V) ⁽¹¹⁾ tornam pouco justificável sustentar que a relação gramatical básica, universalmente, seja Sujeito-Predicado.

Estes factos estão na base de tentativas de elaboração de quadros teóricos que permitam uma descrição unificada dos fenómenos linguísticos e que dêem, simultaneamente, conta da diversidade dos processos que caracterizam cada um desses fenómenos nas diferentes línguas. Segundo a Gramática Universal («Universal Grammar» nomeadamente, para KEENAN 76, 77a), faz necessariamente parte de um tal quadro teórico uma caracterização universal, baseada trans-linguisticamente («cross-linguistically»), da noção de SU. Para a Gramática Universal, 'SU' é definido como um conjunto («cluster») de propriedades (sintáticas, semânticas e pragmáticas) que qualquer SN que funcione como SU partilhará em maior ou menor grau: a 'sujeitividade' («subjecthood») de um SN é, assim, uma questão de grau.

Universalmente, os SNs que exibem um maior número de propriedades de SU são os SUs das Frases básicas de cada língua e, por isso, a caracterização da noção de Sujeito é feita com base no conjunto de propriedades exibidas pelos SUs básicos ⁽¹²⁾. Definir as propriedades dos SUs básicos — etapa indispensável para caracterizar universalmente a noção de SU — supõe, portanto, como condição prévia, a definição de Frase básica numa língua L. Em KEENAN 76, define-se *Frase básica de uma língua L* do seguinte modo:

- «a. uma estrutura sintáctica x é *semanticamente mais básica* do que uma estrutura sintáctica y, sse o significado de y depen-

⁽¹¹⁾ Cf. KEENAN, 1977a.

⁽¹²⁾ Passaremos a designar por 'SUs básicos' os SUs das Frases básicas.

- der do de x. I.e., para compreender o significado de y é necessário compreender o significado de x.
- b. Uma Frase em L é uma Frase básica em L sse nenhuma outra Frase completa em L for mais básica do que ela.» (p. 307).
(tradução nossa)

A partir deste momento, o termo 'Frase básica' passará a designar o conceito acima definido.

Entre as propriedades gerais das Frases básicas contam-se as seguintes:

- (41) (i) As Frases básicas são as frases com o grau mais elevado de potencial morfológico e sintático de uma língua L; assim, são as frases que apresentam uma maior variedade de distinções relativas a Tempo, Modo, Aspecto, Modalidade e Voz;
- (ii) As Frases básicas de uma língua L são as frases que aceitam um maior número de modificadores verbais e frásicos;
- (iii) As Frases básicas são as frases mais fáceis de encaixar e coordenar, nominalizar e reordenar internamente, e cujos constituintes podem mais facilmente ser relativizados e questionados, focalizados e topicalizados;
- (iv) As Frases básicas são frases, em geral, estruturalmente não ambíguas;
- (v) As Frases básicas são geralmente frases declarativas e afirmativas.

Com base em KEENAN 76 e 77b e SCHACHTER 77, as propriedades dos SUs básicos poderiam organizar-se do seguinte modo:

- | | | |
|---|--|-----------------------------------|
| { | 1. PROPRIEDADES DE TÓPICO | 1.1 PROPRIEDADES
DE REFERÊNCIA |
| | | 1.2 PROPRIEDADES
DE RELEVÂNCIA |
| { | 2. PROPRIEDADES DE FUNÇÃO SEMÂNTICA
(«ROLE PROPERTIES») | |
| | 3. DOMINAÇÃO IMEDIATA | |

1.1 As propriedades de referência, que recobrem realidades semântico-pragmáticas, podem sintetizar-se em:

1.1.1 Os SUs básicos são *referenciais*: a maior parte das Frases básicas de cada língua contém SUs constituídos por 'expressões referenciais primárias' ⁽¹³⁾, i.e., por SNs afectados de determinação definida (Ns comuns com determinantes demonstrativos ou artigos definidos — as chamadas 'descrições definidas'), Nomes Próprios ou Pronomes Pessoais.

São apontados três casos de Frases básicas sem expressões referenciais primárias:

- (i) Frases que contêm descrições de estados de tempo atmosférico (ver, p. ex., frases (37) a.-c.;
- (ii) Frases existenciais (ver, p. ex., frases (36) a.-c.;
- (iii) Frases com formas de 3.^a pessoa vazias (cf. (42a)) ou realizadas lexicalmente (cf. (42b) a (42d)):

- (42) a. Dizem que há uma solução para esse problema.
- b. They say that there is a solution for that problem.
- c. On dit qu'il y a une solution pour ce problème.
- d. Man sagt, es gebe eine Lösung für dieses Problem.

1.1.2 Os SUs básicos têm, geralmente, uma *pressuposição referencial*; esta propriedade é uma consequência de 1.1.1: as expressões referenciais primárias têm pressuposição referencial;

1.1.3 Os SUs básicos são as expressões referenciais *independentes* nas Frases básicas: a referência dos SNs não-SUs de uma Frase básica pode depender da do SN SU, o inverso não é verdadeiro.

Destas três propriedades decorrem, entre outras, as seguintes consequências sintácticas:

1. Em geral, os SNs que controlam acordo verbal estão restringidos aos SUs;

⁽¹³⁾ Em KEENAN 77b, TOP é associado a expressão referencial primária: «Most sentences will present a topic, i.e., a *primary referential expression*.» (p. 6). O sublinhado é nosso.

2. Os SUs são os principais controladores de regras de supressão ou substituição (intra- ou inter-oracionais) sujeitas à condição de co-referencialidade;

3. Os SUs básicos são os SNs que podem mais facilmente ser relativizados, interrogados e elevados (em certas línguas só eles o podem ser) e submetidos a regras de movimento que permitem topicalizá-los ou focalizá-los;

4. Os SUs básicos são, em certas línguas, os únicos SNs que podem «soltar» Quantificadores Flutuantes («Floating Quantifiers»);

5. SU é o alvo mais provável das regras de avanço de SNs (p. ex., Passiva, «Dative Passive», Elevações).

1.2 As propriedades de *relevância* dos SUs básicos são sintetizáveis na seguinte formulação: um SU básico assinala ao Alocutário a importância do que é dito — o que acarreta três corolários;

1.2.1 Os SUs básicos são os SNs que aparecem na 1.^a posição na frase;

1.2.2 Nas Frases Imperativas, as expressões que designam o Alocutidos como SUs neste tipo de frases são SNs que designam o Alocutário;

1.2.3 Nas línguas com marcação («marking») honorífica, são os SUs os controladores dessa marcação.

Do conjunto de propriedades de TÓP dos SUs básicos (as agrupadas em 1.1 e 1.2) decorrem:

1. a. No máximo existe um SU por Frase básica;

1. b. Os SUs são os SNs mais obrigatórios das Frases básicas; note-se que em línguas de Sujeito Nulo como o Português os SUs pronominais podem ser foneticamente nulos, mas as características de FLEXÃO permitem que a informação de pessoa e número seja recuperável;

2. As propriedades de *Função Semântica* são sintetizáveis em:

2.1 Certas propriedades semânticas dos SNs SUs são predizíveis a partir dos Verbos principais de cada frase; assim, por exemplo, o

traço intrínseco [+ Animado] de um SN SU básico cujo predicador seja, por exemplo *comer*;

2.2 Se houver, no esquema predicativo de um Verbo, um lugar para um argumento Agente, então, nas Frases básicas, esse argumento será o SU;

2.3 Se, numa dada Fase básica, o esquema predicativo não comportar nenhum lugar para um argumento Agente, então o SN SU poderá preencher qualquer uma das seguintes funções semânticas:

(i) poderá ser um Experienciador:

(43) A Maria gosta do João.

(ii) poderá ser um SN que denote (um) objecto(s) ou indivíduo(s) que sofra(m) um movimento (em sentido literal ou figurado):

(44) A pedra rebolou pela rua abaixo.

(iii) poderá ser (um) objecto(s) ou indivíduo(s) cuja localização (em sentido literal ou figurado) esteja a ser assertada, questionada, ...;

(45) O João está em casa a tarde toda.

(46) Aquela casa é grande.

Do conjunto de propriedades designadas por propriedades de TÓP e propriedades de Função Semântica é deduzível a seguinte generalização válida trans-linguisticamente: nas línguas naturais há tipos de frases que diferem das Frases básicas principalmente pelo facto de o SN que tem as propriedades de TÓP características de SU ter uma função semântica que não o candidataria a SU. (Cf. p. ex., (39), aqui repetida):

(39) O *livro* foi rasgado pela miúda.

3. A propriedade de *Dominação Imediata* corresponde à definição de 'Sujeito-de' apresentada em CHOMSKY 65:

O SN SU básico é o SN imediatamente dominado pelo nó-raiz («root-node») 'F'.

Se bem que necessária, esta propriedade não é suficiente para a caracterização universal de SU, dado que, em línguas VSO e em línguas em que a posição de SU e OD é livre, mais do que um SN satisfaz 3.: o mesmo se passa com as línguas SOV, porquanto, nessas línguas, há pouca evidência para a existência de um constituinte SV.

1.3 DEFINIÇÃO E PROPRIEDADES DE SUJEITO

Quanto a nós, a escolha de um argumento nominal para SU está sujeita a condições semânticas — a escolha de SU obedece à hierarquia de relações semânticas —, tem incidências semânticas — o Nominal seleccionado para SU é tomado como ‘ponto de partida’ da descrição do estado de coisas expresso por uma predicação, i.e., é ‘salientado’ relativamente a outros argumentos que não foram objecto dessa escolha —, sendo as consequências dessa selecção relevantes a nível sintáctico. Apresentamos em (47) o conjunto de propriedades que definem a noção de SU:

- (47) (i) SU é uma função sintáctica;
- (ii) A selecção de um argumento para SU representa a escolha desse argumento para ‘ponto de partida’ da descrição do estado de coisas expresso por uma dada predicação;
- (iii) Esta escolha tem como incidência semântica que esse argumento obtenha ‘saliência semântica’ («role prominence») ⁽¹⁴⁾, i.e., é salientada a relação semântica que esse argumento mantém com o predador relativamente às relações semânticas que mantém com o mesmo predador os outros argumentos;
- (iv) A selecção de um argumento para SU obedece, no caso não marcado, à hierarquia das relações semânticas: assim, numa predicação em que haja um argumento Agente e um argumento Objecto a escolha não marcada de SU recairá no Agente;
- (v) As principais consequências sintácticas da assignação de SU são, na maioria das línguas e, concretamente, no Português:

(14) Cf. SCHACHTER 77.

- (v a) Nos casos não marcados de designação de TÓP⁽¹⁵⁾; SU é o primeiro elemento nominal da frase; se representarmos o output das Regras de Expressão através de um diagrama em árvore, SU é necessariamente um SN imediatamente dominado por F; nas línguas SVO, nos casos não marcados de designação de TÓP é o único N nessas condições;
- (v b) SU é o elemento nominal mais obrigatório de uma frase (isto não significa que ele esteja obrigatoriamente expresso como morfema independente: é necessário é que seja recuperável — cf. línguas de Sujeito Nulo);
- (v c) SU é o elemento nominal que controla acordo verbal, nos casos em que este existe;
- (v d) SU é o elemento nominal que controla operações de supressão ou de substituição (inter- ou intra-oracionais) submetidas à condição de co-referencialidade;
- (v e) SU é o alvo mais provável de Regras de Elevação.

2. A NOÇÃO DE TÓPICO

A reflexão sobre a problemática que envolve a noção de TÓP é ponto comum a várias teorias linguísticas. O lugar que esta noção tem em cada uma delas, bem como a sua definição e designação, divergem; assim, 'TÓP' é também designado pelo termo 'Tema'. Na discussão sobre esta questão, considerando secundário o problema terminológico envolvido, adoptaremos o termo 'TÓP': tentaremos, a partir de uma reflexão crítica sobre as noções de TÓP que nos parecem mais importantes, construir uma definição de TÓP e precisar o seu estatuto relativamente a outros conceitos da Teoria Linguística.

A noção de TÓP tem sido abordada historicamente de duas perspectivas diferentes: uma perspectiva não-comunicativa e uma perspectiva comunicativa. A primeira, representada por alguns trabalhos de transformacionalistas (referiremos os de Chomsky, Fillmore, Lakoff), e a segunda, de tradição europeia, representada fundamentalmente pelos trabalhos de Halliday e pela Perspectiva Funcional da Frase («Functional Sentence Perspective»), desenvolvida por linguistas checoslovacos (Fir-

(15) Cf. pp. 237-238 deste trabalho.

bas, Daneš, Sgall, Hajičova, ...), na sequência dos trabalhos da Escola Linguística de Praga.

2.1 Para CHOMSKY 65, TÓP é associado a relação gramatical relevante ao nível da estrutura de superfície, definível como a relação que mantém com 'F' o SN mais à esquerda imediatamente dominado por 'F' na estrutura de superfície:

«Podemos assim definir o Tópico-da Frase como o SN mais à esquerda imediatamente dominado por F na estrutura de superfície e o Comentário-da Frase como o resto da sequência. Muitas vezes, é evidente, o Tópico e o Sujeito coincidirão (...)» (n. 32, cap. 2, p. 320. Os itálicos são nossos).

Nesta concepção, TÓP é uma noção sintáctica — uma relação gramatical — pertinente ao nível da estrutura de superfície, não determinante, portanto, para a interpretação semântica da frase.

Para FILLMORE 68, cada língua tem processos de topicalização, «mecanismos para isolar um constituinte de uma frase como 'tópico'» (p. 57). Estes processos são de dois tipos: Topicalização primária e Topicalização secundária. Topicalização primária identifica-se com Subjectivização («subjectivization»), i.e., o processo de escolha de SU⁽¹⁶⁾. Este processo pode ser 'normal' quando a selecção se faz de acordo com a Regra de ESCOLHA NÃO MARCADA DO SU:

«54. Se houver um A, é ele que se torna SU; não sendo esse o caso, se houver um I, é ele que se torna SU; não sendo esse o caso, o SU é o O.» (p. 33) ⁽¹⁷⁾.

O processo de escolha do SU é 'não-normal' quando não respeita a regra 54. — é o que se passa, por exemplo, com a PASSIVIZAÇÃO.

⁽¹⁶⁾ «Quando a topicalização é distinta de processos de 'ênfatisar' um constituinte, passa-se algo de muito semelhante àquilo a que tenho chamado 'subjectivização', mas que começarei a designar a partir de agora 'topicalização primária'» (ID., p. 57).

⁽¹⁷⁾ Neste texto: A — Agentivo, I — Instrumental; O — Objectivo.

Foi a generalização desta regra que deu origem à formulação de uma Hierarquia de Funções Semânticas com base universal, designada por alguns autores como «Role Hierarchy» ou «Semantic Function Hierarchy».

Topicalização secundária refere-se ao conjunto de processos que destacam um constituinte de uma frase, mas que não envolvem a sua selecção para SU: «mudanças estilísticas envolvendo atribuição de acento, mudanças 'tardias' de ordem das palavras (...) estão incluídas naquilo a que podemos chamar 'topicalização secundária'» (p. 57).

Podemos, portanto, concluir que, para Fillmore, TÓP é um conceito relevante a nível de estruturas derivadas e superficiais, resultado de processos de escolha de SU (topicalização primária) ou de processos 'enfáticos' (topicalização secundária).

Para LAKOFF 69, TÓP é uma noção profunda, que deve estar incluída na Representação Semântica de qualquer Frase:

$$(\langle \text{SR} = P_{-m}, \text{PR}, \text{TOP}, \text{FOC}, \dots \rangle \text{ (p. 264) }^{(18)}).$$

Esta noção é definível como «uma relação de dois lugares, com o significado de 'diz respeito a' ou 'é acerca de'» (p. 263).

Relativamente à relação entre SU e TÓP, é afirmado:

«Se os Tópicos mencionados na oração que contém 'com respeito a' ou 'acerca de' diferirem dos SUs superficiais destas frases, então há um conflito de Tópicos de que resulta uma má-formação, a não ser que seja assumido que as Frases podem ter mais do que um Tópico.» (p. 263).

Assim, por exemplo:

- (48) «Concerning sonatas, they are easy to play on this violin.»
(p. 263).

☛

- (49) «? * Concerning this violin, sonatas are easy to play on it.»
(p. 263).

É possível inferir do que atrás ficou dito que, para Lakoff, sujeito superficial se identifica com TÓP, o que o leva a postular a co-referen-

(18) Neste texto: SR — Representação Semântica; P_{-m} — Indicador Sintagmático semanticamente primitivo; PR — conjunto de pressuposições; TOP — Tópico; FOC — foco.

cialidade entre SU e TÓP como condição de boa-formação das frases com TÓPs introduzidos por 'com respeito a' ou 'acerca de'. Esta identificação, no entanto, é contrariada por alguns dos exemplos que apresenta:

(50) «Concerning sonatas, it is easy to play them on this violin». (p. 263).

(50) tem como sujeito superficial o pró-forma «it», como resultado da extraposição do sujeito frásico «*Δ play sonatas on this violin*».

Assim, parece-nos que, na perspectiva de Lakoff, o conflito de TÓPs estaria restringido aos casos em que TÓP e SU sejam SNs plenos e SU não seja um SU frásico.

2.2 De entre as correntes que abordam a problemática do TÓP numa perspectiva comunicativa, referiremos dois tratamentos diferentes: o de Halliday e o da Perspectiva Funcional da Frase (que passaremos a referir por PFF).

2.2.1 Halliday considera como funções fundamentais da linguagem:

- «1. A função de estabelecer, manter e especificar relações entre membros de sociedades» — função interpessoal;
- «2. a função de transmitir informação entre membros de sociedades» — função ideacional — «e
- «3. a função de fornecer textura, a organização do discurso como relevante para a situação» ⁽¹⁹⁾ — função textual.

Esta última função determina a organização de cada oração enquanto mensagem, pela actuação de vários sistemas, de que destacamos o sistema de informação e o sistema de tematização. O sistema de informação tem por domínio a unidade informativa (geralmente coincidente com a oração) e atribui-lhe uma estrutura em termos de 'dado'/'novo' («given»/«new»); o sistema de tematização tem por domínio a oração

⁽¹⁹⁾ in KRESS 76, p. XIX.

e assigna-lhe uma estrutura em termos de 'tema'/'rema' (designação paralela à de Tópico/Comentário):

«A informação é uma forma de organização discursiva». (ID., p. 175).

Através do sistema de informação, o locutor organiza o discurso em unidades informativas a que atribui internamente a estrutura correspondente ao par 'dado'/'novo':

«Os termos de 'dado' e 'novo' devem ser interpretados não como 'mencionado previamente' e 'não mencionado previamente' mas como 'algo a que é atribuído ou não atribuído pelo locutor o estatuto de derivável do discurso anterior'». (ID., p. 176).

A atribuição do estatuto de 'novo' a um constituinte ou grupo de constituintes de uma unidade de informação é feita através da escolha de um foco de informação e o acento de intensidade recai sobre o item lexical final; neste caso não é atribuída à unidade de informação uma estrutura em termos de 'dado'/'novo' mas sim de 'não novo'/'novo' ou, apenas, 'novo':

«Portanto, se o sistema de foco de informação estrutura a unidade informativa em dois elementos que podem ser etiquetados 'dado' e 'novo', é preciso deixar claro (1) que 'dado' e 'novo' representam a interpretação que o locutor faz da relação do que está a ser dito com o discurso anterior — o 'dado' pode, mas não precisa necessariamente de ser, abertamente anafórico; e (2) que, no caso do foco não marcado, 'dado' deve ser interpretado como 'não especificado no que diz respeito a qualquer relação com o discurso anterior'. Além disso, enquanto o elemento 'novo' é obrigatório, o elemento 'dado' é opcional: a unidade de informação pode conter apenas o elemento em que recai o foco de informação.» (p. 177).

Quanto ao sistema de tematização, cujo domínio é, como dissemos, a oração, ele organiza a mensagem em 'tema' e 'rema'. A atribuição de 'tema' e 'rema' é realizada através da ordem de palavras: o elemento seleccionado como 'tema' aparecerá na primeira posição na oração. O 'tema' pode ser definido como *«aquilo acerca de que eu estou a*

falar», «o ponto de partida da mensagem» (p. 180. Os itálicos são nossos). No caso da escolha de um tema não marcado, geralmente, 'tema' coincide com 'dado' e com SU. Assim, (51), quanto à função textual, pode ser analisado como:

(51)	O sistema de tematização (SU)	organiza a mensagem em 'tema' e 'rema' ⁽²⁰⁾
Tema não marcado	Tema	Rema
Uma unidade de informação não marcada	Dado	Novo

Quanto à mesma função, (52) seria analisado em:

(52)	Quanto ao sistema de tematização,	ele (SU)	organiza a mensagem em 'tema' e 'rema' ⁽²¹⁾
Tema marcado	Tema		Rema
Duas unidades de informação	Novo	Dado	Novo

Parece-nos que a concepção de Halliday apresenta dois aspectos importantes: uma definição autónoma dos pares 'dado'/'novo' e 'tema'/'rema', relevante ao nível da função textual; a definição de 'dado' como derivável do discurso, o que constitui um avanço relativamente a outras concepções que identificam 'dado' como 'mencionado previamente'. Uma das limitações desta concepção parece-nos ser a de restringir textual a co-textual, não considerando a dimensão situacional como outra das determinantes da organização das unidades de informação e das unidades temáticas. Mesmo o lugar que é dado ao co-textual na determinação dessas unidades nos parece demasiado reduzido.

⁽²⁰⁾ Na interpretação de (51) como resposta à pergunta: *Qual a função do sistema de tematização?*

⁽²¹⁾ Esta análise só é válida no caso em que (52) integrado num discurso em que *sistema de tematização* e *organiza a mensagem em 'tema' e 'rema'* nem tenham sido mencionados nem sejam deriváveis do discurso anterior.

2.2.2 Para a linguística checoslovaca herdeira do CLP, a dimensão comunicativa é um dos níveis da análise sintáctica. Daneš desenvolveu a chamada análise sintáctica em três níveis: nível semântico, nível gramatical e nível da Perspectiva Funcional da Frase (ou de organização contextual) ⁽²²⁾ — é da interacção destes três níveis que resulta o funcionamento discursivo de cada frase, a sua integração e o seu rendimento funcionais num acto de comunicação. A nível da PFF, um dos objectivos da comunicação é, precisamente, a tentativa de o locutor «fazer o alocutário modificar de algum modo, nalguns aspectos, alguns pontos da informação armazenada na memória do alocutário (HAJICOVA 77, p. 9). Ou seja, numa situação de comunicação, locutor e alocutário partilham em princípio à partida, um certo 'stock' de conhecimentos e a actividade verbal pode ou activar parte desse 'stock', ou acrescentar-lhe elementos novos, ou modificá-lo nalguns aspectos. Este objectivo comunicativo determina a própria organização da frase aos três níveis acima referidos. A contribuição que cada elemento de uma frase dá ao desenvolvimento da comunicação é designada por Firbas como o seu grau de *dinamismo comunicativo* (CD) (FIRBAS 70, p. 19): qualquer elemento de uma frase que active aspectos do 'stock' de conhecimentos partilhado por Locutor e Alocutário terá um grau de dinamismo comunicativo menor do que um elemento que modifique aspectos desse 'stock' ou lhe acrescente novas informações. Formula-se a hipótese de que a escala de dinamismo comunicativo dos elementos de uma frase é representada pela ordem superficial de palavras, que exprime, da esquerda para a direita, uma gradação menor dinamismo comunicativo → maior dinamismo comunicativo. Assim, por exemplo, (53) pode ser analisado do seguinte modo, em termos da escala de dinamismo comunicativo:

$$(53) \quad \underbrace{O \text{ João}}_{CD_i} \underbrace{escreveu}_{CD_j > i} \underbrace{um \text{ poema}}_{CD_k > j}$$

Esta análise é válida para a interpretação de (53) em que:

- (i) o referente de *O João* faz parte do 'stock' de conhecimentos partilhados pelo Locutor e pelo Alocutário, mais precisamente, é um elemento activado desse 'stock';

⁽²²⁾ Cf. FIRBAS 1970.

(ii) não há nenhum acento de intensidade.

Se (i) e (ii) forem satisfeitas, (53) pode ser resposta à pergunta:

(53) a. O que é que o João fez?

Consideremos agora (54):

(54) O João escreveu um poema ⁽²³⁾

$$\begin{array}{ccc} & \text{CD}_i & \text{CD}_j > i \\ \text{CD}_{i'} & & \text{CD}_{i''} > i' \end{array}$$

Neste caso, em que o acento de intensidade recai sobre *um poema*, a frase poderia ser resposta a (54a):

(54) a. O que é que o João escreveu?

Os exemplos apresentados mostram que a identificação dos elementos que, em cada frase, fazem parte do 'stock' de conhecimentos partilhados e dos que modificam esse 'stock' ou lhe introduzem nova informação só pode ser feita em contexto: o teste da pergunta, que consiste na construção de um conjunto de perguntas relevantes a que a frase a analisar pode responder, é um processo de criação artificial de um contexto para essa frase. A partir deste teste, é possível estabelecer que:

1. Todos os constituintes da frase que não estejam incluídos no conjunto de perguntas relevantes introduzem nova informação ou modificam o 'stock' de conhecimentos partilhados — fazem parte do foco;
2. Todos os constituintes da frase que pertençam à totalidade do conjunto de perguntas relevantes são elementos activados do 'stock' de conhecimentos partilhados — constituem o TÓP da frase;

(23) Em 2.2.2, os constituintes em *itálico* nas frases designam aqueles sobre os quais recai o acento de intensidade.

3. Todos os constituintes da frase que apareçam num subconjunto do conjunto das perguntas relevantes pertencem ao domínio («range») do 'stock' de conhecimentos partilhados.

Consideremos agora o par (55a), (55b):

- (55) a. Quem é o Pedro?
b. O Pedro é o irmão do João.

A concepção atrás referida obrigar-nos-ia a analisar (55b) do seguinte modo:

- (55) b. $\underbrace{\text{O Pedro}}_2 \text{ é } \underbrace{\text{o irmão do João}}_1$
 2 3 1
 TÓP FOC

É, no entanto, evidente, que em (55b), o referente de *O Pedro* não faz parte do 'stock' de conhecimentos partilhados pelo Locutor e pelo Alocutário: (55b) destina-se, precisamente, a informar o locutor de (55a) sobre a identidade de *O Pedro*. Identificar este constituinte como TÓP da frase *com base* na condição 2 seria, portanto, incorrecto. Mas se *O Pedro*, em (55b), não faz parte do 'stock' de conhecimentos partilhados pelos intervenientes no discurso, o termo *O Pedro* está *dependente contextualmente* («contextually bound») de (55a) e, certamente, do discurso anterior que desencadeou essa pergunta. O conceito de 'dependente contextualmente', utilizado por Sgall, Hajičova, Benesöva entre outros, foi proposto para superar a insuficiência da hierarquia do Dinamismo Comunicativo, a partir da oposição 'stock' de conhecimentos partilhados/modificação ou nova informação introduzida nesse 'stock'. O conceito de 'dependente contextualmente' abarca dois tipos de dependência:

- (i) a dependência co-textual: num dado ponto t_i do discurso D, é 'dependente contextualmente' todo o elemento que já tenha sido mencionado num ponto $t_j <_i$ desse mesmo discurso D;
 (ii) a dependência situacional: é 'dependente contextualmente' qualquer elemento de um discurso D que só atinge a referencialidade em função dos índices enunciativos (espaço, tempo, LOC,

ALOC, ...) e da situação concreta de comunicação — é o caso, por exemplo, de quaisquer instâncias de *eu*, *hoje*, *esse*.

Com base neste conceito, é possível reformular 1.-3.:

1. todos os constituintes que não estejam incluídos no conjunto de perguntas relevantes, não são 'dependentes contextualmente' — pertencem ao domínio do FOC;
2. todos os constituintes de uma frase que pertençam à totalidade do conjunto de perguntas relevantes, são 'dependentes contextualmente' — pertencem ao domínio do TÓP da frase;
3. todos os constituintes de uma frase que apareçam num subconjunto de perguntas relevantes, são elementos 'dependentes contextualmente'.

Assim, consideremos de novo os exemplos (53) e (54), como respostas respectivamente a (53a) e (54a). De acordo com 1.-3., a sua análise seria:

(53) O João escreveu um poema ⁽²⁴⁾.

d
TÓP FOC

(54) O João escreveu um poema.

d d
TÓP FOC

Do que atrás ficou exposto, podemos concluir que, para a PFF, a grande distinção não é entre TÓP e FOC, TÓP e Comentário ou 'dado' e 'novo'. O par que organiza cada frase em termos da sua integração e rendimento funcionais na comunicação é 'dependente contextualmente'/'não dependente contextualmente', sendo TÓP e FOC os dois pontos limites da estruturação comunicativa organizada com base nesse par.

2.3 DEFINIÇÃO E PROPRIEDADES DE TÓPICO

Consideramos que a noção de TÓP designa uma função textual, cujas propriedades enunciamos em (56):

(24) Utilizamos o índice 'd' para designar os elementos 'dependentes contextualmente'.

- (56) (i) TÓP é um esquema contextualmente definido⁽²⁵⁾, espacial, temporal ou individual, relativamente ao qual uma predicação principal é válida⁽²⁶⁾.

(ii) *PROPRIEDADES PRAGMÁTICAS*

(iia) TÓP é um elemento contextualmente definido.

(iib) A relação que TÓP e a predicação mantêm entre si é uma relação de *Relevância* (no sentido de Grice).

(iii) *PROPRIEDADES SEMÂNTICAS*

O individual seleccionado para TÓP, sendo obrigatoriamente um elemento contextualmente definido, tem pressuposição de definitização⁽²⁷⁾. Isto significa que um N seleccionado para TÓP é preferencialmente uma Descrição Definida, um Pronome Pessoal ou Demonstrativo ou um Nome Próprio, mas que Ns ocorrendo com Determinantes Indefinidos, desde que contextualmente definidos, podem, igualmente, ser seleccionados para TÓP. Relativamente ao esquema espacial ou temporal seleccionado para TÓP, é, igualmente, pressuposta a sua unicidade referencial e a sua identificabilidade pelo ALOC.

A relação entre CONTEXTUALMENTE DEFINIDO (C DEF) e TOPICALIDADE pode representar-se simbolicamente por (57):

$$(57) \quad N_i [-C \text{ DEF}] \supset \square N_i \text{ não TÓP}$$

⁽²⁵⁾ Entendemos 'contexto' na dupla acepção de contexto discursivo e situacional. Por sua vez, distinguimos entre 'dependente contextualmente' e 'contextualmente definido'. Assim, é 'dependente contextualmente' qualquer constituinte x que pertença a um subconjunto do conjunto de perguntas relevantes que é possível formular acerca da Prop_i em que x ocorre; formalmente: $\exists \text{ Prop}_j \in C: x \in \text{Prop}_j$ (em que 'C' designa o conjunto de perguntas relevantes acerca da Prop_i). É 'contextualmente definido' qualquer constituinte y que pertença à totalidade de perguntas relevantes acerca da Prop_i em que y ocorre formalmente: $\forall \text{ Prop}_j \in C: y \in \text{Prop}_j$.

⁽²⁶⁾ Cf. CHAFE 76, p. 50: «A spatial, temporal or individual framework within which the main predication holds».

⁽²⁷⁾ Utilizamos 'pressuposição de definitização' na seguinte acepção: o LOC pressupõe (i) que o N TÓP tem unicidade referencial e (ii) que ALOC é capaz de identificar o(s) individual(is) referido(s) por esse N.

Ser contextualmente definido é uma condição necessária mas não suficiente de TOPICALIDADE.

(iv) *PROPRIEDADES SINTÁCTICAS:*

No Português é atribuída a TÓP, uma posição fixa, em termos de ordem de palavras (cf. quadro, p. 239).

(v) *PROPRIEDADES FONOLÓGICAS:*

No caso de escolha marcada de TÓP, é atribuída um traço prosódico: pausa à direita de TÓP (cf. quadro, p. 239)

A escolha de TÓP pode ser marcada ou não marcada. A escolha não marcada corresponde aos casos em que tem a função de TÓP o SN com a função de SU. Uma condição necessária para a assignação da função de TÓP a um SN_{SU} é o tipo de determinação do Nome que é núcleo desse SN (cf. p. 236): se o Nome for CONTEXTUALMENTE DEFINIDO, então ele é o candidato mais provável a TÓP. Esta generalização pode ser simbolicamente representada por:

$$(58) \quad N_{i_{SU}} [+C DEF] \supset \square N_{i_{TÓP}}$$

Se TÓP for assignado a N_{SU} então é atribuída ao mesmo N «role» e «topic prominence»⁽²⁸⁾.

Nas escolhas marcadas de TÓP o TÓP ocupa posição inicial de frase (PI) e podem ser seleccionados.

1. Elementos internos à Proposição, distintos, mas eventualmente co-referentes, de SU:

(i) Nominais:

(59) *Esse filme*, o João viu mesmo.

(ii) Adverbiais:

(60) *Ontem, às 22 horas*, foi inaugurada a exposição.

(28) Cf. SCHACHTER 77.

Em muitas frases, TÓPs do tipo de (ii) podem estar omissos superficialmente porque são recuperáveis discursiva ou situacionalmente ⁽²⁹⁾.

Assim, consideremos uma frase como (61):

(61) Está a chover torrencialmente.

Assertar (61) só é válido relativamente a um dado intervalo de tempo e a um dado espaço (que, neste caso, coincidiriam com o tempo e o lugar da enunciação) omissos, mas recuperáveis contextualmente.

2. Elementos externos à Proposição:

Trata-se de TÓPs que introduzem um assunto de discurso («discourse matter») ⁽³⁰⁾:

(62) «*Relativamente às eleições dos Corpos Gerentes para o biénio 80-82 (...) comunico que funcionarão mesas de voto nos locais e horários seguintes*»: (in J. N., 20/6/80, p. 6).

⁽²⁹⁾ Cf. GUNDEL 74.

⁽³⁰⁾ Neste tipo de casos, pode existir mais do que um 'ponto de informação' («point of information»), embora exista apenas um TÓP. (Cf. HALLIDAY 76, cap. 12).

A especificidade de cada um dos tipos de atribuição de TÓP através referidos está indicada no quadro seguinte:

	TÓPs INTERNOS A PROPOSIÇÃO	TÓPs EXTERNOS A PROPOSIÇÃO
1. PROPRIEDADES PRAGMÁTICAS	1. Designa uma entidade ou conjunto de entidades (x) acerca da(s) qual(is) se assera, interroga, $\Phi \dots$; 2. Φ é relevante relativamente a TÓP;	Introduz um 'assunto de discurso'; Prop é relevante acerca de TÓP (cond. nec.); caso máximo de relevância: TÓP, co-referente a x; e Prop; Pressuposta a definitização do(s) individual(is) denotado(s) pelo elemento que é TÓP; Posição em PI; Pausa à direita de TÓP;
2. PROPRIEDADES SEMÂNTICAS	Pressuposta a definitização do(s) individual(is) denotado(s) pelo argumento que é TÓP;	Pressuposta a definitização do(s) individual(is) denotado(s) pelo elemento que é TÓP; Posição em PI;
3. PROPRIEDADES SINTÁCTICAS	1. $N_{TOP} = N_{SU}$: 1.ª posição nominal em F; 2. $N_{TOP} \neq N_{SU}$: posição em PI;	
4. PROPRIEDADES FONOLÓGICAS	1. $N_{TOP} = N_{SU} : \emptyset$ 2. $N_{TOP} \neq N_{SU}$: Pausa à direita de N_{TOP};	

em que

P: predicação

Prop: proposição

PI: posição inicial de frase

III

1. A hipótese que defenderemos em III é a de que condições de natureza semântico-textual regulam a posição dos SUs nas frases declarativas do Português. Esta hipótese pode sintetizar-se em (63):

- (63) (i) Nas frases declarativas do Português, um SU com a função textual de TÓP ocorre em posição inicial de frase — i.e., de acordo com o seguinte padrão:

$$\emptyset - \text{SU}_{\text{TÓP}} - \text{V} - \text{X}$$

- (ii) Nas frases declarativas do Português, um SU sem a função textual de TÓP não ocorre, a não ser num número muito limitado de casos, em posição inicial de frase:

- (iia) Se não existir na frase qualquer TÓP marcado, SU ocorre necessariamente em posição pós-verbal — i.e., de acordo com um dos seguintes padrões:

$$\left\{ \begin{array}{l} \text{V}_{\text{AUX}} - \text{SU} - \text{V}_{\text{PRINC}} - \text{X} \\ (\text{V}_{\text{AUX}}) - \text{V}_{\text{PRINC}} - \text{SU} - \text{Y} \end{array} \right\}$$

- (iib) Se existir na frase qualquer TÓP marcado em PI, SU pode ocorrer em posição pré- ou pós-verbal.

Formulámos a hipótese (63) com base na análise das seguintes construções do Português:

- a. Frases com Verbos existenciais;
- b. Frases com Verbos de 'entrada em cena';

- c. Frases com Verbos intransitivos que não pertencem às classes semânticas dos Verbos referidos em a. e b.

Grande parte das frases analisadas foram recolhidas em discursos escritos com objectivos comunicativos diferentes: notícias de jornal, textos científicos, textos de ficção. Optámos pela análise de frases efectivamente produzidas porque, por um lado, ao contrário do que se passa com exemplos construídos *ad hoc*, elas estão integradas num contexto discursivo e situacional, e, por outro lado, é menor o risco (a tentação ...) de emitir juízos de gramaticalidade duvidosos sobre enunciados efectivamente produzidos.

Não defendemos que a hipótese formulada em (63) dê conta de todos os casos de ocorrência de SUs pós-verbais em frases declarativas do Português: pensamos, sim, que ela dá conta dos casos a.-c. Para o justificarmos, passaremos a expor a análise que deles fazemos.

Essa análise permitir-nos-á reformular e enriquecer (63): nomeadamente, encontrar as condições que interagem com a NÃO TOPICALIDADE DE SU na determinação da posposição de SU, a modalidade dessa interacção e as condições que determinam a posição pós-verbal específica que um SU não TÓP irá ocupar.

2. ANÁLISE DE ALGUMAS CONSTRUÇÕES DO PORTUGUÊS:

Frases com Verbos intransitivos, particularmente, Verbos existenciais e Verbos de 'entrada em cena'

Consideremos as seguintes frases:

- (64) a. *Essas coisas acontecem frequentemente.*
 b. *Acontecem essas coisas frequentemente.*
 c. *Acontecem frequentemente essas coisas.*
 d. *«Pode ocorrer a ideia de um subconjunto de tais afluentes.»*
 (O. LOPES, GRAM. SIMB., p. 44)
- (65) a. *«Existe em Portugal mais do que um rio chamado Águeda.»*
 (O. LOPES, GRAM. SIMB., p. 44)
 b. ** Mais do que um rio chamado Águeda existe em Portugal.*
 c. *«... terá lugar hoje, às 22 horas, no próprio local, um recital de canto e guitarra...»*
 (D. L., 9/V/80, p. 26)

- (66) a. «Surge, assim, a teoria da alienação.»
 (HIST., 15, JAN./80, p. 10)
 b. O João chegou ontem.
 c. Ontem, chegou o João.
 d. Ontem, o João chegou.
- (67) a. «Apareceu um diabo no meu quarto.»
 (RAPOSO 79, p. 171)
 b. Um diabo apareceu no meu quarto.

As frases (64) e (65) contêm Verbos existenciais e as frases (66) e (76) Verbos de 'entrada em cena'. É possível constatar as seguintes regularidades em (64)-(67):

- (i) Nas frases com SUs definidos, estes ocorrem livremente em posição pré- ou pós-verbal;
- (ii) Nas frases com SUs não definidos morfo-sintáctica ou contextualmente, estes ocorrem em posição pós-verbal.

(65b) e (67b), com SUs não definidos⁽³¹⁾ em posição pré-verbal, são, pelo menos, de gramaticalidade duvidosa.

Das regularidades observadas podemos, desde já, inferir que, se o tipo de determinação do Nominal SU é um factor relevante para a posição dos SUs em frases com estas classes de Verbos, ela não é factor único, dado que um SU afectado de determinação definida pode ocorrer quer em posição pré- quer em posição pós-verbal.

Tentemos então descortinar quais os factores que, em interacção com a determinação, são responsáveis pela posição dos SUs em frases como (64)-(67).

Semanticamente, as frases com Verbos existenciais assertam a (modalidade de) existência de individuais, e as frases com Verbos de 'entrada em cena' assertam o aparecimento na / desaparecimento de individuais da 'cena da enunciação'. As frases com qualquer destas classes de Verbos podem exprimir ou o estado / o processo em que estão envolvidos os individuais designados pelos Nominais SUs ou predicar

(31) Lembramos que um N só pode ser seleccionado para TÓP se for contextualmente definido (cf. 57, p. 236). Em frases consideradas isoladamente do contexto, Ns que ocorrem com Determinantes Indefinidos são não definidos morfo-sintáctica e *contextualmente*. É nesta acepção que utilizamos o termo 'não definido'.

acerca desses individuais uma dada modalidade de existência ou de aparecimento na / desaparecimento da 'cena da enunciação'. No primeiro caso, as frases exprimirão aquilo que Marty, na sequência de Brentano, designa por 'juízos téticos' (Kuroda chama-lhes 'frases atemáticas'); no segundo caso, as frases exprimirão, para Marty, 'juízos categóricos' (Kuroda designa-as 'frases temáticas')⁽³²⁾, ou seja, são frases que possuem uma estrutura lógica sujeito-predicado.

Sempre que uma frase com um Verbo pertencente a qualquer das duas classes acima referidas exprima 'o estado / o processo em que estão envolvidos os individuais designados pelos Nominais SUs', i.e., sempre que se limite a colocar a modalidade de existência ou de aparecimento / desaparecimento no discurso desses individuais, *essa frase não tem qualquer TÓP nominal*. Designar, como Kuroda, tais frases como 'atemáticas' não significa, contudo, para nós, que elas sejam frases 'atópicas' («topicless»): elas podem conter TÓPs espacio-temporais ou expressos ou omissos mas recuperáveis («recoverable»).

Vejamus concretamente em que condições é que frases existenciais e frases com Verbos de 'entrada em cena' colocam individuais no discurso ou exprimem predicções.

Frases existenciais como (65a) e (65c), i.e., com SUs afectados de determinação indefinida, portanto não TÓPs, limitam-se a colocar os individuais designados pelos SUs no discurso: neste caso, SU transmite nova informação e ocorre necessariamente em posição pós-verbal (veja-se a gramaticalidade de (65b), com um SU não definido em posição pré-verbal).

Frases existenciais como (64b), (64c) e (64d), com SUs afectados de determinação definida, limitam-se também a colocar a existência dos individuais designados pelos Nominais SUs: neste caso, SU não tem a função pragmática de TÓP, transmite nova informação e ocorre necessariamente em posição pós-verbal.

Em frases existenciais como (64a), com um SU definido e com a função pragmática de TÓP, a frase exprime uma predicção e esse SU ocorre necessariamente em posição pré-verbal: repare-se que uma frase como (64a) só ocorre quando o Nominal SU é dependente ou discursiva ou situacionalmente (logo, não transmite nova informação).

Frases com Verbos de 'entrada em cena' como (67a) i.e., com SUs afectados de determinação indefinida, sem a função pragmática de TÓP,

(32) Cf. KURODA 79.

limitam-se a colocar o aparecimento do individual designado pelo Nominal SU na 'cena da enunciação': neste caso, o SU transmite nova informação e ocorre em posição pós-verbal.

Em frases com Verbos de 'entrada em cena' como (66a), com SUs afectados de determinação definida, sem a função pragmática de TÓP e sem TÓPs marcados, exprime-se uma predicação, i.e., a atribuição de uma determinada propriedade ao individual designado pelo Nominal SU: neste caso, como o SU não tem a função pragmática de TÓP, ele ocorre em posição pós-verbal.

Em frases com Verbos de 'entrada em cena' como (66c) e (66d), em que se verificam as condições apontadas para (66a) mas em que existe um TÓP marcado (*ontem*), o SU não é TÓP, a frase exprime uma predicação: neste caso SU pode ocorrer em posição pré-verbal, dado que não ocupa a posição inicial de frase; se tal acontecer (é o que se passa com (66d)), o SU é um elemento transicional entre TÓP e FOCO. Pelo contrário, quando ocorre em posição pós-verbal, como em (66c), ele constitui o FOCO de informação da frase.

Frases com Verbos de 'entrada em cena' como (66b), i.e., com SU definido, com a função pragmática de TÓP, exprimem uma predicação: o SU ocorre necessariamente em posição pré-verbal.

Vejamos agora o que se passa com frases com Verbos intransitivos que não pertençam a nenhuma das classes de Verbos acima referidas. Consideremos as seguintes frases:

- (68) a. «Às 12 e 18, hora de Madrid, desceram os restantes 38 passageiros (...).»
(D. L., 9/V/80)
- b. Às 12 e 18, hora de Madrid, os restantes 38 passageiros desceram.
- c. «Presidirá ao encontro o director da arma, brigadeiro (...).»
(D. L., 7/V/80).
- d. O director da arma, brigadeiro (...), presidirá ao encontro.
- (69) a. «Morreu uma pessoa e várias outras ficaram feridas (...).»
(D. L., 7/V/80)
- b. «(...) e das lápides do cemitério dos cães subiam de tempos a tempos latidos aflitos de caniche.»
(LOBO ANTUNES, OS CUS DE JUDAS, p. 9).
- c. «Soprava um vento gélido de clericalismo.»
(HIST., 3, JAN./79, p. 11).

Frases como (69a) a (69c) mostram que SUs não definidos, logo não TÓPs, ocorrem em posição pós-verbal⁽³³⁾.

Frases com SUs definidos com a função pragmática de TÓP (veja-se (68d)) exibem esses SUs necessariamente em posição pré-verbal.

Em frases com SUs afectados de determinação definida, sem função pragmática de TÓP, eles ocorrem necessariamente em posição pós-verbal (veja-se 68c)); se existirem nas frases TÓPs marcados (como é o caso em (68a) e (68b)), os SUs ocorrerão em posição pré- ou pós-verbal, consoante forem, respectivamente, elemento transicional (como em (68b)) ou FOCO de informação da frase (como é o caso em (68a)).

3. CONCLUSÃO

A análise proposta em III. 2. permite-nos reformular (63) do seguinte modo:

- (70) Nas frases declarativas do Português, a condição necessária para a ocorrência de SUs pós-verbais é a sua NÃO-TOPI-CALIDADE.

Esta condição implica (70i):

- (70i) Nas frases declarativas do Português, um SU com a função textual de TÓP ocorre necessariamente em posição pré-verbal.

A condição (70ii) explicita a posição específica pré-verbal ocupada por um SU TÓP:

- (70ii) Nas frases declarativas do Português, um SU com a função textual de TÓP ocorre necessariamente em posição inicial de frase, i.e., de acordo com o seguinte padrão:

$$\emptyset - \text{SU}_{\text{TÓP}} - \text{V} - \text{X} \text{ } ^{(34)}$$

⁽³³⁾ Pensamos que a ocorrência de SUs contextualmente não definidos em posição pré-verbal está limitada ao caso em que toda a frase, do ponto de vista informativo, é 'novo'; isto acontece, por exemplo, em certas sequências de notícias de jornal: «*Um homem*, cujas roupas se incendiaram quando enchia de carburante a sua moto, correu para o meio de uma multidão de passageiros do Metropolitano de Paris (...)» (J.N., 22/VI/80).

⁽³⁴⁾ (70ii) não é válida nas frases clivadas, em que um elemento focalizado ocupa a posição inicial de frase.

A condição (70ii) pode representar-se simbolicamente por (70iii):

$$(70iii) \text{ SU } [+C \text{ DEF}] \wedge \text{TÓP} \supset \left[\begin{array}{l} \square \text{ não TÓPs marcados} \\ \square \text{ Posição inicial de frase} \end{array} \right]$$

A interacção de (70) com o *tipo de determinação de SU*, as *classes de predadores*, o *estatuto do SU do ponto de vista informativo*, a *existência ou não existência de TÓPs marcados (expressos)*, pode exprimir-se através de (71):

- (71) (i) Nas frases declarativas do Português, um SU [+C DEF], sem a função pragmática de TÓP, ocorre necessariamente em posição não inicial de frase;

(ia) *Com Verbos existenciais* (frases exprimindo 'juízos téticos'):

$$\text{SU } [+C \text{ DEF}] \wedge \text{ não TÓP} \supset \square \text{ SU 'novo'} \supset \square \text{ Posição pós-verbal}$$

(ib) *Com Verbos de 'entrada em cena' e outros Verbos intransitivos*:

$$\begin{array}{l} \text{SU } [+DEF] \wedge \text{ não TÓP} \left\{ \begin{array}{l} \text{SU 'novo'} \supset \square \text{ Posição pós-verbal} \\ \text{SU el. transicional} \left\{ \begin{array}{l} \text{TÓPs marcados} \supset \square \text{ Posição pré-verbal} \\ \text{não TÓPs marcados} \supset \square \text{ Posição pós-verbal} \end{array} \right. \end{array} \right. \end{array}$$

- (ii) Nas frases declarativas do Português, qualquer SU [-C DEF], necessariamente não TÓP, ocorrerá em posição pós- ou pré-verbal, de acordo com as seguintes condições:

(iia) *Com Verbos existenciais* (frases exprimindo 'juízos téticos'):

$$\text{SU } [-C \text{ DEF}] \supset (\square \text{ não TÓP} \wedge \square \text{ SU 'novo'}) \supset \square \text{ Pos. pós-verbal}$$

- (iib) *Com Verbos de 'entrada em cena' (frases exprimindo 'juízos téticos') e outros Verbos intransitivos:*

$$SU [-CDEF] \supset \square \text{ não TÓP} \left\{ \begin{array}{l} SU \text{ 'novo'} \supset \square \text{ Pos. pós-verbal} \\ SU \text{ el. transicional} \supset \square \text{ Pos. pós-verbal} \end{array} \right.$$

Para além da formulação de (70) e (71), o estudo das construções do Português que apresentamos neste texto permitiu-nos, também, elaborar uma hipótese sobre as condições que determinam a posição específica que um SU pós-verbal ocupa numa frase declarativa — à direita de V ou de SV. Tal hipótese está contida em (72):

- (72) Nas frases declarativas do Português, a posição específica em que ocorre um SU pós-verbal é determinada pela seguinte condição pragmática: função informativa que o SU desempenha na frase. Esta condição pode representar-se simbolicamente por (72i) e (72ii):

- (72i) $SU \wedge \text{FOCO de informação} \supset \square \text{ Pos. mais à direita da frase, segundo o padrão:}$

$$X - V - Y - SU_{\text{FOCO}}$$

- (72ii) $SU \wedge \text{Elemento transicional} \supset \square \text{ Pos. à direita de } V_{\text{AUX}} \text{ ou } V_{\text{PRINC}} \text{ de acordo com o seguinte padrão:}$

$$X - \left\{ \begin{array}{l} V_{\text{AUX}} - SU - V_{\text{PRINC}} \\ V_{\text{PRINC}} - SU \end{array} \right\} - Y$$

Porto, Outubro 1980

LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIATURAS

'>'	maior que
'<'	menor que
'='	igual
'≠'	diferente
'∈'	pertence a
'~'	negação de, não ...
'^'	e
'⊃'	implica
'∀'	seja qual for ...
'∃'	existe pelo menos um ...
'□'	necessariamente
'sse'	se e só se

NOTA FINAL

Algumas das frases que constituem o corpus analisado foram recolhidas nos seguintes textos:

- BRAGANÇA, N. (1969): *A noite e o riso*, Moraes, Lisboa, 3.^a ed., 1978.
- COUTINHO, C. (1977): *A estratégia do cinismo*, Ed. Caminho, Lisboa.
- CUNHA, Celso (1972): *Gramática do Português Contemporâneo*, Ed. Bernardo Álvares, Belo Horizonte.
- Diário de Lisboa*, 7/MAI/80; 9/MAI/80.
- História*, n.^o 3, JAN/79, 15, JAN/80, *O Jornal*, Lisboa.
- Jornal de Notícias*, 20/JUN/80.
- LAKOFF, George (1969): «On Generative Semantics», in STEINBERG & JAKOBOVITZ (eds.): *Semantics*, Camb. Univ. Press, Cambridge, 1971; 4.^a ed., 1975, pp. 232-296.
- LOBO ANTUNES, A. (1979): *Os cus de Judas*, Ed. Vega, Lisboa, 2.^a ed.
- LOPES, Óscar (1972): *Gramática Simbólica do Português*, CIP, Instituto Gulbenkian de Ciência, Lisboa, 2.^a ed. corrigida.
- MAGALHÃES GODINHO, V. (1968): *Ensaio II*, Sá da Costa, Lisboa.
- O Jornal*, 4/JUL/80.
- PERLMUTTER, L. (1976): «Evidence for Subject Downgrading in Portuguese», SCHMIDT-RADEFELT (ed.): *Readings in Portuguese Linguistics*, North-Holland, Amsterdão, pp. 93-137.
- RAPOSO, E. (1979): *Introdução à Gramática Generativa. Sintaxe do Português*, Manuais Universitários, 9, Moraes, Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

- AKMAJIAN, A. (1970): «On deriving cleft sentences from pseudo-cleft sentences», in *Linguistic Inquiry*, 1, pp. 149-168.
- BRESNAN, J. (1977): «A Realistic Transformational Grammar, in HALLE, M., BRESNAN & MILLER (eds.) (1978): *Linguistic Theory and Psychological Reality*, The MIT Press, Mass., pp. 1-59.
- BRITO, A., F. DANTAS FERREIRA, J. MADUREIRA PINTO, F. PIMENTA DE OLIVEIRA, C. RIBAS MONTEIRO e I. SILVA DUARTE (1978): «Le travail n'existe pas. (Pour une analyse intégrée du discours publicitaire)» *Théories et Pratiques de la Sociolinguistique*, PUF, Paris.
- BURT, M. (1971): *From Deep to Surface Structure: an Introduction to Transformational Syntax*, Harper and Row, N.Y.
- CHAFE, W. (1976): «Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics and point of view» in LI, C. (ed.): *Subject and Topic*. Academic Press Inc. N. Y., 1976, pp. 25-57.
- CHOMSKY, N. (1965): *Aspects of the theory of Syntax*. The MIT Press, Cambridge; trad. port., Col. Studium, Arménio Amado, Coimbra, 1975.
- CHOMSKY, N. (1968): «Deep structure, surface structure and semantic interpretation» in *Studies on Semantics in Generative Grammar*, J. L., S. M. 107, Mouton, The Hague, 1972.
- CHOMSKY, N. (1970): «Remarks on Nominalization», in *Studies on Semantics in Generative Grammar*, J. L., S. M. 107, Mouton, Haia, 1972, pp. 11-61.
- CHOMSKY, N. (1973): «Conditions on transformations» in *Essays on Form and Interpretation*, North-Holland, Amsterdam, 1977, pp. 81-160.
- CULIOLI, A., C. FUCHS, M. PÉCHEUX (1970): *Considérations théoriques à propos du traitement formel du langage*. Dunod, Paris.
- CULIOLI, A. (1976): *Transcription du Séminaire de D.E.A.*, Dép. de Recherches Linguistiques, Univ., Paris VII.
- CUNHA, C. (1972): *Gramática do Português Contemporâneo*, Ed. Bernardo Alves, Belo Horizonte.
- DAHL, O. (1974): «Topic-comment structure revisited», in DAHL, O. (ed.): *Topic and comment, Contextual Boundness and Focus*, *Papier zur Textlinguistik*, 6., Helmut Buske, Hamburgo, 1974, pp. 1-24.

- DANES, F. (1974) (ed.): *Papers on Functional Sentence Perspective*, J. L., S. Minor, 147, Academia e Mouton, The Hague.
- DIK, S. (1978): *Functional Grammar*, North-Holland, Amsterdam.
- DIK, S. (1980): «The interaction of subject and topic in Portuguese», in BOLKESTEIN, A. M. et al. (1981) (eds.): *Predication and expression in Functional Grammar*, London & New York, Academic Press, pp. 165-184.
- van DIJK, T. A. (1977): *Text and context. Explorations in the Semantics and Pragmatics of the Discourse*, Longman, London.
- FILLMORE, C. (1968): «The Case for Case», in BACH & HARMS (eds.): *Universals in Linguistic Theory*, Holt, Rinehart and Winston, N. Y., 1968, pp. 1-88.
- FILLMORE, (1971): «Some problems for case grammar»; trad. franc.: «Quelques problèmes posés à la grammaire casuelle», in *Langages* 38, Didier-Larousse, Paris, 1975, pp. 65-80.
- FIRBAS, J. (1970): «Some aspects of the Czechoslovak Approach to Problems of FSP», in DANES (ed.) 1974, pp. 11-37.
- von der GABELENTZ, G. (1891): *Die Sprachwissenschaft, ihre Aufgaben, Methoden, Bisherige Ergebnisse*, Leipzig.
- GIVÓN, T. (1976): «Topic, pronoun and grammatical agreement», in LI, C. (ed.) 1976, pp. 151-188.
- GODIN, P. (1976): «Aspects syntaxiques et sémantiques de la grammaire casuelle appliquée au français», in *Cahiers de l'Institut Linguistique de Louvain*, vol. 3, n.º 2-3, Louvain, 1976, pp. 116-164.
- GUNDEL, J. (1974): «Role of Topic and Comment in Linguistic Theory», IULC, Bloomington, 1977.
- GRICE, H. P. (1967): «Logic and conversation » in COLE & MORGAN (eds.): *Syntax and Semantics*, vol. 3, Academic Press, New York, 1975, pp. 41-58.
- HAJICOVÁ, E. (1977): «Functionalism and Topic/Focus in Generative Description», mimeo, IV International Summer School on Computational and Mathematical Linguistics, Pisa, 1977.
- HALLIDAY, M. A. K. (1967): «Theme and information in the English clause» in KRESS (ed.): *Halliday: System and Function in English*, Oxford Univ. Press, Londres, 1976, pp. 174-88.
- HALLIDAY, M. A. K. (1969): «Types of process» in KRESS (ed.), 1976, pp. 159-173.
- HALLIDAY, M. A. K. (1973): «The functional basis of language» in *Explorations in the functions of language*, E. Arnold, Londres, 1976, pp. 22-47.
- JENKINS, L. (1975): *The English Existential*, Linguistische Arbeiten, 12, Niemeyer, Tübingen.
- KEENAN, E. (1976): «Towards a universal definition of «Subject»» in LI, C. (ed.) 1976, pp. 303-333.
- KEENAN, E. (1977a): «Summary of Word order Typology», mimeo, Tel Aviv, 1977, IV International Summer School on Computational and Mathematical Linguistics, Pisa, 1977.

- KEENAN, E. (1977b): «The major functions of the NP», mimeo, IV International Summer School on Computational and Mathematical Linguistics, Pisa, 1977.
- KUNO, S. (1971): «The position of locatives in existential sentences», in *Linguistic Inquiry*, 2., pp. 333-378.
- KURODA, S. Y. (1979): «The semantics of the Japanese topic marker *wa*», in *Linguisticae Investigationes*, Tomo III, 1979, Fasc. 1, pp. 75-85.
- LAKOFF, G. (1969): «On Generative Semantics» in STEINBERG & JAKOBOWITZ (eds.): *Semantics*, Cambridge Univ. Press, Cambridge, 1971; 4.^a ed. 1975, pp. 232-296.
- LYONS, J. (1977): *Semantics*, vol. 2, Cambridge Univ. Press, Cambridge.
- MATEUS, M.^a Helena Mira, A. BRITO, I. DUARTE e I. FARIA (1983): *Gramática da Língua Portuguesa. Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do Português actual*. Livraria Almedina, Coimbra.
- MEIRELES, J. (1972): *Estruturas de Complementação em Português*, dissertação de licenciatura, Lisboa.
- MEYER, P. (1971): «Some observations on constituent-order in Spanish», in CASAGRANDE & SAGIUK (eds.): *Generative Studies in Romance Languages*. Newbury House Publishers, Rowley, Mass., 1972, pp. 184-195.
- NILSEN, D. (1972): *Toward a Semantic Specification of Deep Case*, J. L., S. Minor, 152, Mouton, The Hague.
- PAUL, H. (1909): *Prinzipien der Sprachgeschichte*, Halle.
- PERLMUTTER, D. M. (1972): «Evidence for Shadow Pronouns in French Relativization», in PERANTEAU, P. et al. (eds.): *The Chicago which hunt, Papers from the Relative Clause Festival*, Chicago Linguistic Society, Chicago, pp. 73-105.
- PERLMUTTER, D. (1976): «Evidence for Subject Downgrading in Portuguese», in SCHMIDT-RADEFELT (ed.): *Readings in Portuguese Linguistics*, North-Holland, Amsterdam, 1976, pp. 93-137.
- PERLMUTTER, D. (1978): «Impersonal passive and the unaccusative hypothesis», *Proceedings from the IV Annual Meeting of the BLS*, pp. 111-143.
- QUÍCOLI, A. (1980): *Aspects of Portuguese complementation*, Ghent, E. Story-Scientia.
- QUINE, W. (1953): «Reference and Modality», in LINSKY, L. (1971) (ed.): *Reference and Modality*, Oxford Readings in Philosophy, Oxford Univ. Press, Londres, pp. 17-34.
- RAPOSO, E. (1975): *Uma Restrição Derivacional Global sobre o Infinitivo em Português*, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa.
- RAPOSO, E. (1979): *Introdução à Gramática Gerativa. Sintaxe do Português*, Manuais Universitários 9, Moraes, Lisboa.
- RAPOSO, E. (1981): *A construção «União de Orações» na gramática do Português*, dissertação de doutoramento, Univ. de Lisboa.
- ROSENBAUM, P. (1967): *The Grammar of English Predicate Complement Constructions*, MIT Press, Camb., Mass.

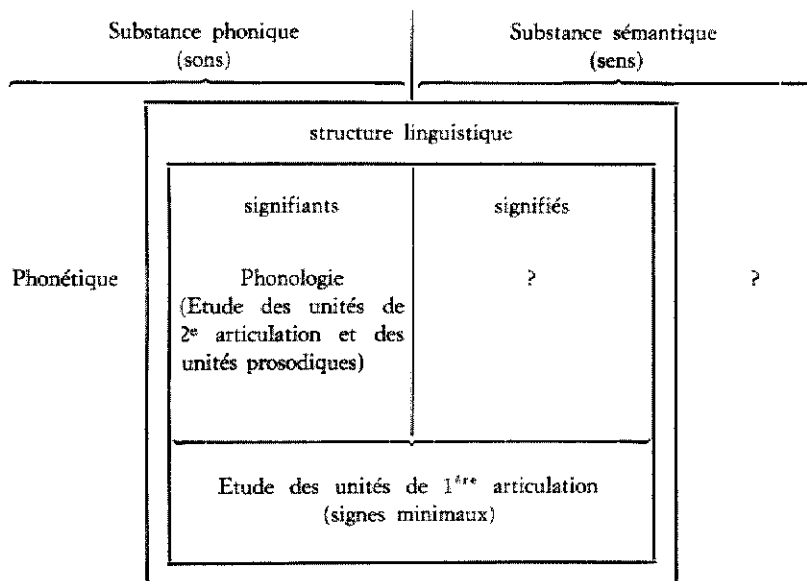
- SCHACHTER, P. (1977): «Reference-related and role-related properties of SUs» in COLE & MOGN (eds.): *Syntax and Semantics*, vol. 8, Academic Press, N.Y., 1977, pp. 279-306.
- SGALL, P. (1973): «Conditions of the use of sentences and a semantic representation of topic and focus», in KEENAN (ed.): *Formal Semantics of Natural Languages*, Cambridge Univ. Press, Cambridge, 1975, pp. 297-312.
- SGALL, P. (1974): «Focus and Contextual Boundness», in DAHL, O. (ed.), 1974, pp. 25-52.
- STRAWSON, P. (1950): «On referring» in *Logico-Linguistic Papers*, Methuen & Co Ltd., Londres, 1977, pp. 1-27.
- STRAWSON, P. (1964): «Identifying reference and truth-values» in STEINBERG & JAKOBOVITS (eds.) 1971, pp. 86-99.
- VENNEMANN, T. (1973): «Topics, sentence accent, ellipsis: a proposal for their formal treatment», in KEENAN, E. (ed.) (1975), pp. 313-328.

AXIOLOGIE OU SEMANTIQUE DENOTATIVE? (*)

HELENA VEIGA DE OLIVEIRA
(PARIS)

Axiologie ou sémantique dénotative? — telle est la question-titre de ce thème, présentée sous forme alternative.

Je commencerai par situer brièvement l'apparition du mot *axiologie* dans le domaine de l'étude des significations.



(*) Relatório apresentado ao V^o COLOQUIO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA FUNCIONAL, Ioannina (Grécia), 10-15 de Julho de 1978.

L'initiative de cet emploi spécifique du mot composé grec «étude des valeurs» revient à André Martinet. Dans un article intitulé «L'axiologie, étude des valeurs signifiées», publié dans les *Estudios Ofrecidos a Emilio Alarcos-Llorach*, Oviedo, 1977, André Martinet esquisse son approche de ce que serait l'objet de l'axiologie et il retrace les débuts de sa réflexion sur cette question. Il nous rappelle, entre autres, son paru, d'abord dans un article publié dans le 15^e fascicule des *Cahier Ferdinand de Saussure*, 1957, Genève, pp. 105-116, «Arbitraire linguistique et double articulation» et reproduit plus tard dans le livre *La linguistique synchronique*, Paris, P. U F., 1965, pp. 27-41.

André Martinet s'y interrogeait sur la possibilité d'identification «d'une discipline parallèle à la phonologie en ce que, comme elle [elle] traite d'*unités successives* minima (monèmes ici, phonèmes là), identifiées par opposition, c'est-à-dire appartenant à une langue déterminée et susceptibles d'être *analysées en traits concomitants*, significatifs dans un cas, distinctifs dans l'autre.»

Et il commente que «le fait qu'il s'agisse ici de la face signifiée des monèmes là d'unités distinctives, implique deux niveaux différents d'articulation et il n'est aucunement assuré que l'on puisse automatiquement transférer de la phonologie à la nouvelle discipline tous les procédés d'identification et de classement.»

Sur sa proposition du terme *axiologie* pour désigner ce domaine d'études, Martinet s'explique, nous en rappelant, d'abord, l'étymologie: mot forme à partir du grec *axía* «valeur», ou de l'adjectif correspondant *áxios*; nous expliquant, ensuite, que, comme mot de base, *signifié*, qui aurait été plus approprié, ne fournissait aucune dérivation possible en français. Or, dans la théorie du signe de Saussure, les signifiés sont clairement des valeurs. Et bien que le choix d'un terme comme *axiologie* pour désigner l'étude des valeurs signifiées présente l'inconvénient d'ouvrir la voie à une ambiguïté dans la théorie — puisque, littéralement parlant, il désigne aussi l'étude des valeurs distinctives en phonologie —, Martinet le retiendra car, à son avis, l'existence «du terme largement admis de phonologie pour le traitement des valeurs distinctives» nous autorise à restreindre, par convention, le sens du terme *axiologie*, pour lui faire désigner en propre ce domaine des valeurs conceptuelles. Il écarte, en passant, comme peu à craindre, la possibilité de conflits avec l'emploi d'*axiologie* comme désignation traditionnelle des valeurs morales.

Selon Martinet, *sémantique* signifierait, dès lors, pour ceux qui accepteraient la définition précédente d'*axiologie*, «les faits de sens

indépendamment de toute référence à une langue déterminée». Ceci en ferait le pendant de *phonétique*, «terme employé en référence à l'examen des sons du langage, même lorsqu'on traite de faits particuliers à un idiome.» Dans le même sens, la sémantique pourrait s'occuper de problèmes tels que, par exemple, «le sens des énoncés en situation conçu comme un problème de linguistique générale»; en ce cas, on entrerait dans le domaine de l'axiologie seulement «lorsque certains éléments en cause sont les valeurs significatives d'une langue déterminée.» Martinet considère encore qu'«à la sémantique se rattacherait également toute considération relative à des structures dites «profondes censées préexister dans l'esprit de l'homme à tout apprentissage linguistique et, par conséquent, universelles».

Martinet rappelle d'ailleurs, pour y répondre, une autre critique que cette démarche attire souvent, à savoir qu'une fois que l'on établit l'axiologie sur ces bases, le champ de la sémantique devient singulièrement restreint. Alors que la phonologie laisse à la phonétique un domaine d'études «assez riche et bien délimité», la sémantique, privée de l'étude de «tout ce qui est signification organisée dans le cadre précis d'une langue déterminée» (domaine qui, selon Martinet, revient à l'axiologie), paraît n'avoir comme objet que «le domaine infini et mouvant de l'expérience humaine antérieurement à tout désir de la communiquer linguistiquement», autrement dit, elle «paraît n'avoir plus grand rapport avec la linguistique au sens précis du terme».

A ce niveau Martinet semble, donc, indiquer que le parallélisme entre les deux plans proposé par le schéma reproduit *supra* (p. 255) n'existe pas.

Il évoque néanmoins la possibilité de l'existence, sur le plan de l'étude du sens, de quelque chose de parallèle à la *phonétique distinctive* (qui étudie «le fonctionnement de chacun des organes de la parole en cherchant à déterminer de quels jeux il est capable tels que les sons produits soient assez différents pour qu'ils puissent assumer des rôles distinctifs dans les langues»): sur le plan du sens, il s'agirait d'«un domaine d'étude où, en s'inspirant des systèmes axiologiques connus, on essaierait de jauger la possibilité d'utilisation de tel ou tel trait significatif dans telles ou telles conditions».

Martinet souligne qu'il ne s'agirait pas de poser des universels, mais juste de constater et d'évaluer la possibilité d'existence de certains traits de sens dans beaucoup — peut-être toutes? — les langues connues. Il admet que «ce type de spéculation peut paraître gratuit»; son avan-

tage serait de «préparer le chercheur à accepter des types de structure auxquels il n'est pas habitué et qu'il risquerait de traiter par prétérition ou de mal interpréter s'il les rencontrait sur son chemin».

Ce type de considérations échappe au domaine de l'axiologie, puisque celle-ci ne doit s'occuper que de «l'étude des valeurs signifiées dans une langue déterminée et bien attestée». Toutefois ces considérations «font intervenir des valeurs, hypothétiques sans doute, mais dans un cadre oppositionnel du même type que celui qu'on rencontre dans les langues réelles». Martinet ne se sent pourtant pas en position d'affirmer l'existence de parallélisme entre cette approche-ci et celle de la phonétique distinctive, surtout «du fait que la phonétique distinctive peut tendre vers l'exhaustivité tandis qu'ici, le champ des hypothèses est infini». La démarche, dans l'opinion d'André Martinet, reste néanmoins, dans l'essentiel, la même: «on part de l'observation de traits linguistiques réels pour construire des hypothèses qui devront nous permettre de mieux interpréter les structures de nouvelles langues à l'étude». Ceci l'amène à poser la possibilité d'existence, «en face de la phonétique distinctive, [d'] une *sémantique axiologique*, puisque 'axiologie' implique des rapports oppositionnels sur le plan des signifiés comme le fait 'distinctif' sur celui des signifiants».

Martinet s'abstient de dresser «le plan de l'étude axiologique d'une langue». Les contributions existantes à l'heure actuelle se sont inspirées «le plus souvent, des précédents de l'analyse phonologique». Simple-ment, dans le domaine du sens, la recherche se trouve infiniment compliquée, du fait du «caractère illimité de l'expérience humaine qui contraste avec la relative simplicité de l'appareil phonatoire et qui implique une structuration très lacunaire des éléments lexicaux».

André Martinet travaille avec la notion de polysémie, qui est, à mon avis, une notion contradictoire avec la théorie saussurienne du signe. Ceci lui rend la tâche plus compliquée encore, puisque des cas qu'il traite comme «des expansions polysémiques» — et que d'autres considéreraient des homonymes (c'est-à-dire des signes distincts dont la forme du signifiant se trouve coïncider) (*) — «rendent constamment incertaine l'identification d'un même signifiant dans des contextes différents comme une même unité ou des unités distinctes».

Une discussion sur l'axiologie, ses limites, sa relation avec la sémantique a été proposée, l'année dernière, lors du IV^e Colloque Inter-

(*) J'aimerais à ce propos rappeler l'intérêt de la communication présentée à ce Colloque par Salvador Gutierrez, sur des problèmes d'homonymie.

national de Linguistique Fonctionnelle, à Oviedo, par Jan Mulder, comme un des thèmes pour le présent Colloque. La formulation du thème provient cependant, d'André Martinet. Bien que succincte, elle reste, dans ses grandes lignes, en accord avec les points de vue exprimés dans l'article dont je viens de rendre compte. Elle comporte des suggestions sur des domaines à approcher d'un point de vue axiologique et pose la question des limites de cette approche. Fondamentalement, elle ouvre la discussion.

En voici le texte:

«Axiologie ou sémantique dénotative?»

La phonologie structurale et fonctionnelle dégage des «valeurs», c'est-à-dire des unités qui n'intéressent le linguiste que par les rapports qu'entretiennent entre elles celles parmi lesquelles le locuteur doit choisir à chaque point de l'énoncé. Les traits pertinents dont l'ensemble constitue un phonème sont des traits de substance phonique dégagés par opposition. La phonologie, comme étude des valeurs distinctives, se distingue de la phonétique qui est l'examen de la réalité physique des sons, sans qu'intervienne la distinction entre ce qui «vaut et ce qui «ne vaut pas».

L'axiologie, qui se veut l'étude des valeurs significatives dégagées par opposition, se distingue de la sémantique qui est l'examen de la réalité dénotée. La vision axiologique des faits de sens paraît s'imposer dans le cas des classes grammaticales de monème[s] à effectifs limités hautement caractéristiques d'une langue donnée et, dans le lexique, dans celui de la désignation de valeurs culturelles. Elle peut paraître impuissante dans le cas des désignations de produits naturels: une fois identifiée comme «fruit», une banane se distingue des autres fruits par un ensemble de caractéristiques indissociables qui forment le trait «banane».

Peut-on esquisser les limites d'une axiologie? Jusqu'où peut se maintenir le parallélisme établi entre phonétique-phonologie et sémantique-axiologie?

(Ce thème, développé par André MARTINET, s'inspire de suggestions de Jan MULDER).»

Les deux questions que le libellé du thème soulève, et sur lesquelles l'on souhaite développer la discussion, sont donc: premièrement,

«peut-on esquisser les limites d'une axiologie?»; deuxièmement, «jusqu'où peut se maintenir le parallélisme établi entre phonétique-phonologie et sémantique-axiologie?»; ainsi, bien entendu, que la question contenue dans la formulation même du titre, «axiologie ou sémantique dénotative?».

Sept contributions au développement de ce thème m'ont été adressées, à savoir celles de:

Erik Rhedin, de l'Université de Uppsala, Suède.

Jan Mulder, de l'Université de Saint Andrews, Ecosse.

Sándor Hervey, de l'Université de Saint Andrews, Ecosse.

Linda Policansky, de l'Université de Saint Andrews, Ecosse.

Paul Rastall, de la Polytechnique de Sunderland, Angleterre.

Claude Germain, de l'Université de Ottawa, Canada.

Morteza Mahmoudian, de l'Université de Lausanne, Suisse.

Quatre de ces contributions — celles de Jan Mulder, Sándor Hervey, Linda Policansky et Claude Germain — ne mettent pas en doute la légitimité d'une approche axiologique des unités de première articulation. Morteza Mahmoudian en reconnaît la nécessité, à condition cependant de prouver au préalable le bien fondé d'un parallélisme entre les structures du signifiant et du signifié pour ce qui est de «l'existence de variations à côte d'éléments largement constants». Erik Rhedin, lui, envisage la question sous un angle qui s'écarte de celui que propose André Martinet; Paul Rastall, finalement, s'appuiera au long de sa contribution sur un appareil notionnel différent de celui qui est proposé dans le thème.

Pour ce qui est du problème des limites de l'approche axiologique, les trois contributions émanant de l'Université de Saint Andrews (à savoir, celles de Jan Mulder, Sándor Hervey et Linda Policansky) admettent l'utilité de ce type d'approche dans l'analyse des classes grammaticales et dans l'étude des relations entre les aspects signifiés des signes, mais la trouvent mal placée au niveau des relations de signification. Paul Rastall parle, de façon très générale, des limites de ce que, en littérature linguistique anglo-saxonne, on nomme *sémantique* et qui peut dans ce cas précis, couvrir les deux notions alternatives de Martinet; ses limites sont contenues, à son avis, d'une part dans la nécessité du développement préalable d'une théorie sémantique des-

criptive qui soit consistante avec l'approche fonctionnelle, d'autre part dans la nécessité d'adéquation de l'approche aux phénomènes à décrire et au modèle grammatical établi pour la langue en question. Claude Germain étend le domaine d'applicabilité de l'approche axiologique au-delà des classes suggérées dans le libellé du thème, et décèle des classes lexicales correspondant à la désignation d'objets matériels ou de produits naturels, dans lesquelles une structuration en traits de sens peut, à son avis, être démontrée. Morteza Mahmoudian, dont la contribution se penche fondamentalement sur la pondération du problème du parallélisme entre la phonologie et l'étude axiologique des signifiés, ainsi que de ses implications théoriques, envisage la possibilité d'intégrer, dans ce qui serait l'axiologie proposée par Martinet, non seulement l'étude de la valeur, mais aussi celle de la substance des phénomènes signifiés; cette délimitation de l'objet de l'axiologie s'imposerait, à son avis, analogiquement à ce qui se fait sur le plan de la phonologie, au cas où le parallélisme envisagé entre les deux domaines se trouverait être valable; il est néanmoins conscient des problèmes méthodologiques soulevés par les traits spécifiques du domaine des signifiés, tels que «la différence de l'effectif des paradigmes» en phonologie et sur le plan du signifié, la «difficulté de l'observation de la substance du signifié, et l'importance plus considérable des variations dans le domaine du signifié».

Quant à la question du parallélisme phonétique-phonologie et sémantique-axiologie, Erik Rhedin en parle dans le prolongement de sa notion personnelle d'axiologie, dont je rendrai compte séparément ci-après. Les contributions de Saint Andrews considèrent le rapprochement proposé comme une fausse analogie; une véritable analogie serait, peut-être, dans l'opinion de Jan Mulder, celle de «phonétique» versus «l'étude du monde réel». Je présenterai ci-après l'ensemble de son raisonnement. Pour Paul Rastall le parallélisme phonétique-phonologie et sémantique-axiologie existe, dans la mesure où aussi bien la phonologie que l'étude du sens (que l'on pourrait rapprocher de l'axiologie martinettienne) traitent des *types*, alors que la phonétique traite des réalisations concrètes et l'étude de la référence s'occupe de l'interprétation et des tests empiriques dans les réalisations concrètes. Je remarque cependant que, pour lui, les facteurs de sens (comme il les appelle) ne sont pas des valeurs, alors que les traits distinctifs des phonèmes le sont. Pour Claude Germain, le parallélisme existe, bien que limité, sur le plan du signifié, au domaine des classes grammaticales et, de façon partielle, à certaines classes lexicales. Quant à

Morteza Mahmoudian, qui fait de cette question le noyau même de sa contribution, il pense qu'avant de pouvoir affirmer la validité du parallélisme proposé, les conditions suivantes devraient être établies: l'existence, sur les deux plans, de variations à côté de traits constants; ainsi que l'existence de ce qu'il appelle, «faute de mieux, les universaux *de facto*: éléments dont la présence dans les langues n'est pas obligatoire mais qui sont très répandus et fort probables» (et dont la recherche serait de nature empirique). Si la validité du parallélisme pouvait être établie, les implications suivantes s'imposeraient, en son opinion: l'étude fonctionnaliste du signifié devrait, analogiquement à ce qui se fait en phonologie, reconnaître comme son objet à la fois la valeur et la substance des phénomènes signifiés; elle devrait, de surcroît, recourir à «l'objectivation» et faire appel à des enquêtes afin de dépasser «le stade élémentaire — mais indispensable — d'une étude introspective» des phénomènes et établir une structuration en variations et traits constants; et il fait remarquer que le principe de l'arbitraire du signe, allié à l'opposition nature/culture entraîne, sur ce point, une intéressante spécificité du domaine du signifié, en ce qui concerne la variabilité, à l'intérieur de la communauté linguistique globale, des limites entre traits pertinents et traits inanalysables sur le plan des unités sémantiques; pour terminer, Mahmoudian rappelle les spécificités structurales du domaine sémantique, déjà mentionnées à propos de la question précédente (ampleur des effectifs, difficultés d'analyse de la substance, ampleur plus élevée des variations), qui interrompent l'existence de parallélisme.

La question, enfin, sur l'alternative «axiologie ou sémantique dénotative?» est, pour Jan Mulder, Sándor Hervej et Linda Policansky dépourvue de fondement, puisque ces deux approches sont toutes les deux nécessaires et complémentaires. Morteza Mahmoudian, pour sa part, regrette que le libellé du thème, tout en posant une question alternative, ne développe justement pas l'un des deux termes de cette alternative: «celui de la sémantique dénotative».

Après cette synthèse générale des positions enregistrées à propos des différents volets du thème dans les sept contributions qui m'ont été adressées, je donnerai maintenant un aperçu résumé de chacune d'entre elles. Le caractère très synthétique et précis du texte de Morteza Mahmoudian m'a permis de rendre compte de tous ses aspects dans cette vue d'ensemble préalable et de ne pas avoir à y revenir ci-après.

Erik Rhedin se penche, dans sa contribution, sur le problème du parallélisme suggéré entre la démarche phonologique et ce qui serait une démarche axiologique, et il cherche à en établir les limites.

Il délimite d'abord, réciproquement, les points de vue phonétique et phonologique, le premier s'occupant des sons réels, «spéciaux», et le deuxième s'occupant des classes de sons, auxquelles chacun de ces sons «spéciaux» est lié comme à un pôle d'attraction. (L'image que Erik Rhedin utilise est celle des rubans élastiques qui relieraient chaque réalisation phonétique à un phonème donné, sans que l'on puisse, toutefois, étendre ces rubans élastiques tant que l'on veut).

Erik Rhedin aborde ensuite le plan du sens. Il définit la sémantique comme étant la démarche qui, opérant une abstraction parmi la multiplicité des propriétés présentes dans la «réalité dénotée», ne retient que celles qui sont pertinentes pour le choix d'un terme, c'est-à-dire pour passer de l'individu à l'espèce. La sémantique s'occupe donc «de dénominations d'espèces», ou en d'autres mots, elle traite des noms de l'extension des classes.

Rhedin exprime ensuite sa vision du parallélisme proposé dans le thème, en posant que la tâche de l'axiologue doit être, dès lors, de «s'occuper de l'usage [des] dénominations au sens figuré». Autrement dit, si sur le plan des sons on avait trouvé la phonétique s'occupant de la variation phonétique «élastique» des phonèmes, on trouvera, reprenant l'image de Erik Rhedin sur le plan du sens, l'axiologie s'occupant de la variation «élastique» des significations dans les cas de polysémie. Ou, en d'autres mots encore, le phonème serait une espèce du son, le sémantisme d'un mot serait une espèce de la réalité dénotée. Ceci amène Erik Rhedin à établir: «aussi longtemps qu'on choisit l'image au sens figuré délibérément, il me semble que le parallélisme est assez bon avec l'usage phonémique».

Il entrevoit néanmoins les limites de ce parallélisme, qui se manifestent dès que l'on se place d'un point de vue de sémantique historique. On assistera souvent à des évolutions de mots, employés, dans un premier temps, délibérément avec un sens figuré, et se cristallisant, par la suite, en association permanente et exclusive avec «un phénomène spécial parmi l'étendue du sens figuré» original. Ce processus peut d'ailleurs se renouveler successivement dans le temps pour le même mot. Par conséquent, si l'axiologie est l'étude de ces phénomènes, autrement dit, si l'axiologie est l'étude des valeurs sémantiques envisagées d'un point de vue historique, le parallélisme de sa démarche avec celle qui étudie les phonèmes se trouve radicalement suspendu.

La contribution de Erik Rhedin introduit une dimension qui n'existait pas dans le libellé du thème — celle de sémantique historique — dans sa recherche des limites du parallélisme proposé. Pour ce faire, elle se fonde sur une conception préalable de polysémie, notion qui est, à mon avis, insoutenable dans le cadre de la théorie saussurienne du signe. L'abandon théorique de la notion de polysémie conduirait, me semble-t-il, à une reformulation presque totale de cette contribution.

L'aspect central autour duquel se développe la contribution de Jan Mulder est l'idée selon laquelle axiologie et sémantique ne sont pas deux disciplines entre lesquelles la linguistique peut établir un choix, mais qu'elles sont toutes les deux linguistiques à part entière et suffisamment différentes pour être complémentaires. S'intéressant toujours dans ses approches théoriques au problème des relations entre éléments, Jan Mulder fait remarquer que la relation existante entre axiologie et sémantique provient du fait que la valeur d'un *signum* détermine sa dénotation spécifique; comme, cependant, l'inverse n'est pas vrai, il faut conclure que ces deux disciplines ne sont pas équivalentes.

Jan Mulder pense que l'axiologie devra être, du point de vue de Martinet, l'étude de la valeur d'un *signum*, ce qui implique existence de fonction distinctive et aussi établissement de la distribution structurale du *signum* considéré. A son avis, le chapitre «Classificatory calculus and ordering-relations» de son livre *Sets and Relations in Phonology*, Oxford, Clarendon Press, 1968, pourrait constituer, sur le plan de la phonologie, le type d'axiologie (*latu senso*) auquel pense Martinet.

Mulder souligne néanmoins le caractère limité de l'application de cette notion sur le plan des *signa*: elle est relativement peu rentable devant le caractère infini ou virtuellement infini des ensembles auxquels un grand nombre de *signa* appartient. Quant aux *signa* qui appartiennent à des ensembles plus petits (exemple: les pronoms personnels dans une langue donnée), Mulder pense que l'étude de leur «valeur» est probablement aussi importante que celle de leur dénotation.

Avant d'établir l'existence d'un parallélisme dans les approches d'analyse des deux faces du signe, il faut déterminer que parallélisme il y a entre celles-ci. En effet, aussi bien les unités phonologiques que les *signa* possèdent une «valeur», c'est-à-dire une fonction distinctive. Mais, ce trait mis à part, phonèmes et *signa* sont intrinsèquement différents: bien qu'ils contribuent tous à l'établissement de la commu-

nication, les premiers y ont uniquement une part indirecte, celle de fournir les formes aux *signa*, ceux-ci étant les véritables véhicules de la communication.

Certes les signes ont, ainsi que les formes phonologiques, une fonction distinctive, mais il serait néanmoins faux de dire que les fonctions distinctives des signes sont des «valeurs significatives». Cela serait, de surcroît, inutile. Car prétendre que la dénotation d'un signe est déterminée par, voire est identique au complément des dénnotations de tous les autres signes de la langue serait incorrect: il a en effet des dénnotations qui se chevauchent, il y a même des synonymes (c'est-à-dire des signes différents avec la même dénnotation). Mais en admettant encore qu'il serait correct d'affirmer que la dénnotation d'un signe («c'est-à-dire d'un *signum* avec une valeur d'information conventionnelle entièrement fixée; nous sommes fondamentalement concernés par des *signa* qui sont des 'signes'») est égale au complément des dénnotations de tous les autres signes de la langue, ceci «a) serait à peine révélateur, et b) réduirait l'axiologie à une branche tout à fait inintéressante de la linguistique.» En effet, envisager la «fonction distinctive» dans l'axiologie de la première articulation comme étant la fonction distinctive d'un élément à l'intérieur de l'inventaire total (et infiniment vaste) reviendrait à dire que la valeur d'un élément diffère de celle de tous les autres éléments en ce qu'elle est cet élément et pas les autres — ce qui fournit un assez mince renseignement. L'approche axiologique dans l'étude des unités de la première articulation n'aura intérêt que si l'on fait un sous-classement d'inventaires; à l'intérieur de ceux-ci on pourra alors, utilement, étudier les fonctions distinctives des éléments inventoriés (par exemple, des «classes de position», des «classes de commutation»). Simplement, ceci ne renseignera guère sur le réel potentiel communicatif des *signa*; on en obtiendra, certes, un aperçu intéressant de la structure du lexique, mais sous un angle entièrement différent de celui que retient la sémantique dénnotative.

La délimitation entre axiologie et sémantique est, pour Jan Mulder, précisément là: alors que l'axiologie appartient à ce que dans la Linguistique Fonctionnelle Axiomatique on nomme la grammaire, de même que l'étude de la fonction distinctive des phonèmes appartient à la phonologie, la sémantique, pour sa part, est une sous-discipline de la linguistique, indépendante de la grammaire. L'axiologie est concernée par le déploiement *interne*, la combinabilité et l'analyse des objets linguistiques; la sémantique est concernée par le déploiement

externe d'un type particulier d'objets linguistiques, les signes, dans la communication sur le monde extérieur.

Dans sa contribution Mulder rappelle et souligne le danger de deux confusions courantes dans la presque totalité de la linguistique post-saussurienne, et qui ont des incidences sur la façon de concevoir l'axiologie:

Une première confusion est celle qui consiste à ne pas faire, de manière stricte, la distinction entre «valeur» et «signification». Saussure était conscient de cette distinction, mais la façon dont il a élaboré sa notion de «signe linguistique» a pu entraîner la confusion mentionnée. C'est ainsi que, par la suite, le signifiant a, le plus souvent, été regardé comme étant de nature phonologique et le signifié comme étant fondamentalement sémantique. Or ceci ne tient évidemment pas compte de l'insistance de Saussure sur le caractère bi-unique du signifiant et du signifié, aspects différents d'une même chose indivisible. La définition qu'en donne Mulder respecte cette exigence: en effet, il définit signifiant (*expression*) comme «la forme d'un *signum* ayant et dans sa capacité d'avoir une fonction distinctive»; et signifié (*content*) comme «la fonction distinctive d'un *signum* étant et dans sa capacité d'être la fonction distinctive d'une forme particulière». Une fois ceci posé, on peut établir que le signifié d'une part, la fonction distinctive d'un *signum* d'autre part, et pour finir sa dénotation sont trois notions que l'on ne saura confondre. La dénotation «est la *correspondance* d'un signe particulier avec une classe particulière de dénotables (dans le monde extérieur), tel que n'importe laquelle des occurrences (potentiellement infinies) de ce signe *dénote* un seul membre particulier de cette classe-là. Alors que la fonction distinctive est, pour ainsi dire, une propriété interne intrinsèque du *signum*, la dénotation est externe, dans le sens qu' elle est la *correspondance* de ce signe avec une classe d'objets (au sens le plus large possible) dans le monde extérieur».

La deuxième confusion courante est aussi liée à la nature du signe linguistique. Evoquée souvent par Mulder dans ses articles, je n'en donnerai ici qu'un rapide rappel. Il n'en sera pas pour autant moins crucial pour la détermination de la place qui devra revenir à l'axiologie à l'intérieur de la linguistique. Dans la théorie du signe élaborée par Mulder et Hervey dans *Theory of the Linguistic Sign*, The Hague, Paris, 1972, la Linguistique Fonctionnelle Axiomatique distingue entre la *forme* du signifiant et le signifiant en tant que tel. Cette forme-là n'est pas, d'ailleurs, une simple forme phono-

logique: elle est un ensemble de formes phonologiques (exemple: la multiplicité des formes phonologiques différentes qui constituent la forme du signe «pluriel» en anglais); puisqu'une classe peut n'avoir qu'un seul membre, la Linguistique Fonctionnelle Axiomatique continuera, dans ces cas, à considérer la forme du signifiant comme un ensemble. Dès lors, elle distinguera: 1) «le signifiant», 2) «la forme du signifiant» et 3) «un membre (éventuellement le seul) de ce signifiant». Une quatrième notion à distinguer serait celle d'*allomorphe* ou variante, c'est-à-dire «une forme phonologique particulière dans sa capacité d'être la forme d'un *signum*». Un phonème, écrit Mulder, n'est pas plus une portion d'*allomorphe* et, moins encore, de signifiant qu'un *beefsteack* sur une assiette n'est une portion d'une vache vivante et, moins encore, d'un troupeau qui broute. Développant cette tonifiante comparaison, Mulder ajoute: «Un morpho-phonème est, donc, comme un *steack* vivant, mais un phonème comme une composante du signifiant d'un signe est un animal plus rare encore; c'est un *steack* dans sa capacité d'être une partie d'un troupeau vivant».

Une des conséquences de la théorie du signe de la Linguistique Fonctionnelle Axiomatique est que la systémologie a l'aspect d'une dualité: elle comprend un plan phonologique et un plan plérologique. Les notions de signifiant, et même d'*allomorphe*, sont du ressort non pas de la phonologie, mais de la grammaire (puisqu'elles appartiennent directement au *signum*). La seule relation existante entre *allomorphie* et phonologie est le fait que les *allomorphes* marquent le point de jonction des deux plans.

«La fonction distinctive détermine uniquement l'identité des *signa*. Elle jouera, par conséquent, un rôle dans la description sémantique, au sens où un *signum* aura à être dûment identifié avant que l'on puisse dire quoi que ce soit sur sa dénotation c'est-à-dire sur son déploiement externe. L'axiologie pourra, ainsi, avoir sa place à l'intérieur de la grammaire, de même que l'étude de la fonction distinctive des entités phonologiques a sa place à l'intérieur de la phonologie «Elle ne pourra, cependant, remplacer la sémantique, qui est une sous-discipline entièrement séparée et autonome.» Ainsi, par exemple, bien que les notions d'*homomorphe*, *homonyme* et *synonyme* «puissent être définies à l'intérieur de la théorie du signe, sans tenir compte de la notion de dénotation», et qu'il puisse sembler que «les synonymes peuvent, en réalité, être établis sans une quelconque référence à la dénotation» (notamment par une simple distinction

entre variation libre et variation combinatoire), on ne peut sûrement pas reconnaître des homonymes comme étant des signes différents, sans utiliser des critères dénotatifs. Sans invoquer la dénotation, on ne pourra non plus distinguer entre «synonymes» et «allomorphes», «même en invoquant les notions de variation 'libre' et 'combinatoire'», car on n'aura pas les moyens de distinguer lequel est le contexte et lequel est la variante. Il y a, en pratique, beaucoup de cas dans lesquels on ne pourra établir une différence dans la dénotation.

Mulder conclue, en soulignant que le rôle que veulent réserver à la sémantique ceux qui proposent l'axiologie, à savoir *«l'examen de la réalité dénotée»*, est non seulement dépourvu d'intérêt pour le linguiste mais n'a, de surcroît, rien à voir avec la «dénotation», en tant que telle. «La 'dénotation' présuppose un signe particulier dans un système sémiotique particulier»: une dénotation particulière est, par conséquent spécifique à une langue donnée. «Il n'y a rien d'universaliste dans la sémantique dénotative. Elle n'existe ni dans un vide, ni dans le monde réel, sauf en tant que relation de correspondance entre un signe et une classe de dénotables». Dans ce domaine, la seule démarche qui, selon Mulder, pourrait intéresser les fonctionnalistes serait le classement des objets de la réalité extra-linguistique en tant que dénotables par des occurrences particulières de signes linguistiques. Tous les autres classements et créations de représentations sémantiques extra-linguistiques sont abandonnés aux différentes espèces d'universalistes, dont la grande majorité se range aujourd'hui dans les rangs de l'approche générative. Or, «l'Universalisme est incompatible avec le Fonctionnalisme». «Par conséquent, une analogie du type 'phonétique-phonologie' versus 'sémantique-axiologie' est une fausse analogie». La phonétique a une dimension universelle, que la sémantique n'a pas. «Une analogie véritable serait, peut-être», dans l'opinion de Mulder, celle que j'ai déjà citée avant, de «'phonétique' versus 'l'étude du monde réel'»; mais cette dernière, inutile de l'ajouter, ne concerne pas le linguiste, de même que la phonétique ne le concerne que dans la mesure où «les sons décrits par les phonéticiens correspondent à des formes phonologiques dont ils sont les réalisations. L'analogie s'arrête toutefois ici». Car «les *denotata*, c'est-à-dire les objets du monde réel dénotés par des occurrences des *signa*, ne sont pas des réalisations de ces signes, alors que les configurations de son peuvent être des réalisations des formes

phonologiques». Les véritables réalisations des signes sont les actes de parole.

Mulder établit, en conclusion, que l'axiologie peut bien être «une addition viable et très intéressante à l'étude du lexique d'une langue particulière, et très utile dans l'étude de sa grammaire». Il souhaiterait, d'ailleurs, que le chapitre «Classificatory calculus» de son livre *Sets and Relations in Phonology* puisse servir de modèle partiel dans cette direction. «Cependant une classification axiologique des signes est incapable de nous renseigner sur la dénotation de ces signes, c'est-à-dire sur leur *correspondance* avec des «expériences» sur le monde, alors qu'une classification des signes établie d'un point de vue sémantique ne peut avoir de pertinence pour le déploiement systématique de ces signes.»

Ainsi, axiologie et sémantique ne se rendent pas mutuellement superflues: elles se complémentent.

Posant ce même principe, Sándor Hervey fonde, de manière distincte son argumentation: il s'attache, en premier lieu, à établir les rôles qui reviennent à chacune des sous-disciplines linguistiques qui s'occupent de la deuxième articulation, pour tester ensuite les parallélismes proposés dans le libellé du thème avec des sous-disciplines s'occupant de la première articulation. Son schéma reproduit et traduit ci-dessous fournit une synthèse de sa vision quant à la répartition des tâches entre les différents niveaux au sujet desquels la question du parallélisme est posée.

Sándor Hervey repère une première incohérence de fond dans le libellé de ce thème, lorsque référence y est faite aux «traits pertinents» comme étant des «traits de *substance* phonique».

La doctrine fonctionnaliste définit les phonèmes comme «des valeurs pures», c'est-à-dire des entités dont l'identité linguistique provient de leur valeur distinctive à l'intérieur d'une langue donnée. Cet aspect est primordial dans la considération des phonèmes et il est purement axiologique, au sens large de ce mot. Une question subséquente serait de déterminer si cette valeur distinctive «peut ou non être exprimée en termes de 'traits pertinents'». Ainsi, par exemple, ce qui importe «pour l'identité de /p/ en français n'est pas *comment* il se distingue de /b/, /t/, /d/, etc., mas *qu'il* se distingue», c'est-à-dire s'oppose à ces phonèmes-là. Les traits pertinents eux-mêmes sont, dans l'opinion de Hervey, axiologiques. Si, en effet, les phonèmes sont des valeurs et les traits pertinents sont des composantes de phonèmes, alors les

LINGUISTIQUE *

SONS	Première articulation		EXPERIENCES
	Phonologie		
Peuvent être empiriquement étudiés par les sciences phonétiques	«Phonétique fonctionnelle»	«Allomorphie»	Peuvent être empiriquement étudiées par les sciences non-linguistiques
	Axiologie phonologique	Axiologie proprement dite	
	Tâche: projection des valeurs phonologiques sur la substance phonétique	Tâche: projection des signes sur la forme phonologique	
	Tâche: «l'étude des valeurs distinctives»	Tâche: «l'étude des valeurs c'est-à-dire des signes»	
	Tâche: projection des signes sur la substance	Tâche: projection des signes sur la substance constituée par «les données de l'expérience»	

* Le diagramme ne prétend pas être exhaustif. Ni dans la phonologie, ni dans la «première articulation» y a-t-il une quelconque indication de la place des aspects constructionnel et distributionnel de la description, qui n'intéresse pas directement le sujet de ce Thème.

traits pertinents sont, eux aussi, des valeurs. Si les phonèmes sont des termes en opposition mutuelle, ils sont identifiés par leurs oppositions mutuelles; des entités qui sont identifiées par opposition doivent être conçues comme étant des valeurs; les valeurs sont «axiologiques» dans leur nature. Les «traits pertinents» sont aussi des termes en opposition mutuelle et sont identifiés par leurs oppositions mutuelles; ils sont, par conséquent, identifiés comme des valeurs; les «traits pertinents» sont donc «axiologiques» dans leur nature.

Comment, dès lors, peut-on prétendre rester un fonctionnaliste cohérent et définir les «traits pertinents» comme des «traits de *substance* phonique?» Faisant appel à une image, Sándor Hervey nous invite à penser à la situation parallèle qui consisterait à dire que «la valeur d'une livre sterling, consistant en cent pence, est une figure notionnelle dans le système monétaire anglais, mais que les pence dont est constituée cette valeur sont de simples objets (ou propriétés) de substance, c'est-à-dire des pièces de monnaie, et *non pas eux-mêmes des valeurs*.

Cela dit, on ne saurait — sans devenir un linguiste borné — «limiter la phonologie à l'axiologie' des phonèmes et des 'traits pertinents'». Il est certes secondaire, par rapport à l'identification axiologique des valeurs, de savoir *comment* le phonème /p/ en français diffère des autres phonèmes de cette langue, ou *comment* le trait pertinent «sourde» diffère du trait pertinent «sonore»; mais ces questions sont nonobstant indispensables à la phonologie et font, de plein droit, partie des études linguistiques. Le phonologue ne peut renier le fait que «phonèmes et 'traits pertinents' sont — et d'une manière vitale — en rapport avec la substance phonique», de même qu'il ne pourra non plus négliger une spécification du champ de dispersion, pour ce qui est de la substance phonique associée aux phonèmes et aux traits pertinents. Bien que phonèmes et traits pertinents ne soient pas des entités de substance phonique, «ils sont *manifestés* par des caractéristiques reconnaissables de substance phonique», et cet aspect est une condition *sine qua non* de toute description phonologique réaliste. «Un système phonologique n'est pas une simple «algèbre» non-interprétée mais une partie d'un système linguistique avec une fonction empirique bien nette: la communication». Par conséquent, ses valeurs doivent être des entités qui puissent être interprétées, de manière positive, dans une quelconque substance (substance phonique dans le cas des langues parlées, graphique dans les systèmes d'écriture).

On ne saurait dire cependant que cette description du lien entre valeurs phonologiques et leurs manifestations phoniques est une tâche du phonéticien. D'une part, le fait que la phonie intervient est accidentel; d'ailleurs, l'intervention de la phonie n'épuise pas la totalité des systèmes, et touche juste ceux dont les valeurs sont manifestées par des sons. D'autre part, la tâche de la phonologie, «unissant les valeurs phonologiques aux manifestations vocales, est tout à fait différente de celle de la phonétique (pure), qui consiste à analyser et classer la substance phonique indépendamment des systèmes phonologiques particuliers». On délimite ainsi un champ intermédiaire entre la tâche de la phonétique pure et celle de la phonologie pure: il est essentiel à la phonologie, en tant que son complément; et, bien que faisant intervenir la phonie, il n'est pas une partie de la phonétique, mais de la linguistique. Cette tâche intermédiaire consiste à projeter les valeurs d'un système phonologique sur leurs manifestations dans la substance phonique. «Cette mise-en-parallèle d'une substance phonique particulière et d'une valeur phonologique particulière livre les *allophones d'une langue donnée*: entités qui, tout en étant phonétiques dans leur substance, sont linguistiques en vertu de leur fonction.» C'est à ce domaine de la description phonologique que les linguistes de St. Andrews réserveraient le nom de «phonétique fonctionnelle».

On ne saura, donc, caractériser la phonologie comme «l'étude des valeurs distinctives», car la tâche du phonologue ne se limite pas à l'étude des valeurs pures. Dans la description phonologique, l'axiologie sera l'étude des valeurs pures, la «phonétique fonctionnelle» sera l'étude des substances des valeurs pures. Dans leur complémentarité, elles constitueront l'approche phonologique.

Ayant ainsi établi le tableau des tâches relatives de la «phonétique», de l'axiologie phonologique (étude des valeurs distinctives) et de la «phonétique fonctionnelle», Sándor Hervey teste l'existence d'un parallélisme entre celles-ci et les tâches existant sur le plan de première articulation.

Il constate d'emblée que la formulation même du thème, posant axiologie et sémantique dénotative en alternative, va contre le parallélisme entre les plans de la première et de la deuxième articulations, que le libellé du thème, par la suite, suggère. Il est, en effet, absurde de poser cette alternative, de même qu'il le serait d'en poser une qui amène à devoir choisir, en phonologie, entre «l'étude des valeurs distinctives» et la «phonétique fonctionnelle».

Hervey relève une nouvelle incohérence du libellé du thème, sur le plan de la première articulation. Elle est parallèle à celle qui, sur le plan de la deuxième articulation, ne voyait, au-delà de l'étude des valeurs distinctives des phonèmes, que la phonétique (au sens de «l'examen de la réalité physique des sons»). Elle se manifeste, dans le libellé du thème là où la sémantique est caractérisée comme «l'examen de la réalité dénotée». Faisant, comme Mulder, la critique de cette définition, qu'il considère inacceptable dans le cadre d'une théorie du signe qui se veuille fonctionnaliste Hervey essaye d'approfondir ce que cette expression «l'examen de la réalité dénotée» pourrait couvrir: soit «l'expérience humaine» en tant que cette 'substance' qui, selon Martinet, 's'analyse, différemment dans chaque communauté, en unités... les monèmes' (Martinet, *Eléments*) — auquel cas la «réalité dénotée» serait une pure réalité psychique, l'examen de laquelle reviendrait simplement à la psychologie; soit «l'univers concret dans lequel vivent les êtres humains» — auquel cas la sémantique serait à identifier avec la totalité des sciences naturelles et sociales, dont l'objet est en propre «l'étude de l'univers concret qui nous entoure». La définition de la sémantique comme «l'examen de la réalité dénotée» est donc inacceptable. Le linguiste devra certes posséder une certaine base d'expérience sur ... l'expérience humaine et le monde extérieur, de même que le phonologue doit connaître quelque chose sur les sons du langage, mais l'apport du «sens commun», ainsi que de sa propre expérience, lui suffiront amplement.

Quelle serait alors la tâche de la sémantique dénotative? Pour le Fonctionnalisme Axiomatique, elle consiste à décrire l'applicabilité des signes linguistiques à la communication de l'expérience humaine (ce que Mulder appelle «le déloiement externe»). Cette tâche reste fondamentalement linguistique, car «ce qui est décrit *n'est pas* une réalité extra-linguistique, mais les *relations* d'entités essentiellement linguistiques (les signes)» avec leur champ de dispersion pour ce qui est de l'expérience communiquée.

Hervey conclut avec l'énonciation des parallélismes existant entre les sous-disciplines qui traitent de chacune des deux articulations: (*)

Les phonèmes sont des «valeurs pures» dans la deuxième articulation; «les signes linguistiques sont des 'valeurs pures' dont la

(*) Cf. le tableau d'ensemble des tâches des «systèmes axiologiques» et des «systèmes de projection», dressé par Hervey et reproduit *supra*, p. 21.

définition est une question d'opposition distinctive dans l'axiologie de la 'première articulation'.

Les signes linguistiques sont, avant tout, «des entités axiologiques». Mais, de même que sur le plan phonologique, «une valeur axiologique qui n'a pas de manifestation explicite dans la substance, reste une pure abstraction (non-empirique)». Sur le plan de la deuxième articulation, la «phonétique fonctionnelle» s'attribue la tâche de projeter phonèmes et traits pertinents sur de la substance phonique; «dans le cas de la 'première articulation', les valeurs axiologiques (douées de forme et de signification conventionnelles), doivent être interprétées non seulement comme une projection sur de la forme (primordialement sur de la 'forme phonologique', mais, par le biais de celle-ci, indirectement sur de la forme phonétique), mais aussi comme une projection sur ces aspects des 'données de l'expérience' auxquels s'appliquent les signes particuliers».

Ainsi, pour Sándor Hervey, comme déjà pour Jan Mulder, l'«axiologie» de Martinet et la sémantique dénotative du Fonctionnalisme Axiomatique ne sont pas en compétition: elles se complémentent. Et l'axiologie ne saurait exister sans la sémantique dénotative, sous peine de créer «un vide entre les signes en tant que valeurs pures, et l'application de ces valeurs dans la communication réelle»,

... sous peine d'oublier ce que, pour Martinet, constitue la fonction principale du langage — la communication!.

La contribution de Linda Policansky essaie de déterminer ce qui est l'axiologie et examine, sur la base des différentes définitions possibles, la question de l'existence d'un parallélisme axiologie-phonologie. Elle finit par délimiter le domaine de l'axiologie en posant comme critère la dénotation, et écarte la possibilité de l'«examen de la réalité dénotée» suggéré par le libellé du thème.

Deux points attirent ses critiques: d'une part, l'imprécision de la notion d'axiologie elle-même (telle qu'elle est entendue dans le libellé, et que la présente Martinet, de façon plus détaillée, dans l'article «L'axiologie, étude des valeurs signifiées», cité *supra*, cf. p. 256); d'autre part, la manière dont est proposée la démarcation entre axiologie et sémantique dénotative, qui révèle une confusion grave sur la nature de la «réalité dénotée», ainsi que sur la relation de la langue avec le monde.

En effet, un parallélisme est suggéré, dans le libellé du thème, d'une part entre axiologie, étude des «valeurs linguistiques pures» et phonologie, d'autre part entre phonétique et sémantique dénotative, concernées toutes les deux avec la substance. Linda Policansky pense qu'il est possible de comprendre cette formulation de deux façons:

La première interprétation verrait le signe comme l'unité de base commune aux deux domaines, le signifiant étant «une forme phonologique analysable en phonèmes», et le signifié étant, lui aussi, analysable «en des éléments plus petits». «Ce point de vue est compatible avec la formulation de Martinet dans 'L'axiologie...'» (cité *supra*, p. 256), et il confirme l'existence d'un parallélisme étroit entre axiologie et phonologie. Cependant il semble entraîner, de façon inévitable, l'existence d'une articulation supplémentaire, qui consisterait dans «la collocation structurée d'éléments de pure signification, indépendants de la première articulation, et entretenant entre eux le même type de relations qui existent entre les éléments purement formels de la deuxième articulation». Linda Policansky est donc amenée à conclure qu'il existe également sur ce point un conflit entre la symétrie proposée axiologie/phonologie et l'asymétrie, bien établie dans la théorie fonctionnaliste, entre le signifié et le signifiant dans le signe.

Un examen plus rigoureux amènera toutefois à l'abandon de l'existence d'une troisième articulation (*articulation* étant défini comme «une succession ordonnée d'éléments»). On ne peut, en effet, «établir des rapports de succession entre les éléments de signification hypothétiquement minimaux dans lesquels les signifiés seraient analysés». Des éléments physiques corrélats seraient nécessaires pour que s'établisse une relation de succession entre des éléments abstraits. Or ces hypothétiques éléments minimaux de signification ne pourraient, par définition, avoir une quelconque corrélation conventionnelle directe avec des formes phonologiques; autrement, ils deviendraient des entités avec forme et signification et entreraient dans le domaine de la première articulation, abandonnant celui des purs signifiés. Ces éléments minimaux hypothétiques ne peuvent, par conséquent, être des unités successives minimales, et ne peuvent donc former une troisième articulation. Le même raisonnement montre que l'analogie axiologie/phonologie n'est pas soutenable dans ce premier modèle: des éléments minimaux non-successifs ne peuvent être comparés aux phonèmes.

La deuxième définition possible d'axiologie qu'envisage Linda Policansky correspondrait à la notion que «la succession des éléments

est la succession à l'intérieur d'un message». L'unité minimum de sens y serait la face significative du monème. Dès lors l'on aurait affaire à des unités de la première articulation et l'on aurait ainsi écarté le spectre de la troisième articulation. La tâche de l'établissement des unités minimales reviendrait, en ce cas, à ce que le Fonctionnalisme Axiomatique appelle la grammaire, et non pas à l'axiologie; Ce deuxième modèle de définition — qui évite de poser une troisième articulation — semble être le plus satisfaisant. De surcroît, si l'axiologie se veut l'étude des relations entre les faces significatives des monèmes, elle doit assumer aussi bien les relations paradigmatiques que les syntagmatiques. Or, si l'on parle d'opposition, on tient compte uniquement des relations paradigmatiques; et il reste à démontrer que ce point de vue est suffisant pour l'étude des faits de sens. Par contre, Linda Policansky pense qu'il faudra partir du principe que, «si l'axiologie est capable de rendre compte des fonctions significatives des signes à l'intérieur d'un système sémiotique, elle devrait, de même, être capable d'en rendre compte pour la totalité des signes d'un système. Sinon, il faudrait conclure que certains signes n'ont pas de fonction significative, ce qui est visiblement contradictoire, ou bien que certains signifiés, de par leur nature, ne sont pas descriptibles au moyen des méthodes de l'axiologie». Or, si on en venait à démontrer l'incapacité de l'axiologie à traiter les aspects significatifs de certains groupes de signes à l'intérieur d'un système, on serait amené à la réjection de l'axiologie. Linda Policansky pense qu'il faudra, plutôt, rejeter l'idée que les signes se divisent entre ceux qui ressortissent au domaine de l'axiologie et ceux qui y échappent. Cette division, suggérée dans le libellé du thème, repose sur «une confusion quant au rapport entre le langage et le monde et quant à la nature de la 'réalité dénotée'».

En effet, le thème suggère que le champ de l'axiologie incluerait les «monèmes grammaticaux» ainsi que «les éléments lexicaux désignant des valeurs culturelles», et excluerait les éléments lexicaux qui désignent «des objets naturels», tels que des bananes. Linda Policansky essaie de mieux cerner le critère de démarcation entre ces deux groupes, qui reste non explicité: elle évoque deux possibilités:

«La première est que l'axiologie, tel que la phonologie, puisse s'occuper uniquement d'éléments qui, ainsi que les phonèmes, soient des membres de classes de commutation petites et fermées. Ceci exigerait, cependant, deux conditions: a) que certains groupes lexicaux à

l'intérieur d'une langue puissent être distingués comme des sous-systèmes fermés; *b*) que l'établissement de la fonction significative d'un signe exige que cette fonction soit susceptible d'être totalement spécifiée.» Comme ces deux principes sont loin de pouvoir être démontrés, Linda Policansky abandonne ce premier point de vue.

Une deuxième façon possible d'envisager le critère de démarcation est suggérée par le choix des trois exemples mentionnés dans le libellé du thème: «les *denotata* des sous-systèmes qui reviendraient à l'axiologie existent en tant que conventions linguistiques ou sociales, alors que les *denotata* du groupe 'espèces naturelles' existent indépendamment du langage ou de la culture humains.» Il est visible que cette distinction repose sur l'impression que «certains groupes de signes se prêtent naturellement à l'analyse en composantes ou en traits». Mais Linda Policansky souligne l'inexactitude qui consiste à «confondre les caractéristiques d'objets tels que des bananes» — c'est-à-dire «des éléments du monde extra-linguistique» — «avec celles d'éléments linguistiques tels que le français «banane» ou l'anglais «banana», éléments du système de leur langue respective.» Sans compter qu'on ne peut non plus se permettre de «déduire, du fait qu'une banane n'est pas analysable en traits distinctifs, quoi que ce soit sur le signe qui la désigne.»

Le système est toujours prioritaire par rapport à la substance. Ainsi, on ne peut déduire, à partir des caractéristiques physiques d'un segment de substance sonore, laquelle aura de la pertinence à l'intérieur d'un système de phonèmes (il est d'ailleurs possible que ce soit l'absence d'une caractéristique qui est pertinente). En tout état de choses, c'est le système phonologique qui impose une pertinence sur la substance phonique, et non l'inverse. De même, ce ne pourront être les caractéristiques physiques des objets extra-linguistiques qui détermineront la pertinence sémantique. «Seul le système de la langue peut sélectionner des caractéristiques particulières comme pertinentes» (on pourra, à ce propos, rappeler les caractéristiques retenues par les systèmes linguistiques respectifs chez les objets dénotés par le français «mouton» face aux anglais «mutton» et «sheep»). Si les valeurs linguistiques étaient déterminées par des traits distinctifs du monde extra-linguistique, on ne pourrait plus parler d'arbitraire du signe, ni admettre des variations entre les différents systèmes linguistiques.

Une fois établie la priorité logique du système sur la substance, «la réalité dénotée» ne peut intéresser le linguiste en tant que tel, si elle est définie comme le monde extra-linguistique, «ou bien comme

une quelconque expérience pré- ou extra-linguistique au sujet de ce monde, qu'elle soit envisagée comme psychologique, culturelle physique ou métaphysique». Il n'y a donc pas d'étude de la «réalité» en tant que telle qui puisse être mis en parallèle avec la phonétique. On ne saurait jamais épuiser la totalité de «la réalité dénotée». Le seul point de vue par lequel le linguiste peut aborder «la réalité dénotée» est, précisément, la langue. «Son intérêt professionnel est limité à la réalité telle qu'une langue donnée la dénote, de même que son intérêt pour la phonétique se limite aux réalisations des formes phonologiques dans de la substance sonore.» Linda Policansky souligne, d'ailleurs, en passant, que «tandis que la substance phonique est déterminée autant par une science physique que par un système de la langue, lorsque l'on traite de son correspondant, monde-réalité. Ceci n'est pas paradoxal: l'asymétrie est un reflet de l'asymétrie inhérente à un système de communication.»

S'il est impossible de concevoir «l'étude de la réalité dénotée» en tant que telle, la sémantique dénotative tel que la définit le libel du thème ne saura exister. «Elle ne peut non plus partager avec l'axiologie le domaine de la fonction significative». Mais elle a néanmoins «une place dans l'étude des 'faits de sens', et l'analogie avec la phonologie peut utilement en indiquer la direction». En effet, le phonologue «ne se préoccupe pas exclusivement de simples valeurs linguistiques; les formes phonologiques ont des réalisations, et une partie importante du travail du phonologue est la description des réalisations de ces valeurs. La phonologie inclut, ainsi, aussi bien l'établissement des valeurs linguistiques — phonologie 'pure' — que la projection de ces valeurs sur les phénomènes correspondants, à l'extérieur du système de la langue» — ce que l'on a appelé la «phonétique fonctionnelle», «dans laquelle les phénomènes sont les sons». L'étude de ces relations ne relève ni de la phonétique pure ni de la phonologie pure.

Le parallèle qu'il est possible d'établir consiste, en conclusion, en ceci:

«L'axiologie, comme la pure phonologie, a comme domaine l'étude des valeurs linguistiques. Si l'étude du signifié veut être empiriquement valable, il faudra faire une projection correspondante d'un système de valeurs linguistiques sur des phénomènes extra-linguistiques.» Ainsi envisagée, «l'étude de 'la réalité dénotée' peut être comparée à la phonétique fonctionnelle, ou allophonie, plutôt qu'à la phonétique générale, qui est indépendante de la langue». Ceci ne signifie pas que

la «réalité» possède quelque chose qui ressemble à la fonction de réalisation qu'a la substance sonore. «L'analogie avec la phonétique et la phonologie est utile, dans le sens qu'elle nous montre comment l'on a besoin d'un domaine d'étude qui complémente l'axiologie, afin de donner une pleine valeur à la notion de langue comme système de communication.»

«Cet aspect de la communication, la projection d'éléments significatifs de la langue sur 'la réalité dénotée', revient à ce qui, dans l'usage anglais, a généralement été considéré comme étant le domaine de la 'sémantique' en linguistique. Le terme plus étroit de 'sémantique dénotative' semble parfaitement acceptable dans ce contexte, et la réponse à la question posée, 'axiologie ou sémantique dénotative?' est clairement — 'toutes les deux'.»

Paul Rastall s'exprimera dans une direction différente. Trois questions principales sont abordées dans sa contribution:

1) La première consistera à examiner s'il existe un parallélisme entre ce qu'il appelle l'étude du «sens» (*sense*) et celle de la «référence» (*reference*), d'une part, la phonologie et la phonétique d'autre part.

2) La deuxième sera la recherche du type d'analyse à adopter dans le cadre de la sémantique fonctionnelle.

3) La troisième, finalement, dressera les limites de la sémantique dans le cadre d'une conception explicite de modélisation sémantique.

Rastall commence par un préalable terminologique, rappelant que, dans l'usage français, à la différence de ce qui se passe dans l'usage anglo-saxon, «sémantique» signifie souvent «sémantique historique». La proposition actuelle de Martinet d'étendre le terme «sémantique» au domaine de la sémantique synchronique référentielle, et de l'opposer à axiologie, se heurte ainsi à l'usage en langue anglaise, dans lequel a) axiologie n'existe pas comme terme linguistique et b) sémantique couvre l'étude du sens et celle de la référence des signes. Ce sera dans cette dernière acception que Paul Rastall emploiera dans sa contribution le terme «sémantique».

Il rappelle l'apport de Frege aux études sémantiques, et sa distinction entre le *Sinn* d'un mot et sa *Bedeutung*, son sens et sa référence. Bien que Frege n'ait pas donné de nom aux deux branches d'étude qui découlent de cette distinction, Paul Rastall croit y voir quelque

chose qui ressemblerait d'une part à l'axiologie, au sens martinien du terme (l'étude du sens), d'autre part à la sémantique (l'étude de la référence). Il utilisera, ainsi, pour son compte, les notions fregiennes.

La principale distinction entre ces deux domaines d'études est que l'un s'occupe des propriétés sémantiques des signes, l'autre des objets auxquels les signes se réfèrent. L'étude du sens a comme objet «les propriétés sémantiques des signes en vertu desquelles on peut communiquer sur le monde», alors que l'étude de la référence se penche sur «les objets de l'expérience au sujet desquels on communique à un moment donné, ou sur lesquels on peut communiquer au moyen d'un signe donné». Paul Rastall souligne l'importance de ces deux types d'étude dans le cadre d'une théorie sémantique, du fait qu'ils sont dans un rapport d'interrelation: «la référence d'un signe est impliquée par son sens, et c'est en vertu de ce sens que tout signe acquiert une relation avec le monde des objets à communiquer.»

Rastall précise, ainsi que les trois contributions de St. Andrews précédemment mentionnées, qu'en aucun cas on ne pourrait définir la sémantique (au sens martinien du terme) — ni, ajoute Rastall, la référence de Frege — comme «l'examen de la réalité dénotée», car celui-ci n'est pas du ressort de l'activité du linguiste. Les qualités des objets «ne sont pas pertinentes pour leur statut en tant que référents de signes». Mais si l'on admettait que la sémantique est «la détermination de l'extension de l'ensemble des référents d'un signe donné», on serait alors en position d'aborder l'un des deux aspects de la sémantique (concernée, dans l'optique de Paul Rastall, par le sens et la référence, cf. *supra*, pp. 279-280). L'étude de la référence, envisagée ainsi, se pencherait sur le réseau de «conventions fixes et spécifiques» de chaque langue, selon lesquelles tout signe d'une langue «peut être utilisé pour se référer à un ensemble spécifique d'éléments de l'expérience». Ceci rejoint les positions de Hervey, exprimées, entre autres, dans sa communication au II.^e Colloque International de Linguistique Fonctionnelle, tenu en juillet 1975, à Clermont-Ferrand, «Semantics in Axiomatic Functional Linguistics», cf. *Actes*. Rastall rappelle ces conventions spécifiques qui mettent le signe linguistique en rapport avec le monde extra-linguistique, et que l'on pourra appeler le *sens* du signe. Ce sens «détermine l'extension de la classe des référents du signe». La classe de tous les objets que l'on peut communiquer au moyen d'un signe donné est «la classe de tous les dénotables».

Rastall aborde ensuite le problème de la modélisation à adopter dans l'analyse en sémantique fonctionnelle.

La sémantique descriptive, comme toute discipline linguistique descriptive, a comme tâche de dresser des modèles capables de rendre compte du comportement linguistique observé. Ceci implique qu'un modèle sera reconnu comme «empiriquement adéquat» «s'il est isomorphe avec l'ensemble des phénomènes que l'on doit décrire». Un modèle de la classe dénotative de toutes les réalisations possibles d'un signe pourra être dressé à partir du sens postulé de ce signe. Tant que le sens postulé du modèle est empiriquement interprétable, le modèle du sens sera un ensemble de propriétés définitoires de la classe dénotative qui correspond au signe en question. «Sens» et «référence», terminologie que Rastall semble avoir adopté, sont donc tous les deux nécessaires dans le cadre de la sémantique.

L'interprétation empirique s'appuiera sur deux facteurs: 1) «la possibilité d'incorporer la distinction entre type et réalisation concrète»; et 2) «la possibilité d'introduire la notion de «correspondance» entre des modèles de réalisations concrètes et des événements du discours» (*).

Le «sens» sera le modèle, la «référence» (ou extension du signe) sera employée pour les fins d'interprétation et d'adéquation empirique. C'est dans cette perspective que le parallélisme proposé dans le libellé du thème est envisagé par Rastall: une fois établis les points de vue précédents, il estime que l'étude du sens est effectivement à l'étude de la référence ce que la phonologie est à la phonétique. En effet, «l'étude du sens est une étude de modélisation (incluant des *types*)», alors que l'étude de la référence s'occupe de l'interprétation et des tests empiriques (dans les réalisations concrètes); elles sont toutes les deux mutuellement indispensables, du point de vue de la théorie sémiologique. De même, la phonologie, traitant des types, ne saurait se passer de la phonétique, qui traite des réalisations concrètes; à son tour, la phonétique, à elle seule, ne peut rendre compte de la communication sans critères linguistiques.

Rastall se penche ensuite sur la question du mode d'analyse à adopter en sémantique fonctionnelle. Il nous rappelle un point de vue établi par Sándor Hervej dans «Semantics in Axiomatic Functional Linguistics» (la communication présentée par celui-ci au Colloque de Clermont-Ferrand, citée *supra*, p. 280), selon lequel une

(*) Ces deux modèles reproduisent les thèses de Sándor Hervej sur la Sémantique Axiomatique, développées dans sa thèse de Doctorat (Ph.D.) présentée à l'Université de Oxford en 1970, ainsi que dans son livre *Axiomatic Semantics*, à paraître en octobre 1978.

approche de type componentiel-fonctionnaliste de l'analyse du sens d'un signe est une absurdité, puisque, selon Hervey, 1) d'une part, elle impliquerait une troisième articulation, et 2) d'autre part, on ne pourrait opérer une telle analyse sur des entités intrinsèquement dépourvues de forme (c'est-à-dire, le signifié en abstraction de son signifiant). Paul Rastall reproche à Hervey ces deux arguments et remarque que, s'ils étaient vrais, on ne pourrait plus parler d'axiologie comme de l'étude des valeurs significatives dégagées. Il trouve que ces deux arguments ne sont pas des inférences valables, puisque: 1) La reconnaissance de traits de sens n'impliquerait pas nécessairement une troisième articulation, *si* ces traits étaient des propriétés et non pas des composantes. Mais je relève sur ce point un malentendu de Rastall quant à la communication de Hervey à Clermont-Ferrand: l'argumentation de celui-ci était, clairement, contre la *décomposition* du sens en *composantes*, et non pas contre sa *description* en termes de *propriétés*. 2) La deuxième critique de Rastall à Hervey consiste à souligner que les composantes ne sont pas forcément vides de substance empirique, du fait qu'elles sont des composantes de sens abstraites des signes, car, par le biais de ces signes, elles sont reliées à la réalité. Cependant, à mon sens, Rastall se laisse entraîner, sur ce point, à un autre malentendu, car, l'argumentation de Sándor Hervey était développée contre l'existence de composantes qui *ne seraient pas* des abstractions de signes, et qui seraient envisagées comme existant de manière entièrement indépendante des signes; le point de vue de Hervey était que le sens d'un signe n'a pas une forme physique, mais qu'il n'est cependant pas divorcé de toute forme physique: par le biais de la dénotation, la relation du sens avec la réalité physique est, indirectement, établie. Rastall souligne que défendre que l'analyse du signifié (en composantes de sens, naturellement, cf. discussion par Hervey référée *supra*) suppose une «troisième articulation», impliquerait l'acceptation du point de vue selon lequel la deuxième articulation serait produite par l'analyse directe du signifiant. Ceci est, en effet, le point de vue d'André Martinet, mais la Linguistique Axiomatique Fonctionnelle le rejette pour trois raisons: 1) L'analyse du signifiant a lieu sur le plan du signe, et, par conséquent, c'est une erreur ontologique d'affirmer que des figures constituent directement le signifiant; 2) une forme phonologique est différente d'un allomorphe: la première a une fonction distinctive en phonologie, la deuxième a une fonction distinctive dans la grammaire; et 3) le signifiant de beaucoup de signes contient plusieurs allomorphes. En

d'autres termes, ce n'est pas le signe linguistique qui a deux articulations: c'est la langue. La deuxième articulation provient de l'analyse d'un *aspect* du signifiant, d'une de ses propriétés, puisque le signifiant séparé du signifié n'est plus le signifiant, mais un aspect de celui-ci, auquel cas cet aspect devient une classe, susceptible d'avoir des membres, des variantes, etc.

En synthèse je dirais que, malgré une partielle incompréhension, visible dans le commentaire critique de Paul Rastall sur la communication de Hervey à Clermont-Ferrand, les deux linguistes partagent un même point de vue sur cette question: 1) Le sens d'un signe peut être décrit dans ses propriétés, mais l'on ne saurait poser l'existence de traits pertinents qui soient des composantes de sens; 2) on peut reconnaître l'existence d'une relation indirecte entre les signes et les classes de référents.

Un nouveau volet de cette question consiste à déterminer dans quelle mesure l'analyse fonctionnelle des propriétés sémantiques est possible.

«Une 'analyse fonctionnelle' suppose l'application du 'principe fonctionnel', qui ne reconnaît comme des traits de langue que ceux qui sont «séparément pertinents pour le but du tout dont ils sont une partie». Le but de la langue est la communication. Une entité est séparément pertinente pour la communication, à condition qu'elle s'oppose à une autre de la même classe, ou à zéro. Ainsi, «en établissant les traits fonctionnels d'une langue, on est en train d'établir des *identités* ou *valeurs*». Cette opération ne peut s'effectuer qu'à l'intérieur d'une classe donnée, et la fonction distinctive d'une entité ayant identité ou valeur n'existe qu'à l'intérieur de cette classe-là. Un complexe tel qu'un phonème contient uniquement ces traits distinctifs qui son pertinents du point de vue de la communication.

On peut cependant admettre que les propriétés qui identifient un complexe n'aient pas une identité systémique, c'est-à-dire une fonction distinctive, comme ce serait, par exemple, le cas si l'ensemble de ces propriétés formait un inventaire ouvert. Un principe de la linguistique fonctionnelle est que les traits linguistiques ont une identité ou, en d'autres mots, sont des valeurs. Mais on peut néanmoins s'intéresser utilement, en linguistique, à des propriétés qui ne sont pas fonctionnelles — ainsi, «les propriétés de distribution et les régularités dans la variation réalisationnelle (ex.: l'«accord»)» — et Rastall rappelle

aussi que des propriétés non-fonctionnelles jouent souvent un rôle dans l'interprétation empirique des formes phonétiques.

Or, le sens d'un signe, dans la terminologie que Rastall adopte ici, est aussi concerné par l'interprétation. Il «relie un objet de communication purement formel au monde des objets à communiquer». Les facteurs de sens ne sont pas de simples formes sémantiques constituant une forme sémantique complexe. En effet, parler de «formes sémantiques» obligerait à poser «une fonction distinctive en sémantique», et ceci impliquerait une troisième articulation, qui a été partout rejetée. Le sens d'un signe n'est ainsi «opposé au sens d'un autre signe que de manière indirecte», «par le biais de l'opposition des signes en question». Quant aux facteurs de sens, ajoute Rastall, ils ne s'opposent non plus «dans des contextes équivalents, car ceci impliquerait (ce qui est absurde) l'opposition de facteurs de sens à l'intérieur du même signe». Cet argument me semble formellement inexact, car deux notions distinctes y sont confondues: celle de «signe» et celle de «cadre de commutation». En contexte phonématique, par exemple, la confusion parallèle à ceci reviendrait à dire qu'un trait pertinent s'oppose à un autre dans un contexte équivalent, ce contexte étant un même phonème — ce qui est clairement faux; ainsi, par exemple, en français, le trait sourd peut s'opposer au trait sonore dans le *contexte* vélaire, mais ce contexte est un cadre de commutation, et non un phonème: dans le premier cas, nous aurons affaire au phonème /k/, opposé dans le deuxième cas à un autre phonème distinct, /g/.

Pour Rastall donc, «les propriétés sémantiques ne font pas partie de la langue et les facteurs de sens ne forment pas un système linguistique», c'est-à-dire «ils ne possèdent pas de 'valeur' ou de fonction distinctive». Ainsi, les facteurs sémantiques de l'axiologie ne sont pas des «valeurs significatives dégagées par opposition».

Rastall justifie ces vues, en évoquant le point de vue de Mulder selon lequel la sémantique est concernée non pas par des propriétés internes des systèmes sémiologiques, mais par leur «déploiement externe». Les facteurs de sens ne sont pas «fonctionnels», mais ils doivent être et «différenciés» et «pertinents». Ils pourraient être appelés «fonctionnels» au sens hjelmslevien de «description en termes des dépendances pertinentes acquises par les objets à analyser»; «en ce cas, le sens serait à analyser comme une dépendance conventionnelle acquise par un signe avec les objets à communiquer.» «En synthèse, ce ne sont pas des valeurs qui nous concernent ici, mais des propriétés

analytiques de sens vitales pour une interprétation empirique en sémantique.» Rastall dit, par la suite, que «les facteurs de sens sont des facteurs 'constitutifs' des signes (de même que les traits distinctifs seraient des 'traits constitutifs' des phonèmes et les phonèmes constitutifs des phonotagmes)». Ce point de vue me paraît contradictoire avec ce que Rastall lui-même a établi dans des parties précédentes de cette contribution, à savoir qu'il n'y a pas de caractère compositionnel ni de fonction distinctive au niveau des facteurs de sens d'un signe — principe qui me semble acquis dans sa position.

En ce qui concerne la méthodologie préconisée pour l'analyse sémantique, Rastall suggère que:

Les facteurs de sens devront être différenciés, pertinents et non-superflus. Ces propriétés pourront être opérationnellement testées au niveau de la référence, à condition que chaque facteur proposé soit empiriquement interprétable. Ainsi, des facteurs différenciés peuvent être déterminés comme différents, du point de vue de l'interprétation; des facteurs non-pertinents sont, du point de vue de l'extension, dis-joints du sens du signe; «un facteur superflu peut être remplacé soit par zéro, soit par un quelconque autre facteur qui y soit impliqué»; «aucun facteur de sens ne pourra être équivalent au sens, du point de vue de l'extension.»

La troisième grande question abordée dans cette contribution est celle des limites de la sémantique.

Pour Paul Rastall elles sont de deux types: «théoriques» et «descriptives».

Dans le premier type il inclut «le développement d'une théorie sémantique descriptive, consistante avec la linguistique fonctionnelle, et contenant des prédicats théoriques définis, un calcul formel mettant en rapport des modèles sémantiques et des modèles grammaticaux, une ontologie permettant la traduction des prédicats théoriques en de prédicats satisfaisants de manière observable et une méthodologie opérationnelle coordonnée. Des considérations théoriques de ce type déterminent, en partie, le champ de la description sémantique, car ils restreignent la notion 'susceptible d'être décrit par l'application de la théorie sémantique'. Celle-ci distinguera, en particulier, «entre significations *intrinsèque* et *connotative*, entre signes et symboles, etc.».

Les limites descriptives de la sémantique sont d'une part les phénomènes à décrire, d'autre part la grammaire de la langue en question. La grammaire déterminera les ensembles de signes, selon leur degré

de complexité, ainsi que «l'ensemble des rapports grammaticaux et la distribution des signes en relation avec ses rapports grammaticaux». A la sémantique reviendra la description des sens des signes de tous les types, ainsi que de l'«élément sémantique» présent dans les rapports grammaticaux. «La description sémantique comprend, de surcroît», ajoute Rastall, «la possibilité du renversement de l'analyse, la sémantique constructionnelle ou synthétisante», qui «exige le développement des opérations sémantiques sur les sens des signes. Des opérations de ce genre seront la conséquence de l'apport sémantique des rapports grammaticaux. Elles correspondent à des opérations synthétisantes dans la grammaire. Elles devront nécessairement être unies à des opérations sur le plan de la référence et les résultats de l'approche synthétisante seront équivalents, du point de vue de l'extension, à la description sémantique non-synthétisante».

Tels sont, en synthèse, les paramètres proposés par Paul Rastall pour une sémantique fonctionnaliste.

Claude Germain, dont un livre sur les *Problèmes et méthodes de la Sémantique* doit prochainement paraître, retient comme idée centrale dans sa contribution l'examen de la question — existe-t-il une axiologie des faits de sens? Son point de vue est qu'il ne peut y avoir de réponse simple: selon les catégories sémantiques auxquelles appartiennent les unités, on pourra trouver soit une véritable structuration en traits pertinents de sens chez certains paradigmes, soit à la fois des traits distinctifs et des traits inanalysables chez d'autres, soit enfin uniquement des traits inanalysables chez d'autres. Claude Germain étaye son raisonnement par la présentation de quelques exemples.

La possibilité de pratiquer une étude axiologique des classes finies de monèmes (monèmes grammaticaux) lui semble pouvoir être établie. La question est donc de savoir si ce type d'analyse peut être étendu aux classes ouvertes du lexique d'une langue. Il pense qu'il faudrait, pour y répondre, se placer dès le départ, dans une perspective dynamique, car la structuration est quelque chose de toujours fluide.

Le premier exemple au niveau duquel Claude Germain testera sa problématique sera le domaine des termes désignant les couleurs. Il effectue dès le départ un classement dans son inventaire: au lieu de prendre en bloc le plus grand nombre possible de termes (ce que, pour ce qui est de la langue française, par exemple, reviendrait à examiner ensemble les cent quatre-vingts neuf désignations des couleurs contenues dans le *Dictionnaire alphabétique et analogique* de Robert),

il fait intervenir un critère fonctionnel et ne tient compte, à la fois, que des unités s'opposant à l'intérieur d'une classe paradigmaticque (autrement dit, «celles parmi lesquelles le locuteur doit choisir à chaque point de l'énoncé»). Après avoir établi son classement, Claude Germain cherche à déterminer quels sont les rapports qu'entretiennent entre eux les membres de chaque classe.

Ainsi, pour ce qui est des termes utilisés pour exprimer la couleur, l'on pourra distinguer entre des domaines tels que la désignation de la coloration des vêtements ou de différents genres d'objets, dans lesquels on trouve une immense variété de termes, et nombre d'autres domaines dans lesquels le choix est beaucoup plus limité. Claude Germain examine un certain nombre de ceux-ci, tels: les couleurs du spectre solaire, au nombre de sept — violet, indigo, bleu, vert, jaune, orange, rouge; les couleurs héraldiques, désignées au moyen d'une dizaine de termes — azur, gueules, sable, sinople, or, argent, etc.; la robe du cheval, pour laquelle on relève, en français, une liste d'environ vingt-cinq unités, avec des termes spécifiques à l'hippologie — alezan, aubère, bai, balzan, etc. —, à côté de noms de couleurs courants — blanc, brun, châtain, gris, marron, noir, etc.; la couleur de la bière, inventaire à deux termes — blond, brun; les couleurs de la liturgie catholique, au nombre de cinq — blanc, rouge, vert, violet, noir; les épithètes des vins, pour lesquels les termes courants sont trois — rouge, blanc, rosé. L'établissement du classement comprendrait aussi: la gamme des tons employés en peinture, la désignation des couleurs fondamentales, de la couleur des cheveux, de la couleur des yeux (noirs, de jais, bruns, marrons, bleus, pers, pervenche, gris, ardoise, verts, glauques, vairons), les couleurs raciales, les couleurs relatives aux émotions, etc.

Une remarque me semble s'imposer à propos de ce classement: le caractère hétéroclite des classes retenues rend l'exemple moins clair. En effet, certains de ces inventaires ont pour but le simple renseignement sur une propriété chromatique des objets qu'elles sont appelées à décrire — ainsi, la couleur de la robe des chevaux, ou de l'iris des yeux —, alors que d'autres se trouvent dans la dépendance de systèmes institutionnels non-linguistiques, dans lesquels la couleur n'est qu'un support symbolique — à côté d'autres du même genre — et dans le cadre desquels la désignation linguistique correspondante est un phénomène secondaire — ainsi, les couleurs de la liturgie catholique. Ces différentes classes ont néanmoins une caractéristique

commune: elles constituent toutes des listes fermées de termes, parmi lesquels le locuteur doit opérer un choix dans le discours.

Ainsi, pour Claude Germain, «ce n'est donc pas le lexique de la couleur pris en soi qu'il s'agit de structurer, mais plutôt les organisations de ce lexique suivant différents 'points de vue'». Il constate que certains termes «présentent cette particularité d'appartenir à plus d'une liste» et qu'il y a donc chevauchement «entre les unités de chacune de [ces] listes». Personnellement, il me semblerait préférable de décrire cette situation en termes de chevauchements *homonymiques* entre certaine parties de ces listes. Ainsi, lorsque plus loin Germain parle du caractère complexe, parce que pluridimensionnel, de l'organisation sémantique, il évoque l'exemple de *rouge*, «qui appartient simultanément [...] aux domaines suivants: les couleurs spectrales, les couleurs de la liturgie catholique, la couleur des vins, les couleurs fondamentales, les couleurs relatives aux émotions, et les couleurs raciales — et très probablement à quelques autres domaines qui restent à déterminer»; or, je pense qu'il y a dans cet ensemble d'inventaires plus qu'un simple «rouge», et que — «le point de vue crée l'objet» — il y a autant de «rouges» que de classes de dénotation évoquées: pour n'en rester qu'à l'épiderme, le *rouge* de la peau d'un Indien d'Amérique du Nord n'a rien à voir avec la peau d'un Français qui a honte.

Germain rappelle les problèmes soulevés par cette approche sur le plan du choix des unités. Il relève les deux suivants: «la détermination des points de vue» et «le caractère fini des listes proposées».

La solution du premier de ces problèmes serait à chercher, pense Germain, dans ce que le philosophe Gilles-Gaston Granger appelle les «significations», autrement dit, en pratique, dans l'observation de l'usage linguistique, c'est-à-dire des «contextes linguistiques tels qu'ils se présentent dans un corpus». Quant au deuxième problème, Claude Germain nous fait remarquer, avec Granger, que «si le nombre de monèmes lexicaux dépasse de beaucoup le nombre d'unités phonologiques, il n'en demeure pas moins que, synchroniquement, ce nombre reste fini». On peut certes élargir ou rétrécir des classes, à des moments historiques différents — ainsi, «à l'aide de teintures ou de caustique et suivant les exigences de la mode» on pourra «en arriver à modifier la couleur naturelle des cheveux»; mais ceci «ne change rien au caractère synchroniquement fini de ces listes». Il ne s'agit pas de «limiter l'illimité», mais de «déterminer cette finitude», de «préciser le contenu

des 'petits groupes' d'Antoine Meillet, des 'petites classes fermées' de Louis Hjelmslev.

Le deuxième volet de la question, qui constitue pour Claude Germain «le cœur même de la recherche axiologique proprement dite» est la constatation «qu'une même unité peut, considérée sous un certain point de vue, faire partie d'un ensemble non organisé systématiquement (une nomenclature ou une taxinomie) mais peut aussi, considérée sous un autre point de vue, constituer un véritable paradigme à la manière des paradigmes phonologiques». Germain semble donc établir en ce point la possibilité d'analyse de certaines classes de monèmes en traits de sens structurés de manière systématique. Il nous dit, certes, qu'en ce qui concerne, par exemple, les termes relatifs à la couleur, on ne trouve que des nomenclatures superposées, à éléments inanalysables. Ainsi, nous dit-il, «le rouge une fois identifié comme «rouge» se distingue des autres couleurs de chacune des classes auxquelles il appartient par un ensemble de caractéristiques indissociables qui forment le trait «rouge», tout comme 'une fois identifiée comme «fruit», une banane se distingue des autres fruits par un ensemble de caractéristiques indissociables qui forment le trait «banane»'» (thème proposé cf. *supra*, p. 259). Mais dans d'autres cas, Germain pense pouvoir établir l'existence d'une structuration en traits pertinents de sens. Il envisage, pour l'exemplifier, les termes du champ sémantique des sièges, en français: «*chaise, fauteuil, canapé, pouf, banc, causeuse, chaise haute, tabouret de piano et chaise longue*». Différents points de vue classificatoires peuvent y être décelés: ainsi, la fonction (pour s'asseoir), le nombre des personnes (une, deux, ou plusieurs), la forme (avec bras, sans bras), la destination (pour enfants), etc. «Le choix par un locuteur d'une unité comme *chaise* paraît bien être le choix de trois points de vue simultanés (la fonction, le nombre de personnes, et la forme)»; partant de ce point de vue, Germain met ces entités en parallèle avec les phonèmes, dont chacun représente, sur le plan phonologique, un choix entre des plans de vue simultanés: ainsi, /b/ ,en français «constitue un choix entre les trois dimensions ou points de vue suivants: rétrécissement du passage de l'air action des cordes vocales, et action du voile du palais. A chacun de ces points de vue est rattachée une 'valeur' (pour reprendre le terme de Gabriel Bes, dans «Trait distinctif», *Word*, 1967, vol. 23, n.^{os} 1-2-3, p. 40); bilabial, sonore et oral respectivement. Dans le cas de *chaise*, ces valeurs sont: pour s'asseoir, pour une per-

sonne, et sans bras. C'est ainsi que les termes *chaise*, *fauteuil*, *causeuse*, *canapé* et *banc* forment 'un petit groupe' présentant toutes les caractéristiques d'un paradigme (constituant ainsi un véritable système). Par contre, dans le cas de *pouf*, *chaise haute*, *tabouret de piano* et *chaise longue* — et de la très grande majorité des autres mots du même champ à ce qu'il semble — il s'agirait à chaque fois de choix globaux, c'est-à-dire d'unités inanalysables et primaires».

Claude Germain pense, par conséquent, que la structuration en traits de sens pourrait se trouver hors des quelques domaines privilégiés auxquels, en général on la cantonne. En effet, alors que certains domaines semblent être clairement non-structurés et ne constituer que de simples nomenclatures (exemple: les termes des couleurs), dans d'autres champs sémantiques (exemple: celui des sièges, en français) il lui semblerait que «les deux types d'organisation puissent coexister (en partie sous forme de nomenclature, et en partie sous forme de structuration en traits de sens)».

Et Claude Germain approfondit ce point de vue au moyen d'un dernier exemple: celui du champ sémantique des fruits, évoqué dans le libellé du thème. Certes, des mots tels que fr. *banane*, *pêche*, *poire* ou *pomme* lui semblent être des choix globaux d'unités indifférenciées; mais il croit pouvoir déceler l'existence de structurations à l'intérieur des champs plus restreints «d'un même domaine de référence». Ainsi, nous dit-il, si l'on considère, par exemple, en français, les unités *orange*, *mandarine*, *clémentine* et *bigarade*, on constate qu'elles «forment deux sous-groupes: *orange*, *mandarine* et *clémentine* du point de vue de la grosseur, et *orange* et *bigarade* du point de vue du goût». Le choix du terme *mandarine* impliquerait chez le locuteur «le choix des caractéristiques de l'orange auxquelles s'ajoute une détermination de grandeur, le trait 'petite'»; de même, le choix du terme *bigarade* comporte un choix «des caractéristiques de l'orange auxquelles s'ajoute le point de vue du goût, c'est-à-dire le trait 'amère'». En conclusion, il semble à Claude Germain qu'ici, comme dans le champ sémantique des sièges en français, l'on ait pu établir «la présence de 'petits groupes' systématiquement organisés, c'est-à-dire structurés à l'aide de traits de sens, même dans le cas de produits naturels». Germain pense, d'ailleurs que ceci explique comment des personnes ayant des répertoires lexicaux différents peuvent communiquer: reprenant l'exemple antérieur, une «bigarade» pourra toujours être référée, par une personne qui ne possède pas ce mot dans son lexique, comme une *orange amère*.

Une dernière question se pose: celle de savoir comment départager ces deux types d'organisation sémantique. La solution sera à trouver dans le recours à la substance sémantique — ce que la Linguistique Axiomatique Fonctionnelle appelle «les classes dénotatives». Ceci permet à Claude Germain de relever un nouveau parallèle entre l'axiologie et la phonologie: «de même que le phonologue se voit dans l'obligation, pour déterminer les traits pertinents des phonèmes, de recourir à la substance phonique, de même l'axiologue se doit de recourir à la substance sémantique».

En conclusion, le critère de distinction proposé dans le thème quant à l'existence de traits pertinents de sens, «à savoir, la désignation des valeurs culturelles d'une part et la désignation de produits naturels d'autre part», paraît à l'auteur de cette contribution «manquer de fondement».

Dans mon aperçu d'ensemble des positions générales des sept contributions suscitées par ce thème, j'ai résumé l'essentiel des points de vue de Morteza Mammoudian (cf. *supra*, pp. 258-259). Ceci me permet de clore ici le compte-rendu des contributions.

Arrivée à la fin de cette présentation — longue — des réactions — nombreuses — suscitées au courant des derniers mois par ce thème, je sais que de nouvelles réactions prennent forme, et que mon travail n'aura finalement été que d'ouvrir la discussion:

Axiologie et/ou sémantique dénotative?

Ioannina (Grèce),
13 juillet 1978

Helena Alves da Veiga de Oliveira
Université de Paris V

DISCUSSION — Interventions

Giovanna Madonia (Université de Paris V)

Absente, dans une lettre adressée à André Martinet (résumé):

L'axiologie serait essentiellement, sur le plan du signe, la deuxième articulation du côté du signifié, c'est-à-dire elle devrait dégager des unités unifaciales, dont l'articulation ne correspond pas à une articulation du signifiant.

Giovanna Madonia souhaiterait que la terminologie évite l'ambiguïté du terme *axiologie* (restreint ici au seul domaine du signifié) et propose de nommer ce domaine d'études la *sémantologie*.

Rémi Jolivet (Université de Lausanne)

Au cours d'un exposé long, dur et difficile, nous n'avons pas entendu beaucoup d'exemples... L'axiologie — si axiologie il doit y avoir — ou la sémantique dénotative, comme les autres disciplines linguistiques, se jugeront à l'intérêt de leurs résultats. Il faudrait donc pouvoir présenter au moins quelques exemples, non, élémentaires, d'analyse utilisant ces notions.

D'autre part, je n'ai pas compris quelle était l'unité de la «signification». Pour moi, il est probable que ce ne sont pas les mots ou les monèmes qui constituent ces unités mais la phrase complète. L'utilisation du concept de «valeur discrète», à peu près utilisable en phonologie, me paraît plus difficile à appliquer ici en l'occurrence.

Hormoz Milanian (Université de Téhéran)

J'avais une proposition terminologique à faire qui avait aussi un rapport avec le thème sur la terminologie. Mais cette proposition était incluse dans la lettre lue ce matin par le Prof. Martinet, alors je l'appuie: si le même rapport qui existe entre la *phonétique* et la *phonologie* doit s'établir aussi entre la *sémantique* et l'*axiologie*, il aurait fallu choisir le terme *sémantologie* au lieu de *axiologie*; mais le terme *axiologie* peut avoir sa place; s'il signifie «étude des valeurs, alors *axiologie* est un terme plus général qui peut couvrir les deux termes *phonologie* et *sémantologie*: *phonologie* serait l'axiologie de la deuxième articulation et *sémantologie* serait l'axiologie de la première articulation.

L'autre point qui est important pour moi, mais dont je ne peux pas développer les détails ici, est ceci:

Je me réfère à mon intervention de ce matin à propos du *monème* et du *mot*. J'ai dit que les monèmes n'étaient pas des unités mais des *traits*. Maintenant on peut se demander — des traits de quoi? Il me semble qu'on ne peut logiquement répondre à cette question qu'en disant que les monèmes sont des traits de sens ou des traits

sémantiques. Dans ce cas la sémantologie (ou axiologie?) serait l'étude de l'organisation monématique de la langue; et dans la mesure où il y a une distinction entre *lexique* et *grammaire*, la sémantologie serait ou bien lexicale ou bien grammaticale. Dans la sémantologie lexicale, pour donner un exemple, l'étude du sens et du potentiel sémantique des procédés compositionnels et dérivationnels aurait sa place.

La sémantique serait alors l'univers des sens, ou plutôt des concepts dont dispose l'homme. Mais il y a ici une différence importante entre la sémantique comme univers des sens et la phonétique comme univers des sons. C'est que l'univers des sons n'est pas préalablement organisé, tandis qu'il me semble qu'il y a, dans la pensée humaine, une organisation conceptuelle indépendante du langage.

Bien sûr, comme la phonologie d'une langue peut influencer l'interprétation phonétique d'une autre langue, la sémantologie d'une langue influence dans une certaine mesure l'interprétation des concepts inclus dans la sémantologie d'une autre.

Robert Vion (Université de Provence)

A entendre certains aspects de l'exposé, il semble que la différenciation entre *axiologie* et *sémantique (dénotative)* ne puisse se faire qu'en reproduisant, plus ou moins directement, la distinction entre *phonétique* et *phonologie*. Certes ce parallèle offre l'avantage de récupérer la notion de valeurs pour l'étude sémantique. Toutefois ce type de rapprochement comporte de graves dangers:

1) Il risque tout d'abord d'organiser l'étude de la signification à partir des unités minimales (signifiés isolés) et non des conduites discursives et de leurs relations aux situations de communication.

2) Le parallélisme phonologie — axiologie risque par ailleurs d'impliquer une égale structuration du lexique ou, tout au moins, de présupposer une invariabilité des paradigmes sémantiques. Partant de la problématique (contestable) qu'il existe, au niveau d'une communauté, UN système phonologique, et donc UN réseau d'oppositions stables et constantes permettant de parvenir, pour chaque phonème, à une analyse en traits, on risque de présupposer que l'analyse structurale du sens implique une invariabilité des paradigmes sémantiques.

Or si *fort* s'oppose à *mince* dans *cette femme est forte*, il s'oppose à *léger* dans *ce café est fort*, à *faible* dans *cet homme est fort* ...

3) Enfin la volonté de «poursuivre l'analyse à son terme» (comme en phonologie) conduit à la recherche des traits sémantiquement pertinents. Or la variabilité des paradigmes sémantiques semble interdire la définition, d'une partie au moins des signifiés, en traits sémantiques constants et pertinents. D'ailleurs les tentatives connues de définitions des signifiés en traits se limitent, le plus souvent, à des régions du lexique où ce n'est pas le signifié mais le référent qui est analysé: dire que le sens de *fautueil* comporte les traits (et seulement les traits) /pour s'asseoir/, /avec dossier/, /pour une personne/, /avec accoudoir/ ... semble relever d'une conception extrêmement réductrice de ce qu'est le sens et la *dénotation*.

Linda Policansky (Université de Saint Andrews)

Regardant les interventions de MM. Jolivet et Vion, je suis complètement d'accord que ce sont les phrases qui sont les unités de la communication. Il est évident que les messages ne sont pas portés par les monèmes. Mais les phrases sont des signes complexes, qui s'analysent éventuellement en signes minimaux. Il faut alors qu'une étude de la signification comporte au moins deux éléments: il y a le lexique, où il s'agit, en effet, de signifiés isolés, et des relations paradigmatiques (c'est cet aspect-là que j'appellerais, moi, «l'axiologie»), et puis il y a l'étude de l'aspect significatif des syntagmes. Il faut envisager aussi un troisième aspect de la théorie: l'explication des relations entre les signes et leurs référents.

Au sujet de la structuration du vocabulaire et de la variabilité des paradigmes sémantiques, là encore je serais tout à fait d'accord avec M. Vion. Mais les variations contextuelles ne sont pas des accidents: elles sont systématiques et elles font partie de la langue. Il faut donc en rendre compte dans nos descriptions.

Je voudrais faire remarquer à M. Vion que la structure n'est pas forcément la structure rigide, et le fait qu'on analyse les relations lexicales n'implique pas forcément qu'on les analyse en traits distinctifs. Mais je n'ai pas le temps ici d'aborder les détails de ce que serait une telle analyse.

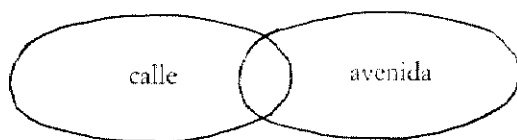
Salvador Guitierrez (Université d'Oviedo)

C'est l'impossibilité même de faire une critique globale de tout ce qui a été dit ici — beaucoup de systèmes sémantiques très intéressants — qui me conseille de parler de ce qui n'a pas été dit.

1. — Comme le concept *dénotation* est extrêmement ambigu et qu'il est une notion centrale dans toute sémantique, il faut déterminer avec précision sa signification. Pour nous, *dénotation* entre en relation avec *signification* et *désignation*. La *signification* est la valeur de contenu d'un signe et elle se concrétise dans un ensemble de traits distinctifs de contenu. *Signification* entre donc en relation avec le concept scholastique d'*intention*. D'autre part, *désignation* est la classe d'objets, réalités, ... auxquels le signe peut faire référence dans son actualisation. C'est à peu près l'*extension* des philosophes aristotéliens appliquée à la sémantique. Le signe *dénotation* a une dimension: *a*) l'acte de faire référence à un élément de la réalité, et *b*) l'objet même auquel on fait référence (le *denotatum* ou les *denotata*).

Une sémantique fonctionnelle ne peut partir de la dénotation. Les séquences espagnoles *mi amigo* et *el profesor de Lengua del Colegio Universitario de León* peuvent avoir un même *denotatum*, mais jamais une même signification linguistique.

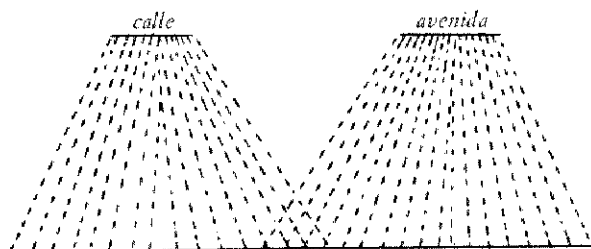
Une sémantique fondée sur le concept d'extension ne s'avère non plus viable. Les unités ne sont pas discrètes et ne reflètent pas exactement les dimensions fonctionnelles (opposition, contraste). Les classes désignatives des signes espagnols *calle* et *avenida*, *leña* et *madera*, etc., présentent des interceptions:



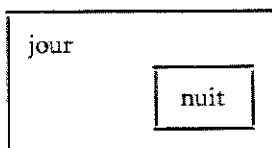
Ou autrement:

niveau de la signification
(caractère discret)

niveau de la désignation
(caractère non-discret)



Le fait de partir des classes désignatives a conduit beaucoup d'auteurs à de monumentales erreurs. Un exemple que l'on trouve toujours couramment dans des articles ou des manuels de sémantique: celui de *jour/nuît*. L'on part des désignations auxquelles ces termes s'appliquent et l'on obtient le graphique suivant:



Et ensuite l'on fait des réflexions sur ce graphique: *jour* est l'hypéronyme et *nuît* son hyponyme. Dans la réalité linguistique les choses se passent d'une façon bien différente: il existe deux signes, *jour-1* et *jour-2*, paradigmatiquement déterminables

jour-1 / nuît

jour-2 / semaine / mois / heure / minute / seconde ...

D'accord avec cette analyse linguistique, *jour* n'est jamais un hypéronyme de *nuît*.

Si nous insistons sur la prééminence théorique de la *signification* par rapport à la *désignation* et à la *dénotation*, nous n'affirmons pas que le sémanticien doit oublier entièrement celles-ci. Dans la détermination du nombre d'invariantes du contenu, l'on ne peut tenir compte que de la signification. Toutefois, au moment de caractériser ou définir un signifié au moyen de ses traits distinctifs, il est utile de tenir compte de la désignation, c'est-à-dire de la classe d'éléments à laquelle ce signifié s'applique.

2. — Toutes les collaborations envoyées à ce thème parlent de *valeur*. Je remarque l'absence d'une autre dimension, sur laquelle se fonde la sémantique syntagmatique: il s'agit de la dimension *valence*. En espagnol les verbes *relinchar* et *rebuznar* exigent la présence, chez le signe lexical qui entre en relation prédicative avec eux, des traits sémantiques /+ équidé/ et /+ asinal/ respectivement. Le même

type d'exemple est applicable aux adjectifs, en ce qui concerne les noms avec lesquels ils se combinent:

<i>adj.</i>		<i>nom</i>
<i>zaino</i>	→	/+ taureau/
<i>alazano</i>	→	/+ cheval/

Il ne convient donc pas d'oublier cette dimension de *valence*.

3. — A propos de l'intervention de Robert Vion:

M. Vion dit que l'analyse sémantique doit partir de l'acte même de communication. D'une façon générale, ceci est vrai à propos de toute analyse linguistique. Cependant, tout ce qui est actualisé dans l'acte de langage n'est pas linguistique, c'est-à-dire tout ce qui intervient dans l'acte de communication ne fait pas objet de l'étude de la linguistique. Les théoriciens de la science établissent une différence entre *objet notionnel* et *objet théorique*. Parmi tous les phénomènes qui se produisent dans un quelconque domaine de l'expérience, certains seulement constituent l'objet de la science. Ceci est le fondement de l'opposition saussurienne entre *langue* et *parole*. L'objet de la linguistique n'est pas le langage, mais la langue. L'extension de l'objet théorique est liée au développement d'une science.

En sémantique le comportement est parallèle. Toutes les données de sens qui interviennent dans l'acte de communication ne peuvent être intégrées dans l'objet théorique de la sémantique. P. F. Strawson distingue trois types de signification dans un message:

- Signification A: linguistique
- Signification B: référentielle
- Signification C: pragmatique.

Un exemple: En rentrant chez moi, je trouve une note qui dit: «*je reviendrai dans trois heures*». Je connais la signification des signes de cette note, ainsi que de leurs relations (Signification A), mais j'ignore à quelle heure exactement viendra celui qui m'a écrit cette note (Signification B) et quelle intention il avait au moment où il l'a rédigée (intimidation, désir de me voir ...) (Signification C). En général, c'est la Signification A uniquement qui constitue l'objet théo-

rique de notre discipline. Dans certains cas, des différences de dénotation ou de présuppositions interviennent dans la différenciation des structures linguistiques. Naturellement ces faits doivent être étudiés par la Sémantique.

En résumé: il faut partir de l'acte de communication, mais il est nécessaire de disposer de philtres adéquats, qui nous permettent à chaque instant de déterminer ce qui est linguistique, et quels facteurs ne doivent pas (pour le moment) être étudiés.

Henry Schogt (Université de Toronto)

Je profite de l'occasion pour vous signaler qu'à Leningrad un groupe de linguistes, notamment Ju S. Masloo et A. V. Bondarko, travaille en ce moment à une description fonctionnelle et sémantique du verbe russe. Ils se limitent uniquement aux unités grammaticales, estimant que la structuration des éléments lexicaux appartenant à des inventaires illimités n'est pas possible en ce moment. Ils dégagent les valeurs grâce à des oppositions et étudient les interférences de temps et aspect d'abord, pour voir ensuite s'il y a des catégories de sens lexicaux qui jouent un rôle dans l'ensemble.

Karmele Rotaetxe (Université de Bilbao)

La question s'adresse à M. Salvador Gutierrez, d'Oviedo, et porte sur un exemple qu'il nous a donné:

Est-ce qu'il n'y a qu'un aspect sémantique dans esp. «el elección del presidente»? Car la construction m'a de suite rappelé les deux génitifs du latin, subjectif et objectif, et dans toutes les langues n'y a-t-il pas deux interprétations possibles?

Jackie Schön (Université de Toulouse — Le Mirail)

Je déplore une fois encore qu'un thème d'une telle ampleur ne fasse l'objet que d'une séance (trois heures en tout et pour tout!...) alors qu'il aurait pu, à lui seul, constituer le centre de réflexion du Colloque.

Je crois me faire le porte-parole de grand nombre d'entre nous, qui se sentent frustrés de ne pouvoir approfondir aucune des questions que pose ce sujet beaucoup trop vaste et complexe.

LAS CONJUNCIONES CAUSALES EN EL «SETENARIO» DE ALFONSO X EL SABIO — ESTUDIO DESCRIPTIVO

MARIA ELISABETE DE ALMEIDA MARQUES RANCHHOD
(MADRID)

1. Preliminares

1.1. Presentación

El objetivo de nuestro trabajo es la recogida, el análisis y la descripción de las *Conjunciones Causales* en el *Setenario* de Alfonso X el Sabio.

Esta es, según K. Vanderford, «la más personal de todas las obras atribuidas a Alfonso el Sabio» ⁽¹⁾. No obstante, no se sabe con exactitud en qué medida intervino el rey en la elaboración de la obra. Lo que sí es cierto es que Alfonso X contó, en esta y en otras obras, con la colaboración de «personas conocedoras no solamente de la ley canónica y del ritual de la Iglesia, sino también del latín, del hebreo, del griego y de otras lenguas» ⁽²⁾.

La versión más antigua de la obra se encuentra en un código del siglo XIV (probablemente de 1300) de la Biblioteca Capitular de la Catedral de Toledo. Existe un segundo manuscrito, datado probablemente de alrededor del año 1400, en la Biblioteca del Escorial. Uno y otro están incompletos y es de creer que la obra misma estaría incompleta.

Este libro de carácter didáctico se enraiza en la tradición de los Catecismos político-morales. Es asimismo una obra enciclopédica que presenta los conceptos fundamentales y las nociones más generales del

⁽¹⁾ Vanderford H. K., Introducción a la Edición del *Setenario*, p. XL.

⁽²⁾ Idem, *ibid.*, p. XL.

saber: todas las cosas, todos los seres, toda la historia de la humanidad constituyen una inmensa alegoría cuyo sentido último es el reflejar a Dios. Si bien a lo largo del texto aparezca varias veces la palabra «ley» y K. Vanderford haya dividido el libro en «leyes» (108), no se trata, sin embargo, de ninguna disposición legal. Tan sólo la parte final del Setenario — referente a los sacramentos — se puede clasificar como texto jurídico. Lo restante se coloca más fácilmente dentro del ámbito de los discursos filosófico-morales.

La complejidad del contenido es, quizá, la causa del extraordinario desarrollo y amplitud de la sintaxis oracional. Junto con las *Partidas* es esta la obra Alfonsí en que el desarrollo sintáctico alcanza una mayor complejidad: la subordinación, de todo tipo, es un procedimiento frecuente de expresión del contenido. Dentro de la subordinación — las subordinadas causales — son particularmente abundantes. Una de las grandes preocupaciones de la obra es el mostrar y justificar la omnipotencia y la omnipresencia de Dios. Dios es la causa primera, es el creador de todo y de todos; el universo y toda la naturaleza son criaturas de Dios. De El reciben su ser y en El convergen. Este razonamiento filosófico-religioso da lugar a que muchos de los conceptos sean desarrollados (y justificados) por medio de proposiciones causales. El teocentrismo lleva muchas veces a una argumentación casi pueril: «Geometría quiere dezir arte de medir e de compasar. E ésta sse parte en ssiete partes que sse muestran todas por ffiguras, assí como: LINNA DERECHA; CORUA; ÇERCO; SSOBREFFAZ; LONGUEZA; ANCHEZA; CUERPO CONPLIDO... Onde por todas estas ffiguras de medida sson ffiguradas e medidas todas las otras, non tan ssolamente las que ueen por oio, mas aun las otras que sse entienden por entendimiento. Et por éstas sse muestran ssiete cosas que ha en Dios: DERECHURERO; CORUO; ÇERCO; RREDONDO; SSOBREFFAZ; LONGUEZA; LADEZA; CUERPO. Derechurero es, commo linna derecha que non tuerce a ninguna parte, e por essol llaman justo juez. Coruo es; ca esta ffigura muestra que sse abaxó con humillat, ffaziendo al Omne de la tierra, commo lo ffizo, e descendió del çielo a rredimir e darle ssaluamiento por de la carne e de la sangre del ssu ffijo Ihesu Cristo. Çerco rredondo e igual es otrossí; ca él tiene ençerradas en ssí todas las cosas e ninguna non puede ende ssalir. Sobreffaz es; que cubre e mantiene todas las cosas que él ffizo llanamiente con piadat e con merçet. Longueza e ladez ha muy grande; ca todas las partes sson en ssu poder, tan bien en luengo commo en ancho. Cuerpo es otrossí spiritual, de que sson fechos e fformados todos los otros» (Ley XI — pp. 32-34).

La geometría, como las otras «artes», tiene su razón de ser en Dios y el enlace de los argumentos que llevan a esta conclusión se hace, principalmente, por medio de conjunciones causales. De ahí, la extraordinaria abundancia (a veces innecesaria, desde el punto de vista de lectores del Siglo xx) de estos elementos nexuales.

1.2. Introducción

El trabajo que a continuación presentamos es una exposición sumaria sobre el modo de funcionamiento de las conjunciones causales en el *Setenario* de Alfonso X el Sabio.

La determinación de las propiedades sintácticas y semánticas de los ítems conjuntivos causales ha sido efectuada después de haber organizado y analizado un *corpus* de enunciados en los que figuraban elementos nexuales causales. Para la organización del *corpus*, hemos considerado que una conjunción causal es un elemento conjuntivo que une proposiciones finitas en las que se establece una relación semántica de causalidad. La proposición introducida por uno de estos elementos — proposición causal — expresa de algún modo la razón, la causa, de los hechos referidos en la proposición dicha principal.

Este criterio semántico nos permitió considerar como independientes y, por lo tanto, como pertenecientes a distintas clases, algunos nexos conjuntivos morfológicamente idénticos. Tal es el caso de la forma *porque*. Si comparamos:

- (1) «(Los rregnos de Espanna) ayuntólos Dios en vno *por que* los heredase él en paz» (p. 15, 1.9-10)

y

- (2) «Onde, *porque* en todas estas cosas sopo tan bien abenir, fízzol Dios por ello ssiete merçedes sennaladas...» (pp. 14-15, 1.1. 29 — 1)

verificamos que en (1) *por que* enlaza dos proposiciones en las que se establece una relación semántica de finalidad, mientras que en (2) dicha relación es de causa. Además, la proposición introducida en (1) por *porque* presenta el verbo en subjuntivo — *heredase* — y la proposición introducida por *porque* en (2) presenta el verbo en indicativo — *sopo*.

Analizado el corpus recogido, hemos verificado que, de hecho, las conjunciones causales seleccionan siempre el indicativo como modo verbal de la proposición que introducen, mientras que los nexos finales encabezan siempre proposiciones en subjuntivo.

Así, después de analizado el *corpus*, pudimos establecer varias propiedades sintáctico-semánticas que distinguen a las conjunciones causales de otros elementos conjuntivos, muchas veces morfológicamente idénticos.

En la parte II de este trabajo presentamos la descripción de esas propiedades.

1.3. *El corpus*

El *corpus* sobre el que hemos efectuado el estudio de las conjunciones causales está constituido por 197 enunciados en los que figuran elementos nexuales causales. Esto corresponde a la recogida exhaustiva de todas las conjunciones causales encontradas en el Setenario desde la Ley I hasta la Ley XXX inclusive. Cualquier omisión que pueda verificarse será debida a distracción o desconocimiento. Los 197 enunciados que constituyen el *corpus* están registrados en 158 fichas. Por lo general, hemos registrado en cada ficha una ocurrencia de una conjunción causal en su contexto, esto es, la conjunción causal aparece integrada en una estructura oracional analizable en proposición principal y subordinada (o subordinadas). Sin embargo, hay fichas en las que están registradas varias ocurrencias de conjunciones causales. Esto ocurrió cuando varias proposiciones causales, con la correspondiente proposición principal, aparecían yuxtapuestas en un fragmento de texto relativamente corto. (ej. ficha I -22; I -30; XI -88; XI -122; etc) En las fichas no se han señalado los límites de la proposición causal. Dado que el objetivo de este trabajo es el estudio de las conjunciones causales, nos hemos limitado a subrayar los nexos conjuntivos encontrados. El corpus así organizado se encuentra disponible para cualquier comprobación necesaria.

1.4. *Problemas de puntuación*

1. En el inicio del análisis de las conjunciones causales nos hemos encontrado con una dificultad de primer orden: la puntuación. Es bien conocida la importancia de la puntuación en el análisis lingüístico de los

discursos. Las pausas (más o menos acentuadas) del lenguaje oral, a las que corresponden signos distintos de puntuación en el lenguaje escrito, son por sí solas, en muchas circunstancias, de decisiva importancia para la clasificación gramatical de los enunciados.

1.1. El editor del *Setenario*, K. Vanderford, nos dice en la *Introducción* que el manuscrito T «Fuera del uso infrecuente del punto, el manuscrito carece en absoluto de signos de puntuación» (p. XLV); el manuscrito E «usa de manera relativamente consecuente las mayúsculas y la puntuación» (p. XLVIII). Pero la puntuación de la edición ha sido establecida por el editor: «Mayúsculas y minúsculas, puntuación y división en párrafos son enteramente mías...» (p. LIII) No sabemos qué criterios ha tenido en cuenta Vanderford para puntuar el texto como lo ha hecho y no de otro modo. Por lo que respecta a las conjunciones causales estas aparecen casi siempre separadas del discurso anterior (que puede o no contener la oración principal) por punto y coma. Hay algunos casos, no obstante, en los que las conjunciones vienen después de punto, coma o simplemente yuxtapuestas al discurso anterior. La conjunción *porque* es la que más veces aparece después de coma o sin puntuación. Y, si en numerosos casos, la semántica del texto corresponde indudablemente a la puntuación usada, en otros nos parece menos adecuada. Daremos algunos ejemplos: «*Et a ésta llaman argumentes, que quier dezir rrazones prouadas; porque proeuan por ellas lo que quieren rrazonar.*» (p. 30, l. 19-21). El punto y coma usado para separar la causal podría, quizá, ser sustituido con ventaja por una simple coma. Incluso, en el caso de *porque* ocupar el espacio modernamente llenado con *pues que* o *dado que* (el primero muy escaso y el segundo inexistente en el texto analizado), una coma correspondía mejor a la sintaxis y a la semántica del discurso. Lo mismo se puede decir del ejemplo que presentamos a continuación: «*Et la gramática, que es de palabra, sse entiende por el Padre; porque por el poder del su vierbo tan solamiente ffueron ffechas todas las cosas.*» (p. 31, l. 19-21). Aquí la proposición de relativo está entre comas, pero no así el complemento circunstancial de medio inserto en la proposición causal — *por el poder del su vierbo tan solamiente*. Esto dificulta la interpretación del texto. Los dos ejemplos que presentamos en seguida nos parecen paralelos desde el punto de vista sintáctico: «*Longueza es otrosí medida muy grande e muy pequenna porque en ella sse ençierra mucho e poco...*» (p. 33, l. 9-10); «*Çerco rredondo e egual es otrosí; ca el tiene ençerradas en ssí todas las cosas e...*» (p. 33, l. 25-26). ¿Por qué en el último

ejemplo se separa la proposición principal de la causal por medio de punto y coma? La conjunción *ca* aparece siempre separada de su contexto izquierdo por medio de punto o de punto y coma, y en numerosísimos casos no hemos podido hallar una explicación para ello.

Dado que no queremos sobrecargar el texto con citas muy extensas, los casos arriba mencionados pueden considerarse como sencillos. El problema de la puntuación se torna agobiante sobre todo cuando la conjunción causal está separada de su proposición por medio de otras proposiciones incisivas. Esto se agrava aún, cuando la proposición principal está pospuesta a la causal.

Esperamos que después de las diversas lecturas que hemos hecho de los fragmentos dudosos, hayamos podido hallar la correcta.

2. Los elementos nexuales de causalidad

2.1. Hemos considerado que una conjunción causal es un elemento nexual que enlaza dos proposiciones en las que se establece una relación semántica de causalidad.

Así, hemos incluido en las conjunciones causales:

a) elementos conjuntivos que introducen una proposición sintácticamente subordinada a otra (tradicionalmente llamada principal), estableciendo entre las dos una relación lógico-semántica de causa a efecto: es el caso de *porque* en:

- (1) «Et de parte de la madre heredó Castiella, e Toledo, e Estremadura, e Alua, e Guipuzca, que tollieron los RReyes de Castiella a los de Nauarra *porque les negaron sennoríos*» (p. 15, l. 12-15).

La proposición causal introducida por *porque* está sintácticamente subordinada a la proposición de relativo y expresa, desde un punto de vista semántico, la causa que originó el hecho expuesto en la proposición de relativo.

b) Elementos conjuntivos, que pueden ser morfológicamente idénticos a los anteriores, pero que enlazan proposiciones cuya relación sintáctica se asemeja más a la coordinación que a la subordinación. Estos nexos conjuntivos, desde el punto de vista semántico, no expresan tanto la causa, sino que más bien introducen una proposición explicativa, una

proposición que añade información a lo dicho en otra proposición. Por ejemplo en:

- (2) «Aura quiere otrossí dezir oriella. Esto se entiende por Dios; *ca él es oriella buena e tenprada e ssana con que guaresçen...*» (p. 4, l. 5-7).
- (3) «Esperança ouo ssienpre de auer el ssu bien en esto mundo, como lo ouo demientra que en él visco, e después en el otro; *porque oy en día muestra Dios* que la su merçet que atendíe auer dél, que la ouo muy conplidamiente» (p. 11, l. 10-14).

Si nuestro análisis es correcto, la conjunción *ca* en el ejemplo (2), y la conjunción *porque* en el ejemplo (3) introducen proposiciones que constituyen una especie de aposición explicativa al contenido de las proposiciones anteriores. En el español actual se podrían sustituir, creemos, por «en efecto», «efectivamente».

Este hecho no deja de sorprendernos si pensamos en la historia de la lengua. La conjunción *ca* es la que más veces, según nuestro análisis, se encuentra en la situación referida en *b*). Sin embargo es sabido que esta es la única conjunción causal heredada directamente del latín *quia* ⁽³⁾. Sería de esperar, pues, que siguiera manteniendo su carácter de subordinador.

Nuestras observaciones a este respecto son intuitivas (y basadas, sobre todo, en la semántica de los enunciados), puesto que no hemos podido hallar una explicación coherente para el hecho de encontrar *ca* en una posición que en latín sería ocupada por *enim*, *nam* (namque), *etenim*.

Una posible justificación (quizá sin valor científico) puede ser hallada si pensamos en que uno de los problemas lingüísticos más importantes con que tuvo que enfrentarse Alfonso X es, precisamente, el de la sintaxis. Sin una sintaxis más flexible que la que se había desarrollado previamente en la prosa castellana, no era posible el manejo de ideas más o menos complicadas. Su esfuerzo en adaptar la sintaxis latina al romance castellano es extraordinario. En esta adaptación de procedi-

(3) Según Hanssen F., *Gramática histórica de la lengua castellana*, Ediciones Hispano-Americanas, París, 1964, a *quia* «se le han asociado elementos procedentes de *quam* y *qua*». (§ 658).

mientos sintácticos latinos, es normal (e inevitable) el «desliz» de unas construcciones a otras.

2.2. *Exclusión de conjunciones morfológicamente idénticas a las causales*

En la recogida de los elementos conjuntivos causales no hemos tenido en cuenta las diferencias referidas arriba en 2.1. a) y b). Así, hemos hallado, en el corpus analizado, los siguientes nexos causales, que indicamos por orden de frecuencia: *ca* (112); *porque* (65); *que* (15); *como* (1); *comoquier que* (1); *por razón que* (1); *pues* (1); *pues que* (1).

Los criterios seguidos para la determinación de las conjunciones causales pueden definirse como sintáctico-semánticos. En efecto, hemos verificado que:

- a) las conjunciones causales introducen proposiciones finitas en indicativo;
- b) estas proposiciones establecen con otras una relación semántica de causalidad.

Teniendo en cuenta estas propiedades sintáctico-semánticas, hemos excluido del estudio elementos nexuales morfológicamente idénticos a las conjunciones causales. Este el caso de:

- a) *por que*. En el texto se encuentra muy frecuentemente una forma *por que* en oraciones como:

(4) «La terçera, amádonos mucho e ffiándose mucho en nos... maguer que la nuestra hedat non era tamanna *por quel* sopiésemos conseiar según conuinie a la su nobleza...» (p. 10, l. 10-14).

- (5) «Afforáualos otrosí muy bien en darles quales ffueros e franquezas querían *por que* ouyesen sabor de poblar la tierra e guardarla» (p. 16, l. 13-15).

En los ejemplos (4) y (5) la forma *por que* está asociada a una proposición en subjuntivo. Esta propiedad sintáctica junto con la relación semántica establecida entre las proposiciones principal y subordinada — relación de finalidad — nos llevó a excluir del estudio las formas *por que* que poseían estas características.

Obsv. La edición del *Setenario* de la que hemos extraído el *corpus* (edición de K. Vanderford), ofrece grafías distintas de *porque*. Las formas que hemos clasificado como *inales* o como *relativas* aparecen en dos palabras ortográficas: *por que*; las formas *causales* están registradas gráficamente en un sólo vocablo ortográfico: *porque*. Esta distinción es coherente y no hemos hallado ninguna excepción. Sin embargo, cuando hemos examinado las láminas de los manuscritos reproducidas en el texto, hemos verificado que la forma *porque* está escrita indistintamente como *por* y *que*: esto es, en dos palabras ortográficas, sea cual sea su categoría gramatical. En la lámina I (p. 17) se puede ver en la columna derecha líneas 10 y 15 dos *por que*, *relativo* y *final*, respectivamente; en la lámina II, se hallan en la última línea de la columna izquierda y en la línea 27 de la columna derecha dos *porque* causales. La grafía de unos y otros es idéntica.

b) Asimismo, hemos excluido otra forma *por que* que puede introducir proposiciones finitas en indicativo o en subjuntivo. Estas construcciones poseen características propias de las subordinadas de relativo o de las adverbiales relativas. En unas y otras el *que* es un pronombre relativo que se refiere anafóricamente a un nombre que le precede — el antecedente. Daremos ejemplos:

- (6) «Bienaventurado es conplidamiente; ca él non ha en ssí natura *por que pueda rrecibir mengua nin desauentura*» (p. 3, l. 19-21).
- (7) «La ssegunda es que connosçer non la puede conplidamiente ssí non connosçiere ante la rrazón *por que auino*, ssí por culpa del enffermo, que la buscó ffaziendo él mismo cosas *por que ouo a enfermar...*»

Hemos encontrado un caso de *por que* que no incluimos entre las conjunciones causales, pero que no sabríamos cómo clasificar:

«La ssetena, que sson los accidentes, que quiere dezir que sson acaesçimientos de auentura que acaesçen después que la cosa es ffecha, *por que la ffaze creçer* e yr a bien o menguar e yr a mal» (p. 39, l. 9-12).

Aunque no haya concordancia entre *accidentes* y el verbo de la proposición *que la ffaze creçer*, pensamos que es posible que se trate de

una proposición de relativo. De ser así, el antecedente del relativo tanto puede ser *accidentes* como *acaescimientos de aventura*.

c) A lo largo del texto hemos registrado dos ocurrencias de *pues* y dos ocurrencias de *pues que*. Transcribiremos los cuatro casos para que puedan compararse:

- (8) «La ssesena es que *pues la moneda ha rreçibido fforma*, hanla de meter en el cunno, en que aya letras que...» (p. 44, l. 12-123).
- (9) «La ssesta manera (de despreciar los saberes) es non lo queriendo guardar *pues que lo ssaben*, e esto auyere en dos guisas: (p. 45, l. 23-24).
- (10) «... *pues de la tierra nasçien todas las cosas* de que los omnes biuën e todas las otras animalias, e a la tierra tornauan... e por ende que a ella deuyan aorar e non al. (p. 50, l. 4-9).
- (11) «Et esto duró muy grant tiempo, ffasta que vieron que non tenía pro, *pues que vieron* que todo sse auya a destroyr;» (p. 56, l. 15-17).

Los estudios de lingüística histórica (entre ellos los de García de Diego, Hanssen, Menéndez Pidal) han puesto de manifiesto que la conjunción *pues* (pues que) tiene un origen adverbial: *post*. En latín, este adverbio (o preposición) servía, inicialmente, para marcar una circunstancia de tiempo o de lugar⁽⁴⁾. Más tarde, adquirió también un valor causal. Este doble matiz temporal-causal pasó y permaneció en las lenguas románicas. Los ejemplos (8), (9), (10), (11), son un testimonio del doble carácter temporal-causal del nexo *pues*. El matiz temporal predomina, pensamos, en (8) y (9); en (10) la relación establecida por la proposición encabezada por *pues* con la principal (e por ende que...), pospuesta, parece nítidamente causal. El ejemplo (11) es más problemático. La proposición introducida por *pues que* puede ser una causal con matiz temporal. No hemos podido hallar ningún criterio sintáctico que nos ayu-

(4) Jacques Michel, *Grammaire de base du latin*, 5ª edición, De Sikkel, Anvers, 1969 (p. 212-215).

dase a clasificar, con claridad, los nexos *pues* y *pues que*. Sin embargo, y de acuerdo con nuestra interpretación semántica, hemos excluido las ocurrencias de *pues* y *pues que* de los ejemplos (8) y (9), y hemos incluido los elementos *pues* y *pues que* de los ejemplos (10) y (11).

d) 1) No hemos incluido en las conjunciones causales un nexo conjuntivo *como* que aparece en el texto con una cierta frecuencia. Este elemento *como* posee, en efecto, características distintas del *como* causal que también hemos registrado (una ocurrencia). Así, en:

(12) «Et estas desconnosçencias los ffaçían desconnoçer a Dios e non creer en él *comme deuïen...*» (p. 24, l. 15-16).

(13) «Contra natura viuïen, non se amando a sí mismos *comme deuyen...*» (p. 24, l. 28-29).

El nexo *como* de (12) y (13) introduce proposiciones consideradas adverbiales comparativas. Se pueden apreciar, en estos ejemplos, las reducciones propias de las proposiciones comparativas: omisión de los elementos idénticos a los de la proposición principal. En (12) se omite el verbo «creer» y en (13) el verbo «amar».

2) Igualmente hemos excluido el nexo *como* presente en:

(14) «Otrosí (acrecentó en la onrra) a los que eran entonçe con él; ca sopo guisar *cómmo ouyesen parte en todo el bien e el preçio e la onrra que él ganara.*» (p. 21, l. 15-17)

En efecto, *como* se construye, aquí, con una proposición en subjuntivo. El *como* causal selecciona el indicativo, como se puede ver en el único ejemplo que hemos encontrado:

(15) «Mas él, *como era de buen seso e de buen entendimiento e estaua sienpre aperçebido en los grandes ffechos, metió mientes e...*» (p. 22, l. 26-27).

El *como* del ejemplo (14) se asemeja a los nexos finales y, por esta razón, no lo hemos incluido en el estudio.

e) Hemos encontrado tres veces la conjunción *comme quier*. Los contextos en que apareció son los siguientes:

- (16) «Mas él, comme era de buen seso e de buen entendimiento metió mientes e entendió que *comme quier que ffuese bien e onrra dél e de los suyos en ffazer aquello* quel conseiauan, que non era en tienpo de lo ffazer...» (p. 22, l. 26-30).
- (17) «La quarta arte, que es de acordança, llaman música en griego. Et ésta, *comme quier que los omnes usen della en ssones e en cantares e en estrumentos*, tal es en ssí que...» (p. 34, l. 3-5).
- (18) «El entendimiento es noble cosa; ca él ffaze connosçer todas las otras... Et *comme quier que esto non pueda ffazer ssi-non sobre las cosas* que es naturalmente en alguna manera, e segunt esta rrazón la natura deuya ante sser puesta que él, pero la su nobleza pasa... Et por eso lo adelantaron los philósophos e...» (p. 26, l. 4-9).

El análisis de estos ejemplos se presenta como muy complejo. Semánticamente nos parece que hay una diferencia entre (16) y (17) por una parte, y (18) por otra. En aquellos la relación semántica se acerca a la que se verifica en las proposiciones concesivas; en este la significación nos parece más causal. Desde un punto de vista sintáctico, tanto en (16) y (17) como en (18), *comme quier* introduce una proposición en subjuntivo. Sin embargo, mientras que en (16) y (17) el subjuntivo parece ser seleccionado por la conjunción, en (18) el elemento responsable por la presencia del subjuntivo puede ser el modificador *non*. De ser así, el *comme quier* de (18) se construiría normalmente con indicativo. Esta posibilidad, junto con el matiz semántico expresado, nos ha llevado a incluir el nexo *comme quier* de (18) dentro de la lista de conjunciones causales. Hemos excluido las dos ocurrencias de *comme quier*, correspondientes a (16) y (17).

2.3. Propiedades sintácticas de las conjunciones causales

2.3.1. Los nexos conjuntivos causales hallados en el *corpus* analizado, son, repetimos, *ca*, *porque*, *que*, *como*, *commequier que*, *por razón que*, *pues*, *pues que*. Todas estas conjunciones introducen proposiciones finitas en indicativo.

Hasta ahora hemos transcrito los items conjuntivos causales junto con el elemento *que* que está asociado a la mayoría de estos nexos. Si exceptuamos *ca* y *como* todos los otros elementos, sea cual sea su origen morfológico:

por que — preposición + *que*

commequier que — locución adverbial + *que*

por razón que — grupo nominal preposicional + *que*

(*pues*) *pues que* — adverbio o preposición + *que*

se presentan enlazados con la proposición que introducen por medio de *que*. Este elemento *que* es una forma vacía de sentido cuya función principal es la de permitir la recursividad del sistema lingüístico. Los otros nexos conjuntivos, si bien se encuentran morfológicamente inmovilizados, no están completamente vacíos de sentido. Así, en una estructura oracional en la que hemos considerado que el elemento *que* introduce una proposición causal y, por tanto, le hemos atribuido la categoría gramatical de conjunción causal, el criterio adoptado ha sido fundamentalmente semántico. De hecho, es la semántica particular de los lexemas que forman la proposición principal y la proposición subordinada que indican que hay una relación de causa entre una estructura y la otra. El *que* simplemente marca la relación de dependencia de una estructura respecto a la otra. En los ejemplos:

(19) Sobreffaz es; *que* cubre e mantiene todas las cosas que él ffizo llanamiente... (p. 33, l. 26-27).

(20) Ca él es uoz de alegría, ... E sson ssabroso; *que* alegra los tristes e esffuerça los desmayados e... (p. 34, l. 23-24).

hemos clasificado el *que* como conjunción causal. Nos pareció que la relación lógica entre la proposición introducida por *que* y la principal era de causalidad. En todo caso, se trataría de causales explicativas. Otro dato importante es que la estructura *que* *Proposición* viene a continuación, y es seguida de proposiciones introducidas por *ca*. Esto es, se encuentra en un contexto causal. Se tiene la impresión (en estos y en la mayoría de los casos en los que *que* aparece sólo) de que se trata de una variante estilística. Menéndez Pidal señaló que «el romance forma conjunciones de adverbios y preposiciones, ora solos (*como*, *pues*) ora

asociados a *que* (*aunque, antes que, porque, ya que, etc*)»⁽⁵⁾. Añadiríamos que el romance forma, asimismo, conjunciones de grupos nominales-preposicionales y de formas verbales no-finitas inmovilizándolas morfológicamente (como ya ocurría en latín con relación a ciertos nombres). Por esto, creemos que en vez de decir que una conjunción causal es un elemento nexual de forma: *X-que-P* ⁽⁶⁾, es más adecuado (y más generalizador) decir que una conjunción causal es un elemento *X* que ocurre en un contexto *X que P*. Así, tendremos que enunciar de nuevo la propiedad sintáctica más general de las conjunciones causales: son ítems conjuntivos que introducen una proposición finita en indicativo enlazada con *que*. Se exceptúan, naturalmente, *ca* y *como* registrados en el corpus analizado ⁽⁷⁾. Del elemento complementador *que* diríamos que ocurre sólo debido a un borrado de la conjunción que en su lugar, o junto a él, debiera estar presente (ver adelante 2.4.3.).

2.3.2. Inducción del subjuntivo

Las conjunciones causales analizadas introducen proposiciones finitas en indicativo. No obstante, el subjuntivo puede ser inducido por un modificador. Los ejemplos siguientes ilustran este aspecto:

- (21) «... e por esso la llaman en latín Deus Deorum, ...; **non porque ssea** outro Dios *ssinon* él, mas porque los antigos llamauan a los ángeles e...» (p. 5, l. 19-21).
- (22) «Et esto (tipus) cae mucho en Dios, **non porque él mismo ssea ffigurado**, mas porque él dá ffigura a todas las cosas» (p. 6, l. 2-3).

La proposición causal modificada por *non* presenta el verbo en subjuntivo; la secuencia contrastiva que el sigue, aunque introducida por la misma conjunción, *porque*, conserva el verbo en indicativo. Tendremos, pues, que concluir que el subjuntivo no es seleccionado por la conjunción, sino que es inducido por el modificador.

⁽⁵⁾ Menéndez Pidal, R., *Manual de Gramática Histórica Española*, 15ª edición, Espasa-Calpe, Madrid, 1977 (p. 338).

⁽⁶⁾ P = Proposición en indicativo.

⁽⁷⁾ En la lengua actual, *ca* ha desaparecido, y *como* posee las dos posibilidades de construcción: *Como P* o *Como que P*.

Hemos encontrado un caso, paralelo a (21) y (22) en que el verbo se mantiene en indicativo:

- (23) «Onde la A con rrazón demuestra, ... que Dios es comienço, et la O ffin; **non** porque Dios **ouo** comienço en ssí nin puede sser acabado mas porque él da comienço e acaba-miento a todas las cosas que él ffizo» (p. 7, l. 5-8).

2.3.3. El tiempo verbal de la proposición causal

El verbo de la proposición causal se presenta, por lo general, en el mismo tiempo verbal que el de la proposición principal. Los tiempos del indicativo más abundantes son el presente, el imperfecto y el perfecto simple.

- (24) «La rrectorica, que es rrazón ffermosa e apuesta, se *entiende* por el Spíritu Ssanto; ca él *alunbra* e da color e ffermosura a todas las cosas que...» (p. 31, l. 25-27).
- (25) «E otrossí por rrazón sse *muestran* ssiete naturas que ha en ella por rrazón que *es* más noble que las otras» (p. 46, l. 13-15).
- (26) «Buen donayre *auya* otrossí; ca todos los quel oyen ffablar, o le veyen, o mostrar alguna cosa de las que el ssabía ffazer se *pagauan* dellas». (p. 12, l. 8-10).
- (27) «Estando en pie ese *mostraua* otrosí por noble omne: ca non *estaua* sinon a las sazanas que conueníe» (pp. 12-13, l. 28-1).
- (28) «Onde nos... *metiémosnos* a ffazer esta obra mayormiente por dos rrazones: la vna, porque *entendíemos* que auya ende grant ssabor; la otra, porque nos lo mandó a ssu ffinamiento...» (p. 9, l. 3-7).

Los ejemplos (24) a (28) ilustran la concordancia temporal-modal entre los verbos de la proposición principal y los verbos de la proposición causal.

Hemos anotado algunos casos en los que no hay concordancia. No obstante, no parece que haya restricciones impuestas al verbo de la proposición causal por el verbo de la proposición principal. En efecto, el tiempo verbal de la proposición causal puede ser posterior o anterior al de la proposición principal. Es lo que se verifica en los ejemplos siguientes:

- (29) «*Setenario pusiemos nonbre a este libro porque todas las cosas que en él sson van ordenadas por cuento de siete. Et esto ffue porque es más noble que todos los otros...*» (p. 25, l. 23-25).
- (30) «*Et a este (sol) llamauan los gentiles padre porque cría todas las cosas*» (p. 60, l. 4-5).
- (31) «*Tueno es otrosí; ca el ssu spíritu fformó las uozes de todos los ssaberes*» (p. 34, l. 29-30).
- (32) «*Otrossí es la primera cosa; ca todas las cosas ouyeron comienço dél, ...*» (p. 39, l. 14-15).

2.3.4. Posición de la proposición causal con relación a la principal

La proposición introducida por una conjunción causal puede estar antepuesta, inserta (en) o pospuesta a la proposición principal:

- Anteposición:* (33) «*Et a ésta (la tierra) aorauan primero algunas gentes por sser entendimiento, que era tal que pues de la tierra nascien todas las cosas... e por ende que a ella deuyan aorar e non al*» (p. 50, l. 3-9).
- Insertión:* (34) «*Mas él, commo era de buen seso... metió mientes e...*» (p. 22, l. 26-27).
- Posposición:* (35) «*Otrossí es con derecho llamado concordança ca él ffaze acordar todas las cosas, ...*» (p. 36, l. 16-17).

La posición más frecuente de la causal, con respecto a la principal, es la posposición.

Obs. a) La conjunción *porque*, que en el español actual sólo puede introducir proposiciones pospuestas⁽⁸⁾ es susceptible de ocurrir, en el español del siglo XIII, en posición antepuesta:

- (36) *Et porque esta obra non es tan firme como de la que husa el cuerpo quando non duerme, et por esso ssuennan muchas cosas, ...* (p. 48, l. 16-18).

b) La conjunción *como*, en la lengua moderna, solo puede introducir primeros miembros⁽⁹⁾. Sin embargo, en el ejemplo (34) está inserta en la principal.

2.4. La proposición causal en el seno de la oración compleja

2.4.1. En una oración compleja en la que existan varias proposiciones sintácticamente dependientes de una proposición subordinante, la proposición causal puede relacionarse directamente con la principal o depender de otra subordinada. Es lo que se verifica en los siguientes casos:

- (37) «Et assí muestran estas letras que Dios es vuno e carrera derecha para yr las cosas, e *que es comienço e acabamiento de todo; ca por él se comiençan e sse acaban, ...*» (p. 32, l. 25-28).
- (38) «Ayre es el terçero elemento, *que quier dezir ssotil alunbrador; porque alunbra todas las cosas e amuestra las colores dellas* (p. 52, l. 19-20).

en (37) la causal está en la dependencia de la subordinada sustantiva, objeto directo del verbo de la proposición principal — *mostrar*; en (38), la causal está subordinada a la proposición de relativo *que quiere dezir ssotil alunbrador*.

(8) Lapesa Melgar, R., *Sobre dos tipos de subodinación causal*, in *Estudios ofrecidos a Emilio Alarcos Llorach*, Universidad de Oviedo, 1978, p. 184.

(9) Lapesa Melgar, R., *op. cit.*, p. 184.

Por otra parte, la proposición causal puede, a su vez, ser subordinante de otra proposición, como ocurre en los ejemplos siguientes:

- (39) «*ca sy el fisico la bien connosçe, non puede sser que non conosca con qué la ha de toller*» (p. 36, l. 28-30).
- (40) «*ca bien assí como el enfermo que ha la ffiebre, e mayormente en la cabesça, sse le antoian muchas cosas que non sson assí, ...*» (p. 48, l. 1-3).

En (39) la proposición causal es la subordinante de la proposición condicional, por una parte, y de la proposición sustantiva por otra. En (40) es una adverbial relativa comparativa y una proposición de relativo las que están en la dependencia directa de la proposición causal.

Este dominio de la subordinación, presente en todo el *Setenario*, confiere al texto una complejidad sintáctica y semántica notables.

2.4.2. La proposición causal aparece frecuentemente anunciada o reforzada con la principal por medio de *por ende*, *por eso* y, alguna vez, por *onde por*. Daremos algunos ejemplos:

- (41) «*Por ende contra cabo de sus días diól a ganar la ciudat de Sseuilla... porque él acreçentaua la ssu ffe e ensalcaua el su santo nonbre*» (p. 16, l. 24-28).
- (42) «*Onde por todas estas rrazones le dió Dios al rrey don Ffernando e porque quiso que cunpliese y ssus días muy onrradamiente...*» (p. 20, l. 18-19).
- (43) «*Et por esso le llamaron a Dios Ssol de justiçia porque alunbra e escalienta toda cosa*» (p. 5, l. 30-31).
- (44) «*Et porque esta obra non es tan ffirme como de la que usa el cuerpo quando non duerme, et por esso ssuennan muchas cosas*» (p. 48, l. 16-18).
- (45) «*Et porque esto non puede omne uer ssinon en dos ssazones... et por ende los que asacauan creençias e ssectas e opiniones de tales visiones como ésta, bien se puede entender que non era rraygado el ssuennno...*» (pp. 48-49, l. 30-7).

Este procedimiento era frecuente en latín; la subordinada causal era, muchas veces, anunciada o retomada en la principal por medio de un adverbio, *eō*, *ideirēō*, *proptereā*, o por medio de una locución semejante, *ob eam*, *causam* ⁽¹⁰⁾. García de Diego ⁽¹¹⁾ se refiere a este aspecto diciendo «Nuestra lengua conserva diversas fórmulas relativas con antecedente, análogas a las latinas *eo quod ideo quia*, etc».

En este estudio no hemos analizado debidamente este fenómeno. Así, no estamos en condiciones de afirmar si las fórmulas indicadas — *por ende*, *por eso*, etc, son formas deícticas neutras o si non «fórmulas relativas con antecedente» como refiere García de Diego. Quizá queden en ellas vestigios de los dos aspectos.

2.4.3. Cuando en el texto aparecen varias proposiciones causales yuxtapuestas, es frecuente que la conjunción causal sea sustituida por *que* con valor causal, como, a continuación, se ejemplifica:

- (46) «Cerco rredonde e egual es otrossí; *ca* él tiene ençerradas en ssí todas las cosas e ninguna non puede ende ssalir. Sobreffaz es; *que* cubre e mantiene todas las cosas... (p. 33, l. 25-27).
- (47) «... desta arte sse muestra otrossí Dios. *Ca* él es uoz de alegría, ... E sson ssabroso; *que* alegra los tristes e... (p. 34, l. 22-24).
- (48) «Et argente biuo pusieron a Mercurio, *porque* ha aparçería con cada vno de los otros metales; *que* con los vnos sse ffaze bueno e con los otros se danna...» (p. 40, l. 20-22).
- (49) «... quier dezir ssotil alunbrador; *porque* alunbra todas las cosas e amuestra las colores dellas. Et demás *que* por él buelan las aues e...» (p. 52, l. 19-21).

Estos ejemplos vienen a apoyar lo que anteriormente habíamos referido en 2.3.1. El *que* aparece como un sustituto de la conjunción y es el contexto el que le confiere su valor gramatical.

⁽¹⁰⁾ Jacques Michel, *op. cit.*, p. 281.

⁽¹¹⁾ García de Diego, V., *Gramática histórica española*, Gredos, Madrid, 1951, pp. 292-293.

2.4.4. Bajo coordinación de proposiciones causales, la conjunción causal que debiera introducir la estructura coordinada se omite:

- (50) «Por cuenta es otrossí connessido; *ca* él es comienço e acabamiento de todos los cuentos e ($ca \rightarrow \emptyset$) en el sse encier-
ran, ssegunt dixo...» (p. 36, l. 11-13).
- (51) «Otrossí es con derecho llamado concordança; *ca* él fazze
acordar todas las cosas, ... e ($ca \rightarrow \emptyset$) da paz conplida...»
(p.36, l. 16-18).
- (52) «Otrossí es la primera cosa; *ca* todas las cosas ouyeron
comienço dél, e ($ca \rightarrow \emptyset$) él ffu el primero de todas ellas
e ($ca \rightarrow \emptyset$) sserá el postremero» (p. 39, l. 14-16).

Las estructuras coordinadas de los ejemplos (50), (51) y (52) son semánticamente causales. Sin embargo, dado que la conjunción causal fue omitida, nos aparecen como coordinadas a la proposición causal.

3. Conclusiones

En el trabajo precedente hemos hecho un estudio descriptivo de las conjunciones causales en el *Setenario* de Alfonso X. Esta descripción está basada en el análisis de un *corpus* en el que hemos registrado todas las ocurrencias de conjunciones causales en las Leyes I a XXX de dicha obra alfonsí. Analizado el *corpus*, hemos verificado que una conjunción causal es un elemento nexual que enlaza proposiciones en las que se establece una relación lógico-semántica de causalidad, y que introduce una proposición finita en indicativo. Estos rasgos sintáctico-semánticos oponen las conjunciones causales a otros elementos igualmente conjuntivos (algunas veces morfológicamente idénticos: ej. *porque* y *como*), pero que no comparten con ellas estas propiedades. Hemos observado algunos casos en los que las conjunciones causales estaban asociadas a proposiciones en subjuntivo. No obstante, creemos haber demostrado que ello no era debido a la conjunción en causa, sino a la presencia del modificador *no* que afectaba a toda la estructura oracional.

Con excepción de la conjunción *ca*, todas las conjunciones causales, halladas en el *corpus*, poseen origen adverbial, *como*, *commo quier*, *pues*, o preposicional (nominal-preposicional) *porque*, *por razón*. Estas conjun-

ciones introducen, repetimos, proposiciones finitas en indicativo, enlazadas con *que* (se exceptúan *ca* y *como*). Del elemento *que*, que aparece aislado en el texto con valor causal, hemos dicho que su presencia se debía a una transformación que borraba la conjunción que junto a él o en vez de él, debiera estar presente. No hemos encontrado vestigios de conjunciones formadas sobre formas verbales.

Los matices semánticos de los enunciados causales nos han llevado a considerar la existencia de dos tipos de proposiciones causales: un primer tipo en el que la proposición causal expresa la causa del hecho referido en la proposición principal; un segundo tipo en el que la proposición causal constituye una especie de aposición explicativa de los hechos expresados en la proposición principal. Estas características semánticas no parecen estar correlacionadas con propiedades sintácticas específicas de uno u otro grupo. En efecto, las conjunciones causales más frecuentes, *ca* y *porque*, pueden introducir proposiciones que mantienen con la proposición principal uno u otro tipo de relación semántica sin que ello afecte las características sintácticas de la proposición por ellas introducida. Dado que nuestros conocimientos actuales no nos han permitido profundizar en el asunto, hemos dejado este problema a nivel de conjetura. Estudios posteriores de carácter explicativo podrán clarificar este y otros aspectos que en este trabajo tan sólo han sido mencionados. Un estudio comparativo con el español actual podría, asimismo, aportar datos interesantes para la clarificación de determinados fenómenos ⁽¹²⁾.

(12) Era nuestra intención inicial hacer un estudio comparativo del comportamiento lingüístico de las conjunciones causales en el *Setenario* y en la actualidad. Sin embargo, la extensión del presente trabajo nos obligó a postergar la realización de este proyecto.

BIBLIOGRAFÍA

- ALARCOS LLORACH, E. *Estudios de gramática funcional del español*, 2ª edición, Gredos, Madrid, 1978.
- ALCINA FRANCH, G. y BLECUA, J. M. *Gramática española*, Ariel, Esplugues de Llobregat, 1975.
- ALONSO, A. y HENRÍQUEZ UREÑA, P. *Gramática castellana*, 25ª edición, Buenos Aires, 1975.
- BELLO, A. y CUERVO, R. *Gramática de la lengua castellana*, 9ª edición, Sopena, Buenos Aires, 1973.
- BIERWISCH, M. *On Classifying Semantic Features*, in *Semantics*, Ed. Steinberg, D. y Jacobovits, Cambridge University Press, London and New York, 1974.
- BLOOMFIELD, L. *Le langage*, Payot, Paris, 1970.
- CARRILLO HERRERA, G. *Estudios de Sintaxis. Las oraciones subordinadas*, in B. F. U. Ch., TXV, 1963.
- CHOMSKY, N. *Questions de Sémantique*, Editions du Seuil, Paris, 1975.
- DUBOIS, J. *Grammaire structurale du français: la phrase et les transformations*, Larousse, Paris, 1969.
- DUCROT, O. *Car, parce que, puisque*, in *Revue Romane*, T. X. II, 1975.
- GARCÍA DE DIEGO, V. *Gramática histórica española*, Gredos, Madrid, 1951.
- GILI y GAYA, S. *Curso Superior de Sintaxis Española*, 13ª edición, Vox, Barcelona, 1980.
- GROSS, M. *Méthodes en Syntaxe*, Herman, Paris, 1975.
- «La Notion d'Aspect», *Recherches Linguistiques*, Centre d'Analyse syntaxique de l'Université de Metz, 1978.
- GUTIERREZ, M. L. *Estructuras sintácticas del español actual*, Sociedad General Española de Librería, Madrid, 1978.
- HANSEN, F. *Gramática histórica de la lengua castellana*, Ediciones Hispano-Americanas, Paris, 1966.
- HARRIS, Z. *Mathematical Structures of Language*, John Wiley, New York, 1968.
- Notes du Cours de Syntaxe*, Editions du Seuil, Paris, 1976.
- LAPESA MELGAR, R. *Historia de la lengua española*, 8ª edición, Gredos, Madrid, 1980.
- «El, la, lo como antecedente de relativo en español», prólogo a Marcos Marín, F., *Aproximación a la Gramática española*, Madrid, Cincel, 1980.
- «Sobre dos tipos de subordinación causal», *Estudios ofrecidos a Emilio Alarcos Llorach*, Universidad de Oviedo, 1978.

- LÓPEZ, M. L. *Problemas y métodos en el análisis de preposiciones*, Gredos, Madrid, 1970.
- MENÉNDEZ PIDAL, R. *Manual de Gramática histórica española*, 15ª edición, Espasa-Calpe, Madrid, 1977.
- MARCOS MARIN, J. *Aproximación a la Gramática española*, 3ª edición, Cincel, Madrid, 1980.
- MICHEL, J. *Grammaire de base du latin*, 5ª edición, Editions De Sikkel, Anvers, 1969.
- QUIRK, R. y GREENBAUM, S. *A University Grammar of English*, Longman, Londres, 1973.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*, Espasa-Calpe, Madrid, 1973.
- SANDFELD, Kr. *Syntaxe du Français Contemporain — les propositions subordonnées*, Droz, Genève, 1965.
- SECO, R. *Manual de gramática española*, 6ª edición, Aguilar, Madrid, 1963.

GLOSSÁRIO DA «VIDA E FEITOS DE JÚLIO CÉSAR»

(Tradução portuguesa quatrocentista de «Li Fet des Romains»)

(Continuação)

MARIA HELENA MIRA MATEUS

(LISBOA)

E

E, conj. 'e': «Catavultus era rei daquela parte da terra que era antre Muessa e o Rio, e fora em conselho da morte da ligiom; e era ja de tam grande hidade que lhe parecia grave cousa de fogir e mais de pelejar. E começou de aver manancoria d'Ambeoris», II, 17, § 3, 3-4.

[ÊADER], v. tr. 'acrescentar, ajuntar': «Mais tanto eadeo Subtonio que, quando ele passou aquele braço de mar, ele enviara ja sua hoste», III, 15, § 55, 2.

EDIFICAR, ver *bedeficar*.

EDEFICIOS, HEDEFICIOS, HEDIFICIOS, s. pl. 'edificações fortificadas': «nem queriam que fizessem grandes *edeficios*», II, 16, § 2, 3. *bedeficios*, «nós queimemos todolos castelos e *bedeficios*», II, 18, § 15, 4. *bedifícios*, «e queimou-lhes todolos *bedifícios* que lhes acharom no encalço», II, 10, § 16, 2. (8)

EDILE, EDILOS, s. m. 'edil': «avia outras (dignidades) mais pequenas assi como tribum, questor, *ediles*», I, 1, § 4, 1. *edilos*, «e este fora companheiro de Julio Cesar quando Julio fora *edilos*», I, 9, § 4, 1. *ediles*, «todolos officios e todolas cousas de Roma, assi come o numero dos senadores, dos patricios, dos pretores, dos *ediles*», IV, 1, § 5, 1. (6)

EFEITO, s. m. 'efeito, consequência': «nom embargando que esta sua vootade nom ouvesse depois seu *efeito*», III, 15, § 25, 4.

EGICIAAO, s. m. 'egípcio': «Algũu *egiciāao* lhe faz este serviço», III, 14, § 10, 2.

EGOA, s. f. 'égua': «A segunda he a que nace de cavalo e de asna, d'asno e de *egoa*», III, 1, § 13, 3. *egoas*, «matavam as *egoas* e outras bestas femeas», III, 6, § 12, 1. (3)

[EIXO], s. m. 'eixo': *eixos*, «El britou em aquel triumpho os *eixos* do seu carro», IV, 1, § 1, 4.

EL, ELE, pron. pes. 'ele': «El britou (...) os eixos do seu carro», IV, 1, § 1, 4. *ele*, «Duas vezes faleceo *ele* em seus feitos de praça», IV, 2, § 1, 1. *eles*, «por saber se per *eles* poderia recobrar as outras cidades», II, 18, § 91, 4. *ela*, «As outras gentes que ficaram com *ela*», III, 13, § 19, 9. *elas*, «pera pelejar em *elas*», III, 5, § 9, 1. *dele*, «levavam grande lume arredor *dele*», IV, 1, § 1, 4. *deles*, «Hũu *deles* avia nome Mistones», III, 4, § 2, 4. *dela*, «Ao pee *dela* avia hũu mui alto esteo», III, 4, § 2, 5. *delas*, «os cabos *delas* estavam atados», III, 7, § 3, 3.

ELAMENTOS, HELAMENTOS, s. pl. 'os elementos: terra, água, ar e fogo': «Parecia que os *elamentos* nom podiam sofrer a grande dor», III, 12, § 13, 1. *helamentos*, «os *helamentos* e todo o mundo vos será mais manso», III, 13, § 5, 5. (2)

ELEGANTE, adj. 'elegante': «Soomente poemas aqui as sentenças de Julio Cesar e Catam por seerem em *elegante* estilo», I, 8, § 1, 2. (2)

ELMO, s. m. 'elmo': «ferirom-lhe sobre o *elmo* e sobre o escudo assi como em hũa fragoa», II, 12, § 21, 4. *elmos*, «cavalos brancos com *elmos* d'ouro», I, 6, § 3, 3. (64)

ELO, pron. ind. 'isso': «per hũa ponte de naaos que per *elo* foram ajuntadas», II, 2, § 11, 2; «Piso ferira hũu homem por dinheiros que lhe devia, e Julio Cesar julgou que perdesse os dinheiros por *elo*», I, 7, § 2, 2. *delo*, «poderia *delo* viir hũu grande mal», I, 8, § 39, 25.

EL-REI, ver *rei*.

EM, prep. 'em': «ouveram batalha, *em* a qual Arristobulus foe vencido», I, 10, § 10, 1; «os senadores departissem *em* cada hũu ano», I, 9, § 11, 1; «tu averás toda a terra *em* tua mão», I, 5, § 3, 8; «sua companha o escutava *em* chorando», III, 7, § 6, 1. *em dereito*, «No qual espaço fez Cesar fazer *em dereito* da passagem hũu muro», II, 2, § 7, 2. *em fim*, «Mais *em fim* eles foram desbaratados», II, 4, § 27, 5. *em pós*, «Cesar mandou seus cavaleiros *em pós* eles», II, 18, § 90, 7. *em quanto*, «*em quanto* ela teve o olho descuberto», III, 4, § 3, 8. *em tanto*, «E foe *em tanto* que el-rei ouve maa nomeada dele», II, 3, § 1, 3.

[EMBAÇAR], v. intr. 1. 'enganar, embaçar (fr. *embraser*)': «*Embaçavam* em tal guisa, Tholomeu e Cleopatra, os corações de seus ospedes», III, 15, § 18, 2. 2. 'embaçar, perder a força (fr. *chanceler*)': «Cota, que era estorgido do primeiro golpe, *embaçou* e caio no mar», III, 2, § 13, 3. (2)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *embaçavam*, III, 15, § 18, 2.

ind. perf. 3p. *embaçou*, III, 2, § 13, 3.

Ver *embelecar*.

EMBALDE, adv. 'debalde': «Senhores, *embalde* vos trabalhaes de me salvar a vida», II, 18, § 2, 7.

EMBARCAR; v. intr. 'embarcar': «ho porto onde avia de *embarcar*», III, 13, § 1, 1.

[EMBARGAR], v. intr. 'obstar': «Pero, *nom embargando* sua morte, os Clutões nom mudaram o proposito», II, 2, § 4, 1; «E, *nom embargando* todo esto, Cesar pôs certas enculcas», II, 2, § 19, 8. (6)

EMBAIXADA, s. f. 'missão de embaixador': «Cleopatra aderençou mui pouco com Cesar per suas palavras, mais sua graça e fremosura acabaram sua *embaixada*», III, 15, § 16, 1.

[EMBARRAR], v. tr. 'bater contra, enfiar (por extensão)': «ca lhe deu tal golpe pola cabeça que lhe *embarrou* a espada ataa o miolo», III, 17, § 6, 2.

EMBELECAR, v. intr. 'cambalear (fr. *chanceler*)': «com o braço seestro e com o escudo de guisa que o fez *embelecar*», III, 18, § 11, 2. Ver *embaçar*.

EMBEVEDADO, adj. 'embebedado, toldado': «Potem, seendo *embevedado* em grande malicia», III, 15, § 25, 2. *embevedados*, «de tal guisa andavam *embevedados* e vencidos de cobiiça», III, 15, § 27, 4 (2)

EMBIIGO, s. m. 'umbigo': «ferio Argus (...) a dereito do *embiigo*, e passou-lhe as tripas», III, 5, § 21, 4; «ali era o meio do mundo e chamava-se o *embiigo* da terra», III, 9, § 4, 3. (5)

EMBOORA, adv. 'embora': «mandou a Cotus que se fosse *emboora*», II, 18, § 35, 3.

EMBORILHAR, ver *emburilhar*.

EMBRAÇAMENTOS, s. pl. 'braçaduras': «Vasilio o empuxou per tal força que lhe quebrou os *embraçamentos* do escudo», III, 19, § 14, 4.

[EMBRAÇAR], v. tr. 'sobraçar': «Curio nom ouve vagar de folgar; e sobio no muro, e tirou a espada e *embraçou* seu escudo», III, 2, § 4, 4; «Gaios tiinha hũa maça d'aceiro e ferio-o com ela, e outro com a espada, tanto que o *embraçarom* sobre o colo do cavallo», III, 12, § 36, 2 (3)

Formas verbais:

- ind. perf. 3p. *embraceou*, III, 2, § 4, 4.
6p. *embracaram*, III, 12, § 36, 2.

EMBUÇADO, adj. 'embuçado': «era *embuçado* com hũu mantam que chamam 'paludanter', III, 15, § 57, 4.

[EMBURILHADO], [ENVURILHADO], adj. 'embrulhado': *emburilhados*, «os navios que eram *emburilhados* e atados», III, 15, § 47, 4. *emburilhada*, «a cabeça de Pompeio que ele trazia bem *emburilhada* em cendal», III, 15, § 5, 3. *envurilhada*, «*envurilhada* em hũu pano de sirgo», III, 12, § 38, 3. (3)

[EMBURILHAR], [EMBORILHAR], [ENVURILHAR], v. tr. 'embrulhar': «*emburilhou* a cabeça de hũu pano negro», III, 12, § 8, 1; «começou de viinr hũu grande vento d'escontra oucidente e *emborilhou* todo o mar», III, 10, § 14, 1; «el *envurilhou* sua cabeça com sua saia», IV, 3, § 4, 6. (5)

EMENDA, s. f. 'emenda, correcção': «Os mais deles sòm cidadãaos e ainda podem fazer *emenda*», III, 11, § 23, 4; «receber fruto de honra e victoria e *emenda* dos grandes trabalhos que receberam», II, 18, § 29, 1 (6)

EMENDAMENTO, s. m. 'acto de emendar': «se virtude e honestidade, per *emendamento*, crece de melhor em melhor no homem que a ama», III, 14, § 30, 3.

EMENDAR, ÊMENDAR, v. tr. 'emendar, modificar': «*êmendaae* vossos feito o melhor que poderdes», III, 15, § 8, 9; «se este fogo he peqeuno, perdoame tu que o nom posso *emendar*», III, 13, § 25, 5 (15)

Formas verbais:

- ind. imp. 3p. *emendava*, II, 18, § 5, 5.
ind. perf. 3p. *emendou*, I, 10, § 8, 2.
imper. 2p. *êmendaae*, III, 15, § 8, 9.
inf. imp. *emendar*, III, 10, § 1, 3.

EMIIGO, ver *imiigo*.

EMPACHADO, adj. 'impedido': «tiinham o caminho *empachado* por hũu maaos passo que em ele avia», III, 14, § 18, 3.

EMPACHAR, I. v. tr. 'impedir': «nom avia hi quem ho *empachar* aa sua entrada», III, 15, § 28, 2; «mais Suane, que tragia o coração grosso e o braço forte, o *empachou* per tal virtude qu'o derribou», II, 13, § 6, 8. 2. v. refl. 'privar-se': «dizia-lhes que se nom *empachassem* de matar a gente meuda», III, 12, § 39, 5. (8)

Formas verbais:

- ind. imp. 3p. *empachava*, II, 6, § 6, 1.
 6p. *empachavam*, III, 13, § 23, 6.
 ind. perf. 3p. *empachou*, II, 13, § 6, 8.
 conj. imp. 6p. *empachassem*, III, 12, § 39, 5.
 inf. imp. *empachar*, III, 15, § 28, 2.

EMPACHO, s. m. 'impedimento, estorvo': «foe-se contra os Menapões com cinco ligiões bem armadas, sem *empacho* de carriagem», II, 44, § 5, 4.

EMPEÇOENTADO, [EMPOÇOENTADO], adj. 'envenenado': «ele nom foi *empeçoentado* mais caio morto de golpe», III, 14, § 41, 3. *empeçoentados*, «os dentes dela som *empeçoentados*», III, 14, § 33, 2. *empeçoentadas*, «suas espadas foram *empeçoentadas*», III, 14, § 44, 7. (5). Ver *apeçoentado*.

EMPEÇOENTAR, v. intr. 'envenenar': «Vence e *empeçoenta* a seu irmão», III, 15, § 26, 4. (6)

Formas verbais:

- ind. pres. 3p. *empeçoenta*, III, 15, § 26, 4.
 ind. perf. 3p. *empeçoentou*, III, 18, § 27, 5.
 6p. *empeçoentaram*, III, 18, § 4, 6.
 inf. imp. *empeçoentar*, III, 14, § 43, 2.

EMPEECEDOR, adj. 'que prejudica, que estorva': «grande e nojoso *empeecedor*», III, 15, § 26, 9.

EMPEECER, EMPEENCER, v. tr. 'prejudicar, estorvar': «tardança sempre *empeece* aos que estam acerca de acabar seus feitos», III, 1, § 6, 6; «fazia-lhe grande proveito a agua, que lhe guardava a hoste de huu cabo, que seus imligos nom lhe podiam *empeecer*», II, 4, § 5, 5. (30)

Formas verbais:

- ind. pres. 3p. *empeece*, III, 1, § 6, 6.
 6p. *empeecem*, III, 12, § 39, 5.
 ind. imp. 3p. *empeecia*, II, 17, § 7, 1.
 6p. *empeeciam*, II, 4, § 22, 2.
 cond. 3p. *empeeceria*, II, 6, § 7, 3.
 6p. *empeeceriam*, III, 14, § 44, 7.
 inf. imp. *empeecer*, II, 4, § 5, 5.
empeencer, III, 1, § 2, 7.

EMPEECIMENTO, s. m. 'prejuízo': «nom queria que Pompeo ouvesse vagar de aver novo conselho que se lhe tornasse em *empeecimento*», III, 2, § 9, 2. (4)

EMPEENCER, ver *empeecer*.

[EMPEIORAR], v. intr. 'piorar, prejudicar': «as maas palavras e suas obras *empeiorarom* muito aa derradeira», IV, 2, § 31, 1. (2)

Formas verbais:

ind. perf. 6p. *empeiorarom*, IV, 2, § 31, 1.

conj. pres. 3p. *empeiore*, III, 1, § 20, 6.

EMPERADOR, s. m. 'imperador': «Domicio, o dezeno *emperador*», Prol. § 3, 2. *emperadores*, «sojugados aos *emperadores* de Roma», III, 12, § 46, 4. (10)

EMPERIO, s. m. 'império': «parecia grande vergonha, a ele e ao *emperio* romãao», II, 3, § 4, 5. (6)

EMPERO, conj. 1. 'porém': «hũa das principaaes cidades de França a que chamam Paris—*empero* ainda nom era tam grande como agora he», II, 18, § 59, 1. 2. *empero* que 'ainda que': *empero* que os archeiros e bees-teiros de Pompeio matavam muitos da abobeda de cima do templo», I, 10, § 16, 7.

EMPOÇOENTADO, ver *empeçoentado*.

EMPOÇOENTAR, ver *empeçoentar*.

[EMPRENHAR], v. intr. 'engravidar': «hũa molher dorme com dez homêes, ou com vñte, e quando *emprenha* nom sabe de qual deles he», II, 18, § 19, 2.

EMPRESTADO, adj. 'emprestado': «entendendo que o que os homêes aviam nom era senom *emprestado*», Prol., § 2, 5. *emprestada*, «tiinha a primeira legiom *emprestada* a Cesar», II, 22, § 7, 1. (3)

EMPRESTAR, v. tr. 'emprestar': «negava hũa divida a hũu que lhe *emprestou* seu aver», I, 3, § 3, 4. (3)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *emprestou*, I, 3, § 3, 4.

ind. mperff. 3p. *emprestara*, III, 2, § 2, 5.

EMPUXAR, v. tr. 'empurrar, puxar': «el *empuxou* o corpo com o pee de guisa que o derribou na praça», III, 18, § 9, 1; «ele ho leixou e começou de o *empuxar* dos braços», III, 13, § 23, 6. (4)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *empuxou*, III, 18, § 9, 1.

inf. imp. *empuxar*, III, 13, § 23, 6.

ENCALÇAR, v. tr. e intr. 'alcançar': «os cavaleiros Romãos (...) os *encalçaram* com os dardos e espadas», II, 6, § 13, 5; «quem hoje, asinha achará quem o *encalce*», III, 15, § 10, 3; «E assi eram os Romãos em peritigo fogindo ou *encalçando*», II, 11, § 16, 1. (18)

Formas verbais:

ind. imp.	6p. <i>encalçavam</i> , II, 8, § 15, 2.
ind. perf.	3p. <i>encalçou</i> , II, 3, § 11, 7. 6p. <i>encalçaram</i> , II, 6, § 13, 5.
cond.	6p. <i>encalçariam</i> , II, 12, § 11, 3.
conj. pres.	3p. <i>encalce</i> , III, 11, § 10, 3.
inf. imp.	<i>encalçar</i> , II, 20, § 11, 2.
ger.	<i>encalçando</i> , II, 11, § 16, 1.

Ver *acalçar* e *percalçar*.

ENCALÇO, s. m. 'encalço, pegada, rasto': «queimou-lhes todolos hedeñcios que lhes acharom no *encalço*», II, 10, § 16, 2; «Cesar nom quis que lhe seguissem muito o *encalço*», II, 12, § 29, 2; «o logar era em alto do *encalço* e era peritigoso», II, 11, § 15, 2. *encalços*, «seguiam melhor seus *encalços* com mais sageza», II, 20, § 7, 3. (27)

ENCAMINHAMENTO, s. m. 'orientação, condução': «o soberbo poboo que prestes era a todo arroido polo *encaminhamento* d'Arristobulus», I, 10, § 19, 1. (2)

ENCAMINHADO, adj. v. 'orientado': «achou hūu guiador per cuja ensinança foi *encaminhado*», III, 1, § 1, 5. *encaminhados*, «estavam *encaminhados* pera pelejarem», III, 15, § 27, 10. *encaminhada*, «sua frota foi metida no alto mar e *encaminhada* a esta passagem», III, 14, § 19, 2. (3)

ENCAMINHAR, v. intr. 1. 'orientar, dirigir': «desesperaaes de minha virtude ou de meu siso por vos nom *encaminhar?*», II, 3, § 11, 3; «todos aviam gram desejo de chegar a sua morte segundo fortuna os *encaminhava*», III, 12, § 14, 4. 2. 'caminhar, dirigir-se': «*encaminhou* contra a cidade», III, 5, § 4, 1; «Litagitom tomou os dez mil homões e *encaminhou* contra a hoste de Cesar», II, 18, § 40, 1 (30)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>encaminhava</i> , III, 12, § 14, 4.
ind. perf.	3p. <i>encaminhou</i> , III, 5, § 4, 1. 6p. <i>encaminharom</i> , II, 6, § 13, 2.
inf. pes.	3p. <i>encaminhar</i> , II, 3, § 11, 3.
inf. imp.	<i>encaminhar</i> , III, 12, § 28, 1.

ENCANTADOR, s. m. 'feiticeiro': «nem hūu *encantador* nom te poderá ja mais esconjurar», III, 12, § 10, 4. *encantadores*, «muitos *encantadores* e sor-teiros», III, 12, § 2, 4. (3)

ENCANTAMENTO s. m. 'feitiçaria, encantamento': «sabia hũa maneira de *encantamento*», III, 12, § 5, 2. *encantamentos*, «matavam outras serpentes per seus *encantamentos*», III, 12, § 4, 4 (11)

[ENCANTAR], v. tr. 'encantar': «mesturava peçonha com çumo de hervas, e *encantava* o logar», III, 12, § 6, 2. (2)

[ENÇARCAR], v. tr. 'cercar': «por costringer os Denois que eram espargidos na ribeira de Tace (...) e *ençarcá-los*», IV, 1, § 8, 7.

[ENCARCERAR], v. tr. 'encarcerar': «Tholomeu *encarcerara* hi suas duas irmãs», III, 15, § 50, 2.

[ENCARECER], v. tr. 'encarecer, tornar-se difícil (?)': «o tempo *encarecia* e o pam mingua», II, 17, § 15, 1.

ENÇARRADO, adj. v. 'encerrado': «quando o donzel se sentio *ençarrado* dentro», III, 19, § 19, 1. *ençarrados*, «somos *ençarrados* em periigos de todas partes», I 8, § 40, 38. (24)

ENÇARRAMENTO, s. m. 'prisão': «com os dentes morde a travessa da madeira de seu *ençarramento*», III, 15, § 32, 2.

ENÇARRAR, v. tr. 'encerrar, prender': «o *ençarrava* na torre com gente», III, 15, § 56, 2. (14)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>ençarrava</i> , III, 15, § 56, 2.
ind. perf.	6p. <i>ençarrarom</i> , II, 20, § 8, 1.
conj. imp.	6p. <i>ençarrassem</i> , III, 19, § 3, 2.
cond.	3p. <i>ençarraria</i> , III, 11, § 4, 1.
ind. mperfv. comp.	6p. <i>tiinhem ençarrados</i> , II, 21, § 24, 5.

ENCARREGO, s. m. 'encargo': «os que ficavam hũu ano em suas casas aviam *encárrego* de guardar a terra», II, 8, § 1, 3. (10)
Ver *cárrego*.

ENCAVALGADO, adj. 'cavalgado, montado': «este que foi *encavalgado* foi ferir Phelipe», III, 18, § 10, 2. *encavalgados*, «segui-o com hũus poucos de cavaleiros *encavalgados*», II, 22, § 4, 1. (2)

ENCENÇO, s. m. 'incenso': «nom averá balsamo nem *encenço*», III, 13, § 24, 2. *encenços*, «lançou hi *encenços* e sacrificios», III, 15, § 4, 1. (5)

ENCHER, l. v. tr. 'encher': «*encherom* barris d'enxufre e d'algodram», II, 21, § 27, 1; «*enchi* duas casas de filhos», III, 1, § 22, 8. 2. v. intr. 'encher, aumentar': «o mar entrava quando *enchia*», III, 15, § 50, 3. (32)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>enche</i> , III, 1, § 9, 3.
ind. imp.	3p. <i>enchia</i> , III, 15, § 50, 3. 6p. <i>enchiam</i> , III, 12, § 17, 2.
ind. perf.	1p. <i>enchi</i> , III, 1, § 22, 8. 6p. <i>encherom</i> , II, 18, § 81, 2. 6p. <i>encheram</i> , II, 18, § 87, 3.
ind. mqperf.	3p. <i>encherà</i> , III, 15, § 56, 3.
conj. imp.	2p. <i>enchesse</i> , III, 12, § 28, 5. 3p. <i>enchesse</i> , III, 6, § 6, 4.
conj. fut.	5p. <i>encherdes</i> , III, 4, § 2, 9.
inf. imp.	<i>encher</i> , I, 10, § 16, 1.

ENCHIMENTO, s. m. 'recheio': «enchiam por fundo de terra e de pedras de guisa que o *enchimento* chegava acima do muro», II, 18, § 25, 1.

[ENCLINAR(SE)], v. refl. 'inclinar-se, sujeitar-se': «nom *se enclinava* a nem hũu torto por amor nem por malquerença», I, 8, § 43, 9. (2)

ENCOBRIR, ENCUBRIR, v. tr. 'encobrir, esconder': «que nehũa cousa nom me *encubras*», III, 12, § 10, 5; «mandou aos principes que o ajudassem a *encubrir*», II, 18, § 30, 3. (12)

Formas verbais:

conj. pres.	2p. <i>encubras</i> , III, 12, § 10, 5.
inf. imp.	<i>encubrir</i> , II, 18, § 82, 5. <i>encubrir</i> , II, 18, § 30, 3.

ENCOIRADO, adj. 'coberto de coiro': «hũu engenho que se chama viga, çarrado e *encoirado* per cima de mui bõos coiros», III, 2, § 5, 1.

ENCOMENDA, s. f. 'guarda': «que vos praza de os averdes em vossa *encomenda*», II, 8, § 7, 4.

[ENCOMENDADO], adj. v. 'entregue à guarda': *encomendada*, «a forteleza de Ridecof (...) que lhe foi *encomendada*», III, 2, § 3, 1. *encomendadas*, «mandou aos balius, a que as ligiões eram *encomendadas*», II, 11, § 1, 2. (4)

ENCOMENDAMENTO, s. m. 'guarda': «era prestes de viir a ele e de meter si e a cidade ao *encomendamento* de Roma», II, 11, § 3, 4. (2)

ENCOMENDAR, v. tr. 'encomendar, entregar à guarda': «aa sua mörte lhe *encomendara* sua filha e toda a terra que pertêecia ao biscondado de Munde», III, 19, § 10, 3; «este feito *encomendou* Cesar a seus duques e condestabres», II, 10, § 3, 3. (19)

Formas verbais:

- ind. pres. 3p. *encomenda*, IV, 1, § 5, 3.
 ind. perf. 1p. *encomendei*, III, 10, § 10, 5.
 2p. *encomendaste*, III, 13, § 14, 15.
 3p. *encomendou*, II, 10, § 3, 3.
 ind. mqperf. 3p. *encomendara*, III, 19, § 10, 3.

ENCONTRA, 1. s. f. 'encontro, recontro': «nós ouvemos mui perigosa *encontra* donde nós escapámos», III, 18, § 3, 2. 2. adv. *d'encontra*, «começou a acrescentar Paris *d'encontra* a Peito Ponte», II, 18, § 59, 1.

ENCONTRAR, v. tr. 'ir de encontro a, ir contra': «pôs-se ante Antonio por *encontrar* Farnans», III, 16, § 4, 2; «*encontraram* seus imiigos e começaram a fogir», II, 4, § 24, 1. (9)

Formas verbais:

- ind. imp. 6p. *encontravam*, III, 12, § 34, 1.
 ind. perf. 3p. *encontrou*, III, 11, § 22, 5.
 6p. *encontraram*, II, 4, § 24, 1.
 conj. mqperf. 3p. *encontrasse*, III, 16, § 3, 2.
 inf. imp. *encontrar*, III, 16, § 4, 2.

[ENCONTRO], s. m. 'recontro, encontro': *encontros*, «A fortuna de Cesar foi tam ligeira em este primeiro combate que, dos primeiros *encontros*, foram mortos muitos de seus imiigos», III, 12, § 27, 6.

[ENCORRER], v. tr. 'pôr em fuga, desbaratar': «das victorias que nós ouvemos deles muitas vezes, e como *encorremos* Aliövistus e os outros Franceses», II, 12, § 6, 2; «Roma (...) quer *encorrer* Cesar do mar e da terra», III, 1, § 7, 4. (9)

Formas verbais:

- ind. perf. 3p. *encorreo*, III, 14, § 16, 2.
 5p. *encorremos*, II, 12, § 6, 2.
 inf. imp. *encorrer*, III, 1, § 7, 4.
 ind. mqperf. comp. 6p. *tiinham encorridos*, II, 8, § 4, 1.

ENCORRIDO, adj. v. 'corrido, posto em fuga': «Temos, seu duque, foi *encorrido* da terra», III, 2, § 2, 4.

[ENCOSTAR(SE)], v. refl. 'encostar-se': «os Romãaos que eram derribados e feridos e se *encostavam* sobre seus escudos», II, 4, § 27, 1; «quando aquelas bestas viinham por se *encostar*, caiam com elas», II, 16, § 7, 2. (3)

Formas verbais:

- ind. imp. 6p. *se encostavam*, II, 4, § 27, 1.
 inf. imp. *se encostar*, II, 16, § 7, 2.

Ver *acostar-se*.

ENCUBERTAMENTE, adv. 'de modo encoberto, dissimuladamente': «partio-se do cerco aa mea noute, o mais *encubertamente* que pode», II, 18, § 19, 2. (11)

ENCUBERTO, adj. 'encoberto, dissimulado': «ante se governa per conselho de Potem, hũu treedor *encuberto*», III, 15, § 15, 3. (2)

ENCUBRIR, ver *encobrir*.

ENCULCA, s. f. 'espião, informador, o que inculca': «prenderom-no por *enculca* e julgarom-no os senadores aa morte», II, 21, § 11, 3. *enculcas*, «as *enculcas* de Cesar lhe derom novas em como as tres partes dos Clutões eram ja passadas», II, 2, § 11, 2. (7)

ENCURTAR, v. tr. 'encurtar': «alongar-lhe a vida ou *encurtar-lha*», III, 12, § 7, 2; «*encurtavam-se-lhes* as lingoas e secavam-se-lhes as veas», III, 6, § 12, 2. (2)

Formas verbais:

- ind. imp. 6p. *encurtavam-se-lhes*, III, 6, § 12, 2.
 inf. pes. 3p. *encurtar-lha*, III, 12, § 7, 2.

ENDERENÇAR, v. tr. 'dirigir, encaminhar': «*enderençarom* suas escalas e engenhos contra os palanques», II, 12, § 20, 2; «teve Cesar de fazer muitas cousas em hũa soo ora, assi como: *enderençar* sua hoste em boo lugar», II, 4, § 20, 1. (12)

Formas verbais:

- ind. perf. 3p. *enderençou*, II, 3, § 22, 1.
 6p. *enderençarom*, II, 12, § 20, 2.
 conj. imp. 6p. *enderençassem*, II, 18, § 29, 1.
 inf. pes. 3p. *enderençar*, II, 4, § 20, 1.

Ver *aderençar*.

[ENDIVIDAR (SE)], v. intr. 'endividar-se': «fezera ja grande custo e *endividara-se* ja muito», IV, 2, § 2, 2. (2)

Formas verbais:

- ind. perf. 6p. *se endividarom*, IV, 1, § 6, 5.
 ind. mqperf. 3p. *endividara-se*, IV, 2, § 2, 2.

[ENDURADO], adj. 'endurecido, obstinado': *endurados*, «porque asinha se poderam desesperar da victoria se vissem como seus imiigos eram *endurados* de maltrazer», IV, 2, § 22, 4.

[ENDUZIR], v. tr. 'induzir, persuadir': «seus imiigos lhe *enduziam* Labienus (...) que se tornasse pera eles», II, 23, § 3, 2; «todalas cidades que Donatos *tiinha enduzidas* contra os Romaaos», II, 21, § 17, 2 (3)

Formas verbais:

- ind. imp. 3p. *enduzia*, II, 23, § 9, 1.
 6p. *enduziam*, II, 23, § 3, 2.
 ind. mqperf. comp. 3p. *tiinha enduzidas*, II, 21, § 17, 2.

[ENFADADO], adj. 'aborrecido': *enfadados*, «Cansados eram e *enfadados*», III, 6, § 14, 5.

[ENFERMIDADE], [ENFIRMIDADE], s. f. 'doença': *enfermidades*, «morrer de suas *enfermidades* predstinadas», III, 12, § 25, 3. *enfirmidades*, «que nossas vidas façam fim per *enfirmidades* e nom per espadas», III, 10, § 2, 3. (2)

ENFIRMIDADE, ver *enfermidade*.

ENFITIANTRES, s. m. 'anfiteatro': «o *enfitiantres* he redondo como cerco», I, 6, § 3, 2. (3)

Ver *amphiteatro*.

ENFORCADO, adj. 'enforcado': «hi ficou Pirrus *enforcado*», III, 17, § 3, 4.

[ENFORCAR], v. tr. 'enforcar': «Senhores marinheiros, leixaae-me lançar em este mar ou me lançaee hũa corda na garganta e *enforcaae-me*», III, 13, § 21, 4.

ENFRAQUECER, v. tr. 'enfraquecer': «aquele fazia *enfraquecer* os corações daqueles que mais eram husados a guerras», II, 3, § 10, 5; «nom sofreriam em sua terra nem hũus viços per que seus corpos *enfraquecessem*», II, 4, § 15, 4. (6)

Formas verbais:

- ind. imp. 6p. *enfraquecerom*, III, 18, § 12, 6.
 conj. imp. 6p. *enfraquecessen*, II, 4, § 15, 4.
 inf. imp. *enfraquecer*, II, 3, § 10, 5.

ENFRAQUECIDO, adj. 'enfraquecido': «era ja muito *enfraquecido* de velhices», III, 5, § 22, 1.

ENGANADO, adj. 'enganado': «entendeo que Consideo fora *enganado*», II, 2, § 21, 4. *enganados*, «forom muito *enganados*», II, 2, § 13, 3. *enganada*, «mais ligeiramente podia seer *enganada* que nós», II, 3, § 11, 7. (14)

ENGANAR, 1. v. tr. 'enganar': «sejam tam avisados contra mim que me eles *enganem* desta guisa», II, 21, § 16, 3. 2. v. refl. 'enganar-se' «mais ele *se enganou*», I, 10, § 3, 10. (16)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>enganava</i> , IV, 1, § 7, 4.
ind. perf.	3p. <i>se engenou</i> , III, 15, § 13, 3. 6p. <i>enganarom</i> , II, 4, § 14, 2.
ind. fut.	5p. <i>enganarces</i> , III, 15, § 8, 6.
conj. pres.	6p. <i>enganem</i> , II, 21, § 16, 3.
inf. imp.	<i>enganar</i> , II, 14, § 7, 2.
ind. pres. comp.	3p. <i>tem enganado</i> , III, 15, § 26, 2.

ENGANO, s. m. 'engano, ardil': «conhocerom ho *engano* de Letagitos», II, 18, § 42, 6. (8)

[ENGANOSO], adj. 'enganoso, falso: *enganosos*, «ela de tal guisa, com seus *enganosos* laços, o atará», III, 15, § 26, 5. *enganosa*, «mais era vãa e *enganosa*», III, 12, § 13, 2. (2)

[ENGEITAR], v. tr. 'desprezar': «nom *engeitava* rem de certos sacrilegios de templos roubados», IV, 2, § 10, 4. (2)

ENGENHO, s. m. 'engenho, invenção, máquina': «ele mandara fazer hũu *engenbo* de ferro, sobre rodas, que levavam ataa ho muro», III, 17, § 4, 2. *engenbos*, «tiinha muitos boos *engenbos* dentro nas torres», II, 4, § 8, 4. (55)

ENGENHOSO, adj. 'engenhoso, esperto': «el era sutil e *engenhoso*», IV, 2, § 1, 4. *engenhosa*, «deu espaço aos de Beoves d'escapar por sua fogida sutil e *engenhosa*», II, 20, § 11, 3. (2)

ENGOLIR, v. tr. 'engolir': «tu queres todo *engolir*», III, 12, § 28, 6.

ENGORDAR, v. tr. 'engordar, alimentar': «Em estes pastos soiam os Romãos de *engordar* as bestas que ofereciam nos sacrificios», III, 1, § 11, 3.

ENGUENTO, s. m. 'unguento': «lhe pôs peçonha nas feridas em vez de *enguento*», I, 10, § 24, 6. (2)

Ver *unguento*.

ENIMIIGOS, ver *imiigo*.

ENLAÇADO, adj. 'envolvido': «deve homem perdoar Antonio, ainda que fosse enganado do seu amor, quando Cesar (...) foi dele *enlaçado* em seu exalçamento», III, 15, § 14, 4.

ENLEGIDO, adj. 'escolhido': «era *enlegido* pelas lex comũas», II, 18, § 34, 4. *enlegidos*, «o povoo nom nomeava nem hũu, ante eram *enlegidos* aa vootade de Cesar», IV, 1, § 5, 1. (4)

ENMIIGO, ver *imiigo*.

ENQUEREDOR, s. m. 'inquiridor, oficial de justiça que inquiria': «el era agro *enqueredor* e castigador dos cavaleiros», IV, 2, § 20, 2. *enqueredores*, «estes eram os *enqueredores* dos dẽreitos e dos tortos», I, 1, § 4, 3. (3)

ENQUERER, v. tr. 'inquirir, investigar': «esteve em aquele monte por *enquerer* (...) o que avia de seer daquela batalha», III, 9, § 5, 1; «Cesar *enquero* de que costumes eram e de que natureza», II, 4, § 15, 4. (5)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *enquereo*, II, 4, § 15, 4.

inf. imp. *enquerer*, III, 9, § 5, 1.

ger. *enquerendo*, III, 4, § 2, 10.

ENSAIAR, l. v. tr. 'experimentar': «desta guisa queria *ensaiar* fortuna», II, 18, § 66, 1. 2. v. refl. 'discutir' «E porem *se ensaiavam* algũos em aquelas cousas que pertenciam a engenho, e outros em manhas», Prol., § 2, 3. (4)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *se ensaiavam*, Prol. § 2, 3.

inf. imp. *ensaiar*, II, 18, § 66, 1.

[ENSANDECER], v. intr. 'enlouquecer': «Juba *ensandecia*, per sembrante do lançar de seus golpes», III, 18, § 21, 4.

[ENSANGOENTADO], [ENSANGOADO], adj. 'ensanguentado': *ensangoentadas*, «traziam as espadas mais *ensangoentadas*», III, 12, § 39, 2. *ensangoadas*, «tiinha as mãos *ensangoadas* da batalha», III, 15, § 14, 4. (2)

ENSINANÇA, s. f. 'ensino, orientação': «Destes sacos eram guarnidas todas as naaos por *ensinança* de Catam», III, 14, § 3, 5. *ensinanças*, «rogava-lhes que retevessem as *ensinanças* dos boos homens antigos», II, 23, § 7, 3. (4)

ENSINAR, [ENSIINAR], v. tr. 'ensinar': «mandava *ensinar* a jogos d'armas», II, 23, § 7, 3; «a maneira do pelejar que lhe *ensinarom*», III, 12, § 28, 2. (21)

Formas verbais:

- ind. pres. 3p. *ensina*, I, 8, § 39, 4.
 3p. *ensina-se*, II, 15, § 4, 1.
 ind. imp. 3p. *ensinava*, II, 15, § 7, 2.
 6p. *ensinavam*, I, 1, § 4, 4.
 ind. perf. 3p. *ensinou*, II, 6, § 13, 3.
 6p. *ensinarom*, III, 12, § 28, 2.
 ind. fut. 1p. *ensinarei*, III, 5, § 3, 5.
 conj. imp. 6p. *ensinassem*, II, 23, § 7, 3.

ENSINO, s. m. 'ensino': «per *ensino* de nigromancia», III, 12, § 4, 2; «per que vissem em Roma segundo seu *ensino*», IV, 2, § 31, 2. (2)

[ENTALHAR], v. tr. 'entalhar, gravar': «do arco do marmor (...) hu se *entalhavam* todolos feitos e as batalhas», III, 13, § 26, 4.

ENTAM, ver *entom*.

[ENTANGUECER], v. tr. 'enteirçar, fr. *roidir*': «çarrou-se-lhe o coração e *entanguecerom-lhe* os nembros», III, 5, § 22, 2.

ENTEADO, s. m. 'enteado': «rogou a Seistus, seu *enteado*», III, 14, § 10, 1.

ENTEENÇOM, ver *entençom*.

ENTEIRAMENTE, adv. 'inteiramente, por completo': «meu padre soo averá toda a terra do Egipto, *enteiramente*», II, 14, § 13, 5; «Aaquele he dado o encárrego *enteiramente* de toda a batalha», II, 4, § 4, 9. (3)

ENTEIRO, adj. 'inteiro, completo': «hũu ano *enteiro*», III, 1, § 19, 7. *enteiros*, «quize dias *enteiros*», II, 4, § 35, 4. *enteira*, «tiinha sua lança *enteira*», III, 12, § 32, 5. *enteiras*, «duas legiões *enteiras*», II, 4, § 2, 1. (18)

ENTENÇOM, ENTEENÇOM, s. f. 'intenção': «eles queriam hir pera sua provincia nom sdo *entençom* de lhe arrojor nem agravar nemhũu da terra», II, 2, § 6, 2. *entenções*, «fazia esto em duas *entenções*», II, 20, § 6, 1. *enteençom*, «ele avia *enteençom* de seer consul», I, 9, § 1, 3. (6)

ENTENDER, I. v. tr. 'entender, julgar': «nom som tam sem razom que nom *entenda* bem que os Romãaos nom teem dereito de chamar irmãaos aos d'Oscum», II, 3, § 15, 6; «Esta gente parece que *entendem* a aver a victoria sem esparger seu sangue», III, 12, § 16, 5. 2. v. refl. 'entender-se': «nom se *entendiam* hũus com os outros», III, 4, § 4, 4. (114)

Formas verbais:

- ind. pres. 1p. *entendo*, III, 10, § 19, 4.
 2p. *entendes*, III, 5, § 2, 6.
 6p. *entendem*, II, 2, § 10, 3.

ind. imp.	3p. <i>entendia</i> , II, 8, § 14, 3. 6p. <i>entendiam</i> , II, 18, § 85, 1.
ind. perf.	3p. <i>entendeo</i> , II, 10, § 4, 1. 6p. <i>entenderom</i> , II, 10, § 5, 1.
ind. fut.	6p. <i>entenderâm</i> , III, 13, § 14, 5.
conj. pres.	1p. <i>entenda</i> , II, 3, § 15, 6.
conj. imp.	3p. <i>entendesse</i> , I, 10, § 3, 6. 6p. <i>entendessem</i> , III, 19, § 16, 1.
conj. fut.	5p. <i>entenderdes</i> , II, 4, § 5, 2. 6p. <i>entenderem</i> , II, 2, § 18, 4.
cond.	2p. <i>entenderias</i> , III, 15, § 15, 6.
inf. imp.	<i>entender</i> , II, 18, § 63, 2.
ger.	<i>entendendo</i> , II, 2, § 1, 2.

3. s. m. 'razão': «derribavam em eles como em bestas sem *entender*», II, 12, § 28, 3.

[ENTENDIDO], adj. 'entendido, conhecedor': *entendidos*, «os Romãaos eram *entendidos* e espertos nas suas obras», II, 7, § 9, 4. (2)

ENTENDIMENTO s. m. 'sabedoria, inteligência': «Aqueles que foram ante nós ouverom siso e *entendimento*», I, 8, § 39, 26.

ENTOM, ENTAM, adv. 'então': «ouve *entom* medo dos seus meesmos», III, 10, § 1, 2; «*Entom* mandou pola onzena ligiom», II, 20, § 1, 4. *entam*, «E *entam* cambou Cesar seu costume», I, 9, § 10, 3. 2. adv. 'então, naquele tempo': «*Entom* era grande guerra na terra dos Judeus», I, 10, § 2, 1; «Inglaterra, que se *entom* chamava Bretanha», II, 23, § 5, 4.

ENTORNAR, v. tr. 'entornar, tombar': «filhou a augua e *entornou-a*», III, 14, § 27, 4; «hũa (onda) feria em hũu costado do batel, outra feria em outro costado e nom ô leixava *entornar*», III, 10, § 14, 2. (2)

Formas verbais:

ind. perf.	3p. <i>entornou</i> , III, 14, § 27, 4.
inf. imp.	<i>entornar</i> , III, 10, § 14, 2.

ENTRADA, s. f. 'entrada, começo': «A *entrada* do outeiro nom era tam alta», II, 4, § 8, 3; «aa *entrada* da guerra del e de Pompeeo», IV, 2, § 22, 1. *entradas*, «hũu monte mui alto e de mui estranhas *entradas*», II, 18, § 38, 2. (29)

ENTRADANHAS, s. pl. 'entranhas': «bem poderiam ver as *entradanhas* pola ilharga», III, 18, § 10, 1. (2)

ENTRADO, adj. v. 'entrado': «e o mes de Janeiro era *entrado*», III, 9, § 1, 2. *entrados*, «des que forom *entrados*», III, 15, § 52, 2. *entrada*, «algũa que de pouco tempo hi seja *entrada*», III, 12, § 9, 7. (2)

ENTRAMENTE, adv. 'entretanto': «*Entramente* — diz Lucam — este medo deve ser perdoado», III, 1, § 11, 9.

ENTRAR, l. v. intr. 'entrar, penetrar': «quando Mercurio *entra* daquele signo que se chama Traveice em outro», III, 15, § 21, 5; «vós viinde e *entraae* na vila», II, 21, § 16, 7; «os outros que *entrarom* em batalha», II, 4, § 29, 2; «os Romãos os nom podiam *entrar*», II, 11, § 9, 5. (201)

Formas verbais:

ind. pres.	2p. <i>entres</i> , III, 5, § 2, 5.
	3p. <i>entro</i> , III, 15, § 21, 5.
	4p. <i>entramos</i> , III, 14, § 22, 3.
	6p. <i>entram</i> , III, 2, § 1, 2.
ind. imp.	3p. <i>entrava</i> , II, 15, § 3, 3.
	6p. <i>entravam</i> , I, 6, § 3, 3.
ind. perf.	1p. <i>entrei</i> , II, 18, § 91, 2.
	3p. <i>entrou</i> , II, 18, § 35, 2.
	6p. <i>entrarom</i> , II, 4, § 29, 2.
ind. mq. perf.	3p. <i>entrara</i> , I, 10, § 3, 9.
ind. fut.	2p. <i>entrarás</i> , III, 9, § 6, 2.
conj. pres.	1p. <i>entre</i> , II, 3, § 15, 6.
	4p. <i>entremos</i> , III, 10, § 7, 4.
	5p. <i>entrees</i> , II, 3, § 15, 6.
	6p. <i>entrem</i> , III, 14, § 22, 4.
conj. imp.	3p. <i>entrasse</i> , II, 20, § 11, 2.
	6p. <i>entrassem</i> , II, 17, § 9, 4.
imper.	2p. <i>entraae</i> , II, 21, § 16, 7.
cond.	6p. <i>entrariam</i> , II, 17, § 12, 2.
inf. pes.	3p. <i>entrar</i> , III, 12, § 11, 1.
	6p. <i>entrarem</i> , III, 12, § 11, 3.
inf. imp.	<i>entrar</i> , II, 12, § 20, 6.

2. s. m. 'entrar, entrada': «Os da cidade lhe fizeram grande alegria ao *entrar*», I, 10, § 3, 9.

ENTRAVA (AA), loc. adv. 'com o entrave, fr. *par l'aide*': «manteverom hũu pouco do combate dos Romãos *aa entrava* das arvores», II, 17, § 2, 3.

ENTREGAR, v. tr. 'entregar': «mandou aos cidadãos que lhe *entregassem* hũu duque», II, 21, § 23, 2. (6)

Formas verbais:

ind. perf.	3p. <i>entregou</i> , I, 10, § 24, 6.
	6p. <i>entregarom</i> , III, 2, § 5, 4.
conj. imp.	6p. <i>entregassem</i> , II, 21, § 23, 2.
	6p. <i>ouverom entregado</i> , II, 2, § 27, 2.

[ENTREGUE], adj. v. 'entregue': *entregues*: «forom-lhe os thesouros (...) *entregues*», III, 15, § 59, 5.

[ENTREMETER(SE)], v. intr. 'ocupar-se, intrometer-se': «muito me maravilho que Cesar e o poboo *se entremetem* da minha França», II, 3, § 5, 4; «ençarrarom-no na cidade, e tomaram-na se se os Româaos hi nom *entremeterom*». I, 10, § 10, 2.

Formas verbais:

ind. pres. 6p. *se entremetem*, II, 3, § 5, 4.
ind. mq. perf. 6p. *se entremeterom*, I, 10, § 10, 2.

ENVEJA, s. f. 'inveja': «amavam mais de seguir o bem que aver *enveja*», I, 8, § 39, 27. (12)

ENVERGONHADO, adj. v. 'envergonhado, humilhado': «ouve entom pavor de seer *envergonhado* per gentes de pequena cavalaria», III, 15, § 32, 3. *envergonhada*, «Cornelia será *envergonhada* de dous maridos que ouve», III, 13, § 14, 11. (2)

ENVERGONHAR, v. tr. 'envergonhar': «ouverom de *envergonhar* a ele e a todos que da sua parte eram», III, 15, § 27, 11.

ENVERNAR, v. intr. 'invernar, passar o inverno': «levou suas ligiões a terra de Sequanois (...) por *envernar* hi», II, 3 § 25, 2. (2)

[ENVESSADO], adj. 'de trás para a frente, ao invés': *enveçados*, «os outros (cabelos) jaziam *enveçados* sobre sua calva», IV, 2, § 1, 2.

ENVIADO, adj. v. 'enviado': «Pisa foe *enviado* em Espanha», I, 3, § 3, 7. *enviados*, «eram *enviados* em estranhas terras», I, 9, § 2, 1. *enviada*: «foi *enviada* a esil», III, 13, § 8, 2.

ENVIAR, v. tr. 'enviar': «*enviou* dizer a Cesar», II, 4, § 6, 4; «Por esso te *envio* eu», III, 10, § 18, 3; «Cesar *enviava* após eles a cavalaria», II, 8, § 14, 4. (199)

Formas verbais:

ind. pres. 1p. *envio*, III, 10, § 18, 8.
3p. *envia*, II, 20, § 15, 2.
6p. *enviam*, II, 8, § 7, 4.
ind. imp. 3p. *enviava*, II, 8, § 14, 4.
6p. *enviavam*, II, 16, § 8, 2.
ind. perf. 1p. *enviei*, III, 10, § 10, 5.
3p. *enviou*, I, 3, § 1, 2.
5p. *enviastes*, II, 10, § 8, 4.

	6p. <i>enviarom</i> , II, 19, § 3, 4.
ind. mqperf.	3p., <i>enviara</i> , II, 3, § 24, 6.
ind. fut.	1p. <i>enviarei</i> , III, 10, § 18, 5. 4p. <i>enviaremos</i> , II, 8, § 11, 3.
conj. pres.	2p. <i>envies</i> , III, 1, § 18, 4. 5p. <i>envices</i> , III, 12, § 9, 7.
conj. imp.	3p. <i>enviasse</i> , II, 6, § 2, 5. 6p. <i>enviassem</i> , I, 9, § 1, 3.
imper.	2p. <i>enviaae</i> , II, 21, § 16, 5.
cond.	6p. <i>enviariam</i> , II, 18, § 16, 2.
inf. pes.	3p. <i>enviar</i> , II, 3, § 18, 2.
inf. imp.	<i>enviar</i> , II, 11, § 22, 4.
ind. mqperf. comp.	3p. <i>avia enviado</i> , III, 15, § 27, 3.

ENVURILHADO, ver *emburilhado*.

ENVURILHAR, ver *emburilhar*.

ENXEMPLO, ver *exemplo*.

ENXERGAR, v. intr. 'enxergar, lobrigar': «malaves podia homem *enxergar* pera qual parte corria», II, 2, § 11, 1. (2)

ENXUFRE, s.m. 'enxofre': «barris *d'enxufre* e d'algodram», II, 21, § 27, 1. (5)

EPISTOLA, [ESPISTOLA], s.f. 'cpístola, carta': «em hũa *epistola* que el enviou a Bruto», IV, 2, § 11, 1. *epistolás*, «Sam Paulo mandou hi hũa das suas *epistolás*», III, 13, § 12, 1. *espistolás*, «el fez (...) *espistolás* ao senado e a Ciceron», IV, 2, § 12, 1. (5)

ERGER v.tr. 'erguer': «faziam abaixar os montes e *erger* os vales», III, 12, § 4, 4; «Leixa esta catividade que *erges*», III, 1, § 7, 11. (2)

Formas verbais:

ind. pres.	2p. <i>erges</i> , III, 1, § 7, 11.
inf. imp.	<i>erger</i> , III, 12, § 4, 4.

ERRAR, [HERRAR], l. v.intr. e tr. 'errar, cometer erro': «Nós *errámos* e nom deveríamos a teer herdade por que nom vingámos nosso padre», III, 19, § 9, 6; «hũu baixo homem *herrou* algũa cousa», I, 8, § 39, 12. 2. v.tr. 'ofender': «eles se guardariam de lhes *errar*», II, 9, § 1, 5; «tomar vingança daqueles que lhe *errarom*», IV, 2, § 29, 1. (7)

Formas verbais:

ind. perf.	3p. <i>herrou</i> , I, 8, § 39, 12. 4p. <i>errámos</i> , III, 19, § 9, 6.
------------	--

6p. *errarom*, I, 8, § 39, 7.

inf. imp. *errar*, II, 9, § 1, 5.

ERRO, HERRO, s.m. 'erro': «taaes hi ha que leixam de falar no *erro* do tormento», I, 8, § 39, 14. *erros*, «faz algũus *erros*», I, 8, § 39, 13. *berro*, «ho *berro* dos conjurados sobrepoja todas penas», I, 8, § 39, 14. (11)

ERVA, ver *herua*.

ESCAADA, s.f. 'escada': «sobirom pola *escaada*», III, 17, § 4, 5. *escaadas*, «so-biam polas *escaadas*», III, 17, § 4, 12. (12)

ESCABELADA, adj. 'desgrenhada': «hũa imagem grande, toda *escabelada*», III, 1, § 2, 1. *escabeladas*, «aquelas maas mulheres (...) se lançavam contra os outros todas *escabeladas*», II, 18, § 50, 2. (6)

ESCALA, s.f. 'escada': «bem podiam furtar hũa *escala*», III, 4, § 4, 6. *escalas*, «enderençaram suas *escalas* e engenhos contra os palanques», II, 12, § 20, 2. (9)

ESCALÕES, s.m. 'escalões, passagens por onde se sobe ou desce': «meteo a cabeça antre dous *escalões* e apertou-se com a *escaada*», III, 17, § 4, 6.

[ESCAPADO], adj. 'escapado': *escapados*, «aqueles que da batalha de Thesalia eram *escapados*», III, 15, § 27.

ESCAPAR, v.intr. 'escapar': «ouvemos mui perigosa encontra donde nós *escapâmos*», III, 18, § 3, 2; «Maravilha seria se *escapasse* sem dampno», III, 10, § 18, 7. (120)

Formas verbais:

ind. pres. 6p. *escapam*, III, 13, § 13, 9.

ind. perf. 1p. *escapei*, III, 15, § 8, 7.

3p. *escapou*, I, 10, § 22, 1.

4p. *escapâmos*, III, 18, § 3, 2.

5p. *escapastes*, III, 19, § 15, 6.

6p. *escaparom*, III, 12, § 50, 2.

ind. mqperf. 3p. *escapara*, III, 15, § 50, 1.

6p. *escaparom*, III, 12, § 28, 6.

ind. fut. 3p. *escapará*, III, 18, § 12, 8.

4p. *escaparemos*, III, 10, § 13, 2.

5p. *escaparees*, III, 10, § 13, 2.

conj. pres. 3p. *escape*, III, 6, § 7, 6.

6p. *escapem*, I, 8, § 40, 19.

conj. imp. 3p. *escapasse*, III, 10, § 18, 7.

6p. *escapassem*, II, 20, § 13, 3.

cond. 3p. *escaparia*, III, 12, § 48, 1.

6p. *escapariam*, III, 1, § 11, 5.
inf. imp. *escapar*, I, 10, § 21, 2.

ESCARAMUÇA, s. f. 'escaramuça, batalha': «cada hũu quisera ja seer na *escaramuça* pera aver a honra da victoria ou da morte», III, 18, § 4, 9. *escaramuças*, «muitos combates e *escaramuças*», I, 10, § 24, 4. (11)

ESCARAMUÇAR, v.intr. 'pelejar': andavam *escaramuçando* a par do Rio», II, 12, § 27, 1. (6)

Formas verbais:

ind. perf. 6p. *escaramuçarom*, II, 3, § 19, 3.
inf. imp. *escaramuçar*, II, 4, § 8, 2.
ger. *escaramuçando*, II, 12, § 27, 1.

ESCARLATA, s.f. 'escarlata, tecido de seda (ou lã) de cor vermelha viva': «roupas de siirgo e d'*escarlata*», III, 1, § 23, 3.

ESCARNECER, v.intr. 'escarnecer, troçar': «Os Aveloois, quando a virom armar longe do muro, *escarneciam* dos caramanchõoes», II, 4, § 30, 3; «o faria *escarnecer* com vergonha na cidade hu el ouvera todalas honras», III, 19, § 15, 3. (3)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *escarneciam*, II, 4, § 30, 3.
inf. imp. *escarnecer*, III, 19, § 15, 3.

ESCARNHO, s.m. 'escárnio': «diziam-lhe por *escarnho*», II, 23, § 4, 2.

[ESCASSO] adj., 'escasso': *escassa*, «o triigo mandava dar cada dia a *escassa* medida», II, 18, § 73, 6.

ESCATIMA, s.f. 'ofensa': «lembrou-lhe de hũa *escatima* que lhe dissera», III, 18, § 6, 1.

ESCATIMAR, v.intr. 'ofender': «quando se ouviu *escatimar* e poer a boca em seu padre», III, 19, § 3, 4.

ESCLARECER, ESCLARESCER, v.intr. 'aclarar, luzir': «O dia começou a *esclarecer*», III, 7, § 6, 2; «as armas *esclareciam* de longes», II, 21, § 14, 2; «onde sua virtude e sua gloria podesse parecer e *esclarecer*», I, 8, § 43, 8 (4)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *esclareciam*, II, 21, § 14, 2.
inf. imp. *esclarecer*, III, 7, § 6, 2.
esclarecer, I, 8, § 43, 8.

ESCLARENTAR, v.tr. 'chocar os ovos, fr. *esclorre*': «*esclarentar* os olhos (fr. *oes*)», III, 12, § 9, 4.

ESCLARESCER, ver *esclarecer*.

[ESCOLA], s.f. 'escola': *escolas*, «*todos los meestres de fisica e d'artes que queriam morar em Roma e teer escolas de todos costumes*», IV, 1, § 6, 4.

ESCOLHEITO, adj. 'escolhido': «*Bertiguris foi escolheito por principe*», II, 18, § 5, 4. *escolheitos*, «*oitenta mil homens, todos escolheitos*», II, 18, § 73, 4. (13) Ver *escolbido*.

ESCOLHER, v.tr. 'escolher': «o lugar que os Romãaos *escolberom* pera seu alojamento», II, 4, § 17, 1; «*escolherem* per seus olhos os logares», II, 3, § 1, 2.

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>escolhia</i> , II, 16, § 3, 2.
ind. perf.	3p. <i>escolbeo</i> , II, 17, § 4, 4. 5p. <i>escolbestes</i> , III, 14, § 22, 2. 6p. <i>escolberom</i> , II, 18, § 23, 4.
ind. mperf.	3p. <i>escolhera</i> , II, 20, § 12, 1.
conj. pres.	4p. <i>escolbamos</i> , III, 13, § 13, 9.
conj. imp.	3p. <i>escolbesse</i> , II, 8, § 15, 5.
imper.	2p. <i>escolbee</i> , III, 9, § 2, 6.
inf. pes.	6p. <i>escolherem</i> , II, 3, § 1, 2.
inf. imp.	<i>escolber</i> , II, 8, § 14, 2.

ESCOLHIDO, adj. 'escolhido': «*he escolbido por duque em suas batalhas*», III, 1, § 21, 4.

[ESCOMUNGADO], adj. 'escomungado, maldito': *escomungados*, «*cidadãos escomungados e desleaaes*», I, 8, § 40, 39. *escomungada*, «*foi tam maldita e escomungada*», III, 12, § 53, 3. (5)

ESCONDER, l.v.tr. 'esconder': «*guardou-o e escondê-o longamente em sua casa*», IV, 2, § 26, 1. 2. v.refl. 'esconder-se': «*des que faziam seus golpes, escondiam-se*», II, 4, § 22, 2. (5)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>se esconde</i> , II, 17, § 15, 2.
ind. imperf.	6p. <i>escondiam-se</i> , II, 4, § 22, 2.
ind. perf.	3p. <i>escondê-o</i> , IV, 2, § 26, 1. 6p. <i>esconderom-se</i> , II, 12, § 9, 1.

Ver *asconder*.

[ESCONDIDO], adj. 'escondido': *escondidos*, «jaziam em hũu tam grande boosco, *escondidos* per a beira da agua», II, 4, § 18, 2. (3) Ver *ascondido*.

ESCONDUDAMENTE, adv. 'às ocultas': «Muitas vezes estavam em camara, *escondudamente*», III, 15, § 61, 1; «viinha a ele *escondudamente*, cada noite, pola porta da traiçom», III, 18, § 29, 5. (3) Ver *ascondidamente*.

[ESCONJURAMENTO], s.pl. 'exorcismo': *esconjuramentos*, «a força de teus *esconjuramentos*», III, 12, § 11, 2.

ESCONJURAR, v.intr. 'esconjurar': «*esconjurar* os meestres do inferno», III, 12, § 9, 5; «nem hũu encantador nom te poderá jamais *esconjurar*», III, 12, § 10, 4. (2)

ESCONTRA, prep. 1. 'de frente, em frente de': «antre o rio de Rosna e o monte de Jura, *escontra* os Escanois», II, 2, § 8, 1. 2. 'próximo (em tempo)': «*escontra* a manhã», III, 1, § 1, 5. 3. 'em direcção a': «Camu-lagenus foe mandado d'*escontra* Revem», II, 18, § 59, 3. Ver *contra*.

ESCORIDADE. Ver *escuridade*.

ESCORPIOM, [ESCURPIOM], s.m. 'escorpião': «hũa arma que chamavam *escorpiom*», II, 18, § 27, 2. *escorpiões*, «mordeduras d'*escorpiões* e doutras serpentes», III, 14, § 43, 1. *escurpiões*, «*escurpiões*, crentres e jocolis e basiliscos», III, 14, § 32, 1. (3)

ESCORRER, v.tr. 'escorrer': «grandes cavas per os campos pera se *escorrer* a agua», III, 6, § 6, 4.

ESCREVER, ESCREPVER, [SCREPVER], v.tr. e intr. 'escrever': Cicerom *escrepve* que os moços a levavam aa camara del-rei», IV, 2, § 5, 5; «fez *escrever* toda sua cavalaria», II, 8, § 7, 1. (26)

Formas verbais:

- ind. pres. 3p. *escrepve*, IV, 2, § 5, 5.
 4p. *escrevemos*, III, 14, § 1, 2.
 4p. *escrepemos*, I, 8, § 1, 1.
 ind. imp. 3p. *escrevia*, I, 9, § 7, 5.
 ind. perf. 3p. *escreveo*, III, 13, § 25, 11.
 3p. *escrepveo*, I, 10, § 23, 8.
 3p. *screpveo*, I, 1, § 1, 2.
 6p. *escrepveram*, IV, 2, § 35, 4.
 ind. mqperf. 3p. *escrevera*, III, 13, § 26, 2.
 ind. fut. 4p. *escreveremos*, III, 12, § 30, 1.
 inf. imp. *escrever*, II, 8, § 7, 1.

ESCREVIM, s.m. '? fr. *flamasche*': «tinha hũu *escrevim* com fogo e soprou e acendeo hũu pouco de feno», III, 10, § 12, 4.

ESCRITO, SCRIPTO, SCRIPTUS, 1. s.m. 'escrito, obra escrita': «nom leixou Cesar nem hũu *escripto*», III, 15, § 54, 1. *scripto*, «nom podia seer espalhada per o poboo per *scripto*», III, 15, § 4, 2. *escriptos*, «aqueles quatro falam nos seus *escriptos*», III, 15, § 54, 2. *scriptos*, «outro philosopho falou dela em seus *scriptos*», II, 16, § 4, 2. *scriptus*, «o testemunham em seus *scriptus*», I, 3, § 4, 2. 2. adj.v. 'escrito': «milhor fora (...) nehũa cousa seer *escripto*», III, 13, § 26, 3. *escriptos*, «chamavam-lhes *escriptos* padres, por que, quando Romulus os estremo, screpveo seus nomes», I, 1, § 1, 2. *escripta*, «Hũa acham *escripta*», IV, 2, § 14, 4. *scripta*, «per carta *scripta* per sua mãao», I, 10, § 13, 8. *escriptas*, «de suas palavras acham assaz *escriptas*», IV, 2, § 11, 4. (33)

ESCRITURA, s.f. 'escritura, escrito': «nós tenhamos o testemunho da Santa *Esriptura*», III, 9, § 4, 3. *escripturas*, «algũas *escripturas* dizem», III, 1, § 4, 1. (9)

ESCUDEIRO, s.m. 'escudeiro, criado que acompanhava o cavaleiro': «tomou hũu arco a hũu *escudeiro*», III, 15, § 36, 1.

ESCUDO, s.m. 'escudo': «conhocê-o nas armas do *escudo*», III, 18, § 6, 1. *escudos*, «fezerom hũa pavesada de seus *escudos*», II, 11, § 9, 5. (109)

ESCUITAR, v.tr. 'escutar': «Des que ele *escuitou* os messegeiros», II, 11, § 1, 5; «Cesar os fez prender asperamente sem os *escuitar*», II, 8, § 13, 5: (5)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *escuitava*, III, 7, § 6, 1.

ind. perf. 3p. *escuitou*, II, 11, § 1, 5.

inf. pes. 3p. *escuitar*, II, 8, § 13, 5.

ESCUITAS, s.pl. 'espiões': «mandou aos Obitões que mandassem *escuitas* antre os de Suanes», II, 14, § 10, 2; «as *escuitas* de Cesar lhe trouverom novas», II, 3, § 12, 5. (16)

ESCUMA, s.f. 'espuma': «tomou *escuma* de cam raivoso», III, 12, § 9, 3. (3)

[ESCUMAR], v.intr. 'espumar, deitar espuma': «Ela *escumava* e genia», III, 9, § 6, 8.

ESCURAMENTE, adv. 'obscuramente': «fala Lucam tam breve e tam *escuramente*», III, 15, § 53, 1.

ESCURECER, v.intr. 'escurecer': «fez hũu pouco a noite *escurecer*», III, 12, § 8, 1; «*escuricia* ho aar», III, 14, § 24, 2. (2)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *escuricia*, III, 14, § 24, 2.

inf. imp. *escrecer*, III, 12, § 8, 1.

ESCURIDADE, ESCORIDADE, s.f. 'escuridão': «conhoceo em que grande *escuridade* eram os que acá ficarom», III, 14, § 1, 2. *escuridade*, «sempre se vee se *escuridade* grande a nom torva», III, 13, § 9, 4. (2) Ver *escuridõe*.

ESCURIDÕOE, s.f. 'escuridão': «as negridões destas almas passava a *escuridõe* da noite», III, 12, § 51, 2. Ver *escuridade*.

ESCURO, 1. adj. 'escuro': «mandou-os poer em hũu lugar *escuro*», I, 10, § 3, 7. *escura* «por que vio a noite *escura*», II, 21, § 12, 2. 2. s.m. 'escuro, escuridão': «o *escuro* era tam grande que nem hũu nom podia veer a cabeça do seu cavallo», II, 20, § 11, 2. (19)

ESCURPIÕOES, ver *escorpion*.

ESCUSA, s.f. 'desculpa': «a vergonha nom he nossa e teemos boa *escusa*», III, 3, § 8, 6. (2)

ESCUSAÇÃOES, s.pl. 'desculpas': «recebeo suas *escusações*», II, 14, § 4, 3.

ESCUSAR, 1. v.intr. 'desculpar': «veerom a ele os mais anciãaos da hoste dos Seines, polos *escusar* da batalha», II, 8, § 13, 4; «consiirando que era bem de *escusar* a tam gram mal», III, 15, § 29, 3. 2. v.refl. 'desculpar-se': «nunca lhes valeo renderem-se nem *escusarem-se* que todos nom fossem mortos», II, 18, § 40, 3; «pensava que *se* nom *escusava* de seer mal de toda a terra», II, 2, § 9, 2. (19)

Formas verbais:

ind. pres. 3p. *escusa*, IV, 2, § 11, 4.

ind. imp. 3p. *se escusava*, II, 2, § 9, 2.

ind. perf. 3p. *escusou-se*, I, 8, § 57, 3.

inf. pes. 6p. *escusarem-se*, II, 18, § 40, 3.

inf. imp. *escusar*, III, 15, § 29, 3.

ger. *escusando-se*, II, 14, § 9, 3.

ESFORÇADAMENTE, adv. 'corajosamente': «levantou-se *esforçadamente*», III, 12, § 10, 3; «tam *esforçadamente* se manteve que entrou per força», III, 17, § 4, 11. (4)

ESFORÇADO, adj. 'corajoso': «era mui *esforçado* homem d'espada», III, 1, § 7, 8; *esforçados*, «forom mui mais *esforçados* e pelejarom melhor», II, 10, § 18, 3. *esforçada*, «combatiam como gente *esforçada*», II, 12, § 18, 3. (10)

ESFORÇAR, 1. v.tr. 'animar, encorajar': «trabalhou de chegar aa dozena (ligion) por a *esforçara*», II, 4, § 25, 1; «Camulagenus era antre eles, que os *esforçava* muito bem», II, 18, § 64, 2. 2.v.refl. 'esforçar-se': «mandou-lhe dizer que *se esforçasse*», III, 4, § 3, 3; «os Equitaines *se esforçavam* na victoria», II, 7, § 2, 1. (25)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *esforçava*, II, 18, § 64, 2.
 6p. *se esforçavam*, II, 7, § 2, 1.
 ind. perf. 3p. *esforçou*, III, 18, § 12, 1.
 6p. *se esforçaram*, II, 4, § 24, 1.
 conj. imp. 3p. *se esforçasse*, III, 4, § 3, 3.
 inf. imp. *esforçar*, II, 4, § 25, 1.
 ger. *esforçando-se*, II, 11, § 3, 4.

ESFORÇO, s.m. 'ânimo, coragem': «aparelhados de coração e d'armas para pelejar com *esforço*», II, 20, § 12, 4; «atenderom Cesar com grande *esforço*», II, 21, § 8, 2. (57)

[ESFUNDURAR(SE)], v.intr. 'afundar-se, fr. *afonder*': «(as naaos) que foram mais de metade delas queimadas e *esfunduraram-se* no mar», III, 15, § 39, 3.

[ESFRIAR], v.tr. 'diminuir o entusiasmo': «*esfriaram* sua maa voontade», III, 6, § 11, 4.

ESGARAVAR, v.tr. 'raspar': «o ferro da lança nom fez senom *esgaravar* hũu pouco ho escudo», III, 18, § 6, 2.

ESGUARDAR, 1. v.intr. 'reparar, olhar': «Se tu bem *esguardares* em como nós fezemos», III, 15, § 26, 9; «*esguardando* polas frestas da sala que eram mui altas», III, 15, § 31, 2. 2. v.tr. 'ter em consideração, respeitar': «vós meesmos *esguardae* a lealdade dos reinos», III, 13, § 13, 6; «nossos meestres nom *esguardarom* aquelo que eles bem poderiam fazer», I, 8, § 39, 8. (14)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *esguardava*, II, 12, § 8, 3.
 ind. perf. 3p. *esguardou*, I, 10, § 14, 7.
 6p. *esguardarom*, I, 8, § 39, 8.
 conj. fut. 2p. *esguardares*, III, 15, § 26, 9.
 imper. 2p. *esguardae*, III, 13, § 13, 6.
 inf. imp. *esguardar*, I, 8, § 39, 1.
 ger. *esguardando*, III, 15, § 31, 2.

[ESGUIPAR], v.tr. 'equipar, fr. *esquiper*': «*esguiparom* seus navios e partirom», II, 10, § 17, 2. (2)

ESIL, ESILIO, s.m. 'exílio': «foi enviada a *esil*», III, 13, § 8, 2. *esilio*, «Pompeo enviara em *esilio*, em Liba», III, 1, § 19, 7.

ESILIO, ver *esil*.

[ESMERALDA], s.f. 'esmeralda': *esmeraldas*, «imagões de fino ouro e de prata com muitas *esmeraldas*», III, 15, § 16, 5.

ESMOLEIRA, s.f. 'bolsa para pôr esmolas': «tirou hũa mui fremosa pedra de hũa *esmoleira*», III, 4, § 2, 16.

ESMORIS, s.f. 'hemorrois, nome de serpente': «hũa aspera serpente, que se chama *esmoris*», III, 14, § 39, 1.

[ESMAR], v.tr. 'atribuir, indicar': «*esmou-lhe* certo lugar no calandairo», IV, 1, § 4, 2.

ESPAAÇAR, v.tr. 'adiar': «pareceo-lhe que nom era cousa segura de *espaçar* a batalha», II, 7, § 4, 5. (3)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *espaçavam*, II, 2, § 16, 2.

inf. imp. *espaçar*, II, 7, § 4, 5

ESPAAÇO, ver *espaço*.

ESPAÇADO, adj. adj.v. 'adiado': «aparelharom seu combate. E desta guisa foi *espaçado*», II, 21, § 28, 1.

ESPAÇO, ESPAAÇO, s.m. 1. 'extensão de tempo': «Este *espaço* lhes assinou Cesar por tal que, em durando o tempo do *espaço*», II, 2, § 7, 1. 2. 'extensão de superfície': «el nom avia tanto d'*espaço* hu el podesse estender seu braço», III, 15, § 56, 5; «as almas nom tõe *espaço* de assi andar», III, 2, § 17, 7. (28)

ESPAÇOSA, adj. 'espaçosa': «per ali tiinham eles sua saida mais larga e mais *espaçosa*», III, 2, § 5, 3.

ESPADA, s.f. 'espada': «quando ele quis tirar a *espada*», II, 12, § 21, 4. *espadas*, «combatia-se hũu com o outro das *espadas*», I, 6, § 4, 3. (242)

ESPADOA, s.f. 1.s. 'espádoa, ombro': «tam grande golpe que lhe estremoou hũa *espadoa* do corpo», II, 21, § 10, 4. 2.pl. 'costas': *espadoas*, «fogiam com as *espadoas* voltas», II, 3, § 23, 6. (35)

ESPALHADO, adj. 'espalhado, separado': «tiinham ante si balsamo *espalhado*», III, 4, § 2, 7. *espalhados*, «os cavaleiros das dezooito naos eram *espalhados*

da hoste», II, 10, § 11, 1. *espalhada*, «sua gente polas vilas e castelos (...) estava *espalhada*», III, 15, § 31, 3. *espalhadas*, «suas ligiões *espalhadas* cá e lá», II, 17, § 7, 3. (21)

ESPALHAR(SE), 1.v.refl. 'espalhar-se': «a agua *se espalhava* polos campos», III, 2, § 3, 4; «*espalharom-se* polo arraial», II, 18, § 48, 3. 2.v.tr. 'espalhar': «pareceo-lhe que era bem d'*espalhar* sua hoste», II, 6, § 4, 3. (9)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *se espalhava*, III, 2, § 3, 4.
ind. perf. 6p. *espalharom-se*, II, 18, § 48, 3.
inf. imp. *espalhar*, II, 6, § 4, 3.

ESPANTADO, adj. 'espantado': «Cesar estava tam *espantado* que se nom movia», III, 12, § 26, 1. *espantados*, «os do castelo forom muito *espantados*», II, 18, § 14, 3. *espantada*, «a virgem foi *espantada* quando se sentio ameaçada», III, 9, § 6, 3. (79)

ESPANTAR, 1. v.tr. 'espantar, atemorizar': «seus cavaleiros que corressem pola terra por *espantar* seus imiigos», II, 18, § 9, 3; «ele o *espantava* de tal guisa que lhe conviinha de se calar», I, 9, § 8, 1. 2.v.refl. 'espantar-se, atemorizar-se': «de cujo fumo *se espantavam* as serpentes», III, 14, § 48, 2; «nom *vos espantades* de minha idade», III, 2, § 6, 9. (20)

Formas verbais:

ind. pres. 3p. *nos espanta*, II, 3, § 10, 2.
ind. imp. 3p. *espantava*, I, 9, § 8, 1.
6p. *se espantavam*, III, 14, § 49, 2.
ind. perf. 3p. *espantou*, III, 1, § 16, 1.
conj. pres. 5p. *vos espantees*, III, 18, § 4, 5.
5p. *vos espantades*, III, 2, § 6, 9.
inf. imp. *espantar*, II, 18, § 9, 3.

ESPANTAVEL, adj. 'temível': «nom ouve cavaleiro na companhia de Cesar a que sua viinda nom fosse *espantavel*», III, 18, § 2, 4.

ESPANTO, s.m. 'temor': «leixarom nossa companhia por *espanto* que lhe poserom», II, 4, § 3, 3. (7)

ESPANTOSO, adj. 'terrível, impressionante': «o logar (...) era muito *espantoso* e periigoso», III, 7, § 3, 5. *espantosos*, «logares negros e *espantosos* e fedorentos», I, 8, § 40, 16. *espantosa*, «era *espantosa* cousa de veer», II, 18, § 38, 2. *espantosas*, «Visões *espantosas* apareciam», III, 1, § 12, 9. (15)

[ESPARECER], v.refl. 'parecer-se': «Tu nom *te espareces* em esta maneira come duque de Roma», III, 15, § 61, 4.

ESPARGER, 1. v.tr. 'espalhar, derramar': «Que nos aproveita o sangue que *espar-gemos* por ti?», III, 10, § 21, 1; «*espar-gê-los-ei* ao vento», III, 14, § 13, 4. 2. v.refl. 'espalhar-se': «Entom *se espargerom* os Seínees arredor das lices», II, 17, § 9, 2; «*esparger-s'ia* a peçonha polo corpo», III, 14, § 49, 2. (31)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>espargia-se</i> , III, 15, § 22, 3.
ind. perf.	3p. <i>espargéo</i> , III, 14, § 16, 7. 4p. <i>espargemos</i> , III, 10, § 2, 1. 6p. <i>se espargerom</i> , II, 17, § 9, 2.
ind. mqperf.	3p. <i>espargera</i> , II, 6, § 6, 4.
ind. fut.	1p. <i>espar-gê-los-ei</i> , III, 14, § 13, 4. 3p. <i>espargerá</i> , III, 13, § 27, 5.
conj. pres.	3p. <i>se esparga</i> , III, 15, § 22, 5.
conj. imp.	3p. <i>espargesse</i> , III, 6, § 5, 4.
cond.	3p. <i>esparger-s'ia</i> , III, 14, § 49, 2.
inf. pes.	5p. <i>espargerdes</i> , II, 18, § 23, 2.
inf. imp.	<i>esparger</i> , III, 7, § 6, 5.

ESPARGIDO, adj. 'espalhado, disperso': «vio seu sangue *espargido* sobre suas armas», III, 2, § 12, 3. *espargidos*, «eram *espargidos* cá e lá», II, 3, § 11, 7. *espargida*, «a hoste que he *espargida* polo Egipto», III, 15, § 46, 2. *espargidas*, «as pedras do sepulcro e do altar (...) eram todas *espargidas*», III, 15, § 3, 3. (22)

ESPARGIMENTO, s.m. 'derramamento': «sem grande *espargimento* de sangue», III, 12, § 16, 4.

ESPECIAL, adj. 'especial, particular': «pode homem achar em esta luxúria e avareza, geeral proveza e *especial* riqueza», I, 8, § 40, 23. *especiaaes*, «Estes eram *especiaaes* amigos d'Ambeoris», II, 14, § 5, 3 (3)

ESPECIALMENTE, ESPICIALMENTE, adv. 'sobretudo, particularmente': «foi mui queixoso deste feito *especialmente* por que Cesar era vivo», II, 21, § 15, 1; «os de França esso mesmo, *especialmente* de contra a ribeira d'Aisa», III, 1, § 9, 2. *especialmente*, «avia el grande hodio, *especialmente* a Cesar», II, 2, § 17, 8. (11)

ESPECIAS, s.pl. 'espécies, drogas aromáticas': «*especias* e hervas», III, 12, § 9, 4; «metiam em fogo balsamo e *especias* e encençõs», III, 13, § 24, 3. (5)

[ESPEDAÇADO], adj. 'despedaçado': *espedaçados*, «membros de mortos *espedaçados*», III, 18, § 20, 5. *espedaçada*, «A lança que eu trago será *espedaçada*», III, 19, § 3, 5. (2)

ESPEDAÇAR, v.tr. 'despedaçar': «nós o *espedaçaremos* na batalha», III, 19, § 15, 7; «*espedaçarom* dos Hermenios sem conto», III, 16, § 7, 3. (7)

Formas verbais:

- ind. imp. 3p. *espedaçava*, III, 12, § 53, 1.
 6p. *espedaçavam*, III, 15, § 5, 7.
 ind. perf. 6p. *espedaçarom*, III, 18, § 21, 2.
 ind. fut. 4p. *espedaçaremos*, III, 19, § 15, 7.
 inf. imp. *espedaçar*, IV, 3, § 1, 2.

ESPERANÇA, s.f. 'esperança': «peideo *esperança* de escapar», III, 14, § 7, 1; «fosse fora em toda *esperança* d'escapar», III, 15, § 38, 3. (83) Ver *aspeança*.

ESPERAR, v.tr.e intr. 'esperar': «Cesar *esperava* a vñda daqueles que eram espargidos», III, 15, § 58, 2; «Gaio disse que nom *esperaria* mais», III, 19, § 2, 2. (14)

Formas verbais:

- ind. pres. 4p. *esperamos*, III, 6, § 13, 3.
 ind. imp. 3p. *esperava*, III, 15, § 58, 1.
 6p. *esperavam*, III, 7, § 5, 1.
 ind. perf. 3p. *esperou*, III, 1, § 11, 1.
 6p. *esperarom*, II, 18, § 79, 1.
 ind. mqperf. 3p. *esperara*, IV, 2, § 16, 2.
 conj. pres. 4p. *esperemos*, III, 1, § 7, 6.
 cond. 3p. *esperaria*, III, 19, § 2, 2.
 inf. imp. *esperar*, III, 1, § 19, 1.

ESPERIMENTOS, s.pl. 'experiências': «queimarei teu corpo em este boosco e farei tantos *esperimentos*», III, 12, § 10, 4.

[ESPERTAR(SE)], v.refl. 'despertar, animar-se': «braadou tanto que os Romãaos *se espertarom* e o defenderom», III, 1, § 5, 8.

ESPERTO, adj. 1. 'acordado': «mostrou a Pompeeo, em dormindo, a cidade que mais nom avia de veer *esperto*», III, 12, § 13, 4. 2. 'esperto': *espertos*, «Os Romãaos eram entendidos e *espertos* nas suas obras e em seus alojamentos», II, 7, § 9, 4. (3)

ESPESSAMENTE, adv. 'de modo espesso, compacto': «dardos voavam *espessamente*», II, 18, § 83, 3. (3)

ESPESSO, adj. 'abundante, compacto': «Hñu boosco avia hi, alto e *espesso*, tam cheo d'arvores que o Sol nom podia dentro luzir», III, 5, § 5, 1. *espessos*, «os cabelos louros e *espessos*», III, 15, § 17, 4. *espessa*, «oolhou onde a gente era mais *espessa*», II, 12, § 21, 3. *espessas*, «os botavam por força atras com as lanças que eram *espessas*», II, 4, § 10, 2. (23)

[ESPESSURA], s.f. 'espessura': *espessuras*, «as estrelas nom pareciam de noite com as *espessuras* das nuvêes», III, 6, § 5, 4.

ESPECIALMENTE, ver *especialmente*.

[ESPIGA], s.f. 'espiga': *espigas*, «De fome comem as *espigas* verdes», III, 12, § 16, 5.

ESPINHAÇO, s.m. 'dorso, costas': «passou-lhe as tripas e pareceo-lhe o ferro da outra parte polo *espinhaço*», III, 5, § 21, 4.

[ESPINHA], s.f. 'espinha, saliência; espinheiro (arbusto)?': *espinhas*, «ca se feriam nas *espinhas* do ferro e caíam nas covas», II, 18, § 8, 1; «devou-o após si polas rochas e por booscos e *espinhas*», III, 12, § 8, 3. (2)

[ESPINHO], s.m. 'espinho, ramo aguçado': *espinhos*, «lançaram arredor de sua hoste *espinhos* de ferro», II, 4, § 17, 4.

[ESPIR(SE)], v.intr. 'despir-se': «Entom *se espio* a donzela toda nua», III, 15, § 51, 4; «taaes hi avia que *se espirom* e afundaram no mar», III, 15, § 49, 3.

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *se espio*, III, 15, § 51, 4.

6p. *se espirom*, III, 15, § 49, 3.

ESPISTOLAS, ver *epistola*.

ESPORA, s.f. 'espora': «enderençou a espada mais a fundo e cortou-lhe toda a *espora*», III, 12, § 38, 5. (36)

ESPOSA, s.f. 'esposa': «as quaaes cousas nom acontecerom se eu nom fora sua *esposa*», III, 13, § 5, 3; «hũa mulher que nom he tua *esposa*», III, 15, § 61, 4. (2)

[ESPOSAR], v.tr. 'desposar': «Sextu a *exposara* de boamente depois da morte de Agatam», III, 19, § 10, 4; «Hũu nobre pastor de Roma *esposou* hũa dona», IV, 1, § 7, 2. (7)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *esposou*, IV, 1, § 7, 2.

ind. mqperf. 3p. *esposara*, III, 19, § 10, 4.

ESPOSO, s.m. 'esposo': «o possa ainda aver por senhor e por *esposo*», III, 19, § 14, 8.

[ESPREITAR], v.tr. 'espreitar, espiar': «em outro tempo o *espreitara* de noite», IV, 2, § 29, 2.

ESPREITO (EM), loc.adv. 'de vigia, à espreita': «fazia cada dia armar seus cavaleiros e metia-os *em espreito*», III, 19, § 7, 3.

ESQUEECER, v.tr.e intr. 'esquecer': «a Darpes nom lhe *esqueeciam* as esporas», II, 21, § 10, 1; «meu coração nunca te *esqueecerá*», III, 14, § 10, 8. (19)

Formas verbais:

ind. imp.	6p. <i>esqueeciam</i> , III, 14, § 10, 8.
ind. perf.	1p. <i>esqueeci</i> , III, 2, § 17, 5. 2p. <i>esqueeceste</i> , III, 2, § 17, 4. 6p. <i>esqueecerom</i> , III, 10, § 20, 1.
ind. mqperf.	3p. <i>esqueecera</i> , III, 14, § 10, 8.
ind. fut.	3p. <i>esqueecerá</i> , III, 14, § 10, 8.
conj. pres.	1p. <i>esqueeça</i> , III, 10, § 19, 6.
conj. imp.	3p. <i>esquecesse</i> , II, 16, § 2, 2. 6p. <i>esqueecessem</i> , II, 4, § 4, 5.
inf. imp.	<i>esqueecer</i> , III, 13, § 23, 5.
ind. pres. comp.	5p. <i>avees esqueecido</i> , II, 3, § 11, 2.
ind. mqperf. comp.	<i>tiinha esqueecido</i> , III, 15, § 14, 2. <i>tiinha esqueecida</i> , III, 15, § 14, 4.

ESQUEECIDO, adj.v. 'esquecido': «atees que aquele feito fosse *esqueecido*», I, 4, § 1, 1. (4)

ESQUEECIMENTO, s.m. 'esquecimento': «vossas riquezas vos fazem muitas cousas poer em *esqueecimento*», I, 8, § 40, 11.

ESQUEENTADA, ver *esquêetado*.

ESQUEETADO, ESQUEENTADO, adj. 'exaltado, irritado': «quando Vertin-geturis era peor *esquêetado* tanto mais crecia sua autoridade», II, 18, § 32, 1. *esqueentado*, «El era *esqueentado* da batalha», III, 16, § 6, 3. *esqueentada*, «a cota, porque andava *esqueentada*, nom pôde teer», III, 11, § 22, 7. (6)

ESQUEETAMENTO, s.m. 'calor': «aviam tam grande vootade de beber polo *esquêetamento* da peçonha», III, 14, § 36, 4.

[ESQUEËTAR], ESQUENTAR, v.tr. 'aquecer': «O sol *esquêetava* ja o dia», III, 1, § 6, 1; «eles *esquêetarom* tanto rei Juba em aquele combate que lhe caia a suor», III, 18, § 22, 1. (8)

Formas verbais:

- ind. imp. 3p. *esquēetava*, III, 1, § 6, 1.
 ind. perf. 3p. *esquēetou*, III, 1, § 12, 6.
 6p. *esquēetarom*, III, 18, § 22, 1.
 ind. mqperf. 3p. *esquēetara*, III, 15, § 36, 4.
 inf. imp. *esquentar*, III, 12, § 10, 3.

ESQUERDA, EZQUERDA, adj. 'esquerda': «aa parte destra, homēes e molhe-
 res (...), e de parte *esquerda* eram os prisioneiros», I, 9, § 2, 3. *ezquerda*,
 «meteo em sua mão *ezquerda*», IV, 3, § 3, 1. (9)

ESQUIVAR, v.tr. 'evitar': «E por esto *esquivar* e por amor a Cleopatra», III,
 15, § 60, 3; «pera *esquivar* este perigo», II, 18, § 1, 1. (4)

ESQUIVO, s.m. 'nome de peixe, fr. *eschines*': «hūu peixe que a nome *esquivo*»,
 III, 12, § 9, 4.

[ESSE] adj. 'esse': *desse*, «*desse* mesmo golpe matava outro», III, 5, § 7, 4.

ESSO, ISSO, 1. pron.indef. 'isso': «por *esso* escrepvemos nós aqui», ProL. § 3,
 1; «nom cessou, por *esso*, d'empachar suas mortes», I, 8, § 56, 1.
 2.adv. 'também, igualmente': *esso meesmo*, «Cesar oolhou e vio a oste
 dos Bretões, e os Bretões virom *esso meesmo* os Romāaos», II, 11,
 § 9, 3; «sairom fora de suas tendas; e as outras duas ligiões que ficaram
 nas tendas fizeram *esso meesmo* por cercar os Seines», II, 3, § 21,
 1. *isso*, «Julio moveria novas revoltas em Roma (...) e Piso *isso meesmo*,
 em Espanha», I, 3, § 4, 5.

ESTAABEL, ver *estavel*.

[ESTABELEECER], v.tr. 'determinar, ordenar': «*Estabeleceo* hūa lei de comunal
 despesa», IV, 1, § 7, 4; «fez encher o lago hu *estabelecera* a batalha das
 naaos», IV, 1, § 8, 1. (15)

Formas verbais:

- ind. perf. 3p. *estabeleceo*, I, 1, § 1, 2.
 6p. *estabelecerom*, I, 1, § 3, 1.
 ind. mqperf. 3p. *estabelecera*, IV, 1, § 8, 1.
 conj. imp. 3p. *estabelecesse*, II, 23, § 12, 2.
 cond. 6p. *estabeleceriam*, II, 18, § 77, 2.

ESTACA, s.f. 'estaca': «hūa *estaca* aguda e grossa como coxa de hūu homem»,
 II, 18, § 76, 4. *estacas*, «hūu madeiro grosso e verde, que era hūa das
 milhoeres *estacas* do caramanchom», III, 17, § 3, 4.

ESTADA, s.f. 1. 'estadia': «com segurança de vida e de vida e d'estada», I, 10, § 13, 5. 2. 'estábulo': *estadas*, «Os cavaleiros e os cavalos nadavam nas *estadas* e as bestas salvagêes em suas camas», III, 6, § 5, 3 (6)

ESTADO, s.m. 'estado, posição hierárquica': «queria morrer em tal *estado* como era», III, 18, § 25, 3; «Cesar he mui aventuroso e que fortuna ho ha posto em tam alto *estado*», III, 15, § 26, 8. (12)

ESTAMAGO, s.m. 'estômago': «nom o defendeo que o ferro nom entrasse nos peitos, sobre o *estamago*», III, 19, § 14, 5.

ESTANÇA, s.f. 'lugar de estadia': «conveeo-lhe per necessidade de mudar sua *estança*», II, 14, § 4, 2.

ESTANCO, s.m. 'lago': «hũu porto que he acerca de hũu *estanco*», III, 14, § 20, 1. *estancos*, «Águas e pahuues e *estancos*», III, 12, § 2, 3. (5)

ESTANHO, s.m. 'estanho': «em meio da terra avia vieiros d'*estanho* e contra a marinha avia vieiros de ferro», II, 11, § 12, 3.

ESTAR, v. intr. e aux. 'estar': «nem hũu nom podia *estar* em tenda», II, 7, § 10, 2; «os maaos *estam* de fundo dos bons», I, 8, § 40, 16; «Marcus Catam *estava* em mesura e honra e em virtude e em lealdade manter», I, 8, § 43, 9.

Formas verbais:

ind. pres.	1p. <i>estou</i> , III, 1, § 2, 6.
	3p. <i>está</i> , II, 2, § 19, 7.
	4p. <i>estamos</i> , III, 11, § 10, 4
	6p. <i>estam</i> , II, 18, § 15, 4.
ind. imp.	3p. <i>estava</i> , III, 8, § 7, 1.
	5p. <i>estavees</i> , II, 18, § 22, 3.
	6p. <i>estavam</i> , II, 22, § 2, 5.
ind. perf.	1p. <i>estive</i> , II, 21, § 16, 3.
	3p. <i>esteve</i> , II, 12, § 1, 3.
	6p. <i>esteverom</i> , II, 12, § 28, 1
ind. mqperf.	3p. <i>estevera</i> , III, 12, § 36, 2.
	6p. <i>esteverom</i> , III, 1, § 11, 6.
ind. fut.	1p. <i>estarei</i> , III, 13, § 7, 3.
conj. pres.	2p. <i>estês</i> , III, 10, § 18, 5.
	6p. <i>estem</i> , III, 1, § 8, 3.
conj. imp.	3p. <i>estevesse</i> , III, 8, § 9, 3.
	6p. <i>estevessem</i> , II, 8, § 8, 1.
imper.	2p. <i>estaae</i> , II, 21, § 11, 8.
cond.	6p. <i>estariam</i> , II, 18, § 15, 5.
inf. imp.	<i>estar</i> , II, 7, § 10, 2.
ger.	<i>estando</i> , II, 3, § 10, 1.

ESTAVEL, ESTAAVEL, adj. 'estável, inalterável': «tu tões firme coração e *estavel* na ora da morte», III, 13, § 20, 9. *estaavel*, «Marcus Catam era firme e *estaavel* nas dereitas obras», I, 8, § 43, 7. *estavees*, «ca (as estrelas) nom som *estavees* e hũus tempos parecem e outros nom», III, 13, § 9, 3. (4)

ESTE, pron.e adj. 'este': «os Franceses se confirmassem em *este* cuidado», II, 19, § 2, 1; «deu o conhecimento ao que o achou que *este* era», III, 13, § 23, 2 *estes*, «Hũu avia nome Pulo e o outro Vezuneus. *Estes* andavam cuidando como averiam honra», II, 12, § 21, 1. *esta*, «E *esta* discordia começou em *esta* guisa», I, 3, § 3, 1. *estas*, «apareceo-lhe que *estas* novas tiñham sembrante de verdade», II, 19, § 1, 2.

ESTENDER, 1. v.tr. 'estender': «el nom avia tanto d'espaco hu el podesse *estender* seu braço», III, 15, § 56, 5; «meteo-lhe hũa perna antre as suas e *estendeo-lhe* os membros», III, 8, § 2, 3. 2. v.refl. 'estender-se': «Os grandes montes de Penemius, que *se estendem* per Lombardia», III, 2, § 1, 2. (12)

Formas verbais:

ind. pres. 3p. *estende*, II, 11, § 13, 1.
6p. *se estendem*, III, 2, § 1, 2.
ind. imp. 3p. *estendia-se*, II, 16, § 5, 1.
ind. perf. 3p. *estendeo-lhe*, III, 8, § 2, 3.
inf. imp. *estender*, III, 15, § 56, 5.

ESTENDIDA, ver *estendida*.

ESTENDUDA, [ESTENDIDA], adj. 'estendida, alongada': «por que sua gente era *estenduda*, muito e nom podiam andar de hũu cabo a outro», II, 12, § 10, 3. *estendidas*, «hũa aguia d'ouro com as aas *estendidas*», III, 19, § 18, 1. (2)

ESTEO, s.m. 'esteio': «hũu mui alto *esteo* de marmore», III, 4, § 2, 5. *esteos*, «Arredor por de fora tiñham *esteos* grossos como traves», II, 18, § 25, 1. (4)

[ESTERRADO], s.m. 'desterrado': *esterrados*, «eram *esterrados* por seu maao feito», IV, 1, § 5, 4; «eram soamente *esterrados* sem perder nada de seus patrimonios», IV, 1, § 6, 7. (5)

ESTERRAR, v.tr. 'destruir, destroçar': «ca os homões de quatrocentos helifantes mui bem poderiam *esterrar* hũa grande terra (fr. *ost*)», III, 18, § 15, 7. Ver *desterrar*.

ESTERRO, s.m. 'desterro': «Arsenoe foi enviada em *esterro*», III, 15, § 59, 4.

ESTILO, STILO, s.m. 1. 'maneira particular de falar ou escrever, estilo': «poemos aqui as sentenças de Julio Cesar e Catam por seerem em elegante *estilo*», I, 8, § 1, 2. 2. 'estilete, ponteiro com que se escrevia nas tábuas enceradas': «empuxou-o assi contra o *estilo* que a ponta lhe passou polo braço», IV, 3, § 4, 4. *stilo*, «Casio o ferio com seu *stilo* na garganta», IV, 3, § 4, 3. *stilos*, «Taaes hi ouve que se matarom com os *stilos* meesmos com que eles matarom Cesar», IV, 3, § 11, 4. (6)

ESTIO, s.m. 'estio': «Faziam gear no *estio*», III, 12, § 4, 4. (2)

ESTO, pron.indef. 'isto': «*Esto* era forte cousa», II, 17, § 6, 2; «*esto* fezera Vertingeturis por aver a graça dos Romãaos», II, 18, § 2, 2; «*Esto* meesmo devees vós, senhores, de fazer», I, 8, § 39, 9. *desto*, «*Desto* foram os forrejadores espantados», II, 17, § 12, 1. *isto*, «quando Arris-tobulus ouvio *isto*», I, 10, § 10, 1.

ESTOFA, s.f. 'coifa, fr. *coiffe*': «cortou-lhe o elmo com a *estofa* de guisa que entrou a espada ataaas sobrancelhas», III, 16, § 3, 4; «deu-lhe tal golpe que, se nom fora a *estofa* (fr. *li traverseins dou biauime*), todo o fendera ataa os dentes», III, 18, § 21, 3. (3)

[ESTOPA], s.f. 'estopa': *estopas* «A chama dos brandões se meteo nas *estopas*, e o pez, que está na juntura das tavaas, aviventou o fogo», III, 15, § 39, 2.

ESTORCER, v.intr. e refl. 'torcer, contorcer-se': «ele *estorceo* o golpe e caio do cavalo aalem», III, 16, § 3, 2; «Andava-se *estorcendo* de hũu cabo a outro», I, 2, § 4, 2. (3)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *estorceo*, III, 16, § 3, 2.
ger. *estorcendo*, I, 2, § 4, 2.

ESTOREA, ver *estoria*.

ESTORGIDO, adj. 'aturdido': «Catam foi hũa peça tam *estorgido* que nom sentia rem», III, 18, § 13, 4; «lhe deu hũa tam grande punhada na cabeça que o lançou *estorgido* em terra», II, 18, § 48, 4. *estorgidos*, «esteve-rom em ponto de cair *estorgidos*», II, 21, § 9, 15. (5)

ESTORIA, ESTOREA, s.f. 'história': «Lucam passa aqui tam brevemente que nehũu nom pode saber a *estoria* certa», III, 15, § 43, 1; «Muitos outros matou, segundo conta a *estoria*», III, 14, § 7, 2. *estorea*, «por melhor continuarmos nossa *estorea*», Prol., § 3, 4. (9)

[ESTORIADOR], s.m. 'historiador': *estoriadores*, «dizem *estoriadores* em seus scriptos», II, 11, § 13, 2; «qual quer cousa que digam os outros *estoriadores*», III, 15, § 49, 5. (2)

ESTORIAGRAPHÉ, ver *istoriógrafo*.

ESTORMENTO, s.m. 1. 'instrumento': *estormentos*, «sãos de *estormentos* mui doces d'escuitar», III, 14, § 20, 1. 2. 'testamento, escrito, fr. *testament*': «Quando este *estormento* foi feito», I, 9, § 7, 5. *estormentos*: «quando algũs cidadãos queriam fazer *estormentos*», I, 9, § 7, 5. (5)

ESTORVAR, v.tr. 'estorvar, prejudicar': «eu cuidava dar a Rôma sua franqueza que vós andaaes *estorvando*», III, 12, § 38, 4; «Pois eu nom posso ferir per mingua de vista, ao menos *estorvarei* algũu golpe de meu compa-nheiro», III, 5, § 21, 3. (21)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *estorvava*, II, 18, § 69, 4.
6p. *estorvavam*, II, 18, § 72, 3.
ind. perf. 3p. *estorvou*, III, 18, § 9, 2.
4p. *estorvâmos*, III, 15, § 6, 3.
ind. fut. 1p. *estorvarei*, III, 15, § 21, 3.
cond. 3p. *estorvaria*, III, 14, § 19, 1.
4p. *estorvaríamos*, III, 6, § 9, 6.
inf. imp. *estorvar*, III, 15, § 6, 3.
ger. *estorvando*, III, 12, § 38, 4.

ESTORVO, s.m. 'estorvo, prejuízo': «Assaz ouverom d'*estorvo* os Romãos», II, 6, § 4, 1. (3)

ESTRADO, adj. 'pavimentado, juncado': «era *estrado* de calçadonias e madeirado d'ossos d'alifante», III, 15, § 16, 4. *estrados*, «os lugares e ruas da cidade que eram *estrados* de fino marmore», III, 15, § 2, 2. *estrada*, «toda a terra era *estrada* de mortos arredor deles», III, 11, § 20, 1. (3)

[ESTRAGAR], v.tr. 'estragar': «ca temiam aqueles cuja terras e campos *aviam estragados*», II, 8, § 15, 5.

[ESTRANGEIRO], s.m. 'estrangeiro': *estrangeiros* «argulho nom lhes tolheo que eles nom tomassem boo exemplo de razom dos *estrangeiros*», I, 8, § 39, 26. (2)

[ESTRANGER], v.tr. 'ranger': «nom ha hi liom çarrado (...) que mais *estran-geisse* os dentes que ele entom nom fazia», III, 15, § 32, 2.

ESTRANHO, adj. 'estranho, estrangeiro': «em aquel *estranho* logar», III, 9, § 1, 3. *estranhos*, «fez destes dez pretores, que eram *estranhos*, cida-dãos», IV, 2, § 31, 6; «Esto foi por *estranhos* franceses que Cesar fezera senadores», IV, 2, § 35, 2. *estranha*, «estabeleceo que nehũu filho de senador fosse fora de Roma, em *estranha* terra», IV, 1, § 6, 2. *estranhas*, «viinha das batalhas e das *estranhas* terras que conquistava», III, 13, § 26, 7. (40)

ESTREBEIRA, [ESTRIBEIRA], s.f. 'estribo': «tirou o pee da *estrebeira* e saltou em pee», III, 8, § 7, 3. *estrebeiras*, «quebraram as correas das *estrebeiras* e cairom em terra per cima das ancas dos cavalos», III, 12, § 37, 2. *estribeiras*, «se se soficara nas *estribeiras*, Gaio o passara de parte a parte», III, 19, § 4, 3. (4)

ESTREITO, 1. adj. 'estreito': «hũa maneira de navegar no mar *estreito* e outra no largo mar Ouciano», II, 6, § 3, 5; «o (caminho) era tam *estreito* que apenas hũu cavaleiro soo poderia passar por ele», II, 2, § 5, 2. *estreitos*, «metia-se polos semideiros *estreitos* e cubertos», III, 3, § 1, 2. *estreita*, «a entrada he mais *estreita*», II, 18, § 46, 4. *estreitas*, «covas de tres pees em alto e *estreitas* em fundo», II, 18, § 75, 4. 2.s.m. 'desfiladeiro': *estreitos*, «Os Clutões (...) eram ja passados aalem dos *estreitos* dos Sequanois», II, 2, § 10, 1. (27)

ESTREITURA, s.f. 'estreiteza': «Este caminho *estreito* era contra a terra dos Franceses, e por sua *estreitura* pouca gente o guardaria», II, 2, § 5, 2. (2)

ESTRELA, s.f. 'estrela': «apareceo hũa *estrela* que se chama cometa», III, 1, § 12, 1. *estrelas*, «de noite apareciam muitas *estrelas*», III, 1, § 12, 1. (29)

ESTREMA, s.f. 'estrema, fronteira': «hũa das partes dos Clutões era *estrema* antre eles e os Bregonhões», II, 2, § 5, 4. (2) Ver *estremo*.

ESTREMADO, adj. 'escolhido, designado': «Silanus he forte homem e nobre, *estremado* pera seer consul», I, 8, § 39, 16. *estremados*, «(Os tribũus) forom *estremados* hũu ano depois dos ditadores», I, 1, § 4, 2. (3)

ESTREMAR, v.tr. 1. 'escolher': «grande (espaço) he quando em ele podemos *estremar* qual morte nos prouver», III, 7, § 5, 3; «E eu vos *estremarei* por meu companheiro», I, 9, § 4, 3. 2. 'separar': «ferio hũu que avia nome Anticios de tam grande golpe que lhe *estremou* hũa espadoa do corpo», II, 21, § 10, 4. (5)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *estremou*, II, 21, § 10, 4.

ind. fut. 1p. *estremarei*, I, 9, § 4, 3.

inf. imp. *estremar*, III, 7, § 5, 3.

ESTREMO, s.m. 'fronteira, divisão': «Os Riis he *estremo* de hũa parte antre os Seinees e os Belgues», II, 1, § 1, 5. (2) Ver *estrema*.

[ESTREVER(SE)], v.refl. 'atrever-se': «tomou em eles cruel viingança por as outras cidades nom se *estreverem* a fazer outro tal», II, 6, § 10, 2. (2)

ESTRIBEIRA, ver *estrebeira*.

ESTRONOMIA, s.f. 'astronomia': «Cesar, que muito sabia de nigromancia e d'*estronomias*», III, 1, § 4, 2. *estronomias*, «Eu ouvi muito falar das *estronomias* do Egípto», III, 15, § 20, 4. (2)

ESTRONIMO, s.m. 'astrónomo': «Quedoxres, que foi boo *estronimo*», III, 15, § 20, 4.

[ESTRUPO], s.m. 'estrondo, tropel': *estrupos*, «eram muito espantados assi dos *estrupos* dos cavalos como do sôo das rodas», II, 10, § 14, 1. (2)

ESTUDAR, v.intr. 'estudar': «entom *estudavam* os homêes mais de vontade em siso e em engenho», Prol. § 2, 5; «sempre *estudava* a fazer escriptos», IV, 2, § 12, 1. (3)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *estudava*, IV, 2, § 12, 1.

6p. *estudavam*, Prol., § 2, 5.

ESTUDO, s.m. 'estudo': «sempre despendia meu tempo em batalhas e em *estudos*», III, 15, § 20, 4.

EU, pron.pes. 'eu': «Ora ei *eu* o que desejava», I, 9, § 11, 3.

EXALÇADO, adj. 'exaltado, louvado': «nom vejo em que Cesar deva seer mais *exalçado* que mim», III, 2, § 6, 10. *exalçados*, «nom sooes prezados nem *exalçados* per armas», III, 14, § 17, 8. *exalçada*, «por saber como a cavalaria poderia seer mais *exalçada*», Prol., § 2, 1.

EXALÇAMENTO, s.m. 'exaltação, louvor': «Cesar (...) foi dele enlaçado em seu *exalçamento*», III, 15, § 14, 4.

EXALÇAR, v.tr. 'exaltar, elevar': «e por *exalçar* ainda mais o seu estado», II, 2, § 17, 7; «foi feita a grande matança de Thesalia por *exalçar* o reino do Egypto», III, 15, § 8, 4. (10)

EXEMPLO, EXEMPRO, ENXEMPLO, s.m. 'exemplo': «nom tomassem boo *exemplo* de razom dos estrangeiros», I, 8, § 39, 26. *exemplo*, «devemos tomar grande *exemplo* de nossos antecessores», III, 18, § 4, 6. *enxemplo*, «destes devemos nós filhar *enxemplo*», II, 18, § 79, 9. (34)

EXEMPRO, ver *exemplo*.

EZQUERDA, ver *esquerda*.

F

- FAAGUEIRO, adj. 'fagueiro, suave': *faagueiros*, «depois que (...) ele ouver hũa vez gostados os seus *faagueiros* prazeres e solazes», III, 15, § 26, 5. *faagueiras*, «desejava muito de seer rei e trabalhava quanto podia, assi como per dõoes e per palavras *faagueiras*», II, 2, § 8, 3. (3)
- FABULA, s.f. 'fábula, conto': «darei o que hũa *fabula* antiiga diz», III, 14, § 34, 1. *fábulas*, «donde foram os Centauros, segundo as *fabulas*, que som meos homêes e meos cavalos», III, 4, § 1, 4. (4)
- FACE, s.f. 'face, rosto': «tal hi avia que cuidava a beijar a *face* de seu marido», III, 5, § 24, 1. *faces*, «suas *faces* molhadas de lagrimas», III, 1, § 22, 6. (6)
- FACHA, s.f. 'acha, arma': «El tiinha hũa *facha* com ambalas mãaos», III, 17, § 6, 1. *fachas*, «começarom-nos a ferir com paaos e espadas e *fachas*», III, 5, § 18, 2. (13)
- FACHADA, s.f. 'golpe com facha': «matou depois Alexandre em Antiochia, de hũa *fachada*», I, 10, § 23, 9. (2)
- [FAISCA], s.f. 1. 'faísca, brasa': *faiscas*, «as chamas e *faiscas* que voavam, pola força do vento», III, 17, § 3, 8. 2. 'faísca, desejo ardente': «creceo em ele tal ardor que lhe entraram as *faiscas* no coração», III, 15, § 16, 2. (2)
- FALA, s.f. 'fala, discurso': «Cesar leixou a *fala* e foe-se», II, 3, § 17, 1. *falas*, «Cesar ouve acabadas suas *falas*», II, 11, § 2, 1. (4)
- FALANGA, s.f. 'falange, corpo de tropas': «Os Seinees fezerom *falanga* de seus escudos», II, 3, § 23, 4
- FALANTE (BEM), adj. 'bom orador': «nom sabia nem hũu tam *bem falante* que de rem passasse Cesar», IV, 2, § 11, 1.
- FALAR, v.intr. 'falar': «*falaremos* dos costumes de França e de Sansonha», II, 14, § 10, 5; «ca lhe queria *falar* cousas que a ambos perteezia», II, 3, § 5, 1. (115)

Formas verbais:

- | | |
|------------|--|
| ind. pres. | 3p. <i>fala</i> , III, 14, § 18, 2.
6p. <i>falam</i> , I, 8, § 39, 14. |
| ind. imp. | 3p. <i>falava</i> , II, 2, § 19, 8.
6p. <i>falavam</i> , II, 3, § 10, 3. |
| ind. perf. | 3p. <i>falou</i> , I, 9, § 9, 1.
4p. <i>falámos</i> , II, 18, § 41, 1.
6p. <i>falarom</i> , III, 18, § 1, 3. |

ind. perf. comp.	6p. <i>falara</i> , I, 10, § 11, 2.
ind. fut.	1p. <i>falarei</i> , I, 8, § 40, 7. 3p. <i>falará</i> , III, 13, § 4, 3. 4p. <i>falaremos</i> , III, 12, § 19, 3.
conj. pres.	3p. <i>fale</i> , I, 8, § 39, 30. 6p. <i>falem</i> , III, 12, § 7, 3.
ind. mqperf.	3p. <i>falasse</i> , II, 12, § 13, 2. 6p. <i>falassem</i> , II, 3, § 13, 3.
cond.	3p. <i>falaria</i> , II, 23, § 12, 4.
inf. imp.	<i>falar</i> , II, 3, § 5, 1.
ger.	<i>falando</i> , II, 2, § 18, 4
ind. pres. comp.	1p. <i>ei falado</i> , I, 8, § 40, 10. 6p. <i>ham falado</i> , I, 8, § 40, 4.
ind. perf. comp.	3p. <i>ouve falado</i> , I, 8, § 40, 1.

FALDRA, s.f. 'fralda, parte inferior': «levantou a *faldra* da cota que tinha vestida», III, 19, § 15, 4; «el (...) cobrio suas coixas da mão esquerda com a *faldra* da saia», IV, 3, § 4, 6. *faldas*, «nom era eu digna de soterrar o corpo de meu senhor (...) e receber sua siinza em minhas *faldas*», III, § 10, 2. (4)

FALECER, [FALESCER], v.intr. 1. 'faltar': «ali lhes *faleceo* o vento e andaram assi atee a manhã», II, 11, § 8, 2; «Se os agora leixarmos (...) ja mais sua guerra nom nos *falecerá*», II, 18, § 68, 3; «grande honra podiam aver se os corações lhes nom *falecessem*», II, 10, § 15, 4. 2. 'desmaiar': «Duas vezes *faleceo* ele em seus feitos de praça», IV, 2, § 1, 1. (68)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>falece</i> , II, 18, § 52, 7.
ind. imp.	3p. <i>falecia</i> , II, 4, § 20, 2. 6p. <i>faleciam</i> , II, 10, § 10, 1. 6p. <i>falesciam</i> , II, 2, § 26, 2.
ind. perf.	3p. <i>faleceo</i> , III, 5, § 21, 4. 5p. <i>falecestes</i> , III, 12, § 22, 10. 6p. <i>falecerom</i> , III, 10, § 13, 4.
ind. mqperf.	3p. <i>falecera</i> , I, 10, § 11, 1. 6p. <i>faleccrom</i> , II, 2, § 15, 6.
ind. fut.	1p. <i>falecerei</i> , III, 12, § 16, 10. 3p. <i>falecerá</i> , II, 18, § 68, 3.
conj. pres.	3p. <i>faleça</i> , II, 3, § 11, 8.
conj. imp.	3p. <i>falecesse</i> , III, 13, § 1, 6. <i>falecessem</i> , II, 22, § 6, 1. <i>falecessem</i> , II, 10, § 15, 4.
cond.	6p. <i>faleceriam</i> , II, 18, § 11, 2.
inf. imp.	<i>falecer</i> , II, 3, § 16, 2.
ind. mqperf. comp.	6p. <i>tiinham falecidos</i> , II, 12, § 17, 1.

[FALECIDO], adj. 'carecido, com insuficiência': *falecidos*, «hordenou duas batalhas de sua gente, e hũa enviou por acorrer aos logares *falecidos*», II, 7, § 5, 1.

FALESCER, v. *falecer*.

[FALSADA], adj. 'fendida': *falsadas*, «ouve hi muitas lanças britadas e muitos escudos e cotas *falsadas*», II, 18, § 72, 1.

FALSAR, v.tr. 'fender, quebrar': «britava nembros e *falsava* elmos», III, 11, § 11, 2; «Embalde queres ou *falsar* o amor e lealdade que deve seer antre ti e ele por meu casamento», III, 2, § 17, 5. (7)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *falsava*, III, 11, § 11, 2.

ind. perf. 3p. *falsou*, II, 3, § 24, 1.

6p. *falsarom*, III, 12, § 33, 1.

FALSO, adj. 'falso, mentiroso': «chamou Spurna *falso* mentidor», IV, 3, § 3, 3. *falsos*, «trouxe a paz a seus *falsos* amigos», II, 19, § 3, 3. *falsa*, «ca eu nom os quero enganar (...) nem me cubro de *falsa* cubertura», III, 14, § 22, 4. (3)

FALSURA, s.f. 'falsidade': «lembrarom-se da grande *falsura* que lhe aviam feita», II, 8, § 14, 3; «ainda que Cesar conhecesse a *falsura* dos d'Oscum», II, 18, § 56, 3. (7)

FAMA, s.f. 'fama': «por esta derradeira vitoria, ha sua *fama* hia ja correndo», II, 9, § 1, 7. (4)

FAME, FOME, s.f. 'fome': «nom morreriamos aqui de *fame*», II, 12, § 7, 2. *fames*, «nom sooes prezados nem exalçados per armas nem per *fames* de cercos», III, 14, § 17, 8. *fome*, «eles os matariam per armas ou per fome», II, 10, § 11, 2. (29)

[FAMIINTO], adj. 'faminto': *famiintos*, «assi *famiintos* como estavam nom se queriam partir», III, 11, § 7, 1.

FAMILIAIRO, v. *familiar*.

FAMILIAR, FAMILIAIRO, s.m. 'familiar, parente': «por que era homem honesto e seu *familiar*», II, 3, § 24, 5. *familiar*, «Cesar era seu *familiar*», I, 8, § 59, 1. *familiares*, «seus parceiros e *familiares* manteverom hũa pouco ho combate», II, 17, § 2, 3. (8)

FAMOSO, adj. 'famoso': «Salustrio, *famoso* istoriógrafo», I, 8, § 1, 1. (2)

FARINHA, s.f. 'farinha': «Queimarom outrossi todo o pam que tiinham, salvo *farinhã* pera tres meses que levarom consigo», II, 2, § 4, 2. (2)

FARO, s.m. 'farol': «hũu logar forte e alto e bem defensavel que se chamava Siros, e o *faro* era contra aquela parte», III, 4, § 1, 2. (2)

FARTAR, 1. v.intr. 'ser suficiente': «beveo cada hũu o que cada hũu entendeo que lhe *fartaria*», III, 14, § 33, 3. 2. v.refl. 'fartar-se': «quando tornavam a suas casas *fartavam-se* bem de dormir», III, 6, § 14, 5. (3)

Formas verbais:

nid. imp. 6p. *fartavam-se*, III, 6, § 14, 5.

cond. 3p. *fartaria*, III, 14, § 33, 3.

inf. imp. *fartar*, III, 14, § 32, 1.

FARTO, adj. 1. 'farto, saciado': «cuidarom algũus que Cesar nom tardasse dous ãnos no Egipto por amor de Cleopatra, que asinha seria *farto*», III, 15, § 20, 6. *fartos*, «ataa que os mais proves fossem *fartos*», III, 14, § 31, 2. 2. 'abundante': *farta*, «era muito *farta* e abastada de muitos gaados», II, 2, § 9, 2. *a farto*, «tiinham armas e vianda *a farto*», III, 15, § 41, 7. (6)

FATURA, s.f. 'fatura, quantidade': «aquela vianda e *fatura* (lhe abastava) que lhe matasse a fome», III, 1, § 23, 2.

FAZER, v.tr. 'fazer': «nom *façaas* sobre meu irmãoo tam rigorosa justiça», II, 2, § 19, 3; «tornarom-se a seus tribũus e centuriõoes por saber o que *fariam*», II, 17, § 11, 1.

Formas verbais:

ind. pres. 1p. *faço*, II, 3, § 15, 5.

3p. *faz*, I, 9, § 7, 6.

4p. *fazemos*, I, 8, § 40, 23.

5p. *fazees*, I, 8, § 39, 19.

6p. *fazem*, II, 4, § 31, 2.

ind. imp. 3p. *fazia*, II, 19, § 5, 3.

5p. *fazieeis*, III, 13, § 4, 3.

6p. *faziam*, III, 11, § 11, 1.

ind. perf. 1p. *fiz*, II, 18, § 73, 3.

3p. *fez*, III, 11, § 22, 4.

3p. *feze-as*, II, 11, § 23, 1.

3p. *feze-o*, I, 9, § 9, 5.

5p. *fezestes*, III, 13, § 21, 2.

6p. *fezerom*, II, 21, § 10, 5.

ind. mqperf. 1p. *fezera*, III, 15, § 8, 11.

3p. *fezera*, II, 10, § 1, 1.

ind. fut.	6p. <i>fezerom</i> , II, 11, § 1, 4.
	1p. <i>farei</i> , II, 2, § 19, 4.
	3p. <i>fará</i> , I, 2, § 4, 8.
	4p. <i>faremos</i> , I, 8, § 39, 29.
conj. pres.	5p. <i>farees</i> , II, 18, § 62, 1.
	6p. <i>faram</i> , III, 1, § 22, 3.
	1p. <i>faça</i> , II, 3, § 7, 3.
	2p. <i>faças</i> , II, 3, § 6, 3.
conj. imp.	3p. <i>faça</i> , Prol., § 2, 1.
	4p. <i> façamos</i> , II, 21, § 13, 7.
	5p. <i>façaas</i> , II, 21, § 9, 3.
	6p. <i>façam</i> , II, 2, § 13, 5.
conj. fut.	1p. <i>fezesse</i> , III, 15, § 50, 8.
	2p. <i>fezesses</i> , II, 2, § 14, 4.
	3p. <i>fezesse</i> , I, 10, § 10, 3.
	4p. <i>fezessemos</i> , II, 18, § 15, 5.
imper.	6p. <i>fezessem</i> , II, 20, § 13, 4.
	2p. <i>fezeres</i> , II, 3, § 6, 5.
	3p. <i>fezer</i> , I, 8, § 39, 31.
	5p. <i>fezerdes</i> , I, 8, § 40, 20.
cond.	1p. <i>faze</i> , III, 1, § 6, 5.
	2p. <i>faze</i> , II, 4, § 5, 2.
	3p. <i>faria</i> , I, 9, § 4, 4.
	3p. <i>fazê-lo-ia</i> , III, 12, § 8, 2.
inf. pes.	5p. <i>farieses</i> , II, 4, § 14, 2.
	6p. <i>fariam</i> , II, 17, § 11, 1.
	2p. <i>fazer</i> , III, 12, § 43, 4.
	3p. <i>fazer</i> , III, 1, § 23, 5.
inf. imp.	6p. <i>fazerem</i> , II, 3, § 1, 2.
	<i>fazer</i> , II, 21, § 14, 5.
	<i>fazendo</i> , II, 2, § 6, 1.
	ger.
ind. pres. comp.	3p. <i>tem feitos</i> , II, 12, § 4, 2.
	4p. <i>teemos feitos</i> , III, 10, § 2, 2.
ind. mqperf. comp.	3p. <i>tiinha feitas</i> , III, 11, § 16, 2.
	<i>tiinham feitas</i> , II, 12, § 15, 2.

FE, FEE, s.f. 'fé, lealdade': «que hamoestasse (as cidades) que se tevessem em aquela *fé*», II, 10, § 2, 6; «Se eu cuidasse que me tevesse *fé* e que apacificasses tua gente», III, 15, § 45, 5; «Per boa *fé* (...) se eu podesse daqui sair (...) nom ha rem que eu não fezesse», III, 15, § 50, 8. *fee*, «nom se combaterá de coração, ca veo per *fee* e nom per amor», III, 12, § 22, 8. (7)

FEALDADE, s.f. 'fealdade': «nom achou al com que afeitasse a *fealdade* da sua cobiça», II, 23, § 4, 3.

FEAMENTE, adv. 'de modo nocivo': «fortuna tornara *feamente* sua rota», III, 12, § 47, 1. (2)

FEBRE, s.f. 'febre, doença': «caio em *febre* quartã e morreo dela», I, 10, § 5, 11. (2)

FECHADA, adj. 'fechada': «avia (...) em aquela argola, *fechada*, hũa grossa cadea», II, 4, § 2, 5. *fechadas*, «mandou Cesar que as portas fossem *fechadas*», II, 4, § 33, 1. (5)

FECHAR, v.tr. 'fechar': «eles me queriam filhar dentro e *fechar-me* as portas», III, 5, § 3, 4.

FEDOR, s.m. 'mau cheiro, fedor': «nom poderom hi mais estar polo *fedor* dos mortos», III, 12, § 53, 1. *fedores*, «os *fedores* das serpentes», III, 18, § 4, 6. (2)

FEDOREENTO, adj. 'fedorento, mal cheiroso': *fedorentos* «logares negros e espantosos e *fedorentos*», I, 8, § 40, 16. (2)

FEE, ver *fé*.

FEETICEIRO, ver *feiticeiro*.

FEGURA, ver *figura*.

FEIÇOM, s.f. 'aspecto, forma': «outras bestas avia hi que chamavam altes, de *feiçom* de cabras», II, 16, § 7, 1; «ele meesmo lhe deu a forma da *feiçom* que aviam d'aver», II, 11, § 1, 2. (6)

FEITICEIRO, [FEETICEIRO], s.m. 'feiticeiro, adivinho': «hũu *feiticeiro* que adivinhara que ele avia de morrer», I, 10, § 3, 10. *feiticeiros*, «costume era dos Seines que os *feiticeiros* lançam sortes», II, 3, § 21, 4. *feiticeira*, «hũa *feiticeira* que hia braadando», III, 1, § 16, 1. *feiticeiras*, «as *feiticeiras* (fr. *matrones*) de Roma choram por nós», III, 12, § 24, 7. (7)

FEITO, 1. s.m. 'feito, acto, façanha': «por agradecer aaqueles que em este *feito* ajudarom», II, 22, § 6, 2; «quando esto vio Cesar (...), e sentio seu *feito* em gram periigo», II, 4, § 25, 4. *feitos*, «Duas vezes faleceo ele em seus *feitos* de praça», IV, 2, § 1, 1. «os *feitos* do comũu som maaos de emmendar», III, 10, § 1, 3. 2. adj. 'feito, realizado': «o que estes deziam todo era *feito*», I, 1, § 3, 2; «esto foe *feito* em pouco tempo» II, 14, § 3, 1. *feitos*, «males que por ele foram *feitos*», III, 12, § 51, 3. *feita*, «a desonra que lhe fora *feita*», II, 14, § 5, 1. *bem feito*, «o cavallo fremoso e *bem feito*», III, 18, § 5, 6; «a boca *bem feita*», III, 15, § 17, 4. (94)

FEIXE, s.m. 'feixe, molho': «saltou fora de sua cama, que era de huum *feixe* de herva», III, 10, § 12, 2.

FEMEA s.f. 'fêmea': «o macho e a *femea* se pareciam», II, 16, § 6, 1. *femeas*, «matavam as egoas e outras bestas *femeas*», III, 6, § 12, 1. (2)

FENDER, v.tr. 'fender, partir': «ferio outro da espada que lhe *fendeo* a cabeça ataa os olhos», III, 8, § 6, 3. 2.v.refl. 'fender-se': «os braços e ho pescoço e a cabeça *se* lhe *fenderom* em pouca d'ora», III, 14, § 36, 3. (21)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *fendeo*, III, 8, § 6, 3.
6p. *se fenderom*, III, 14, § 36, 3.
ind. mqperf. comp. 3p. *tiinha fendidos*, IV, 2, § 17, 1.

FENDIDO, adj.v. 'fendido, quebrado': «Seu elmo era todo *fendido*», III, 11, § 12, 2.

FENIS, s.f. 'fénis, ave do paraíso': «a ave que ha nome *fenis* (que vive quinhentos anos)», III, 12, § 9, 4.

FENO, s.m. 'feno': «acendeo hũu pouco de *feno*», III, 12, § 9, 4.

FEO, adj. 'feio': «o mais *feo* homem do mundo», III, 12, § 4, 3. *fea*, «sua mulher, filha de Cesar, saindo do sepulcro, *fea* e espantosa», III, 2, § 17, 2. *feas*, «era espantado de veer tam *feas* semelhanças», III, 12, § 51, 2. (6)

FERAMENTE, adv. 'ferozmente, violentamente': «começaram de combater *feramente*», III, 15, § 38, 2; «quando ouvio que Cesar o requeria tam *feramente* de render», III, 15, § 55, 5. (3)

FERANTE, s.m. 'um cavalo, fr. *ferrant*': «Cipio estava sobre *ferante* de Cartago, e hĩa ameude buscando a batalha», III, 18, § 10, 1.

FERIDA, s.f. 'ferida': «deu-lhe hũa *ferida* na cabeça», II, 20, § 17, 2. *feridas*, «hũu solorgiam que lhe pôs peçonha nas *feridas*», I, 10, § 24, 6. (23)

FERIDO, 1.adj. 'ferido': «Eu som *ferido*», II, 12, § 13, 3. «fora *ferido* de hũu dardo», II, 17, § 10, 1. *feridos* «Cesar, quando vio seus homens *feridos*», II, 21, § 28, 1. 2. s.m. 'ferido': *feridos*, «toda a praça foe chea de mortos e *feridos*», III, 11, § 18, 5. 3. adj.v. 'desferido': «hi nom foe *ferido* golpe de lança nem de espada», III, 6, § 4, 3.

FERIR, 1.v.tr. e intr. 'desferir, atacar, bater': «quando virom assi desordenada sua aaz, *feriam* em ele com seus dardos», II, 12, § 12, 1; «aquela parte honde os dardos e viratões *ferem* mais ameude», III, 5, § 21, 3; «vento de bisa *ferio* em as velas», III, 14, § 2, 3; «*Ferii*, *ferii* e mataae, mataae». III, 12, § 18, 3. 2.v.refl. 'ferir-se': «ca *se feriam* nas espinhas do ferro», II, 18, § 84, 1. (297)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>ferē</i> , III, 12, § 9, 5. 6p. <i>ferem</i> , III, 5, § 21, 3.
ind. imp.	6p. <i>feriam</i> , II, 2, § 25, 3.
ind. perf.	3p. <i>ferio</i> , II, 21, § 6, 1. 5p. <i>feristes</i> , III, 4, § 17, 8. 6p. <i>ferirom</i> , III, 18, § 9, 2. 6p. <i>feriram</i> , II, 8, § 14, 4.
ind. mqperf.	3p. <i>ferira</i> , I, 7, § 2, 2.
conj. pres.	4p. <i>firamos</i> , II, 21, § 13, 7.
conj. imp.	3p. <i>ferisse</i> , II, 18, § 75, 3. 6p. <i>ferissem</i> , II, 6, § 13, 3
imper.	2p. <i>ferii</i> , III, 2, § 18, 3.
inf. imp.	<i>ferir</i> , II, 4, § 24, 4.
ger.	<i>ferindo</i> , II, 4, § 20, 2.
ind. mqperf. comp.	3p. <i>tiinha ferida</i> , II, 21, § 13, 3.

FERMOSO, ver *fremoso*.

FERO, adj. 'feroz, zangado': «foi tragido ante Cesar que assaz era *fero* e argu-lhoso», III, 2, § 5, 4. *fera*, «foe *fera* a batalha», II, 4, § 10, 2. *feras*, «demoveram-lhe mui *feras* e asperas escaramuças», II, 2, § 14, 4; «lições e outras bestas *feras*», III, 8, § 2, 1. (8)

FERRADO, adj. 'guarnecido de ferro': «hũu vaivem forte e bem *ferrado*», III, 5, § 8, 2. *ferrados*, «bem guardada e guarnida de paos agudos e *ferrados*», II, 11, § 18, 2. *ferrados*, «veerom hũuas galees contra as outras e feriram de suas pontas que tiinham *ferradas*», III, 14, § 3, 4. (5)

FERREJADOR, ver *forrejador*.

FERRAJEM, ver *forragem*.

FERREIRO, s.m. 'ferreiro': «Hulcano, hũu nobre *ferreiro*, a (espada) fezera», III, 12, § 38, 3.

FERRO, s.m. 'ferro, arma de ferro': «atormentarom muitos de seus servidores e de seus homẽes com *ferro* e com fogo», IV, 2, § 30, 5; «hũa bandeira despregada que avia a aste grossa e o *ferro* d'aceiro bem agudo», III, 11, § 18, 1; «aqueles que polo presume do *ferro* não podiam nadar», III, 15, § 39, 4. *ferros*, «suas lanças eram assaz rijas e os *ferros* corta-dores». (58)

FERROLHO, s.m. 'ferrolho, fecho de ferro': «hũu postiigo de carvalho, bem ferrado com barras de ferro e hũu forte *ferrolho*», III, 15, § 50, 4. *ferrolhos*, «cortarom logo os *ferrolhos* das portas e abrirom-nas», III, 17, § 8, 5. (2)

[FERRUGENTA], adj. 'ferrugenta': *ferrugentas*, «as espadas *ferrugentas* que longamente tiveram em repouso», III, 1, § 5, 4.

FERVER, v.intr. 'ferver': «o sol he tam quẽete ca adiante que faz *ferver* as ondas do mar», III, 14, § 45, 4.

FESTA, s.f. 'festa, dia de festa': «hordenou que hũa *festa*, que se antiigamente soia de fazer aos consules», I, 9, § 6, 2; «por a *festa* de sam Johãm viinha o sol tam direito sobre elas.», III, 14, § 28, 5. *festas*, «mais som acostumados de vestir roupas de *festas* que cotas e outras armaduras», III, 1, § 7, 6. (11)

FEUZA, s.f. 'confiança (?)': «des que os Turcos tẽe seus coldres vazios convem que se partam ca nom teem mais *feuza* em suas mãaos», III, 13, § 14, 9.

FIADOR, s.m. 'fiador': «aquele que el acaçava com a espada d' aço tiinha maaõ *fiador* de sua vida», III, 18, § 10, 1.

FIANÇA, s.f. 'fiança, garantia, confiança': «por *fiança* deles nõm leixou Cipiam de fogir», III, 2, § 2, 5; «ca toda sua *fiança* era nas velas e no vento que os Romãaos lhe tolhiã», II, 6, § 8, 5; «Cesar entrou em Sêes e fizeram-lhe os da vila *fiança*», II, 21, § 16, 8. (10)

FIAR, 1. v.intr. 'confiar': «hũu seu servidor de que el *fiava* muito e que ele queria grande bem», IV, 2, § 4, 3; «Cesar (...) nom ousou *fiar* nos da vila», III, 15, § 31, 3. 2. v.refl. 'confiar, fiar-se': «Parece que nom te *fiar* de nõs», III, 1, § 8, 3; «*fiando-se* no logar em que estavam», III, § 1, 4. 3. v.tr. 'fiar': «deshi, *fiava-lhe* os nervos e outras cousas que lhe prazia», III, 12, § 5, 4. (39)

Formas verbais:

ind. pres.	2p. <i>fiar</i> , III, 1, § 8, 3.
ind. imp.	3p. <i>fiava</i> , IV, 2, § 4, 2.
	6p. <i>fiavam</i> , III, 17, § 1, 1.
ind. perf.	1p. <i>fiiei</i> , III, 13, § 7, 2.
	6p. <i>fiarom</i> , IV, 1, § 6, 5.
conj. pres.	3p. <i>fiie</i> , III, 13, § 17, 6.
	6p. <i>fiem</i> , II, 21, § 24, 2.
conj. imp.	3p. <i>fiasse</i> , II, 11, § 5, 2.
inf. imp.	<i>fiar</i> , III, 15, § 31, 3.
ger.	<i>fiando-se</i> , III, 11, § 1, 4.

4. s.m. 'fiar': «a diessa Minerva ensinava os começos do tecer e do *fiar*», II, 15, § 7, 2.

FICADA, s.f. 'acto de ficar, estadia': «que (os deoses) minguem em minha fortuna por vossa hida nem por vossa *ficada*», III, 10, § 4, 6; «que aos homẽes nom parecesse que sua *ficada* lhes era grave», II, 3, § 10, 4. (5)

FICAR, v.intr. 'ficar': «ali *fica* hũu pequeno vermen», III, 12, § 10, 4; «eu e vós (...) seremos senhores de toda França se por vós nom *ficar*», II, 2, § 2, 6; «entom *ficou* o bispado a Hircano por seu amor», III, 3, § 5, 5; «essa mortuindade *ficou* por fazer por que Marcus Crasus nom veo», I, 3, § 4, 4. (104)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>fica</i> , III, 12, § 9, 4. 6p. <i>ficam</i> , II, 18, § 79, 7.
ind. imp.	3p. <i>ficava</i> , II, 18, § 37, 3. 6p. <i>ficavam</i> , II, 3, § 10, 4.
ind. perf.	3p. <i>ficou</i> , III, 3, § 5, 5. 6p. <i>ficarom</i> , II, 5, § 2, 3.
ind. mqperf.	3p. <i>ficara</i> , III, 13, § 5, 5. 6p. <i>ficarom</i> , II, 5, § 2, 3.
ind. fut.	6p. <i>ficaróm</i> , III, 12, § 16, 10.
conj. pres.	3p. <i>fique</i> , II, 3, § 11, 9. 6p. <i>fiquem</i> , II, 21, § 11, 6.
ind. imp.	3p. <i>ficasse</i> , II, 4, § 33, 1. 6p. <i>ficassem</i> , II, 12, § 24, 1.
cond.	3p. <i>ficaria</i> , II, 12, § 28, 2.
inf. pes.	3p. <i>ficar</i> , II, 17, § 7, 4.
inf. imp.	<i>ficar</i> , II, 21, § 14, 1.

FIEL, adj. 'fiel, leal': «leal cavaleiro e ardido e *fiel* contra sua cidade», III, 19, § 3, 5. *fiees*, «os de Rãas que eram *fiees* amigos dos Romãaos», II, 20, § 1, 3. (2)

FIELMENTE, adv. 'fielmente': «aaqueles que o *fielmente* ajudarom na guerra», II, 22, § 2, 4.

[FIGADO], s.m. 'fígado': *figados*, «lançou outro (dardo) e ferio hũu cavaleiro romãao de tam gram força que lhe entrou ataa os *figados*», III, 14, § 7, 2. (3)

FIGURA, FEGURA, s.f. 'aspecto, forma': «Hũa espantosa *figura* de mulher foi vista», III, 1, § 12, 10; «avia a *figura* de hũu olho entalhado, por tal *figura* que quem quer que o visse cuidaria que claramente oolhava», III, 4, § 2, 16. *fegura*, «a *fegura* e grandeza de seus cornos eram assi como de bois», II, 16, § 8, 2; «nom pareciam os olhos nem boca nem narizes nem outra *fegura* de homem», III, 14, § 38, 2. (6)

FIINDA, adj. 'finda, terminada': «entom seria a batalha *fiinda*», III, 19, § 16, 2.

FIINGIDA, ver *fiingido*.

FIINS, ver *fim*.

FILHADO, adj.v. 'recebido, apanhado, tomado à força': «com esta esperança foe o sagramento *filhado* de todos os cavaleiros», II, 18, § 69, 1; «cuidavam que Meliom nom fosse *filhado* tam asinha», II, 18, § 12, 3. *filhados*, «os prisioneiros que depois forom *filhados*», II, 2, § 21, 2. *filhada*, «ainda que a vila fosse *filhada*», II, 10, § 14, 8. *filhadas*, «hũus deziãam que as tendas eram *filhadas*», II, 17, § 9, 3. (10)

FILHAR, v.tr. 'tomar': «Deus *filha* assi suas vinganças», III, 8, § 13, 1; «hũu romãao o *filhou* polas redeas», II, 18, § 48, 4; «se vós em esto nom *filhaaes* gram cuidado», II, 18, § 73, 4. (99)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>filha</i> , III, 8, § 13, 1. 5p. <i>filhaaes</i> , III, 2, § 6, 3. 6p. <i>filham</i> , III, 1, § 22, 5.
ind. imp.	3p. <i>filbava</i> , II, § 6, 5. 6p. <i>filbavam</i> , II, 18, § 17, 2.
ind. perf.	1p. <i>filbei</i> , II, 21, § 12, 3. 2p. <i>filbaste</i> , III, 6, § 13, 6. 3p. <i>filbou</i> , II, 18, § 48, 4. 6p. <i>filbarom</i> , III, 5, § 16, 1. 6p. <i>filharam</i> , II, 14, § 6, 1.
ind. mqperf.	3p. <i>filhara</i> , II, 10, § 8, 2. 6p. <i>filharom</i> , III, 6, § 14, 4.
ind. fut.	1p. <i>filharei</i> , II, 3, § 11, 8. 3p. <i>filhará</i> , III, 12, § 15, 4. 4p. <i>filharemos</i> , II, 18, § 68, 4. 5p. <i>filbarees</i> , III, 6, § 11, 4.
conj. pres.	3p. <i>filbe</i> , II, 3, § 7, 3. 4p. <i>filbemos</i> , III, 1, § 7, 14. 6p. <i>filhem</i> , III, 2, § 5, 8.
conj. imp.	3p. <i>filhasse</i> , II, 18, § 14, 4. 6p. <i>filhassem</i> , II, 6, § 12, 8.
conj. fut.	2p. <i>filbares</i> , III, 2, § 5, 8.
imper.	2p. <i>filbaae</i> , II, 21, § 16, 7.
cond.	3p. <i>filharia</i> , II, 18, § 14, 4. 6p. <i>filbariam</i> , II, 21, § 24, 3.
inf. pes.	3p. <i>filhar</i> , II, 20, § 2, 1. 5p. <i>filhardes</i> , III, 12, § 50, 3. 6p. <i>filharem</i> , II, 17, § 5, 2.
inf. imp.	<i>filhar</i> , II, 18, § 75, 3.
ger.	<i>filhando</i> , II, 13, § 1, 2.
ind. mqperf. comp.	3p. <i>tiinha filhadas</i> , II, 18, § 62, 2. 6p. <i>tiinham filhado</i> , II, 19, § 1, 1.

FILHO, s.m. e f. 'filho': «tanto sabe ela bem que o *filbo* he seu», III, 18, § 19, 2. *filbos*, «os padres nom sabem quaaes som seus *filbos*», III, 18,

§ 19, 2. *filha*, «em aquele tempo morreo sua *filha*», II, 23, § 5, 6. *filhas*, «dous seus filhos e duas *filhas*», I, 10, § 20, 3. (20)

FIM, [FIIM], 1. s.f. 'fim, término': «esta foi a *fim* de Semtratus», II, 21, § 23, 4; «nós os filharemos todos e assi lhes faremos a *fim*», II, 18, § 68, 4; «era na *fim* do mundo», III, 4, § 2, 1. *fiins*, «(veerom) os das *fiins* d'Asia e d'Eiropa», III, 4, § 4, 3. 2. s.f. 'objectivo': «nom sabiam a que *fim* eram ali enviados», II, 18, § 47, 2. 3. adv. 'no fim, finalmente': *em fim*, «Cesar o mandou atormentar e *em fim* lhe mandou dar com hũa facha na cabeça», II, 21, § 23, 4. *aa fim*, «E *aa fim*, quando o spiritu a leixou, ela tornou em si meesma», III, 9, § 6, 10. (33)

FINAL, adj. 'final, última': «entom lhes daria delo sua *final* resposta», II, 2, § 6, 4; «Ás tu sentenciada a *final* batalha contra Cesar», III, 1, § 7, 11 (3)

FINGIDIÇA, adj. 'fingida, falsa': «esto dizia ele com vontade *fingidiça*», II, 14, § 7, 4.

FINGIDO, [FIINGIDO], adj. 'fingido': «Apios entendeo bem que era *fin-gido*», II, 9, § 6, 1. *fingida*, «foi Cesar muito queixoso e nom pôde (...) levar adeante a *fingida* paz que começada avia», III, 3, § 8, 4. *fiingida*, «esto he *fiingida* amizade», II, 3, § 15, 7. *fingidas*, «suas lagrimas eram *fingidas*», III, 15, § 7, 6. (5)

FINGIMENTO, s.m. 'fingimento': «eu digo esto sem *fingimento*», II, 18, § 22, 4.

FINGIR, v.tr. 'fingir': «som de natureza mentidores e *fingem* que som irmãos de Roma», III, 1, § 9, 4; «Vós hirees (...) naquelas tendas de nossos imiigos e *fingirees* que vos rendees a eles», II, 6, § 12, 2. (5)

Formas verbais:

ind. pres. 6p. *fingem*, III, 1, § 9, 4.

ind. fut. 5p. *fingirees*, II, 6, § 12, 2.

inf. pes. 3p. *fingir*, III, 1, § 1, 2.

ger. *fingindo*, III, 9, § 5, 7.

FINO, adj. 'fino, precioso': «os lugares e ruas da cidade que eram estrados de *fino* marmor», III, 15, § 2, 2. *finos*, «levarom os *finos* bacios de cristal», III, 15, § 19, 1. (2)

FIO, s.m. 'fio': «nossa morte e nossa vida pende em hũa *fio*», III, 10, § 19, 4.

FIRMADO, adj. 'confirmado, assegurado': «des que esto foi *firmado*, foi-se a Narbona», II, 22, § 2, 2. *firmada*, «a conjuraçom foe *firmada* antre eles», II, 2, § 2, 1. *firmadas*, «as seguranças foram *firmadas* de hũa cabo e do outro», I, 10, § 24, 4. (3)

FIRMAL, s.m. 'peça de metal, broche': «tiinha hũa *firmal*, a seu colo, d'ouro e de james», III, 15, § 17, 3.

FIRMAMENTO, s.m. 'firmamento, céu': «ensinavam muitas cousas do *firmamento* das estrelas», II, 15, § 4, 4; «hũa tempestade se levantou hũu dia d'escontra França, em direito do *firmamento* daquelas estrelas que se chama Caro», III, 1, § 12, 3. (7)

FIRMAR, v.tr. 1. 'confirmar, assegurar': «Cesar e Tholomeu (...) *firmarom* paz antre si», III, 15, § 16, 3; «des aquella ora que com alguem *firmassem* amor, morreriam antes que o britar», II, 7, § 3, 2. 2. 'firmar': «cada hũu avia medo que o vento o levasse (...) e *firmavam* os pees nas areas», III 14, § 26, 1. (8)

Formas verbais:

ind. imp.	6p. <i>firmavam</i> , III, 14, § 26, 1.
ind. perf.	6p. <i>firmarom</i> , III, 15, § 16, 3.
conj. imp.	6p. <i>firmassem</i> , II, 7, § 3, 2.
inf. imp.	<i>firmar</i> , II, 8, § 8, 1.
ger.	<i>firmando-a</i> , II, 22, § 2, 2.
ind. mqperf. comp.	3p. <i>tiinha firmado</i> , II, 11, § 20, 2.
	6p. <i>tiinham firmada</i> , III, 14, § 46, 3.

FIRME, adj. 'firme, seguro': «foe seu cuidado *firme* que em estas gentes avia pequena defesa», II, 17, § 9, 4; «todavia era o direito estado mais *firme* que agora», I, 8, § 40, 11. *firmes*, «Cesar (...) amoestou-os que fossem bem *firmes* em aquele proposito», II, 10, § 2, 5. (11)

FIRMEMENTE, adv. 'firmemente, com firmeza': «Cesar (...) os amoestava que se tevessem mais *firmemente* em o amor de Roma», II, 18, § 43, 1.

FIRMEZA, s.f. 1. 'firmeza': «Cesar foi de tam grande *firmeza* que nunca se desviou», III, 15, § 55, 4. 2. 'ratificação de contrato': *firmezas*, «forom feitas as seguranças e as *firmezas* antre Orgentoris e Casamata e Demoris», II, 2, § 2, 7. (3)

FISICA, s.f. 'física, a ciência em geral': «todolos meestres de *fisica* e d'artes que queriam morar em Roma e teer escolas de todos costumes», IV, 1, § 6, 4.

FIVELA, s.f. 'fivela': «Curio o ferio polo escudo e per cima da *fivela*», III, 8, § 12, 3. *fiavelas*, «davam tam grandes golpes em eles (escudos) que os cortavam ataas *fiavelas*», III, 12, § 38, 1. (6)

FOCINHOS (DE), s.pl. 'de cara': «ele desviou a cabeça e soffreo melhor o golpe; porem caio em terra *de focinhos*», III, 15, § 36, 4.

FOGIDA, s.f. 'fuga': «começarom a braadar per cima dos muros por saberem os de fora sua *fogida*», II, 18, § 28, 3. (3)

FOGIDO, adj.v. 'fugido': «Ambeoris era *fogido* contra aquela parte», II, 17, § 5, 1. *fogidos*, «aqueles que foram príncipes e cabeças deste conselho som *fogidos* em Bretanha», II, 4, § 14, 2. *fogada*, «nom acharemos fiança em nehũu ca poucos a teẽ a gente *fogada*», III, 14, § 16, 7. *fogidas*, «Gentes *fogidas* de Creta», III, 2, § 7, 3. (12)

FOGIR, [FUGIR], v.intr. 'fugir': «mais em *fogindo* matarom deles muitos», II, 20, § 13, 3; «Onde *fogiis* vós, bestas sem razom?», III, 11, § 10, 2. (217)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>foge</i> , III, 10, § 3, 3.
	5p. <i>fogiis</i> , III, 11, § 10, 3.
	6p. <i>fogem</i> , II, 12, § 21, 8.
ind. imp.	3p. <i>fogia</i> , II, 22, § 4, 1.
	6p. <i>fogiam</i> , II, 4, § 24, 2.
ind. perf.	2p. <i>fogiste</i> , III, 19, § 16, 3.
	3p. <i>fugio</i> , II, 3, § 24, 5.
	4p. <i>fogimos</i> , III, 1, § 18, 2.
	6p. <i>fogirom</i> , II, 3, § 24, 2.
ind. mqperf.	6p. <i>fugirom</i> , I, 4, § 4, 2.
	3p. <i>fogira</i> , II, 7, § 1, 2.
	6p. <i>fogiram</i> , II, 11, § 18, 3.
conj. pres.	2p. <i>fugas</i> , III, 10, § 19, 8.
	3p. <i>fuga</i> , III, 10, § 4, 3.
	5p. <i>fugaaes</i> , III, 10, § 4, 6.
conj. imp.	3p. <i>fogisse</i> , III, 2, § 2, 4.
	6p. <i>fogissem</i> , II, 18, § 12, 4.
	6p. <i>fugissem</i> , I, 10, § 17, 3.
inf. pes.	6p. <i>fogirem</i> , III, 8, § 10, 4.
inf. imp.	<i>fogir</i> , II, 12, § 28, 3.
ger.	<i>fogindo</i> , II, 20, § 13, 3.
	<i>fugindo</i> , II, 18, § 90, 4.

FOGO, s.m. 'fogo': «Depois foi o *fogo* hordenado no campo de Marce», IV, 3, § 6, 1. «derribarom hũu grande lanço e poserom o *fogo* aas portas», II, 4, § 6, 3. *fogos*, «alojarom-se ao menos de dous mil passos dela — segundo o que parecia per seus *fogos*», II, 4, § 7, 2. (107)

FOLEGO, s.m. 'fôlego, respiração'. «hũa vez lhe conveo de viĩnr acima (da agua) recobrar seu *folego*», III, 5, § 20, 2. (3)

[FOLGADO], adj. 'folgado, descansado': *folgados*, «os cavaleiros Romãaos, que estavam presos e *folgados*», II, 6, § 13, 5. *folgada*, «aquela regradã que ficara pera guardar as tendas, que ainda estava fresca e *folgada*», II, 7, § 7, 1. (4)

FOLGANÇA, s.f. 'descanso, folguedo': «Cesar repousou hũu tempo em Sanctuaria por dar *folgança* a suas ligiões», II, 18, § 34, 1; «Cicerom meesmo, que era farto desto e fraco de doença, nem hũa *folgança* nom queria filhar», II, 12, § 17, 4. *folganças*, «esteve Cesar em o Egypto (...) tomando prazeres e *folganças* com a rainha Cleopatra», III, 15, § 61, 1. (15)

FOLGAR, v.intr. 'descansar': «Cesar *folgou* e Cadoris se foi aa corte», II, 21, § 13, 5. «Quando esto ouvio nom *folgara* ainda mais de triinta dias», II, 19, § 4, 2. (39)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>folgava</i> , I, 10, § 5, 6. 6p. <i>folgavam</i> , II, 12, § 17, 3.
ind. perf.	3p. <i>folgou</i> , II, 2, § 13, 5. 6p. <i>folgarom</i> , II, 5, § 6, 1.
ind. mqperf.	3p. <i>folgara</i> , II, 19, § 4, 2.
conj. pres.	2p. <i>folgues</i> , III, 2, § 17, 5.
conj. imp.	3p. <i>folgasse</i> , II, 19, § 1, 1. 6p. <i>folgassem</i> , II, 5, § 5, 4.
imper.	2p. <i>folgaae</i> , II, 21, § 13, 4.
inf. pes.	6p. <i>folgarem</i> , II, 5, § 1, 4.
inf. imp.	<i>folgar</i> , III, 15, § 61, 1.
ger.	<i>folgando</i> , III, 18, § 13, 1.

FOLHA, s.f. 'folha': «nom avia arvor que tevesse *folha*», III, 14, § 28, 4. *folbas*, «pisavam hervas e *folbas*», III, 6, § 12, 2. (7)

FOLIA, s.f. 'loucura, insensatez': «Arionistus (...) se nembrava da honra que lhe os Romãaos fezerom e queria leixar esta *folia*», II, 3, § 13, 2. (3)

FOLOSA, s.f. 'pequeno pássaro': «Todos fogiam ante el como a *folosa* ante o gaviã», III, 19, § 16, 5.

FOME, ver *fame*.

FONTE, s.f. 1. 'fonte, nascente de água': «u poderia seer a *fonte* d'hu ele (Nilo) nace», III, 15, § 20, 5. *fontes*, «tanto aviam roubada sua terra, que ja outra cousa lhe nom ficava salvo as *fontes* perenaes que em ela aviam», II, 2, § 10, 6. 2. 'fonte, lados da cabeça': «a maçã que viinha rija acertou-o na *fonte* e deu com ele morto em terra», III, 5, § 23, 4. (28)

FORA, adv. 1. 'fora, exteriormente': «os homões e as molheres (...) fazem-se levar daquela comarca *fora*», III, 15, § 23, 4; «arredor por *de fora* (os muros) tiinhã esteos grossos», II, 18, § 25, 1. «os Clutões eram partidos e alojados *a de fora*», II, 2, § 21, 4. 2. excepto «nem que poderiees mais fazer, *fora* fazer-me rei», III, 2, § 6, 10. Ver *afora*.

FORÇA, s.f. 'força': «lá estava a *força* de sua gente», II, 21, § 1, 2; «mandaae a vossos cavaleiros que vão adeante que nom façam nem hũa *força*», II, 8, § 11, 3; «e lhe braadou: He esto *força?*», IV, 3, § 4, 3. *forças*, «Pensava de tomar as *forças* de todalas leis», IV, 1, § 8, 4; «Mostraae vossas *forças* e vossas virtudes», III, 12, § 24, 3. (159)

FORÇADO, adj. 1. 'forçoso, obrigatório': «E se algũu era tam ferido que lhe fosse *forçado* de deixar a sela», II, 3, § 19, 4. 2. 'com força': *forçadas*, «na lũa chea eram as auguas mais *forçadas* que em todoos outros dias», II, 10, § 10, 1 (12)

FORÇAMENTO, s.m. 'violação': «era crueldade de batalhas, e *forçamento* de moças virgẽes, e desonra de nobres donas», I, 8, § 39, 10.

FORÇAR, v.tr. 'violentar, violar': «*forçar* donas e donzelas e fazer outras crueldades», I, 8, § 42, 39. (2)

FORÇOSAMENTE, adv. 'à força': «os Romãaos entrarom na vila *forçosamente* e derribarom os muros», III, 14, § 8, 4.

FORÇOSO, adj. 'violento': «podera hi aver tal procurador que seria tam *forçoso* que quera seer revel e fora ocasiom de desacordo», III, 15, § 60, 3.

FORMA, s.f. 'figura, forma, maneira': «apareceo-lhe subitamente a *forma* de hũu gram jaia», III, 1, § 3, 1; «quando os Bretões virom a *forma* das galees, que ainda nunca virom», II, 10, § 6, 2; «Ambioris falou em esta *forma*», II, 12, § 4, 1. *formas*, «hĩa voando polo aar, per muitas e desvairadas *formas*», III, 1, § 12, 2. (13)

FORNECER, v.tr. 'fornecer': «*forneceo* sua frota de pam e vinho», III, 14, § 8, 6; morrerom deles tantos que *fornecerom* (...) toda a terra arredor do coiro que os da terra lhes desvestirom», III, 18, § 19, 4. (5)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *forneceo*, III, 14, § 8, 6.

6p. *fornecerom*, III, 18, § 19, 4.

inf. pes. 3p. *fornecer*, II, 21, § 19, 2.

FORNIR, v.tr. 'fornecer': «tiinham todos vontade de meter corpos e averes em aventura por *fornir* esta terra», II, 18, § 78, 2.

[FORRADA], adj. 'forrada': *forradas*, «velas bem *forradas* pera melhor sofrer ho vento», II, 6, § 7, 1. (2)

FORRAGEM, FEERAGEM, s.f. 'erva para alimentar o gado': «mandou que nem hũu dos cavaleiros nom fossem aa *forragem*», II, 11, § 19, 3; «vi

que a *forragem* minguava a nós e a nossas bestas», II, 18, § 22, 2. *ferragem*, «(o cavalo tiinha) os pees largos e as unhas tam fortes que nom avia mester *ferragem*», III, 11, § 19, 1. (32)

[FORREJADOR], [FORREGEDOR], [FERREJADOR], s.m. 'o que ceifa a forragem': *forrejadores*, «acharom que os seus *forrejadores* estavam juntos em hũu campo», II, 10, § 13, 4. *forregedores*, «escontra o campo onde os *forregedores* andavam», II, 10, § 13, 2. *ferrejadores*, «em esto os *ferrejadores* passaram ho outeiro», II, 17, § 9, 1. (13)

PORTALEZA, ver *fortaleza*.

FORTE, adj. 'forte, difficil': «o logar donde vos eu deixava era bem *forte*», II, 18, § 22, 2. «Leixa-nos hir sobre Cesar e sobre os seus, aos quaaes he *forte* de atender as tuas aguias», III, 12, § 15, 5. *fortes*, «meteo-se nos booscos e em matos *fortes*», II, 14, § 5, 2. (104)

FORTELEZA, FORTALEZA, s.f. 1. 'fortificação': «seus imiigos lhe fogiam per mar de *forteleza* em *forteleza*», II, 6, § 6, 4. *fortaleza*, «em sua *fortaleza* os tiinham recebidos», II, 18, § 80, 2. *fortelezas*, «poerei escadas nos muros e *fortelezas*», III, 1, § 8, 6. *fortalezas*, «tiinham perdidas todas suas *fortalezas*», II, 18, § 56, 3. 2. 'força': «eram seguros esforçando-se na *forteleza* de seu logar», III, 6, § 4, 1. *fortaleza*, «estavam mui seguros pola *fortaleza* do logar», II, 18, § 20, 1. (51)

[FORTELEZAR], v.tr. 'fortalecer': «cada hũu se trabalhasse de *fortelezarmos* nossas tendas», II, 18, § 31, 4. Ver *afortelezar-se*.

FORTEMENTE, adv. 'com força': «os Seinees os combaterom tam *fortemente*», II, 18, § 72, 4; «os Clutões (...) ficaram em si mui *fortemente* espartados», II, 2, § 12, 2. (9)

FORTUNA, s.f. 'sorte, fortuna': «desta guisa queria ensaiar *fortuna*», II, 18, § 66, 1; «assi os ajudou a *fortuna*», II, 12, § 21, 8; «nós somos tua *fortuna*», III, 10, § 2, 5. *fortunas*, «Se tu nom provas nossas mãaos em todas *fortunas*», III, 10, § 2, 4. (130)

FORTUNADO, adj. 'favorecido pela fortuna': «Ainda que tu em al fosses bem *fortunado*», III, 1, § 20, 6. Ver *afortunado*.

[FOUCE], s.f. 'foice': *fouces* «tiinham *fouces* longas e bem cortadores amarradas aos bordos (das naaos)», II, 6, § 8, 4; «estas *fouces* cortarom-lhes as cordas e derribavam os mastos», II, 6, § 8, 4. (4)

FOZES, s.pl. 'foz do rio': «fui ataas *fozes* de Gajes e Hitampis», III, 13, § 11, 3.

FRACAMENTE, adv. 'sem força': «se o fezderdes *fracamente*, vós os verees viir contra nós cruees e fortes», I, 8, § 40, 20.

FRACO, adj. 'fraco, frágil': «era farto desto e *fraco* de doença», II, 12, § 17, 4; «onde lhes pareciam que o palanque era mais *fraco*», II, 18, § 86, 2. *fracos*, «leixou detras os mais *fracos* dos seus», II, 7, § 6, 1. *fraca*, «começaram-no a ferir ali orde a sentiam mais *fraca*», III, 14, § 44, 6. *fracas*, «mandou-lhes cortar as ramas *fracas*», II, 18, § 75, 3. (17)

FRAGOA, s.f. 'frágua, forja': «a espada saltou dele asi como de *fragoa* d'aço», III, 14, § 44, 4; «ferirom-lhe sobre o elmo e sobre o escudo assi como em hũa *fragoa*», II, 12, § 21, 4. (2)

FRANCAMENTE, adv. 'livremente, francamente': «os lavradores fossem andar *francamente* per hu lhes aproovesse», II, 5, § 1, 1; «Cesar falou *francamente* aos messegeiros», II, 4, § 5, 1. (5)

FRANCES, 1. adj. 'francês': «Gaios Valerios, hũu mancebo *francês*», II, 3, § 18, 3. *franceses*, «tiinham assaz de costumes *franceses*», II, 11, § 14, 1. *francesa*, «Camulagenus com muita gente *francesa*», II, 18, § 61, 3. 2. s.m. 'língua francesa': «assi se chama agora em *francês*», II, 18, § 34, 2. (8)

FRANCO, adj. 1. 'franco, livre': «Aquele tiinha hũu servo; e ele e Cicerom lhe prometerom que o fizessem *franco*», II, 12, § 22, 3. *francos*, *franca*, «eles deziam que eram *francos* e de *franca* cidade», II, 11, § 7, 4; «El queria que a terça parte (dos pastores) fossem ao menos de *franca* cabeça», IV, 1, § 6, 3. 2. 'honesto': «Ai — disse ele — *franco* cavaleiro e leal», III, 18, § 7, 2. *francos*, «seus corações eram *francos* e seus spiritus livres», I, 8, § 40, 22. 3. 'clara, evidente': *franca*, «Franca deferença avia antre os Franceses e os Seincees», II, 16, § 1, 1. (29)

FRANDISCAS, adj. 'fraldilha, espécie de avental usado pelos besteiros (?)': «armou-se o melhor que pôde com o elmo e com calças *frandiscas* e com a cota», III, 19, § 10, 1.

[FRANQUEAR], v.tr. 'tornar franco, libertar': «o *franqueô* Cesar e e metê-o no conto dos cidadãos de Roma», III, 16, § 9, 1; «*franqueou* todolos meestres de fisica e d'artes que queriam morar em Roma», IV, 1, § 6, 4.

FRANQUEZA, s.f. 'liberdade, isenção, privilégio': «se os Romãaos ouvessem deles piedade e *franqueza*», II, 4, § 31, 4; «Em esta maneira foi ele fora da *franqueza* em que sempre viveo. Quem vive sem (fr. *sez*) senhor nom ha verdadeira *franqueza*», III, 14, § 15, 6-7. *franquezas*, «faze que tua victoria nos torne donde saimos e nas rendas e *franquezas*», III, 1, § 6, 5. (83)

[FRANZIDO], adj. 'franzido': *franzidos*, «husava saios largos, *franzidos* no colo do braço», IV, 2, § 1, 4.

- FRECHA, s.f. 'flecha': «hũu archeiro lhe tirou de longe e ferio-o em hũu olho e quebrou-lho; e ele tirou a *frecha* e britou-a», III, 11, § 13, 2. *frechas*, «tiravam com *frechas* acesas», II, 12, § 20, 1. (4)
- FREESTA, s.f. 'fresta, janela estreita': «deitou aquela pedra aa donzela pola *freesta*», III, 15, § 51, 2. *freestas*, «esguardando polas *freestas* da sala que eram mui altas», III, 15, § 31, 2. (2)
- FREIXEO, s.m. 'freixo (?)': «tiinha hũa lança rija, de *freixeo*», III, 19, § 4, 2.
- FREMOSAMENTE, adv. 'com beleza, com elegância': «como quer que se manteve o mais *fremosamente* que pôdes», III, 19, § 6, 1; «Julio Cesar se escusou *fremosamente*», I, 8, § 57, 3. (5)
- FREMOSO, adj. 'formoso, belo': «o seu *fremoso* falar», II, 2, § 17, 3; «nom fossem em conselho de arder tam *fremoso* castelo», II, 18, § 16, 2. *fremosos*, «*Fremosos* cavaleiros grandes ouve hi e muitos», III, 16, § 4, 2. *fremosa*, «Ela avia nome Enes, a *fremosa*», III, 16, § 2, 9. *fremosas*, «tiinhã *fremosas* armas e ricas», IV, 2, § 21, 2. (53)
- FREMOSURA, s.f. 'formosura, beleza': «em aquele lugar nom avia *fremosura* nem conhecimento», III, 15, § 3, 3. (9)
- FREO, s.m. 'freio do cavalo': «Senhor (...) eu sũo aquele que o filhei polo *freo*», II, 21, § 12, 3.
- FRESCO, adj. 1. 'fresco': «a multidõoe dos mortos e o sangue que ainda era *fresco* e corrente», III, 12, § 51, 4. *fresca*, «mais branco que frol de lis quando he *fresca*», III, 16, § 4, 1. 2. 'descansado': nom avia arredor de si nem hũu homem *fresco*», II, 4, § 25, 4. *frescos*, «acharon aqueles *frescos*, que ainda nom pelejarom», III, 12, § 29, 2. (9)
- FRIEDADE, s.f. 'frialdade': «nem a *friedadde* do rio (pode tolher) que as ondas nom sejam quẽetes», III, 15, § 24, 3.
- FRIO, 1. adj. 'frio': «como (...) ele foi desarmado e já *frio*, el sentio a dor de suas chagas», III, 17, § 9, 3; «o tempo (...) era mui destemperado e *frio*», II, 2, § 15, 1. *fria*, «natural cousa he que mais aja na terra quẽete que na *fria*», III, 14, § 35, 2. *frias*, «as serpentes que som *frias* de noite», III, 14, § 43, 2. 2. s.m. 'tempo frio': *frios*, «continhuadas chuivas e destemperados *frios* e tempestades», II, 19, § 4, 1. (15)
- FRIURA, s.f. 'frio, frialdade': «lhe viinha de subito hũa *friura*, velando», IV, 2, § 1, 1.
- FROL, [FROR], s.f. 'flor': «mais branco que *frol* de lis», III, 16, § 4, 1; «o lançavam na cama del-rei (...) e çujava hi a *frol* de sua mancebia», IV, 2, § 5, 6. *frores*, «os ramos e as *frores* eram d'ouro», III, 14, § 20, 3. (3)

FROLIDO, adj. 'florido': «o nardo todo *frolido* com espigas», III, 15, § 19, 1.

FROTA, s.f. 'frota': «Entom se partio com sua *frota*», I, 3, § 1, 4; «pera guiar e governar a *frota*», II, 6, § 3, 2. (26)

FRUESTA, s.f. 'floresta': «mandou meter na *fruesta* d'Ardaina», II, 11, § 3, 3. *fruestas*, «meterom-se nos booscos e nas *fruestas*», II, 17, § 7, 3. (12)

FRUITO, s.m. 'fruto': «Ali ha hũa arvor que quem comer do *fruito* dela», III, 4, § 2, 13; «que se trabalhassem de receber *fruito* de honra e victoria», II, 18, § 29, 1. *fruitos*, «que avaliassem os *fruitos* que saïrom dos penhores», IV, 1, § 6, 5. (7)

FUGIR, ver *fogir*.

FUMIGAR, v.intr. 'deitar fumo': «lançaram de noite fogo grego nos caramanchões (...) e começaram de *fumigar* e arder», III, 5, § 8, 3.

FUMO, s.m. 'fumo': «a chama e o *fumo* foe tam grande», II, 20, § 10, 3. *fumos*, «Desi virom longe os *fumos* da hoste de Cesar», II, 12, § 25, 5. (6)

FUNDA, s.f. 'funda': «hũa pedra que saio de hũa *funda* lhe deu na trincheira», III, 17, § 4, 11. *fundas*, «faziam mais dano aos Romãaos com seus dardos e *fundas*», II, 18, § 84, 1. (16)

FUNDADA, adj.v. 'fundada': «forom feitas em Roma des que fora *fundada*», IV, 1, § 8, 4.

FUNDAMENTO, s.m. 'base, fundação': «(Curio) por esto nom avia certo *fundamento*», III, 8, § 5, 1; «(a vila) era chamada Campos por que o seu primeiro *fundamento* fora chamado Capis», III, 2, § 1, 1; «o *fundamento* do muro era tam largo e tam forte», III, 11, § 3, 2. (5)

FUNDAR, v.tr. 'fundar': «Ele *fundara* hũa vila acerca de Roma», IV, 2, § 2, 2; «santa Creauta que *fundou* o mosteiro no monte», II, 18, § 59, 1. (6)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *fundou*, II, 18, § 5, 1.

6p. *fundarom*, III, 2, § 7, 3.

ind. mqperf. 3p. *fundara*, IV, 2, § 2, 2.

conj. imp. 3p. *fundasse*, III, 9, § 4, 4.

FUNDEIRO, s.m. 'o que usa a funda como arma': «Hi avia hũu bõo *fundeiro* que chamavam Triman e tiinha sua funda», III, 5, § 23, 3. *fundeiros*, «*fundeiros* e archeiros, ligeiramente armados», II, 4, § 10, 1. (5)

[FUNDIR], v.tr. 'fundir': «*fundïrom* ouro e prata pera fazer moeda», III, 12, § 2, 4.

FUNDO, 1. s.m. 'fundo, parte extrema': «enchiam per *fundo* de terra e de pedras», II, 18, § 25, 1; «fendê-o ataa *fundo* dos narizes», III, 14, § 5, 4; «os prados e os campos eram grandes e anchos contra *fundo*», III, 6, § 3, 2. 2. loc.adv. 'em cheio, com largueza': «ainda que os barbaros enviassem madeira pela aagua a *fundo*», II, 9, § 2, 3; «Os Franceses, que combatiam em *fundo* contra o campo», II, 18, § 88, 3; «saltarom a *fundo* dos caramanchões», II, 18, § 30, 1; «tomarom o porto mais a *fundo*», II, 10, § 17, 2. 3. adj. 'fundo, profundo': *funda*, «nom podiam nadar sem agua *funda* e alta», II, 10, § 5, 1. (36)

FURAR, v.tr. 'furar': «fez Cesar meter dentro minadores pera *furar* o muro», III, 2, § 5, 1; «os caçadores (...) *furavam* e cortavam as arvores», II, 16, § 7, 2. (2)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *furavam*, II, 16, § 7, 2.
inf. imp. *furar*, III, 2, § 5, 1.

FURTAR, v.tr. 'roubar, furtar': «*furtou* do thesouro do Capitolio três mil pesantes», IV, 2, § 10, 3; «bem podiam *furtar* hũa escala sem companhia doutros cavaleiros», III, 4, § 4, 6. (3)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *furtou*, IV, 2, § 10, 3.
ind. fut. 1p. *furtarei*, III, 13, § 25, 3.
inf. imp. *furtar*, III, 4, § 4, 6.

[FURTO], s.m. 'furto': *furtos*, «com aquela gente que governava de *furtos* e de roubos», II, 22, § 3, 1.

G

GAADO, s.m. 'gado': «Estabelecco que nehũu rico homem nom desse seu *gaado* a guardar a pastores que todos fossem servos», IV, 1, § 6, 3. *gaados*, «(a comarca) de Tolousa que era mui farta e abastada de muitos *gaados*», II, 2, § 9, 2. (9)

GAANHOS, ver *guaanho*.

GABAR(SE), v.refl. 'gabar-se, vangloriar-se': «nem hũa gente *se* pode *gabar* nem glorificar que o Nilo nace em sua terra», III, 15, § 23, 6; «donde el *se gabava* muitas vezes que seus cavaleiros eram poderosos», IV, 2, § 21, 1. (4)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *se gabava*, IV, 2, § 21, 1.ind. perf. 3p. *se gabou*, I, 9, § 11, 3.inf. imp. *se gabar*, III, 15, § 23, 6.GAIETA, s.f. '? fr. *gaiete*': «da pedra que ha nome *gaieta*», III, 12, § 9, 4.GAIOLA, s.f. '*gaiola*': «ençarrado dentro em estes muros, como rato em *gaiola*», III, 19, § 9, 8.GAITA, s.f. '*gaita*': «tiinha na mão hũa *gaita*, e tangia tam alto e tam bem», III, 1, § 3, 1.[GALARDOADO], adj. 'recompensado': *galardoados*, «que per ti o thesouro de Roma seja roubado (...) e que per ele sejam *galardoados* os teus», III, 3, § 7, 3.GALARDOM, ver *gualardom*.GALEE, [GALE], s.f. '*galé*, embarcação de vela e remos': «os da outra *galee* se mantiinham como boos pelejadores», III, 14, § 6, 2. *galees*, «avia assaz naaos *galees* em terra e em mar», III, 13, § 2, 3. *gales*, «a virtude da cavalaria de Cesar era em as naaos ligeiras e as *gales*», II, 11, § 8, 3. (26)GALES, ver *galee*.GALINHA, s.f. '*galinha*': «a meetade detras (desta serpente) he de *galinha* e a outra meetade he de *galo*», III, 14, § 42, 1.GALO, s.m. '*galo*': «a metade detras (desta serpente) he de *galinha* e a outra meetade he de *galo*», III, 14, § 42, 1.GARANT (A), s.f. 'com segurança, fr. *a garant*': «leve sua ligiom *a garant* contra Creve», II, 12, § 4, 6.GARGANTA, [GUARGANTA], s.f. '*garganta*': «meteo-lhe hũu cuitelo pola *garganta*», III, 1, § 14, 1; «lançou hũu laço na *garganta* aaquele que escolhera», III, 12, § 8, 3. *guargantas*, «Queres tu andar per mar e per terra buscando ferro pera nossas *guargantas*», III, 10, § 2, 1. (10)[GARNETE], s.f. '*granada*, pedra preciosa': *garnetes*, «os olhos das imagens eram cheos de *garnetes* e de pequenas çafilas», III, 15, § 16, 5.[GARNIMENTO], [GUARNIMENTO], s.m. '*guarnição*': *garnimentos*, «os vasos e o thesouro de dentro, e as tavoas, e os candieiros, e todos os outros *garnimentos*», I, 10, § 18, 2. *guarnimentos*, «velas e calabres e outros *guarnimentos*», II, 11, § 1, 2. (4)

GASTADO, adj.v. 'gasto, consumido, destruído': «Ante que o corpo fosse meio ardido foi aquele fogo *gastado*», III, 13, § 25, 4. *gastados*, «nem suas vilas nem seus castelos seerem *gastados* nem destruidos», II, 2, § 10, 3. *gastada*, «hũa pouca (de vianda) que foe mui asinha *gastada*», II, 18, § 18, 2. *gastadas*, «os campos e as terras fossem *gastadas*», II, 2, § 10, 5. (6)

GASTAR, v.tr. 'gastar, consumir, destruir': «nom queria *gastar* o tempo em aquela terra», II, 11, § 4, 1; «*gastarei* tanto o poboo do Egipto que poucas cousas lhe ficaróm», III, 14, § 13, 5; «desta guisa aviam suas batalhas e *gastavam* as terras alheas», II, 8, § 3, 1. (30)

Formas verbais:

ind. pres.	1p. <i>gasto</i> , III, 5, § 3, 3. 3p. <i>gasta</i> , III, 14, § 33, 3.
ind. imp.	6p. <i>gastavam</i> , II, 8, § 3, 1.
ind. perf.	6p. <i>gastarom</i> , III, 15, § 25, 1.
ind. fut.	1p. <i>gastarei</i> , III, 14, § 13, 5.
conj. imp.	6p. <i>gastassem</i> , II, 4, § 9, 3.
inf. imp.	<i>gastar</i> , II, 11, § 22, 3.
ger.	<i>gastando</i> , II, 2, § 10, 1.
ind. perf. comp.	6p. <i>teverom gastadas</i> , II, 20, § 9, 1.

GATA, s.f. 'máquina de guerra': «hũu artefício cuberto de coiro por se guardarem do fogo; e chamavam-lhe os Romãaos «viga», e ora se chama «*gata*» III, 5, § 8, 1.

GAVIAM, sm. 'gavião': «fogiam ante el como a folosa ante o *gaviam*», III, 19, § 16, 5.

GEADA, s.f. 'geada': «a terra de Tiopia he tam quẽete que hi nom ha neve nem *geada*», III, 15, § 22, 1. *geadas*, «Seturno he frio e he comprido de *geadas* e neves», III, 15, § 21, 4. (3)

GEAR, v.intr. 'formar-se geada': «Faziam *gear* no estio», III, 12, § 4, 4.

GEERAALMENTE, GEERALMENTE, adv. 'em geral, comumente': «era dito *geeraalmente* que Publius Claudius a tevera», I, 5, § 2, 2. *geeralmente*, «*geeralmente* hi faz gram frio», II, 11, § 12, 3.

GEERAÇOM, s.f. 'criação, descendência': «ele foi em tal hidade que nom podia fazer *geeraçom*», III, 1, § 22, 2; «este foi logo feito rei por que de seu irmão nom ficara *geeraçom*», I, 10, § 5, 2. (2)

GEERADO, adj. 'gerado': «nom fora nado nem *geerado* por si meesmo», III, 1, § 23, 2. *geerados*, «nem hũu nom era franco, senam aqueles que eram *geerados* em moças virgẽes», II, 11, § 14, 2. (2)

GEERAL, adj. 'geral, generalizada': «pode homem achar em esta luxuria e avareza, *geeral* proveza e especial riqueza», I, 8, § 40, 23; «a guerra era *geeral* per toda França», II, 18, § 61, 3. (4)

GEERALMENTE, ver *geeraalmente*.

GEERAR, v.tr. 'gerar': «começou a *geerar* em seu coração o caminho da batalha», III, 15, § 19, 2; «corrompiam-se os aares e *geeravam* pestenença», III, 11, § 6, 2. (6)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *geeravam*, III, 11, § 6, 2.

ind. perf. 3p. *geerou*, I, 10, § 8, 2.

inf. imp. *geerar*, III, 15, § 19, 2.

GEESTO, s.m. 'gesto, fisionomia': «A estas palavras se levantou Cornelia e fez o melhor *geesto* que pôde», III, 13, § 5, 1.

GEITO, s.m. 'jeito': «a terra tivera lugares per que o vento se metesse em ela, de tal *geito* a abrira», III, 14, § 25, 1; «tu vivas em paz e em bôos costumes como sempre foi teu *geito*», III, 1, § 20, 6. (2)

[GÊMA], [GEME], [JAMES], s.f. 'gema, pedra preciosa': *gêmas* «Mercava de boamente *gêmas* e pedras preciosas», IV, 2, § 3, 1; *gemes* «copos de *gemes* preciosas», III, 15, § 19, 1. *james* «tiinha hũu firmal a seu colo, d'ouro e de *james*», III, 15, § 17, 3. (3)

GEMES, ver *gêma*.

GEMER, v.intr. 'gemer': «Ela escumava e *gemia*», III, 9, § 6, 8; «começou a sospirar e a *gemer* e lançar fingidas lagrimas», III, 15, § 7, 3. (16)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *gemia*, III, 9, § 6, 8.

6p. *gemiam*, III, 1, § 12, 9.

ind. perf. 3p. *gemeo*, I, 5, § 3, 3.

inf. imp. *gemer*, III, 15, § 7, 3.

ger. *gemendo*, III, 1, § 2, 1.

ind. perf. v.pas. 3p. *foi gemido*, III, 18, § 24, 3.

GENRO, JENRO, s.m. 'genro': «Pompeeo foe *genro* de Cesar», I, 9, § 10, 3. *jenro*, «por que achou seu *jenro* tam piadoso», III, 11, § 23, 7. (13)

GENTE, s.f. 'gente, força armada': «por saber se em aquela naao viinha *gente* sua ou de Cesar», III, 14, § 9, 2; «tragiam carros de *gente* armada que corriam», II, 10, § 13, 5; «tiinha a *gente* d'armas da cidade alojadas», II, 18, § 38, 2. *gentes*, «ajuntariam a si *gentes* de França», I, 8, § 40, 26 (497)

GENTIL, adj. 'gentil, nobre': «Piso, hũu outro *gentil* homem», I, 7, § 2, 2. (7)

[GENTIO], s.m. 'pagão, gentio': *gentios*, «Apolo e Baco, dous deoses dos *gentios*», III, 9, § 4, 2.

GEOLHOS, ver *giolho*.

GIOLHO, [GEOLHO], JOELHO, s.m. 'joelho': «apertou-o contra o peito e deu-lhe do *giolho* e das mãas», III, 8, § 2, 3. *giolhos*, «faleceo-lhe o coração e caio em *giolhos* de fraqueza», III, 2, § 14, 3. *geolhos*, «ele caio de *geolhos*», III, 1, § 14, 1. *joelhos*, «Os cavalos estavam no sangue ataa os *joelhos*», III, 18, § 12, 2. (10)

GLORIA, s.f. 'glória': «pela *gloria* da vitoria que tantas vezes ouuerom», II, 7, § 5, 2; «novas batalhas onde sua virtude e sua *gloria* podesse parecer e esclarecer», I, 8, § 43, 8. (15)

GLORIAR, v.intr. 'vangloriar': «nom se devem de *gloriar* sandiamente de sua vitoria», II, 2, § 13, 4; «ca tanto nos devemos de *gloriar* por ele seer mais alto que Pompeo como el meesmo», III, 15, § 26, 8. (3) Ver *glorificar*.

GLORIFICAR, v.intr. 'vangloriar': «aqueles que o desamavam per enveja se *glorificavam*», II, 22, § 6, 3; «nós nom nos devemos a *glorificar* nem tomar prazer», III, 13, § 6, 2 (3)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *glorificavam*, II, 22, § 6, 3.

inf. imp. *glorificar*, III, 13, § 6, 2.

Ver *gloriar*.

GLORIOSAMENTE, adv. 'gloriosamente, corajosamente': «meus imiigos que me virem morrer tam *gloriosamente* seram testemunhas de minha bondade», III, 11, § 10, 5.

GOLPE, 1. s.m. 'golpe, lance': «Mulher tam honrada (...) nom deve a desasparar nem cair ao primeiro *golpe* de fortuna», III 13, § 4, 3; «de hũu soo *golpe* o derribou morto», II, 8, § 12, 5. *golpes*, «Os Romãaos se quiserom ajudar de seus dardos nos primeiros *golpes*», II, 3, § 23, 3. 2. adv. 'de subito': *de golpe*, «nom foi empeçoentado mais caio morto *de golpe*», III, 14, § 41, 3. (146)

[GOSTAR], v.tr. 'provar, saborear': «depois que (...) ele *ouuer* hũa vez *gostados* os seus faagueiros prazeres e solazes», III, 15, § 26, 5.

GOTA, s.f. 'gota': «a fonte secou de tal guisa que nunca dela mais correo *gota* d'agua», II, 21, § 28, 3.

[GOTEIRA], s.f. 'fenda de onde cai água': *goteiras*, «Anteus suava tanto que a terra era chea de suas *goteiras*», III, 8, § 2, 4.

GOTEJAR, v.intr. 'gotejar, pingar': «passando per ali com aquela cabeça de novo cortada, o sangue *gotejava* nas areas», III, 14, § 34, 4; «aqueles mastos e aquelas cordas começaram a arder, o sevo e o pez começou a *gotejar*», III, 15, § 47, 4. (3)

Formas verbais:

ind. pres. 3p. *goteja*, III, 14, § 37, 3.

ind. imp. 3p. *gotejava*, III, 14, § 34, 4.

inf. imp. *gotejar*, III, 15, § 47, 4.

GOVERNADOR, s.m. 'o que dirige, mestre, senhor': «nunca se quis descobrir ao *governador* da naao», IV, 2, § 14, 3; «Oo Cesar, grande duque e grande *governador* de Roma!», III, 1, § 8, 3; «Ai Deus, verdadeiro *governador*, guarda-me aquel donzel», III, 19, § 14, 8. *governadores*, «fez buscar *governadores* e marinheiros (...) pera guiar e governar a frota», II, 6, § 3, 2. (20)

GOVERNALHO, s.m. 'leme da embarcação': «perdeo tanto do sangue que caio sobre o *governalho*», III, 5, § 12, 4. *governalhos*, «deu tamanha tormenta nas outras naaos que britavam as cordas e mastos e *governalhos*», II, 10, § 10, 2. (3)

GOVERNANÇA, GUVERNANÇA, s.f. 'governo': «mais a grande bondade e *governança* d'Antipater o manteve longamente», III, 3, § 3, 5. *guovernança*, «lhe outorgassem a guarda e *guovernança* do Egito», I, 6, § 7, 1. (4)

GOVERNAR, GUVERNAR, 1. v.tr. 'governar, orientar, dirigir': «Senhor Deus que *governas* o mundo», III, 1, § 14, 4; «os Normantes estavam prestes de *governar* guerra», II, 6, § 13, 7; «*governavam* suas vidas de carne de besta», II, 18, § 18, 3. 2. v.tr. 'governar (o navio)': «Gíraldo (...) quando vio (...) que a naao ficava sem *governador*, saltou em ela por a *governar*». 3. v.refl. 'governar-se, conduzir-se': «confirmou o senhorio a Ircanos por que (...) *se governara* mui bem no cerquo», I, 10, § 19, 1; «vós verees bem se *me governo* eu como senhor ou como compaheiro», III, 14, § 22, 7. (39)

Formas verbais:

ind. pres. 1p. *me governo*, III, 14, § 22, 7.

2p. *governas*, III, 1, § 14, 4.

3p. *se governa*, III, 15, § 15, 5.

ind. imp. 3p. *governava*, II, 5, § 2, 3.

6p. *governavam*, II, 18, § 18, 3.

ind. perf.	6p. <i>governarom</i> , I, 1, § 1, 1.
ind. mperf.	3p. <i>se governara</i> , I, 10, § 19, 1.
inf. pes.	6p. <i>se governarcm</i> , II, 6, § 7, 3.
inf. imp.	<i>governar</i> , III, 5, § 12, 3. <i>guovernar</i> , I, 10, § 23, 7.
inf. v.pas.	<i>seer governada</i> , III, 15, § 15, 4.

GRAADAMENTE, adv. 'com grandeza, com abundância': «Cesar era de grande nomeada per boondade e per dar, como aquele que *graadamente* despendia», I, 8, § 43, 3.

GRAADEZAS, s.pl. 'dignidades, bens materiais': *graadezas*, «(Cesar) nom leixava de fazer grandes *graadezas* a hñus e outros», II, 23, § 7, 1.

GRAAO, s.m. 'supremacia, domínio': «(eles) estavam encaminhados pera pelejarem por averem *grao* sobr'eles ambos», III, 15, § 27, 10.

GRĀAO, s.m. 'grão': «comem as espigas verdes, que ainda nom tõe *grāao*», III, 12, § 16, 5.

GRAÇA, s.f. 1. 'favor, benevolência': «esto foe mui grave a Indiciomarís ca vio sua *graça* mui minguada antre os seus», II, 11, § 4, 3. 2. 'boa vontade, beneplácito': «se o assi fezeres, averás a *graça* dos Romãaos e de Cesar», II, 3, § 6, 5. 3. 'feição agradável': «Cesar (...) era de tam brava contenença e de tal *graça*», III, 10, § 4, 1. 3. 'agradecimento' *graças*, «a esto respondeo Cesar muitas *graças*», II, 3, § 16, 1. (35)

GRACIOSO, adj. 'que tem graça, agradável': «o seu *gracioso* rosto, que reis e duques soliam de temer», III, 13, § 22, 3; «Doce e *gracioso* era a pobres e a ricos», III, 13, § 26, 7. (2)

GRADO, s.m. 'vontade': «meterom-no na sala, qualquer *grado* que ouvesse», III, 16, § 6, 6; «eles meesmos se renderom maaõ seu *grado*», III, 14, § 3, 1. 2. 'agradecimento', «creceo-lhe coração de pelejar, assi por averem o *grado* dele, que lhes veera acorrer, como por guaanharem suas vidas», II, 14, § 25, 7. 3. *em grado*, 'com gratidão': «Bem aventurado he ho homem que sabe morrer e receber sua morte *em grado*», III, 14, § 15, 7. (11)

[GRALHA], s.f. 'galha, ave': *gralhas*, «*graihas* e pegas e corvos e abutres», III, 12, § 53, 1.

GRAM, ver *grande*.

GRANDE, GRAM, 1. adj. 'grande em tamanho e em quantidade': «avia *grande* abastança de pam», III, 3, § 1, 2; «ouverom tam *grande* medo que nom ousarom leixar Cesar», III, 10, § 5, 1; «a *grande* gente donde vos falamos, veerom», III, 18, § 4, 1. *gram*, «foi ferido de tam *gram* golpe», III, 12, § 41, 2; «a batalha foe *grande* e aspera (...) e durou *gram*

peça da noute», II, 18, § 27, 1. *grandes*, «prometeo-lhes *grandes* dões», II, 12, § 17, 1. 2. s.m. 'homem poderoso': «Nom ouve em toda a cidade de Roma *grande* nem pequeno que as nom ouvisse», III, 3, § 9, 1. *grandes*, «mantinham o poboo meudo contra os *grandes* e poderosos», II, 15, § 1, 2. (422)

GRANDEZA, s.f. 'tamanho, extensão': «tirou hũa mui fremosa pedra de hũa esmoleira, de *grandeza* de hũa noz», III, 4, § 2, 16; «nunca achou quem lhe soubesse dizer a *grandeza* daquela ilha», II, 10, § 1, 3. (9)

GRAVAR, v.tr. 'prejudicar': «quando ele vio que nom os podia muito *gravar* em tal maneira», III, 15, § 39, 2. (7) Ver *agrar*.

GRAVE, adj. 'duro, penoso': «Os Sequainois ham mais *grave* fortuna que os outros», III, 3, § 3, 3; «ainda que a augua fosse profunda e *grave* de passar», II, 20, § 14, 2; «esto foe mui *grave* a Inddiciomaris ca vio sua graça minguada», II, 11, § 4, 3. *graves*, «faria em eles *graves* justiça se soubesse que se aqueixariam dele», II, 3, § 3, 3. (15)

GRAVEMENTE, adv. 'intensamente, com gravidade': «ferirom tam *gravemente* em os cavaleiros de Cesar que passaram o primeiro combate», II, 22, § 23, 4. (2)

GREDA, s.f. 'greda, barro': «estavam todos quedos como passaros em *greda*», III, 1, § 5, 9.

GREGO, 1. adj. 'grego': «fez Cesar trazer na batalha fogo *grego*», III, 18, § 15, 6. *gregos*, «ainda que os druides (...) husassem de letras *gregas*», II, 15, § 4, 2. 2. s.m. 'habitante da Grécia, língua grega': «ainda que os drindes soubessem assaz de *grego*», II, 15, § 4, 2. *gregos*, «onde as leteras dos *gregos* primeiramente foram achadas», III, 4, § 1, 5. (10)

GRIFO, s.m. 'grifo, animal fabuloso com cabeça de águia e garras de leão': «Seu escudo era vermelho e tiinha em ele pintado hũu *grifo*», III, 16, § 2, 2. *grifos*, «cubertos de peles de ursos e de liões e de *grifos* e doutras animalias», III, 18, § 19, 3. (2)

[GRITO], s.m. 'grito': *gritos*, «Cila, hũu outro perigoo de mar, lançava *gritos* de cáes», III, 1, § 12, 4.

GROSSIDÓOE, s.f. 'grossura': «hua pedra redonda da *grossidóoe* de hũa noz», III, 15, § 51, 2. Ver *grossura*.

GROSSO, adj. 'grosso, sólido, abundante': «entrou bem hũu palmo em hũu madeiro *grosso* e verde», III, 17, § 3, 4; «tragia o coraçom *grosso* e o braço forte», II, 13, § 6, 8. *grossa*, «hũa estaca aguda e *grossa*», II, 18, § 76, 4. *grossas*, «comarcavam com muitas terras de que lhes viinham *grossas* mercadorias», II, 16, § 4, 1. (11)

GROSSURA, s.f. 'grossura, corpulência': «hũu dragom ascondido que seria de dez e seis pees em longo e de mui gram *grossura*», III, 14, § 44, 2. Ver *grossidõoe*.

GUAANHAR, GUANHAR, v.tr.e intr. 'ganhar, adquirir': «por *guaanharem* suas vidas que estavam em periigo», II, 4, § 25, 7; «Este he o fremoso gualardom do que tu *guaanhaste*», III, 1, § 6, 9; «Empero com esta perda eles *guaanharom* em hũa parte», II, 20, § 15, 3. (46)

Formas verbais:

ind. imp.	6p. <i>guaanhavam</i> , II, 15, § 7, 3.
ind. perf.	1p. <i>guaanbei</i> , II, 21, § 11, 6. 2p. <i>guaanhaste</i> , III, 1, § 6, 9. 3p. <i>guanhou</i> , I, 6, § 1, 1. 6p. <i>guaanharom</i> , II, 15, § 2, 5.
ind. mqperf.	3p. <i>guaanbara</i> , II, 10, § 2, 2.
cond.	3p. <i>guaanharia</i> , II, 2, § 19, 3.
conj. pres.	6p. <i>guaanhem</i> , III, 12, § 24, 3.
conj. imp.	3p. <i>guaanhasse</i> , II, 8, § 1, 3.
inf. pes.	6p. <i>guaanharem</i> , II, 4, § 25, 7.
inf. imp.	<i>guaanhar</i> , IV, 3, § 2, 2. <i>guanhar</i> , II, 2, § 8, 3.
ind. perf. comp.	3p. <i>ouve guaanhado</i> , I, 6, § 7, 1.
ind. mqperf. comp.	3p. <i>tiinba guaanhada</i> , II, 2, § 17, 3.

GUAANHO, [GAANHO], s.m. 'ganho': «aqui he toda nossa perda e todo nosso *guaanho*», II, 18, § 88, 2. *guaanhos*, «por nom averem taaes *guaanhos* por que lhes esquecesse os husos da batalha», II, 16, § 2, 2. *gaa-nhos*, «Mercurio era (...) ajudador de mercadores e multiplicador de seus *gaanhos*», II, 15, § 7, 1. (8)

GUALARDAM, GUALARDOM, GALARDOM, s.m. 'galardão, recompensa': «Antonio lhe deu maa *gualardam*, ca el lhe deu tal golpe com a espada que todo o fendeo», III, 18, § 11, 1. *gualardom*, «a este era prometido o *gualardom* do comũu», I, 8, § 57, 2. *galardom*, «Hoje vos prestará a mercee que me fezestes (...) E agora vos dará Cadosis o *galardom*», II, 21, § 11, 5. *gualardõoes*, «Nós nom sabemos os *gualardõoes* que atendemos dos males que soffremos por ti», III, 10, § 2, 4. (27)

GUALARDOAR, v.tr. 'recompensar': «eu nom cuidava senom como os podesse *gualardoar* aa minha voontade», III, 10, § 4, 9.

GUANHAR, ver *guaanhar*.

GUARDA, s.f. 'guarda, vigilância, soldado que vigia': «Desi deu Cesar a Sexto, seu primo, a *guarda* de Suria», III, 16, § 9, 2; «enviou hũa (ligiom) a Terovane, em Frandes, e Gaius Fabius em sua *guarda*», II, 12, § 1,

2. *guardas*, «Cesar pôs suas *guardas* per todas as partes da cidade», III, 3, § 2, 7. (64)

GUARDADO, adj. v. 'guardado, respeitado': «Aquele mandado de Dom Ambioris foi mui bem *guardado*», II, 12, § 12, 1. *guardados*, «prenderom assi os messegeiros que deviam seer *guardados* segundo boo costume», II, 6, § 3, 3. *guardada*, «a teve consigo longamente per espaço de tempo *guardada* em gram thesouro», III, 12, § 38, 3. *guardadas*, «mandou que as festas fossem *guardadas* no Agosto e nas vindimas», IV, 1, § 4, 1. (24)

[**GUARDADOR**], s.m. 'guarda': *guardadores*, «Pretores eram os mandadores e *guardadores*», I, 1, § 4, 6. (2)

GUARDAR. 1. v.tr. 'olhar, conservar': «rei Tolomeu, *guarda* o que fazes», III, 13, § 17, 2; «Nossos imiigos se teem a Cesar e *guardam-lhe* os sagramentos que lhe fezerom», III, 6, § 9, 5; «Ai Deus, verdadeiro governador, *guarda-me* aquel donzel», III, 19, § 14, 8; «os senadores enviassem sucessor que ouvesse de *guardar* a terra», I, 9, § 1, 3; 2.v.tr. 'conservar seguro, preso': «Eu te *guardarei* bem que mais nom toques terra senom com os pees», III, 8, § 2, 6; 3. v.tr. 'impedir' «Oo fortuna, algũs podem cuidar que tu o *guardaste* por bem do mundo de seer na batalha onde fezera gram matança», III, 13, § 20, 4. 4. v.refl. 'pre-caver-se, abster-se': «eles se vãao como gente que se nom *guarda* de nós», II, 13, § 6, 4; «*guardaae-vos* que nom fugaaes, ca eu ante morrerei que fogir», III, 12, § 22, 13. (239)

Formas verbais:

- | | |
|-------------|--|
| ind. pres. | 1p. <i>guardo</i> , III, 4, § 2, 13. |
| | 3p. <i>se guarda</i> , II, 13, § 6, 4. |
| | 5p. <i>vos guardaaes</i> , III, 6, § 9, 5. |
| | 6p. <i>guardam</i> , II, 21, § 16, 3. |
| ind. imp. | 3p. <i>guardava</i> , II, 5, § 2, 3. |
| | 6p. <i>guardavam</i> , I, 10, § 3, 10. |
| ind. perf. | 1p. <i>gardei</i> , II, 4, § 32, 3. |
| | 2p. <i>guardaste</i> , III, 13, § 20, 4. |
| | 3p. <i>guardou</i> , III, 9, § 6, 10. |
| | 5p. <i>guardastes</i> , III, 13, § 7, 2. |
| | 6p. <i>guardarom</i> , II, 12, § 17, 1. |
| ind. mperf. | 3p. <i>guardara</i> , II, 21, § 3, 1. |
| ind. fut. | 1p. <i>guardarei</i> , II, 2, § 19, 4. |
| | 1p. <i>guardá-los-ei</i> , II, 4, § 32, 3. |
| | 5p. <i>guardar-m'ees</i> , II, 3, § 13, 5. |
| | 6p. <i>guardarãm</i> , II, 21, § 13, 7. |
| conj. pres. | 2p. <i>guardes</i> , III, 13, § 20, 9. |
| | 3p. <i>garde</i> , III, 5, § 2, 4. |
| | 6p. <i>guardem</i> , II, 17, § 7, 4. |
| conj. imp. | 3p. <i>guardasse</i> , II, 3, § 6, 5. |

	6p. <i>guardassem</i> , II, 18, § 26, 2.
imper.	1p. <i>te guarda</i> , II, 3, § 6, 4.
	2p. <i>guardaae</i> , III, 18, § 3, 3.
cond.	3p. <i>guardaria</i> , II, 2, § 5, 2.
	6p. <i>guardariam</i> , II, 9, § 1, 5.
inf. pes.	2p. <i>te guardares</i> , II, 2, § 19, 7.
	6p. <i>guardarem</i> , II, 5, § 1, 4.
inf. imp.	<i>guardar</i> , I, 9, § 1, 3.
ger.	<i>guardando</i> , III, 8, § 10, 2.

GUARECER, v.intr. 1. 'curar-se': «muitos doentes e feridos que ficaram ali pera *guarecer*», II, 17, § 8, 2. 2. 'abrigar-se, proteger-se': «nem nos booscos nom podiam *guarecer*», II, 19, § 5, 3; «nom queria que Curio fogisse (...) ou que *guarecesse* em algũa maneira contra ele», III, 8, § 9, 1. (16)

Formas verbais:

conj. imp.	3p. <i>guarecesse</i> , III, 8, § 9, 1.
cond.	6p. <i>guareceriam</i> , II, 2, § 9, 2.
inf. pes.	5p. <i>guarecerdes</i> , I, 8, § 40, 8.
inf. imp.	<i>guarecer</i> , II, 19, § 5, 3.

GUARGANTAS, ver *garganta*.

GUARNECER, v.intr. 1. 'fortalecer': «daquela madeira que os Romãos trouxerom pera *guarnecer* seus alojamentos fezerom mui boas torres e *guarnecerom* os logares que tiñham falecidos», II, 12, § 17, 1; «Cesar soube bem esta cousa, polos prisioneiros (...) Ora ouvii como se *guarneceo*», II, 18, § 74, 1. 2. 'guarnecer, enfeitar': «*guarneciam* aqueles cornos de prata», II, 16, § 8, 2; «*guarnecê-se* o mais nobremente que pôde, à guisa de rei», I, 10, § 12, 1. (17)

Formas verbais:

ind. imp.	6p. <i>guarneciam</i> , II, 7, § 4, 4.
ind. perf.	3p. <i>guarneceo</i> , II, 18, § 74, 1.
	<i>guarnecê-se</i> , I, 10, § 12, 1.
	6p. <i>guarnecerom</i> , II, 12, § 17, 1.
conj. imp.	6p. <i>guarnecessem</i> , II, 12, § 27, 3.
inf. imp.	<i>guarnecer</i> , III, 1, § 11, 2.

Ver *guarnir*.

GUARNECIDA, ver *guarnicido*.

GUARNICIDO, [GUARNECIDO], adj.v. 'provido (do necessário), fortalecido': «Cesar nom era tam *guarnicido* como os d'Alexandria d'armas», III, 15,

§ 56, 2. *guarnecida*, «despois que a hoste foe *guarnecida*, hũa batalha se levantou», II, 18, § 72, 1. *guarnecidas*, «acharom as casas tam fortes e tam *guarnecidas*», IV, 3, § 7, 1. (5)
Ver *guarnido*.

GUARNIÇOM, s.f. 'guarnição, defesa': «Galba (...) nom tiinha (...) perfeita *guarniçom* de covas nem de bastidas», II, 4, § 3, 1. *guarniçoes*, «algũas vezes saiam os do castelo aas *guarniçoes* e palanques que os Romãaos tiinham», II, 21, § 19, 4. (11)

GUARNIDO, adj.v. 'guarnecido, provido': «Citheros, nosso consul, he tam direito e tam *guarnido* d'armas e de cavaleiros», I, 8, § 39, 16. *guarnidos*, «depois que eles estiverom bem *guarnidos* ataa que lhes podessem viir acorro», II, 12, § 5, 3. *guarnida*, «leixou toda sua carriagem forte e bem *guarnida*», II, 18, § 11, 4. *guarnidas*, «levarom bem cento e viinte naaos bem *guarnidas*», II, 6, § 8, 1. (21)

Ver *guarnicido*.

GUARNIMENTOS, ver *garnimento*.

GUARNIR, v.tr. 'guarnecer, fortalecer': «esto nom he por guerrear os Franceses mais por *guarnir* e guardar o meu corpo», II, 3, § 15, 5; «fez Cesar ajuntar toda sua carriagem e *guarnir* de boas guardas», II, 2, § 23, 3. (5)

Ver *guarnecer*.

GUEDELHAS, s.pl. 'guedelhas, cabelos despenteados': «Hũas animalias (que) em meo da testa tiinham hũu corno (...) e em a raiz daquel corno avia grandes *guedelhas*», II, 16, § 6, 1.

GUERRA, s.f. 'guerra': «Verdade he que na *guerra* del e de Pompeio se forom eles muitas vezes», IV, 2, § 24, 1; «os deoses lhe queriam fazer *guerra* com aquelas armas que lhe caiam do ceo», III, 14, § 25, 2. *guerras*, «os reis começaram a mover *guerras*», Prol., § 2, 3. (128)

GUERREAR, v.intr. 'guerrear': «os de Suave, que vos assi *guerreavam*», II, 9, § 4, 4; «eles nom valiam nem eram poderosos de os *guerrear*», II, 10, § 3, 1. (33)

Formas verbais:

ind. pres.	6p. <i>guerream</i> , III, 10, § 4, 7.
ind. imp.	6p. <i>guerreavam</i> , II, 9, § 4, 4.
conj. pres.	4p. <i>guerreemos</i> , III, 1, § 18, 3.
inf. imp.	<i>guerrear</i> , II, 11, § 3, 3.
ind. perf. comp.	3p. <i>ouve guerreado</i> , I, 10, § 5, 9.

GUIADOR, s.m. 'mestre, guia': «de tantos Romãos como ali avia era meestre e *guiador* hũu mancebo», II, 7, § 2, 1. *guiadores* «nem duques nem *guiadores* de tam grande gente», III, 15, § 26, 10. (11)

GUIAR, v.tr. 'conduzir, guiar': «fez buscar governadores e marinheiros (...) pera *guiar* e governar a frota», II, 6, § 3, 2; «os Romãos andarom sete dias continuadamente, segundo os Domiciatius *guiava*», II, 3, § 12, 5. (23)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *guiava*, II, 3, § 12, 5.
ind. perf. 3p. *guiou*, III, 12, § 12, 2.
6p. *guiarom*, II, 7, § 7, 1.
inf. imp. *guiar*, II, 2, § 14, 2.

GUILHÕES, s.m. 'guilhos, espigões de ferro': «cobrirom os outros engenhos (que chamavam cepos e lix e *guilhões*)», II, 18, § 87, 3.

GUISA, s.f. 'maneira, modo': «à *guisa* de rei», I, 10, § 12, 1; «creceo o costume e a licença pouco a pouco, em tal *guisa* que eles matavam», I, 8, § 39, 21; *guisas*, «trabalhava per muitas *guisas* de abaixar a todo seu poder», II, 2, § 17, 8.

GUVERNANÇA, ver *governança*.

GUVERNAR, ver *governar*.

H

HA, ver *a*.

HAVER, ver *aver*.

HAMOESTAR, ver *amoestar*.

HE, ver *ser*.

HEDIFICAR, v.tr. 'edificar, construir edifícios': «*hedificarom* hũu templo em aquele lugar», III, 14, § 28, 3. (3)

Formas verbais:

ind. perf. 6p. *hedificaram*, III, 14, § 28, 3.
inf. imp. *hedificar*, IV, 1, § 8, 1.

HELIFANTE, s.m. 'elefante': «nom ha hi *belifante* que nom traga em sua torre triinta homêes», III, 18, § 3, 4; «Ali ha os grandes dragöoes que (...) derribam hũu *belifante* com ho rabo», III, 14, § 35, 3. *belifantes*, «acharom os *belifantes* de Juba», III, 18, § 26, 1. (13)

HERDADE, s.f. 'herança, propriedade': «Nós erramos e nom deveríamos a teer *berdade* por que nom vingamos nosso padre», III, 19, § 9, 6. *berdades*, «algũs Romãaos que venderom campos e *berdades*», III, 1, § 7, 7. (3)

HERDEIRO, s.m. 'herdeiro, filho': «ele fazia Agustus (...) *berdeiro* das duas partes de quanto tiinha», IV, 3, 5, 2. *berdeiros*, «os deuses querãm meter a fim em o poder de Pompeo e o melhor de seus *berdeiros*», III, 19, § 9, 1. (5)

HERMO, adj. 'ermo': «Empero todo era hermo e cuberto d'ervas», III, 15, § 2, 3.

HERRO, ver *erro*.

HERROU, ver *errar*.

HERVA, [ERVA], s.f. 'erva': «as logias de seus imiigos, que eram cubertas de ferrö e de *herva* seca», II, 12, § 20, 1. *hervas*, «vio que poderia achar comprimento d'*hervas* e de páceres», II, 4, § 2, 2. *ervas*, «todo era hermo e cuberto d'*ervas*», III, 15, § 2, 3. (24)

HI, adv. 'ai': «Vaamos a eles (...) E *bi* nom aja mais tardança nem deteença», II, 7, § 5, 4; «que valias ouve em Roma antes que *bi* ouvesse emperadores», ProI., § 3, 4; «tomarom (a cidade) se se os Romãaos *bi* nom entremeterom», I, 10, § 10, 2; «de passarem por *bi* lhes desse lugar e licença», II, 2, § 6, 2.

HIDA, IDA, s.f. 'acção de ir': «nom fossem seus feitos em desacordo e em periigo e da ficada ou da *bida*», II, 12, § 8, 1; «perdeö mais de duas colhortas em esta *bida*», II, 17, § 16, 1. *ida*, «Cesar sempre tiinha guardas par hu ela saia (...) que a guardavam aa viinda e aa *ida*», III, 18, § 29, 7. (8)

HIDADE, IDADE, s.f. 'idade, espaço de tempo': «atees aquela *bidade* os homêes nom se cobriam contra as molheres», II, 16, § 1, 3. *idade*, «morreo aos cincooeenta e seis anös de sua *idade*», IV, 3, § 11, 1. *bidades*, «enviarom de noute todolos fracos, assi de *bidades* como de doença», II, 20, § 9, 2. *idades*, «o que se perdeo em esta batalha nom foi cobrado por muitas *idades*», III, 12, § 25, 1. (17)

HIDO, adj.v. 'ido': «eles responderom que (Cesar) era *hido* longe», II, 17, § 7, 3. *bidos*, «os que eram *bidos* aa forragem, aalem de Muessa», II, 9, § 1, 3. (16)

HIR [IR], v.intr. 'ir': «Nós *himos* em mensagem de rei Alexandre», II, 4, § 2, 9; «Nós *hiremos* tanto ataa que cheguemos», II, 4, § 2, 9; «desi envia-rom-nos a Celit, honde era hordenado *birem*», I, 5, § 4, 3; «Senhores cavaleiros (...) *hii* de boo coração em esta batalha», III, 2, § 6, 3. 2.v.refl. 'ir-se': «Maao Cilitão (...) *vaas-te* tu por seeres outra vez cossairo no mar?», III, 14, § 16, 2; «embalde se seguram os de Marselha por que nos *himos* a Espanha», III, 5, § 3, 2; «Quando el vio o periigoo de seus cavaleiros, que *iam* morrer de sede», III, 14, § 33, 1.

Formas verbais:

- ind. pres. 2p. *vaas-te*, III, 14, § 16, 2.
3p. *vai*, II, 3, § 2, 7.
4p. *himos*, III, 14, § 16, 5.
5p. *hiis*, III, 2, § 6, 5.
6p. *vāao*, I, 8, § 40, 15.
- ind. imp. 3p. *bia*, II, 3, § 9, 1.
6p. *biam-se*, III, 5, § 11, 8.
6p. *iam*, III, 14, § 33, 1.
- ind. perf. 1p. *me fui*, II, 3, § 2, 6.
2p. *te foste*, III, 19, § 16, 3.
3p. *foi-se*, I, 9, § 12, 2.
3p. *foe*, II, 18, § 10, 2.
4p. *fomos*, II, 18, § 54, 2.
6p. *forom-se*, II, 4, § 7, 2.
- ind. mqperf. 3p. *fora*, I, 6, § 9, 2.
6p. *foram*, II, 4, § 26, 5.
- ind. fut. 1p. *birei*, III, 12, § 16, 3.
2p. *birás*, III, 2, § 5, 12.
3p. *se birá*, III 19, § 9, 4.
4p. *hiremos*, III, 4, § 2, 9.
4p. *iremos*, II, 21, § 19, 2.
5p. *hires*, II, 18, § 73, 3.
6p. *hiram*, III, 1, § 21, 1.
- conj. pres. 2p. *vaas*, III, 1, § 2, 5.
4p. *vaamos*, III, 12, § 50, 3.
5p. *vaades*, II, 18, § 52, 7.
6p. *vāao*, II, 13, § 6, 4.
- conj. fut. 1p. *for*, III, 12, § 43, 5.
6p. *forem*, III, 10, § 4, 5.
- imper. 1p. *vai-te*, III, 10, § 13, 4.
2p. *hii*, III, 2, § 6, 3.
- cond. 3p. *biria*, I, 9, § 12, 4.
6p. *hiriam*, II, 18, § 65, 4.
- inf. pes. 5p. *hirdes*, II, 18, § 52, 5.
6p. *birem*, II, 3, § 19, 4.
6p. *irem*, II, 18, § 20, 1.

inf. imp.	<i>bir</i> , III, 12, § 35, 2.
ger.	<i>bindo</i> , II, 7, § 1, 5.
	<i>indo</i> , II, 2, § 9, 4.

HO, ver *o*.

HODIO, ver *odio*.

HOJE, ver *oje*.

HOMEM, 1. s.m. 'homem, soldado'. «aquele era rei e *homem* de grande poder», II, 11, § 11, 3; «Varus era *homem* que avia assaz de cavaleiros», III, 8, § 4, 1. *homêes*, «foi posto a cavalo per força de seus *homêes*», III, 12, § 32, 10; «prendeo-lhe *homêes* e bestas», II, 21, § 1, 3; «cinquoeenta mil *homêes* de cavalo e de pee», I, 10, § 9, 3. 2. pron. ind. 'alguém, se': «assi pode *homem* entender que ardimento avia em ele», III, 5, § 15, 3; «ante sofria que lhe fizessem mais honra do que conviinha fazer a *homem*», IV, 2, § 31, 3; «nom compre que *homem* mais diga de sua bondade», III, 12, § 46, 1.

HONESTAMENTE, adv. 'honestamente': «eu vivi contigo *honestamente* e nunca fiz cousa contra teu mandado», III, 1, § 22, 8. (2)

HONESTIDADE, s.f. 'honestidade': «Amava justiça e *honestidade* sobre todas cousas», III, 1, § 23, 4. (3)

HONESTO, adj. 'honesto': «era homem *honesto* e seu familiar», II, 3, § 24, 6. *honesta*, «ele nom avia speranza de morte *honesta*, ca el nom avia tanto d'espago hu el podesse estender seu braço com sua espada», III, 15, § 56, 5. (2)

HONRA, ONRA, s.f. 'honra, glória': «santa Creauta que fundou o mosteiro no monte aa *honra* de Sam Pedro», II, 18, § 59, 1; «Cesar nom tiinha senom hũa pouca de gente, e grande *honra* podiam aver se os corações lhes nom falescessem», II, 10, § 15, 4; «eu, pola *honra* de Roma, entrei em esta batalha», III, 18, § 5, 3. *onra*, «averás ho galardam (...) das traições que fazes (...) por montar em *onra*», III, 12, § 43, 4. *honras*, «aqueles que eram vencidos pola dívida que eles negarom dantes, tirava el de suas *honras*», IV, 1, § 7, 1. *onras*, «todolos officios e todalas *onras* de Roma», IV, 1, § 5, 1. (167)

HONRADAMENTE, adv. 'com honra, com consideração': «Pompeeo nom o recebera tam *honradamente* como pertencia a rei», I, 10, § 12, 2. (4)

HONRADO, adj. 'honrado, considerado': «quem mais companhia podia aver em sua casa parecia seer mais *honrado*», II, 15, § 5, 2; «ele foe a hũu homem *honrado*», II, 2, § 2, 4. *honrados*, «Bem queria que seus imiigos fossem *honrados*», IV, 2, § 30, 7. *honrada*, «Molher tam *honrada*, como

vós devees a seer», III, 13, § 4, 3. *honradas*, «As mais *honradas* pessoas de Roma levarom o corpo», IV, 3, § 6, 3. (25)

HONRADOIRO, adj. 'honrável, venerável': «aqui som os altares d'Eitor, e este lugar he muito *honradoiro*», III, 15, § 3, 5.

HONRAR, v.tr. 'honrar, homenagear': «Tanto que Pompeio foe genro de Cesar, ele o começou de *honrar*», I, 9, § 10, 3; «aquele que vencia seu companheiro, *honrava-o* o poboo», I, 6, § 4, 3. (10)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *honrava-o*, I, 6, § 4, 3.

ind. perf. 3p. *honrou-os*, II, 12, § 29, 2.

inf. imp. *honrar*, I, 9, § 10, 3.

HOOLHOU, ver *oolhar*.

HORA, ver *ora*.

HORDEM, ORDEM, s.f. 1. 'cargo honorífico', «tirava os senadores de Roma da sua *hordem*», IV, 1, § 7, 1. 2. 'sociedade religiosa ou militar': *ordem*, «em officios de condestabres ou em simplez *ordem* de cavalaria», IV, 2, § 30, 2. 3. 'origem, fr. *orine*': «Dizee-nos (...) o começo e a *hordem* das gentes desta terra», III, 15, § 20, 2. (8)

HORDENADO, [ORDENADO], adj.v. 'ordenado, determinado, disposto': «*Hordenado* era que os senadores departissem em cada hũu ano os senhores», I, 9, § 11, 1. *hordenada*, «a legiõm de Pompeio (...) era em meio do campo, bem armada e bem *hordenada* a batalha», III, 12, § 29, 1. *ordenada*, «Assi he *ordenada* cousa de natura», III, 15, § 22, 3. *hordenadas*, «hordenou Julio Cesar algũas lex (...) que ataa ali nom forom *hordenadas*», I, 9, § 6, 1. (17)

HORDENAMENTO, s.m. 'nobreza, posição honorífica (?)': «hũu homem (...) de grande linhagem e de grande *hordenamento* e ardimento, mais era prove», I, 3, § 3, 5.

HORDENANÇA, s.f. 1. 'ordenação, disposição dos corpos do exército': «A gente de Pompeio (...) nom tiinham *hordenança* aa entrada da peleja», III, 12, § 27, 4; «nunca atenderam *hordenança* de aazes, ante se chegarom hũus contra os outros», III, 18, § 5, 2. 2. 'regulamento de manobras militares'. *hordenanças*, «as *hordenanças* de guerra que ele mandara fazer por defender a passagem dos Clutões», II, 2, § 9, 3. (8)

HORDENAR, ORDENAR, 1. v.tr. 'pôr em ordem, comandar': «ele saio com suas ligiões e *hordenou* suas bandeiras», II, 10, § 16, 1; «teve Cesar de fazer muitas cousas (...) *hordenar* suas batalhas e mostrar a seus cava-

leiros de bem fazer», II, 4, § 20, 1. 2. v.tr. 'ordenar, determinar': «assi he que a fortuna esto *bordenou*», II, 18, § 91, 2; «ho mar (era) sem ondas como se Deus por si ho *ordenasse*», III, 5, § 10, 1. 3. v.refl. 'pôr-se em ordem, dispor-se': «Tua cavalaria filhará as banheiras se tu mais tardas, e se *bordenarâm* em o campo», III, 12, § 15, 4; «*bordenando-se* o melhor que podiam, como gente que estava em perigoo», II, 21, § 13, 2. (82)

Formas verbais:

ind. pres.	6p. <i>bordenam</i> , III, 1, § 6, 9.
ind. imp.	3p. <i>ordenava</i> , III, 6, § 1, 1. 6p. <i>bordenavam</i> , I, 1, § 4, 4.
ind. perf.	3p. <i>bordenou</i> , II, 2, § 21, 2. 3p. <i>ordenou</i> , II, 18, § 58, 1. 6p. <i>bordenarom</i> , I, 9, § 5, 1.
ind. mqperf.	3p. <i>bordenara</i> , II, 2, § 23, 4. 3p. <i>ordenara</i> , III, 15, § 56, 3.
ind. fut.	6p. <i>bordenarâm</i> , III, 12, § 15, 4.
conj. pres.	5p. <i>bordenees</i> , III, 7, § 5, 2.
conj. imp.	3p. <i>bordenasse</i> , II, 5, § 3, 3. 3p. <i>ordenasse</i> , III, 5, § 10, 1.
imper.	1p. <i>bordena</i> , II, 2, § 18, 4.
inf. imp.	<i>bordenar</i> , II, 4, § 20, 1. <i>ordenar</i> , II, 22, § 5, 2.
ger.	<i>bordenando</i> , II, 18, § 39, 1.
ind. perf. comp.	3p. <i>ouve bordenada</i> , IV, 1, § 1, 1. 6p. <i>teverom bordenadas</i> , II, 5, § 4, 1.
ind. mqperf. comp.	3p. <i>tiinha ordenado</i> , III, 15, § 28, 1.

HOSTE, OSTE, s.f. 'tropa, exército': «cobiiçava grande degnidade e grande *hoste*», I, 8, § 43, 8; «nom podessem tomar aa *hoste* de Cesar», III, 7, § 1, 3. *oste*, «a *oste* foe torvada quando virom assi sua frota perdida», II, 10, § 10, 2. *hostes*, «estabeleceo dez cortes de senadores, e com cada corte avia tres *hostes*», I, 1, § 1, 2. (175)

HU, adv. 'onde': «per todosos logares *hu* seu padre ho enviara», III, 4, § 1, 1; «nom tiinham a *hu* hir passar», II, 2, § 6, 2; «todalas terras *hu* Roma tiinha senhorio», III, 12, § 46, 3.

HÛ, ver *hûu*.

[HUIVAR], v.intr. 'uivar': «ladrava como cam e *huivava* como lobo», III, 12, § 9, 5.

HUMIDADE, OMIDADE, s.f. 'humidade': «a quêetura ajunta a si as aguas, e *humidade* defende que se nom sequem», III, 15, § 21, 5. *omidade*, «secava-lhe a lingua tanto que *omidade* nom avia em sua lingua nem na boca», III, 14, § 36, 3. (2)

HUMIDO, adj. 'húmido': «Venus, que he quēete e *humido*, traz criaçom de sementes», III, 15, § 21, 4. *humida*, «a lũa he fria e *humida*», III, 15, § 21, 3. (3)

HUMILDADE, s.f. 'humildade': «mais per sua autoridade e per seu mandado que per sua *humildade* que lhes mostrasse de palavras», IV, 2, § 24, 2; «esto foi signal de paz e de *humildade*», IV, 2, § 28, 2. (2)

[HUMOR], s.m. 'líquido contido no corpo': *humores*, «fez secar o sangue e os *humores*», III, 13, § 22, 4.

HUNTADO, ver *untado*.

HUNTOU, ver *untar*.

[HURRAR], v.intr. 'urrar': «*hurravam* dragões acesos antre as arvores», III, 5, § 5, 4.

[HUSADO], adj.v. 1. 'acostumado, habituado': «som *busados* a malicia e acostumados a mentir», III, 13, § 14, 15; «tanto som *busados* d'armas sem receo», II, 3, § 7, 5. 2. 'gasto' *busadas*, avemos despendidas nossas vidas, *busadas* em tuas batalhas», III, 10, § 2, 2. (12)

HUSANÇA, s.f. 'uso, hábito': «conhoço-vos tam bem per *busança* que, se hũu de vós brande a espada ou a lança, eu sei bem logo quem he», III, 12, § 22, 10.

HUSAR, [USAR], v.intr. 'usar, estar acostumado, servir-se': «fazer todo mal que podia e *busar* de toda maa crueza», III, 15, § 25, 2; «ainda que os drindes soubessem assaz de grego e *busassem* de leteras gregas», II, 15, § 4, 2; «terrieis razom de leixar sua querela se ele *busara* mal de vosso sangue em suas batalhas», III, 14, § 17, 5; «ele nom *usou* segundo razom, e o poderio e as riquezas que tem assũadas», II, 2, § 19, 2. (24)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>usa</i> , II, 3, § 7, 3.
ind. imp.	6p. <i>busavam</i> , II, 8, § 1, 5.
ind. perf.	3p. <i>busou</i> , I, 8, § 59, 2. 3p. <i>usou</i> , II, 2, § 19, 2.
ind. mqperf.	3p. <i>busara</i> , III, 14, § 17, 5.
conj. pres.	6p. <i>busem</i> , III, 15, § 33, 2.
conj. imp.	6p. <i>busassem</i> , II, 15, § 4, 2.
conj. fut.	6p. <i>busarem</i> , III, 12, § 24, 4.
cond.	3p. <i>busaria</i> , II, 21, § 24, 4.
inf. imp.	<i>busar</i> , III, 15, § 25, 2.
ger.	<i>busando</i> , III, 12, § 16, 6.
ind. pres. comp.	3p. <i>ha busado</i> , III, 1, § 7, 6.
ind. imp. comp.	3p. <i>avia busado</i> , III, 12, § 27, 5. 6p. <i>aviam busado</i> , II, 4, § 17, 4.

HUSO, [USO], s.m. 'uso, costume': «bestas que nadem contra *buso* da natureza», III, 1, § 13, 3. *busos*, «nom averem taas guanhos por que lhes esquecessem os *busos* da batalha e da guerra», II, 16, § 2, 2. *usos*, «nossos *usos* e costumes», II, 4, § 3, 3. (3)

HUSSO, [USSO], s.m. 'urso': «assi como faz o *busso* quando he ferido», III, 11, § 13, 2. *hussos*, «liões e *hussos* e outras bestas», III, 8, § 1, 2. *ussos*, «peles de *ussos* e de liões e de grifos», III, 18, § 19, 3. (5)

HÛU, HÛ, 1. art. 'um': «andava-se estorcendo de *hûu* cabo a outro», I, 2, § 4, 2. *hû*, «centuriam de cada *hû* condestabrado», II, 3, § 11, 1. *hûus*, «vós perdoaes a *hûus* poucos de malfeitores», I, 8, § 40, 15. *hûa*, «da *hûa* parte estava o rio», II, 2, § 5, 2. *hûua*, «Triunfo he *hûua* maneira de honra e de alegria», I, 9, § 2, 1. *hûas*, «acharam hi *hûas* tavoas», II, 2, § 28, 1. *hûuas*, «*Hûuas* gentes», II, 4, § 29, 1. 2. pron. 'um': «chamou os outros nobres homens de Creve, *hûu* e *hûu*», II, 11, § 4, 2. *hûus*, «Algûus dos Judeus se matavam *hûus* com outros», I, 10, § 17, 6. *hûa*, «por duas razões: a *hûa* por que os Seines ajudaram os de Creve», II, 14, § 9, 1. *hûas*, «levou-as o vento — *hûas* ao porto (...) e as outras na ilha», II, 10, § 9, 2.

HÛUA, ver *hûu*.

[HUZURA], s.f. 'usura, juro excessivo': «mandou que leixassem as *huzuras* e que avaliassem os frutos que saírom dos penhores», IV, 1, § 6, 5.

I

IDA, ver *hida*.

IDADE, ver *hidade*.

IDOS, s.pl. 'idos, dia 15 de cada mês': «os *idos* de Março som oje», IV, 3, § 3, 3.

[IDROPIGO], s.m. 'hidrópico, com acumulação de líquido': *idropigos*, «tií-nham as barrigas cheas e morriam ainda de sede, como *idropigos*», III, 6, § 14, 2.

IFANTE, s.m. 'infante, príncipe': «depois que ela tiver o *ifante* seu irmão hûa noite nos braços», III, 15, § 26, 5.

IGNOCENTES, ver *inocente*.

IGUAL, 1. s.m. 'igual, da mesma categoria': «Veridomarus era de sua *hidade* e seu *igual* em poder», II, 18, § 41, 1. 2. adj. 'igual': «todos os seus fossem

em *igual* periigo», II, 2, § 24, 1. *iguaaes*, «Marcos Catam e Julio Cesar foram *iguaaes* em muitas cousas», I, 8, § 43, 1; «Em estas cousas eram eles acerca *iguaaes*», I, 8, § 43, 2. (22)

IGUALEZA, s.f. 'igualdade': «Eles achavam em ele *igualeza* de dureza e de boa vōotade», IV, 2, § 19, 2.

IGUALMENTE, adv. 'igualmente, do mesmo modo': «bem e mal, e trabalho e folgança suportava *igualmente*», III, 14, § 46, 1.

[IGUARIA], s.f. 'iguaria': *iguarias*, «fez muitos convites em Roma (...) E nom ouve hi tantas *iguarias*», IV, 1, § 2, 3.

ILHA, ISLHA, s.f. 'ilha': «hũa *ilha* a que chamam Farmacusa», I, 4, § 2, 1. *isiba*, «acerca do porto, em hũa pequena *islba*», III, 2, § 11, 2. *ilbas*, «nem sabiam os portos (...) nem as *ilbas* d'arredor», II, 6, § 3, 5. *islbas*, «ajunta poboos de terras e *islbas*», III, 2, § 8, 3. (35)

ILHARGA, s.f. 'ilharga, costado': bem poderiam ver as entradanhas pola *ilharga*», III, 18, § 10, 1. *ilhargas*, «ferio o cavalo de Curio polas *ilhargas*», III, 8, § 7, 3. (4)

IMAGEM, s.f. 'imagem': «hũa *imagem* del-rei Alexandre», I, 5, § 3, 3; «a *ima-gem* de hũu de seus deoses», III, 11, § 15, 2. *imagêes*, «aviam hũas grandes *imagêes* cavadas», II, 15, § 6, 1. (33)

IMIIGO, [ENIMIIGO], [ENMIIGO], [EMIIGO], s.m. 'inimigo': «o julgou por seu *imiigo*», II 13, § 4, 2. *imiigos*, «foi combatido de seus *imiigos*», IV, 2, § 11, 4. *enimiigos*, «nom podia aver os corpos nem os averes de seus *enimiigos*», II, 6, § 6, 3. *enmiigos*, «aas tendas de seus *enmiigos*», II, 8, § 14, 1. *emiigos*, «em guisa que seus *emiigos* nom cuidassem», II, 8, § 3, 1. (248)

INCHAÇO, s.m. 'inchaço': «a cota que tiinha nom pôde sofrer que a força do *inchaço* a nom rompesse», III, 14, § 38, 2. (3)

[INCHADA], adj. 'inchada': *inchadas*, «logo as veas seriam *inchadas* e esparger-s'ia a peçonha», III, 15, § 49, 2. (2)

INCHAR, v.intr. 'inchar': «*inchou* tanto que mais parecia monstro», III, 14, § 38, 2; «ainda *inchava* quando seus parceiros começaram a fogir», III, 14, § 38, 3. (3)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *inchava*, III, 14, § 38, 3.

ind. perf. 3p. *inchou*, III, 14, § 38, 2.

inf. imp. *inchar*, III, 14, § 38, 2.

INFERNO, s.m. 'inferno': «aquele que homem acha dos do *inferno*: que os maos estam de fundo dos boos», I, 8, § 40, 16. *infernos*, «os segredos dos *infernos*, segundo Pluto, ho meestre dos diaboos», III, 12, § 5, 2. (22)

INFIINDAMENTE, adv. 'imensamente': «sua força era *infiindamente* grande», III, 8, § 1, 2.

INGRATO, adj. 'ingrato': «parece que tu nos és *ingrato*», III, 10, § 2, 5.

INOCENCIA, s.f. 'inocência': «Marcos Catam (...) puia virtude contra virtude, e vergonha com mesura, e a sentença com *inocencia*», I, 8, § 43, 9.

[INOCENTE], [IGNOCENTE], s.m. 'inocente': *inocentes*. «Herodes que fez degolar os *inocentes*», III, 16, § 2, 4. *ignocentes*, «sacrificavam os *ignocentes*, que nem hũu mal tiñham feito», II, 15, § 6, 2. (4)

INVERNAR, v.intr. 'passar o inverno': «Quatro legiões *invernarom* naquela parte de França», II, 22, § 2, 3; «combater tódalas ligiões de Cesar (...) onde quer que *invernavam*», II, 12, § 4, 5. (28)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>invernava</i> , II, 4, § 1, 1.
	6p. <i>invernavam</i> , II, 12, § 4, 5.
ind. perf.	6p. <i>invernarom</i> , II, 12, § 3, 1.
ind. mqperf.	3p. <i>invernara</i> , II, 6, § 1, 4.
conj. pres.	6p. <i>invernem</i> , II, 12, § 18, 3.
inf. pes.	6p. <i>invernavem</i> , II, 22, § 2, 3.
inf. imp.	<i>invernar</i> , II, 18, § 92, 2.
ind. mqperf. comp.	6p. <i>aviam invernado</i> , II, 2, § 9, 3.

INVERNO, s.m. 'inverno': «se os podessem teer ençarrados assi ataa o *inverno*», II, 10, § 11, 2. *invernos*, «polo grande trabalho que sofrerom de grandes *invernos*», II, 19, § 4, 1. (31)

IR, ver *hir*.

IRA, s.f. 'ira, cólera': «Catom amansou hũu pouco sua *ira*», III, 14, § 14, 1.

IRADO, adj. 'irado, encolerizado': «Rei Juba meesmo, quando vio Cipio morto, foi triste e *irado*», III, 18, § 20, 5.

IRMÃA, ver *irmãao*.

IRMÃAO, s.m. 'irmão': «O donzel chamou per hũa manhã seu *irmãao*», III, 19, § 9, 3. *irmãaos*, «Castor e Polus eram dous *irmãaos*», I, 6, § 2, 2. *irmãa*, «sua tia, *irmãa* de seu padre», I, 5, § 1, 2. *irmãas*, «levou consigo duas *irmãas*», III, 3, § 4, 2. (113)

ISSO, ver *esso*.

ISTO, ver *esto*.

ISTORIOGRAFO, ESTORIOGRAPHE, s.m. 'historiador': «Salustrio, famoso *istoriógrafo*», I, 8, § 1, 1. *estoriographe*, «Herodotus e Verosus, na *estoriographe*, (fr. *dui hystoriographe*)», III, 15, § 43, 2. (3) Ver *estoriador*

J

JA, 1. adv. 'já': «*Ja* Corverios era morto e os seus desbaratados quando Cesar entrou no campo», II, 20, § 14, 1; «E começou de aver manancoria d'Ambeoris, por cujo conselho ele era *ja* em este perigo», II, 17, § 3, 4; «Eu desviaria se me eu desse por pavor de morte (...) *Ja* a minha linhagem nom avera reprocha», III, 18, § 18, 3. 2. loc. adv. 'nunca': *ja mais*, «em quanto ele fora vivo *ja mais* os senadores de Beoves nom tiveram poder sobre o poboo meudo», II, 20, § 15, 3.

JACOLIIS, s.m. 'jáculos, serpentes': «*jacoliis* e basiliscos e coobras e outras serpentes», III, 14, § 32, 2.

JAIAM, s.m. 'gigante': «apareceo-lhe subitamente a forma de hũa gram *jaiam* asseentado, e tiinha na mão hũa gaita», III, 1, § 3, 2. (3)

JAMES, ver *gêmas*.

JANEIRO, s.m. 'Janeiro': «jurarom que o primeiro dia de *Janeiro* matassem os dous consules», I, 3, § 3, 6.

JANELA, s.f. 'janela': «caio dentro no paaço a par de hũa *janela* que ele defendia», III, 15, § 35, 1. *janelas*, «pola torre arriba atas *janelas* e atas ameas», III, 15, § 47, 2. (11)

JAQUES, s.m. 'vestuário, (de fr. *jaque*, farda)': «feriam-se em descuberto sobre os *jaques* e sobre as cotas», III, 8, § 7, 4.

[JAZER], v.intr. 1. 'estar (deitado), estar quieto': «fugio Arristobulus da prisom em que *jazia* em Roma», I, 10, § 23, 1; «alevantando-se per cima dos paaos que *jaziam* pola naao», III, 5, § 22, 2; «gente de Framengos *jaziam* em hũa cilada», II, 10, § 18, 2. 2. 'ter relações sexuais': «Aquelas primeiras duas noites que *jouverom* Cesar e Cleopatra», III, 15, § 14, 2; «carnalmente *jouveste* com tua irmã», III, 13, § 22, 5. 3. 'estar desmaiado, estar morto': «Pompeeo saio fora (...) e chegou onde Cornelia *jazia*», III, 13, § 3, 5; «eles fogirom todos cá e lá, e ele ficou hi *jazendo* hũa peça», IV, 3, § 4, 7. 4. 'estar enterrado': «ele se veeo a Cabloris, onde *jaz* Sam Moris», II, 5, § 1, 4. (28)

Formas verbais:

- ind. pres. 2p. *jazes*, III, 13, § 25, 3.
 3p. *jaz*, II, 5, § 1, 4.
 6p. *jazem*, III, 14, § 16, 5.
 ind. imp. 3p. *jazia*, I, 10, § 23, 1.
 6p. *jaziam*, III, 5, § 22, 2.
 ind. perf. 2p. *jouveste*, III, 13, § 22, 5.
 3p. *jouve*, III, 1, § 16, 3.
 6p. *jouverom*, III, 12, § 37, 4.
 conj. imp. 3p. *jouvesse*, III, 10, § 20, 2.
 ger. *jazendo*, IV, 3, § 4, 7.

JENRO, ver *genro*.

JOELHOS, ver *giolho*.

JOGAR, JUGAR, v.intr. 'jogar': «dezião as oras e os dias que deviam de caçar e *jogar*», I, 1, § 4, 4; «os Romãaos lhe *jugarom* aquele meesmo jogo que eles cuidarom a *jugar*», II, 20, § 13, 3. (7)

Formas verbais:

- ind. perf. 6p. *jugarom*, II, 20, § 13, 3.
 inf. imp. *jogar*, I, 1, § 4, 4.
jugar, II, 20, § 13, 3.

JOGO, s.m. 1. 'jogo, luta': «E daquele *jogo* escaparom cento e cincoẽta mil, (antre homẽes e molheres e moços)», II, 2, § 25, 5. *jogos*, «estabeleceo *jogos* em desvairadas maneiras», IV, 1, § 3, 1. 2. loc. 'de troça, de brincadeira': *de jogo*, «quando algũs cidadãaos queriam fazer estormentos, escrevião *de jogo*», I, 9, § 7, 5. (21)

[JOIA], s.f. 'joia': *joias*, «guarnecião aqueles cornos de prata e enviavã-nos em grandes *joias*», II, 16, § 8, 2.

JOII, erro de tradução: «pertẽcião ao meestre *de joii*» (fr. mestre *donjon*, torreão), III, 15, § 37, 2.

[JORNADA], s.f. 'jornada, marcha de um dia': *jornadas* «partio-se de Roma a mui grande pressa, fazendo tam grandes *jornadas* como ele podia», II, 2, § 6, 1. (19)

JUGAR, ver *jogar*.

[JUGO], s.m. 'jugo': *jugos* «Parece que andaaes buscando *jugos* que ponhaaes a vossos colos», III, 14, § 17, 4.

JUIZ, s.m. 'juiz': «A batalha será *juiz* e fim da querela», III, 1, § 3, 7. *juizes*, «estabeleceo duas maneiras de *juizes* por todo guardar e mantêer», IV, 1, § 5, 5. (3)

JUIZO, s.m. 'julgamento': «prophetizarom principalmente de Xpisto e do dia do *Juizo*», III, 9, § 6, 5; «esto que eu fiz por combater as tendas dos Româaos nom foe por minha vontade nem per meu *juizo*», II, 12, § 4, 3. *juizos*, «Estes eram mui honrados em França e aviam grandes dinidades de *juizos* em todalas querelas», II, 15, § 3, 2. (9)

JULGADO, adj.v., 'julgado, condenado': «segundo vos avemos contado e segundo foe *julgado* per Catam», I, 8, § 56, 1; «era *julgado* a morte por hũu cidadãao que matara», III, 1, § 7, 8; *julgados*, «os que hi nom viinhm eram *julgados* a tormento», II, 13, § 4, 1. (12)

JULGAMENTO, s.m. 'julgamento, decisão': «Pompeo foe alá enviado pelo *julgamento* do senados», I, 10, § 1, 1. (5)

JULGAR, v.tr. 'julgar, decidir, condenar': «nom podia *julgar* qual deles fora melhor cavaleiro», II, 12, § 21, 8; «se eu nom *julgasse* ho Egipto por desleal em esta obra», III, 15, § 8, 6; «des que os senadores de Roma ouverom novas de sua victoria, *julgarom-lhe* tres dias de festa», II, 18, § 92, 5; «ela como senhor d'hũu e doutro, nos fará *julgar* a cruel morte», III, 15, § 26, 6; «ele os teve por danados e *julgou-os* por treedores», I, 6, § 9, 1. (25)

Formas verbais:

- ind. pres. 1p. *julgo*, I, 8, § 40, 40.
- ind. imp. 3p. *julgava*, II, 19, § 4, 2.
- 6p. *julgavam*, I, 1, § 4, 8.
- ind. perf. 3p. *julgou*, I, 6, § 9, 1.
- 6p. *julgarom*, II, 18, § 92, 5.
- conj. imp. 1p. *julgasse*, III, 15, § 8, 6.
- conj. fut. 5p. *julgardes*, I, 8, § 40, 20.
- 6p. *julgarem*, II, 8, § 11, 3.
- inf. imp. *julgar*, III, 15, § 26, 6.

JUNCO, s.m. 'junco': «hũa choça cuberta de *junco* e de rama», III, 10, § 12, 1.

JUNTA, s.f. 'junta, ponto de ligação': «nom tiinhm *junta* nem hũa em braços nem em pernas assi como os alifantes», II, 16, § 7, 1. *juntas*, «a agua do mar entrava nas naos polas *juntas* donde o fogo derretera o pez», III, 15, § 47, 5. (2). Ver *juntura*.

JUNTADA, adv.v. 'reunido': «achou hi sua gente com toda a frota que era *juntada*», III, 10, § 7, 1. Ver *ajuntado*.

JUNTAMENTE, adv. 'ao mesmo tempo, juntamente': «ajuntarom-se com a ligiom, e veerom *juntamente*», II, 18, § 53, 1; «as tripas e o sangue ali caio *juntamente* no mar», III, 15, § 16, 2.

JUNTAMENTO, s.m. 'reunião': «toda aquela França (...) fazia comûu *juntamento* contra o poboo romãao», II, 4, § 1, 1. (3). Ver *ajuntamento*.

JUNTAR, 1. v.tr. 'juntar, reunir': «*junta* as aguias e as bandeiras e dá-as a Cesar», II, 14, § 16, 8; «mandou que *juntassem* no porto quantas naaos podessem achar», III, 10, § 6, 2; «nom nos *juntas* com a tua bem aventurada gente», III, 6, § 13, 6. 2. v.intr. 'reunir': «se nom nembrasse nem trabalhasse de *juntar* aa batalha», II, 2, § 21, 3. 3. v.refl. 'reunir-se': «*juntou-se* a seu irmão fazendo com ele voda», III, 15, § 26, 3; «os seus cavaleiros, que fogiam, *se juntarom* com eles», II, 7, § 1, 5. (28)

Formas verbais:

- ind. pres. 3p. *se junta*, III, 15, § 24, 2.
6p. *juntam*, III, 9, § 2, 4.
- ind. imp. 3p. *se juntava*, II, 3, § 9, 2.
6p. *juntavam-se*, II, 20, § 1, 2.
- ind. perf. 3p. *juntou-se*, III, 15, § 26, 3.
6p. *juntarom-se*, II, 7, § 1, 5.
- conj. pres. 2p. *juntas*, III, 6, § 13, 6.
- imper. 1p. *junta*, III, 14, § 16, 8.
- conj. imp. 6p. *juntassem*, III, 10, § 6, 2.
- inf. imp. *juntar*, II, 2, § 21, 3.

4. s.m. 'encontro': «ao *juntar* baixarom as lanças e feritrom-se», II, 21, § 9, 6. Ver *ajuntar*.

JUNTO, 1. adj. 'junto, reunido, unido': «assi como todo o mundo fosse *junto* com Julio Cesar», III, 4, § 4, 6; «antre este mar e ho mar Ruivo corre este, *junto* e forte», III, 15, § 24, 5. *juntos*, «quando os senadores foram juntos», I, 9, § 10, 3. *junta*, «a terra era *junta* e cuberta de poo», III, 14, § 25, 1. *juntas*, «mandou que todalas naaos fossem aparelhadas e *juntas* no portow», II, 11, § 2, 2. 2. loc. 'ao lado de': *junto com*, «sobio sobre hũa camara, que era *junto com* a sala», III, 15, § 35, 1. (23)

[JUNTURA], s.f. '(ponto de) ligação': *junturas*; «o pez das *junturas* se derreteo e a agua entrou dentro nas naaos», III, 15, § 39, 3; «ficavam os ossos nuus, e os nervos e as veas e as *junturas*», III, 14, § 37, 3. (3) Ver *junta*.

JURA, s.f. 'juramento': «nobres cidadãaos ham feita *jura* que queimariam a vila», I, 8, § 40, 26. Ver *juramento*.

[JURAMENTADA], adj. 'ligada por juramento': *juramentadas*; «tantas cidades eram juntamente *juramentadas*», II, 6, § 4, 2. (2)

JURAMENTO, s.m. 'juramento': «fezesse *juramento* e desse arrefeões», III, 18, § 25, 2. *juramentos*, «por enquerer, por *juramentos* e sacrificios», III, 9, § 5, 1. (12) Ver *jura*.

JURAR, v.tr. 'jurar': «seus companheiros que *juram* a queimar Roma e os nobres homens da vila», III, 2, § 6, 5; «Marcos Quarto *jurasse* que, se a ele quisesse leixar, falaria por ele ao senado», II, 23, § 12, 4; «se os principes e os senadores nos julgarem e *jurarem* lealdade», II, 8, § 11, 3. (46)

Formas verbais:

ind. pres.	1p. <i>juro</i> , II, 12, § 4, 7.
	6p. <i>juram</i> , III, 2, § 6, 5.
ind. imp.	6p. <i>juravam</i> , IV, 3, § 8, 2
ind. perf.	3p. <i>jurou</i> , II, 8, § 13, 1.
	6p. <i>jurarom</i> , I, 3, § 4, 3.
ind. mqperf.	3p. <i>jurara</i> , III, 19, § 12, 5.
ind. fut.	5p. <i>jurar-lh'ees</i> , III, 13, § 11, 2.
conj. imp.	3p. <i>jurasse</i> , II, 23, § 12, 4.
conj. fut.	6p. <i>jurarem</i> , II, 8, § 11, 3.
imper.	1p. <i>jura-me</i> , III, 15, § 50, 9.
inf. imp.	<i>jurar</i> , I, 9, § 12, 5.
ind. mqperf. comp.	6p. <i>aviam jurado</i> , II, 4, § 3, 3.

JURDIÇOM, s.f. 'jurisdição, direito': «Os homens tiinham *jurdiçom* sobre suas molheres», II, 15, § 9, 3.

JUSO, adv. 'para baixo': «Eles poserom *juso* suas bragas na corte e vestirom mantam de senador», IV, 2, § 35, 2. Ver *ajuso*.

JUSTA, s.f. 'combate, luta': «da primeira *justa* cairom de hũa parte e da outra mais de quinhentos», III, 8, § 11, 1. *justas*, «hi ouve de mui fremosas *justas*», II, 3, § 19, 3. (5)

[JUSTADOR], s.m. 'combatente': *justadores*, «Aqueles *justadores* tiravam seetas e viratões», III, 18, § 15, 4.

JUSTAMENTE, adv. erro por 'juntamente, em conjunto': «Todalas cidades de França veerom em hoste *justamente*», II, 3, § 15, 3.

JUSTAR, v.intr. 'combater': «Vogudis, rei dos senadores, *justara* e derribou Ors», III, 18, § 14, 2; «Juba meesmo cuidava de *justar* com ela primeiro na batalha», III, 18, § 5, 4. (11)

Formas verbais:

ind. perf.	3p. <i>justou</i> , III, 19, § 14, 7.
ind. mqperf.	3p. <i>justara</i> , III, 18, § 14, 2.
inf. imp.	<i>justar</i> , III, 18, § 5, 4.

JUSTIÇA, s.m. 'justiça, punição': «quando o achavam os homêes da *justiça* e o queriam levar preso», I, 2, § 4, 3; «fazia maior *justiça* de todos os maos feitos», IV, 1, § 6, 6. *justiças*, «faria em eles graves *justiças* se soubesse que se aqueixariam dele», II, 3, § 3, 3. (4)

JUSTIÇAR, v.tr. 'punir': «*justiçar* seus imiigos pola nova memoria da peleja que vencera», II, 2, § 17, 1; «se os filhasse e os *justicasse* asperamente», II, 21, § 24, 3. (2)

Formas verbais:

conj. imp. 3p. *justicasse*, II, 21, § 17, 1.

inf. imp. *justicar*, II, 21, § 24, 3.

JUSTO, adj. 'justo': «se he *justo* que o que nós havemos poderá quedar e seer nosso», I, 8, § 40, 12. *justa*, «guardava o que lhe parecia cousa *justa*», III, 14, § 15, 1. *justas*, «assaz hi ha de muitas e *justas* razões», II, 3, § 14, 5. (7)

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.

A «ILUSTRAÇÃO» NA TEORIA DA LINGUAGEM DO CARDEAL SARAIVA

(Homenagem a E. Coseriu, Tübingen, RFA: 1981)

MÁRIO VILELA
(PORTO)

0. O Cardeal Saraiva (1766-1845), nome por que é conhecido Fr. Francisco de S. Luís, foi um espírito aberto às ideias do seu tempo e por isso é de esperar que o tivesse sido também relativamente às teorias sobre a linguagem. Temos de assinalar desde já que o «seu tempo» é essencialmente, no que se refere à teoria da linguagem e das línguas, o século XVIII: pois ignora os movimentos comparatistas que na Europa se iniciaram a partir da segunda dezena do século XIX. Aliás, não devemos esquecer que a própria «Grammatica philosophica da lingua portugueza» de Jerónimo Soares Barbosa, surgiu apenas em 1803.

Trataremos o iluminismo linguístico no Cardeal Saraiva seguindo os seguintes tópicos: a «ilustração» a nível da língua como expressão, a via francesa do seu «iluminismo linguístico», a base teórica e dimensão do seu iluminismo linguístico, a «Gramática Geral» e Conclusão.

1. «Ilustração» a nível de língua como expressão

Pretendemos apenas mostrar como à consciência «iluminada» do Cardeal Saraiva estava presente o programa e a própria terminologia da «ilustração». Ao enunciar as metas da história — nas suas funções de verdade e de instrução — propõe toda a gama programática comum aos pensadores do seu tempo:

Tudo quanto produz a natureza, phenomenos e revoluções celestes, acontecimentos bellicos e civis, progressos do entendimento humano, artes, sciencias, leis, costumes, (...), desco-

brimentos, tudo enfim entra no plano da sua [história] narração⁽¹⁾.

Delineando o «estado» das letras em Portugal na primeira metade do século XVIII, acusa a Companhia de Jesus «que por sua propria natureza, interesse ou capricho procurava perpetuar os methodos estabelecidos»⁽²⁾ e opunha «uma barreira forte e segura á entrada de novas luzes»⁽³⁾, e lamenta que o «estudo das sciencias que chamâmos maiores» não tenha acompanhado os «progressos históricos», uma vez que esse estudo «demandava educação proporcionada e bem dirigida, tempo sufficiente para que a razão illustrada se despojasse de seus antigos habitos»⁽⁴⁾.

2. A via «francesa» do iluminismo linguístico do Cardeal Saraiva

Ao tratarmos a «ilustração» na teoria da linguagem veremos como há coincidência entre as propostas do Cardeal Saraiva e, as de Condillac; aqui pretendo apenas aludir às referências directas a filósofos iluministas.

O Cardeal Saraiva, ao atribuir aos clássicos portugueses falta de «precisão filosófica», justifica essa falha «porque nem a verdadeira arte de pensar era ainda cultivada, ou pelo menos conhecida, nem a sua íntima, e necessaria ligação com a arte de falar, e escrever era demonstrada, como depois o foi pelo esforço e immortaes trabalhos de Locke e Condillac»⁽⁵⁾.

Por outro lado, ao distinguir entre *systema* e *theoria*, com acento negativo a aquele, valorativo este, atribui esse valor positivo a Newton e Condillac:

Chamão *systema* esse arrançamento e combinação de princípios, quando os princípios consistem em proposições gerais

(1) Comparação de D. João de Castro por Jacinto Freire de Andrade e da vida de D. Paulo de Lima por Diogo de Couto, in: *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, tomo X, Lisboa: Imprensa Nacional, 1883: 5-151, 5.

(2) Memoria sobre o estado das letras em Portugal na primeira metade do século XVIII, [Memoria], in: *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, tomo X, Lx.: 1883: 273-306, 275.

(3) Memoria: 275.

(4) Memorial: 291.

(5) Ensaio sobre alguns synonymos da Lingua Portuguesa, 2.^a ed., Lisboa: Typografia da Academia R. das Sciencias, tomo I: 1824, tomo II: 1828. Cito da ed. *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, tomo VII, Lx., 1877 [Synonymos]: 5.

e abstractas, em hypotheses arbitrarías, ou em factos suppostos, e ainda não verificados pela observação e experiencia. E chamão *theoria* esse arrançamento e combinação de princípios, quando os princípios são deduzidos pelos factos reaes, ou antes consistem em certos factos principaes, bem verificados e escolhidos, em que se assomão (por assim dizer) todos os outros, e que os ligão entre si, mostrão as suas relações e os explicão, fazendo talvez conhecer a dependencia que tem da causa, ou causas, que os produzirão. Com respeito a esta differença deverão chamar-se *systemas*, v. gr., o de Espinoza, o de Leibniz, o de Mallebranche, e tantos outros dos antigos e modernos filósofos, que successivamente se tem ido arruinando, como edificios magníficos elevados sobre bases vacillantes e mal seguras. E deverão chamar-se *theorias*, v. gr., as / de Newton, a de Condillac, e as de muitos physicos e chimicos modernos sobre differentes objectos destas sciencias ⁽⁶⁾.

Aliás, Locke, Condillac e Du Marsais eram muito citados em finais do século XVIII, como pode ver-se, a título de exemplo, Francisco Dias ⁽⁷⁾:

Na execução deste tão trabalhoso argumento me conduzi, segundo as luzes, que pude adquirir na lição de Aristóteles, Cícero, Quintiliano, Longino e muito mais na de Locke, Condillac, du Marsais, (...).

Parece haver contradição entre a «via» francesa e a alusão a Locke, Newton, etc. Tenha-se, contudo, em vista o critério de delimitação da «idade moderna da nossa língua», a propósito da aplicação da norma purista aos vocábulos e frases de origem francesa introduzidos na língua portuguesa:

Como no programma da Academia somente se requer o catalogo das palavras e frases francezas, que se tem introduzido na nossa linguagem *moderna*, hesítamos em fixar a epoca, d'onde

(6) Synonymos: 126-7. Refere ainda Descartes: Ibid., 29.

(7) Analyse e combinações filosoficas sobre a elocução e estylo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha e Camões ..., in: Memorias da Litteratura Portuguesa, tomo IV, Lisboa, 1793: 26-305; 27.

havia de começar o nosso exame: e attendendo a que nos princípios do século XVIII, e com o reinado do Senhor Rei D. João V, começou a restauração da nossa literatura, e consequentemente o estudo e frequente lição dos livros francezes, (...) ⁽⁸⁾.

Por outro lado, Locke e Newton marcam e influenciam o iluminismo francês e muito particularmente no que se refere à explicação dos fenómenos da linguagem ⁽⁹⁾.

3. *Princípios filosóficos iluministas e iluminismo linguístico*

3.0. Como vimos, o «Essay» de Locke e a teoria de ciência de Newton marcam a filosofia francesa do século XVIII. Esta dupla marca faz com que o iluminismo francês seja mais uma ideologia, uma atitude perante os problemas filosóficos, do que uma filosofia unitária. É característico do iluminismo francês a deslocação do «was» (o *que*) para o «wie» (o *como*), isto é, não se estuda o «esprit» no seu ser («pour en établir la nature»), mas sim para conhecer as suas operações («mais pour connaître les opérations») ⁽¹⁰⁾: é o operar do «esprit» e não o «esprit» em si mesmo que constitui o objecto de análise.

3.1. Também a filosofia da linguagem se move nesta direcção: estuda-se a língua no «como» da sua estrutura, origem e desenvolvi-

⁽⁸⁾ Glossário das palavras e frases da Lingua Franceza, que por descuido, ignorancia, ou necessidade se tem introduzido na Locução Portugueza moderna; com o juizo critico dos que são adoptaveis nella, in: *Memorias da Academia R. das Sciencias*, Tomo IV, Parte II, 1816: 1-146. Cito de: *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, Tomo VIII, 1878: 1-177 [Glossário]: 5.

⁽⁹⁾ «Man hat in Frankreich im 18. Jahrhundert einerseits die Fortsetzung des cartesischen mathematisierenden Rationalismus und andererseits die Übernahme des englischen Empirismus und der englischen Theorie der Wissenschaft.» E «Seine [de Condillac] Vorbilder sind Locke und Newton. Von Locke übernimmt er die analytische Methode und die Grundprinzipien seiner Erkenntnistheorie, von Newton das Ziel, die Welt des Menschen auf ein Prinzip zurückzuführen so wie Newton die physische Welt auf ein Prinzip zurückgeführt hat.» E. Coseriu, *Die Geschichte der Sprachphilosophie von der Antike bis zur Gegenwart*, Teil II: Von Leibniz bis Rousseau, TBL, 28, Tübingen, 1972: 212, 223.

⁽¹⁰⁾ Cfr. E. Coseriu, op. cit., p. 212-3. E. Coseriu cita o «Essai» de Condillac: (*Essai sur l'origine des connaissances humaines. Ouvrage où l'on réduit à un seul principe tout ce qui concerne l'entendement*, Amsterdam, 1746).

mento, e não a língua em si. Há uma referência mínima às línguas no seu «ser», o estudo centra-se em argumentos racionais, reconduzindo a língua, na sua construção gramatical e semântica, aos princípios universalmente válidos. Isto é, não se estuda tanto a estrutura das diferentes línguas, mas a apresentação dos princípios que as línguas deverão conter para que correspondam a esses princípios. O desenvolvimento das línguas não é apoiado pelos factos, mas pelos argumentos filosóficos. As obras intitulam-se: «Réflexions philosophiques sur l'origine des langues et la signification des Mots» ⁽¹¹⁾.

Encontramos esta característica no Cardeal Saraiva. O título dum ensaio sobre a origem da língua portuguesa é: «Memória em que se pretende mostrar, que a Lingua Portugueza não he filha da Latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vulgar dos Lusitanos» ⁽¹²⁾. E o principal argumento para a recusa da origem latina do português e para a afirmação de origem céltica, é um argumento filosófico:

Move-nos a pensar assim, em primeiro lugar a natural e obvia consideração da dificuldade, ou quase impossibilidade que se encontraria em fazer huma tão substancial e absoluta mudança ⁽¹³⁾.

Refere-se à dificuldade que haveria para que os habitantes da Lusitânia trocassem a sua língua pela latina. É ainda de natureza filosófica um outro argumento para tal recusa:

He actualmente reconhecida por todos os filósofos a intima e essencial ligação que tem a linguagem com o pensamento, e a forma externa do discurso com o quadro interno das idéas, de que elle he a expressão. Por este simples principio se deixa entender que hum povo, huma nação inteira, não póde mudar de huma para outra linguagem, maiormente se ellas tiverem differente genio, indole e caracter, sem que primeiro se faça hum total e substancial transtorno e transformação em suas idéas

⁽¹¹⁾ Tal é o título duma obra de Pierre Moreau de Maupertius, publicada em 1756.

⁽¹²⁾ In: *Memoria da Acad. R. das Sciencias de Lisboa*, Tomo XII, Parte I, 1837: 1-43. Cito de *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, Tomo IX, Lisboa, 1880: 165-208 [Lingua Portugueza].

⁽¹³⁾ *Lingua Portugueza*, 167.

e sentimentos; em seu modo de apreender, comparar e ligar os objectos do discurso; e finalmente quasi que em todo o seu caracter intellectual e moral⁽¹⁴⁾.

Condillac, o autor mais referido pelo Cardeal Saraiva, afirma que a investigação da língua deverá ser paralela à da investigação da origem e progresso das operações do espírito:

J'ai été obligé, pour développer mon principe, non seulement de suivre les opérations de l'âme dans tous leur progrès, mais encore de rechercher comment nous avons constaté l'habitude des signes de toute espèce et quel est l'usage que nous en devons faire.

O Cardeal Saraiva afirma também que a «análise das faculdades intellectuais» é indispensável para a «precisão dos vocábulos»:

Os nossos classicos pois não conhecendo as incomparaveis vantagens na analyse no estudo das faculdades intellectuais, e de quaesquer outros humanos conhecimentos, nem julgando de absoluta necessidade para a beleza de seus escriptos essa apurada precisão dos vocabulos, (...), empregarão as mais das vezes promiscuamente as palavras, (...) ⁽¹⁵⁾.

É evidente que não encontraremos no Cardeal Saraiva todos os pormenores da filosofia da linguagem expressos em Condillac. Contudo, são bastantes os passos em que aparecem as ideias daquele filósofo.

Assim Condillac afirma que o conhecimento da língua é condição suficiente e necessária para o conhecimento científico:

Les langues ne sont que des méthodes analytiques plus ou moins parfaites, et, si elles étaient portées à la plus grande perfection, les sciences parfaitement analytiques seraient parfaitement connues par ceux qui en parlaient bien le langage ⁽¹⁶⁾.

⁽¹⁴⁾ *Lingua Portuguesa*, 182.

⁽¹⁵⁾ *Synonymos*, 5.

⁽¹⁶⁾ Condillac, *La Langue des Calculs* (1798), cit. in: E. Coseriu, op. cit., p. 220.

Também o Cardeal Saraiva exprime essa opinião, ao relacionar intimamente o desenvolvimento das ciências e a precisão da linguagem:

sendo incontestável que os progressos da razão humana em qualquer ramo das sciencias dependem essencialmente da exacta precisão da linguagem, (...) ⁽¹⁷⁾.

Por outro lado, o desenvolvimento filosófico e o desenvolvimento das línguas decorrem de modo paralelo, e o desenvolvimento destas, é o sinal seguro do desenvolvimento daquele:

Entre estas artes [maiores] tem o primeiro lugar a de fallar e escrever, por serem aquellas que mais immediatamente exprimem e decláram a mudança que se tem feito nos pensamentos, nos gestos e nas affeições moraes dos povos; sendo certo que a exactidão, regularidade e extensão das idéas; a nobreza, elevação, variedade e delicadeza dos sentimentos demandão copia de vocabulos, e essas de significação bem determinada; (...); finalmente linguagem propria para explicar com ordem, clareza, elegancia e decoro todos os estados da alma, e as suas differentes e mui varias modificações ⁽¹⁸⁾.

E ainda:

se avalie ao justo o adiantamento ou atrasamento filosofico, em que se acha a nação com respeito ao uso que faz da admiravel fecundidade dos idiomas, e ao artificio intellectual com que usa deste prodigioso orgão do humano conhecimento ⁽¹⁹⁾.

A ignorância dos princípios filosóficos da linguagem, faz cair em erro mesmo os bons escritores:

Nem se nos atribua a temeridade, ou presumpção tacharmos assim de defeituosos os nossos bons auctores. A ignorancia

⁽¹⁷⁾ Synonymos, p. 3.

⁽¹⁸⁾ Mamoria, p. 303.

⁽¹⁹⁾ Reflexões críticas sobre o dicionario de Moraes da 4.ª edição e sobre o uso de alguns vocábulo da Língua Portuguesa, in: *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, Tomo IX, 1880: 287-363, p. 309 [Reflexões].

geral que então havia dos princípios filosoficos da linguagem, os fazia cair em muitos erros contrarios á *boa ligação das ideias*, (...) ⁽²⁰⁾.

Ao distinguir *senal* de *indicio* e *mostra*, mostra ressonância com os «signes accidentels» («ou les objects que quelques circonstances particulières ont liés avec quelques-unes de nos idées, en sorte qu'ils sont propres á les réveiller»), com os «signes naturels» («ou les cris que la nature a établis pour les sentiments de joie, de crainte, de douleur, etc.») e os «signes d'institution» («ou ceux que nous avons nous-mêmes choisis, et qui n'ont qu'un rapport arbitraire avec nos idées.» ⁽²¹⁾):

O *senal* significa, e talvez represente e exprima o objecto (...). As palavras são *sinaes* das idéas (...). O sinal he ou por natureza, ou por instituição ligado com a cousa significada ⁽²²⁾.

A ideia de língua como «opération par laquelle nous donnons des signes à nos idées» (Condillac, IV, 1) reflecte-se no conceito do Cardeal Saraiva: de língua como «pintura das idéas» ⁽²³⁾.

Também é um tópico iluminista a ideia da «ordem lógica» das ideias e dos elementos da frase comparada com a «ordem natural», em que Condillac contraria a identificação das duas ordens ⁽²⁴⁾ com o intuito de justificar a inversão na frase do francês. O Cardeal Saraiva reconhece também ao português como normal a «ordem directa e analytica das ideias», atribuindo-lhe contudo maior flexibilidade de transposição na frase:

Bastará reflectirmos aqui em suma, que sem embargo de seguirem ambas [francês e português] estas linguas a ordem directa e analytica das idéas, tem contudo / a portugueza muito maior liberdade para usar de transposições, sem fazer o discurso embaraçado ou obscuro ⁽²⁵⁾.

⁽²⁰⁾ Glossario, p. 174.

⁽²¹⁾ Cfr. E. Coseriu, op. cit., p. 266.

⁽²²⁾ Synonymos, 131. É *mostra* que se relaciona com os «signes accidentels». A mesma referência se encontra na distinção entre *símbolo*, *emblem*a e *divisa*, cfr. Synonymos, pp. 49-50.

⁽²³⁾ Synonymos, 114.

⁽²⁴⁾ Cfr. E. Coseriu, op. cit., 237 ss.

⁽²⁵⁾ Glossario, 171-2.

Outro tópico é o do «génio das línguas»: o carácter do povo é determinado, afirmam, pelo clima e pelo regime do governo, e esse carácter determina, por sua vez, a língua ou o «génie des langues». É também este um tópico frequente em Cardeal Saraiva, sobretudo ao aferir da aceitabilidade de termos e frases francesas no português ⁽²⁶⁾. Relaciona ainda, dentro do espírito do seu tempo, o génio da língua com a organização frásica e dados lógicos:

Não se deve procurar este genio das línguas, nem por consequencia a sua filiação e parentesco, nos particulares vocabulos de cada huma, considerados separadamente e sem a forma, ordem, ligação e emprego, que os faz servir á pintura e expressão do pensamento ⁽²⁷⁾.

Finalmente, a *analogia*, conceito muito discutido e importante, tem igualmente uma leitura nitidamente setecentista no Cardeal Saraiva. É falso afirmar-se que a importância da *analogia* é uma descoberta dos neogramáticos ⁽²⁸⁾: é um conceito clássico, e tem lugar importante na «Grammatica da Linguagem Portuguesa» de Fernão de Oliveira (1536, cap. XL) e nunca foi ignorada nas épocas seguintes. No conceito de analogia temos de distinguir três pontos de vista: a construção regular das formas na declinação, conjugação e derivação (é este o ponto de vista da analogia em Fernão de Oliveira), uma certa correspondência entre significado e forma, e com base nestes dois princípios, o processo de demonstração duma forma regular mediante a proporção ⁽²⁹⁾. Há um longo ensaio dos finais do século XVIII em que a analogia na 1.ª acepção tem um lugar importante ⁽³⁰⁾: a analogia faz parte dos princípios gerais

⁽²⁶⁾ A expressão «génio da língua» aparece constantemente no *Glossario*. Para a explicação de «génie des langues», cfr. H. H. Christmann, *Bemerkungen génie de la langue*, in: *Festschrift für H. W. Klein: Lebendige Romania*, Göppingen, 1976: 65-79.

⁽²⁷⁾ *Lingua Portuguesa*, 183.

⁽²⁸⁾ A este propósito cfr. H. H. Christmann, *Zum Begriff der Analogie in der Sprachbetrachtung des 16. bis 19. Jahrhunderts*, in: *Stimmen der Romania, Festschrift für W. Theodor Elvert*, Wiesbaden 1980: 519-535.

⁽²⁹⁾ Para esta distinção, assim como para a leitura setecentista de analogia baseio-me na obra citada de H. H. Christmann.

⁽³⁰⁾ António Neves Pereira — Ensaio crítico sobre o qual seja o uso prudente das palavras, de que se servirão os nossos bons escritores do século XV e XVI e deixarão esquecer os que depois se seguirão até ao presente, in: *Memoria da Litteratura Portuguesa*, Tomo IV, Lisboa, 1793: 339-466.

que levam à perfeição uma língua e é interpretada como semelhança, e comparação (p. 340) e é apenas condicionada pelo uso (p. 349).

As três acepções antes tomadas e que H. H. Chrstmann atribui à época setecentista francesa, encontramos-las também directa ou indirectamente no Cardeal Saraiva. Quanto ao primeiro aspecto — a analogia como construção regular de formas — é apenas referido relativamente à formação de palavras (e não a morfologia propriamente dita): assim na apreciação ao dicionário de Moraes critica a ausência dos elementos derivativos («terminações e mais particulas ou palavras componentes dos vocabulos»), quando a sua inclusão poderia «guiar-nos na composição de outros vocabulos para a fazermos segundo o genio da língua e sem nos desviarmos de suas analogias»⁽³¹⁾ ou «*Detalhar, detalhe, detalhado...* não parecem alheios da analogia do nosso idioma, aonde temos *talhe, talho, retalhar...*»⁽³²⁾ e ainda «o verbo *alarmar* e/o adjetivo *alarmado* parecem-nos compostos contra a analogia da nossa língua, onde não temos observado / vocabulo algum, que seja composto de *preposição* junta com o *artigo*, salvo nos derivados do árabe»⁽³³⁾. Analogia na segunda acepção, como correspondência entre significado e forma, acha-se igualmente presente no Cardeal Saraiva, pelo menos indirectamente. Ao abordar o problema da homonímia/polissemia no tratamento das «diferentes significações ou applicações dos vocabulos» no dicionário de Moraes afirma:

Ha em todas as linguas muitos vocabulos, cujas significações se applicam a objectos varios e mui diferentes por alguma relação de semelhança ou analogia, que propria ou metaforicamente se acha, ou parece achar-se entre os objectos (...) 308/309. He facil entender que estas diferentes significações, ou applicações do mesmo vocabulo, devem ser, em hum bom dicionario, dispostas, por tal ordem, que se veja qual he a primitiva e propria, quaes as derivadas e figuradas, qual a maior ou menor analogia da derivação, e qual a sua maior ou menor proximidade ao typo original, de maneira que se possa conhecer a marcha e gradação que o espirito seguiu passando de humas a outras appli-

(31) Reflexões, 321.

(32) Glossario, 50.

(33) Glossario, 15.

cações; se entenda melhor a força da significação pelos diferentes grãos da sua analogia, (...)»⁽³⁴⁾.

E mais claramente, referido a vocábulos «que se achão em Moraes materialmente identicos, mas de mui diversa significação e origem, e que por isso se devem escrever em artigos separados», afirma:

Ha no portuguez, (...), muitos vocabulos que, constando das mesmas articulações 332/3 e syllabas, têm contudo significações diversissimas, por serem tomados de raizes ou origens totalmente diversas em significação. Moraes poe muitas vezes estes vocabulos debaixo de hum só artigo, o que nos parece muito inconveniente; porque o leitor pouco instruido, e que deseja aprender a lingua, achando significações inteiramente diversas, e sem analogia alguma entre si, fica desconhecendo a etymologia do vocabulo, a relação dos dous entre si, cuidando que a devem ter, e a regularidade e analogia da lingua, e talvez vai usar dos dous vocabulos com impropriedades⁽³⁵⁾.

No que se refere ao processo de demonstração por «proporção», ou chamada «semelhança de razão», o Cardeal Saraiva propõe a seguinte definição de analogia:

Analogia he uma especie de *semelhança*: he a semelhança de razão, que se funde na semelhança das cousas, e faz que das causas, effeitos e relações de huma concluamos as causas, effeitos e relações da outra. (...). / A *analogia* deve ter por base a semelhança real dos objectos⁽³⁶⁾.

4. Gramática Geral

As chamadas gramáticas gerais começaram com a «Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal» (1660) de A. Arnaud e Lancelot em que o seu título integral («Grammaire générale et raisonnée contenant

(34) Reflexões, 308-9.

(35) Reflexões, 332-3.

(36) Synonymos, 103-4.

les fondements de l'art de parler expliqués d'une manière claire et naturelle. Les raisons de ce qui est commun à toutes les langues et les principales différences qui s'y rencontrent; et plusieurs remarques nouvelles sur la langue Française») e diversos subtítulos (a 2.^a parte tem como título: «Où il est parlé des principes et des raisons sur lesquelles sont appuyées les diverses formes de la signification des mots») desde logo denunciavam as linhas gerais do que é uma Gramática Geral e quais os seus pressupostos filosóficos⁽³⁷⁾.

A gramática de Port-Royal e todas as gramáticas gerais dela derivadas partem dum «conteúdo de pensamento» não linguístico (que pode ser pensamento lógico ou racional) e consideram-se os diferentes conteúdos de línguas particulares como formas secundárias desse pensamento comum. Também para os teorizadores da gramática geral, a língua é igualmente o conjunto de princípios gerais, imutáveis e necessários e, contém, por outro lado, os princípios arbitrários e próprios de algumas línguas particulares (em que têm lugar as convenções)⁽³⁸⁾.

Ora é o reflexo destes pressupostos e ideias que encontramos no Cardeal Saraiva. Em primeiro lugar dá à gramática universal ou gramática filosófica um lugar tão importante como aos clássicos da língua:

Huma só cousa porém tornâmos a repetir, e não cessaremos de inculcar e he que só a assidua lição dos classicos nacionaes, (...), junto com o conhecimento dos principios filosoficos da Grammatica Universal, podem vir a libertar a lingua portugueza das fórmas estrangeiras, que nella se tem introduzido, e restituil-a á sua nativa pureza e elegancia⁽³⁹⁾.

E no caso de haver conflito entre os clássicos e a gramática filosófica, é esta que condiciona aqueles:

Devemos porém advertir, que o uso actual da nossa língua, e a regularidade da syntaxe, que aconselham os principios da gram-

(37) Essa família de gramáticas gerais é, em França, numerosa. Eis apenas alguns nomes e títulos: M. Beauzée — *Grammaire Générale ou Exposition raisonnée des Elements nécessaires du Langage, pour savoir le fondement à l'étude de toutes les langues*, 1767; Ch. Chesneau du Marsais — *Logique et Principes de Grammaire*, 1769; U. Domergue, *Grammaire générale analytique*, 1796.

(38) Para uma caracterização genérica da «Gramática Geral» e suas possibilidades, cfr. E. Coseriu, op. cit., 150 ss.

(39) Glossario, 177.

matica filosofica, nos não permitirão hoje empregar indiscretamente a mesma particula [de] em frases semelhantes a algumas das que deixamos referidas, só porque assim foi empregada por algum, ou alguns dos nossos auctores classicos; visto que estes, por falta do estudo filosofico da lingua, cahirão em muitos defeitos, no que respeita á organização de frase e discurso, (...)»⁽⁴⁰⁾.

O Cardeal Saraiva ao distinguir linguagem, língua e idioma insere a linguagem na comunicação em geral:

Linguagem exprime em geral qualquer meio natural ou artificial, de que nos servimos para communicar aos outros os nossos pensamentos. O gesto, a palavra, a pintura, a escriptura, etc., são especies de *linguagem* ⁽⁴¹⁾.

A *língua* é inserida na gramática universal e nos princípios constantes e invariáveis:

Lingua he outra especie de *linguagem*: he o modo particular de comunicar os nossos pensamentos por meio da palavra. Todas as *linguas*, tendo por objecto pintar as idéas, devem seguir certas leis constantes e invariaveis, sem o que a pintura não será verdadeira, nem fiel. Estas leis constituem o que se chama *Grammatica universal* ⁽⁴²⁾.

O *idioma* é integrado nas gramáticas particulares:

(...) na pintura do pensamento, os differentes povos, sem se desviarem das leis fundamentaes da natureza, seguem todavia suas particulares maneiras, fórmãs e estilo, cujas regras constituem a *Grammatica particular* de cada *lingua*. As *linguas*, consideradas debaixo deste segundo aspecto, tomão o nome de *idiomas*, (...). Assim dizemos a *lingua Portuguesa*, ou o *idioma Portuguez*, significando no primeiro caso, em geral, a applicação que os Portuguezes, bem como os outros povos, fazem do dom

⁽⁴⁰⁾ Glossario, 38.

⁽⁴¹⁾ Synonymos, 114.

⁽⁴²⁾ Synonymos, 114.

da palavra, para comunicarem os seus pensamentos: e significando no segundo caso, em particular, as formas, maneira, e estilo nacional e proprio, com que executão o quadro do pensamento e modificão as leis da Grammatica universal pelas da sua propria Grammatica (⁴³).

E explicitando melhor o que entende por *geral* e por *particular* afirma:

Língua refere-se em geral ao modo, com que huma nação exprime pela palavra os seus pensamentos, seguindo as leis fundamentais da Grammatica universal. Todas as *linguas* tem vocabulos que exprimem substancias, qualidades, relações, etc. Todas as *linguas* tem huma syntaxe, uma prosodia, etc. (...). *Idioma* exprime hum modo particular de considerar as *linguas*, isto he, com relação aos usos particulares que modificão a Grammatica universal. Nem todos os *idiomas* declinão os nomes por casos: nem todos tem o mesmo numero de preposições, adverbios, etc.: nem todos tem o mesmo systema de tempo, etc. (⁴⁴).

5. Conclusão

Os erros presentes no Cardeal Saraiva, como a origem lusitana da língua portuguesa, ou a importância dada aos princípios gerais do pensamento, etc., explicam-se pelas ideias do seu tempo: como no caso da origem não-latina do português, não é mais do que levar até às últimas consequências os princípios filosóficos do específico de cada povo e de cada língua.

Por outro lado, acham-se ressonâncias no Cardeal Saraiva de muitos dos principais pensadores do século XVIII europeu (sobretudo francês): é este o seu grande mérito.

A própria distinção de *linguagem*, *língua* e *idioma*, deixa antever a «faculté de langage» dos linguístas posteriores. É bem certo que muito do que se escreve no dicionário de «Synonymos» (e não só) pode muito

(⁴³) Synonymos, 114-15.

(⁴⁴) Synonymos, 115-16.

bem ser tradução «das excellentes obras de Girard e Raubaud»⁽⁴⁵⁾, como o próprio Cardeal Saraiva reconhece. Mas pelo menos vemos ventiladas as ideias... do seu tempo e em português e acerca do português, o que nem sempre tem acontecido e acontece com outros ensaístas, mesmo linguístas de profissão.

(45) *Synonymos*, 7.

10

DUAS NOTAS SOBRE «A TRAGÉDIA DA RUA DAS FLORES»

IVO CASTRO e LUIZ FAGUNDES DUARTE
(LISBOA)

I

O aparecimento de mais uma edição — a sexta — de *A Tragédia da Rua das Flores*, de Eça de Queiroz, com texto estabelecido por Eduardo Borges Nunes e publicada por Livros do Brasil (Lisboa, 1981), veio alterar o panorama das edições que deste romance começaram a aparecer desde inícios de 1980; a análise que fiz dessa proliferação editorial ⁽¹⁾ precisa, assim, de ser posta em dia: da recensão à nova edição ocupa-se Luiz Fagundes Duarte que, por ter estudado com muita demora o manuscrito autógrafo da *Tragédia*, adquiriu uma intimidade com a letra e os hábitos de escrita de Eça que o habilita a apreciar este novo esforço de decifração do mesmo manuscrito; pelo meu lado, retomarei apenas dois ou três pontos relacionados com a tradição impressa do romance e com a metodologia editorial, que esta edição reavivou.

No meu artigo do *Boletim de Filologia*, tentei definir qual seria a edição que ainda fazia falta, aparecidas que eram já quatro edições comerciais a enfrentar com arte variável os terríveis escolhos deste manuscrito, escolhos que, para tudo recordar, são a letra de decifração difícil e, em lugares, impossível; a ausência pura e simples de representação gráfica de muitas terminações de palavras, o que afecta

(1) Ivo Castro, «A 'Tragédia da Rua das Flores' ou a arte de editar os manuscritos autógrafos», *Boletim de Filologia*, XXVI, 1980-1, pp. 309-359.

designadamente a notação de número e género nominal e de quase todas as categorias verbais; e ainda, já fora da área paleográfica, uma elevada proporção de imprecisões e de erros autorais, que se devem a o manuscrito não ter atingido, nas mãos de Eça, o estado de texto inteiramente revisto e pronto. Parecia-me que, depois das várias edições comerciais, que entravam em conflito quanto à decifração de lugares do manuscrito, sem darem ao leitor uma ideia suficiente das razões gráficas por que esses lugares permitiam tal divergência de opiniões, se tornava necessário (e se tornava necessário com uma premência que era obra exclusiva da guerra de edições) fazer aparecer uma daquelas edições que existem precisamente para eliminar ou reduzir qualquer espaço de incerteza que se crie entre a palavra escrita pelo autor e a palavra lida pelo leitor. Essas edições — que merecem o qualificativo de «rigorosas filologicamente» e são economicamente muito gravosas, porque requerem editor especializado, dispondo de tempo para trabalhar devagar, e de um complicado processamento tipográfico, para virem a assumir um aspecto final que talvez assuste o leitor — essas edições caem em três tipos consagrados: a facsimilada, a diplomática e a crítica. Qual preferir para o caso? Como os problemas principais eram de decifração, a facsimilada estava excluída e a diplomática surgia como solução lógica; nos pontos onde as edições discordam, e mesmo naqueles onde se enganam por igual (que os há), a diplomática viria trazer a palavra literal do manuscrito ou viria dizer que se não consegue descobrir essa palavra, pelas razões que conhecemos e a que chamo «silêncios do texto». Mas, ainda que lógica, tal solução deixaria frustrados quer o editor, quer o leitor, pois rara seria a página onde reticências, espaços brancos ou outro dispositivo gráfico da incerteza não viriam assinalar um insucesso de decifração. Quem se disporia a tal, por mais fascinante que seja demonstrar que os métodos da filologia clássica e medieval se podem aplicar com excelentes resultados a textos modernos?

O caso reclamava que a transcrição rigorosa do que está escrito no manuscrito fosse complementada por uma comedida e razoável liberdade de movimentos, que permitisse ao editor suprir as faltas, definir as imprecisões e corrigir os erros autorais. Como é na edição crítica que tais actos se podem praticar e como a existência de um autógrafa único impede o editor de basear as suas intervenções na palavra de outros testemunhos, devendo antes conjecturar com base no seu conhecimento e na sua própria interpretação do texto, apurava-se no final que o modelo de edição adequado ao caso da *Tragédia*

era a edição interpretativa, como se costuma chamar à edição crítica de um testemunho único.

A esta mesma conclusão, como se viu depois, tinha também chegado Eduardo Borges Nunes, que então preparava a sua edição da *Tragédia* e a veio a publicar antes de o meu artigo ter saído no *Boletim de Filologia*. Borges Nunes classificou a sua edição como «diplomática»; ora, não nos parece, a Luiz Duarte e a mim mesmo, que esta edição se integre à justa no tipo da diplomática, embora dele mantenha características técnicas essenciais (como a escrupulosa descrição dos acidentes do manuscrito, em aparato e por meio de sinais no texto), assim como não se integra no tipo da semi-diplomática, onde caberiam as suas modernizações ortográficas e de pontuação. De facto, o que distingue ambos os tipos de edição (diplomático e semi-diplomático) é a sua recusa em darem esse passo decisivo que é a conjectura, a emenda dos erros, o preenchimento das lacunas, passo que Borges Nunes decidiu, e bem, dar. A sua edição configura-se mais, assim, como uma edição interpretativa com dispositivos diplomáticos: interpretativa porque, onde o manuscrito é omissivo, confuso ou incorrecto, Borges Nunes adianta uma hipótese de solução, sem deixar, nesses e em todos os outros casos, de procurar fornecer uma imagem muito precisa do aspecto físico do manuscrito.

O primeiro ponto que eu queria tratar era este: a edição de Borges Nunes, apesar do qualificativo, corresponde ao modelo que se afigurava necessário no estado presente da tradição da *Tragédia*.

O segundo ponto é este: é claro que esta edição tem, como as anteriores e porventura como qualquer edição futura que saia deste manuscrito, deficiências ao nível da decifração paleográfica, como já foi observado em público e na recensão seguinte se notará também. Esse facto, dentro de limites, não é nada surpreendente, sobretudo para quem conheça o manuscrito. Aliás, a força desta edição nunca estaria em ser mais ou menos certa que as outras, embora o seja mais, mas antes em ser uma leitura nova feita a partir do próprio manuscrito, não dependendo de nenhuma outra edição nem de qualquer testemunho intermediário; abre assim, e dentro de circunstâncias que são bem conhecidas, uma nova linhagem, virgem da contaminação das outras e por isso mais proveitosa para o desenvolvimento futuro da tradição.

O terceiro ponto respeita à estrutura dessa tradição, acerca da qual se sabe hoje um pouco mais. Referi no meu artigo (pp. 322-4) seis testemunhos como constituindo a tradição manuscrita e impressa

da *Tragédia*; esse número eleva-se agora para nove, ficando a tradição com este conteúdo:

- a) o autógrafo (Ms);
- b) a versão (V) do filho de Eça de Queiroz, que continua vedada ao público;
- c) um dactiloscrito que designarei por V'; dele diz João Palma-Ferreira, na nota prévia da edição de Borges Nunes, que se crê ser reprodução da versão de José Maria Eça de Queiroz (V), por este confiado a um tipógrafo de Lisboa que em parte o compôs e recentemente o vendeu a Livros do Brasil; dois pequenos fragmentos de V' publicados no fim da edição de Borges Nunes ⁽²⁾ mostram que é uma decifração bastante defeituosa e, sobretudo, censurada. Mas mostram também que, se V' é uma cópia fiel de V, então V não pode ter sido o antepassado directo da edição M: esta tem uma passagem, p. 239, linhas 6-10, que foi omitida em V'. Se também foi omitida em V, então a edição M não pode deixar de ter usado o autógrafo como base (meia dúzia de casos como este, se fossem tornados públicos, bastariam para elucidar esta questão, que é a única relativamente obscura de toda a tradição);
- d) a edição Livros do Brasil (LB), agora apresentada como «tentativa de interpretação caligráfica» e «primeira abordagem do manuscrito» ⁽³⁾;
- e) a edição Moraes (M), cuja hipotética dependência directa do Ms, e não de V, ganhou agora nova, embora ainda não satisfatória, consistência;
- f) a edição Branco e Negro (BN);
- g) a edição Fernando Pereira (FP);
- h) a edição em folhetim do jornal *A Capital*, de Lisboa, publicada durante o verão de 1980 a partir do texto Moraes, com ligeiras variantes mas constituindo, por repousar em composição tipo-

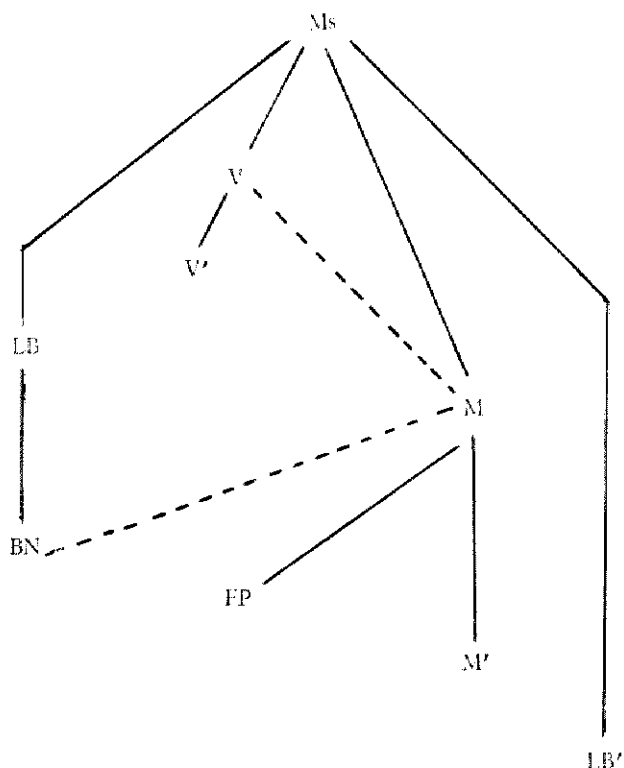
⁽²⁾ Em contradição com a descrição de Palma-Ferreira, são classificados na p. [497] como «leitura do filho».

⁽³⁾ J. Palma-Ferreira, *ibid.*, pp. 5-6.

gráfica inteiramente nova, uma segunda edição desse texto, donde a sigla M'; a ela me referi brevemente numa nota final do meu artigo (p. 359);

- i) a edição «diplomática» de Borges Nunes, a que chamo LB', se bem que nada tenha a ver com o primeiro texto publicado por Livros do Brasil.

Este é o inventário actualizado da tradição. Ele pode ser representado por um único estema, desde que, para simplificar, se admita que M é cópia directa de Ms e não de V.



Neste estema dá-se a circunstância feliz, e rara, de sabermos a data de cada testemunho, pelo que é possível introduzir um indicador de cronologia relativa (a distância em relação a Ms). Um outro indicador, a que talvez se pudesse chamar ético, é dado pela posição isolada de

LB', que ultrapassa e supera a teia emaranhada dos testemunhos mais antigos. Das quatro linhagens, V, LB, M e LB', esta é a única com futuro.

É de supor, com efeito, que este estema não venha a ser muito alterado; o mercado consumidor deve estar mais que saturado de edições e o movimento de interesse pela *Tragédia* não chegou a durar dois anos, o que talvez não seja injusto. Novas edições que se façam tomarão, mais que provavelmente, LB' como estribo, procurando melhorar algumas das suas leituras e propondo outras emendas conjecturais; poderão, além disso, manifestar consideração por M e até mesmo pelo seu melhor descendente, FP; estarão também atentas a tudo quanto se possa vir a saber de V. Mas, pelos vistos, os problemas editoriais da *Tragédia* já deixaram de ser preocupantes. É talvez altura de averiguar se podemos sentir a mesma serenidade quanto à situação editorial das outras obras de Eça de Queiroz.

Ivo Castro

(Centro de Linguística da Universidade de Lisboa)

II

A edição que Eduardo Borges Nunes (EBN) fez do manuscrito inacabado de Eça de Queiroz apareceu, no momento em que foi publicada, como a lição mais séria e mais conseguida de todas quantas haviam fornecido as várias edições até então feitas da *Tragédia*; pelo menos, apareceu baseada em critérios científicos que não transparecem, ou simplesmente não constam, das outras edições ⁽¹⁾.

Trata-se de uma edição materialmente muito cuidada, integrando a série de tiragens de luxo que a Editora Livros do Brasil tem feito das obras de Eça de Queiroz e consiste na reprodução (a) do texto integral do romance, considerado como representando a última vontade do Autor (pp. 19-424); (b) dos capítulos I (Apêndice I, pp. 425-

⁽¹⁾ Para algumas destas edições (*Moraes* (João Medina e A. Campos Matos), *Livros do Brasil* (Mascarenhas Barreto), *Branco e Negro*, *Fernando Pereira* (José Valle de Figueiredo), e *A Capital* (~ *Moraes*)), ver o que ficou dito no artigo citado de Ivo Castro.

-449) e II (Apêndice II, Borrão II-A, pp. 450-467), segundo a divisão de EBN; (c) de um borrão não aproveitado no livro (Apêndice III, II-B, pp. 468-488); (d) dos planos do romance (Apêndice IV: Plano A, p. 489; Plano B, pp. 490-496); e (e) de dois facsimiles do autógrafo de Eça, confrontados com a sua leitura dactilografada, que classificamos de V' (pp. I-V, [499-501] a seguir aos Apêndices); um exaustivo «Índice Onomástico» com referências cruzadas e localização de todas as ocorrências, encerra a obra. Numa «Justificação» que precede o texto, o Editor explana os critérios e os pressupostos teórico-práticos com que procedeu à edição em causa, bem como referencia os símbolos gráficos que utilizou no tratamento do texto. Levado, como ele próprio confessa (p. 13), pelo «obséquo ao leitor médio», EBN divide a mancha tipográfica da edição em duas partes: a do texto propriamente dito, em que reproduz apenas a última redacção do enunciado, e a de rodapé, para onde faz baixar, por meio de notas de chamada, os acidentes do texto destinados ao conhecimento dos especialistas: supressões, erros, correcções, etc. Todas as mudanças de fólio, ou de face de fólio, são indicadas no texto, no lugar exacto e por símbolos devidamente convencionados. Esta maneira de apresentar o aparato crítico empresta ao texto um aspecto pesado, que em muitos casos até poderá desencorajar a leitura a pessoas menos motivadas; no entanto, não é possível vislumbrar outra maneira mais prática, e igualmente correcta, de proceder.

Aguardada por todos quantos se interessam por estes assuntos, dadas as características de que se vinha revestindo a tradição editorial da *Tragédia*, a edição de EBN não podia deixar de ser atentamente lida por quem, como eu, estuda os processos da correcção estilística de Autor nos manuscritos de Eça de Queiroz. Defrontado, para já, com a difícil tarefa de decifrar o cursivo do autógrafo da *Tragédia*, serve-me esta edição de inestimável auxiliar de trabalho, quanto mais não seja pela multiplicada segurança que se extrai da decifração convergente de um passo difícil.

Porém, ao percorrer página a página todo o manuscrito, cotejando a minha leitura com a de EBN, aqui e ali fui deparando com passagens em que a minha leitura não concordava em absoluto com a dele, muitas vezes a ponto de não ter dúvidas em preferir a minha. Outras vezes, porém, a divergência nasce da não reprodução por EBN de alguns acidentes de redacção (sobretudo de partes de palavras riscadas pelo Autor antes de acabadas, o que é relativamente frequente), ou da actualização da pontuação. Já a actualização da ortografia, que

EBN igualmente pratica, me parece compatível com as intenções anunciadas de satisfazer o «leitor médio», sem esquecer no entanto que é muito frequente entender «edição diplomática» como aquela que preserva tudo do manuscrito, até mesmo a ortografia; a distinção entre «edição paleográfica», que respeita as características gráficas, e «edição diplomática», que respeita as características do manuscrito e do texto, mas não necessariamente das grafias, é uma distinção teoricamente possível, mas que muito raramente se faz. Não é pelo que respeita à ortografia que se me levantaram algumas dúvidas quanto à propriedade da designação de «diplomática» para esta edição; entendendo que «edição diplomática» é aquela em que o Editor reproduz tudo o que aparece num manuscrito, linha a linha, mantendo rigorosamente ou sugerindo por meio de sinais convencionais todas as suas características, acidentes e erros, nada acrescentando nem corrigindo no texto a não ser, talvez, o desenvolvimento explícito de formas abreviadas e relegando para notas de rodapé ou de apêndice as explicações, conjecturas, e todo um conjunto de informações consideradas indispensáveis para dar uma ideia do aspecto do manuscrito, verifica-se que EBN modifica o texto bastante para lá dos limites que esta definição supõe. Senão vejamos: EBN diz que a «presente edição será uma edição diplomática rigorosa no essencial: na correcção da leitura, e na transmissão de todos os estádios e acidentes de redacção; mas transigente com o leitor médio em aspectos secundários como a ortografia e a pontuação» (p. 10). A verdade é que, ao adaptar consequentemente a pontuação aos hábitos do leitor médio actual, EBN se subtrai à «correcção da leitura» que diz ser característica da sua edição. Um exemplo ilustrará como a mera modernização da pontuação pode modificar o sentido, ou o intuito, de um texto. Enquanto na edição, p. 48, vem: «— Raios partam a Joaquina dos melros — exclamou. — Está dito. Serei Timóteo Corvelo./ — Obrigado, irmão — disse Pedro. — E agora vamos, que estou a sentir arrepios.», no Ms, fol. 26v, podemos ler: «— Raios partão a Joaquina dos Melros, exclamou. — Está dito. Serei Thimoteo Corvello. — Obrigado, irmão, disse Pedro e agora, vamos que estou a sentir arrepios.»

No meu entender, a simples modernização da leitura impõe direcções de leitura e de interpretação que poderão não ser as pretendidas por Eça. Na passagem transcrita, Timóteo recorda, numa espécie de «flash-back» de focalização interior à personagem, a história do «mano Pedro»; à maneira do monólogo interior, trata-se de um discurso não pronunciado, logo sem auditor, que poderá prescindir dos acidentes

técnicos que eventualmente caracterizam um discurso de narrador que como tal se assume (separação gráfica dos discursos do narrador e das personagens, por um lado, e dos das personagens entre si, por outro), mas que EBN acha por bem introduzir no enunciado (faz um parágrafo entre as falas de Timóteo e de Pedro, e coloca o discurso do narrador entre travessões), o que de imediato nos leva a perguntar: não teria sido intencional, da parte de Eça, dissolver a convencional barreira gráfica entre os diferentes discursos, para assim melhor acentuar que se trata, neste caso, de um processo de verbalização de recordações desenvolvido pelo narrador à *transparência da personagem*? Por outro lado, a reduzida utilização de pontos e travessões (que geralmente têm por função a introdução de cortes, de barreiras, no discurso, para o «disciplinar»), não poderia ter uma função significativa relacionada com o ritmo vertiginoso imprimido à narração do «flash-back»? Como é difícil encontrar uma resposta para dúvidas deste tipo, teria sido preferível deixar as coisas como de facto elas estão no manuscrito.

No respeitante às divergências entre a minha leitura e a de EBN, vou apresentar alguns dos casos em que penso ter a razão e que são esclarecedores. É o caso, por exemplo, de «O indivíduo escrevinhava rapidamente na carteira, com júbilo» (p. 51), que eu leio no Ms, fol. 28r, como «O indivíduo escrevinhava rapidamente na carteirinha com júbilo», em que EBN não lê o sufixo do diminutivo; ou de «[(...) o hotel da Rua de Balzac, (...) estava sujo, desbaratado, com nódoas de sangue, (...)]» (p. 71, n. 99), onde eu julgo que deve ler-se «[(...) o hotel da Rua de Balzac, (...), estava sujo, deteriorado, com nódoas de sangue, (...)]» (Ms. fol. 44r); ou ainda de «[Mas um sujeito de óculos de ouro, de barba preta, calvo, que estava a um canto, olhou-o (...)]» (p. 98, n. 51, por gralha não numerada no aparato), a que contraponho uma outra leitura: «[Mas um sujeito de óculos <d'ouro>, de barba preta, calvo, que estava sentado a um canto, olhou-o (...)]»⁽²⁾.

Outro tipo de divergências há que, não deixando de ser pontuais, acarretam no entanto certa dose de consequências: é o que se passa com a não transmissão de alguns acidentes de redacção do enunciado,

(2) Nestas transcrições, adopto os sinais convencionados: [...] = passagem riscada no manuscrito; <...> = passagem introduzida pelo Autor em entrelinha; [...] = supressão feita pelo Editor em lugares onde acha que seria intenção do Autor fazê-lo; /= indicação de parágrafo, na transcrição.

os quais, de uma maneira ou de outra, vão dando conta das hesitações sentidas pelo Autor quanto às várias direcções possíveis do seu discurso e por isso, numa perspectiva filológica, se revestem de uma grande importância, uma vez que constituem marcas das várias fases por que terá passado o trabalho de elaboração do enunciado, e a partir de cujo estudo se poderá, eventualmente, teorizar acerca dos princípios linguísticos, por um lado, e estéticos, por outro, que regiam a construção de um texto romanesco de Eça de Queiroz, pelo menos na época a que pertence a *Tragédia*. Como exemplo, temos que onde EBN reproduz «atitudes que não fossem cerimoniais e ricamente vestidas» (p. 23), eu encontro «atitudes que não fossem cerimoniais [ou] e ricamente vestidas» (Ms. fol. 5r), ou seja, uma substituição da disjunção pela conjunção, o que parece importante; casos idênticos se passam, mas já a nível das palavras ditas lexicais, o que em termos de edição «diplomática» tem como consequência uma considerável perda de informação: para a leitura de EBN «e na musculatura um vigor sensual» (p. 58) eu deparo com «e na musculatura um vigor [amoroso] sensual» no Ms. fol. 34r, em que a hesitação do Autor na escolha do adjectivo adequado é documentada por um acidente que dá conta de, pelo menos, dois estádios de redacção, e de indícios de duas direcções possíveis para o significado global da passagem.

Outras vezes, porém, o deficitário rigor na transcrição dos acidentes de redacção não impede que EBN conjecture em lugares onde a vontade do Autor não é evidente, ou até mesmo não expressa: «No entanto Dâmaso, sentado, ((220) [[furioso]]), seguia Vitor e Geneveva com olhares furiosos» (p. 132) é a transcrição que EBN faz de «No entanto Dâmaso, sentado, furioso, seguia[-os] Victor e Geneveva com olhares [fu] furiosos» (Ms. 100r). Nesta passagem, EBN não só não regista os traços que no manuscrito atestam a hesitação do Autor em repetir o adjectivo «furioso(s)», e a despronominalização dos nomes das personagens, como considera que seria «vontade implícita do Autor», embora não suficientemente óbvia (v. p. 17) suprimir «furioso», pelo que o faz baixar, por meio de chamada, para o aparato.

Ainda no que respeita à formulação de conjecturas em lugares onde é difícil detectar a vontade do Autor, e levado pela preocupação de tornar o texto legível pelo «leitor médio» a que se refere, EBN procede por vezes a conjecturas que me parecem forçadas e algumas até desnecessárias; é assim que reproduz «Houve risadas» (p. 20) onde o Ms. fol. 1v tem «Houveram risadas», remetendo para nota a lição autógrafa; para além de a frase «houveram risadas» não laborar for-

çosamente em erro gramatical, EBN assume uma posição normativa que é de todo indesejável numa edição «diplomática»; além disso, e mesmo que se tratasse de erro, uma vez que ocorre em mais do que um lugar — por exemplo: Ms. fol. 188r: EBN, p. 232, n. 41, deveria ser encarada a hipótese de hábito linguístico de Eça, e como tal respeitado e, eventualmente, anotado no aparato crítico. O facto de, subjacente a qualquer conjectura, estar sempre uma consideração do contexto em que ocorre, leva EBN a situações como a que se segue: «Não te posso dar hospitalidade hoje. (...) Mas vou (amanhã (?)) 52 contigo!...» (p. 80), em que, influenciado talvez por «hoje», resolve introduzir a conjectura «(amanhã (?))», cuja necessidade não me parece absoluta.

Uma outra observação prende-se com o critério utilizado por EBN para aplicar esta ou aquela solução técnica em cada caso concreto. Ou seja, acontece dar idêntica solução para vários tipos de «erro» do manuscrito: remete para o aparato a lição autógrafa e introduz no texto a correcção que julga oportuna. Isto tanto pode acontecer com evidentes lapsos de Eça (a Ms. fol. 116r, «como S. Pedro no caminho de Damasco», EBN p. 151 contrapõe «Como S. Paulo (...)»), como com passagens para cujos «erros» não se poderá excluir a hipótese de premeditação do Autor (é o que se verifica em Ms. fol. 175r, «A porta abriu-se, e o creado entrou, dizendo que 'o senhor Barão de Malquestein perguntava se não seria indiscreto'», que EBN, p. 217, transcreve como «(...) Markstein (...)», restando saber se a forma de Ms. não será mais uma marca do falar do criado, do que um erro do Autor), como ainda para casos em que me parece abusiva a posição normativa de EBN (como em «um pequeno *rez-de-chaussée* da Rua dos Campos Elísios» EBN, p. 275, para a forma «(...) Champs Elisés» de Ms. fol. 225v, não se percebendo por que razão Eça de Queiroz haveria de ter escrito o nome da rua em português, como pretende EBN, quando frequentemente o faz na língua do país de referência: «Regent Street», Ms. fol. 38v: EBN, p. 64; «Rue de Pau», Ms. fol. 40r: EBN p. 66; «boulevard des Capucines», Ms. fol. 41v: EBN, p. 68; etc.).

Um aspecto final prende-se com o estágio de construção do enunciado documentado pelo manuscrito em causa. Baseado na existência dos planos da obra, e de borrões de Autor dos dois primeiros capítulos, EBN entende que «todo o manuscrito, globalmente, é um segundo borrão», uma vez que «tem grandes trechos demasiado limpos e elaborados, e deixa frequentemente aflorar nítidos erros de quem está a

copiar e não a redigir pela primeira vez» (pp. 10-11): não concordo inteiramente com isto, uma vez que se por um lado há de facto trechos demasiado limpos na aparência, mas apresentando alguns deles «erros» de construção diegética que dificilmente passariam num processo de cópia — em que, não obstante o estado de semi-sonolência a que um trabalho desta natureza pode conduzir, o copista, e ainda mais quando ele é o Autor, não deixa de ter uma visão de conjunto tanto do seu exemplar como da cópia que vai fazendo —, como por exemplo as confusões dos nomes das personagens, por outro é difícil perceber, sem apresentação e discussão de exemplos ilustrativos, o que sejam os «nítidos erros» acima referidos: silêncios?, deslocamentos de palavras?, fragmentação de expressões?, erros ortográficos?

Mas isto é uma questão que conto abordar num trabalho sobre as técnicas de correcção estilística de Autor na *Tragédia*.

Luiz Fagundes Duarte
(Universidade Nova de Lisboa)

RECENSÕES CRÍTICAS

Aronoff, Mark. *Word Formation in Generative Grammar* (Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1976), xii + 134.

0.1 A morfologia deixou de ser uma consideração prevalecente nos estudos linguísticos durante, aproximadamente, os primeiros 15 anos do generativismo Chomskiano. Abstraido o fonema até o nível morfofonémico, acreditava-se que a componente fonológica e a sintáctica seriam adequadas para controlar tudo o que fica entre as regras sintácticas e as manifestações fonéticas.

0.2 Primeiro na Europa⁽¹⁾ e mais tarde no âmbito dos generativistas americanos⁽²⁾ começou-se a reconhecer que a morfologia merecia um lugar especial dentro do modelo gramatical da teoria *standard* do generativismo. Pertencia, propriamente, ao léxico⁽³⁾. Ao mesmo tempo surgiu o movimento «naturalista» que visava refrear o ímpeto para a abstracção nos trabalhos generativistas ortodoxos. Os «naturalistas» impuseram a condição de naturalidade (que a forma subjacente deve ter uma manifestação superficial) na representação léxica, a base de toda operação morfológica e fonológica, e assim possibilitaram uma delimitação nítida entre a sintaxe e a morfologia e fonologia numa gramática generativa. A morfologia é o sector onde a gramática universal, a gra-

(1) Rudolf P. Botha, *The Function of the Lexicon in Transformational Generative Grammar*, (Janua Linguarum 38) (The Hague: Mouton, 1968). Fred Karlsson, «Phonology, Morphology, and Morphophonemics», *Gothenburg Papers in Theoretical Linguistics*. (Göteborg, Sweden: University of Göteborg, Dept. of Linguistics, 1974).

(2) Stephen R. Anderson, *The Organization of Phonology*, (New York: The Academic Press, 1974). Morris Halle, «Prolegomena to a Theory of Word Formation», *Linguistic Inquiry*, 4, (1973), 3-16. Leonhard Lipka, «Prolegomena to a Theory of Word-Formation»; a reply to Morris Halle,» *Current Issues in Linguistic Theory*, ed. by E. F. K. Koerner, (Amsterdam: John Benjamin B.V., 1975), 175-184. Royal Skousen, «An Explanatory Theory of Morphology,» *Papers from the Parasession on natural phonology*, ed. by Anthony Bruck, Robert A. Fox, and Michael W. La Galy, (1974), 318-327. Ver do mesmo autor: «On the Nature of Morphophonemic Alternation,» *Current Issues in Linguistic Theory*, 185-231. Ronnie Bring Wilber, «When is a Phonological Rule not a Phonological Rule? The Morphology of Sierra Miwok,» *Papers from the Parasession ...*, 385-393.

(3) Deve-se frisar que os modelos estruturalistas e estratificados já a incorporaram numa hierarquia que os generativistas aceitavam como verdadeira mas que não podiam encaixar no modelo generativo de há dez anos. O primeiro indício de que uma componente morfológica se previa no modelo *standard* encontra-se em Noam Chomsky, *Aspects of the Theory of Syntax*, (Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1965), 164.

mática particular dum idioma, e as possibilidades articulatórias (o sistema de traços distintivos) estão conjugados. A fonologia, em contrapartida, é um sector autónomo onde as regras podem actuar sem referência a elementos da gramática do idioma.

1.0 *Word Formation in Generative Grammar* é a primeira articulação monográfica, publicada, que tenta esboçar uma parte do que seria uma componente morfológica no modelo Chomskiano. Vêem-se, neste trabalho, influências da corrente naturalista como se vê, também, uma adesão às formulações dos mestres de Aronoff, Chomsky e Halle, pois o livro é a sua tese de doutoramento em MIT. Consta de 6 capítulos: 1. «Ground» (Base) 2. «Teleology» 3. «Productivity» 4. «Word Formation Rules» (Regras de Formação de Palavras) 5. «Adjustment Rules» (Regras de Ajustamento) e 6. «Exempla».

1.1 Aronoff ataca a noção tradicional do morfema (7): «a menor unidade de significação dum idioma». Ele apresenta argumentos sólidos para comprovar que nem sempre é possível correlacionar um significado com unidades que reconhecemos como morfemas. É óbvio que os prefixos em palavras como *DEferir*, *DEmitir*, *DEduzir*; ou *REferir*, *REmitir*, *REduzir* não têm um significado constante, mas adquirem um no ambiente de cada radical: *-ferir*, *-mitir*, *-duzir*, etc. Ao mesmo tempo um radical como *-METER* não tem nenhuma significação constante em palavras como *reMETER*, *proMETER*, *coMETER*, nem tem qualquer relação semântica com *meter*. Fenómeno este que se vê também na relação de *-FERIR* (*conFERIR*, *proFERIR*) com *ferir* ou nas relações de *-TER* com *ter*: *manTER*, *conTER*, *reTER*. Além disso, o morfema livre, *ter*, tem várias significações: *Vou ter um gato*; *Vou ter à casa do João*. O que identifica estas formas como o mesmo morfema são: primeiro, a substância fonológica comum, e, segundo, os processos gramaticais (morfofonémicos) que vigoram em todas as ocorrências: i.e. */fer ÷ i ÷ r ÷ e/* (seja palavra ou radical) têm a mesma meta-fonia: *profiro-fi-ro-de-fi-ro*, e */te ÷ r ÷ e/*, as mesmas irregularidades: *mantive*, *contive*, *tive*. Este mesmo critério impede a associação de *sumir* com *preSUMIR*, pois a meta-fonia da forma livre não se documenta na forma presa. Aronoff conclui, então, que o signo linguístico é a palavra, que a palavra adquire significação não como resultado da sua concatenação de elementos, mas a partir da sua totalidade — o que justifica a entrada de cada palavra no léxico e o princípio de que as palavras morfológicamente complexas são formadas de outras palavras que existem no léxico. Estas palavras são (22) «... separate item[s] ... in which all phonological features were completely specified ...» Vê-se aqui, nitidamente, a influência naturalista.

1.2 No capítulo sobre a produtividade dos processos de formação de palavras, o autor correlaciona a coerência semântica, a generalidade duma regra de afixação (uma regra de formação de palavras), o distanciamento fonético que se verifica entre a forma superficial e a forma subjacente, e a expansão do léxico. Uma palavra morfológicamente complexa é semanticamente coerente quando quer dizer exactamente o que deve querer dizer. Assim são os substantivos abstractos ingleses formados com o sufixo *-ness*: *monstrousness* ~ *monstrosity* (ptg. *monstrosidade*), *precociousness* ~ *precocity*. Em inglês as formas em *-ness* só podem indicar (38): A. o facto de que Y é X-oso, B. o ponto até onde Y é X-oso, e C. a qualidade ou o estado de ser X-oso. As formas em *-ness* nunca podem ser convertidas em nomes concretos, contáveis, e nunca

ocasionam mudanças morfofonêmicas. Do outro lado, as em *-ity* (sufixo cognato com *-idade*) têm, além das interpretações acima delineadas, a possibilidade de serem concretizadas e convertidas em substantivos contáveis: *Que monstrosidade!* equivale a *What a monstrosity!* mas não é possível dizer **What a monstrousness!* ou pior ainda, **Those are three monstrousnesses*. Além desta restrição semântica há uma metáfora e mudança de acentuação entre *monstrous* e *monstrosity*: [mánstrAs] → [manstráitiy] que não se documenta em *monstrousness* [mánstrAsnðs] ou em qualquer outra palavra formada com *-ness*. Devido à coerência semântica e à estabilidade fonológica, a maneira mais generalizada de criar substantivos abstractos em inglês utiliza o sufixo *-ness*, mas, como este processo é tão generalizado, tão coerente, tão produtivo; os produtos não precisam aparecer no léxico. Ao contrário, as restrições ou condições inerentes na afixação de *-ity* (41-42) mais as peculiaridades semânticas, obrigam que os produtos da regra que gera palavras com este sufixo se encontrem no léxico.

1.3.1 Nos capítulos a seguir o autor propõe e exemplifica 2 tipos de regras morfológicas: regras de formação de palavras e regras de ajustamento (de truncamento e alomorfia). As regras de formação de palavras estão conjugadas à sintaxe e à semântica. Não são generativas da mesma forma que as fonológicas ou as sintáticas — o falante, segundo Aronoff, normalmente não as emprega ao falar. Servem para produzir palavras quando necessário, e servem para analisá-las. Há condições abstractas (origem da palavra, categoria gramatical, e categorização semântica) que controlam a geração de palavras com determinados afixos. Por exemplo, as operações morfológicas, em inglês, podem depender das especificações da origem da base: *-ity* só se afixa a bases especificadas [+latim]. Há uma interdependência entre prefixos e sufixos: o sufixo *#ment* que deriva nominais liga-se produtivamente a verbos com os prefixos, *en-* ou *be-* (*endowment*, *bewilderment*), e *un#* aplica-se a verbos, participios e gerúndios, e adjectivos deverbais em *#able* (*undo*, *unbecoming*, *unattainable*). O autor cogita o uso do ciclo transformacional para controlar tais gerações, mas conclui que teria que haver, de qualquer maneira, algumas etiquetas no léxico para indicar certas restrições, positivas e negativas, o que o conduz a rejeitar o ciclo dentro das regras de formação de palavras. O ciclo é, ao mesmo tempo, poderoso demais e inadequado para gerar os produtos, para não falar da sua dúbia validade teórica.

1.3.2 As regras de ajustamento que ele propõe servem para truncar palavras, já que a base de produção é uma palavra: *electricute ÷ tion* → *electricution* (trunca-se o *-te*). As regras de alomorfia estabelecem variações alomórficas condicionadas por outros morfemas. Nesta secção ele não parece querer separar, totalmente, elementos gramaticais da fonologia, pois ainda admite que condições morfémicas podem influir em regras que denomina fonológicas. De toda forma ele mantém que as regras de formação de palavras, as de ajustamento, e as de alomorfia são anteriores e mais abstractas do que as fonológicas.

1.3.3 O que inibiu a separação da morfologia da fonologia até este trabalho são fenómenos que se documentam em línguas «exóticas» onde há processos nitidamente morfológicos e gramaticais como a reduplicação e a infixação que ora parecem estar totalmente susceptíveis à fonologia, ora susceptíveis só à parte pós-cíclica, e ora a parte alguma — o que parece contradizer a ideia, intuitivamente apoiável, de que a morfologia é sempre mais abstracta do que

a fonologia. Aronoff propõe, para resolver este dilema, o uso de vários tipos de símbolos de fronteira morfémica nas regras de formação de palavras, símbolos estes que reflectirão as afinidades entre os afixos e as bases (a coerência semântica é inversamente relacionada à afinidade, quanto mais afins forem os elementos duma palavra, menos coerentes poderão ser os significados). As palavras formadas com afixos «íntimos» cujo símbolo é ÷ passarão por toda a (morfo)fonologia: *move* ÷ *able* → *mobile* [móbl], as formadas com afixos que têm a afinidade simbolizada por # (menos íntima) inserir-se-ão na fonologia no nível da palavra ([sic!] 79), isto é, pós-ciclicamente: *move* # *able* → *moveable* [múvəbl] (cf. ptg. *incrível* /in#kred÷ibil÷e/, *incrível* /in#kre#ível/ e as junções em ## (as menos íntimas) far-se-ão superficialmente: *fantastic* ## *fuckin* # → [fân⁽³⁾ ## fuckin # #täs⁽¹⁾ tik], ⁽¹⁾ isto é, depois de se aplicarem as acentuações às palavras. Assim elimina o dilema, criando diversas maneiras de inserir os produtos das regras de formação de palavras na engramagem do idioma. Esta solução parece superior a uma que admite vários níveis de formação de palavras porque une, num sector, as regras creativas que produzem e analisam palavras novas e ainda, admite que alguns processos e junções de morfemas são mais simples e transparentes do que outros — o que faz com que pareçam mais superficiais.

1.4 Apesar do optimismo que se sente quando se olha por alto este livro, há quatro senões que impedem que a obra dê o grande passo que se esperava: 1) A geração de todas as palavras de outras palavras, indo das não-derivadas para as derivadas, é dispendiosa, *ad-hoc*, e imotivada; 2) O princípio da palavra como base para a geração de outras complica a gramática inutilmente; 3) O léxico inglês e os processos derivativos ofuscam um processo que em outros idiomas é claro; 4) A hesitação entre um ponto de vista naturalista e um ponto de vista do tipo *SPE* criou contradições no âmago do trabalho.

2.1 *A geração de palavras das não-derivadas.* Mostrei alhures^(*) que é muito mais económico, principiado, e motivado gerar as pluralizações de substantivos portugueses que terminam em *-ão* → *-ões*, *-ães*, *-ãos* partindo duma base motivada pelas formas derivadas e aplicando regras gerais de nasalização e supressão, do que seria agir ao contrário, estabelecendo listas de correspondências entre singulares e plurais e de gerar as derivadas mediante inserções de consoantes e vogais, e desnasalizações. O mesmo pode demonstrar-se para o inglês, embora não haja aqui espaço para fazê-lo.

2.2 *A formação de palavras a partir de outras palavras.* Esta concessão à naturalidade é o inverso daquilo que se passou com a sintaxe e é contra-productiva. Nos primórdios da gramática generativa imaginava-se que as transformações facultativas operassem em frases onde tinham actuado, já, as transformações obrigatórias. Esta estratégia mostrou-se dispendiosa porque, no caso, por exemplo, da transformação passiva, as mesmas transformações (de concordância entre o sujeito e o verbo) teriam que actuar duas vezes: uma vez para produzir a frase básica (*kernel sentence*) e outra vez para derivar a passiva onde

(*) Este exemplo, de gosto dubio, é o que Aronoff utiliza. 69-70, 80.

(*) C. Arthur Brakel. «A gramática generativa e a pluralização em português», *Boletim de filologia*, 1976. e «Morphophonology in the Generative Lexicon», *Aspects of the Romance Lexicon*. (Washington, D. C.: Georgetown University Press, 1977).

o verbo teria que concordar com o que fora o objecto directo e onde, em português, teria que haver concordância de género e número entre o particípio passado e o sujeito. Eliminou-se uma secção da gramática quando se concordou que as transformações operariam sobre bases abstractas. O movimento para gerar palavras a partir de outras que estão totalmente especificadas é um regresso: antes do movimento naturalista as formas no léxico apareciam como uma concatenação de morfemas, sem flexões, se as palavras, totalmente especificadas, formam a base a base para a geração de todas as outras, estariam, a princípio, flexionadas, depois seriam desflexionadas para se acrescentarem mais sufixos e finalmente seriam reflexionadas. Partindo duma base semi-abstracta, um lexema, tal complicação seria eliminada. Isto não quer dizer que não haverá, em português, palavras formadas de outras palavras onde haverá flexão em ambos os elementos. Os diminutivos são reveladores: a junção do sufixo *#zinbo* aos nomes e adjetivos ainda permite flexões numéricas e genéricas na base: *animalzinbo* → *animazinbos*, *amorzinbo* → *amorzinhos*, *bonzinbo* → *boazinha*. Este sufixo tem menos intimidade com a base do que o sufixo diminutivo *-ito* /÷it÷o/ onde não há tais flexões internas: *espanholito* → *espanholitos*, e *bom* → *bonito*. Visto que *zinbo* só marginalmente aparece só, a junção que se faz com este sufixo terá a afinidade reflectida em *# ÷ /animal ÷ e ÷ num#* *#zinh ÷ gen ÷ num/* e */bon ÷ fem ÷ num#zinbo ÷ fem ÷ num/*.

2.3. O *léxico inglês*. O uso do inglês ofusca o claro desenvolvimento da estratégia que Aronoff propõe porque os processos e elementos são importações dos idiomas românicos. Este vocabulário e os processos para gerá-lo conduzem-no a dilemas que se evitariam se ele tivesse trabalhado com um idioma onde são nativos, i.e. o português. Vejamos duas confusões que não apareceriam no léxico português.

2.3.1 Ele cria uma regra de truncamento para gerar substantivos abstractos de adjetivos que terminam em *-ous*.

<i>Adjectivo</i>	<i>Forma Truncada</i>	<i>Forma Completa</i>
simultaneous	simultaneity	*simultaneosity
precocious	precocity	*precociosity
specious	*specity	speciosity
nebulous	*nebulity	nebulosity
credulous	credulity	*credulosity

Geram-se estas formas mediante uma regra de truncamento (40):

R 1 (-ous truncation) *-os* → *o / ——— ÷ ity*

Para explicar a falta de truncamento diz (41) que a regra só se aplica quando a vogal da base é *a* ou *e*, embora admita que tal factor de condicionamento parece pouco natural e pouco convincente. Além disso reconhece que as formas em *-ulous* (dá uma lista extensa, de palavras na sua maioria raríssimas, 42) não têm qualquer regra para gerar o truncamento, daí serem escassos os substantivos abstractos formados de adjetivos em *-ulous*. Ora, do português, sabemos que as formas onde parece haver truncamento, não tinham, primitiva-

mente, o sufixo *-ous* (do latim, *ōsus*) daí: *simultāne ÷ idad ÷ e* → *simultaneidade*; *precoc ÷ e ÷ idade* → *precocidade*; *crédul ÷ idad ÷ e* → *credulidade*; e, ao contrário: *especios ÷ idad ÷ e* → *especiosidade*; *nebulos ÷ idad ÷ e* → *nebulosidade*. A forma latina determina a forma do substantivo derivado melhor do que as regras propostas por Aronoff, já que estabelece um princípio para a geração tanto dos substantivos como dos adjectivos. A adição do sufixo *-ous* é uma sobreposição inglesa nos adjectivos importados do latim.

2.3.2 Para um fenómeno parecido ele cria uma regra de truncamento para gerar formas deverbais como:

Verbo	Substantivo
relegate	relegation
penetrate	penetration

onde se trunca o *-te* (ver 87-96 e 101). Outra vez é claro que o sufixo (*-ey*)*i* é uma adição inglesa aos verbos da primeira conjugação latina para adoptá-los ao inglês.

2.4 *A vacilação entre uma posição naturalista e uma generativista tradicional.* O mais notável e surpreendente deste trabalho é um conflito entre duas estéticas gramaticais: Aronoff parece favorecer um ponto de vista naturalista como já indiquei. Diz (vii) ter sentido a influência de Kiparsky, que atacou a abstracção excessiva na representação subjacente. Por isso mantém que palavras inteiras, totalmente especificadas, se encontram no léxico. (Em parte alguma ele indica exactamente o que isto quer dizer — estarão especificadas quanto aos segmentos só, ou também quanto à acentuação?) Ele mantém que as regras morfológicas (de formação de palavras, truncamento, e alomorfia) são anteriores à fonologia e impõe-lhes restrições severas dizendo (98): «... rules of allomorphy ... cannot introduce segments which are not otherwise motivated by underlying segments of the language.» e (112) «The central import of allomorphy rules is for the phonology ... making predictions about the range of material that can be covered by rules of phonology ...» Mas tudo isto choca com a seguinte afirmação sobre o sufixo *-tion* em inglês (99-100):

The regular phonology of the suffix is dealt with very convincingly in SPE. There it is given the underlying phonological form ($\div AT$) $\div iVn$, where V stands for an indeterminable lax vowel that we will represent by *o*. $\div ion$ must be bisyllabic because of stress behavior, namely the placement of primary stress on the syllable preceding it... A later rule changes *i* to *y* ...

Se a representação subjacente daquilo que escrevemos «*-tion*» é ($\div AT$) $\div iVn$, dificilmente a vamos encaixar no sistema de representação proposto por Aronoff, onde não se permitem «vogais indeterminadas». Assombra-nos ainda mais a asserção de que este sufixo seja bissilábico, pois nunca se mostra como tal em inglês, as suas variações são [ʃən] ou [ʒən] só. A seguir ele diz (113): «Phonological rules may be as baroque as they wish to be, but rules of allomorphy, as defined, will *always* precede the rules of phonology.»

Como é que as regras morfológicas podem ser mais restritas no seu poder do que as da fonologia, se estas são posteriores àquelas e se aquelas têm a função de controlar a fonologia?

2.5 Este livro, embora tenha algumas falhas em pormenores que não vale a pena mencionar aqui, é um passo positivo para a integração da morfologia numa gramática generativa *standard*.

Agradecemos ao autor um livro claramente escrito, lúcido, informativo — ao mesmo tempo que lamentamos que não tenha podido desenvolvê-lo duma maneira totalmente consistente⁽⁶⁾.

University of Michigan

C. ARTHUR BRAKEL

Contreras, Heles. *A Theory of Word Order with Special Reference to Spanish* (Amsterdam: North Holland, 1976), xii ÷ 152.

0.1 O professor Contreras explicita uma teoria da ordem das palavras e sintagmas dentro da frase declarativa espanhola. Em resumo, esta teoria pretende que a ordem dos constituintes frásicos está sujeita ao conteúdo semântico, fundamentalmente à informação nova e antiga⁽¹⁾. A informação nova, o REMA, será destacada pela posição que ocupa e/ou pela acentuação, enquanto a antiga, o TEMA, ocupa uma posição secundária. O último lugar da frase onde coincide, normalmente, a acentuação principal frásica destaca o REMA. Uma frase declarativa de padrão SVO é a frase não-marcada, i.e. é a que tem a maior liberdade contextual e a que tem as mais variadas interpretações semânticas, quanto à informação nova e antiga. Por exemplo, a frase (1) *Ele viu os elefantes AS TRÊS* não só responde à pergunta (?1a) *A que horas ele viu os elefantes?*, mas também responde a (?1b) *Que foi que ele viu à três?*, (?1c) *Que fez ele?*, (?1d) *Que houve?* — isto é: pode constar de informação nova tanto um constituinte como podem todos os elementos, pois (1) provém de qualquer das estruturas «remáticas» a seguir:

(1)	ele	viu	elefantes	às três
a.	-rema	-rema	-rema	÷ rema
b.	-rema	-rema	÷ rema	
c.	-rema	÷ rema		
d.	÷ rema			

(6) Agradeço a minha colega Elisa Musso, uma leitura prévia e pareceres a respeito do conteúdo deste trabalho.

(1) Ao longo desta recensão traduzo os exemplos usados no livro para o português ou invento-os segundo os modelos do texto original. Traduzo os termos *theme* e *rheme* para TEMA e REMA embora haja um precedente só para a primeira. *Rheme* é, consequentemente, REMA vêm do grego *ῥῆμα*, «palavra» ou «verbo». Agradeço uma leitura prévia e pareceres a respeito do conteúdo deste trabalho ao advogado português Fernando Fontoura.

Contrariamente, uma frase como (2) *Quem viu os elefantes às três foi ELE* ou (3) *ELE viu os elefantes às três* são frases marcadas cujo contexto e interpretação se limitam; só respondem à pergunta (?le) *Quem viu os elefantes às três?* As frases (2) e (3) provêm da estrutura «remática»:

(2-3)	ele	viu	elefantes	às três
	÷ rema	-rema	-rema	-rema

A gramática proposta por Contreras produziria (4) *Viu os elefantes às três ELE*, frase esta de dúbia gramaticalidade comparada com (2) cuja derivação não nos interessa. Na frase (3) o REMA não foi transposto mas recebeu a acentuação principal da frase, o que elimina a interpretação «remática» de qualquer outro elemento. Assim se mostra que a ordem das palavras não é livre mas depende, muitas vezes, de factores informativos.

0.2 O livro consta de 14 capítulos, uma secção de conclusões, e um apêndice que contém as 17 regras elaboradas através do texto. O autor aborda os assuntos seguintes: 1) A informação nova e antiga; 2) A(s) teoria(s) linguística(s) e o estudo da ordem das palavras; 3) Para uma nova teoria; 4) A estrutura semântica; 5) A hierarquia da selecção do REMA; 6) Casos especiais; 7) Adjuntos; 8) A ordem normal; 9) Topicalização; 10) A ordem enfática; 11) A acentuação frásica; 12) Os factores semânticos na ordem linear das frases; 13) A noção de sujeito e objecto; 14) Frases com sujeitos indeterminados.

0.3 O ponto de vista gramatical empregado neste livro é a chamada «gramática dos casos» (*case grammar*) apregoada por linguistas como Fillmore, Chafe, Goldin e outros. Segundo esta teoria uma série universal hierárquica de papéis (*roles*) semânticos subjacentes (agente, paciente, dativo, beneficiário, origem, medida alvo, etc.) opera na base, na estrutura profunda, para gerar a estrutura superficial linear.

0.4 Em consequência da teoria «remática» da ordem das palavras e devido ao ponto de vista gramatical, o autor mantém as posições seguintes: A. Os factores semânticos, inclusive o TEMA e o REMA, têm um papel na estrutura profunda da gramática. B. Os conceitos SUJEITO e OBJECTO não têm qualquer realidade gramatical subjacente, são factores da gramática da superfície. C. A LINEARIDADE não tem qualquer papel gramatical profundo⁽²⁾. Nesta revisão procurarei ver se o professor Contreras estabeleceu papéis profundos para o REMA e o TEMA e se impugnou, seriamente, os conceitos de SUJEITO, OBJECTO e LINEARIDADE como entidades da gramática subjacente universal.

O TEMA e o REMA na estrutura profunda

1.1 Nos capítulos 1 e 3 o autor exemplifica o papel do TEMA e do REMA na operação de transformações sintácticas como: conjunção, «lacunização»

(2) Esta posição vai contra qualquer teoria baseada na sintaxe. Desde Saussure reconhece-se que a língua, daí a linguagem, está, em grande parte, restrita à linearidade; isto é, os morfemas não se articulam simultaneamente, mas um atrás de outro. A linearidade não pode deixar de ter um papel gramatical universal e, uma vez verificada, não precisará de ser enunciada em cada gramática, o que nos dará gramáticas mais simples para idiomas individuais.

(*gapping*), preposição do complemento, supressão, e outras. Justifica a terminologia nova ao facto de existirem, na literatura generativa, confusões quanto ao conceito de PRESSUPOSIÇÃO e FOCO, e ao facto de os termos novos serem morfológicamente produtivos em inglês: *rheme, rhematic, rhematize(r)*, etc.

1.2 A questão fundamental do segundo capítulo é: há uma maneira já estabelecida que gere e explique a ordem das palavras em qualquer idioma? Parece que os únicos a tratarem o assunto (a quem Contreras faz a devida vénia) foram os da escola de Praga e os generativistas. A despeito do autor, os chomskianos, embora reconheçam a importância do aspecto informativo no arranjo dos constituintes, ainda querem relegar este fenómeno à superfície. Depois de examinar os argumentos (19-20) conclui (20):

... Chomsky's case for determining focus and presupposition in surface structure is not particularly strong ... assigning focus and presupposition in deep structure seems just as plausible. ... Whether or not it is a notational variant of Chomsky's theory is still an open question.

Num curioso parágrafo da mesma página («The crux ... notions») acusa a posição chomskiana de vacuidade, já que os factores semânticos estão excluídos da base por definição. O problema não é de vacuidade, é, antes, um problema da força da teoria. Uma teoria forte, a de Chomsky, impõe restrições severas a uma gramática, não permite a actuação directa de elementos semânticos, muito menos de elementos «remo-temáticos», na estrutura profunda. Só vale a pena enfraquecer a teoria quando é óbvio que a posição mais arrojada não pode ser mantida. Neste caso não temos uma *open question*; o que o autor nos propõe é um enfraquecimento da hipótese sem qualquer justificação.

O OBJECTO DIRECTO, o SUJEITO, e a LINEARIDADE

2.1 Contreras procura mostrar que o OBJECTO DIRECTO não é necessário para a regra do passivo e daí não é necessário na estrutura profunda. Alega (121) que as frases em maiúsculas nas orações a seguir — embora sejam OBJECTOS DIRECTOS — não podem vir a ser sujeitos de frases passivas: (5) *Este colar vale UMA FORTUNA*; (6) *O general pesa 200 KILOS*; o que não acontece em (7) *O general pesou 200 SACOS*, devido ao papel de paciente de 200 SACOS donde conclui que a categoria «paciente» possibilita a transformação passiva. Os verbos nas frases (5) e (6) não são transitivos. São, simplesmente, cópulas que estabelecem um valor de medida entre duas frases nominais⁽⁸⁾. O conceito que Contreras tem do paciente é pouco revelador (33):

«A patient denotes something which is in a particular state or which is changing its state». Ele faz um engano quando identifica (29) a cláusula nominal *QUE VAI CHOVER* em (8) *Ele acha QUE VAI CHOVER* como

(8) Argumentei assim em «Agent and Patient Orientation in Active and Passive Voice Sentences of English and Portuguese», *Linguistics*, 180, (1976), 5-26.

paciente. É impossível que uma cláusula nominal mude de estado. Se a categoria «paciente» possibilitasse a transformação passiva como ele alega, a frase (8') **QUE VAI CHOVER é achado por ele* seria gramatical. Mesmo numa teoria gramatical que incorpora funções semânticas na base, uma frase encaixada não deve desempenhar uma função semântica, visto que ela parte das mesmas funções semânticas que a frase mais alta. O encaixamento é uma junção sintáctica. O próprio Contreras confunde o papel sintáctico com o semântico. Não se vê na argumentação do autor qualquer coisa que destrua o OBJECTO DIRECTO como entidade da gramática profunda.

2.2 A maioria do capítulo 13 dedica-se à noção de SUJEITO. Começa (122): «Fillmore (1968) has demonstrated ... that ... underlying subject is superfluous in a grammar which includes semantic notions like agent, experiencer, patient, etc.». O que o autor não menciona é que o próprio Fillmore desistiu de tal posição em trabalhos posteriores (*). Logo a seguir vemos uma confusão: «... we must distinguish between underlying and surface subject...». Como, se ele mesmo insiste que aquele não existe? Ele concede (123) que uma entidade superficial chamada SUJEITO será precisa para transformações sintácticas como «Elevação do sujeito», «Equi SN», e para a concordância entre o sujeito e o verbo. Eis aqui outra contradição: no primeiro capítulo justifica-se a entrada do TEMA e do REMA na estrutura profunda por eles serem necessários para a operação de certas transformações; ora, por que serão de ordem profunda estes quando o SUJEITO e o OBJECTO são de ordem superficial, já que todos são precisos para a operação da componente transformacional? A necessidade de um elemento para a componente transformacional não é suficiente para colocá-lo na estrutura profunda, pois a componente transformacional pertence à superfície e tem uma configuração especial conforme cada idioma (i.e. *language specific*). Custa crer que a informação nova e antiga, dependente do contexto, seja de ordem mais profunda do que a de funções sintácticas como SUJEITO e OBJECTO.

2.3 O autor examina duas alternativas para a geração do SUJEITO (124): A) Identifica-se o sujeito no primeiro SN da expansão da frase, $F \rightarrow SN \div FV$ (daí uma realidade profunda para o SUJEITO e a primazia da linearidade). B) Identifica-se o SUJEITO via uma etiqueta *ad-hoc* mediante uma hierarquia de selecção que examinaremos oportunamente. Contra a primeira possibilidade ele invoca os chamados verbos apresentativos, os quais normalmente põem o SUJEITO depois deles: (9) *Começou o barulho* (10) *Findou a alegria*. Segundo ele tais frases teriam de ser, se aceitássemos a primeira alternativa, primitivamente (9') *O barulho começou* e (10') *A alegria findou*, frases estas que precisariam duma transformação de constituintes, o que seria contra-intuitivo. Portanto, ele mesmo (71) identifica estes verbos como especiais — elevam o paciente a SUJEITO quando não há agente, o que explica a naturalidade da colocação pós-verbal do SUJEITO, pois na expansão de F os pacientes (OBJECTOS DIRECTOS) aparecem dominados pelo nó FV

(*) Ver Charles Fillmore, «Subject, Speaker, and Role», *Synthese*, 21, (1970), 260. Ver também: «Some Problems for Case Grammar», *Report of the 22nd Annual Round Table Meeting on Linguistics and Language Studies*. Ed. R. O'Brien (Washington D.C.: Georgetown Univ. Press, 1971), 42, 50-51.

(FV $\rightarrow$ V $\div$ SN). No caso de existirem agentes subjacentes a frases parecidas a (9) e (10) a ordem normal seria: SV(0), i.e. (9'') *Eles começaram (o barulho)*. (10'') *Nós findámos (a alegria)*. Os outros argumentos contra a alternativa A atacam a linearidade também, por isso tratar-se-ão a seguir (5).

2.4 A asserção de que a frase nominal que precede o verbo é, normalmente, o SUJEITO e a que segue, o OBJECTO, aparece em muitos trabalhos actuais sobre o espanhol e o português (6). Contreras diz (125), não obstante, que tal identificação é inadequada sintáctica e morfossintacticamente. Embora diga pouco a respeito do assunto (4 linhas, p. 125: «To being ... order») pretende (126) menosprezar todos os argumentos a favor de um papel gramatical da linearidade dizendo: «... we have already commented on the oddity of a rule which assigns agreement on the basis of linear arrangement.»

2.5 Outro aspecto da teoria linear das funções sintácticas que Contreras considera paradoxal ocorre em frases como: (11) *Creio que vai chover* e (12) *Parece-me que vai chover* (espanhol, *Me parece que va a llover*). O que lhe perturba é que *que vai chover* seja ora complemento directo (11), ora SUJEITO (12) e o arranjo linear seja o mesmo. O uso dum pronome crítico, *me*, contorce a análise de Contreras: devido às regras de colocação de pronomes em espanhol *me* ocupa a posição preverbal. Com um nome, *Juan*, a frase espanhola poderia ser: (13) *(Le) Parece a Juan que va a llover*, frase esta que espelha melhor a estrutura profunda, como a espelha a portuguesa (12) também.

2.6 O derradeiro ataque à linearidade como determinador de funções sintácticas provém de frases como: (14) *O problema és tu* (15) *O problema são os militares* (16) *O problema sou eu*. Diz (127):

... [we would need] a specific condition making the rule of agreement inapplicable to sentences showing the following features: A) the verb is *ser*, B) one NP is third person and the other first or second. The *ad-hoc* character of this set of conditions should be clear.

Cita, então, uma hierarquia sugerida por Golding:

SUBJECT SELECTION (OBLIGATORY)

Assign the feature $\div$ subject

a) in a structure with a patient (?) and an identifier

(5) O defeito principal da «gramática dos casos» é que grande parte das gramáticas feitas sob esta orientação terão que linearizar os elementos semânticos. Ora esta parte linearizadora forçosamente lembrará as componentes sintácticas, morfológicas, transformacionalistas, e fonológicas da gramática generativista clássica. Ver, por exemplo, Wallace Chafe, *Meaning and the Structure of Language*. (Chicago: University of Chicago Press, 1970).

(6) Por exemplo: David Perlmutter, «Evidence for Subject Downgrading in Portuguese,» *Readings in Portuguese Linguistics*, ed. Jürgen Schmidt-Radefeldt (Amsterdam: North Holland, 1976), 93-138, esp. 97. António C. Quicoli, «On Portuguese Impersonal Verbs,» *loc. cit.*, 63-92. Jan Schroten, «Surface Structure Constraints on Portuguese Pseudo Reflexive Sentences,» *idem.*, 139-156.

- (i) if one argument is [$\div$ third person] and the other [-third person], to the latter
 - (ii) if they differ in number, to the argument marked [$\div$ plural]
- b) in other structures, to the highest ranking argument in the following hierarchy: agent, instrument, experiencer, patient, identifier.

Esta hierarquia ou regra não refuta o aspecto linear duma gramática. Salvo a reserva da nota 7, ela capta os fenómenos peculiares à cópula.

2.7 Contreras, na página anterior à da regra acima reproduzida, dá, sem querer, provas da influência da ordem das palavras na selecção do SUJEITO (126):

If, on the other hand, the sentence includes second person, the verb agrees with whichever person appears in the *SUBJECT POSITION* [maiúsculas e grifos meus] (13.23)

a. Eu	{	sou	
		*és	tu
b. Tu	{	és	
		*sou	eu

O resto desta recensão mostrará que tanto a hierarquia do SUJEITO, como a hierarquia da selecção do REMA, como as transformações que utilizam o TEMA e o REMA, são uma conspiração a favor do surgimento da ordem canónica (SVO) da frase espanhola e portuguesa.

A Conspiração SVO

3.1 Destinam-se os capítulos 5, 6, 7 ao estabelecimento duma selecção hierárquica do REMA (65):

- (7.31) Rheme selection hierarchy
1. instrument, manner adverb, strong place or time adverb
 2. target
 3. complement, source, location, time, identifier, beneficiary
 4. patient
 5. agent, cause, possessor, experiencer
 6. 'weak' time and place adverbial

(7) É de admirar que Contreras identifique o SUJEITO de *ser* como paciente: *Os militares pac. são o problema* idem. O SUJEITO de *ser* quando animado é um agente como se vê nas frases a seguir: A) *O coronel é aborrecido* (espanhol: *El coronel es aburrido*) B) *O coronel está aborrecido* (espanhol: *El coronel está aburrido*). Em A) o coronel é que aborrece os outros, em B) os outros, ou ele mesmo, é que o aborrecem, porém, agente em A) e paciente em B).

O verbo normalmente assume o lugar imediatamente superior ao argumento mais fraco da frase. A hierarquia é o contrário da hierarquia da selecção do SUJEITO (ver 2.6): os argumentos mais propícios para REMA (1-4) são os menos propícios para sujeitos e *vice-versa*. O esquema a seguir indica que a *Rheme selection hierarchy* é uma simples recapitulação da ordem SVO:

	S	V	O	Complemento ~	
				Advérbio	Advérbios
6:	5:	Verbo	4:	3:	2: 1:
Hoje eu	fiz	o almoço	para ti	com o pão	
Aí	tive	uma ideia	pela manhã	às nove	
	vi	um tigre	no parque	com os olhos	
	fui		esperto		
	estive		acordado	o dia todo	
	andei	a milha	de casa	à baixa	rapidamente

3.2 No capítulo 8 propõem-se três regras cujo efeito é, embora o autor o não reconheça, a manutenção da ordem canónica subjacente SVO. Uma põe o REMA à direita do TEMA; outra põe os elementos superiores na hierarquia remática à direita dos inferiores sejam «rematizados» ou não; e a terceira divide dois REMAS uma vez que um seja o SUJEITO e o verbo não for «rematizado». Ao tratar de estruturas que têm três argumentos, daí 15 possibilidades «remáticas», as linearizações mais naturais saem sempre SVO. Ele diz (78):

... the linear order always seems to follow the rhematic* hierarchy [a ordem SVO] regardless of which elements are themes and which rhemes. ... the preferred order is always agent ÷ predicate ÷ patient ÷ source regardless of the rhematic structure of the sentence, and it seems unecomomical to assign a linear order on the basis of rhematic structure only to change it later to the order indicated.

Ora, não podemos deixar de estar de acordo com o autor. Ele tenta justificar a posição (78-79) invocando os verbos apresentativos, outros padrões, e frases com topicalizações, mas é difícil ver que as citações justifiquem coisa alguma, devido ao estilo «telegráfico» do autor.

3.3 No capítulo 10 propõe-se uma regra de posposição do TEMA, regra esta que explica a maior gramaticalidade da frase (18): (17) *Tirou as esporas da sala* O FERMINO (18) O FERMINO *tirou as esporas da sala*, ambas respondidas a (?17-18) *Quem tirou as esporas da sala?*. Alega (91-92) que a maior gramaticalidade de (18) deve-se ao princípio seguinte (93):

The acceptability of surface structures decreases as the number of pre-rhematic themes which outrank the rheme in the RHS increases.

O mesmo fenómeno poderia ser descrito assim: a gramaticalidade diminui à medida que o SUJEITO-agente se desloque da posição preverbal e outros elementos se intercalam entre eles (ver ex. 10.20, 23, 29). Parece que a hierarquia de Contreras baseia-se na ordem SVO e que esta ordem subjacente determina a marginalização gramatical das frases cujos constituintes desviam dela.

4.1 No curto espaço desta recensão não foi possível examinar todos os aspectos do livro em questão. Creio ter indicado que os pontos mais arrojados — que o TEMA e o REMA tenham uma realidade gramatical subjacente; que o SUJEITO, o OBJECTO DIRECTO, e a LINEARIDADE não a tenham — não foram adequadamente defendidos. Além disso o autor virou as costas à evidência saliente, que a ordem SVO é a dominante em espanhol (e em português), no que toca à frase declarativa. Não tratámos, directamente, os capítulos 4, 9, 11, e 14. O leitor achá-los-á pouco iluminativos.

4.2 Precisamos duma teoria que vise explicar a ordem das palavras e constituintes frásicos. Os conceitos de TEMA e REMA parecem úteis, mas nada há no livro de Contreras que nos convença que tais entes não possam ser incorporados numa gramática generativa clássica onde a base estabelece princípios e padrões sintácticos que poderão ser modificados pela componente transformacional em conjunto com factores semânticos. Quem quiser caminhar na direcção duma teoria da ordem das palavras mediante a informação nova e antiga marcará passo lendo *A Theory of Word Order with Special Reference to Spanish*.

University of Michigan.

C. ARTHUR BRAKEL

Hooper, Joan B., *An Introduction to Natural Generative Phonology* (New York: Academic Press, 1976), xvi + 254.

0.1 A hégira da fonologia generativa foi 1968, ano em que Chomsky e Halle publicaram *The Sound Pattern of English*. Quase tudo o que se escreveu sobre a teoria fonológica desde então é uma função deste livro. Os generativistas tinham acusado os estruturalistas de não abstraírem suficientemente para atingir verdadeiras e significantes generalizações nas suas descrições, mas hoje uma contra-corrente generativista diz que os sequazes de SPE abstraíram demais. Porquê esta reacção? A razão parece encontrar-se na doutrina da própria gramática generativa. Os generativistas impõem três exigências a uma gramática: a adequação observacional, a adequação descritiva, e a adequação explanatória. Ao mesmo tempo mantêm que as gramáticas estruturalistas nem sequer atingiram o requisito mais fraco, pois em vez de serem gramáticas eram, simplesmente, listas de padrões. A adequação explanatória, o requisito mais forte, exige que uma gramática paralele os processos mentais, a competência, dum nativo; mas infelizmente as gramáticas generativas elaboradas a partir de 1965 não chegaram a corresponder a processos mentais observáveis em seres humanos. Os processos implícitos em SPE tão pouco têm qualquer plausibilidade

psicológica devido à extrema abstracção da representação subjacente e ao aspecto «barroco» das regras.

0.2 Em busca duma realidade psicológica para gramáticas generativas surgiu o «Naturalismo» fonológico que procura A. a motivação superficial de toda forma subjacente B. a correspondência dos processos descritos em regras com a fisiologia do aparelho fonador. Consequentemente propõem-se gramáticas menos fortes, menos generalizadas, menos abstractas, mas, segundo os naturalistas, mais dogmáticas quanto às suas afirmações a respeito dos processos gramaticais possíveis.

0.3 Actualmente o campo fonológico norteamericano não só está dividido entre a posição *SPE* e a naturalista, mas está totalmente fragmentada entre estes dois polos. Este livro, *An Introduction to Natural Generative Phonology*, é a articulação mais concisa dos argumentos naturalistas, mas não representa a posição mais radical. O livro se divide em duas partes: I — A Concretização na Morfofonologia, e II — A Estrutura Fonológica Natural. A primeira contém oito capítulos: 1) A abstracção, 2) A fonologia naturalista, 3) A evidência empírica para a concretização nas descrições morfofonémicas, 4) A aplicação cíclica das regras, 5) A ordem das regras, 6) Mudanças históricas, 7) Representações subjacentes, 8) Processos morfofonémicos em verbos espanhóis. A segunda parte se divide em cinco: 9) Restrições na estrutura fonológica, 10) Relações de força na estrutura silábica, 11) Uma escala de força e uma condição da estrutura silábica para o espanhol, 12) Mais implicações da teoria da estrutura silábica, 13) Regras de inserção e supressão naturais. A segunda parte esboça novos rumos para a fonologia, mas a primeira é um regresso ao empirismo estruturalista, aos preceitos do estruturalismo americano e Saussuriano: vigoram o materialismo psicológico, a estética gramatical do *item e arranjo*, a estrita proscrição contra a mistura da diacronia com a sincronia, e a consideração de cada subsistema linguístico (dialecto) como um sistema independente.

Concreteness in Morphophonology

1.1.0 *A psicologia materialista.* Por psicologia materialista entendo *behaviorismo*, a escola que se limita a trabalhar com o documentável, o evidente. Esta orientação dominou os trabalhos do estruturalismo linguístico americano das décadas 30, 40, e 50, até 1957. Proibiu ao investigador qualquer explicação baseada numa abstracção mental. Os métodos descritivos de Hooper são nitidamente *behavioristas*.

1.1.1 As formas subjacentes têm que ser justificadas por formas da superfície, cada segmento tem que ter uma manifestação, não podem ser usados diacriticamente. As regras só relacionam manifestações superficiais, o que se institucionou como a *true generalization condition* (13).

1.1.2 Devido a estas restrições o naturalismo não permite a postulação (16) de um /e/ subjacente em palavras francesas como *bonne* /bône/ para explicar a não-nasalização da vogal tónica e a permanência da consoante /n/. Não permite (25) a postulação dum /e/ final nos infinitivos espanhóis, *hablar* /abl÷a÷r÷e/ para explicar a regularidade da acentuação (penúltima). Não permite a postulação de fonemas abstractos como /k'/ e /g'/ para explicar a falta de realizar o amolecimento velar em certos casos onde os fonemas /k/

e /g/ precedem vogais anteriores: *apical* ~ *ápice*, *psicólogo* ~ *psicologia* que se contrapõem a *quinze* e *guia*. E não permite a presença da vogal temática em todas as derivações verbais para

- A. impedir o amolecimento velar em verbos como *marcar*

forma subjacente: /mark ÷ á ÷ e/ /ápi:k ÷ e/

1. Amol. velar **** ápis ÷ e

2. perda da tem. mark ÷ e ****

- B. explicar as formas diferentes para a primeira pessoa do singular no perfeito

forma subjacente: /kant ÷ á ÷ i/ /kom ÷ é ÷ i/ /o ÷ í ÷ i/

1. assimilação kant ÷ é ÷ i kom ÷ í ÷ i o**

2. perda do /i/ kant ÷ é kom ÷ í o ÷ í

1.1.3 A restrição contra a postulação de elementos subjacentes que não têm manifestações superficiais está aceite entre fonólogos de orientação mais tradicional. Refreado o ímpeto para a abstracção imotivada, estabeleceram-se limites definidos entre a sintaxe, a morfologia, e a fonologia numa gramática generativa *standard*. Sem embargo, para as análises acima mencionadas há, ainda, motivação empírica para incluí-las numa gramática fonológica. O /e/ francês ainda se pronuncia esporadicamente em alguns dialectos e constantemente em outros [bⁿ.nə]. Há dialectos espanhóis que mantêm o /e/ na pronúncia do infinitivo [a.blá.re] e quando um infinitivo é pluralizado o /e/ aparece sempre: *los cantares de las aves*. A manutenção da vogal temática para derivar todas as formas subjacentes dos verbos espanhóis ou portugueses permite gramáticas morfofonémicas principiadas. Até se pode, em português, justificar a postulação de /kⁿ/ e /gⁿ/ como formas subjacentes devido a pronúncias dialectais: *quero* [kⁿé.ru] e *português* [por.tu.gⁿé.zi].

1.2.0 *Item e arranjo*. A gramática generativa-transformacionalista visou, desde o início, construir gramáticas principiadas, isto é, gramáticas onde as formas superficiais — fossem frases, palavras, morfemas, ou segmentos — estivessem ligadas a bases únicas. À medida que estas bases ligavam mais formas superficiais, a gramática ia adquirindo poderes ou forças extraordinários. Os naturalistas acreditam que este poder tornou-se excessivo, e então rejeitam duas artimanhas da gramática generativa-transformacionalista, a aplicação cíclica das regras e a ordenação extrínseca.

1.2.0.1 Harris usou a aplicação cíclica para gerar a acentuação espanhola e a variação entre ditongos e monotongos nas formas derivadas e não-derivadas. A aplicação cíclica é uma engenhoca de dúbio valor. Serviu para gerar formas derivadas numa época em que a morfologia ainda não adquirira um lugar próprio na teoria generativa.

1.2.0.2 A ordenação extrínseca é necessária para qualquer análise principiada. Hooper rejeita-a porque tal processo possibilita o uso de formas abstractas imotivadas, e o uso de neutralização absoluta. Mantém, também, que a ordenação extrínseca não deve corresponder a qualquer processo psicológico do falante normal.

1.2.0.3 Para evitar estes dois aparelhos de alta potência mas de pouca plausibilidade psicológica, ela propõe que as regras operem com ordenação

intrínseca (regra A prepara o material para regra B e assim por diante) e que as regras se apliquem cada vez que a descrição estrutural adequada aparece. Para simbolizar relações entre palavras derivadas e não-derivadas, cognatas, ela propõe (14) «regras vias» (*via rules*) que não são generativas mas que ligam palavras como *povo* e *popular*.

1.2.1.0 O resultado destas restrições é uma volta à estética do *item e arranjo* do estruturalismo, tão criticado pelos generativistas. Vejamos algumas análises admitidas por Hooper que lembrarão descrições estruturalistas:

1.2.1.1 O plural em inglês (130-131): Em vez de ter uma só forma subjacente /z/ para o morfema da pluralidade, aparecerá, no léxico, uma lista equivalente a:

$$\text{plural} \longrightarrow (/z/) \left\{ \begin{array}{l} /s/ \\ /z/ \end{array} \right\}$$

com ambientes específicos para cada forma.

1.2.1.2 A ditongação verbal em espanhol (45-51, 156-169): O contra-parte da metafoia verbal portuguesa é a variação /e ~ ie ~ i/ e /o ~ we ~ u/ em espanhol. Uma teoria principiada (*item e processo*) gera esta variação, que não se verifica em todos os verbos, de uma vogal aberta ou de uma fechada ou dum ditongo que levarão um sinal diacrítico. Hooper rejeita a primeira derivação porque as vogais abertas não são fonémicas no espanhol padrão, e rejeita a solução diacrítica por ela implicar que os ditongos tenham uma origem nos monotongos ou *vice-versa*. O que ela prefere é uma representação subjacente tal como:

$$\begin{array}{ll} \text{mentir} & /m \left\{ \begin{array}{l} ye \\ e \\ i \end{array} \right\} nt-/ \\ \text{dormir} & /d \left\{ \begin{array}{l} we \\ o \\ u \end{array} \right\} rm-/ \end{array}$$

com uma regra descritiva (159):

$$\left\{ \begin{array}{l} ye/we \\ e/o \\ <i/u> \end{array} \right\} \longrightarrow \left\{ \begin{array}{l} ye/we \\ e/o \\ <i/u> \end{array} \right\} \left[\begin{array}{c} \text{---} \\ \div \text{ stress} \\ \text{---} \\ </\text{---}C_o'> \end{array} \right]$$

1.2.1.3 A análise da acentuação verbal (28-31) é fragmentada. Hooper rejeita a análise principiada avançada por Harris, que gera todas as formas verbais com uma só regra, e prefere ter três regras, uma das quais admite excepções.

1.2.1.4 O tratamento da flexão verbal (139-154) é também estruturalista. Ela não propõe uma só base para todas as formas verbais, mas mantém que algumas têm a vogal temática presente, outras não a têm. Estabelece duas formas

para a primeira pessoa do singular do perfeito: /e/ para a primeira conjugação e /i/ para a segunda e terceira. Prefere analisar o sufixo *-ron* como o morfema da terceira pessoa do plural para o perfeito sem reconhecer que *-n* é o de todos os outros tempos e modos e *-ro-* poderia ser considerado o morfema do perfeito.

1.2.1.5 Finalmente a relação que ela propõe para formas derivadas e não-derivadas *diestro-destreza*; *mueble-mobilidad* faz-se através de regras-vias que são listas de correspondências em vez de regras generativas. A derivação morfológica, embora nem sempre produtiva da mesma maneira para todos os falantes ainda é produtiva no espanhol e no português de hoje. Uma descrição destes idiomas será deficiente sem uma gramática da derivação.

1.3 *A mistura da sincronia e diacronia.* Uma gramática que permite maior abstracção vai, inevitavelmente, recapitular a diacronia nas soluções principiadas. A solução de Harris para a ditongação espanhola evoca a história do espanhol onde os *e* e *o* curtos latinos ([*-tensão*]) deram os ditongos. A relação entre o *t* e o *d* de *potente* e *poder* deve-se, em parte, à história do idioma mas ainda pode ser descrita por uma regra duma gramática generativa principiada. A relutância de derivar estas formas de bases comuns deve-se ao critério da realidade psicológica e ao critério anti-diacrónico, o que impede que se veja a língua na sua totalidade. Factores do passado ainda influem padrões actuais de todos os idiomas. O sistema de cada idioma transcende o óbvio e o linguista deve reconhecer que a língua é um produto histórico e social e a derivação de tal produto é a sua gramática.

1.4 *A atomização dialectológica.* A gramática generativa visa descrever o sistema subjacente universal mas em empreitadas menos ambiciosas, quando se descreve um idioma, procuram-se primeiro os padrões e bases comuns a todos os dialectos para depois descrever os dialectos individuais mediante regras especiais ou ordenações especiais que os relacionam à língua (*langue*). Hooper propõe, em pelo menos dois lugares, estabelecer formas subjacentes especiais para realizações dialectológicas. Para o alemão nortenho, um dialecto conservador, sugere que a forma /ding-/ seja a base da alternância [*diŋk*] ~ [*diŋð*] «coisa» enquanto para o alemão padrão a base será /diŋ-/ para gerar as formas [*diŋ*] e [*diŋð*]. Numa análise (32-41) da pluralização no dialecto andaluz do espanhol, ela mantém que a abertura das vogais em palavras como *clases* e *pedazos* [*kláse*] [*pedáso*]) simboliza a pluralidade e que o morfema /s/, o morfema da pluralidade para a língua padrão, não tem qualquer realidade para os falantes do andaluz e por isso não tem um papel gramatical nem lexical nesse dialecto — embora tivesse motivado, primitivamente, por fechar a sílaba, a abertura da vogal final. Uma gramática generativa clássica teria gerado as formas alemãs e espanholas de bases únicas mediante ordenações e supressões especiais que descreveriam a relação que os dialectos têm com a língua.

1.5 Fica demonstrado, então, que o naturalismo representa um desvio da gramática generativista-transformacionalista. Se este desvio atingiu uma maior realidade psicológica, terá valido a pena, e o analisador poderá escolher entre duas estéticas gramaticais: uma fornecer-lhe-á descrições principiadas e outra, descrições pouco principiadas mas psicologicamente reais. Mas, se podemos verificar que a realidade psicológica é efêmera ou ilusória, podemos eliminar o naturalismo como uma alternativa legítima e meritória para a descrição fonológica na gramática generativa.

1.6.1 *A realidade psicológica.* Hooper reitera o critério mais competente dos naturalistas (22):

The question is which description best represents the internalized grammar of the native speaker: which description has psychological reality?

Esta é a motivação do abandono das gramáticas principiadas, mas em nenhum lugar do livro se define mais precisamente o que se entende por realidade psicológica. Temos, outra vez, um problema de princípio: não há dois seres humanos cujos processos mentais sejam iguais. Ao elaborar uma gramática qual será a realidade psicológica que adoptamos? A nossa? A dum analfabeto? A do Primeiro-Ministro? Se preferimos usar a competência dum falante idealizado estamos a abstrair já, como não podemos deixar de fazer se queremos que a nossa descrição faça alguma generalização. Podemos, ainda, postular uma realidade psicológica colectiva, que transcende o indivíduo mas que se verifica em descrições principiadas onde as regras dominam segmentos reais. Como mencionei (1.1.3), hoje os linguistas da teoria *standard* não usam segmentos imotivados. Ao contrário, o segmento subjacente é motivado por manifestações superficiais e está totalmente especificado em traços distintivos. Assim a descrição está presa a uma realidade articulatória e a realidade psicológica é uma realidade social e não individual.

1.6.2 Há um defeito no conceito da realidade psicológica dos naturalistas. Ao longo do livro a realidade psicológica é uma que tende a simplificar as formas para articulações naturais e lembra, assim, a «lei do menor esforço». Os naturalistas, parece terem esquecido que há, em toda a cultura, uma corrente que complica e não simplifica o sistema linguístico. As elites vão exprimir-se duma maneira às vezes pouco natural para distinguirem-se da ralé.

À medida que a fala do sector ascendente da população se aproxime à da elite esta criará formas novas, ainda mais barrocas, para dificultar o acesso dos outros ao território dos privilegiados. Na psicologia social a complicação é tão real quanto a simplificação. Na evolução dos idiomas as duas tendências verificam-se.

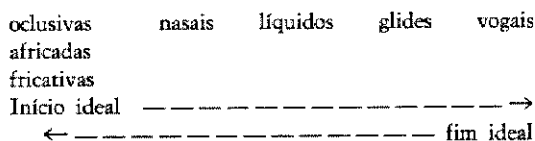
Natural Phonological Structure

2.0 Na segunda parte deste livro Hooper trata o problema do domínio das regras fonológicas. Chama os segmentos subjacentes arquisssegmentos, embora isto não queira dizer que sejam arquifonemas no sentido da escola de Praga. São segmentos parcialmente especificados que as regras fonológicas e as condições de estrutura silábica especificam automaticamente para que o nativo os reconheça. Prefere este ponto de vista porque se tivesse de especificar os segmentos no léxico teria que ter sequências pouco naturais: e.g. (137-138) a representação subjacente de *bomba*, *tanto*, e *ganga* seria /bonba/, /tanto/, e /ganga/ o que ela rejeita, porque antes dum /b/ ou dum /g/ não é natural que haja um /n/. Se tivesse utilizado uma teoria da marcação fonológica, teria reconhecido que, como o /n/ é o fonema nasal neutro (não-marcado), ele deve constar na representação subjacente e as regras assimilatórias ajustá-lo-iam ao

ambiente onde aparece. A posição que ela toma obriga-a a estabelecer duas formas para prefixos como *in-* (*inoportuno, impossível, incapaz*): /in-/ coloca-se antes de vogais e /iN-/ antes de consoantes. De outra forma precisaria duma regra para converter /N/ em /n/ antes de vogais.

2.1 Ela revê os tipos de regras e os domínios delas que os teóricos pré-vios propuseram. Mantém que as regras de condição de segmentos e as de restrições de sequência não são diferentes, na teoria dela, das outras regras fonológicas, já que, embora o não diga, a representação subjacente que ela propõe está tão perto da superfície. No capítulo 9 ela avança argumentos sólidos para refutar qualquer legitimidade do morfema como uma unidade fonológica — o que mostra a inutilidade das chamadas condições de estrutura morfêmica.

2.2 O domínio das regras fonológicas é a sílaba que ela descreve em termos segmentais estabelecendo condições de estrutura silábica «universais» e específicas para o espanhol. As condições de estrutura silábica, no modelo naturalista, aplicam ao nível da formação das palavras, simultaneamente com as regras morfofonémicas. A sílaba consiste obrigatoriamente num núcleo (uma vogal) e opcionalmente em margens consonantais que precedem e seguem o núcleo. Estabelece uma hierarquia de segmetnos ideais que formam margens e núcleos:



Para estabelecer o início ideal propõe uma escala de força para as consoantes, escala esta que convém ser adoptada num modelo *standard* também.

2.3 A escala de força consonantal não parece ser motivada pelo sistema fonético de traços distintivos em vigor. Daí ela tem que outorgar-lhes valores que parecem arbitrários, o que não indica que a teoria nem a escala de valores expostas aqui, uma modernização de escalas feitas por Jespersen e Saussure, esteja mal — sugere, antes, que o sistema fonético é inadequado. Um sistema fonético deve reconhecer que as oclusivas surdas são propícias para começar uma sílaba e são mais fortes do que as sonoras, que as africadas são mais fortes ainda, que as mais fracas são as coronais, e que à medida que se vai incrementando a qualidade vocálica aproxima-se à articulação ideal para o núcleo silábico que é indispensável para a fala.

2.4 Hooper não incluiu os elementos suprasegmentais nas suas considerações da sílaba. Por isso ela não pôde resolver um dilema que lhe surgiu com o comportamento do *s* em vários idiomas. Diz (218):

Why is it that initial clusters of /sp/, /st/, and /sk/ are allowed in English but not in Spanish?

Why is it that there are syllable final clusters in which /s/ may precede or follow a voiceless stop: *bask, backs, past, pats, clasp, claps*? ... In English /s/ is allowed to be syllabic and may vary in degree of syllabicity according to its position.

A razão de o *s* poder ser silábico em inglês (e em português embora seja fonologicamente /z/) deve-se à relação da acentuação com a silabificação. O inglês é um idioma compassado pela acentuação (*stress timed*): não importa o número de sílabas entre dois acentos, o tempo entre as acentuações será sempre o mesmo. Em contrapartida o espanhol é um idioma compassado silabicamente (*syllable timed*): cada sílaba leva o mesmo tempo seja tónica seja átona. No primeiro tipo (*stress timed*) a redução e supressão vocálicas são comuns, no segundo são pouco vulgares. Por causa da redução e supressão das vogais, muitas consoantes em inglês podem ser silábicas: *butter*, *button*, *battle* [bət.r], [bətʔ.n], [bät.l], e, se queremos considerá-las assim (Hooper antes, 189, tinha considerado junções inglesas como *spr*, *skr*, etc. tautossilábicas), palavras como *school*, *sprite*, e *socks* serão [ʃkúwl], [ʃ.prayt], e [sak.ʃ], isto é, ligeiramente bissilábicas. Embora não haja nenhuma consoante silábica em espanhol, o português continental parece ser compassado pela acentuação: a redução vocálica é comum e os portugueses não têm dificuldade, normalmente, em pronunciar palavras importadas do inglês como *snoob*, *states*, etc. sem o [e] protético que os brasileiros e os hispanofalantes estão obrigados a acrescentar. Ao mesmo tempo é comum ouvir pronunciar-se palavras como *estou*, *estação*, *então*, e *enguia* assim: [ʃ.tów], [ʃ.tá.sāw], [n.tāw], e [ŋ.gí.â].

3. Não obstante estes e mais alguns queixumes que se poderiam mencionar, a segunda parte representa um grande avanço para a fonética sistemática. A estrutura silábica fornece um princípio para explicar a inserção e supressão de segmentos. Esta secção estimulará o investigador a uma revisão da teoria da fonética universal, pois uma vez que haja uma teoria fonética adequada haverá uma justificação a mais para a escala de força que ela propõe. Recomenda-se a leitura desta segunda parte para a orientação de todo fonólogo como se recomenda a leitura do livro a quem quiser debruçar-se sobre um livro bem escrito.

University of Michigan

C. ARTHUR BRAKEL

M. A. K. Halliday, *The social interpretation of language and meaning*, Edward Arnold Publ., Londres, 1978.

A presente obra de Halliday é uma colectânea de artigos que abordam diferentes aspectos da temática sociosssemântica. A ideia encontra suas origens em Malinowski (1923), Firth (1957, cap. 14) e Bernstein (1971) e aproveita os desenvolvimentos mais recentes de Hymes (1969) e Labov (1966).

A oportunidade da leitura pelo público de língua portuguesa resulta, acreditamos, de três razões: primeira, fundamentação coerente de uma corrente epistemologicamente distinta daquelas baseadas no inatismo, ou, mais precisamente, no falante-ouvinte nativo ideal, o que enseja, pelo menos, cotejo crítico; segunda, uma saída mais frutífera para o problema não apenas nosso, conforme

assinala o próprio autor, do rebaixamento no rendimento escolar, no qual a língua nativa, por seu carácter mediador de transmissão cultural, desempenha papel preponderante; terceira, novas linhas de pesquisa, por certo mais frutíferas do ponto de vista heurístico, no sentido de descobrir os contextos situacionais e os respectivos usos da língua portuguesa, com vistas a melhor conhecê-la, daí avançando cientificamente.

No primeiro dos artigos, «Language and social man» o autor se situa entre aqueles que investigam a linguagem numa perspectiva inter-organísmica, adoptando a teoria funcional, tanto do ponto de vista do desenvolvimento da linguagem, quando do uso que dela faz o adulto. Analisando as funções da linguagem na criança, quando ela aprende a como significar, o autor assinala sete delas, a saber: a instrumental, a regulatória, a interaccional, a pessoal, a heurística, a imaginativa e a informativa. No adulto, algumas funções são atrofiadas, e o autor enfatiza a predominância de três: a ideativa, a interpessoal e a temática. A linguagem é visualizada como a transcodificação de um potencial de comportamentos num potencial de significados, ou seja, como um meio de expressar o que o organismo pode fazer, na interacção com outros organismos, transformando-o no que pode ser significado; o que pode ser significado é, por seu turno, codificado naquilo que pode ser dito.

A seguir, o autor passa a se ocupar com a teoria da chamada linguagem defectiva, pela qual algumas variedades linguísticas, particularmente de níveis sócio-económico-culturais baixos, apresentariam falhas estruturais que levariam seus usuários a um inevitável fracasso escolar. O autor critica tal corrente, assinalando que a adopção por parte do professor de tal atitude pode levar o aluno ao chamado comportamento estereotipado, ou seja, a actuar conforme dele se espera. Assinalando a outra tendência, a chamada teoria da diferenciação, pela qual determinados grupos utilizam uma variedade diferente da, mas não inferior à norma, o autor também a critica, por considerar que leva a uma atitude preconceituosa. Assevera ainda que o preconceito não pode ser considerado como responsável pelo insucesso escolar, já que nos últimos anos vem diminuindo, enquanto o insucesso escolar aumenta.

Em conclusão, o autor afirma que a causa do insucesso escolar não está fundamentalmente no ambiente linguístico, mas no próprio ambiente subcultural, transmitido pela linguagem.

Retomando Malinowski, o autor define o contexto situacional, afirmando que a linguagem somente adquire vida quando funciona dentro de algum ambiente. Trata-se de uma crítica à semântica acontextual que postula que a significação contextual é dependente da conceitual e não vice-versa.

Este artigo termina com comentários sobre variedades, um dos tópicos para os quais Halliday mais tem contribuído.

O dialecto é definido como a variedade dependente do usuário enquanto o registro é definido como a variedade de acordo com o uso. O primeiro expressa a diversidade da estrutura social, enquanto o segundo a dos processos sociais. As variáveis que controlam as diferenças de registro vêm sendo melhor identificadas num aprimoramento dos modelos iniciais: é colocada ênfase no tipo de acção social, nos papéis dos interlocutores e seu respectivo interrelacionamento e nos modos.

O segundo artigo «A social-functional approach to language» é uma reprodução de uma entrevista concedida a Parrett (1974). Dela destacamos os aspectos que nos pareceram mais pertinentes, como o facto de Halliday não estar preocupado, em confronto com a posição saussureana, com a autonomia da linguística. Quanto à subordinação da linguística a outras ciências, respondendo a uma pergunta mal formulada por Parrett, na qual o entrevistador alinha Chomsky e Saussure como adeptos da filiação da linguística à psicologia (ao que se sabe, somente Chomsky filiou a linguística à psicologia cognitiva, enquanto o mestre genebrino a subordinou à semiologia, por ele definida como a ciência dos signos no seio da sociedade), Halliday, aproximando-se mais do pensamento de Saussure, a coloca como um ramo da sociologia. Esta subordinação é coerente com a postura do autor que, ao admitir dois enfoques para o estudo da linguagem, o intrapessoal e o interpessoal, inclina-se pelo segundo, ou seja, o estudo externo da linguagem.

No que diz respeito à ênfase à análise paradigmática ou sintagmática, Halliday adopta a primeira, já que estuda sistemas como conjunto de opções, sendo a rede semântica, uma representação de opções semânticas, ou escolhas dentre significações. Faz distinção bem nítida, dentro da tradição firthiana, depois seguida por Martinet, entre sistema e estrutura.

Quanto à arbitrariedade linguística, Halliday aceita a posição saussureana: inexistente motivação entre significado e significante (por ele denominados de conteúdo e expressão conforme a tradição hjelmsleviana), mas não a aceita na escolha do *format*, ou estruturação.

Fazendo uma distinção entre função e uso, considera a primeira como sinónimo de configuração das três mais importantes funções já mencionadas (ideação, interessoalidade e tematização), ou mais precisamente, como meta-funções. A função ideativa é definida como aquela na qual o falante representa conteúdos sobre o que experiencia externa ou internamente; a função inter-pessoal é aquela na qual o falante escolhe o modo como assume determinado papel na comunicação e como o atribui ao interlocutor; pela função temática o falante operacionaliza a relevância do que quer dizer, nos processos conhecidos, por exemplo, como topicalização, escolha do canal, etc. Por uso, o autor entende a selecção dentre opções oferecidas pelo sistema linguístico no contexto de tipos situacionais dados.

Ao contrário das dicotomias saussureanas, ou da distinção entre competência e actuação, Halliday aceita apenas a distinção entre potencialidade e actualização.

A segunda parte do livro é dedicada à interpretação sociossemântica da linguagem, em quatro artigos. Na realidade, o último dos artigos, «Language as social semiotic» reúne esquematicamente várias ideias sobre o tópico, que são repetidas nos outros três artigos. Em «Social aspects of semantic change» o autor começa por definir o conceito de texto, assunto que será mais desenvolvido na terceira parte do livro. Por texto, Halliday entende a unidade básica da estrutura semântica, enfatizando-o como processo. Comparando os vários modelos que apresentam os componentes do texto (Cicourel, 1969; Hymes, 1967 e Firth, 1950), assinala a diferença entre componentes e determinantes, sendo estes últimos a tríade campo, inter-relação e modo, com a qual uma

série de paralelismos é feita no desenvolvimento da teoria sociosssemântica de Halliday.

Nota-se na obra de Halliday uma preocupação em rectificar interpretações errôneas sobre Bernstein, de quem se mostra defensor intransigente, em especial, a noção de código, como «os princípios da organização semiótica que determinam a escolha das significações por parte do falante e sua interpretação pelo ouvinte» (pág. 67).

Ao contrário de muitos que interpretam a diferença entre o código elaborado e o restrito como sendo primordialmente uma diferença de complexidade sintáctica e de vocabulários mais concreto ou abstracto, Halliday a considera como centrada no facto de o primeiro ser mais independente do contexto imediatamente circundante, mais explícito verbalmente, mantendo maior distância social, exigindo respostas mais individualizadas e sem pressupor as intenções do interlocutor.

O acesso aos códigos ocorre fundamentalmente através do sistema de papéis na constelação familiar, o qual se subdivide em dois grandes grupos; o sistema de papéis por posição e o sistema de papéis pessoalizado. O primeiro sistema vigora, em geral, nas famílias operárias, enquanto o segundo é bastante encontrado na classe média. A manipulação de um código ou de outro por parte da criança é, em grande parte, responsável por seu desempenho escolar.

A mudança linguística passa, então, a ser explicada através do desenvolvimento da linguagem na criança e dos vários registos. Em ambos os casos, coerente com seu posicionamento, o autor apresenta a linguagem como uma semiótica social, subordinada ao sistema social do qual é representação. A criança, quando desenvolve a linguagem, constrói um potencial de significações, atravessando, grosso modo, três fases: na primeira, desenvolve um sistema semiótico exclusivo cujas funções já foram mencionadas; a seguir, por volta dos dezoito meses, a criança passa a incorporar o sistema do adulto, operando uma distinção essencial entre as funções denominadas de pragmática (a linguagem em acção) e matésica (a linguagem para aprender); na terceira fase, que continua vida afora, opera com três funções simultaneamente (a primeira delas subdividida em duas: lógica e experiencial): a ideacional, a interpessoal e a textual.

A ideia bastante original de Halliday quanto à mudança linguística é a de que ela decorre fundamentalmente das mudanças de papéis, das circunstâncias que cercam os eventos e dos meios de comunicação de massa, ou seja, em decorrência da mudança dos padrões de interacção social. Baseando-se em Bernstein, para quem a linguagem desempenha papel central na teoria social, determinando e sendo determinada por esta mesma estrutura, assevera que, por isto mesmo, esta última propicia os fundamentos para interpretar os processos da mudança semântica.

Em «Social dialects and socialization», Halliday resenha o livro *Sociolinguistics: a crossdisciplinary perspective* (1971), colectânea de comunicações e debates sobre dialectos sociais, numa conferência interdisciplinar promovida pelo Centro de Linguística Aplicada, realizada em 1969. Ao contrário da situação em países emergentes como o Brasil, onde o problema é muito mais de ordem sócio-económico-cultural, nos Estados Unidos, a tónica das preocupações gira em torno dos dialectos determinados por etnias diferentes, em particular, o chamado «Black English», embora as críticas quanto à má colocação do problema nos programas de remediação

se apliquem igualmente, ou seja, não são os hábitos linguísticos que devem mudar e sim a atitude para com eles.

«The significance of Bernstein's work for sociolinguistic theory» é uma defesa das posições, algumas das quais já referidas por nós, a partir da consciência da crise na educação por volta dos 60, buscando explicar-lhe as causas. As pesquisas sobre os contextos de socialização críticos, em particular, as de Turner (1973) são mencionadas como exemplo da produtividade deste paradigma.

No último dos artigos desta parte do livro «Language as social semiotic», o autor arrola os elementos de uma teoria sociossemitica da linguagem, a saber: o texto, a situação, o registro, o código, o sistema linguístico e a estrutura social, bem como suas inter-relações.

Os artigos são exemplificados com excertos extraídos dos *corpora* de Nigel, que foram estudados a partir da proto-língua, quando a criança estava com 9 meses.

«The social semantics of text» constitui, acreditamos, a contribuição mais interessante no sentido de ensinar pesquisas.

No primeiro dos artigos, «The sociosemantic nature of discourse», o autor expõe a teoria da sociossemitica do texto através da análise de um micro-texto: a fábula de Thurber (1956, 36-9) «The lover and his lass». Neste artigo, Halliday considera o texto como unidade semântica definida pelo componente textual que se distingue do não-texto por três factores: a estrutura genérica, a textual e a coesão. O texto é ainda definido como um evento sociológico, um encontro semiótico que possibilita o intercâmbio das significações que constituem o sistema social, num dado contexto situacional. Sendo assim, para Halliday, a situação é, sobretudo, uma estrutura semiótica constituída pela acção social (ou seja, o que está acontecendo) que vai determinar a função ideativa ou campo; a estrutura dos papéis que determina a função interpessoal e a organização simbólica, ou seja, como se organiza o texto.

Em «Language in urban society», Halliday desenvolve as ideias mais recentes no campo das variedades linguísticas, entre as quais a constatação de que, ao contrário do que se esperava, não ocorreu uma uniformização em consequência dos meios de comunicação de massa, particularmente nas comunidades urbanas.

As recentes pesquisas ensinam uma reposição de conceitos relativos à mudança linguística e à própria variação. Comunidade de fala é, então, um constructo constituído por um grupo vinculado por alguma forma de organização social, que se intercomunica, falando do mesmo modo. Coloca-se muito mais ênfase no problema das atitudes do que em ocorrências eventuais da fala.

«Antilanguages» serve para Halliday demonstrar o que seria o caso extremamente oposto a uma suposta comunidade totalmente homogênea; a antilinguagem representa o dialecto praticado por grupos anti-sociais, como os três exemplos de que se serve o autor: o utilizado pela contracultura de vagabundos do período elizabetheano (Harman, 1967); o da anti-sociedade da Calcutá contemporânea (Mallik, 1972) e a variedade praticada nas prisões e reformatórios poloneses (Podgórecki, 1973). Há dois motivos que caracterizam o surgimento destes dialectos: a necessidade de manter segredo e a força comunicativa ou arte verbal, que levam a uma rede de significações distintas.

Re-esquematizando as ideias anteriormente apresentadas, em «An interpretation of the functional relationship between language and social structure», apresenta mais duas ideias novas dignas de menção, partindo da distinção entre língua-

gem como sistema e linguagem como instituição. O primeiro se caracteriza por ser fonte de *recursos* no que tange às escolhas disponíveis, sua inter-relação e condições que lhe determinam o acesso. Sua descrição não pode ser feita na forma de regras, mas a partir de factos observados no texto numa dada situação.

Uma segunda constatação assinala que a troca de informações tende a substituir a de bens e serviços, como modo primário de acção social no mundo contemporâneo. No estudo da variação, seria erróneo pensar na estrutura social apenas como índice de uma dada classe social, já que sua característica essencial é o facto de ser hierárquica: factores como o etário, o geracional, o de sexo e muitos outros determinam tal hierarquia e, em consequência, a variação.

A última parte do livro revela, por um lado, as vastas aplicações que o paradigma da sociosssemântica enseja e, por outro, a amplitude de interesses do autor.

No primeiro deles, uma curiosa incursão sobre a linguagem matemática, examinada como um tipo de registo, é utilizada para demonstrar que os recursos da produtividade linguística, tais como a ampliação de significados em signos já existentes, o empréstimo, a composição ou fraseologia e outros, existem em todas as línguas, havendo preferências por este ou aquele, conforme a língua e/ou o registo. Em suma, não existe impossibilidade de representar os conceitos matemáticos, e, de um modo geral, os científicos ou tecnológicos, seja qual for a língua.

Em «Breakthrough to literacy: foreword to the American edition», o autor resume os resultados de experimento com vistas à mudança de atitudes em sala de aula em relação aos códigos linguísticos que os alunos trazem. O autor condena tanto o que ele denomina como estrutura rígida de situação de ensino, quanto a inércia benevolente. Propõe que a criança seja o centro, funcionando o professor como guia para a criação de estruturas com a ajuda dos próprios estudantes.

Em «Language and social man», o último dos artigos, Halliday sugere uma série de linhas de pesquisa em torno dos tópicos: desenvolvimento da linguagem nas crianças bem novas; linguagem e socialização: perfis da linguagem de vizinhança; a linguagem na vida do indivíduo; a linguagem e a situação; a linguagem e as instituições e atitudes linguísticas. Em estilo bem simples, apresenta ricas sugestões, numa linha nitidamente oposta ao formalismo rígido.

Em suma, consideramos leitura indispensável para todos quantos se interessam por um conhecimento mais vivo da língua com vistas a aplicações vastíssimas, em especial, ao ensino da língua na escola. Duas observações apenas dizem respeito, a primeira, a esperanças demasiadas que possam ser depositadas em tal enfoque, como uma possível panaceia para os problemas da incultura, da privação cultural, os quais dependem, principalmente em países emergentes, de outras mudanças infra-estruturais concomitantes; a segunda observação se refere a desconsiderar as chamadas variáveis subjectivas que interferem nas constituições dos sistemas de significações de um indivíduo.

BIBLIOGRAFIA

- Bernstein, Basil. 1971. *Class, codes and control 1: theoretical studies towards a sociology of language*. (Primary Socialization, Language and Education), Routledge & Kegan, Londres.
- ed. 1973. *Class, codes and control 2: applied studies towards a sociology of language*, Routledge & Kegan, Londres.
- Firth, J. R. 1950. 'Personality and language in society', *The Sociological Review*, 42.
- Harman, Thomas. 1567. *A Caveat or Warening for Common Cursetores vulgarely called Vagabones*, William Gryffith, Londres.
- Hymes, Dell H. 1967. 'Models of interaction of language and social setting', in *Journal of Social Issues*, 23.
- 1969. 'Linguistic theory and the functions of speech', in *International days of sociolinguistics*.
- International days of sociolinguistics*. 1969. Luigi Sturso Institute, Roma.
- Labov, William. 1966. *The social stratifications of English in New York City*, Center for Applied Linguistics, Washington, DC.
- Malinowski, Bronislaw. 1923. 'The problem of meaning in primitive languages'. Suplemento 1 in C. K. Ogden and I. A. Richards, *The meaning of meaning*. Kegan Paul, Londres.
- Mallik, Bhaktiprasad. 1972. *Language of the underworld of West Bengal*, Sanskrit College, Calcutá.
- Parret, Herman. 1974. *Discussing language*, Mouton, The Hague.
- Podgórecki, Adam. 1973. '«Second life» and its implications', mimeografado.
- Turner, Geoffrey J. 1973. 'Social class and children's of control at age five and age seven', in Bernstein ed.
- Sociolinguistics: a crossdisciplinary perspective*, Center for Applied Linguistics, Washington, DC.
- Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

LEONOR SCLiar CABRAL

Composto e impresso na
Sociedade Industrial Gráfica
Rua de Campolide, 133-B-C
Telef. 68 16 12 — 1000 Lisboa